

PRAETERITA

Luis de Oliveira e Silva

“Si natura negat, facit indignatio versum”

Juvenal, *Satvrae* 1. 79

1

Na varanda havia um vitral com um pássaro vermelho, de bico adunco e asas desfraldadas, incrustado num céu de nuvens de algodão. Minha primeira memória é a de um temporal, com os raios a rasgarem o espaço e uma algazarra assustadora de trovões. E a velha Joaquina:

— Santa Bárbara Bendita, que nos céus estais escrita, com pena e água benta, livrai-nos desta tormenta.

Eu devia andar pelos quatro anos. Talvez ainda os não tivesse. Lembro-me, também, de um peru que Brás trouxe antes do Natal. Era grande e simpático. E muito barulhento. Ataram-no de uma perna às reixas da janela, na cozinha. Demos-lhe um nome: Sebastião. Era amigo nosso. Estávamos fascinados com o seu gorgolejar desarrumado. Um dia chegou Brás com uma faca e cortou-lhe o pescoço. Quando o puseram na mesa, muito corado, numa enorme travessa, nenhum de nós quis meter-lhe o dente. Era o meu primeiro albarroar com a morte, que começou por se chamar Sebastião. As lágrimas vieram-me aos olhos. Não me lembro de mais nada. Só me lembro de mim, do peru, e da minha tristeza ao ver Sebastião corado e implume. E de uma sensação estranha de fome que me ficou. Estávamos afundados na *hambre* do pós-guerra. Não nós, realmente. Quem passava mal era essa gente a que se chama correntemente o Povo, *el Pueblo, der Volk*. Havia fome nas ruas e nas casas. A nós não nos faltava nada, porque os nossos *cortijos* abasteciam-nos de tudo, mas os outros meninos, lá em baixo, na rua, com os olhos cravados nas janelas, pediam-nos pão. Nós no lado de dentro; eles, do lado de fora. Nós, bem vestidos e comidos; eles, quase nus e *harapientos*. Lembro-me de um: o Chicha. Gritava-nos, desde o vale da rua:

— ¡*Dame un trozo de pan!*

Atirávamos-lhes o pão que tinha sobrado da véspera. Os garotos engalfinhavam-se em brigas tesas, até que um deles, quase sempre o Chicha, se erguia vitorioso com a cõdea dura apertada no punho, que, não sei se consciente ou inconscientemente, se elevava no *saludo* comunista. Como queriam os antigos há dois tipos de lógica: a do punho fechado e a da mão espalmada. Agora, quase setenta anos depois, penso que seria órfão, com um pai fuzilado na *Plaza de Toros* e queimado depois junto à taipa do velho cemitério de San Juan, quando, em agosto de 1936, Juan Yagüe, *el Carnicero*, entrou a saque na cidade. Levantavam a camisa do

transeunte ocasional e, ao advertir no peito a marca do coice da espingarda, baleavam-no, sem julgamento prévio. Consta que, em apenas dois dias, foram abatidos quase quatro mil republicanos, ou seja, praticamente 10% da população da cidade pacense. Mas eu, menino rico, desconhecia tais perigos e dificuldades. Meu pai, latifundiário graças a um casamento de conveniência, e portanto conservador, entendia-se bem com o Exército e com a Igreja. Com as autoridades. Vinham a casa canónigos, com os seus lúgubres trajes talaes, e altas patentes militares, de uniformes impecáveis. Nos actos oficiais, muito hirtos e solenes, feitos uns ciborgues primários *avant la lettre*, vomitavam do peito enfiadas de medalhas. Mais do que vestidos, andavam condecorados. Por façanhas heróicas, dizia-se. Anos mais tarde, mastigando o caso, cheguei à conclusão de que meu pai era, então, tranquilo, correcto e ponderado pelo lado de fora, mas descosido, lascivo e desleixado pelo lado de dentro. Tinha duas vidas e sabia administrá-las, evitando os atritos. Eram duas vidas paralelas. Meu pai, antes de se casar, andava grande parte do ano por Londres, Madrid, Barcelona, Biarritz, Montecarlo, Nice, Roma, Paris, empenhado em ganhar ao *blackjack* e tratando de seduzir americanas ricas, com sotaque do Midwest, e baronesas prussianas carregadas de jóias e de sardas, todas elas dispostas a patrocinar a sua propensão lúdica. Até teria conhecido Benjamin “Bugsy” Siegel, em Hollywood, no princípio dos anos 40, numa precipitada viagem a *Outre-Mer*, que já não era bem o de Paul Bourget. Não era só uma questão de dinheiro. Era uma verdadeira vocação. Precisava de movimento, embora, bem no fundo, apesar de guardar as aparências, pudesse prescindir do *Movimiento*. Quando eu era puto, nas ruas de Sevilha, dizia-se que se ia conceder o Prémio Nobel de Física ao *Generalísimo*, por ter inventado a imobilidade do movimento. *La inmovilidad del Movimiento!* É bem verdade que o movimento não se mexe, por mais que se mexam as coisas. Ficava proibida a criatividade. Qualquer tentativa de inovação era considerada nociva. Os conservadores, com as suas ideias enquistadas, regiam-se pelo hábito. A tradição imposta pesava como uma loisa. Meu avô fazia assim, meu bisavô fazia assim. Ai de ti se decidisses mudar de rumo! Ou reivindicar uma linhagem republicana! Estavam vedadas as iniciativas arriscadas, capazes de comprometer o monolítico estado de coisas. As viagens, a sua inteligência natural e o convívio com as classes altas tornaram meu pai um homem culto e poliglota. E, sobretudo, cosmopolita. Era uma entidade plástica que se adaptava a todas as circunstâncias, mas sem nunca chegar a comprometer-se com nenhuma delas. Estava sempre em casa, numa casa que era sempre sua, porque todas as casas eram dele sem nem sequer o serem. Tinha uma naturalidade que desarmava. Inspirava confiança imediata. Podia-se-lhe dar um cheque em branco. Detrás dessa aparência cândida, erguia-se a cabeça do interesse e da malícia. Jack Garland, filho de

Zé Meneses Correia, de uma família da burguesia rural mais ou menos abastada da Beira Litoral, e de uma inglesa que ele conhecera em Londres, quando para lá fora estudar comércio, ou fingir que estudava, nunca assumiu, no trato quotidiano, o apelido paterno, preferindo usar o da mãe. Jack morou com ela, em Inglaterra, até aos quinze anos. Um dia, não sei bem como, amparado no rumor de que Brenda Garland teria morrido, Zé Meneses apareceu com ele na vila de Lameiros. Com os seus quinze anos, o rapaz nem povoense sabia falar. E nunca perdeu por completo o sotaque britânico. Largou, até ao fim da vida, uns erros muito enrolados.

Tendo nascido no Soho, de mãe que, segundo as más línguas, veio a reger uma *bawdyhouse* em Paddington, Jack Garland era por natureza astuto e trapaceiro. Sabia manipular as consciências. E explorar as circunstâncias. Manejava os tempos como um pianista de eleição. E as senhoras, rendidas, acabavam por lhe dar o tal cheque em branco, que ele acabava por decorar a seu bel-prazer. E, depois, bem aconselhado, investia sabiamente na Bolsa. Após o casamento, cerimónia realizada na *hacienda La Gloria*, em Campanario, com mais de trezentos convidados, bispo, banda de música e muita gente importante dos Ministérios, meteu-se em negócios. Estou convencido de que meu pai deu um *braguetazo*. Berta de Arriaga, rica e bonita, era um bom partido. E ele não viu inconveniente em aproveitar-se da candidez de Berta. Não é que não gostasse dela. Gostava, tenho a certeza, mas com uma certa contenção. Distraído pela variedade do mundo, não sabia entregar-se a nada nem a ninguém com convicção exclusiva. Era um mestre do estar, mas não estava empenhado no ser. Aprendi com ele a ver a vida como um processo caprichoso falto de solução de continuidade. Tudo era deliciosamente precário. Sempre empreendedor, dedicava-se, entre outros negócios, ao mercado negro, ao *estraperlo*. Não havia a mínima identidade entre meu pai e minha mãe, embora ambos estivessem pendentes, cada um à sua maneira, dos mesmos sacos de café, dos mesmos *costales* de trigo, das irregularidades da Bolsa e dos sobressaltos cambiais. E das mesmas talhas de azeite.

Berta de Arriaga Hernaiz Sequeira de Lemos, omitido o pretensioso Von Schinden materno que wagnerizava excessivamente a dignidade burguesa, parca e comedida, dos Arriagas *extremeños*, vinha, pelo lado da mãe, de uma família de comerciantes da Póvoa Grande. Gaudêncio Sequeira de Lemos, meu bisavô, estabelecido na Rua do Ouro, importava fazendas e porcelanas da Inglaterra victoriana, quando ainda estavam em voga os reposteiros compactos, escuros e pesados, e os serviços de mesa da Royal Worcester e da Wedgwood. E também as *country cottage curtains*, semeadas de flores. Casara, a 1 de maio de 1865, precisamente no dia em que foi fundada a Companhia União Fabril, com uma burguesinha da

Póvoa Grande, Inês Gonzaga, que lhe deu seis filhas. Cada uma de elas tinha um nome bíblico: Berta, Ana, Susana, Esther, Sara, Raquel. Em 1885, quando a conta já se dava por fechada, nasceu um rapaz, o Manuel. Era um moço tímido e apoucado. Quando ele orçava pelos dezoito anos, Gaudêncio mandou-o para Belém, no Pará, para que “se fizesse homem”, encarregando um dos seus correspondentes de que, se ele chegasse a passar realmente mal, lhe estendesse a mão. Volvidos uns anos, Manuel regressou à Póvoa. Seu carácter, tal como acontece amiúde nestes casos, em vez de se fortalecer, tinha-se debilitado. O rapaz arranjou uma namorada, muito bonita, na Graça. Estavam a preparar o casório quando, em 1907, numa algarada republicana, o moço caiu varado por uma bala. Houve quem afirmasse que Gaudêncio veio depois a entender-se com a prometida de seu filho. Talvez se tratasse só de rumores malévolos e infundados.

Os Sequeira de Lemos moravam no último andar de um prédio enorme, no Largo de Santos. Corria na família, à boca pequena, o rumor de que o homem teria sido um debochado. Dividira a casa em duas áreas. Uma era o gineceu; a outra, o palco de orgias desmandadas. Agarrado à bengala, perseguia, aos apalhões, um magote de esbeltas *bailaoras* andaluzas e de francesas opulentas que mostravam as pernas e os seios nos antros boémios da cidade, enchendo-as de piropos grosseiros e de saliva. Quando a mulher morreu, insignificante burguesinha doméstica minada pela tísica e pelos desgostos, Gaudêncio, já bem entrado em anos, pôs os olhos numa dama austríaca, chegada de Viena para servir de *Hauslehrerin* em casa de uma família nobre. Era uma mulher alta, de grandes olhos azuis, muito germânica, embora, vinda de Eisenstadt, em Burgenland, talvez tivesse mais sangue cigano do que seria de desejar. O velho tinha dinheiro e não podia durar muito. Olga von Schinden fez valer seu grande sentido prático e decidiu investir. E quando Gaudêncio se entregava às orgias de sempre, levado mais pelo hábito que pela luxúria, Olga saía, pela calada da noite, para se refugiar nos braços de um estivador de Alcântara, muito voluntarioso, que conhecera num arraial. Do novo casamento, ou das suas ramificações, nasceu minha avó, Elsa, que teve uma juventude privilegiada. Aproveitando-se da extensa rede de relações que sua mãe tinha em Europa, a moça não parou de viajar. Assistiu, em maio de 1910, ainda adolescente, de olho na monarquia europeia, ao funeral de Eduardo VII em Windsor, no meio da multidão que enchia Park Street. Até o Manuel Maria Filipe Carlos Amélio Luís Miguel Rafael Gonzaga Francisco de Assis Eugénio lá estava, mais ou menos à altura do *Kaiser* Wilhelm II. Ali, ao lado do Arquiduque Franz Ferdinand e de Misha Alexandrovich Romanov, o filho mais novo de Alexandre III, que viria a ser executado pelos bolcheviques a 13 de junho de 1918, estando então D. Elsa em S. Petersburgo. A avó estava em Atenas, na companhia da mãe, quando

Alexandros Schinas, em março de 1913, assestou um tiro mortal em Jorge I. Seria coisa do acaso, mas a boa senhora chegou a especializar-se em regicídios, embora, sempre na estranha, perdesse, a 1 de fevereiro de 1908, o do nosso D. Carlos e de seu dilecto rebento. Passava longas temporadas em Paris, em Londres, em Viena, em Roma, em Munique, em Nice. Falava um alemão e um inglês perfeitos e o seu francês não deixava nada a desejar. Debaixo de toda esta aparência sofisticada, medrava a povoense que ela era. Gostava de se exhibir. Graças a deus, só tinha de competir com alfacinhas brucas, de arrecadas e buço, com as pernas por depilar. Não eram as madamas afrancesadas, à maneira de Eça de Queiroz. Elsa, muito refinada e senhoril, distinguia-se das irmãs, toscas burguesinhas da capital, com a felpa por aparar, que, à falta de melhores partidos, acabaram por se casar com insignificantes caixeiros do negócio paterno. Era a estrela da família e as irmãs faziam-lhe todas as vontades. Tinham-lhe um apreço especial, que por vezes se vestia de servilismo. Ela, na ampla sala da casa de Santos o Velho, contava às irmãs, pasmadas, as suas vivências cosmopolitas. E trazia-lhes cristais de Murano e porcelanas de Sèvres, comprados *in situ*. Todas elas enviuvaram, sobrevivendo aos maridos na fraternidade do andar paterno, rodeadas de escuros e pesados móveis vitorianos, umas boas quarenta ou cinquenta primaveras. A avó Elsa levava-me da mão por aqueles degraus empinados, até chegar ao último piso. E lá estavam, no topo, exiladas do mundo pelo abismo de umas escadas intermináveis, aquelas seis velhas, ocupadas nas rendas e no tricô e tagarelando sobre nada, envolvidas em morosas conversas aborrecidas, muito repetitivas. Gostavam umas das outras, mas guardavam sempre uma distância prudente. Todas elas tinham os seus segredos. Os seus segredos inconfessáveis. Mas, como eram muito dignamente civilizadas, evitavam a colisão e, aparentemente, não se incomodavam umas às outras. Algumas tinham sublimado a figura do correspondente falecido. Outras não queriam perder tempo a falar dos difuntos maridos, muito marialvas e putanheiros. Berta, a mais velha, oficiava a cerimónia. Havia três criadas, Balbina, Virgínia e Alice, muito maquinais. Nunca as ouvi falar em presença das senhoras. Cheguei a pensar que fossem mudas. Eram uma espécie de robôs. A meio da tarde, Virgínia, com o seu *apron* branco, a sua touca da mesma cor e camisa e saia negras, servia, sempre muito exacta e comedida, o consabido chá com bolo inglês (inglês à maneira da Póvoa, porque em Inglaterra não há nenhum bolo inglês) e biscoitos. A mim davam-me um copo de groselha. Ao cair da noite, quando o velho relógio de parede dava as oito horas, começava a servir o jantar, circulando, muito meticulosa, à volta da enorme mesa Chippendale de mógano. Balbina, uma loira muito corpulenta com o rosto pintalgado de sardas, nunca saía da cozinha, onde exercia uma autoridade ditatorial. Ninguém ousava meter-se com os seus tachos e panelas. Alice, a mais nova, era a criada de quarto,

encarregada de limpar o pó, lavar a roupa, aspirar o soalho, com uma Hoover muito primária, e fazer as camas. Tinham chegado à casa, ainda adolescentes, de uma aldeia perdida no coração das Beiras, e agora envelheciam com as senhoras, sem nunca terem conhecido as investidas de um homem. Pareciam, contudo, felizes, ou pelo menos bem dispostas, naqueles gestos permanentes e repetitivos, em aceitação plena da sua condição servil. Depois, quando se juntavam, no santuário da cozinha, falavam pelos cotovelos. Eu vagava pelos corredores sombrios, ainda mais anuviados pela opacidade austera e pesada dos móveis de pau-preto e de caoba. Abria e fechava portas, explorando todos os recantos da casa. Ao fundo de um corredor interminável havia uma casa de banho com uma tina assente em garras de leão. Era emocionante pousar os olhos numas garras no meio daquela placidez aborrecida. As velhas andavam por ali, com suas toucas, como almas penadas, perturbando as esquinas repentinas dos corredores, sem te verem quando esbarravam contigo. Havia outra tia, Zulmira, que morava com a filha no Largo do Carmo, debruado de jacarandás, guarnecidos na primavera de flores arroxeadas. Era uma tia diferente. Dizia-se, à boca pequena, que ela era filha “natural” de Gaudêncio Sequeira de Lemos. O que leva a pensar que deve haver filhos artificiais. As irmãs visitavam-na, telefonavam-lhe, mas nunca a convidavam a partilhar a fraternidade do andar de Santos. Até certo ponto, Zulmira, objecto de uma deferência controlada, estava ferida de ilegalidade. Era uma mulher marcada, como a Hester Prynne de Hawthorne, mas mais desastrada que pecaminosa. Adelina, a filha de Zulmira, saía à mãe, e, bem que metida já nos cinquenta, vestia blusas de decote pronunciado (a gaja tinha umas mamas bem grandes) e calçava sapatos de salto alto. Como não se dava com homens de carne e osso, devia estar a oferecer-se a fantasmas. Apesar da idade, tinha o cabelo oxigenado, o rosto enfarinhado de pó-de-arroz e a boca empapada de batom. Muito estouvada, presa numa teia de amores diversos e desencontrados, delirara, na sua juventude, com a poesia de Swinburne, com todas as suas vibrações sensuais.

*I that have love and no more
 Give you but love of you, sweet;
 He that hath more, let him give;
 He that hath wings, let him soar;
 Mine is the heart at your feet
 Here, that must love you to live.*

As tias-avós nunca me chamavam pelo meu nome. Só diziam: “O menino isto, o menino aquilo”. Eu, como todos os outros rapazes da minha idade, era o menino. Não sei se o menino concreto ou o menino-classe. Para as velhas senhoras, com toda a certeza, eu tinha

uma identidade genérica. Ali faltava humanidade. As pessoas não se tocavam. Não havia intimidade. Era-nos permitido ver, mas tinham-nos roubado o tacto. Andava-se sempre pelo lado de fora, assumindo a função, não sei se imposta ou escolhida. Era preciso saber o que se era na vida, embora verdadeiramente não se fosse nada. Ou muito pouco. Quase toda a gente levava na testa uma etiqueta, nem sempre facilmente visível. Alguns eram tão pouco que nem etiqueta levavam. Já se estava a esboçar o meu projecto de vida: recatado e com etiqueta. Teria de ser, pelo menos, um Sr. Doutor. Eu sentia na Póvoa Grande um distanciamento face aos outros que nunca viria a sentir em Lameiros. Minhas tias, arredias à surpresa e à novidade, nutriam-se de hábitos. Eram mestras na educação autoritária. O que contava era a disciplina. Impunham um sistema de regras que tinham interiorizado acriticamente. Só havia proibições. “O menino não pode fazer isto, o menino não pode fazer aquilo!”. Todos os dias eram iguais, o que garantia uma certa estabilidade. Nem sequer se admitiam os momentos excepcionais. As cordas da guitarra diluíam as suas vibrações. Não havia quase nada que eu pudesse fazer. O bom comportamento obedecia à contenção. Ao domínio de si mesmo. Nada de excessos, que havia que manter o bom-tom. Era preciso respeitar as formas, o decoro, o *comme il faut*. A repressão, afrancesada em *bienséance*, estava institucionalizada. A efusão não era bem vista, a não ser quando tinha um carácter mecanicamente religioso ou respondia a uma doutrina dogmaticamente redutiva. Podia pregar-se à vontade em favor das ideias estabelecidas. Ou da religião verdadeira. A convenção negava-se a arcar com a crítica. Levavas logo na cara se optasses pela dissensão. As boas senhoras guardavam a tradição rotineira de uns rosários pesados e monótonos, muito pouco sentidos, ao cair da noite. Alguma delas adormecia, e até ressonava, agarrada às suas contas de murta. E todas morreram entre os noventa e os cem. Uma delas havia de chegar aos cento e cinco. Outra, Raquel, viria eu a vê-la, anos mais tarde, já bem perto dos oitenta, agarrada à sua bengala, subindo a Rua do Quelhas para ir limpar a cozinha à mana, que continuava a ser “a princesa”. Por vezes a avó deixava-me com tia Zulmira e, depois de comprar umas bolachas inglesas no Jerónimo Martins, acabando de subir a Rua Garrett, ia parar ao S. Carlos, pois não podia perder *La Traviata*, com a Callas a fazer de Violetta Valéry e um jovem Kraus, que por acaso se chamava Alfredo, no papel de Alfred Germont. Elsa, que se comprazia em invocar o sonoro von Schinden de sua mãe, casara, apenas entrada nos dezoito anos, com um comandante da Marinha de Guerra, Alberto de Serpa, que, sempre esporeado pelo sabor da permanente novidade, já que passava quase todo o seu tempo no mar, também lhe fazia, muito apaixonado, todas as vontades. Ela acolhia-o nas ondas de seus braços, fazia três ou quatro piruetas, e deixava-o a arfar num canto, derreado, com o coração desatado em correria louca,

varrido do convés por um vagalhão erótico. Ela tinha-o bem apanhado pelo lado do sexo. Não cheguei a conhecê-lo, mas creio que minha avó, com o seu feitio autoritário e o seu mar picado, fazia dele gato sapato. Morreu, ainda nos qarenta, de uma súbita congestão cerebral que o acometeu quando montava a cavalo no Alfeite. Elsa, já à beira dos trinta, não tardou a refazer a sua vida e acabou por se casar com Francisco de Arriaga Hernaiz, filho de um *cacique* de La Serena, que conheceu na Real Maestranza, a 28 de setembro de 1919, quando Manuel Jiménez Moreno, *Chicuelo*, apadrinhado por Juan Belmonte, tomou a alternativa. Em 1920, Elsa deu à luz uma menina. Don Francisco pôs todos os seus desvelos na mocinha, que passava a vida, numa dobadoira, entre Badajoz e Póvoa Grande. Era ele quem lhe mudava as fraldas e lhe dava o biberão. E o grande amor de Berta era seu pai. Minha mãe, educada num colégio de freiras, com muito francês, desenho, muita costura e algum piano, andava sempre ocupada nas suas caridades, mas sem ter as mãos amarradas ao rosário. Tinha espírito laico. Não estava muito virada para as orações. Nem para os filhos, aos quais Jack Garland, afeiçoado à *Ilíada* e à *Odisseia*, impusera nomes respigados na épica homérica, seguindo o exemplo de Heinrich Schliemann. Meus irmãos eram Heitor e Aquiles. Minha irmã, Penélope. Eu era Ulisses.

Joaquina, a velha cozinheira, muito beata, estava sempre a falar-nos de Jesus Cristo. Que Ele era bom e gostava muito de nós. E também nos falava de Nossa Senhora. Eu, com os meus quatro ou cinco aninhos, preferia a Paula. Era uma camponesa de Trujillo, loira e de olhos verdes, que me apertava contra o peito amplo e me metralhava o rosto com beijos muito estalados. Eu era bonito. E ela, também! Muito carinhosa, Paula permitia que eu lhe enfiasse as formas de plástico da praia pelo vale dos peitos, deixando que, detrás das formas, se deslizassem minhas mãos, à procura da matéria e não da forma. Lembro-me de apertar aqueles seios, entusiasmado. Creio que vem de então o meu amor ilimitado pela carne. Pela carne indiferenciada. Pela matéria. Agora sei que aquela loiraça de Trujillo, que cheirava a pão de trigo, me converteu firmemente ao materialismo, convicção que não tardou a ser perturbada. Um dia, sem saber bem como, descobri que sabia ler, actividade que poderia ameaçar o meu materialismo ingénito. Foi uma revelação. Além do mundo, deste mundo que já estava prestes a tornar-se previsível, na sua programação exaustiva, deste mundo que se podia tocar, ouvir e cheirar, havia outros mundos. Mundos inexistentes. Ou in-existentes. Mundos surpreendentes. Paula dizia-me que se pusesse uma ramela debaixo do travesseiro, antes de adormecer, ao outro dia a ramela havia de transformar-se numa prenda. A metamorfose rendia sempre um *tebeo*, uma banda desenhada. *Dick Morland, El Guerrero del Antifaz, Ultus Rey de la Selva, El Capitán Sol, El As del Trapecio, Máscara Negra, El Coyote,*

Roberto Alcázar y Pedrín eram os meus ídolos. Anos mais tarde viriam *Carpanta, La familia Cebolleta, El Jabato, Don Pío, Red Dixon, Petra Criada para todo, El Capitán Trueno*. Mamã, empurrada por Joaquina, que quando não estava na cozinha, à volta das panelas, se ajoelhava no corredor a rezar o terço, deixava que a velha pusesse santinhos por todos os lados, para afiançar a nossa religiosidade formal, mas eu nunca os confundia com os *tebeos*. Ela achava que, naquela sociedade, convinha ser, ou pelo menos parecer, muito religioso. Os santinhos, sempre de mãos postas, eram um convite à inacção, a uma suposta vida contemplativa. Já que nem sempre se podia ser, era preciso aparentar. Havia que ser muito bonzinho. E detrás da aparência, bem à calada, já se podia ser o que se quisesse. Cada um tinha de aprender a esconder o seu jogo, mesmo que toda a gente soubesse que o tinha. O “tem muitas amantes” não seria o mesmo que ser descoberto, num grande alarde fotográfico, com as mãos na massa de uma tríade de galdérias opulentas, num andar das aforas de Póvoa Grande, fingia-se respeitar as regras, umas regras que, não poucas vezes, se contravinham. Era uma sociedade sustentada na simulação, que contrastava com a seriedade dogmática que haviam de se esforçar em me impor minhas tias da Póvoa Grande, excessivamente primárias e faltas de imaginação para se entregarem a qualquer tipo de fingimento. Os cépticos eram malvistas. Eram abominados os descrentes. Havia uma certa compreensão para com os excessos, sempre que fossem veiculados civicamente, sem dar muito nas vistas. Podia-se pecar, solapadamente, mas estava proibido o escândalo. A mim os santinhos, muito lamechas, não me despertavam grande interesse. Eram coisas que se estavam a acrescentar desnecessariamente à realidade. Dava a impressão de que aqueles babões eram muito bonzinhos, mas que nunca se divertiam. Depressa percebi que aquele tipo de educação tratava de diminuir os sentidos. Atendia-se muito mais à teoria, não poucas vezes primária, que às coisas. Eu, tal como me (o) vejo daqui, detestava então o ambiente de Santo Domingo, quando lá me levavam pela mão, a meio da manhã, através de ruas soturnas, com canónigos imponentes de gestos calcificados, guardias civis de tricórnio, e homens muito sérios vestidos de preto, com bigode preto, com chapéu preto. E meu pai, convenientemente trajado de negro, ou não fosse a situação delicada, distribuía grandes abraços, muito expansivos. No fundo, só estava a representar. A representar no palco da realidade. Haviam de encontrar-se, todos eles, em jantares e caçadas. O Bispo também, que gostava muito de caça grossa e de camponesas desprevenidas. E o gajo, ainda por cima, tinha boa pontaria. Haviam de partilhar mais de uma cabeça de javali.

Minha avó materna morava na Lapa, numa velha casa pombalina da Rua do Quelhas, revestida de azulejos amarelos, donde, além da Madragoa, salpicada de verdura, se via todo o

Mar da Palha. Quando, estando com minha mãe, a criada irrompia na sala, derivava logo para o francês:

— *Fais attention, la bonne!*

Tinha uma série de amigas, toucadas com uns chapéus agressivos, coalhados de flores de plástico. Todas elas eram estrangeiradas. Havia várias angloportuguesas. Serviam-se de um inglês excessivamente perfeito, pouco coloquial. Tinham, de fora parte uma maledicência relativamente controlada, pois eram mulheres educadas, uma grande devoção pela *Royal House*. Falavam de Jorge VI e da jovem Isabel como se eles fossem muito lá de casa. Era aquela burguesia decorativa, muito imbuída de uma cultura superficial, algo puritana. Na casa apenas havia livros. E, quando os havia, eram os de Júlio Dinis, de Dantas, de Lopes Vieira, de Bulhão Pato. E romances franceses dos Goncourt, de Feuillet, de Fabre, de Daudet, de Loti e de Mauriac. Havia, isso sim, uma profusão de revistas de moda: *The Ladies' Home Journal*, *Vogue*, *Women's Weekly*, *Elle*, *Marie Claire*. E a povoense *Flama*, em concessão ao nacionalismo. Avó Elsa, que só folheava o que estava na moda, viajara por toda a Europa, como testemunhavam umas enormes malas de cabedal cheias de cicatrizes. Alguns dos seus amigos germânicos chegaram a ver-se seriamente comprometidos, anos mais tarde, com o *Terceiro Reich*. Fora, quando jovem, visita habitual nas casas dos von Ribbentrop e dos von Opel, cujos filhos e filhas lhe incutiram um virulento antissemitismo, que, embora tratasse de dissimular, nunca a largou ao longo da vida. Dos africanos, nem falar. Não eram pessoas: eram animais. Um dia, bem avançados os anos sessenta, apareci-lhe em casa com uma negra lindíssima de Harlem. Era uma Vénus de ébano. Os seus pés e os seus peitos tinham um valor antológico. Era a beleza. Uma beleza que justificava absolutamente a sua presença. Bastava-lhe estar para se impor. Não precisava de argumentos, de excursões descritivas, de razões. Nela o estar era o ser. Ela universalizava o particular. Mas, segundo a avó Elsa, uma negra nunca poderia ser bela, verdadeiramente bela! A intolerância não a deixava apreender devidamente a realidade. A avó, chamando-me a um à parte na cozinha, encarou em mim por cima dos óculos, e disse: “Parece impossível, Ulisses!”. Nem me atrevi a pedir-lhe guarida e acabei numa pensão da Baixa, regida por uma mulher gorda e desmazelada que penteava, na sala, uma cabeleira que quase lhe chegava aos pés, com o bichano atento, tão negro como seu cabelo, a fitá-la pasmado. Tudo isso para me perder depois nas extensões insondáveis de África, entre sândalo e suor, envolvido no calor pegajoso de setembro em Harlem, sempre à espera da refrescante brisa noturna. A avó Elsa vinha a Badajoz três ou quatro vezes por ano. Fui com ela por primeira vez ao cinema, ao velho *Cine España*. Ao cinematógrafo, dizia ela. Elsa ainda era dos tempos de Chaplin, de Harold Lloyd e de Buster Keaton na comédia, de

Douglas Fairbanks nos filmes de aventuras, do exótico Rodolfo Valentino e de uma misteriosa Theda Bara nos filmes românticos. Tenho na cabeça a imagem de Frederico Chopin, a ferir as teclas do piano, noite fechada, numa sala escura, enquanto os soldados russos, lá fora, marchavam, num rufar de tambores, através do nevoeiro denso, numa época em que o mundo se empenhava em dar porrada à Polónia, o permanente *punching bag* do nordeste europeu, sempre exposta à afronta de perder a liberdade com a Alemanha ou ao risco de perder a “alma” com a Rússia. Era tudo isto, mas sem ser nada disto. Era fruir de Frederico Chopin sem saber quem era Frederico Chopin. É a maneira mais económica de saber. Depois, noutra dimensão, vim a apurar que o filme era *A Song to Remember*, de 1945, com Cornell Wilde e Merle Oberon. E dirigido por Charles Vidor.

Voltarei a esse mim longínquo, dúbio e resvaladiço, feito de mercúrio desmandado, resguardando-me na problemática certeza dos factos e nos achaques de uma memória insuficiente. E não porque a esteja a perder a passos largos. Mesmo a memória plena da minha juventude encontraria sempre recantos insondáveis, carregados de sombra. A memória é um *collage* e não um processo. A memória é uma sobreposição irrazoável de imagens. É uma maneira rápida e despropositada de associar conceitos e impressões. Tanto se recorda o que tem importância, se adoptarmos uma perspectiva essencialista, como o acontecimento nímio, à maneira relativista. Mas o acidente nímio pode ter mais destaque que o acontecimento que anda muito cheio de si! A função da memória — o futuro do passado, como dizia Paul Valéry — é reconstruir. Reconstruir uma casa sem dispor dos imprescindíveis tijolos e vigas. E sem cimento. Para não falar da ausência de móveis. Ao recordar agarramo-nos a fantasmas. Os nossos objectos desfilam e agem *in absentia*. Parece que ainda são, mas já não estão. Não sei como se pode sustentar a opinião de que o exercício da memória permite verdadeiro conhecimento *de re*. O tempo da memória não é o tempo real. Não posso reproduzir, servindo-me da memória, cada segundo que preenche a hora que vivi, cada mancha de humidade que cobria, com a sua geometria fractal, o vidro que fitei. A memória tem sempre um protagonismo elíptico. Suponhamos que uma determinada vivência está contida em cinquenta minutos. E num espaço fechado, determinado. Só se recorda aquilo que, no momento da evocação, nos parece mais relevante, relevância que vai mudando de acordo com o eventual contexto evocativo. Não se pode adequar perfeitamente a memória à vivência. Não há mundo, real ou fictício, que não tenha fronteiras incertas. Eu recordo aquilo que me compraz recordar. Ou que me desagrada, se eu me deixar levar por desvios patológicos, sem que nada me possa garantir que os factos que vou desencantar entre as brumas da memória correspondam à verdade. À verdade do que realmente foram, não à

verdade do que agora (não) são. Os estados de coisas que costuro, ao recordar, talvez não convenham ao que realmente aconteceu. *Nolens volens*, vou impondo uma certa autoridade. A autoridade conferida pelo meu modelo, mais ou menos laxo e primário, de formalização mnemónica. Onde começa e acaba a realidade, quando, em maior ou menor medida, está misturada com a subjectividade? Mas agora, tão longe do que vivi, como posso eu, diluído no tempo, restaurar o passado se já não disponho nem de pregos nem de martelo? E se, ainda por cima, não percebo nada de carpintaria. Já não dá para ir comer dobrada, e era à moda do Porto, com Álvaro de Campos. Não posso martelar o vazio. As ideias que temos sobre os factos não coincidem com os verdadeiros factos, afectos ao espaço-tempo. A facticidade é irrepetível. E irrecuperável. Não há proporção entre a parquidade da memória e a saturação objectiva da realidade fáctica, conclusão que acentua o divórcio entre o menino recordado e quem o está a recordar. É ele, que não sabia escrever, e não eu, quem deveria estar a redigir este escrito. Sei que não posso recuperar a plenitude imediata da infância, anterior à imposição da escala e do conceito. Fica-me (talvez devesse usar o *lhe*) uma viagem longa através da noite, no fundo de um De Soto imponente, um flamante *Series s-6 Custom De Luxe 4-door Sedan* verde-azeitona de 1948, de acordo com averiguações posteriores, conduzido por um empresário alentejano, loquaz e bem apessoado, o Laranjeira, com quem meu pai tinha algum tipo de negócios. Lembro-me das fragas da serra e da escuridão. E de ir encolhido no fundo do carro, no meio daquele negrume cálido, a olhar pela janela para um céu sem estrelas. Era a mesma estrada que os *regulares* de Franco tinham percorrido anos atrás, em sentido inverso. E também me lembro da chegada a Sevilha. Era à volta das dez e meia da noite. E até de noite se reparava naquela luz bonita da cidade. E na música que brotava das janelas. E nas hemorragias de cravos, jacintos, petúnias e narcisos. Nas ruas havia poucos automóveis. Todos eram dos anos 30. Eram os Chevrolets, Austins, Fords e Buicks que circulavam em Chicago nos tempos de Al Capone, Angelo Leonardo, John Angerola e Charles Polizzi. E os Austins, Citroëns, Opels, Fiats e Volkswagens anteriores à guerra. E havia uns táxis decrépitos, muito acatarrados, pintados de negro e amarelo. A autarquia económica do pós-guerra não permitira a renovação do parque automobilístico. Detivemo-nos finalmente. Primeiro, uma casa grande, envolvida num jardim debruado de palmeiras e imersa na fragrância inebriante do jasmim. A buganvilha derramava-se nos muros. Depois, uma sala enorme, uma morgue de madeiras atestada de móveis cobertos com lençóis brancos. Trouxeram-nos o tardio jantar do restaurante vizinho. Lembro-me dos *camareros*, muito aperaltados nas suas librés, sobraçando habilmente as travessas, a desfilarem pela sala com passo marcial que se desfazia, de vez em quando, em vénias graciosas. Deitámo-nos depois,

para dormir, nos sofás, nos canapés, nos divãs e nas *causeuses*. Ao acordar deu-se a revelação. Lá fora estava o jardim. E o jardim era um mundo. Havia árvores, pássaros e insectos. E canteiros cheios de flores retalhados por correntes de água. E um triciclo, para correr desmandado ao encontro das árvores.

2

De repente, sem me darem azo a explorar devidamente o jardim, pegaram em mim e levaram-me para o Norte. Foi uma viagem longa de comboio. Uma tarde de setembro, quando o sol caía, cheguei a Lameiros. Vinha para casa de meu tio Augusto, meio-irmão de meu pai. Um verdadeiro Meneses Correia. Os carros de bois, carregados de moliço, passavam lentos, escorrendo água nas pedras da calçada. Quase todos os homens andavam descalços. Augusto levava-me pela mão, subindo a encosta da Avenida da Estação. Abelhas e borboletas, besouros e libélulas, muito cheios de si, atravessavam a vila, sem a distinguirem do campo circundante. Sentiam-se a salvo no seio daquela civilização incipiente, sem darem sequer pela nossa presença. Cheirava a bosta. Baixei o olhar e tropecei com um ser lindo enganchado na lã do meu pulover. Mais tarde, os livros dir-me-iam friamente, para minha tristeza e desencanto, que se tratava só de um coleóptero. Tirei-o delicadamente do peito e agachei-me para o ver devagar. Augusto, solidário, estava de cócoras a meu lado. Pegou no insecto, de costas vermelhas ponteadas de negro, abriu a mão e disse:

— Joanhinha avoa, avoa, que o teu pai foi pra Lisboa montadinho numa broa.

Eu acabava de aprender duas palavras, broa e joanhinha, sem saber bem o que fazer com elas. O que é que eu ia fazer com a broa e com a joanhinha? Por que é que o pai da joanhinha havia de ir a Lisboa, montadinho numa broa? A broa nem sequer tinha pernas para andar. Caminhámos até ao coração da vila. Esperava-nos a Casa Velha. Era uma casa térrea, estreita e comprida, mesmo ao rés da estrada de macadame. Entortava-se um pouco, porque estava situada numa curva. Tia Alda, muito alvoroçada, recebeu-me com um grande beijo, muito estalado. Conheci quatro dos meus primos. Dois estavam ausentes. O Tomás tinha ido à Póvoa do Meio para tratar da matrícula na Faculdade de Direito. Outro, o Augusto Alberto, estava há uns anos no Brasil, com Zé Meneses Jr., que partira, anos antes, à procura de fortuna no Amazonas. Ana, a única rapariga, tinha na cara um sorriso rasgado. Todos me

fizeram uma grande festa. Depois sentámo-nos à mesa, que me pareceu enorme. Era a minha nova família. E eu era o novo benjamim. Tiago, que tinha então os seus nove anos, seria o meu companheiro. A casa era um corredor muito amplo, dividido numa sucessão de quartos. No meu havia uma cama, com colchão de palha centeia, e um grande presépio de madeira escura, coroado por uma cúpula, com o Menino na mangedoura, sob o olhar enternecido de José e de Maria, a ser adorado pelos Reis Magos, e uma multidão de pastores e lavadeiras a subirem umas empinadas encostas de musgo. Quando eu abria as adufas da janela, recebia logo a visita de um ramo de videira, fugido da latada. Acordava todas as manhãs com o gorjeio do pintassilgo e da toutinegra. Àquele tempo, a maior parte das habitações não dispunham de casa de banho. Nos quartos havia lavatórios, com armação de ferro, bacias esmaltadas que se enchiam com jarros de água tirada do poço. Aos sábados mergulhávamos numa tina de madeira, uma espécie de pipa serrada ao meio, que Aida, a empregada, muito laboriosa, enchia com água a ferver, tirada de uma grande panela, muito fuliginosa, que ela passava horas a aquecer no fogão de lenha. Era então quando se mudava de camisa. Nas traseiras da casa velha não havia jardim: havia um quintal. Ao sair, à esquerda, a fossa, com papel de jornal pendurado de um prego. Mais adiante, à beira do poço, o lavadouro de pedra, onde Aida ensaboava e batia os lençóis, que punha depois a corar na relva. Passado o tanque de lavar a roupa, estava o galinheiro. Havia galos mandões de cristas muito vermelhas, galinhas chocas, marrecos trôpegos, garnizés nervosos, fascinantes pintainhos amarelos. Depois vinha a adega, com o seu lagar e aquele cheiro a bafo avinhado. Ao fundo do quintal, a surpreendente pocilga, com um cevado à espera da execução. Mijávamos para dentro do chiqueiro, por uma fresta da madeira. Uma vez o porco abalançou-se, desarvorado, e quase arrancou a pila do Tiago, que ainda sentiu no prepúcio o contacto do focinho. Outra vez despejámos na comida do suíno um balde cheio de borras de vinho tinto. O animal apanhou uma grande cardina e andou umas horas aos tombos, sem quase se ter em pé. Do outro lado do quintal estava o armazém, com as suas enormes cubas de cimento vidrado e fileiras de pipas alinhadas. Ao fundo do armazém, começava o pomar. Havia uma macieira amável, de ramos baixos, que estava ali para que os meninos pequenos a ela trepassem. Augusto negociava em vinhos, tendo ficado com uma fracção do monopólio regional de Zé Meneses. Uma vez por ano recebíamos a visita do senhor Valentim, que, numa camioneta destrambelhada, trazia as pipas de tinto maduro de Tondela. Fora um grande jogador de pau, nas feiras das terreolas de Viseu e de Lamego. Dizia-se que tinha aberto a cabeça, com uma choupa, a um labrego recalitrante que, muito bêbedo, ousara macular o nome de sua mãe. Estou a vê-lo, com o rosto escandecido, o cabelo vermelho a esmorecer em grandes entradas,

os olhos muito azuis, as orelhas grandes. Contava histórias divertidas e intermináveis. Augusto Meneses interrompia a fala do Sr. Valentim, que narrava as suas façanhas de “varredor de feiras”, e, cravando os olhos no meu rosto, dizia:

*Ulisses nunca foi nada
Nem na faca nem no pau.
No que ele era menos mau
Era no jogo da espada.*

Volvidos quinze dias sobre a minha chegada, esbarrei com o dever, com a responsabilidade. Ainda estava a tratar de distinguir uma libélula de uma borboleta, quando todos se puseram de acordo para me regimentar. Eu era, *avant la lettre*, um disco passivo à espera da inelutável formatação. E que melhor lugar para o fazer que uma escola Conde Ferreira, uma das 120 escolas abertas, já lá vão muitos anos, por Joaquim Ferreira dos Santos, esclavagista metido a filantropo! Só com a penitência poderá o pecador atingir a redenção. Pediremos a Valdés Leal que nos pinte a morte. *Finis glorie mundi!* Os esqueletos calcam aos pés a coroa do rei e a mitra do cardeal. Pecado, arrependimento e contrição. E convém, de vez em vez, flagelar-se. A culpa tem que ser corrigida pela penitência. *Mea culpa, mea maxima culpa!* É a receita ibérica de Miguel Mañara que, curiosamente, sendo tão andaluz, provinha da Córcega. Como é velha a capilaridade europeia! Para chegar à escola, eu tinha de andar uns dez minutos, ao longo da Rua das Amoreiras. Pelo caminho ia encontrando os colegas, quase todos descalços. Alguns tinham tamancos. Eu era dos poucos que calçava um bom par de botas. E que, em vez da sacola azul de pano, tinha uma maleta de cabedal. Na sala esperava-nos D. Eufrásia, solteirona baixinha e anafada, já bem metida nos cinquenta, com os óculos, de lentes grossas, a escorregarem-lhe pelo nariz. Foi um dos raros casos de profissionalismo verdadeiramente vocacional que cheguei a conhecer. A sua vida eram os meninos. Eu tremia diante dela, tal como Tom Sawyer se sobressaltava diante de sua tia: “*Aunt Sally’s going to adopt me and civilize me, and I can’t stand it*”. A segregação sexual, na escola primária, era completa. Ainda por cima, a escola das meninas, para evitar as tentações, tinha sido construída na outra extrema da vila. D. Eufrásia fazia-nos trabalhar incansavelmente. Os seus alunos tinham que ser os melhores do distrito, quando fossem fazer o exame de admissão ao Liceu de Aveiro. Santa-luzia, a menina-de-cinco-olhos, fitava-nos ameaçadoramente de um canto da mesa. “Não há cousa melhor que a palmatória, / Que faz juízo ter e ter memória; / Que faz ter entendimento e ter vontade / Faz estudar, faz ter capacidade ...”. Aprendi a tabuada. Quando me enganava, caía-me a palmatória inclemente

nas mãos. Não sei quantos bolos levei. A letra com sangue entra! O que mais me aborrecia era os trabalhos de casa. Quando vinham as férias, eu começava logo a adiá-los. Eram coisas impostas, coisas que eu não queria fazer. Eu não queria saber nada de deveres e de obrigações. Preferia os canaviais do rio, a areia da Teixugueira, os eucaliptos da estrada de Pardilhó, os pinheiros mansos de S. Gonçalo, os figos e as ameixas do pomar. Nas férias do Natal e da Páscoa vivia imperturbado pelo amanhã. Primeiro o prazer e a emoção, na sua presença imediata e tangível. Mas o tempo, inexorável, passava. Ou era eu que passava pelo tempo? Amanhã. Depois de amanhã. No último dia, que quase sempre era domingo, tinha os trabalhos de casa por fazer e um grande aperto no peito. Dava voltas pela Praça, muito metido com os meus botões. Foram as minhas primeiras angústias, provocadas pela transgressão do sentido do dever que todos tratavam de me inculcar. Eu, de certo modo, já estava a insurgir-me — deixem-me ir buscar o termo ao futuro — contra a inevitável formatação. Já não havia tempo para solucionar aquelas multiplicações e divisões complicadas. E para fazer as intermináveis cópias. Para fazer o que eles mandavam fazer. Não o que eu queria fazer. E não havia paciência. Passava a noite acordado, contando as horas do velho relógio de parede camiliano, com o seu *Vulnerant omnes, ultima nequit* escrito no mostrador, ao qual também se dava corda como quem puxa um balde da cisterna. Eu, incapaz de conciliar o sono, ia contando o repicar crescente do tempo, interceptado pela badalada vibrante das meias horas. Depois vestia-me, tomava o pequeno-almoço, e encaminhava-me para o meu compromisso com a menina-de-cinco-olhos.

— O menino Ulissinho não fez os trabalhos de casa. Só pensa em brincar. Seu preguiçoso! Venha cá!

Ficava com as mãos vermelhas e inchadas. No inverno era pior, por causa das frieiras. Na carteira do lado, o Jorginho, muito desdentado, filho único do Dr. Celso, o oftalmologista, um garoto cheio de mimos, pálido e meio apandoleirado, que quase nunca saía de casa, a não ser para ir à escola e à catequese, exibia triunfalmente o seu caderno, devidamente preenchido numa letra regular e cuidadosa que revelava uma total carência de imaginação e de criatividade. Não tinha nada a ver com a minha desastrada caligrafia, que, não sei porquê, se inclinava anarquicamente quer para a direita quer para a esquerda. Jorginho era como uma vaca cega a dar voltas à nora. Depois, no recreio, levava, como prémio, o seu enxerto de porrada. Sempre que podia eu fugia para o rio. A escola era uma coacção. Estávamos numa República, mas era preciso saber de cor as datas da morte e do nascimento de todas as cabeças régias da Dinastia Afonsina. E até saber o que não tinha acontecido na Batalha de Ourique e nas Cortes de Lamego. Eu não precisava de tantos pais. Com um, sempre ausente, já me

sobrava. O rio era a liberdade. Ali podíamos pescar à cana pardelhas, robalinhos, bogas, e envisgar pardais no areal da Canhota. Meu primo Tiago, que só era três anos mais velho que eu, conhecia Ti Rodrigo, o moleiro. O homem fumava tabaco de onça e estava sempre a precisar de mortalhas. Zé Egídio, o irmão mais velho de Tiago, estudava para médico no Porto. Meu avô, antes de morrer, tinha-lhe deixado uma mesada suculenta para custear a formatura. Tiago surripiava mortalhas Zig-Zag ao irmão para as levar ao moleiro. Não é que fosse generoso e desinteressado. Defronte do moinho, presas com cadeados ao tronco de um salgueiro, havia sempre duas ou três bateiras, ao cuidado de Rodrigo. A troco das mortalhas, ele emprestava-nos uma bateira ao longo de um dia. E lá íamos nós, agarrados às varas, da Canhota à Ponte de Ferro, armados em Capitão Blood, Henry Morgan, William Kidd ou Sandokan, partilhando um maço de *Provisórios*, surripiado no *Pernas*. Do braço da escolarização chegou a catequese. Íamos todas as tardes, exceptuando o fim-de-semana, ao palheiro de D. Quitéria, uma lavradeira que orçava pelos noventa e tinha quatro filhos na Venezuela, consabidos bígamos bem estabelecidos no ramo da panificação e das famílias paralelas. A mulher, sentada num mocho de cerdeira, onde passara toda a vida a desesperar do regreso do marido, só falava do “castigo”. Todos éramos maus. Seria muito mais fácil tombar no inferno do que subir ao céu. Só o amor de Deus, que escrevia direito por linhas tortas, nos poderia salvar. Todos nós estávamos nas mãos da Divina Providência. E da piedade divina. Ai, as mamas daquela Piedade que conheci uma vez num Santo António, no meio daquele fedor a sardinha assada, que se metia debaixo da pele! “*Under the skin*”, dizia Sinatra. Todos nós, bons ou maus, dependíamos inteiramente da Sua vontade. Embora, neste mundo sublunar, Sinatra fosse quase tão importante como Deus. Deus, muito dado à punição, era mau, como D. Eufrásia, que estava sempre a ameaçar com a palmatória. A mim dava-me por pensar que tamanho teriam os ficheiros de Deus, intratáveis até para os modernos sistemas, com todos os seus avanços informáticos. Eu não acreditava que Deus não tivesse nada a fazer senão preocupar-se obsessivamente por nós. O que é que nós tínhamos de especial, num mundo carregado de coisas e de seres? O que é que nós tínhamos feito para que Deus nos distinguisse com tanta clareza? Éramos verdadeiramente os eleitos, feitos à Sua imagem e semelhança? Seria que Deus prestava a mesma atenção às formigas e às baratas? Acho que foi Xenófanes quem disse que se os cavalos os pudessem conceber, os seus deuses parecer-se-iam a cavalos. Depois deu-me que pensar de donde lhe viria a D. Quitéria aquela veia calvinista. O céu, com aqueles anjos etéreos, de asas brancas, devia ser muito aborrecido. Tão aborrecido, pelo menos, como a missa. O inferno parecia mais animado e divertido. Depressa cheguei à conclusão de que tudo aquilo era uma treta pegada. Mas havia coisas mais

importantes. A vida depara-nos surpresas. E para mim foi uma verdadeira surpresa conhecer o alfaiate Villar. Estou a vê-lo, em mangas de camisa, com o cabelo desgrenhado e a fita métrica pendurada do pescoço, o giz numa mão e a tesoura na outra, a dizer, com voz rouca:

— Tartumilo, tartusendo, cucudrulo, crocodilo, a Mulher Eléctrica e o Homem Macaco, e o caracol, que na realidade é o animal mais forte, pois pode com a casa às costas!

O que fazia a Mulher Eléctrica com o Homem Macaco e o caracol com o tartumilo? E quem era o tartusendo? Aquilo parecia-me sublime. E outras vezes, muito sentencioso:

— A bicicleta é o único meio de transporte em que a besta puxa sentada.

E ainda:

— O homem não está feito para trabalhar e a prova disso é que se cansa.

Nunca vi o Villar na rua. Ainda tenho, perdida algures entre os papéis, uma fotografia que me imobilizou a ingerir a sagrada hóstia, dentro do fato que ele cortou para tão solene ocasião e que levava um lacinho branco na ombreira. “Deus existe porque tudo persiste”. Que questão tão mirambolante! Não me lembro do sacramento solene, mas lembro-me perfeitamente da merenda lauta que nos foi dada depois. E também da estúpida devassa que, dias antes, teve lugar no confessionário. O Sr. Reitor queria, à viva força, que eu lhe confessasse os meus pecados. E eu, com os meus seis anos, não tinha pecados que lhe confessar. Nem sequer *peccata minuta*. Uma criança de seis anos não pode ter pecados. Trata-se de impor, desde a idade tenra, o sentido da culpa. O homem é, essencialmente, mesmo que seja uma criança, um ser culpável. E culpado. Desde a primeira desobediência de Adão, carregávamos uma versão pesada do Pecado Original, mas eu, que sem o saber já era pelagianista ou sociniano, resistia-me a acreditar em transgressões pelas quais não era directamente responsável. Eu, na minha inocência, achava que tudo aquilo, com tanta negatividade, era uma maneira deliberada de empobrecer o homem. De lhe roubar energia. E dignidade. Sem o saber, eu já era nietzschiano. Mas sem sentido trágico. Não se podia fazer nada que fosse criativo, que rompesse a monotonia imposta pelos altos estamentos. O pecado, pelo menos, permitia saborear a transgressão. O Reitor, com voz cícora, insistia sobretudo nos maus pensamentos. E nos pecados da carne. Não devia aceder ao apelo das pernas e dos peitos. Tinha eu olhado para o decote de D. Libânia, que ele passara toda a missa a contemplar? Cuidadinho, que o decote de D. Libânia era só dele! Por acaso eu até tinha reparado, pois não havia maneira de esquivar aqueles agressivos promontórios. Esgaravando na minha consciência, o Reitor só descansava ao encontrar duro onde morder. Eu tinha roubado uma moeda para comprar um bolo? Sabia lá eu o que era roubar. O que eu queria era o bolo! O bolo estava ali, no mostrador da pastelaria, muito oferecido, a dizer come-me. Os

recursos de que eventualmente me poderia servir para o obter careciam de importância. O que era preciso era comer o bolo. Não, dizia o Reitor, aquilo era um pecado. Transformava em pecado o que bem poderia ter sido, simplesmente, um expediente inevitável para satisfazer o meu saudável apetite. O erro corrige-se, sem que seja preciso despejar nele um balde de água benta. Não precisamos para nada da *miracoulose* água de Lourdes. Nem da de Fátima. O que é preciso é roubar a moeda dissimuladamente, sem que ninguém dê por isso. E comprar depois o bolo com ela. Como penitência, somando o bolo e o decote de D. Libânia, o Reitor encomendava-me uma enfiada de pai-nossos e ave-marias, entremeados com alguns credos, que eu não rezava, trocando-os por excursões com o meu aro à volta da Praça. A minha missão, àquele tempo, era gozar da minha saúde inconsciente. Eu era um animalzinho são que nem sequer tinha aprendido bem a pensar. E que não sabia o que era pecar. Pensava, e por vezes até pecava, mais por associação imediata de ideias que por intencionais inferências lógicas mais ou menos rigorosas. Por exemplo: se não fazia os trabalhos de casa, levava com a palmatória. E não fazer os trabalhos acaso era um pecado? Quem é que queria trabalhar quando havia bateiras no Louçã e pardais na Canhota para fisgar? Eu tinha a certeza, a convicção, de que a palmatória era preferível aos malditos e enfadonhos trabalhos. Os espaços abertos bem valiam uma dúzia de bolos. “O homem não está feito para trabalhar e a prova disso é que se cansa”. Eu queria os factos nus, sem além nem aquém, sem que houvesse nada de telhas acima. E depois, na minha cabeça, brincava com os trabalhos de casa e com a palmatória, que passeava à minha maneira ao longo da Praça, pendurada do meu aro. E se eu lhe desse um monte de bolos a D. Eufrásia e a mandasse fazer os trabalhos de casa dos vinte e seis meninos que havia na sala! E se eu desse dois murros naquela mulher tão mandona e lhe partisse os óculos! Foi então quando, ainda inscientemente, me sublevei contra a cultura da culpa. E contra a da obediência. E contra a da vergonha. E quando aprendi a dizer palavrões. “Sirilico-tico-tico, quem te deu tamanho bico? Foi o velho furrunfunfalho, foda-se vá prò caralho!” Ou “Maria da Conceição / Sua puta seu coirão / Quem cagou ali na escada? / Foi o velho furrunfunfalho / Foda-se, va prò caralho!”. Eu não sabia bem o que algumas daquelas palavras significavam, além de ignorar quem era o velho Furrunfunfalho e a Maria da Conceição, mas reparava que os adultos estavam permanentemente a censurá-las, ameaçando pôr pimenta na língua. Alguns até se exaltavam quando as ouviam, prometendo tabefes. Eles queriam chamar-me ao seu grupo, à sua seita. Mas eu, na medida do possível, gostava mais de andar por minha conta. Depressa descobri o *kick* que dá a transgressão. Eu pensava, então, que os bebés nasciam pelo umbigo. Para que outra coisa havia de servir aquela coisa tão estranha no meio da barriga? Depois meu primo Tiago disse-me por onde

saíam. Depressa cheguei à conclusão, sem tomar as coisas tão a sério como Baudelaire, que não nascíamos. Éramos mijados. O bramido prolongado da sirene, que estava instalada no centro da Praça, também foi uma experiência surpreendente. Um toque queria dizer que havia um incêndio; dois toques indicavam um desastre. Ou ao contrário: dois toques indicavam um incêndio e um toque revelava que havia um desastre. Já não me lembro bem. O incêndio é necessariamente um desastre, embora nem todo o desastre queira ser incêndio. De repente, em coisa de segundos, os homens começavam a sair, precipitadamente, das casas e das lojas, e, saltando para as bicicletas, pedalavam vigorosamente em direcção ao quartel dos Bombeiros Voluntários de Lameiros. E, das janelas, as mulheres perguntavam:

— O que é que foi?

E alguém, bem informado, respondia:

— É um incêndio, em Salreu.

Ou:

— Um desastre, uma motorizada na passagem de nível da Teixugueira.

Ou ainda:

— Foi uma vaca que caiu a um poço, na Arrozinha.

Uma tarde, desatei a correr para o Agro, onde se declarara um incêndio. Era uma casa de dois pisos. O fogo já ganhara o segundo andar, depois de ter pegado na cozinha. Pelas janelas saíam labaredas. Uma mulherzinha, com o rosto lavado em lágrimas, dizia:

—Ai, a minha casinha! Onde é que eu vou viver agora?

Assustado, desfiz o caminho e arremessei-me para casa, ofegante. Aida, que, ajoelhada, desencordia o soalho com uma escova de piaçaba, levantou a cabeça e disse:

— Donde é que o menino vem? Parece a modos que esgazeado!

Tudo isto coincidiu com outra experiência memorável. Augusto Meneses alugara a casa contígua à Banda Sinfónica de Lameiros, que meu primo Ernesto chamava basqueirofónica. Não sei bem o que aconteceu, mas a Banda acabou por se desagregar. Um dos seus principais sustentáculos, um *brasileiro* de Vassouras, assoberbado pelas dívidas, pelo jogo e por operações financeiras imprudentes — dizia-se que pusera casa mobilada no Porto a uma opulenta mulata de Salvador —, abriu falência. E a fanfarra devia a Augusto Meneses uns anos de renda. E lá ficaram, penhorados, os instrumentos da Banda, o óboe e a flauta, o saxofone e o clarinete, a tuba e a trombeta, mais um bilhar com o feltro esburacado e cheio de nódoas, duas mesas verdes de jogo muito coçadas, e um minúsculo cenário de teatro, enquadrado numa folhagem de policromo estuque algo descorado. E, na parede da sanita, em letra vermelha, encontrei uns versos sublimes:

Ó tu que estás a mijar,
Sé es amigo da Nação,
Manda já prò Salazar
Aquilo que tens na mão.

Eu vira o Salazar da escola. O seu retrato estava pendurado da parede, em cima do quadro, debaixo do crucifixo. Ao pé dele havia outra fotografia, a de um militar muito sério, com um grande bigode e muitas medalhas no peito. Quando voltei à escola, em 1952, depois das férias grandes, tinha-lhe caído o bigode, embora conservasse a farda. Não sei se eram homens diferentes com a mesma farda ou se eram fardas diferentes, que bem podiam ser as mesmas, com o mesmo homem.

— Quem é o Salazar? — perguntei ao meu primo Zé Egídio, o que estudava para médico no Porto.

— É quem manda no país — respondeu ele.

— É o rei? — inquiri.

— Não, mas é como se fosse. Só lhe falta a coroa.

E meu primo Zé Egídio não disse mais nada. Depois vim a saber que o Salazar vivia sozinho, sem mulher e sem filhos, com uma governanta que lhe fazia o almoço e lhe tratava da roupa, num palácio de Póvoa Grande, donde saía, de vez em quando, para fazer uns discursos monótonos na Emissora Nacional, com uma voz quebrada e mortiça que pedia meças à do Sr. Reitor. E também soube que ele gostava de mandar. Não sei o que faria no tempo que lhe sobrava de dar ordens, que não devia ser muito.

3

A vila de Lameiros, para quem vinha de Aveiro, nascia com uma encosta íngreme que, arrancando do rio Louçã, enquadrado em milheirais e orlado de freixos, salgueiros e latadas, atravessava a Ponte Nova e ia desembocar num pequeno planalto. Os Paços do Concelho, na junção de cal e granito própria do Norte, num estilo neoclássico algo descorado, espreitavam uma praça rectangular, toscamente asfaltada, bordeada por uma dúzia de árvores enfezadas. A

Câmara era o único edifício notável da vila. Abundavam as casas de dois pisos, com os seus quinchosos e milheirais trabalhados por lavradeiras, porque os *homes* tinham partido havia muitos anos para a Venezuela e os Estados Unidos, deixando as mulheres a tomar conta das cortelhas e dos milheirais. A Praça ia-se afunilando e depois, num socalco, engasgava-se, numa curva repentina, na estrada que subia para Ovar. Do outro lado, ocupando todo um costado da Praça, estavam as lojas. A retroseria do Costa, seco e eficiente, que, como maior mérito, tinha uma cunhada muito boa e espalhafatosa. Andava pela Praça, de saltos altos, a abanar o corpo, cheia de *glamour*, num grande desbragamento de quadris, concitando olhares ávidos. Tinha uma boca grossa e carnuda que parecia um desentupidor de canos. A mulher, apesar de tanto exibicionismo, conseguia ser fiel ao marido! Depois a farmácia do Couceiro, que tinha um filho deficiente, o Carlinhos, sempre na sua cadeira de rodas, que cada um de nós se ia revezando em empurrar. Sabia o nome de todos os remédios e, às vezes, quando o pai ia beber o seu café ao *Mouzinho*, era ele quem aviava as receitas. Mais adiante, a mercearia do Sousa, que, de seis em seis meses, punha à venda uns rebuçados que proporcionavam, ao felizardo bafejado pela sorte, uma flamante bola de futebol de verdadeiro cabedal, tal e qual como as que rolavam nos estádios. Era um arrecadar de tostões, na esperança de acertar. A mim, particularmente, o investimento saiu-me sempre furado. E, paredes meias com a mercearia, a papelaria do Matias, quem, segundo constava, levava da mulher. Era um careca terno, pálido, de voz ciciosa. Dizia-se que, além de levar da mulher, levava também no cu, mas eu estou convencido de que nunca saiu do armário. A loja de ferragens do Viegas, bruto e corpulento. Andava sempre muito atarefado, numa camioneta desengonçada, de carburador acatarrado, que levava à ilharga escrito o seu nome, em eufóricas letras vermelhas: **VIEGAS**. Quando me via, olhando-me do alto do seu metro e noventa, dizia:

— Então, como é que vai o ilustre jovem?

A loja de panos do Cambados, um encorpado galego entrado em anos que tinha sempre no canto da boca o toco de um charuto apagado. A pastelaria-barbearia do Pessoa, com dois velhos de bigode, nas suas batas brancas, a escanhoar rostos afáveis. A agência de viagens do Narciso e o ocasional emigrante, de sapatos vermelhos, calças verdes e camisa amarela, um estranho papagaio beirão que tratava de ajustar um bom preço para as suas viagens. Era provável que tivesse alugado, num *stand* do Porto, um enorme Studebaker, para dar a impressão, em Lameiros, de que enriquecera nas Américas, quando na realidade era um simples mecânico numa garagem caraquenha de *La Pastora*. E no vértice sul, a capela de Santo António. O Santo tinha um protagonismo itinerante e ia passando de casa em casa,

transportado por um acólito, de opa e solidéu, que tangia incansavelmente uma campainha. Parece que só então saía da Capela, porque eu não o via em nenhuma outra ocasião. As senhoras, muito devotas, depois de contribuírem com uma “esmola” de cinco ou dez escudos para terem o privilégio de o acolher durante dois ou três dias, depositavam-no num lugar de eleição e iam-lhe acendendo bugias e lamparinas. E alguma delas até lhe acendia uma vela de arrátel. E, cada vez que passavam diante da estátua, benziam-se (havia até quem se desse ao trabalho de se persignar) muito devotamente. E, três vezes por dia, uma oraçõzinha em condições diante da estátua, que o António é muito casamenteiro e a minha rica Preciosinha, com os seus dezoito anos, precisa de um marido em condições. O Delmar era baixinho e com óculos, “o baixinho dos óculos”, mas, recém-licenciado em Direito, já tinha aberto o seu escritório, onde bocejava à espera dos pleitos que nunca chegavam. “Mariazinha, ele não é um Adónis, estamos de acordo, mas dá-te segurança”. Os sábios conselhos de Mamã e da tia Odete. Creio que os grandes amores daquele tempo desembocavam no mar da conveniência. Sem ir mais longe, tenho o exemplo de meu pai. Ao domingo, às dez da manhã, os homens envergavam o seu único fato decente para assistirem à missa, muito engravatados. Passeavam primeiro pela praça, a trocar impressões. Conheciam-se há dezenas de anos, mas muitos deles ainda se tratavam por senhor. Sempre me fez confusão, na Póvoa, a profusão de apertos de mão quando as pessoas se encontram. Chega só um gajo, e tem que apertar a mão a dez. Ou a vinte. Não bastaria com um fraterno aceno de cabeça? Ou com um *halo* decidido, como fazem os ingleses. Nem falar daquela porcaria dos três beijos em cada face que é privilégio dos franceses. Ou o abraço apertado do *castellano viejo*, que te pode combalir as costelas. As mulheres, na medida do possível, procuravam estar elegantes quando iam à missa. Os jovens, muito vaidosos, com o cabelo trabalhado numa poupa à Elvis Presley, bem grudada por abundantes doses de brilhantina, numa antecipação do *Greasy* de Travolta, e as calças muito apertadas, o pente a assomar do bolso traseiro, engraxavam depois os sapatos, à porta do café, em poses estudadas que tratavam de chamar a atenção das meninas. Das meninas opacas que, quando muito, deixavam, ao passar, que lhes bailasse no rosto um sorriso reticente, perdido entre a promessa e a repressão. A promessa problemática, cheia de enredos que levavam ao casório. Casar era a opção mais compensadora. As garotas, em Sevilha, haviam de me dizer, anos mais tarde: “*Lo que yo busco es un hombre que me quite de trabajar*”. A mulher, alienada por séculos de servilismo, queria ser dona de casa. Tinha, como ideal de vida, o ser dona de casa. O *marketing* primário da rádio e da televisão, acabada de chegar, impunha, como prova de amor sincero, que o marido oferecesse uma primária máquina de lavar roupa à

sua querida mulher. Era a poesia que davam aquele tempos. “Iogurte Veneza: a saúde à sua mesa”.

O engraxa chamava-se Quim Pestana, mas toda a gente o conhecia por Napoleão, porque alguém lhe encontrara uma forte parecença com o grande Bonaparte, tal como o representou Paul Delaroche. Joe, o filho de D. Benvinda, nascido e criado em New Jersey, que na realidade se chamava Zezinho, e tinha as suas raízes em Pardilhó, trazia de Hoboken discos de Frank Sinatra, Goree Carter, Jimmy Preston, Perry Como, Pat Boone, Bobby Darin, Jerry Lee Lewis, Fats Domino, Bing Crosby, Nat King Cole, Neil Sedaka, Connie Francis, Frankie Avalon, Patti Page, Tony Bennett, e Frankie Laine. E umas camisas esquisitas, cheias de barras e de estrelas. À sua maneira, os sacanas dos americanos eram tão pategos como nós. A única diferença é que em vez da *Rosinha dos Limões* de Tony de Matos tinham o *Rock Awhile* de Goree Carter! Mas eram tão primários como a puta que os pariu. Foi na loja de D. Benvinda que eu ouvi por primeira vez o *Only you* dos Platters. E o estrondo latino da banda de Xavier Cugat, onde pontificava uma escultural Abbe Lane, que, nascida em Brooklyn de família judia, nada tinha de *caribeña*. Que diferença há entre um patego de Frossos e um *redneck* de das montanhas de Tennessee, envolvido no seu *moonshine*, no coração dos Apalaches? Conheci o filho de um emigrante de Pardilhó que, ao nascer, nos tempos da *Lei Seca*, também chamada, Deus sabe porquê, *the Noble Experiment*, tinha sido lavado com a água quente do alambique, numa obscura cidadezinha de West Virginia.

Nas novenas de maio, quando a capela estava coalhada de gente, os rapazes mais velhos, naquela confusão, procuravam o encosto de um bom traseiro. Já se sabe como são as coisas. Havia as que gostavam e, muito conseqüentemente, se deixavam ficar, coordenando tal decisão com a pertinente avé-maria. E tremiam, gaguejando as orações, quando chegava o momento. Havia quem movesse habilmente o traseiro, como uma máquina de lavar a roupa à hora de centrifugar. Aquilo já não era gosto: era vocação. E também havia as que não gostavam, mas tinham um medo enorme ao escândalo. E, para não escandalizar, também se deixavam ficar, com o rosto muito afogueado pela consciência da indignação reprimida. E quem sabe se até do pecado. Como se uma boa enrabadela fizesse mal a alguém! Algumas também chegavam a tremer. E até a gaguejar. De quando em vez, interrompendo os rezos, caía-te em cima, num sussurro irado, o “Sacana do fedelho! O filho da mãe não tem vergonha na cara!” da enrabada relutante. A enrabada relutante era a mais prometedora e perigosa de todas elas. A sua rejeição não ocultava o seu ardor. Na verdade, revelava-o. Era plenamente susceptível de conversão. Podia-se-lhe dar a volta, como a uma peúga. Todo aquele agastamento provinha da vertigem do desejo, amordaçado. Quando se rompessem os diques,

já não poderia enfrear a enxurrada. Era a repressão o que lhe emprestava aquele tom zangado. Era a mais incerta, mas, bem levada, poderia demonstrar uma grande tendência para a degeneração progressiva. Estava feita para o prazer. Quando estava a fazer amor, não fazia outra coisa que exercer a sua vocação. Nascera para os frémios do leito, para a respiração descompassada, para o gemido desgarrado e a permanente invocação do *agora*. Agora, agora, agora! Domesticada, não tardaria a encontrar o seu amante. E, depois, os seus amantes. Com um bocado de sorte, poderia chegar a ter um apartamento, na Avenida de Roma, para receber cavalheiros selectos, a vinte rosas cada sessão. E, na grande cidade, resguardada no anonimato, poderia ser conduzida a abismos de perversão, sempre que se tivesse uma ideia clara do que perversão significava, o que, nos tempos que corriam, se revelava altamente complicado.

Era difícil ter vida privada em Lameiros, porque todos os olhos repousavam em ti. Até quando estavas a enrabar sigilosamente matronas nas novenas de maio, estimulando por breves minutos a enfadonha rotina do existir quotidiano. Continuando a falar de estímulos, naqueles tempos, pouco sofisticados, ignorantes dos psicotrópicos, a saída natural era o vinho, sobretudo para o trabalhador bronco e descamisado. E até para o estudante. O nível de alcoolismo era elevado. Na Praça havia quatro tabernas. E dois cafés. Um, encostado aos Paços do Concelho, era o café da gente bem. Funcionários da Câmara, professores, o juiz, o notário, o conservador do Registo Civil, os três médicos da terra, o veterinário, o morgado, o jornalista, que todas as semanas imprimia o *Jornal de Lameiros* para matar saudades aos que haviam partido para o desterro ultramarino, os engenheiros da Quimipor, quatro ou cinco advogados indolentes, meia dúzia de meninos-bem. O notário tinha a mania de que era escritor. E passava a vida a escrever no café, numa balbúrdia de papéis, fumando nervosamente uma enfiada de cigarros. Deviam ser atitudes copiadas de Paris, embora o *Café Mouzinho* de Lameiros não fosse bem o *Les Deux Magots* de Saint Germain-des-Prés. O ambiente de Lameiros era tão acanhado que nem sequer dava para produzir pseudo-intelectuais. Vivia-se entre a cultura rural e a mercantil. Entre a colheita e o cambalacho. Em Lameiros eram poucas as pessoas verdadeiramente inteligentes, mas não faltavam os tipos espertos. Ali estavam, defronte dos seus cafés e dos seus bagaços, todas aquelas pessoas importantes, tão instruídas e solenes, envolvidas em aborrecidas conversas animadas. E olhando de soslaio para as tabernas, que desqualificavam as pessoas. Eram a porta da degeneração. E da despromoção. Era coisa insólita, isso de um homem convenientemente engravatado entrar numa tasca! Só os assalariados, os que vendiam a sua abrutalhada força de trabalho, entravam nas tabernas. Tinham que curtir as suas frustrações. Quim Pantanas, o

pedreiro, solteirão de cinquenta e oito anos que, quando se embebedava, queria sempre matar a sua mulher, a mulher que não tinha e que nunca teve, saía da *Cova Funda* aos tombos. *Tó Gato*, com os copos, garantia que já urinara ao longo de todo o perímetro da Praça, num mesmo e contínuo jacto. De aí lhe vinha a alcunha de *Mijalonge*. Era um poeta atirado às urtigas. O *Zé Anão*, enfiado num velho casaco que lhe chegava aos joelhos e quase lhe servia de sobretudo, afundado numa esbórnica permanente, deixava-se ver na Praça, com o pene bem grande à mostra, assediando verbalmente as senhoras, muito dignas, que passavam, empertigadas, com os olhos pudicos cravados no chão, do braço das suas meninas, que, por vezes, roídas pela curiosidade, com o sangue a subir-lhes ao rosto, espreitavam, de esquelha, aquele cacete insólito. E, digo eu, quantas vezes não se terão masturbado as virtuosas meninas ao lembrarem-se do glorioso bacamarte do *Zé Anão*?!

—Ai, é a Senhora D. Prazeres! E a menina Teresinha! Está tão boa a mãe como a filha! — garantia ele.

Ninguém intervinha. O *Zé Anão* tinha carisma institucional. Era-lhe dada licença para prolongar o Carnaval ao longo de todo o ano. Como o mendigo aboletado às festas homéricas, ele atraía todas as nossas impurezas. Era o refúgio das miasmas. Às vezes levavam-no para a *Cova Funda* e, depois de o prenderem a uma cadeira, no meio de grande galhofa, e de lhe emborcarem nas goelas uns bons quartilhos de tinto, rapavam-lhe a cabeça. Acontecia que, naquela balbúrdia, abriam-lhe excorciações no crânio e ele saía, encharcado de tinto, a pingar sangue, como um touro indultado. Ia aos tombos e, muito aconchegado, acabava por curtir a bebedeira num banco da Praça. Era a parte camiliana da nossa cultura. Mais genuína que a afrancesada versão realista de *Eça de Queiroz*. Os outros habitantes da vila andavam com a sua *aurea mediocritas* às costas, envolvidos num sobreviver mais ou menos digno. Como tinham todas as conveniências da vida ao alcance da mão, raramente se deslocavam à cidade em busca de bens supérfluos, entre outras razões porque careciam de cabedal para os adquirir. Longe de qualquer sofisticação, eram pessoas simples e frugais, mesmo ignorando que a temperança a que estavam obrigados era, mais do que uma virtude, uma insalvável imposição. Em Lameiros havia quem se vestisse de lavrador e quem se vestisse de senhor, mas no fundo, com ou sem verniz, todos eram os mesmos pategos. A indumentária revelava imediatamente a posição social. Era uma sociedade onde cada um tinha o seu lugar determinado, onde, mais que o conformismo, reinava a resignação. O indivíduo selecto achava-se muito especial, mas nunca deixava transparecer a sua convicção. Para quê, se era dono da fábrica de ferragens, de duas tijoleiras, e representava o Taunus alemão, que realmente era da Ford, ou o recém-chegado Datsun nipónico. A injustiça distributiva era parte da natureza das coisas. O senhor,

que para ser perfeito devia ser doutor ou proprietário abastado, envergava fatos impecáveis; o lavrador andava de boina, de calças de ganga e de tamancos. O Dr. Semedo tinha um carrão; o Chico de Pardiais, quando muito, uma bicicleta. Uns estavam no lado de cima; outros, do lado de baixo. *Chicha*, no vale da rua, continuava a pedir-me pão. Em cima, o que se diz em cima, só estava o Morgado, o da Quinta das Fontainhas, que além de latifundiário era nobre. Naquele caso, o dinheiro nadava em sangue azul. O seu filho, de vez em quando, aparecia montado num bonito baio inglês que ele, muito exibicionista, fazia caracolear quando entrava na Praça. Era o aristocrata da terra. Seus gestos denunciavam uma grande mesura. Quando falava da mulher nunca dizia o seu nome. Na sua identidade funcional, ela era a Morgada. Todas as morgadinhas, com canaviais ou sem eles, deitadas na marquesa, espécie de canapé largo, com assento de palhinha que já estava a dar sinais de uma certa erosão. Embora talvez seja conveniente dar a entender que dentro da “Minha mulher” também cabiam muitas das mulheres dos outros, pelo menos episodicamente. Os desvios eróticos eram muito da nobreza. Os nobres esquivavam a moralidade convencional. O morgado juntava-se aos burgueses, embora só tivesse espírito burguês no que diz respeito aos manejos financeiros. Nunca o vi entrar numa taberna, como faz o aristocrata andaluz, agarrado a uma *bracera* opulenta, possuída no meio de formigas, relva e gafanhotos, na incomodidade intratável da Natureza, com uma lua do tamanho de um queijo a alumiar o acidente. O andaluz é mais descarado que o povoense na exibição dos seus vícios, talvez porque sabe que os seus desmandos serão mais amplamente compreendidos. E até perdoados. O Sul dá-se bem com o excesso, enquanto o Norte peca por defeito. O “*qué dirán*” não tem grande importância para o andaluz. Mal iria a coisa se não se dissesse nada! O adultério do ministro, que no Reino Unido desencadeia a sua demissão imediata, é, na Península, aplaudido pelo votante, sobretudo se a mulher que o causa estiver boa de morrer. É uma maneira de ver as coisas que nos veio de França. Um senhor que se preze deve ter a sua *maîtresse*. É o modo mais à mão de romper a monotonia. A transgressão, transformada em digressão, será desculpada imediatamente se se tratar de un *une belle gosse*. Aquele gajo é que sabe! O povo não critica a poligamia pelos seus defeitos essenciais, se é que os tem, mas sim pelo seu descaro. É a história da mulher de César. O parecer e o ser, com uma boa dose de ironia igualitária, confundem-se. Pode-se ser muito puta, passando por senhora honrada. Tão honrada pelo menos como qualquer honrada galdéria. O sevilhano exercita uma anarquia irónica. Uma anarquia hedonista. Vai detrás do prazer, do “*buen rato*”. É presentista. Quer que a acção e a sensação se conjuguem. As insondáveis profundidades íntimas ficam reservadas para a tragédia. Serão coisas de Séneca ou de Racine. O andaluz gosta da festa que se organiza à volta da milenar crença dogmática,

banhada de palmas e *manzanilha*, com um bocado de *chocolate* ou de coca pós-modernista, sem por isso dar grande importância ao seu conteúdo estritamente religioso. Gosta mais da procissão que da ascética cela. A moralidade imposta merece-lhe um sorriso. A questão é andar distraído pela vida. Pelas histórias da vida imediata. Enquanto o andaluz procede a um *emplotment* caprichoso da vida quotidiana, ao *montar o seu rollo*, o homem do Norte, mais agarrado ao senso comum e alérgico à surpresa, vive a vida em circunstâncias ponderadas, previstas. Prefere a acumulação à criação. O andaluz é mais vivencial e visceralmente criativo que o homem do Norte. Por isso resulta muito mais divertido. Quando travas um diálogo, em Sevilha, ouves sempre coisas que te surpreendem. O sevilhano desorganiza os teus critérios de previsibilidade. Na Póvoa ou em Astúrias, qualquer saída fora do comum resulta surpreendente. Em Andaluzia nada te assombra. O andaluz vive para fecundar o dia a dia, sem cair em projecções imaginárias de um futuro ausente. “*Sentaito en la escalera /Esperando el porvenir / Y el porvenir que no llega*”. O andaluz absorveu plenamente o *carpe diem*. Parte-se do princípio que o amanhã vai suceder ao hoje, normalizadas as surpresas e as oscilações. E quando o eventual enredo se desmancha, a solução: “*Se acabó el rollo!*”. O trabalho é imposto ao homem do Norte. Se não trabalha, não come. Diferentemente do andaluz, ele não encontra, enquanto trabalha, tempo para o ócio. Vive, ao longo do ano, uma reiteração monótona de factos que nunca chegou a costurar em argumento. Não é o *torcedor* da *Partagás*, em La Habana, que, enquanto encapota um *petit Corona*, ouve como, no alto de um púlpito, o leitor, em voz bem alta, desfia um romance de Pereda ou de Martí. Pelo menos os dedos de Baldomero trabalham entretidos. O homem pós-moderno, na sua querida democracia, bebe e esperneia. Bebe à vista de todos, mas esconde-se para espernear. Esperneia em casa, como os olhos marejados de lágrimas, muito frustrado, sentado defronte do espelho. Sobrevive. Vive no mundo da contingência, de costas voltadas à problemática e anacrónica essência. Não quer saber de causas. Trata de adaptar-se aos efeitos, de consequências imprevistas, que tantas vezes são defeituosos. Enfastiadamente distraído, ocupado em milhares de solicitações indiferenciadas, entre sons e reflexos, o povoense, tal como o inglês, é muito recatado nos seus vícios. E muito expedito, diferentemente do inglês, ao julgar os excessos alheios. Vê uma simples palhinha no olho alheio mas não vê a viga no seu próprio olho. Contarei um episódio ilustrativo, que teve lugar muitos anos mais tarde. Uma vez, diante de um lauto almoço, meti conversa com um velho catedrático da Póvoa do Meio. Começámos a falar da crise de valores que nos assediava.

— Imagine que há uns meses, numa esplanada, meti conversa com uma moça que estava sentada na mesa propínqua. Pensei que fosse uma estudante. Acabou por me pedir cinquenta rosas.

O Zoilo fita-me nos olhos, muito sério, e ejacula esta preciosidade:

— Eu sempre pensei que o vício deve ser discreto!

Ele tinha costurado a intriga pelo lado condenatório, ressentido. Pessoas da minha suposta índole já tinham encontrado assento definitivo no seu índice. De acordo com o seu código, eu tinha-me transformado numa entidade culpável e definitivamente culpada. Numa entidade sujeita a erosão condenatória. A cultura da culpa no revirar do segundo milénio! Não dá para acreditar que na sociedade povoense exista gente assim! Ou assaaadooo. Tal como se está a mexer o mundo, é uma tomada de posição anacrónica. É preciso intervir, meter-se com quem entrosa os valores e qualifica dogmáticamente as decisões. Eu, senhor Zoilo, não gasto cinquenta rosas numa pega qualquer. Eu sou um homem de bom gosto. Para mim só contam as galdérias que estão bem acima dos dois mil euros. As que tu, Zoilo, recalcado e forreta, nunca pudeste ter. Foi devido a esses censuráveis manejos que não fiz grandes amizades na Póvoa. Porque nunca me avim contigo e com os teus pares, querido Zoilo! Como é que as ia fazer, eu, sempre tão desatento e insolidário e nada inclinado à discrição. E ainda menos à censura. Contradigo-me, reservando o meu direito à contradição, porque acabo de censurar o meu querido Zoilo.

Quando fazia bom tempo, meu primo Ernesto, encarregado por Augusto Meneses de cobrar dívidas, endireitar calotes e registar encomendas, levava-me, depois do almoço, em excursão comercial às tabernas e casas de pasto do Concelho. Às vezes, excedendo os limites de Lameiros, chegávamos até à Murtosa. Eu, com os olhos muito abertos, ia sentadinho no quadro da bicicleta, onde Ernesto havia disposto uma almofada. Tinha licença para, de vez em quando, tocar a campainha. D. Hermínia, que tinha uma tasca em Veiros, ao pé do Cruzeiro, aprezava um barril de quarenta canadas. O Sr. Celestino, no Bunheiro, desfazia-se em desculpas, porque, naquele momento, só podia liquidar metade da dívida. Que os tempos estavam maus e os fregueses, em vez da pinga de maduro do bom, o que queriam agora era cerveja. Havia quem se declarasse insolvente, com o maior dos descaros. Por vezes apanhávamos a lancha no cais da Béstida e, atravessando a ria, íamos à Torreira. Ainda tenho gravado nos sentidos, ou na memória dos sentidos, se é que os sentidos têm memória, aquele cheiro intenso a óleo, a breu, a moliço, a algas e a maresia, embora tudo isto sejam conceitos, porque eu, ao recordar, não estou a cheirar nada. Exercitada sempre *in absentia*, a memória só cria suposições. Mas ainda há gente que confunde o magma da memória com o verdadeiro

conhecimento *de re*. A memória é arbitrariamente selectiva. Por vezes só convoca o que carece de importância. E passa por alto tudo o que reprime e elimina, embora à custa da inevitável neurose. A memória, como o sonho, conta o seu conto. E tal conto pode muito bem não coincidir com o conto vivenciado directamente pelo seu sustentáculo empírico. O sujeito que ainda existe convoca o sujeito, transformado agora em objecto, que já há muito deixou de existir. É o mesmo Napoleão o de Austerlitz que o Napoleão derrotado, o caído sujeito de Elba que, amargurado, recorda Waterloo? Ou são todos um mesmo e único Napoleão? Eu sou eu desde que tenho consciência (de mim?), numa continuidade ininterrupta. Mas é o mesmo *eu* o que há sessenta anos ia para a escola, preocupado com a voracidade da palmatória, e o *eu* que está agora, bem metido nos setenta, a rabiscar este escrito? “O que foi não é”, dizia Pessoa. E tinha toda a razão, porque para isso dispomos do pretérito perfeito. Não há nada pior que recordar as glórias passadas em tempos de crise, sobretudo quando a crise tem um carácter decididamente estrutural. O sujeito que vive(ncia) não é o que recorda, embora, indiscutivelmente, o recordar seja também uma vivência. O dia em que, real e tangivelmente, conheci a Maria não é o dia em que conheci a Maria que a memória compõe. A mulher que recorda o seu casamento reconhece a sua incapacidade radical para tomar parte na acção proposta. É outra quem estava a agir. Porque ela, diluída no pretérito perfeito, já agiu, já acabou de agir. E de se divorciar. Ou de enviuar. A memória envolve um esquema interpretativo da acção original, embora não coincida necessariamente com ela. Não se vive o facto: recorda-se um enredo. Um enredo que vai mudando de acordo com o recordar eventual. A memória impõe perspectivas várias que, num estado de coisas determinado, nunca poderão ser actualizadas. O presente imediatamente vivenciado não se presta muito à restauração mnemónica. O tempo passa muito depressa no presente. Talvez o que a memória veicula seja um engrama devidamente consolidado que emerge como consequência da activação de um estímulo, voluntário ou involuntário, situado dentro de um determinado contexto de recepção. Desde um determinado estado de coisas recorda-se (não se revive) outro estado de coisas. Cada vez que se recorda vive-se um estado de coisas diferente. Tia Susana dentro de um dia de anos, a apagar as velas com a sua boca meio desdentada. Um facto que eu testemunhei há mais de sessenta anos e que hoje recomponho. Recordar não é viver, tangível e imediatamente, mas sim interpretar *in absentia*. É ajustar-se a uma série de momentos indeterminados, dominados por um momento determinado, governados pelo que é e não pelo que foi e já deixou de ser embora o seja. Cada indivíduo, de acordo com os consabidos procedimentos repressivos subliminares, que para algo nos há de servir Freud, está, quer ao viver quer ao recordar, tendo em conta que recordar é uma maneira de viver, encerrado numa

interpretação contingente. Mudam-se os tempos, mudam-se as contingências. E as vontades. E até os caprichos. Há Marias e Marias. E talvez a Maria seja sempre a mesma Maria. Só que agora a então deliciosa Maria tem agora setenta anos, bronquite crónica, diabetes, artrose. O seu ventre parece papel ressequido e quebradiço. O tecto dos seus seios desabou. Como diabos poderá ser a mesma Maria? Ah, a consciência! É a mesma Maria por dentro, embora por fora seja um espectáculo deplorável. É uma questão de continuidade cerebral.

Ernesto e eu comíamos arrufadas, cavacas, fogaças, línguas de gato, alfenins, bolos de gema, padas de Pardilhó. Meu primo, enquanto eu bebia o meu pirolito, olhando de esconso para a grade, alfobre das ambicionadas berlindes, falava-me, com o copo de tinto na mão, de S. Paio, o menino-santo bêbedo, protector dos “augados”, que, a 7 de setembro, depois da procissão, quando recolhia à sacristia, era colocado na pia, onde o banhavam, despejando-lhe sobre a cabeça almudes de vinho. O “vinho santo”, recolhido da pia, era depois bebido sofregamente fora da capela, enquanto, junto ao altar, as mulheres secavam com veneração meticulosa a estátua de madeira com toalhões de felpa. É de crer que S. Paio, o menino, apanhasse uma piela de respeito. A intoxicação etílica, contudo, não favorecia a libertação dos instintos. As mulheres andavam sossegadas. Há pecados e pecados. A cerimónia presta-se a uma multiplicidade quase insondável de interpretações, mas parece inegável que Dióniso está bem presente na cena, embora Afrodite tenha ficado de braços cruzados. A omnipresença do vinho na sociedade povoense é inegável. Outras vezes íamos até ao mar e ficávamos a ver como os bois puxavam das redes. Era a pesca de xávea. Havia dias em que as mulheres, que estavam longe de ser umas ménades, erguidas as mãos para o céu, com uma máscara de angústia esculpida no rosto, fitavam o horizonte, onde os barcos se debatiam entre as ondas. De vez em quando dava-se um naufrágio e pelo areal ressoavam gritos lancinantes. Todas as mulheres vestiam de preto, porque não havia quem não tivesse um pai, um filho, um irmão ou um marido, devorado pelo mar, inóspito e generoso, cruel e benfazejo, querido e odiado.

Aos sábados, quando o tempo era favorável, levantávamo-nos antes de despontar a manhã e íamos à pesca numa bateira, que alugávamos no Monte, depois de comprar as minhocas que nos serviriam de isco. O céu coalhava-se de garças, de patos, de pernas-longas, de borrelhos, de andorinhas do mar, de águias-sapeiras. Comíamos, no meio da ria, sandes de lombo de porco. Bebíamos café com leite que levávamos num termo. Ao atardecer voltávamos para casa, com alguns robalos, ruivos e sargos no cesto. Com os pulmões cheios de ar puro e os lábios cortados pelo sal, eu caía na cama e dormia como um santo. Uma tarde, quando pescávamos muito sossegados no meio da Ria, desatou-se uma tormenta, com grande

aparato de raios e de trovões. A água faiscava, ferida pelos coriscos. Eu, angustiado, envolvi a cabeça numa toalha, e encolhi-me no fundo da bateira.

Em março vinham as cheias. O Louçã crescia, engrossava, saía do seu leito e anegava lameiros e milheirais. Corria, desmandado, debaixo da Ponte Nova, arrastando carcaças de bois, móveis desengonçados, troncos de árvores, bonecas de olhos desorbitados, ursos de felpa deprimidos e bateiras desventradas. Uma vez, quando eu passeava o meu aro à volta da Praça, chamaram-me para ver um afogado. No seu rosto abria-se um sorriso grotesco de satisfação. Estava azul, um azul de cinza, e os peixes tinham-lhe vazado uma vista. Mas, com a outra, olhava para tudo. Era agora um homem muito desafogado. Eu sentava-me numa saliência da ponte e ficava a olhar, atónito, para todo aquele estrondo que corria sob meus pés. Dizia Pascal que os rios são caminhos que andam. O Louçã era então um caminho que corria desabaladamente. Depois toda aquela torrente de água se ia aquietando. A cheia ficava umas semanas, estendida preguiçosamente debaixo da sua pele de cinza humedecida, como um camponês a dormir a sesta debaixo de um freixo, até ser absorvida pela terra. Eu aspirava aquele cheiro a lodo e a bolor que ficava preso no ar. Volvidas duas ou três semanas, o rio encolhia e, plácido e sereno, moldava-se outra vez ao seu leito. E, do lodo, brotavam, volvidos uns dias, magotes de flores agressivas vestidas de um vermelho de sangue.

A fins de maio, íamos dar um passeio à Ria, num mercantel. Rompia a alva quando chegávamos ao esteiro. O ar limpo da manhã afagava-nos os olhos. Cada família levava o seu farnel. Havia carne assada, omeletas, almôndegas, arroz de cabidela, iscas de fígado, peixe frito, frango de fricassé, febras, rojões, costoletas, moelas, almôndegas, bolos de bacalhau, croquetes, regueifas, arroz-doce, barrigas de freira, aletria e pão-de-ló. E laranjas, peras, maçãs, ameixas, nêspersas e pêssegos. E muito vinho. E gasosa para as crianças. Navegava-se à sirga, à vara e à vela. Os golfinhos, como gigantescas esquirolas de prata animada, emergiam das águas. Fundeávamos algures entre o Monte Branco e S. Jacinto, à beira de um sapal. Uma vez atracámos no bico do Muranzel e, não sei bem por quê, eu fiquei sozinho no barco. Subi ao castelo de proa e atirei-me de cabeça à água, sem me dar conta de que ali, quando muito, haveria meio metro de profundidade. Fiquei com a cabeça afundada no lodo. Lá consegui emergir, depois de muito espernear. Sentei-me, desnortado, e olhei ao meu redor. Reconheci o barco, a água, as árvores e a luz. Tive a sensação de renascer. De voltar a nascer. Tive sorte, porque se o fundo fosse de areia ou de pedra, podia ter ficado tetraplégico. A morte tinha-me bafejado com o seu hálito. Mesmo assim, as dores nas cervicais não me abandonaram durante umas semanas. Voltávamos a Lameiros quando a tarde caía. E cantávamos, rompendo o silêncio moroso da ria: “Ai alecrim, alecrim doirado / Que nasce no

campo / Sem ser semeado./ Ai alecrim, alecrim aos molhos /Por causa de ti / Choram os meus olhos”.

Em 1953, Augusto Alberto regressou do Brasil. Estava enfermo. Tinha uma doença crónica que estava relacionada com uma disfunção hepática. Dizia-se que sua moléstia se devia a um bebediço que lhe fora ministrado por uma cabocla despeitada de Caapiranga. Tinha um bigodinho à Douglas Fairbanks e andava sempre com um fato branco de linho e um chapéu de palha, um *Montecristi Panama*. Trouxe de Manaus umas dúzias de livros. Machado de Assis, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, António Calado, Lima Barreto, Rachel de Queiroz, Augusto Frederico Schmit, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Lins do Rego, Lúcio Cardoso, Marques Rebelo, Cornélio Pena, Graciliano Ramos. E uma rede de Jaguarana, que nós pendurávamos no pomar, entre duas pereiras. Augusto Alberto gostava de recitar *O lenhadô*, de Catulo da Paixão Cearense:

*Um lenhadô derribava
As árve sem percisão,
e sempe a vó li dizia:
Meu fio: tem dó das árve
Que as árve tem coração.*

*O lenhadô, num muchocho,
E rindo como um sarvage,
Dizia que os seus conseio
Não passava de bobage.*

Uma tarde de verão, quando eu voltava da escola, passou por mim uma varina airosa, muito ruiva, que, com um regamboleio amplo dos quadris, descia a Rua da Vila, com a canasta, já vazia de peixe, em cima da cabeça. De repente, aparece Augusto Alberto, muito decidido, e põe-lhe a mão no rabo, em apalpão incisivo e demorado. Depois desata a correr para a Casa Grande. Eu vi como os seus dedos e a palma da mão se incrustavam nas nádegas duras. A peixeira poisou no chão a canasta e o rodilho, pegou num tamanco e atirou-lho. O míssil foi bater com estrondo na padieira da porta, justamente quando ele a acabava de fechar. Se lhe tivesse chegado a acertar na cabeça, deixava-o escalavrado.

— Eu sei quem ele é. É o filho da Sra. D. Alda, o do fatinho branco! — vociferava a peixeira, indignada.

Outras vezes, Augusto Alberto perguntava-me:

— Ulisses, tu conheces a Isaura?

— Eu não.

E ele:

— Aquilo é que é uma mulher em condições! Tem a leitaria de S. Mamede, a Quinta da Bufa e o Lameiro do Regadio, que dá cá um moscatel branquinho, muito espumoso ...

Lembro-me de uma tarde de sábado, com o *Café Mouzinho* cheio como um ovo. Todos falam animadamente, num estrondo colectivo. Meu primo Zé Egídio, já formado e com consulta aberta, pede uma cerveja no mostrador. Olha friamente à sua volta e, de repente, sem mais nem menos, dá um peido sonoro, de densidade estereofónica, que quase faz estremecer as paredes. Faz-se um silêncio espesso, um silêncio que se pode cortar à faca. Todas aquelas almas selectas, muito refinadas, são tocadas pela agressão súbita da vulgaridade. Mas a vulgaridade impõe-se. Zé Egídio ressuscita Diógenes. E com uma grande cara de pau, alheio ao “Ó Sr. Doutor, parece impossível!” do velho Mouzinho, muito escandalizado, Zé Egídio, impávido, continua a beber tranquilamente a sua Sagres. E sai depois, muito calmo, sacudindo uma mosca imaginária da lapela do casaco, seguido pelo olhar apreensivo dos circunstantes.

O outro café, o *Veneza*, era o abrigo dos trabalhadores, dos comerciantes, dos lavradores remediados e dos mangas-de-alpaca. Era uma espécie de corredor, com mesas a ambos os lados, e, no fundo, o mostrador, como um altar. Ali não havia um ritmo marcado. Era um amontoado de gente que não tinha espírito de grupo. Na Póvoa a arraia-miúda carece de espírito solidário, a não ser que se invoque o patriotismo. Os povoenses, quando a sua independência se vê ameaçada, defendem denodadamente a sua vida vegetativa. Morrerão em defesa da sua pobreza e das suas limitações. Querem ser pobres e desgraçados. Nada fazem por melhorar, mas querem ser livres, livres e maltratados. Estão muito orgulhosos das suas carências. Têm vocação masoquista, pois fazem do mal-estar a sua felicidade. Levam séculos a obedecer. E, completamente destituídos, não param de celebrar as façanhas de Vasco da Gama e os golos do Benfica, proezas nas quais, bem vistas as coisas, nunca intervieram. Raramente têm ocasião de celebrar uma proeza própria, a não ser que sejam bafejados pela sumamente improvável taluda. A única coisa que sabem fazer, em comportamento totalmente mecanizado, é aplaudir, com mais ou menos convicção, o *show* montado pela cúpula, embora o espectáculo careça de qualidade. Não é Covent Garden. Nem sequer o S. Carlos. São as revistas ordinárias do Parque Mayer. Nos dias pertinentes, fazem-se discursos repetitivos, nos quais se invoca uma suposta glória nacional. Ainda deixam que o patriotismo estéril, que nunca lhes rendeu uma vida decente, os redima da sua penúria. Pobre, mas muito dignamente eu. Pobre, mas povoense. Pobre, mas patriota. Aceita-se a pobreza e a destituição como algo completamente normal, sempre que tais limitações envolvam a desejada e dúbia respeitabilidade. Até há quem diga que nos desfaçamos da Europa para viver a nossa vida. É a

história do rafeiro e do cão de raça. O rafeiro, em condições adversas, é capaz de sobreviver ao Dobermann. Mas não por isso deixa de ser um simples rafeiro.

O *Veneza* era o café dos operários e de alguns labregos mais evoluídos, na neutralidade cinzenta da sua pobreza. Ainda tenho uma imagem armada na retina. Pela Rua das Amoreiras, chã como uma mesa, caminha, muito bem vestido e muito apumado, com o seu chapéu, o seu fato impoluto, a sua camisa imaculada e a sua gravata de seda, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Temudo Prazeres dos Anjos, formado em Direito pela Universidade da Póvoa do Meio. É um eminente jurista. Naquele tempo, eram raros tais apanágios. O excelso doutor cruza-se com Joaquim Lendório Traqueia, conhecido como o *Passarinho*, cavador de profissão, que leva a sua enxada ao ombro. O labrego, muito afável, tirando o barrete:

— Boa tarde, senhor doutor!

Temudo Prazeres dos Anjos, afundado em insondáveis meditações, não dá conta da presença de Joaquim. Ou será que não quer reparar no Joaquim, tendo-se apercebido da sua presença? Alheamento ou má educação? Talvez o *Veneza*, que o Ex.^{mo} Sr. Dr. Temudo Prazeres dos Anjos não se dignava frequentar, fosse mais saudável. Menos pretensioso. A presunção, até certo ponto, torna-se aceitável quando repousa numa base sólida, credível. E ali não havia nada. Era uma presunção oca e injustificada. O homem esforçava-se por ser um senhor no meio de labregos. Era um parolo engravatado. Mas tinha um diploma, muito solene, que o autorizava a saber, muito legalmente, aquilo que ignorava. Mas o que é certo é que toda aquela gente convivia sem grandes atritos. Sempre houve ricos e pobres, diz o povo. E também o Sr. Reitor, quando sobe ao púlpito:

— Sofres, meu filho? Sofre, sofre, que quanto mais sofreres mais depressa se abrirão para ti as portas do céu!

O homem está cheio de razão, pensa o Capucho, que naquele momento está a enrabar a D. Graciete, uma solteirona jeitosa, muito bem artilhada, que sempre se põe a jeito. Põe-se sempre de costas para o Capucho, que tem um bacamarte de respeito. Ela sabe bem que as costas estão aparentadas com o encosto. É a condição humana. Quando fala o Quinzinho, sobram as palavras. E quando a Fatinha e o Quinzinho respondem ao unísono, está tudo perdido. A coisa vai acabar em drama ou em tragédia. Ou em triste e deplorável casamento, quando não em respeitável contubérnio. Ou até numa simples enrabadela. As coisas são como são. Uns nascem pobres e outros ricos, de acordo com a insondável vontade de Deus. Mas todos levam o seu Quinzinho e a sua Fatinha, que são os grandes agentes práticos da sociedade. O resto é conversa.

Um dia, quando estava no *Veneza*, com meu primo Ernesto, a comer um gelado, entrou um homem muito sério, com óculos e gabardine. De repente, toda a gente se calou. Eu perguntei a Ernesto quem era ele.

— Depois digo-te — respondeu.

Já na rua, Ernesto esclareceu:

— Aquele homem que entrou no café é um agente da *PIDE*.

— E o que é a *PIDE*? — inquiri.

— É uma polícia, que anda sempre à paisana, e bate nas pessoas que não gostam do Salazar.

Eu, que não gostava do Salazar, porque nem sequer o conhecia, fiquei cheio de medo que me batessem. E, ainda por cima, posto que aqueles agentes não usavam farda, como os outros polícias, não havia maneira de saber quem era ou deixava de ser da da *PIDE*. E depois, quando eu via na rua o homem de óculos e gabardine, desatava logo a correr.

Um dia, nas aventuras de Tintin, ouvimos falar das lutas de grilos. A gente açulava-os, não com um pincel de pelo de rato, como dizia a banda desenhada, mas sim com uma cotonete, e o ortóptero, enfurecido, tornava-se sumamente agressivo. Íamos à noite, à estrada de Veiros, onde ressoava sempre o horizonte de um estridular contínuo, e mijávamos nas luras dos grilos, até que eles emergiam. Depois, na Casa da Banda, guardávamo-los em caixas de sapatos. Eu tinha um, o *Punhos de Alumínio*, que, embora coxo e meio cego, ganhava todos os combates. O *Joe Louis* de meu primo Tiago nunca o conseguiu levar de vencida. O animal, que eu alimentava cuidadosamente com couve galega e alface, deu-me muitos dias de glória.

Foi então quando conheci o amor. Eu, feito um novo Dante, caminhava para os nove anos, mas a minha Beatriz já passava dos quinze. O cabelo, negro, caía-lhe pelas espáduas em catadupa e o seu corpo era a perfeição contingente. Era bela. E a beleza entrou na minha infância como uma tempestade imprevista. Possuiu-me. E desassossegou-me. Eu não sabia lidar com ela. Com Marta e com a beleza. Marta Rolim, inacessível, sem sequer se dar ao trabalho de me brindar um *dolcissimo salutare*, passava todas as manhãs, caminho do *Colégio Moderno*, para me encontrar indefectivelmente postado na janela, sujeito a uma renovada epifania. Eu, com os meus oito ou nove anos, não sabia o que poderia fazer com Marta, caso ela reparasse em mim e me pegasse na mão, mas não podia tirá-la da cabeça. Às vezes, depois do jantar, plantava-me defronte da sua vivenda, encostado a um muro, esperando o momento em que ela acendesse a luz do seu quarto. Encosta abaixo, passava um labrego, na sua bicicleta, retirando as mãos do guiador para modular na harmónica não sei que melodia plangente que me dilacerava suavemente as entranhas. E, através da cortina de gaze, agitada

pela brisa, eu via como “*la gloriosa donna della mia mente*” se despia, antes de envergar o pijama. A falar verdade, mais do que ver o seu corpo, adivinhava-o. Uma noite, ao abrir a janela, ela ofereceu a meus olhos os fogachos gémeos dos seus seios. Eram coisas salientes, palpitanes, rotundas, cheias de vida. Não sei explicar o que senti. Só sei que aquela imagem me ficou orograficamente gravada na memória. Augusto Alberto, a quem confessei a minha paixão infantil, convenceu-me a escrever uma carta de amor a Marta Rolim. Ele não me levava a sério. O que queria era divertir-se à minha custa. Recordo, vagamente, que, entre outras coisas, a missiva, escrita em papel quadriculado arrancado de um caderno, rezava: “O teu cabelo negro não me sai do pensamento nem de noite nem de dia. Deixa esse sapo asqueroso e vem a meus braços”. O “sapo asqueroso” era um namoradinho, fútil e janota, que nunca a largava. A partir de então, Marta, quando passava, poisava em mim um olhar de cumplicidade muito íntimo. Eu, envergonhado, não sabia onde meter-me. E, sem a tocar, abraçava-a ternamente. Nunca mais voltei a habitar um sentimento de tal dimensão, tão autêntico e desinteressado. Nunca voltei a sofrer tanto por uma mulher. Talvez tenha sido positivo, para o meu sossego mental, o facto de nunca mais a ter voltado a encontrar.

Às vezes, quando passeava pela vila, dava de rosto com meu primo Clemente. Era o “primo ceguinho”. Conhecia-me logo pela voz. “Tu és o Ulissinho!”, dizia. Deambulava pela vila, sem bengala, como se adivinhasse os espaços e intuísse os obstáculos. Contava-me as coisas estranhas que ele não via. Ia muito a casa de D. Helena. D. Helena, que era uma herdeira rica que vivia dos seus rendimentos, morava num palacete, nas aforas da vila, sulcado por vielas de azulejos que desembocavam em pracinhas recatadas, debruadas de flores. Ela era uma quarentona mamuda, muito metida nas suas caridades. Interessou-se pelo meu primo invidente. E beneficiou-o. A fim de contas, nas funduras do seu pecado, ninguém a estava a ver, porque Clemente era cego. Não estava a dar espectáculo. Estava, caritativamente, a fazer pela vida. E o Clemente tinha mais encostos. Meu “primo ceguinho” era quem mais engatava na vila de Lameiros. Todas aquelas excursões matutinas eram visitas às suas amantes.

Era o mais velho da minha geração, um rapaz alto, bonito e inteligente. Tivera uns olhos azuis impressionantes, dizia quem os tinha visto. Anos antes, ainda não era eu nascido, numa tarde de inverno, já ao cair da noite, quando voltava para casa, em Salreu, entrara na oficina de um ferreiro, na companhia do irmão, Olívio, que era contabilista. Havia lá, pendurada da parede, uma espingarda encravada. Olívio sobraçou a arma, cujo gatilho se enredou inadvertidamente num botão da jaqueta, e a bala saiu com estrondo, dando de raspão nos olhos e no nariz de Clemente. Ficou com o nariz de um *heavyweight* veterano. Meu pai

levou-o ao Dr. Barraqué, em Barcelona, que era então o manda-chuva ibérico da oftalmologia. Não havia nada a fazer. Clemente ficara irremediavelmente cego. Volvidos uns trinta anos, num domingo de maio, estando eu já em Sevilha, Olívio resolveu ir ao campo de S. Gonçalo, onde o Clube Desportivo de Lameiros defrontava a Associação Atlética de Avanca. O desafio acabou e os espectadores espriaram-se pelo pelado. Ao outro lado do campo, na orla do pinheiral, tinha lugar um concurso de tiro ao prato. Não sei bem o que aconteceu. Segundo se contava, um dos concursantes escorregou e, sem querer, premiu o gatilho da sua carabina. A bala atravessou o campo, roçou a cabeça de uma senhora, rasgou o lóbulo da orelha de um velhote e foi-se alojar no peito de Olívio, que tombou fulminado. Havia centenas de pessoas no local e a bala foi-o escolher a ele. O episódio pareceu-me coisa de tragédia grega. Fado ou fortuna? Determinismo ou azar? “*Nullo fata loco possis excludere*”.

Em 1953, ano em que a Lei 2.066 extinguiu o Império Colonial para dar lugar às Províncias Ultramarinas, mudámo-nos para a Casa Grande, uma mansão em forma de L, com os seus dezoito quartos, mandada construir por meu avô a princípios do século, que havia cabido a meu pai nas partilhas. Tinha dois andares. Sobranceira ao tremedal que se estendia até à ria, havia uma sala enorme, de nove janelas, quase sempre inundada de sol. E na parte de trás um torreão, que era o poiso do Tomás, donde se divisavam as encostas de xisto do Caramulo, afestoadas de verdura. Ao fim da tarde, Tomás abandonava sebatas e compêndios, dispunha as partituras no atril e pegava no violino, cujo manejo ele tinha aprendido com Telmo Rosais, o melómano local, um velho de bigode encalamistrado, luneta de ouro e badine de caucho, muito afeiçoado a Brahms, que ainda gastava umas anacrónicas polainas e umas suíças que lhe chegavam ao queixo. Ecoavam então, por toda a Casa Grande, trechos de *Sansão e Dalila* de Saint-Saëns, o *Minueto* de Haydn, o *Romeu e Julieta* de Tchaikovski, a *Primavera* de Vivaldi, o *Bolero* de Ravel, a *Méditation de Thaïs* de Massenet, e a *Sonata para violino em Sol menor* de Debussy. Ficávamos ali, embevecidos, enquanto os arpejos enchiam o silêncio do crepúsculo. O rés-do-chão estava alugado ao Telles, um velho republicano que era sempre seguido por uma matilha de rafeiros vadios. Era o *Pai dos cães*. Vivia com uma filha solteirona, a Vidália, que tomava conta dele, e com um filho, o Titi, um tipo desmazelado de meia idade que nunca metera ombros ao trabalho e passava a vida na cama, a beber cerveja, a fumar e a ler romances franceses. Era a imagem viva da indolência. Augusto Alberto dizia que ele tinha “uma grande actividade para o descanso”. Tiago e eu empreendíamos, periodicamente, os célebres assaltos à casa do Telles. Não queríamos roubar nada. Fazíamos aquilo pelo prazer gratuito da transgressão. Bom, sempre levávamos, se estavam à mão de semear, ou neste caso de colher, um maço de tabaco ou um livro. Foi Titi,

sem o saber, quem me iniciou na leitura de Émile Zola. Eu lia aquilo como uma criança que, inopinadamente, descobre o universo da pornografia. Não sei agora localizar o romance preciso, mas lembro-me da descrição minuciosa do acesso à puberdade de uma menina. Aquilo, naqueles tempos, era *hard core*! Uma tarde, ao anoitecer, quando não havia ninguém em casa, fomos surpreendidos pela chegada imprevista do Titi. Escondemo-nos debaixo da cama, à beira de um bacio cheio de urina malcheirosa. O Titi vestiu o pijama, calçou as chinelas, erudou abundantemente, expeliu algumas ventosidades. Fumou e tossiu. Tossiu e fumou. Passada uma hora, apagou a luz da mesinha de cabeceira. Estivémos um bom espaço, nauseados pelo fedor ácido que emanava do bacio, à espera de que ele adormecesse. E só depois, ao ouvi-lo risonar placidamente, ousámos esgueirar-nos pela janela. Passávamos muitas horas no pomar, a trepar às árvores, à cata de peras, maçãs, nêspersas, ameixas e figos. Fumávamos grandes cigarros, feitos com barbas de milho enroladas em papel de jornal. Outras vezes íamos até ao rio, atraídos pelas uvas americanas que pendiam das latadas, alheios aos desarranjos intestinais provocados pelo *cagajá*.

A matança do porco, em Lameiros, fazia-se à volta do dia de S. Martinho. Na véspera, não se dava comida ao animal, para lhe limpar as tripas. O cevado grunhia na cortelha, muito frustrado. Logo de manhãzinha, chegava António Traqueia, com o facão. Os homens, na adega, bebiam café de chicória e aguardente. O cevado, como se presentisse o seu fim, berrava na chafurda. Eu, assustado, procurava o refúgio dos ramos mais altos da macieira, donde via como o animal, que esbracejava inutilmente, era levado à banca, onde ficava com as pernas traseiras bem atadas. Traqueia espetava-lhe então a “matadeira”. O porco, nos últimos frémios, guinchava, desesperado. O sangue jorrava num alguidar de barro, onde se tinha depositado uma mão-cheia de sal, que era mexido, com uma colher de pau, por uma mulher que não estivesse a menstruar, não fosse entrar em coagulação. A ferida era fechada com um carolo de milho ou com um trapo. O reco era depois chamuscado, já não com carquejas ou lumieiras, como antigamente, mas sim com um moderno maçarico. Ficava nu, abrigado num cor-de-rosa irregular, queimado nas pontas. Davam-nos depois a bexiga do porco que, enchida de ar com um tubo de cana, vinha substituir durante umas horas a trapeira. Depois, pendurado o animal no chamberil, procedia-se à desmancha. Almoçávamos, no dia da matança, arroz de sarrabulho, feito com o sangue e as miudezas do cevado, muito aromatizados de cominho. Durante dois ou três dias acudiam a casa umas mulheres, vestidas de preto, que eu nunca voltava a ver ao longo do ano, para preparar os chouriços e morcelas que, depois de repousar na salgadeira, acabavam no fumeiro. Cortavam-se os toucinhos e

preparavam-se os rojões e os presuntos. Eu tinha muita pena do porco, que tinha visto crescer e engordar ao longo de muitos meses, com o focinho ávido sempre metido na masseira.

As terças e sábados eram dias de mercado. Quando eu ia para a cama, depois de jantar, a Praça estava deserta. Ao levantar-me, apenas a manhã despontava, estava coberta de bancas. Vendia-se de tudo. Sapatos, fazendas, frutas, cereais, alfaias agrícolas, roupa, sementes, ferramentas, banha de cobra, loções milagrosas que faziam crescer o cabelo, poções para o mal de fígado, ervas para os banhos de assento, pomadas para o reumatismo e para a artrite, unguentos para as escrófulas. Acudia gente de todas as freguesias do Concelho. As varinas escolhiam um canto recatado e, abrindo as pernas, mijavam de pé, como as vacas. A Maria Bigodes e o Zé da Ermelinda cantavam ao desafio. Havia uma mulher que, com voz estentórea, narrava crimes horrendos, impressos numas folhas que ela, acabado o discurso, vendia à razão de dois tostões cada uma. “Oucam, ouçam, meus senhores / Ouçam, ouçam com atenção / Que eu vou contar-vos a história / Do crime da Conceição”. Matara o marido e os filhos para fugir com o amante. Era má como as cobras. Depois do almoço, começava a debandada. Ao dia seguinte, a Praça, vazia, voltava a ser a pasmaceira de sempre. E na terça e no sábado seguintes, lá havia de voltar a Conceição com o seu crime.

Era pouca a informação ao meu alcance. A casa chegava o *Reader's Digest* e o *Rendas e Bordados*. E, ao domingo, *O Primeiro de Janeiro*. Eu não tinha grande paciência para me sentar em casa com o ouvido pegado à telefonia, uma velha Siemens de teclas de um branco amarfinado que dir-se-iam roubadas a um piano. Na escola eu só ouvia falar da Póvoa, da sua grandeza e das suas endémicas heroicidades. Tínhamos uns heróis a tempo inteiro, que eram heróis até quando tratavam de exonerar os seus ventres. Eu olhava para os meus depauperados companheiros, e encontrava neles a óbvia crítica imanente de tal afirmação. D. Margarida, uma senhora de idade, surda como uma porta, levava-me o almoço à escola, numa lancheira, não fosse o menino esfalfar-se ao percorrer a Rua das Amoreiras. Sopa de feijão, bife de vitela com um ovo a cavalo e batatas fritas, arroz-doce ou aletria, sumo de laranja. Eu olhava pela janela e via o Resende, descalço, sentado no chão, com os seus pés calejados resistentes como pneus, a morder um naco de broa e a meter na boca uma cabeça de sardinha. Mas que importava tal desigualdade se tínhamos um Gonçalo Mendes da Maia, um Nuno Álvares Pereira, um Duarte de Almeida, um Vasco da Gama, um Afonso de Albuquerque, um Fuas Roupinho, um Álvares Cabral, um Oliveira Salazar! Eram seres que, muito sugestivamente trabalhados, nos representavam a todos. Eram de todos e todos éramos deles. Possuíam-nos. A sua glória contagiava-nos. O protagonismo histórico, em grande medida imaginário, afogava a mediocridade ambiente. O nosso relógio, escandalosamente, marcava as horas com

mais de quatrocentos anos de atraso. Ninguém se tinha dado ao trabalho de cortar aquele cordão umbilical. O sangue de todos aqueles heróis circulava nas nossas veias. Eu ficava pasmado ao pensar em Duarte de Almeida, o *Decepado*, que, na Batalha de Toro, segurara o estandarte real com os dentes antes de sucumbir, varado por uma lança. Aquilo é que era uma dentadura em condições! Os meus pobres dentes não se prestam a segurar uma simples pena. Mas, na nossa presente insignificância, nós éramos herói neles. Ou eles eram heróis em nós. A coisa estava longe de ser convincente. Nós éramos uns construtos. Mas, bem no fundo, não passávamos de pategos, por mais que nos quisessem convencer de que limitávamos claramente com os confins do Mundo, naquela entranhada e imaginária vocação universalista. Se fôssemos universais e inteligentes, o nosso nível cultural seria muito mais elevado. E também o nível da nossa economia. Além do desenrasca e do biscate, haveria uma orientação racional, disposta a organizar. E a produzir. Algo corre mal, com certeza, se convivemos ao longo de quase mil anos para chegar a isto! Não aprendemos quase nada lá fora, por mais que insistamos na existência de um fora-dentro. Com tantos séculos no Malabar, nem sequer importámos da Índia uma culinária em condições. O pensamento hindu, verdadeira alternativa à cultura ocidental, raramente foi contemplado com atenção pelo povoense. Se lhe tirarmos toda a ressonância épica, não será o glorioso guerreiro das Índias, assim das Ocidentais como das Orientais, uma versão anagógica do expatriado do século XIX, que sempre podia regressar vestido de comendador, e, segundo parece, também do emigrante dos séculos XX e XXI? Finalmente o tempo andou para trás, acedendo às exigências do fado. No meio de tanta glória endémica, num meio onde não se brindava espaço à concorrência, só ouvi falar dos Estados Unidos quando pus os olhos no *Reader's Digest*. Eu estava convencido de que a Póvoa devia ser a primeira potência militar e diplomática do mundo. Não havia nada como a pátria. Não havia rosbife, mas não faltava o caldo verde, com ou sem a sua rodela de paio, porque a couve galega crescia quase espontaneamente na berma da estrada. E, se não houvesse dinheiro para o comprar, sempre havia uma alma generosa disposta a brindar-nos um fio de azeite.

Às quintas, sábados e domingos exibiam-se filmes no *Cineteatro de Lameiros*, construído nos anos quarenta. Era a única sala de espectáculos mais ou menos digna da região. Só havia *matinéas* aos domingos. Nos outros dias, as sessões começavam às nove. A plateia, que era mais barata, tinha cadeiras de madeira. O balcão, com os seus assentos almofadados e o seu vestíbulo, provido de um bar onde se podia tomar café e ginginha, era para os eleitos. Para os doutores e engenheiros. O espectáculo começava com as *Actualidades Movietone*, que na versão povoense, se mal não recordo, contavam com a locução de

Fernando Pessa. Havia umas miúdas bonitas, de cabelos longos, a desfilarem, se é que não marchavam, muito sorridentes, com umas saínhas curtas, enquanto manobravam habilmente uns enormes aros. As mulheres, decididamente, mexiam-se. Tudo corria bem, pelo menos para os que comiam. Depois vinham os desenhos animados. O rato Mickey, Pluto, Goofy, Chipp e Dale, o Gato Félix, Tom e Jerry, o Pato Donald, Buggs Bunny, sempre perseguido pelo bacamarte de Elmer. Sei lá! Essa coisa dos animais terem sentimentos, como os seres humanos, não mexia muito comigo. Nunca me dei bem com aquilo a que John Ruskin chamou “falácia batética”. Às *matinéas* domingueiras acudia sobretudo a malta nova. Era ocasião propícia para encontrar as miúdas. Quase todas eram feiosas, verdadeiros *pentes*, com menos carne que o tornozelo de um canário, mas havia algumas que eram bonitonas. A *Gatinha*, de cujo nome real não me lembro, filha do carcereiro, era uma verdadeira brasa. A moça era um pecado. Agora recordo-a, com a malícia de hoje, como um pedaço de carne animada no qual se podiam fazer rendas de bilros. Era para comê-la com quem engole um jaquinzinho. E o que verdadeiramente lamento é não ter tido ocasião para lhe ter metido o dente. Eu não sabia tocar violino, mas sabia perfeitamente o que era um Stradivarius, em versão *Reader's Digest*. Se eu a tivesse conhecido com vinte anos, teríamos partido em viagem sideral, numa maré-cheia de suor. E ainda por cima era simpática e despretensiosa. O problema é que ela não me ligava nenhuma, porque tinha mais três ou quatro anos que eu. Toda a minha adolescência foi um desencontro etário com as garotas que de verdade me interessavam. Construí e reconstruí, não sei quantas vezes, num delírio de memória imaginativa, o encontro com a *Gatinha de* nunca teve lugar. Há que sublimar a frustração.

Não sei que mais dizer da minha infância. Talvez tenha acabado no dia em que, andaria eu pelos meus catorze anos, me levaram ao Porto, não sei se à Rua da Madeira ou à Travessa dos Gatos, para acabar com a minha virgindade. Naquele tempo tal experiência era alheia a relações pessoais. As garotas não se entregavam com facilidade. Era preciso pedir-lhes namoro e trabalhá-las depois incansavelmente para conseguir, no melhor dos casos, uma punheta envergonhada. Havia muita gente a vigiar. Naquele atraso de vida, o namoro oficializava a relação. E criava compromissos, responsabilidades. Uma cachopa abandonada sofria grandes comoções na sua boa fama. E na sua integridade moral, quando não na física. Era vaca ressabiada que já conhecia o lampejo da capa. Entabular relações com ela seria como comprar um carro em segunda mão. O verdadeiro fim do namoro era, mais tarde ou mais cedo, o casamento. Antes de encetar o namoro, havia que fazer uma “declaração”, que milagrosamente não precisava de ser reconhecida pelo notário. “A menina quer ser minha namorada?”. Tudo aquilo a nível teórico, porque ela ainda não tinha consentido nem um

simples apalpão. Depois namorava-se à janela. A rapariga, resguardada no seio da casa, protegida pela família; o pretendente, no exterior, sujeito aos caprichos do tempo, ao sol ou à chuva. Que quantidade de parvoíces se podiam trocar, em cochichos intermináveis, naquelas horas enfatiadas! Não se enlaçavam as mãos, que era preciso cuidar as aparências. E um beijo em público era uma afronta à moralidade. O protagonismo que a doutrina corporativa deu à família nunca teve nada de inocente. A família era a célula-mãe de vigilância e de controlo. Era função do pai e do professor pregar e inculcar a ideologia oficial. Ficavam diluídos os limites entre vida privada e vida pública. Não era para toda a gente essa coisa de ter um pai boémio. A moça que tivesse acabado com dois ou três namoros deixava de ser tomada a sério. O rapaz era diferente. Tinha aquele defeito mas, quando assentasse finalmente a cabeça, daria um perfeito pai de família. Lembro-me de subir uma escada estreita, muito empinada, e de desembocar numa sala, na qual duas mulheres, mais perto dos quarenta do que outra coisa, serviam bandejas de camarões a uns pategos de rosto escandecido pelo vinho, abancados a uma mesa grande, que desentalavam umas gargalhadas estrondosas. Uma das galdérias, devidamente instruída pelos meus mentores, aproximou-se e pegou-me na mão. Ia tirar-me os três. Para mim era um momento importante. Era a primeira vez. Ela pôs-se debaixo de mim, sem me dar tempo a apreciar aquele corpo novo e diferente, e eu, num nada, desfiz-me, muito camonianamente, em puro amor. Ela levantou-se, pachorrenta, olhou de esguelha para mim e disse-me, muito romântica:

—Ai, filho, estás tão quentinho! Quando estiver menos ocupada deixo-te dar uma de borla!

Uma quê? Talvez isto explique a relativa falta de delicadeza — no sexo tudo é relativo e nem sempre se prima pela delicadeza — de que eu viria fazer gala ao desflorar algumas virgens. Mas antes estive uns tempos em Póvoa Grande. Ali, aos meus dez anos, tive que fazer-me com uma formalização alternativa. Em vez de chita e de burel, as senhoras gastavam sedas e veludos. Os tamancos rústicos davam lugar aos elegantes botins de pelica ou de duraque. Minha avó e minha mãe dividiam os seres humanos em dois tipos: a “gente fina” e os outros. A “gente fina” eram umas senhoras velhas, as Morais Wilkinson e as Knight Soares, muito cheias de salamaleques, que vinham a casa tomar chá e falar francês, renunciando ao inglês prático e mercantil, conquanto tal opção desmentisse a sua comum ascendência britânica. O francês era mais fino. E era fino tratá-las a todas por tias. Eu tinha dúzias de tias, embora nenhuma delas fosse do meu sangue. Quando se juntavam para almoçar, tomavam a liberdade de comer as batatas fritas à mão, já que, diziam elas, assim o fizera a rainha D. Amélia. Os meninos, em fila, esperavam à porta, para proceder ao beija-

-mão. Quando um de nós insinuava um gesto de discordância, a avó dava-lhe um beliscão. E, por vezes, ofendida pela nosso desacato, fingia desmaiar e tombava no chão como um fardo. Ficava sempre com um olho entreaberto, para avaliar a situação. Era preciso então acudir aos saís, para a reanimar. A cerimónia do beija-mão já tinha raízes na Póvoa, como tantas outras coisas vindas de França, mas a influência austríaca exacerbava-a. A carência de estrutura moral, ao repousar numa pessoa “fina”, não tinha importância de maior, sempre que se abotoasse o casaco antes de falar a uma senhora, não se afastassem os cotovelos ao comer à mesa, se concedesse sempre o lado direito às damas, e não se inclinasse a cabeça sobre o prato ou se fizesse barulho ao ingerir a sopa. E sempre que, no convívio social, não se fizessem afirmações excessivamente entusiásticas. Convinha manter sempre o “bom tom”. A comunicação sustentava-se numa série ininterrupta de cedências. Todos transigiam e, depois, muito efusivamente, todos comentavam as concessões, como se fossem outros os que tivessem cedido. Lembro-me dum caso que só depois vim a entender, embora se desenrolasse diante dos meus olhos. Tia Sara tinha uma neta, que também se chamava Sara, que era linda de morrer. Teria uns treze ou catorze anos, e estava boa como o milho. Tio Manuel, o filho de Gaudêncio, um *proyecto playboy* de pacotilha muito desgastado pela idade e pelos vícios, pôs os olhos nela. Levava-a para a quinta de Azeitão nos fins de semana. Não sei verdadeiramente o que aconteceu, mas recorro as palavras de Eduardo, o pai de Sara:

—Vai com o tio Manuel, querida. Ele gosta tanto de ti!

Sara, que não é dada a confidências, nunca me contou a verdade. Casou-se com um advogado careca que lhe fez três filhos. E agora está velha, decrépita, e já nada pode ter importância. No entanto, não posso deixar de a imaginar a fazer coisas inconfessáveis ao tio Manuel, com aquela boca efusiva que tinha algo de cravo atoucinhado. Será que o pai de Sara gostava de fazer favores aos amigos? Ou era aquilo pura e simples estupidez? Nunca consegui decifrar convenientemente tal questão.

Na Póvoa Grande quiseram matricular-me num colégio militar, onde teria de envergar uma farda ridícula. A disciplina marcial, que eu havia de experimentar com o Capitão Peixoto, sempre me mereceu uma grande aversão. Salvou-me o facto de, no exame médico, terem descoberto a minha miopia. Ia ser um caixa-de-óculos, um quatro-olhos, para o resto da vida. Depois acabaram por me meter num estabelecimento religioso, de cujo nome não me quero lembrar. Havia um autocarro do colégio, que nos recolhia na Borges Carneiro, mas eu, mais um ou dois colegas, sempre que o tempo ajudava, preferia ir a pé. Percorria a Rua de Buenos Aires, atravessava o Jardim da Estrela, e embocava a Álvares Cabral, onde, quando tinha uns tostões na algibeira, comprava uma bola de berlim recheada com creme, que custava

apenas um escudo. Àquele tempo, na Póvoa Grande, havia poucos carros e as ruas estavam desimpedidas. E não havia delinquência. Até de noite se podia andar à vontade.

No colégio, ao cuidado do clero, estavam os rebentos das melhores famílias, da “gente fina”, com os seus patins caros, dinheiro no bolso, os seus carrinhos *Dinky Toys*, bons relógios de pulso e roupinha selecta. Eram os burguesinhos refinados da Póvoa. Seus filhos viriam a ser grandes consumidores de droga. Eu não tinha nada daquilo, a não ser o estatuto. E ainda por cima o irmão Hermínio, um quarentão de rosto abolachado e olhos de sapo, era pedófilo. No recreio, enquanto assistia aos jogos de futebol, metia sempre um garotinho entre as pernas e, muito sôfrego, sovava-lhe as bochechas. Um dia, depois da aula de francês, disse-me para ficar na sala. Começou a falar comigo, em voz melíflua e, de repente, meteu-me a mãos pelos calções e pegou-me na coisa. Ficou uns bons segundos a afagá-la. Depois mandou-me embora. Logo que cheguei a casa contei tudo a minha mãe. Ela limitou-se a tirar-me do colégio, sem denunciar o sucesso. Não se podia armar escândalo. Coisas da “gente fina”! Depois tive uma pneumonia viral e fiquei uns longos meses de cama. Eu dormia na parte superior de um beliche, donde enxergava o plácido e amplo estuário do Tejo, ponteados de faluas, varinos e fragatas, que, nos dias de sol, emitia reflexos de prata brunida. Ao longo de umas semanas, esteve lá ancorado um gigantesco porta-aviões da U. S. Navy, não sei se o *Midway* ou o *Franklin D. Roosevelt*, que fulgurava no rio, logo que anoitecia. Minha avó tinha as obras completas de Silva Gaio, encadernadas em cartão azulado. E uma edição preciosa das *Pupilas do Senhor Reitor*, cheia de aguarelas. E romances de Colette, Giono, Bernanos e Duhamel, que eu já conseguia ler. Passei grande parte da minha doença a devorar tudo aquilo. Quando me levantei, já não corria como antes. Faltava-me logo o ar. O que me obrigou a pôr de lado o desporto. Eu estava farto de usar calções e queria, como os adultos, usar calças compridas. Minha mãe, sensibilizada pela minha enfermidade, acedeu ao meu pedido. E apareceu em casa com umas ridículas calças ... de golfe. Meu irmão Heitor só pensava em ir ao cinema. Naquele tempo havia as famosas sessões duplas. Era preciso ter treze anos para poder entrar. Eu era alto, mas tinha cara de puto. Assim que, para remediar a situação, pedi emprestada a Cédula Pessoal a um amigo mais velho. A Cédula Pessoal, diferentemente do Bilhete de Identidade, não levava uma fotografia. O porteiro encarava-me, com ar inquisidor, e perguntava:

— Que idade tem o senhor?

— Treze anos — respondia eu.

— E qual é o seu nome?

E eu, com voz firme:

— Abílio José Aranha Freitas Morgado de Mendonça.

O porteiro lá me deixava passar, impressionado pelos meus sonoros apelidos, depois de me pedir que eu lhe revelasse a data do meu nascimento, não fosse eu estar a enganá-lo. Alguns gostavam de exercer o seu poder tacanho, desmascarando a identidade assumida pelo puto, que só a queria para ver um par de filmes inocentes, mutilados pela censura. Outros, mais solidários e compassivos, deixavam-nos passar. Lembro-me vagamente da celeuma que provocou uma cena de um filme francês no qual Mylène Demongeot, que rivalizava então com Brigitte Bardot, descobria brevemente a rotundidade inócua de um seio. *O tempora o mores*. Foi assim que me familiarizei com Victor Mature, com Clark Gable, com Errol Flynn, com Humphrey Bogart, com Burt Lancaster, com Glenn Ford, com William Holden, com Robert Taylor, com Kirk Douglas, com Rock Hudson, com Tony Curtis, com Gary Grant, com James Stewart, com Gary Cooper, com Ernest Borgnine, com Charlton Heston, com Robert Mitchum, com Anthony Quinn, com James Gagney. Ainda não me interessavam muito as mulheres. Íamos ao *Cinearte*, no Largo de Santos; ao *Jardim*, na Álvares Cabral; ao *Europa*, em Campo de Ourique; ao *Paris*, na Domingos Sequeira; ao imponente *Éden*, nos Restauradores; ao *Royal*, na Rua da Graça. Quando tínhamos pouco dinheiro íamos ao *Piolho*, situado à sombra do *Éden*, também nos Restauradores, que era muito mais barato, embora tivesse um ecrã mais pequeno que os outros cinemas. O *Olímpia*, na Rua dos Condes, especializava-se em *westerns*. Eram filmes da série B, protagonizados por Ronald Reagan, Joel McCrea, Van Heflin, John Payne, Audie Murphy, Randolph Scott, Joel McCrea, Lorenzo Lamas, Dan Duryea, Clint Walker, Rory Calhoun. Ao intervalo, quando os espectadores saíam para tomar uma ginginha, um café ou um bagaço, deixavam, para que lhes não roubassem o assento, um lenço, fartas vezes ranhoso, atado às costas da cadeira. De vez em quando, a meio do filme, um indivíduo começava a tossir, com um grande pigarro de brônquios e pulmões queimados. Ouvia-se então uma voz:

— Ó amigo, se está brecluso trate-se. Vá mas é prò hospital!

Heitor e eu tínhamos jeito para os matraquilhos. E, para arrecadar uns tostões, deixávamo-nos cair no Parque Mayer, para jogar “à coroa por fora”. Éramos uns miúdos, mas quase sempre levávamos de vencida os matulões. Sempre ia dando para comprar o *Cavaleiro Andante* e o *Mundo de Aventuras*, que eu adquiria numa capelista da Rua da Bela Vista e guardava religiosamente na gaveta mais recôndita do roupeiro.

Guardo na memória imagens da visita oficial de Isabel II, que teve lugar em fevereiro de 1957. Armou-se um grande escabeche na capital. Eu nunca tinha visto tanta gente nas ruas da Póvoa Grande. Minha avó, sempre bem relacionada, conseguiu fazer-se com um lugar

privilegiado num terceiro andar da Rua Augusta, para ver passar o cortejo. Dizia-se que havia pessoas que tinham desembolsado 1.500 escudos pelo aluguel de uma janela. Isabel, creio que com um diadema de pérolas a cingir-lhe a cabeça, desembarcou de um bergantim no Cais das Colunas e subiu a um coche dos tempos de D. João VI. O povo, entusiasmado desfazia-se em aplausos e vivas. Celebrou-se depois um fastuoso banquete no Palácio da Ajuda, servido na Baixela Germain, do século XVII. À noite, uma récita de gala no S. Carlos. Em Vila Franca de Xira a mulher foi recebida por uma tropa de campinos. E ainda teve tempo, nos três dias que durou a sua visita, de passar pelo Mosteiro de Alcobaça, onde entrou pisando as capas de uns estudantes de Coimbra, que, muito submissos, se ajoelhavam diante dela. Depois, no Refeitório Conventual, teve ocasião de coroar um lauto almoço com uma excepcional aguardente. E, como não podia deixar de ser, fez uma excursão simbólica ao Mosteiro da Batalha, ou não estivesse lá enterrada D. Filipa de Lencastre, a filha de John of Gaunt, uma verdadeira Plantagenet. Muito mais aristocrática que ela, que tinha muito sangue de *commoner*. Oliveira Salazar, quando lhe chegou a conta de todo aquele regabofe, achou que o orçamento saíra muito puxado. A Rainha ainda levou para Inglaterra o *Bussaco*, um belo garanhão castanho de raça lusitana. Bem vistas as coisas, não era todos os dias que a Rainha decidia visitar uma das suas colónias. O Tratado de Windsor, celebrado em 1386, alienou, de certo modo, pelo menos praticamente, uma apreciável porção da nossa soberania, entendendo por soberania a capacidade, mais ou menos incondicionada, de decisão.

Minha mãe, que era um catavento, cansou-se de Póvoa Grande e voltou para Sevilha. Mandaram-me outra vez para o Norte. Um dia fui parar a um colégio interno: *Os Ulmeiros*. Tio Augusto levou-me à estação de Lameiros. Antes de eu subir ao comboio, enquanto passeávamos pelo cais, disse-me:

— Aplica-te, rapaz, que tens que vencer na vida!

As suas palavras ficaram-me buriladas na memória. Que lhe digam a um europeu, a estas alturas, depois de Baudelaire e de Rimbaud, de Tzara e de Breton, que tem que vencer na vida! Nunca cheguei a compreender o que ele queria dizer com aquela coisa de “vencer na vida”. Já não poderá ser o *vincere* de César. Por *vincere* entende-se vencer, triunfar, domar, convencer. Mas, a falar verdade, *vincere* também significava escalar. “*Vincere montes ascensu*”, escreveu algures Claudiano. Parece que esta última acepção é a que se radicou entre nós. Eu creio que na vida, um passar que acaba sempre com a morte, não há nem vencedores nem vencidos. De nada nos hão de servir, *in articulo mortis*, as glórias e os ben alcançados. “*Omnia fuit et nihil expedit*”.

A vida é viver um naco de espaço-tempo, conforme se puder. A cultura é a maneira como cada pessoa, sempre que puder livrar-se do *habitus*, articula as suas vivências, dentro de um determinado contexto, e não a maneira como a administração capitalista, encarregada de gerir a indústria cultural, as fabrica para nós. O *vincere* é um modo de (in)transcendência que anda a ser excessivamente materializado. É de crer que estejamos a atingir a reificação da consciência. Vivemos no no seio do *readymade*. A beleza do carro, da casa de banho, do sofá impõe-se à beleza de Velázquez, de Bach ou de Rembrandt. Ter-se-á que abandonar a noção de uma alta “cultura sacralizada”, da cultura *highbrow*, verdadeiro capital simbólico elitista convencido da sua imanente superioridade e capaz de garantir um lugar de eleição àqueles que, independentemente do seu posicionamento socioeconómico, se sentem inseguros. E de subalternizar, num mesmo movimento, todos aqueles que os meios de produção manejam como sujeitos passivos da cultura de massas, vítimas indefesas, segundo certas abordagens, da manipulação astuta e descarada dos *media* incultamente desespiritualizados. A arte aristocrática (a poesia de Petrarca, a pintura de Rafael, a música de Brahms) cedeu o seu lugar à *Gebrauchkunst*, à entronização “estética” de objectos utilitários (o carro, a cadeira, a camisa, os sapatos, o relógio, a máquina de lavar, a carteira, a televisão, o sofá), falsamente sublimados na globalização proletária da *pulcritudo adhaerens*. A coisa, na sua desnudez, sobrepõe-se à obra de arte. A “beleza” do objecto técnico-utilitário sobrepõe-se à do objecto estético.

Talvez já não exista o *Volksgeist*, sobretudo quando já começa a assomar, empurrado pela globalização, o *Weltgeist*, que já nada tem a ver com o modelo de Hegel. A cultura popular, nos dias que correm, refugia-se em manifestações de minorias étnicas periféricas que se globalizam, graças à publicidade desatada. Vem-se de uma casa em Brooklyn ou em Wimbledon e acaba-se a almoçar virtualmente com um casal em Xangai. Vai-se, num instante da Penha de França a S. Francisco, sem se precisar para isso de sair da Póvoa. O *rap*, o *jazz*, o *rock*, o *pop*, a *country music*, para não falar dos Beevers adolescentes e das inefáveis Ladies Gagas, despertam mais atenção que Mozart, Bach, Beethoven, Haydn, Mahler ou Brahms. Tudo isto em nome de um “democraticamente” dúbio *de gustibus non est disputandum*. Beyoncé enche os estádios; a *Berliner Philharmoniker*, não. O estilo, desaparecida a energia criativa individual capaz de render formas arquitectónicas tecnicamente sofisticadas, obedece à utilização estereotípica de fórmulas breves assentes na reprodutividade industrial. Já ninguém tem constância e paciência para decifrar complexidades, para ler *À rebours* ou a *Recherche* com a devida atenção. Quem é que tem tempo para interpretar Kant, incluindo os presumíveis especialistas de Kant? Uma pessoa inculta, bem vistas as coisas, é hoje em dia a

que não se avém com a formalização (e até com a formatação) industrial. A cultura está em conhecer os modelos de carros, em ser experto na comunicação telemática, em vivenciar publicamente todos os lugares-comuns. Já não vale a pena reivindicar os géneros clássicos, estabelecidos pelas poéticas normativas. A obra clássica já não tem lugar no catálogo artístico, porque a criação “artística” há de ser acessível, efémera e substituível. Por que se há de ler Joyce, tão complicado, se se tem à mão Pérez-Reverte? A erudição é hoje prática, manual, directa. Trata-se de carregar nos botões pertinentes. A máquina está a fazer grande parte do trabalho que fazíamos antes. A informação está ao alcance de um clique, aplaudido por uma grande claque. Conhecidos os números e tendo uma calculadora, para que é preciso aprender a tabuada? A transitoriedade afoga a permanência. O *homme moyen sensuel* já não tem pedalada para se expor às dificuldades que impõe a leitura de James Joyce, um grande inovador que nunca passou por alto a presença do cânone. O livro, uma vez consumido, vai parar ao lixo como qualquer lata de conservas vazia. E, no meio de tudo isto, sinto-me triste e enfastiado. «*La chair est triste, hélas! Et j’ai lu tous les livres*». Não! Para andar cabisbaixo e entediado não preciso de ler tantos livros! O lixo, em vez de acabar na pertinente lixeira, acaba por repousar nas livrarias. A *junk culture*, na esteira da *junk food*, predomina. Com tanto fenomenismo, o culto da intimidade agoniza. Cansada, a cultura ocidental externaliza-se. Não é que tudo isto seja nem bom nem mau. Trata-se, simplesmente, de uma assustadora mudança de paradigma.

Na implacável economia de mercado globalizada, a coisa vende-se melhor que o espírito. Se os seus gestos ameaçarem a homeostasia imperante, o dissidente, quer no âmbito da arte quer no da política, corre o perigo de se transformar em terrorista. O terrorista é o hereje contemporâneo. A heresia passou a chamar-se terrorismo. Hoje, os Albigenses seriam uns terroristas. O terror intrínscoso da mudança! Todo aquele que atenta contra a cada vez mais corrupta “democracia” é *ipso facto* elevado a terrorista. E corre o risco de cair sob a alçada de uma nova inquisição. No campo da acção política, o inconformismo radical é hoje terrorismo. Só se pode ser mesmamente diferente. Podem-se ter vícios, mas sempre muito à sucapa e dentro de limites estabelecidos. O *pivot* pode chegar ao seu programa televisivo muito metido na broa. O deputado pode tomar assento no Parlamento bem carregado de cocaína, de uma cocaína que, não poucas vezes, ele mesmo negociou, enquanto o cidadão comum, se for apanhado com uma pequena dose de estupefacientes, corre o risco de ir parar à choldra. A interpelação dialéctica, a partir de certo ponto, devém agressão. Até a defesa comprometida do meio ambiente pode descambar em terrorismo, sempre que se contradigam determinados

interesses privados. E a denúncia da brutalidade da guerra, resposta a actividades que supostamente tratam de defender a “democracia” e a “segurança nacional”, também.

A política tem que se avir com o capital. Os interesses do capital estão primeiro. Tudo se compra e tudo se vende no gigantesco (e automatizado) bazar. Agora há capital humano e capital cultural. A moralidade molda-se ao interesse. É uma (a)moralidade pouco plástica, muito dominada pela estatística. Se é preciso matar cinquenta mil pessoas para presumivelmente salvar um milhão, matam-se 50.000 pessoas, sobretudo se elas pertencerem ao Terceiro Mundo. Os habitantes do Terceiro Mundo não são homens: são *homúnculos*. É a quantificação estatística da (in)consciência. A indústria atômica deu origem ao termo *megamorte*, para a extinção colectiva. A morte, sempre tão individual e incomunicável, pode-se transformar agora numa abrangente vivência anónima protagonizada pela espécie.

O pobre não deve degolar o rico, embora o rico dance um corridinho em cima do pobre. Ou o tome por simples capacho. A riqueza e a pobreza devem-se considerar, muito catolicamente, como partes integrantes da condição humana. Mas eu tive na cabeça, bem assente desde pequeno, a noção de injustiça. E também a da inutilidade de a ela se opor. Não tive, por isso, nem tempo nem inclinação para ser revolucionário. Nem sequer contestatário. Ignorei os partidos de esquerda, que queriam recriar a humanidade, sobretudo quando me apercebi do desempenho de Stalin, repudiado até por Mikoyan e Khrushchev. Por outro lado, os da direita, tão passadistas e cristãos, não me diziam nada. Num manual de *Histoire de France, cours moyen*, da autoria de Alfred Baudillart, publicado em 1916, que teria tratado de fazer a cabeça de minha mãe, podia-se ler a seguinte pérola, dedicada à despicienda liberdade de culto proclamada pela constituição francesa de 1791: “*Pourtant, en soi, il est déraisonnable de dire que l’homme a le droit de choisir entre la vérité et l’erreur, entre une religion vraie et une religion fausse*”. Sobram os comentários. Depressa se me impôs a consciência da inutilidade de qualquer revolução. Ou de qualquer conservação. Eu não queria nada nem com os revolucionários nem com os apoiantes de uma ordem excessiva, legitimada por uma tradição rígida dogmática constantemente evocada. As revoluções acabam sempre em estados de coisas conservadores. Todas as revoluções vêm a desembocar na desigualdade que prometem superar. E na corrupção. A liberação descamba sempre em ditadura, mais ou menos disfarçada. A única coisa que uma pessoa pode fazer, a não ingressar nos núcleos de decisão dos partidos ou na administração de um banco, porque o capital tem metade do corpo metido na política e na “cultura”, é tratar de adaptar-se. Se for suficientemente ambiciosa e matreira, poderá chegar a explorar o sistema, fazendo da política e dos negócios, ou dos negócios e da política, um modo de vida que lhe acarretará pingues benefícios. A iniciativa

política mexe com os bancos; os bancos, sem serem alheios aos tribunais, mexem com o investimento. Já estão todos unidos por interesses comuns, que entorpecem a divisão de poderes. Há filtração de interesses. E silenciosos e invisíveis processos osmóticos. E o povo, na sua passividade, nada tem a dizer, albergado na sua ignorância crédula. Eles têm o capital, o *know how* e a iniciativa. Têm o poder, numa palavra. Nós, transformados em capital humano, só temos a nossa capacidade de trabalho, de um trabalho muito limitado na Póvoa. A industrialização, que, embora nos digam que estamos na era pós-industrial, é ainda o que nos dias de hoje dá realmente dinheiro e trabalho na Póvoa, não pode ser improvisada. Para atingir uma industrialização séria, no seio de uma sociedade pós-industrial, será preciso contar com uma disciplina, um espírito empreendedor e uma grande capacidade para lidar com o risco. E, sobretudo com uma característica que nunca nos foi afim: a constância. Ou seja: convicção e perseverância. Com espírito capitalista, numa palavra. O que nem sequer houve durante a nossa pretensa Revolução Industrial. Com um espírito capitalista que medra mais facilmente em terras protestantes que em terras católicas (ou ortodoxas), de acordo com a tese de Weber. O verdadeiro capitalismo, com a sua ética do trabalho, não se compadece com as curtas miras da Póvoa onde, quando se têm os bolsos cheios, mesmo que só seja de simples moedas, se abandona o barco para ir beber uma cerveja ao porto. A alternativa, será meter-se em “negócios”. Com pouco esforço, sempre que a sorte for propícia, pode-se dar un *pelotazo*. Para os espanhóis *pelotazo* é impacto frontal. É um *veni, vidi, vinci* de janelas e montras estilhaçadas. É acertar na lotaria. Ou casar com uma herdeira rica. É o *gordo*-taluda. Trata-se de conseguir um máximo proveito com um mínimo de esforço. O empresário povoense é um feirante subitamente promovido. O homem da Península, ao longo dos séculos, sempre que abandonava a espada, desfeito do síndrome do Quixote, era para se transfigurar em vendedor de feira, em feirante (*feriante* em castellano). Ou em pícaro. Comprava e vendia. Chatinava. O povoense, em muitos aspectos, ainda é o vendilhão que sempre foi. Querem algo mais povoense que o homem que está a vender farturas, na feira de uma terreola de Lamego? A viver sempre de planos imediatos e de recursos circunstanciais. Das farturas, por exemplo. E sempre com um manual de *Como dar a volta à lei e enganar o outro sem que ninguém se aperceba* debaixo do braço. Claro que agora, com a globalização, na banca vizinha há um cearense, sempre de calções e chinelas, a vender caipirinha. Na Península, na ausência de uma verdadeira indústria, o negócio, se se puser à parte a política, que não por isso deixa de ser o negócio antonomástico, é a hipótese mais viável de rápida promoção social. O problema é que a tradição económica do feirante, na sua contabilidade elementar do deve e do haver, não se compadece com a complexidade do universo financeiro global. A Póvoa não funciona

porque os povoenses não funcionam. O povoense está ainda longe das atitudes sofisticadas que exige o capitalismo avançado, com todos os seus artifícios financeiros. A nossa história é a história de um endividamento endémico. Habitúamo-nos a dever, ao longo de séculos. O endividamento é-nos tão natural como a respiração. “Empresta-me aí 20 euros, que logo eu pago-te!”. Se eu acertar mil vezes na proposta, tenho 20 000 euros. Posso invertê-los ou gastá-los. Prefiro gastá-los, para não prejudicar o *carpe diem*. E já se verá, quando chegar a hora de os devolver. Se as coisas se complicarem, sempre se poderá enveredar por um resgate. Até certo ponto, eu lamento não ter tido capacidade para a vida prática, para a actividade que permite acumular haveres, influências e linhas de crédito. Para o mundo real e tangível, que entra pelos sentidos, com ou sem sensualidade. O problema de tal prática é o facto de ser muito morosamente trabalhosa. É preciso desenhar estratégias e activar fundos. Será preciso estar sempre a maquinar coisas e cenas. E a diluir-se continua e contingentemente na acção, sem nunca guardar face a ela uma distância saudável. O homem, muito dado à simulação interessada, com mais ou menos maquiavelismo, sempre me pareceu, intuitivamente, um animal corrupto. E truculento. *Homo homini lupus*.

Sob um regime presumivelmente democrático, as administrações centrais tentam compensar a consciência de perda e desgaste cultural de que somos vítimas. A actualização de paradigmas não se faz assim como assim. Eu, sinceramente, sem me atrever a questionar a nossa “universalidade”, penso que nós, os povoenses, somos excessivamente primários e provincianos para nos inserirmos em mecanismos sofisticados com uma margem de segurança que nos permita medir o alcance das questões (não das questiúnculas) e prever as suas consequências. As políticas culturais, respondendo às inseguranças sociais, apresentam as agências estatais como veículos das suas resoluções, fecundando assim um leviano holismo cultural. O Estado, de braço dado com o capital que o sustenta, sabe bem o que é a cultura. É a criação do *habitus*, que, desprestigiado o cânone tradicional, impõe agora a quantidade à qualidade. É o Estado quem sabe. Quer para o capital quer para o Estado, a cultura é o que dá dinheiro. O capital cultural tem agora ressonância metálica. Acontece que as decisões que afectam a cultura são tomadas, não poucas vezes, por indivíduos sobremaneira incultos, presos nas miragens da moda e assentes numa endémica frivolidade. Tais indivíduos, desprovidos de critérios válidos, acabam sempre por apostar na mediocridade. E o povo tem que se deixar levar por eles. Levados, levados sim ... Na Póvoa somos, por arrastamento, os heróis do mar e temos de seguir o exemplo dos nossos egrégios avós. Que há de levar-nos à vitória, sem dúvida, sempre ao serviço da Causa. De que nos vale arrastar, por inércia, uma consciência agressivamente expansionista, quando, há já alguns séculos, nos vamos

afundando progressivamente numa completa contracção? O Estado identifica-se com a Pátria. Eu nunca fui um patriota. Nunca fui uma árvore com raízes fundas. Sou, quando muito, uma folha levada pelo vento. Há muita gente que vive num associacionismo anárquico e descontrolado, sem ordem nem concerto, o que talvez seja uma maneira de viver tão boa como qualquer outra, sempre que todas essas pessoas não ameacem a (des)ordem e paguem a tempo e horas os seus impostos, gabelas e contribuições. Tudo é uma questão de ordem, afirmada dogmaticamente, que não quer ter em conta o conflito hermenêutico que envolve a averiguação do que a ordem significa, sobretudo em tempos nos quais a geometria fractal e caoticidade já ganharam decididamente o seu espaço. Qual é a margem de desordem que uma existência aparentemente equilibrada e tributável pode admitir antes de se desagregar? É a desagregação um conceito necessariamente negativo? E porque não enveredar pela anarquia?

*

O colégio era um edifício gélido onde para almoçar nos serviam arroz com feijão, para jantar feijão com arroz e para merendar uma chávena de chá, muito açucarado, com uma carcaça seca ainda quente, acabada de cozer. Não me lembro de ter provado carne n’*Os Ulmeiros*. Nem de beber um bom copo de leite. Estava a crescer sem queijo e sem manteiga. À noite, cheios de sono, desfilávamos para a Capela, onde nos mergulhavam num interminável terço. Depois de cinco dezenas de ave-marias, interceptadas por quatro glórias, acabava por adormecer a meio da ladainha. “Mãe castíssima, rogai por nós; Mãe imaculada, rogai, por nós; Mãe intacta, rogai por nós ...”. Ainda hoje me custa compreender o que se ganha com essa história da castidade! Ensonado, com a cabeça a tombar sobre o peito, já não ouvia o “Cordeiro de Deus que tirais os pecados do mundo, tende piedade de nós”. Quando o terço acabava, o *Bacalhau* dava-me uma cotovelada para me acordar. Empanturrado de orações, nunca mais na minha vida voltei a rezar. Depressa cheguei à conclusão de que carecia de instinto religioso. Se Deus gostava tanto de nós, por que é que nos submetia a tantas carências e humilhações? *Os Ulmeiros* era uma verdadeira cadeia. E um fastio. Vivíamos debaixo da autoridade de uma sineta que marcava, todos os dias à mesma hora e da mesma maneira, os tempos e os espaços. Tudo o que ali havia era um terreiro, que servia de recreio, umas salas enormes cheias de pó, e um campo de futebol pelado. E uma casota onde havia uma mesa de bilhar e dois matrecos. O Leovigildo, um preto míope de São Tomé, era

um artista com a bola. Eu, que nunca tive jeito para nenhum desporto, não era popular. Tinha um amigo madeirense, o *Pericaito*, que se arranjava para andar sempre a cair das calças, que não lhe chegavam nem aos tornozelos, com o cabelo desgadelhado e a camisa desencaixada. Outro, o *Bacalhau*, que era um rapaz feio e de boa índole, convidava-me, aos sábados, para passeios no Austin A30 dos pais. Almoçávamos, num restaurante do Porto, uns bifes suculentos que me redimiam da abstinência habitual. Em meados de outubro, celebrava-se o baptismo dos caloiros. Após serem aspergidos, muito carnavalescamente, com um hissope mergulhado em urina misturada com água, era-lhes imposta uma alcunha, pela qual os novos (vem-me à cabeça o *nouveau* de Flaubert, quando arranca *Madame Bovary* com um Charles adolescente) passavam a ser conhecidos. Depois da ablução, eu passei a ser o *Catarino*. Todos os dias eram iguais, na monotonia do estudo, a apanhar as moscas que, incautas, sobrevoavam os cadernos e a riscar, num calendário, os dias lentos que nos separavam das férias. Foi ali que eu me familiarizei com o tédio. Havia um professor que era um tipo muito curioso. Ensinava desenho e chamava-se Celso Cunha, mas toda a gente o conhecia como o Padre Perspectiva. Tinha, no seu quarto, uma gaiola com um canário. Ao passarinho, de vez em quando, dava-lhe por fugir. O Perspectiva fechava então a janela e procurava o canário dentro do quarto, quando ele, muito pimpão, estava do lado de fora, poisado no peitoril, a desfazer-se em arpejos. O recreio desatava-se então numa risotada incontida. Lembro-me também do professor de inglês, um caneco magricela, de pele escura, que andava sempre com uns fatos lustrosos e muito engravatado. Calças azuis, gravata de seda, imaculada camisa branca. Falava sempre das suas conquistas. Hoje, ao recordá-lo, tenho a impressão que o tipo nunca deu uma queca em condições. Era um tipo esperto, mas completamente estúpido. A esperteza nem sempre tem a ver com a inteligência. Que o digam os nossos políticos, com a sua mentalidade de tendeiros rurais. Só saíamos ao domingo, depois do almoço, muito regimentados, à Senhora da Saúde, conduzidos pelo prefeito Soares, que era um portista ferrenho e andava sempre com o transistor pegado à orelha, não fosse perder um golo do Hernâni ou do Jaburu, ou pelo Capitão Machado, o professor de ginástica, que nos fazia desfilar marcialmente pelo recreio, em marcha que acabava sempre com um estentóreo “Destroçar!”. Éramos cento e vinte e três meninos a dormir numa camarata interminável, distribuída de acordo com as idades. Cada um de nós tinha um número, como se estivéssemos na cadeia. Eu era o 104. Numa das primeiras noites fui mijar, antes de ir para a cama. Um dos costados da camarata dava ao quintal de uma casa, onde uma quarentona já algo adiposa, com as varizes a treparem-lhe pelas pernas, se debruçava a lavar a roupa no tanque com sabão azul e branco, esfregando-a vigorosamente na selha. Ao fazê-lo a saia arrepanhava-se-lhe em cima

das coxas. Às vezes, como ela não usava cuecas, via-se-lhe a pintelheira. Para meu espanto, deparo-me com três dos meninos mais velhos, o *Maneta*, o *Pego* e o *Quim das Binagas*, a aproveitarem-se do espectáculo para bater umas entusiásticas punhetas muito sincronizadas. Cheguei à conclusão que aquilo é que era o pecar com o pensamento de que falava o Reitor de Lameiros. Com o pensamento na mão. Deixava-se que os cães andassem esfomeados, porque não lhes era permitido roer um osso. Sempre me irritou a maneira como aquela gente sofrevava os apetites saudáveis. Eu, que tenho um desastre de memória, viria a assumir como lema uns versos de Juan Ruíz, Arcipreste de Hita.

«*Como dis Aristóteles, cosa es verdadera,
El mundo por dos cosas trabaja; la primera,
Por aver mantenençia; la otra cosa era
Por aver juntamiento con fenbra plazentera*».

Haver ajuntamento com fêmea prazenteira! Que bem dito é que isto está! Que exacto é o Arcipreste na sua modelização! E que perfeição de vida quando as circunstâncias permitem que se possam conciliar *mantenençia* e *juntamiento*! Na vida, com ou sem *fenbra plazentera*, mas sempre com alguma *mantenençia*, a única saída válida é o *carpe diem*. Por que diabos é que na vida se há de venerar o prescindir, assumindo outra vez a *apatheia* dos estóicos? Tudo aquilo de que não preciso necessariamente é-me dispensável. Tenho de desprezar tudo o que me dá prazer. Levanta então a cabeça essa categoria semítica tão depressiva que atende ao nome de pecado, uma espécie positivamente sacralizada do laico prescindir. O que é que se ganha em prescindir? Não deixa de ser verdade, por outra parte, que a melhor maneira de vencer a tentação é entregar-se a ela, como dizia o sábio Oscar Wilde. Viva o decadentismo! Temos necessariamente que definir alvos na vida? Não será melhor passá-la, como um rio que corre, deixando que os alvos nos definam? O que é que se ganha com tanta abstinência e contenção, à parte complicados processos neuróticos? Na nossa sociedade urbana, para se ter sucesso, é preciso habitar o espaço que separa a acção da apraxia. Açaimar os instintos. Está mais institucionalizado o *blow job* que o salto do tigre, a língua que a garra. No sexo, os acidentes estão ganhar carácter substancial. Mais vale o *cunnilingus* que uma boa foda. Já não é o sexo penetrante, imediato, gerador de gerações. É a brincadeira à volta do sexo. Como já não há substância musical, todo o mundo se prodiga numa multidão de *falsetas*, muito estudadas. É preciso retroceder a Petrónio, à noitada de Encólpio e Ascilto, para encontrar uma utilização tão intensiva da *fellatio*.

Eu, como Tom Sawyer, mesmo que não dispusesse do engodo dos amplos espaços do Mississippi, não queria deixar-me civilizar pela repressão. Todos reiteravam os mesmos movimentos protocolares. Um bom 90% das personalidades assumíveis, mesmo os sectores que aparentemente albergavam mais desequilíbrios, era comprado na montra convencional, com o valor hierárquico da marca bem assinalado. Havia nomes para tudo. Havia lojas para todos os tipos de excêntricos. A excentricidade andava devidamente catalogada. E concentrada. Mediante enormes campanhas de marketing, estavam sistematizadas soluções para todos os estados de espírito. Os meus condiscípulos viriam a ter os seus fatos, os seus relógios, os seus sapatos, os seus restaurantes, os seus automóveis, as suas amantes. Vivia-se num mundo pré-fabricado, muito preso à realidade fenoménica. Podia-se tratar de minar o sistema desde a periferia, sempre que o projecto não representasse uma ameaça real para a “Segurança do Estado”. E do capital. Se não dava para adquirir o original, comprava-se o produto martelado. O contacto era sempre mais ou menos previsível. Podias situar as pessoas dentro do âmbito de uma dúzia de marcas, que celebravam quase sempre a juventude. Havia anúncios de *aftershave* que prometiam a mocidade eterna, atingidas finalmente as terras de Bimini, nos braços de morenas agressivas de olhos insondáveis e cabelos longos, dispostos a abraçar-nos como lianas. O marketing, porque já nem verdadeira propaganda havia, organizava-se explorando os instintos adormecidos. Estavam sempre a oferecer-te uns cenários, o Canhão de Colorado, a viagem de globo em Anatólia ou no Niagara, uns espaços onde representar. Ia-se a Londres porque convinha, para a formação da personalidade, ir a Londres e verificar *in situ* a presença do Big Ben. Não se ia a Xabregas, porque não convinha, para o desenvolvimento da personalidade, ir a Xabregas, a não ser para lá ir ter com a mulher do Borges, o que te obrigava a verificar *in situ* a sua presença solidariamente carnal, graças a deus muito oferecida. Mas, bem no fundo, as pessoas viviam (e continuam a viver) para se adequarem às funções que desempenha(va)m. Coisas do pretérito imperfeito. Bailavam ao som da melodia envolvente. A banda vomitava decibélios, exaustivamente premeditados, para não nos deixar falar. Vivia-se não no meio da informação, mas do barulho. A informação era tanta e tão repetitiva que chocalhava nos aparelhos de rádio. Com tanto excesso de informação, acabava-se desinformado. A intimidade, para quem tinha a fortuna de lá chegar, era uma experiência fugaz na aridez funcional do protocolo. O Capitão Peixoto, autoritário; o padre Pereira, condescendente; o padre Perspectiva, passado dos carretos. Todos eles, numa reiteração de gestos sempre previsíveis. Um dia, até à ponta dos cabelos de tudo aquilo, pisguei-me, escapando à vigilância do Manel *Judeu*, o porteiro, que tinha ido mijar. Estive uns dias a vadiar pela Póvoa de Cima. Dormia no banco de um jardim, coberto de jornais e

cartões. Travei conhecimento com mais de um sem-abrigo. Fui, fugazmente, um mendigo. Lembro-me particularmente de um deles. Chamava-se Gastão. Não figurava mais de trinta anos. Tinha uns enormes olhos azuis e um sorriso despectivo no rosto. E estava sempre a dizer: “Estamos tramados!”. E, muito metido com os seus botões, pouco mais dizia. Partilhava a garrafa e os cigarros, o que já era muito. E, algumas vezes, tirava a harmónica da algibeira e entoava umas modinhas. O destituído estava tão profundamente insatisfeito como eu, embora a ele lhe doesse na carne e a mim não. E provavelmente nem sequer me doesse na consciência. Já então tinha eu uma noção muito ampla da dignidade. Intercambiávamos aguardente, cigarros, ideias e impressões. Acabei por receber ordem de expulsão de *Os Ulmeiros*, embora tudo tivesse sido negociado em silêncio. Eu era, em dimensão infantil, o desordeiro, o arauto da entropia, o amigo da desordem. Eu era um Winston Smith em cueiros, culpável de *doublethink* e *thoughtcrime*, vigiado pelo implacável *Big Brother*. E depois cantava: “*Under the spreading chestnut tree / I sold you and you sold me ...* “. Antes de embarcar para Lameiros, fui-me despedir de Gastão. Ele apertou-me a mão, acendeu uma beata, e disse: “Estamos tramados!”.

Meu pai enviou-me outra vez para Lameiros. Eu tinha então os meus catorze anos. Fui para o Colégio Moderno. Era um colégio misto, estabelecido num palacete construído, no princípio do século, por um brasileiro. Ainda havia na vila um par de mestiços, descendentes dos moleques importados de Alagoas. Havia um, o Tó Mulato, que era a prova viva de um desvio de meu avô. De um encosto. O homem não soube resistir aos encantos da negra nordestina. Quando se embebedava, saindo aos tombos da Cova Funda, dizia-me, com uma língua de trapo: “Ulissinho, nós somos do mesmo sangue!”. Àquele tempo, contudo, vigorava o *apartheid*. De cores e de géneros. Enquanto nós brincávamos no recreio, perseguindo-nos uns aos outros aos empurrões e pontapés, as garotas, muito bem comportadas, ficavam numa enorme varanda, a contemplar-nos desde o peitoril, de olho comprido, com cara de parvas. O director, o Dr. Morais, ensinava matemática e português. Era um republicano imponente, com bigode à Clemenceau. Foi o primeiro professor que tive dotado de uma formação mais ou menos séria. Às palavras graves chamava-as paroxítonas. O contínuo, o Zé Maneta, com a manga vazia do casaco metida no bolso, ameaçava-nos com a enorme chave que sempre levava na mão. No sótão havia um depósito de água, que corria nas torneiras dos andares mais baixos. Uma tarde, sigilosamente, o Tiago e eu, mais o *Laberca*, subimos às águas-furtadas e tomámos banho no tanque. E, depois, demos uma grande mijadela lá dentro. Ríamos muito ao ver como as garotas bebiam aquela água inquinada.

Volvidos dois anos, uns meses antes dos massacres de Angola, chegou-me a ordem de marcha: tinha de voltar a Sevilha. Eu sentia-me como um brinquedo controlado por um telecomando. Tinha então os meus quinze anos e ia mudar de país, de cultura, de língua. A minha cabeça era uma torre de Babel. Falava povoense com minha mãe, inglês com meu pai, castelhano com as criadas e com o jardineiro. E entendia algo do alemão brusco da avó Elsa. Meus irmãos e eu falávamos uma geringonça da nossa lavra, que era realmente uma mistura de todas as línguas que conhecíamos. Deparei-me também com a questão do espaço. Havia um mundo de Sevilha a Bilbao. E só quatro passos de Póvoa Grande a Elvas. Espanha, mais que uma nação, era um continente. Ao princípio, habituado ao “Faz favor”, “Dá-me licença”, “Desculpe”, “Não quero incomodar”, “Quer ter a delicadeza”, “Peço desculpa”, “Poderia ter a gentileza?”, “Ora essa”, “Tenha a bondade” do povoense, que sempre se está a desculpar por existir, surpreendeu-me a frontalidade algo brutal da gente. O decidido “*¡Porque me sale de los huevos!*”. E a maneira espontânea com que as miúdas, embora lastradas pela educação religiosa, se aproximavam, acessíveis ao tacto. Dava a impressão que as garotas em Espanha tinham mais carne. E que tinham sempre os seus talhos abertos. Aquelas cenas de inverno nos bancos do Paseo de Catalina de Ribera, os casais de adolescentes muito juntinhos, com o sobretudo sobre as pernas, as mãos como formigas laboriosas a explorarem as partes baixas, eram para mim uma novidade completa. “*¡Son cosas que hacen los novios!*”, resolviam as senhoras, sem por isso abdicarem de uma sólida formação moral. No país que eu tinha deixado, como no boxe, as partes baixas não se podiam tocar. Só as cróias tinham partes baixas. E as mulheres legítimas.

Para me iniciar no Grego, que na Póvoa só se estudava, quando era caso disso, a partir do 6º ano, meus pais encontraram um seminarista que vinha todas as manhãs, desde San Jerónimo, montado num *mosquito*, uma bicicleta de tracção dianteira, sem embraiagem, provida de um pequeno motor de dois tempos de menos de 50 centímetros cúbicos, que era preciso voltar a arrancar, à força de pedais, cada vez que se detinha. Estou a ver José Suárez Pardo, *don José* para nós, com as abas da sotaina arregaçadas, o colarinho de plástico muito apertado no pescoço, encavalgado naquela motorizada primária. Era um homem pouco inteligente, de rosto acavalado, que apenas tinha a seu favor uma boa memória. Só pensava em mulheres, e, muito reprimido, vivia entre a tentação e a censura. Quando avistava uma moça jeitosa, lançava-lhe um olhar mórbido. E cravava os olhos nela, ou nas suas pernas, com uma insistência, simultaneamente tórrida e frustrada, que lhe inflamava as retinas e lhe punha bagos de suor no rosto. Don José era a imagem viva da repressão. E passávamos a manhã, Aquiles e eu, a conjugar verbos irregulares e a traduzir as passagens mais fáceis de Herodoto

e de Jenofonte. Depois, para preparar-me para a *Reválida*, fui parar a uma academia na Calle Guzmán el Bueno. Tinha um professor de latim que era um indivíduo muito curioso. Era da polícia secreta, além de se dedicar ao ensino. Quase não precisava de dormir. Às vezes puxava da pistola e punha-a em cima da mesa. Gostava muito de música clássica e falava-nos de Mozart e de Beethoven. Dava-nos muita confiança e tratava-nos como se fôssemos adultos. Era um gajo porreiro e insomne. Acabei o ensino secundário no Instituto San Isidoro, provisoriamente instalado no Pabellón de Chile, enquanto se realizavam obras na casa-mãe, em Amor de Dios. Quase todos os miúdos estudavam ciências. Poucos tinham optado pelas letras. Havia um tipo asturiano, de ar desiludido, que ensinava inglês. E uma professora de grego, muito séria e empertigada, que, porque lhe disse uma vez com precisão o que era um ablativo absoluto, ficou a pensar que eu era um génio. O professor de literatura, Rafael Seco, era um homem muito sábio que não sabia fazer-se respeitar e era incapaz de impor silêncio nas aulas, transformadas num verdadeiro tumulto. Ele, imerso no seu solilóquio, muito metido com os seus pensamentos, nem sequer esboçava um gesto de repreensão e falava-nos do *honor* em Lope de Vega e em Calderón de la Barca, quando nós, completamente desatentos à interessantíssima prelecção, em balbúrdia desatada, saltávamos por cima das carteiras, contávamos anedotas e jogávamos às cartas.

A biblioteca de meu pai era muito razoável. Tinha quase todos os volumes da *Austral*. Eu li muitos deles, sem me ater a nenhum cânone. Lembro-me de devorar os romances naturalistas de Manuel Gálvez. E de uma empatia adolescente com Eduardo Mallea e com a sua *Historia de una Pasión Argentina*. O jovem pálido, perdido na multidão da Avenida Corrientes, irmanado comigo na procura do amor e de razões de ser. Admirei a *impassibilité* de Flaubert. Mergulhei na amplitude de visão de Dickens. Nos entretantos fazia-me à Pepa, uma criada de Córdoba saída de um quadro de Romero de Torres, de boca grossa, olhos de azeviche e seios proeminentes, que cantava *couplés* de Concha Piquer enquanto fazia e desfazia as camas, com uns meneios de cadela em cio.

*“Era hermoso y rubio como la cerveza,
El pecho tatuado con un corazón,
En su voz amarga
Había la tristeza
Doliente y cansada
Del acordeón”.*

Ao princípio, ela dizia: “¡Ay, niño, qué pesado eres!” Depois, muito sôfrega, já me oferecia a boca. E arremessava-me, com aqueles pupilas de carvão, uma chuva de incitações.

Acabou por me dizer que se esforçava em conservar-se pura para o eventual marido, que com certeza não seria um *señorito* como eu, mas que não tinha inconveniente em trabalhar com a boca, como compensação. Foi com ela que eu descobri a *fellatio*. Eram coisas daqueles tempos de repressão. Deixando a carne para regressar aos mundos intangíveis, cansado do corpo intratável de Pepa, que exigia carícias excessivas, muito suadas, lia também as aventuras de capa e espada de Alexandre Dumas e de Paul Féval, dos pais e dos filhos. E os romances de Pereda, de Pérez Galdós, de Palacio Valdés, de Pardo Bazán, de Valera, de Clarín, de Valle-Inclán — um Camilo menos energúmeno e mais decadentemente artista —, de Baroja. Gostava, sobretudo, da picaresca seiscentista. O pícaro, embora passasse mal, sabia divertir-se, abusando, na medida do possível, das convenções vigentes. Mas tinha de se controlar, não fosse parar às galés. Eu também lia os romances de Camilo e de Eça, em edições antigas da minha avó, daquelas que conservavam um monte de consoantes geminadas. Devo confessar que Camilo é um dos poucos escritores povoenses que leio e releio. Tem um sentido espantoso da musicalidade e da flexibilidade da língua. E um espírito crítico quevedesco, muito sarcástico e corrosivo, que vai às raízes da carne e da terra, mais ibericamente desgarrado e profundo que a afrancesada ironia, algo superficial, de Eça. Camilo, que não é um touro embolado, é o mais castelhano de todos os escritores povoenses. O mais ibérico. Culmina a tradição que vai do *Lazarillo* a Baroja, passando por Cervantes, por Alemán, por Quevedo, por Galdós. Não sei se os terá ou não conhecido a fundo. Conhece bem a prosa oitocentista vinda de França, mas teve o mérito de dela extrair o que bem lhe pareceu sem para isso ter que se deixar afrancesar. Mas isso é questão de somenos importância. Se não há influência, há convergência. Camilo tem uma energia trágica, muito amiga do excesso, que não se dá muito bem com o sentimentalismo endêmico da Póvoa, sempre tão melodramaticamente previsível.

Tive um primeiro contacto com Dostoievski, mal traduzido ao castelhano por um príncipe moscovita fugido da Revolução de Outubro. Quantas vezes descí as escadas do velho prédio de S. Petersburgo, agarrado ao braço de Rodion R. Raskholnikov, depois de termos aberto a cabeça de Alyona Ivanovna de uma machadada certa! Aquilo misturava-se com o Merseault de Camus, infectado pelo *acte gratuit* de Gide. Naquela geração havia uma parte que não queria arcar com demasiadas responsabilidades. Foi o meu período metafísico, algo contagiado por uma leitura superficial de Nietzsche, pelo anarquismo egoísta de Stirner, pelo sentimento trágico da vida de Unamuno, e pela *nausée* existencialista sartriana que, esquivando a censura, soprava de França. Identificando-me com Merseault, eu sentia-me morrer, num conchavo inócuo, embora desgarrador, de angústia e teoria, onde tudo carecia de

importância. Tudo isto muito teoricamente, porque nunca poderei provar epistemicamente a verdade — Que diabos é a verdade? — do que eu estou a descrever. Coerência ou correspondência. Se a verdade é coerência, qualquer argumento bem construído pode conter a verdade. Com verdade ou sem ela, no meio de toda aquela confusão, eu tinha algumas ideias claras. Ficou-me bem assente, provinda de Marx, a necessidade de me libertar da alienação (*Entfremdung*) imposta pelo trabalho. Ou melhor, pela exploração. O ser humano, reificado, transformou-se numa simples mercadoria. Obrigados a trabalhar nas cadeias de montagem, os trabalhadores devem subordinar os seus impulsos naturais aos ritmos impostos pelas máquinas. Nasce então o “especialista”, que só tem consciência da sua tarefa particular. À medida que a economia capitalista ganha uma dimensão uniforme, acaba por impor uma estrutura unificada da consciência. A reificação surge porque se torna psicológica e socialmente funcional. Daí que, como único instrumento de derreificação, se imponha a marginalidade social. Eu não queria esfalfar-me para produzir a mais-valia que, longe de redundar em meu próprio proveito, havia de enriquecer o capitalista cocainómano, o explorador, que, enquanto eu me esforçava, com o suor a escorrer-me da testa, vergadas as costas ao peso do balde de cal, ficaria em casa sem fazer nenhum, consumindo, num snifar indolente, o fruto do meu trabalho. Mas, cuidado, eu não pretendia trabalhar em bem dos outros, numa de fraternidade universal, agora “cientificamente” justificada. Eu carecia completamente de ideais filantrópicos. Só amava o meu semelhante quando me apetecia. E apetecia-me poucas vezes. O que eu queria era viver sem trabalhar, sem depender de ninguém, como fazem os ricos, o que se tornava muito difícil tendo em conta que eu era ridiculamente pobre e tinha plena consciência da minha pobreza. A minha cabeça debatia-se no meio daquelas doutrinas e daqueles impulsos desencontrados. E, pouco a pouco, fui entrando no pós-modernismo. Tratava de fugir à condição de unidade funcional a que nos queria reduzir o sistema vigente. E não estava disposto a ajustar-me à sociedade, correndo o risco de me tornar um indivíduo “saudável” e “equilibrado”. Os meios de comunicação já começavam a reduzir a fórmulas os nossos impulsos estéticos e as nossas emoções. Tudo se tornava categorizável, numa teimosa atribuição de nichos conceptuais. O excesso de racionalização fazia perigar a autonomia do espírito, mesmo que o espírito só fosse considerado como manifestação fisicalista. A saída habitual a tal embrulhada, sancionada pela tradição, seria a assunção do cinismo. O que eu fazia, no meio daquilo tudo, era ler. Já então gostava mais de prosa que de poesia. Eu, assoberbado por grandes inquietações, dava longos e solitários passeios pela cidade, com os olhos cravados no chão, a meditar na morte e na vida. Tinha dezassete anos aquando da crise de Cuba. Durante treze dias, em outubro de 1962, vivi

na expectativa da *MAD* (*Mutual Assured Destruction*). Que seria da Giralda depois de uma Hiroshima sevilhana? E, no meio de tanta angústia, eu, agarrado à cintura da Pepa, tratava de conciliar *Carmen*, a de Ronda, e *Madame Butterfly* com um solo de clarinete de Antti Sarpila. Mas, vá lá, Kennedy e Khrushchev acabaram por entender-se! Em novembro de 1963 surpreendeu-nos a morte de John F. Kennedy, que era muito popular em Espanha. Houve até quem chorasse por ele, como qualquer dona de casa de Vermont ou Massachussets. Depois, em junho de 1968, viria a morrer Bob, para grande desgosto de Rosie. Ali havia, manifestamente, uma conspiração de poderes ocultos. Eu gostava mais de Khrushchev, desde que, a 10 de outubro de 1960, muito rusticamente, no meio de tanta “gente fina”, batera com o sapato na mesa, em plena assembleia geral da ONU, enfurecido pelos excessos verbais do filipino Sumulong. Era a sageza vulgar e divertida do velho mujique. O homem era da casta de meu primo Zé Egídio.

Um dia, sem se saber bem como, chegou o turismo massivo. Começou a haver um estranho e excessivo movimento de pessoas e de ideias. Os aeroportos vomitavam centenas de suecas esbeltas. As secretárias de Estocolmo e Gotemburgo decidiram cravar uma lança na Costa del Sol. Eu tinha um amigo em Torremolinos, que era DJ numa discoteca. Passava longas noites com ele na cabine de som, debruçado sobre o mar de gente que dançava na pista. Conheci uma inglesa muito bela. Apresentou-me ao seu acompanhante. Era lorde não sei quê, uma bicha aristocrática cheia de tiques, sempre a esticar os braços e a mover o pescoço. Seria difícil encontrar alguém que, espontaneamente, lhe quisesse ir ao cu. Era um tipo muito, muito decadente, que bem poderia fazer que Max Nordau montasse em ira, no seu túmulo, ao ver prolongada a aviltante *Entartung*. Ela caçava o tipo que o lorde lhe indicava. Depois levava-o para o hotel. Quando já estavam na cama, aparecia o lorde das trutas, completamente descascado, disposto a integrar-se no comboio. Ela era o gancho. Perguntei-lhe, frontalmente, porque acedia a desempenhar tal papel. E aquele excesso de mulher, relanceando os seus estonteantes olhos verdes brevemente no meu rosto, deixando-me desconcertado, respondeu-me com firmeza:

— Eu era uma simples secretária em Birmingham e este gajo gasta dinheiro comigo e leva-me a conhecer o mundo!

Tudo ficou explicado. A lógica dos comportamentos estava a mudar. A moça simplesmente queria ampliar os seus horizontes, sem discriminar os recursos de que se servia. Havia uma disponibilidade vazia, que em si não tinha nem nada de mau nem nada de bom, que poderia levar à desordem, ao excesso. E tinham a desordem e o excesso de se revestirem necessariamente de negatividade? Desordem e excesso que, por vezes, poderão levar ao

suicídio, o que também não tem nada de mau. Convidam-te a uma festa. Não gostas nem das pessoas nem do ambiente. Nem sequer da bebida. Pões-te a andar. É um *tópos* estóico.

Em Sevilha, convinha ter algum amigo que soubesse dedilhar uma guitarra flamenca e cantar umas *sevillanas*, uns *fandangos* de Huelva ou umas *alegrías* de Cádiz. O *cante jondo*, que exigia uma iniciação, tinha os seus santuários. Era para as ocasiões em que era preciso estar sério, quando a vida se veste de tragédia. A Andaluzia balança-se sempre entre a tragédia e a comédia. O andaluz profundo, contudo, não aceita o melodrama. Diferentemente do povoense, que, segundo Fernando Pessoa, é terno e sentimental, o espanhol, e por abrangência o andaluz, é frio e apaixonado. Cheguei a escutar, numa *cueva* encostada ao castelo de Alcalá de Guadaíra, o velho Manolito de María, que era *jornalero* e nunca chegou a ser um verdadeiro profissional, a cantar, a *palo seco*, *bulerías*, *soleares* e *martinetes*. O que mais se fazia, contudo, era *cante de fiesta*. Lembro-me de estar na Plaza de Doña Elvira, ao tombar de uma tarde de primavera, com o Juárez a cantar o *Me casé con un enano*, e de ser subitamente cercado por um rancho de loiraças nórdicas, que, alheias à culpa e ao pecado, faziam amor com a simplicidade quase gratuita de quem toma um chuveiro ou saboreia um gelado. Não sabíamos para onde virar-nos. Elas estavam por todos os lados. A actividade sexual, no seu autotelismo, deixava de se vergar ao cumprimento das funções de reprodução. E nada tinha a ver com o atávico sacramento. Era o sexo em si, desligado de promessas e de responsabilidades. Era o prazer pelo prazer, sem algemas. Eu tinha então uma namoradinha muito bonita, uma boneca airosa de carne, de uma família bem de Osuna, com quem trocava beijos e abraços apertados, mas que nunca me deixava explorar as partes baixas do seu corpo. “*¿Tú quieres aprovecharte de mí!*”, dizia. Ela ainda não concebia a possibilidade de que a mulher se pudesse aproveitar do homem. Não tinha lido *Madame Bovary*. Uma noite, em plena primavera, quando pela cidade desfilavam as eróticas procissões de Semana Santa, fomos parar a uma açoteia deserta. É agora, pensei eu. Ela cortou o meu assédio com um “*Ulises, ¿si yo me tiro al rio quién me recoge después?*”. Nunca mais voltei a sair com ela. Descobri que não tinha vocação de bombeiro. Imaginem-me a salvar Esther Williams dos cachões de uma catarata!

Foram os anos em que transitei para a Universidade. Primeiro matriculei-me em Direito. No ano seguinte, depois de ter chumbado em praticamente todas as cadeiras, cheguei à conclusão de que não tinha nenhuma inclinação pela tediosa lógica jurídica e que não estava disposto a encornar os artigos dos códigos. Acho que a memória é uma faculdade que merece um certo respeito. Que deve ter bem assente uma série de critérios selectivos. Não se pode desperdiçar, malgastar. Passei então para a Faculdade de Filosofia e Letras. O estudo da

Literatura, que me dava mais liberdade para associar ideias e intuições, prestava-se mais às minhas condições naturais. Eu gostava de ler e de escrever. E de inventar. Havia uns catedráticos interessantes, de ideias republicanas, agora inexprimíveis, que sentíamos latir debaixo dos seus silêncios reticentes, mas que pelo menos não participavam no elogio estrutural do *status quo*. Davam umas aulas neutras, muito eruditas, carregadas de factos, mas, vigiados pela omnipresente censura, não se podiam dar ao luxo de as acompanhar com interpretações tendenciosas. Vergados ao nacionalismo dogmático imperante, muito franquista, tinham que desideologizar a história. Alguns deles nunca se serviam nas aulas de papéis ou de apontamentos. Havia um professor de grego que recitava de cor, ao longo de dez minutos, trechos de Homero e de Hesíodo. Era um homem ardente e meticoloso. E era muito inteligente, um dos homens mais inteligentes que conheci na minha vida, embora não fosse tão criativo como ele próprio pensava. Além de lidar bem com os grandes espaços, era um armazém de pormenores. Havia docentes que eram *nacionales* confessos, vindos do Opus, da Falange e do Carlismo. Tinham a verdade na algibeira e tratavam de a impor. Lembro-me de um catedrático de História Antiga, Celso Morientes, que nos fazia memorizar dúzias e dúzias de datas e uma enorme quantidade de nomes de cidades e de acidentes geográficos. Em certos sítios, em datas certas, faziam-se certas coisas. O homem acreditava piamente na importância do efémero facto, que por vezes espiritualizava. Colombo cumprira *la Voluntad de Dios*. Deus, facilitando-lhe o acesso ao *callejón de los Alisios*, vestira-se de vento e empurrara-o até às Baamas. Era incrível como, no anos 60, a religião ainda podia servir de sustentáculo às humanidades. Devo dizer que saí daquelas aulas com muitos factos e poucas ideias na cabeça, a não ser a da tão inamovivelmente repetida Divina Providência. Espanha, a reserva espiritual de Europa, era, como Israel, um povo escolhido. Era a resposta europeia ao excepcionalismo dos americanos, mas carente de poder económico e de andaime militar sólido. Era simples retórica, de bastante mau gosto, e não verdadeiro poder. Nos testes, que nós chamávamos o totobola do saber, Morientes dava-nos umas folhas com nomes, que nós tínhamos que identificar, e de datas, nas quais nós devíamos encaixar os acontecimentos pertinentes. Era preciso saber a suposta data de nascimento de Ramsés II. Tivemos que memorizar uma das muitas cronologias egípcias. Lembro-me que Vaca, um tipo muito descarado de Puerto Real, filho de um farmacêutico, escreveu, diante de Van, um lago situado nos confins orientais da actual Turquia, não longe do Irão, que terá sido muito importante na História Antiga: “*Tercera persona del plural del presente de indicativo del verbo ir*”. Por vezes, no meio da aula, quando ela era ministrada por um membro da Falange, o Vaca, sentado no fundo da sala, entoava o *Cara al sol*, em voz baixa, fazendo que o docente, incapaz de situar a fonte da

transgressão, montasse em ira e ameaçasse toda a turma de expulsão. As ideias do franquismo pareciam-nos totalmente inadequadas. E uso o termo inadequado com todo o seu peso spinoziano. Já não queríamos a tradição, a continuidade, a religião, a contínua reiteração de gestos e de frases. Em primeiro lugar, queriamo-nos divertir, entregues às paixões tão descuradas por Bairuch. Descobrir a transcendente intranscendência dos sentidos, na sua saborosa colisão imediata com as coisas e com os seres. E não andar ao serviço de discutíveis doutrinas, imersos em casuísticas desnecessárias. Tínhamos que tosquiar o espírito e revestir-nos outra vez de carne. Descobrimos então uma praia quase deserta, situada entre Conil e Tarifa, na costa de Cádiz. Da arriba tombava a água límpida da nascente. Ficávamos lá dois ou três dias, nus à volta da fogueira, cobertos de algas, como tritões, com o mar a lambar-nos o corpo e a mente. E dávamos largas aos sentidos, soprando os nossos búzios, perdido o sentido da responsabilidade, pelo menos da responsabilidade supérflua. Era preciso que nos estreitassem muitos braços, em amplexo tentacular. Não havia diálogo. Só se praticava o colóquio, com ou sem letras. Éramos todos de todos e ninguém pertencia a ninguém. Era uma saborosa e inocente pouca-vergonha.

Na Faculdade aprendi mais teologia que filosofia, numa anacrónica efusão neo-escolástica. Essa coisa de que a filosofia há de ser *ancilla theologiae* nunca me entrou na cabeça. As provas da existência de Deus sempre me pareceram descabidas. O argumento ontológico de S. Anselmo sempre se me afigurou completamente disparatado, mesmo ao ser reencenado pelo venerável Spinoza. E o cosmológico também. Deus cria e descansa ao sétimo dia (até o Absoluto já se cansa e está a precisar de umas férias), mas a Ele ninguém o cria. De causas e efeitos passamos à ausência de causas. Tombamos inadvertidamente num défice causal, que não se resolve com um misterioso e mais que problemático *Causa Sui*. Como quer que seja, nunca acreditei que a pobre lógica que nos rege possa vigorar num mundo que excede a nossa limitada inteligência. Será que, a nível cósmico, todo o efeito requer uma causa? E que, para existir, uma coisa tenha necessariamente que ter sido criada? Será que se pode provar a existência de Deus? Ou não será que o conceito de criação é uma noção humana, pobremente analógica, que, a um nível mais elevado, talvez careça de sentido? O absoluto não admite definições. “Que signifie pour moi une signification hors de ma condition? Je ne puis comprendre qu’en termes humains”, escreveu algures Albert Camus. E Deus poderá muito bem ser inconsequente. Ou dominado por uma consequência sublimada que nós não estamos capacitados para apreender. A causalidade ficou seriamente comprometida depois da história das bolas de bilhar de David Hume. Enveredei por um certo

existencialismo, algo desesperado. A minha simpatia por Sartre não foi bem vista. Depressa fui arrojado à periferia.

Não tardei a passar da angustiante metafísica ao prazer desenfreado. Comecei a descobrir a (in)transcendência dos olhos, dos dedos, dos ouvidos, do olfato. De mulheres nativas, nem falar. As casadoiras só queriam promessas e compromissos. Ao entabular relações, que haviam de desembocar no casamento, começava-se logo a pagar a casa e a comprar a mobília. E o *ajuar*, o enxoval, por vezes muito enxovalhado. Para os desafogos havia as sopeiras, as *marmotas*. Desempenhavam a função das *grisettes* românticas, válvulas de escape de estudantes e soldados. Saíam com um rebanho de crianças, à volta das cinco da tarde, com os seus uniformes e as suas *cofias*. Perpetravam-se encontros nas alamedas mais escuras do parque. Mas elas, bem no fundo, sabiam perfeitamente que os magalas (os *quintos*) eram mais fiáveis que os *señoritos*. Mais sérios. Com eles poder-se-ia constituir eventualmente uma família. Os estudantes, acabado o curso, regressavam a casa. Desapareciam. Não mereciam muita confiança. Na pequena burguesia as moças tinham que encontrar um noivo formal, um marido em potência. Aceitava-se com uma relativa condescendência a ruptura de relações, mesmo das mais prolongadas. Encetado o namoro, o *noviazgo*, o rapaz, que era o *noivo formal*, tinha acesso à casa dos pais da moça. Era o genro potencial. E o *noviazgo* era o vestíbulo do casamento. E, na expectativa desse sagrado sacramento, deram-se casos em que o estudante *pasó por la piedra* quer a novia quer a sogra, que era muito oferecida e estava muito boa, em certos aspectos até melhor que a filha. Deixavam o casalinho no sofá da sala, bem acaramelados, muito sozinhos, *pelando la pava*. O rapaz almoçava e merendava lá. E a mamá caprichava na atenção ao futuro genro. Iam-se multiplicando os genros, nos últimos tempos, mas mamá sempre chegava à conclusão de que o namorado eventual acabaria por ser o genro definitivo. Às vezes era compensador, porque doña Paca fazia um *salmorejo* que estava *para chuparse los dedos*. Ele era um outro filho. Davam-lhe bons relógios no Natal e convidavam-no a excursões, mais ou menos dispendiosas, à Costa del Sol. Ali, ao ritmo de um desgarrador corrido, pretextando uma enxaqueca para não sair do hotel, a garota deixava-se ficar, para lhe invadir depois o refúgio do chuveiro, bem ensaboada, armada em enguia sensual, muito *coy*:

*“Had we but world enough, and time,
This coyness, lady, were no crime.
We would sit down and think which way
To walk and pass our our long love’s day”.*

Depois das indispensáveis promessas de casório, o rapaz conseguia meter Lola na cama. E ensinava-lhe uns recursos sofisticados que ela, muito vocacionada, com os seus dezassete ou dezoito anos, aprendia com facilidade, acabando por se transformar numa verdadeira odalisca (não sei se a de Boucher ou a de Ingres), maliciosa e submissa, envolvida agora no suor tépido do aprender e do experimentar. Corria-lhe nas veias o sangue exaltado da andaluza. Ele punha o seu corpo na banca e trabalhava-o. Lola, muito imaginativa, desbocados os sentidos, acabava por improvisar jogos da sua lavra, altamente criativos. Estava sempre a roçar-se nele, como gata em cio, cheia de promessas enlevadas. Quando os pais voltavam as costas, dava-lhe beijos desnecessariamente prolongados, chegando-lhe com a língua aos gorgomilos e cravando-lhe os mamilos, muito erectos, no mais aberto do peito. Ela tinha descoberto na sua própria boca recursos que ignorava. Aqueles hedonistas primários, tantas vezes rapazes de poucos recursos, iam mudando de *novia formal* de seis em seis meses, de acordo com as virtualidades da cozinha variada da sogra eventual e a generosidade da carteira paterna. Passados três meses, já chamavam ao homem Papá. E tudo dependia também do que a moça ia rendendo na cama, porque às vezes revelava-se muito incompetente. No colchão, não se pode tirar muito partido de um saco de batatas. Não se dava casa, mas havia sempre mesa e roupa lavada. Abandonavam a Lola quando ela começava a cair na monotonia ou quando se cansavam dos acepipes abundantes da sogra. E começavam tudo de novo com Carmen, que era quente como *la paja el haba*. Aquela coisa de “perverter” uma virgem sevilhana era um passatempo muito belo, que exigia trabalho e dedicação. E muita sabedoria. Era preciso misturar o *achuchón* com versos de Bécquer e *boleros* de Lucho Gatica, adoçar as investidas com palavras ternas murmuradas ao ouvido. Acresce que, no *mesón*, no tráfego de um fim de tarde de sábado, havia quem sentisse no cachaço o peso do olhar saudoso de duas ou três senhoras, muito dignamente casadas, penduradas no braço de advogados carecas de meia idade. Eram relíquias de antigos episódios devassos que elas ansiavam recuperar, muito frustradas e saudosas, com a insistência indecente do *playback*. E provavelmente circularia algo mais de dinheiro, porque, tendo em conta a taxa de inflação, os serviços já saíam mais caros. Aquilo dava um certo poder. Ia-se, de algum modo, penetrando na intimidade da burguesia, metafórica e literalmente. E, por vezes, alguma de aquelas senhoras chegou a requerer desavergonhadamente que estendessemos os nossos favores ao cretino do marido! O povo sevilhano (Sevilha é uma das poucas cidades que tem um verdadeiro *pueblo*) é muito religioso. Mas também é muito pagão. Passa da virtude ao vício com uma enorme celeridade. É sempre capaz de dar a volta à peúga. E é muito pouco dado à repressão que lhe é sistematicamente imposta. Mas não pode abandonar a repressão, que é um

dos seus constituintes essenciais: tem que a evadir. O sevilhano é o hedonista reprimido. É preciso ter em conta que Sevilha (para não falar de Granada) não teve praticamente Idade Média cristã. Sevilha só foi conquistada ao Islão em 1248, por Fernando III. A tutelar torre almóade só exhibe um penacho de cristianismo. Sem repressão, o andaluz não poderia ser andaluz. Não poderia ser, pelo menos, o andaluz que é. Tem que viver alegremente a repressão. Precisa, contudo, da repressão, porque se especializa em a burlar. O sevilhano é o burlador por excelência. Basta atentar no Burlador de Sevilla.

*“Sevilla a voces me llama
El Burlador, y el mayor
Gusto que en mí puede haber
Es burlar una mujer
Y dejarla sin honor”.*

Don Juan trata de convencer a mulher indiferenciada de que pode ser única, sem ter capacidade para lidar vivencialmente com a sua unicidade. O Tenório, como já queria Gregorio Marañón, está enamorado do género feminino. Todas as suas mulheres repousam na abstracção. Como se diz em São Salvador, “Não se pode dormir com todas as mulheres do mundo, mas é preciso fazer força”. A Gretchen de Colónia, com duas marés de carne a sair-lhe do corpete, e a Francesca de Veneza, que falava profusamente de Ficino e sabia quase de cor algumas passagens dos *Dialloghi d'Amore*, sendo diferentes, são sempre a mesma ‘mulher’. Tudo se terá que resolver de acordo com circunstâncias *ad hoc*. É aí onde a abstracção se torna priápica. Penetrar o geral com o individual. Viver do lado da sensualidade desmandada, afastando, na medida do possível, as convenções. O que significa criar convenções alternativas. Ou deixar-se levar pela corrente, tratando de esquivar só os obstáculos imediatos, como qualquer animal são. É a velha filosofia do velho Diógenes. A sociedade rodeia-nos de armadilhas, de eficiência provada estatisticamente. Transforma-nos em maridos fiéis, em funcionários fiáveis, em cidadãos ponderados e tributáveis. É fácil programar-nos, com a eficácia de curto alcance com que se programa uma máquina de lavar. De lavar a roupa e a loiça, a roupa e a loiça que depois voltamos a sujar. Não dá para diferenciar. Depois de uns abundantes mergulhos ensaboados, que bem poderiam, como quer Lorca, ser de golfinho, mas que neste caso são de indivíduos que mais tarde se hão de ver acometidos por reumatismo e calosidades, levam-nos à oficina especializada em passar a ferro. Saímos então, pela *Puerta Grande*, muito bem produzidos, muito fiéis aos movimentos controlados que o sistema espera de nós. A filosofia prática andaluza, sobre tudo a da Andaluzia mais ocidental, é uma teoria geral da contravenção. Da contravenção *raisonnée*, que ainda trata de guardar as aparências, muito passada pelo tamis do humor. A tragicomédia

é-lhe inerente, nasceu com ele. O andaluz é profundamente religioso, até quando é ateu. Quando age, representa. O eu empírico do andaluz ocidental confunde-se com a identidade do actor que se lhe sobrepõe. A fé andaluza, diferentemente da que impera na rigidez protestante ou no cristianismo sentimental, é muito elástica. Só em Nápoles ou em Sicília se poderá encontrar tanta plasticidade. Uma cerimónia religiosa, em Andaluzia, é, não poucas vezes, o sustentáculo de um desmando dos sentidos. O cristianismo andaluz está muito paganizado. E islamizado, porque tem o seu lado místico. É evidente que tal característica o torna mais belo, mais contrastado, mais rico em sugestões. Ainda lhe fica algo do desmando orgiástico dos gregos. E é dono do hedonismo refinado dos árabes. O andaluz é incapaz de dissociar o corpo do espírito e o espírito do corpo, porque nem sequer é capaz de os distinguir. Aprendi em Sevilha o valor do excesso, da transgressão, de dar rédea solta aos sentidos. E o desvalor do defeito, da repressão. Não se podem controlar as pulsões. É preciso dar saída ao inconsciente. E aos instintos. A realização existencial está na intensidade. Numa intensidade manobrada ironicamente. É preciso, na medida do possível, rir-se estoica e cinicamente da adversidade. E do sofrimento. E gozar veementemente, à maneira dos cirenaicos, com o prazer imediato. Com a *durée*. Em tudo isto há um fundo trágico, de cuja gestão está encarregado o *cante jondo*. Limitamos, por todos os quadrantes, com a morte e com a solidão. Facto que nos pode obrigar a soltar uma grande gargalhada. Uma gargalhada que já não tem nada de teatral, porque é simplesmente muito bem-disposta. A “as coisas são como são” sempre se poderá opor o “as coisas nem sempre são como (a)parecem”. Há duas províncias-mães na Andaluzia: Sevilha e Cádiz. A *puella gaditana*, de que tanto nos falaram Estrabão e Juvenal, tingindo-a de pudorosa e maliciosa lascívia, remonta aos tempos dos fenícios. Não há nada como uma Nausicaa depois de cair nas mãos de Donatien Alphonse François. Sevilha, como nos revela Manuel Machado, não precisa de qualificativos. Talvez, de acordo com algumas correntes da Filosofia da Linguagem, os nomes próprios não sejam mais que descrições definidas abreviadas. Sevilha, na sua substancialidade, não precisa de ser adjectivada:

«Cádiz, *salada claridad*; Granada
Agua oculta que llora.
 Romana y mora, Córdoba callada.
 Málaga cantaora.
 Almería dorada.
 Plateado Jaén. Huelva, la orilla
 De las Tres Carabelas ...
 Y Sevilla».

Vem-me à memória um episódio curioso. Tinham perdido o seu único filho, ceifado na autoestrada aos vinte e três anos, com uma grande bebedeira. Naquela noite, enquanto a mãe agonizava nos braços das mulheres, ele, o pai, contava anedotas picantes. Era a sua maneira de lidar com a dor, com a angústia. Até que ponto é que a morte é uma coisa séria? Até que ponto é que lhe devemos dar confiança? Como já queria Spinoza, estamos aqui para viver e a morte não pertence à vida que vivemos. Contrariamente ao que nos diz Heidegger, com aquela história freudiana do *Todestrieb*, devemos meditar na vida e não repousar a nossa atenção na morte. E, depois de muito meditar, devemos permitir que a calamidade seja compensada pelo humor. É preciso tirar partido de qualquer situação. Sempre haverá alguém disposto a cantar alegremente ao lado de um caixão. Ou de fazer amor em cima de uma campa.

Nos anos 60 ainda havia a Sevilha de rua. Vivia-se numa sociabilidade exagerada, na qual residia o amor, o cambalacho, a generosidade, o humor e a burla. Um mesmo percurso tanto podia durar dez minutos quanto dez horas. Dependia de quem se fosse encontrando no caminho. “*Una copita?*”, “*Ven a ver a mi Carmelita, que está hecha una preciosidad!*”, “*Hay que ver el golazo que marcó ayer Rogelio!*”, “*¿Una calaita?*”. Tudo aquilo eram obstáculos que se opunham ao percurso sensato e pragmático, com objectivos marcados. As levandades, feitas obstinações, enredavam-se nas esquinas. Ir de A a Z, podia-se desagregar, anarquicamente, em passar por L, M, R, Y, X ... O tempo não era dinheiro. Era, simplesmente, tempo. E o espaço era aberto. Não é que o sevilhano seja preguiçoso. O que acontece é que ele, muito velho e sábio, sabe perfeitamente que nada vale realmente a pena. O sevilhano é um céptico, humano e malandro. Tem *malaje*. Pode ser *malaje*. O termo, de acordo com o contexto eventual, pode significar influência maligna, má sorte, falta de charme, tédio, dor, malícia. É um termo muito polifacético. Como queria Ortega y Gasset, o andaluz não se esforça para viver: vive para não esforçar-se. A preguiça, a inacção, é o que lhe fica do Paraíso. Perder o tempo, reivindicando o *dolce far niente*, é ganhá-lo, sempre que houver intensidade no prejuízo. É preciso consumi-lo, na sua simplicidade carente de bússola e de método. Ou de um método e de uma bússola *ad hoc*. Cada instante, na sua *haecceitas*, sendo diferente, merece um tratamento diferente. E cada objecto é único, na sua individuação particular. E para o individuar é preciso processá-lo metaforicamente. A fala quotidiana do andaluz ocidental é uma enfiada de metáforas. Não foi por acaso que Luis de Góngora nasceu em Córdoba. O horror pela acção organizada, pela rotina, não favoreceu, em Andaluzia, a acumulação capitalista. Nem a destruição do latifúndio. Daí que, no que toca ao nível de vida, não possa competir com outras regiões de Espanha.

A pragmática hispalense é, sobretudo, uma pragmática do prazer. Do prazer eventual, que se apresenta como um carro imprevisto no silêncio moroso da curva da estrada. E da ociosidade. Que sensação maravilhosa, essa de não ter que prestar contas a ninguém! De andar, lentamente ou não, conforme se queira, sem exigências marcadas. Em Sevilha, muito antes de Dali, já se tinham derretido todos os relógios. Viver num mundo completamente desprogramado, no meio de acidentes caprichosos. Encontrar, por vezes, os segredos do mundo num copo de anis. Ou nos braços contingentes de uma mulher. Ou de um homem. Daí que, paralelamente, não se desenvolva uma eficaz atitude responsável propícia ao mundo das finanças. Uma pessoa não pode acumular capital quando se dedica, quase exclusivamente, ao *carpe diem*. As pessoas, naquelas paragens, exibem com frequência uma disposição lúdica. Para ser interessantes, os estados de coisas devem ser submetidos a um processo de complicação, mesmo que, no fim, se resolvam descomplicadamente. O sevilhano tem, por natureza, um carácter picaresco. É pícaro. É malicioso. Não gosta de simples factos: gosta de enredos. De enredos, de *rollos*. “*¡Aquel tío se enrolla muy bien!*”. Comunica através de uma rede de histórias e, sendo pessoa, aspira sempre, em menor ou maior medida, a ser personagem. O actor assume a densidade existencial de um *eu* empírico. A personagem suplanta a pessoa. Mas o aristocrata acaba por embebedar-se com o pedreiro da esquina, que é bem de carne e osso. Eu sou rico, tu és pobre, mas isso não impede que possamos tomar um copo numa boa. Ou em duas. Ou até numa má. Ele era de sangue azul, capaz de fazer corar os reis de inveja, perdido nos abismos da Idade Média, mas não se privava das suas meninas impúberes, trazidas ao Palácio por *alcahuetas* de bairros baixos. E de manhã, ao sair de casa, tomava o seu café com churros, partilhando a conversa morosa do homem que varria a rua. O sevilhano, mestre na novelização maliciosa da realidade quotidiana, procede à estrutural metamorfose da história em *récit*. Não se vai beber uma *caña* ao bar. Vai-se beber uma intriga. Eu gostava daquele sentido lúdico, muito exacto nos seus aparentes excessos, que nunca voltei a encontrar noutra cultura na mesma dimensão. Para o sevilhano a vida é um jogo. Mas é um jogo sério. Tão sério que temos de nos rir dele. Parecia-me muito plausível toda aquela sábia anarquia mesurada, ironicamente criativa, toda aquela confusão bem-disposta. Eu, que era comprido e magricela, ouvia uma velha gritar, do outro lado da rua: “*¡Niño, eres más largo que un día sin pan!*”. Eu era mais comprido que um dia sem pão. O estômago e a geometria fraternizavam. A sobreposição de culturas (a celtíbera, a fenícia, a tartéssica, a grega, a cartaginesa, a romana, a visigótica, a berebere, a árabe, a judia, as dos turistas) tinha-se consolidado numa maneira de ser polimorfa, irreductível a qualquer tentativa de síntese, que ainda vivia na boca do *pueblo*. As coisas foram mudando. Com os avanços

tecnológicos, transformado o pueblo em simples *currante*, a cultura popular passou a ser manipulada pelo capitalismo. O capitalismo destruiu a tradição, ou, pelo menos, abastardou-a. O andaluz, que nunca aprendeu a acumular, nunca foi capitalista, mas o capitalismo era-lhe agora imposto. Vinha de fora. Era um atentado contra a sua maneira de ser. Como transformar quem só está habituado a chatinar em flamante empresário? O empresário, ao serviço de gigantescas corporações, pensava por ti. Dava-te *ready thoughts*, noções prefabricadas.

A indústria discográfica, fiel ao modelo americano, com os seus economistas e sociólogos, analisava estatisticamente os mercados. E fazia-o, de acordo com as suas (im)próprias conveniências, seleccionando estrategicamente os modelos, depois de estudar e manipular meticulosamente o mercado. Em campanhas de marketing muito estruturadas, eram-nos impostas canções estúpidas, com grande desbragamento de nádegas, e, nas praias, desfilavam corpos esplêndidos, ainda alheios à vindoura colonização do silicone. Os estereótipos, determinavam os comportamentos, mesmo os mais refinados. Os romancistas mais ambiciosos, que volvidos uns anos se veriam derrotados pela ascensão da vulgaridade, já não queriam misturar Faulkner com Joyce, acudindo aos tediosos Delibes e Gironella. Uma coisa era o modelo oficial, e outra, bem diferente, o gosto do público minoritário. Seria preciso modernizar-se, impondo a uma cultura milenária os manejos sórdidos da circulação monetária. Tudo se reduz a saber quem tem mais *parné*. Todos os poetas locais queriam ser novos Lorcas, numa vulgarização do génio. Mas já ninguém queria ser T. S. Eliot. Havia que visitar, para merecer a consideração de pessoa culta, a Barcelona de Gaudi, o Madrid do Prado, o Londres do Big Ben, o Paris do Louvre. Se isto era assim no mundo da cultura, como seria no âmbito mesquinho da vida prática? E eu não queria ser manipulado, embora, em grande parte, tenha acabado por sucumbir a tal manipulação. Não queria passar a vida a fazer o que eles queriam que eu fizesse, o que se supunha que eu devia fazer. Horários, deveres, monotonia, louvores, censuras, promoções. A vida tediosamente reiterada do escritório e da fábrica. Quarenta anos de trabalho monótono e a consequente reforma. No melhor dos casos, com o complemento de uma amante institucionalizada. E o jantar final de homenagem, chegada a hora da aposentação, de que, na Póvoa, qualquer brugesso é merecedor. Os povoenses não intimam muito uns com os outros, mas, embora a uma certa distância, respeitam-se. Pelo menos fingem respeitar-se receosamente. O povoense é o tipo de ser humano que, antes de enxergar uma disposição generosa no seu interlocutor, pensa “O que é que este gajo me quer tirar?”. Saber que a vida é um contínuo estar-no-escritório das 8 às 5, todos os dias úteis. E que dizer dos dias inúteis, agarrado ao transistor, a ouvir o Benfica ou o Sevilla, enquanto a derradeira *prometida*, transformada agora em em mulher legítima, se

aplica no amanho da casa enquanto as meninas gritam histericamente nos seus quartos. Era preciso recuperar o espírito de aventura, aniquilado pelo democrático desejo de segurança cinzenta. Tinham tratado de me convencer de que a felicidade residia em 80 metros quadrados, rodeado por três apêndices carnis, provas evidentes da minha provável viviparidade, duas televisões e uma máquina de lavar a roupa. E, ainda por cima, depois de tal enxurrada de objectos, chega o PC. Eu queria viver a vida e não deixar-me viver por ela. A vida manifestava-se numa série ininterrupta de obrigações, de deveres, de situações sempre condicionadas. O futuro, na sua previsibilidade monótona, não era outra coisa que a reiteração surda do presente. Comprada a casa, formalizado o compromisso, entregavas-te à monotonia institucionalizada do *habitus*. Deixavas de pagar as contas um mês e cortavam-te *ipso facto* o gás e a electricidade. Tinham-te bem agarrado pelos tomates. A única compensação era que, no meio de tanta crise, havia sempre uma garina que se punha a jeito, para justificar a existência pálida do colchão. Todas aquelas formalizações mais ou menos circunstanciais, assumida a perenidade do gesto reiterado, me resultavam incómodas. Os regimes autoritários não são muito dados a pensar. E menos a duvidar. O meu temperamento anárquico nunca me havia de permitir a integração em qualquer sistema. O dogma do meu cepticismo, feito de incertezas, repousava num andaime de dúvidas. Nunca conseguiria convencer-me a mim mesmo da possibilidade de me realizar pessoalmente na qualidade de elo operante e obscuro da cadeia de (re)produção. Eu seria, vocacionalmente, um irrevocável heterodoxo, tratando sempre de fugir ao trabalho automatizado. E, na medida do possível, um *outsider*. Sempre me comprazeu militar na oposição, rejeitando o caminho marcado pela maioria. Quando todos se põem de acordo, é porque há qualquer coisa que está errada. Os acordos totais levam inapelavelmente à ditadura, por mais que ela se vista de democracia. O partido que consegue a maioria absoluta, é, pelo menos durante a sua legislatura, o velho partido único dos tempos da monocracia. Faz o que lhe apetece. Por outro lado, uma verdade partilhada é sempre uma mentira. Cada um de nós tem a verdade dentro (ou fora) de si, mas não nos outros. A verdade dos outros não é a verdade de cada um de nós. Não podemos renegar da autonomia de Ulisses. E conste que não estou a falar de mim, embora o esteja a fazer. As redes sociais, com o seu convívio procaz, encarregam-se hoje de administrar tal miragem, brindando-nos a ilusão de uma solidariedade invertebrada. Há redes sociais para tudo. E para todos. A ilusão da diferença descamba numa terrível uniformidade. Para quê tanta comunicabilidade? Para quê que tanto empenho em tornar-se protagonista acidental, concitando uma multidão de atenções? Para quê o *striptease* mental, oco e vazio? A realidade virtual começa a roubar espaço à realidade fáctica. Começa-se a viver (n)a intimidade da máquina. Surgem

modificações nos instintos, na era pós-humanista, como o tele-erotismo. O terrorismo da moda ajuda a vender o vazio. É o erotismo da imaginação presuntiva, onde não intervêm os sentidos. O seio na *T-shirt* molhada e o incitante traçar de pernas de Sharon Stone reduzem o honrado cidadão ao papel de *voyeur* masoquista. E onanista. Gosta-se mais do inacessível que do que é imediatamente apreensível. Acresce que em Europa há um certo cansaço mental. Estamos fartos de suportar dúbias soluções ecuménicas. Temos de regressar à nossa relativa pequenez. E assumir a nossa insignificância. Já perdemos muito tempo a fazer de protagonistas ilusórios. Devemos entregar-nos à prática, e não só a criar teorias hipocondríacas que a desacreditam, tratando sempre de contrariar o que o neoliberalismo, empenhado em abafar o espírito crítico, quer que façamos. A Europa tem que voltar a criar as suas próprias soluções, rompendo com o feudalismo norte-americano. Precisamos de outro Renascimento. Sempre que, na esterilidade circundante, nos fique algo capaz de renascer.

Na cadeira de História Contemporânea tive a primeira informação condigna da Europa transpirenaica. Em oposição ao nacionalismo intransigente de De Gaulle, e contrariando portanto a política de ocupação permanente do Ruhr e do Sarre, tratava-se de integrar definitivamente a Alemanha numa comunidade supranacional e de evitar assim novos confrontos bélicos na Europa. O pau não resultara: era preciso deitar mão da cenoura. Havia que esquecer de uma vez por todas os acordos, tão onerosos e humilhantes para a Alemanha, do Tratado de Versalhes. Alemanha, Áustria, Húngria, Turquia e Bulgária, os países vencidos, nem sequer tiveram ocasião de intervir nas negociações que levaram ao Tratado de Versalhes. O posicionamento dos aliados, sobretudo de França, foi inflexível. Com os Hohenzollern, a partir de Guilherme I, a psique germânica militarizou-se. À sua maneira, Nietzsche, que nunca soube bem ser alemão, embora o fosse profundamente, também colaborou no processo. Hitler foi, entre outras coisas, a consequência dos excessos de Versalles. Mais do que uma paz duradoura, os anos decorridos entre 1918 e 1939 revelaram-se como um simples armistício. Já não se devia achincalhar publicamente um Estado, sobretudo quando se tratava de um Estado agressivamente militarista. Uma proeminente personalidade alemã chegou a dizer: “Dois homens uniram o povo alemão: Bismarck em 1871 e Poincaré em 1923”. Hitler, partindo da prostração humilhante à que Alemanha tinha sido submetida pelos aliados, injectou agressividade no ressentimento germânico, tirando partido da política dilatória e condescendente das democracias ocidentais. Europa não tardou a ver-se envolvida noutra guerra, uma guerra que renderia, só entre os combatentes, cerca de 10.500.000 mortos. Era preciso desenhar um sistema de convivência internacional que impedisse a eclosão de uma outra guerra em Europa. Havia que criar uma interdependência político-económica entre os

velhos inimigos, fazendo-os partilhar interesses comuns. França e Alemanha não poderiam voltar a enfrentar-se. O Tratado de Paris, de 1951, inspirado sobretudo por Jean Monnet e Robert Schuman, com a assistência de Konrad Adenauer, e assinado por Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e Alemanha Ocidental, criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Uns anos depois, em março de 1957, com os mesmos intervenientes, assinar-se-ia o Tratado de Roma, que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia (CEE). O Reino Unido, muito cioso da sua soberania, não acabava de se decidir. Aquela Europa, apesar da contiguidade geográfica dos países que a constituíam, era uma confusão de línguas e de culturas. Uma confusão que a mim, confrangido pelo abraço estreito das ditaduras peninsulares, e situado numa parte da Europa que bem se poderia chamar uma África Menor, me despertava uma grande curiosidade. Europa, que como já queria Bismarck não era mais que uma mera expressão geográfica, falava sobretudo francês e inglês. As outras línguas só se resolviam no âmbito da domesticidade. O italiano tinha um desempenho decorativo. Era coisa dos frequentadores da Scala e de Covent Garden. E até do S. Carlos. E não ficava mal citar uns versos de Dante ou de Petrarca, no meio de um jantar de “gente fina”, ou para surpreender uma corista analfabeta, obrigando-a a franquear a porta do seu quarto. Talvez servisse, como já queria Carlos V, para falar com as damas. O espanhol, abandonada a pretensão de ser a língua preferente para se comunicar com Deus, era, sobretudo, uma ponte lançada entre Europa e a América Latina. E, depois de Goethe, de Kant e de Nietzsche, já ninguém podia acreditar que o alemão só servisse para falar aos cavalos. E da língua povoense diga-se que é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar e breve para resolver. E muito apta para mentir. E para enganar.

Aos dezassete anos, iniciativa inaudita no meio estudantil de então, saí da Península por primeira vez. Conheci, numa tasca do Arenal, o João Postiço, um engajador de Olhão. Tinha um rosto aberto e um olho de vidro. Trazia quatro montanheiros pálidos e meio esfomeados que queriam saltar para a França. E uma mulherona de mamas muito grandes, a Matilde, que fugia do marido porque, segundo ela dizia, a moía à pancada. Matilde veio para nossa casa, de criada de quarto. Dormia num habitáculo, no rés-do-chão, ao fundo da galeria que dava às escadas. Uma tarde, ao entrar desprevenidamente em casa, vi-a, em cuecas e sutiã, pela porta entreaberta, numa exuberância de carne muito oferecida, onde destacava um par de melões de dimensões gigantescas, bem à maneira da *tabaccaia* de *Amarcord*. Eram umas mamas que, independentes do resto do corpo, mereciam justificação imediatamente tangível. Os seus sutiãs pareciam ceiras. Ela sorriu, numa incitação, passou a língua pelos beijos, e abriu um pouco mais a porta. Aquela noite, Matilde abriu a porta do seu quarto, o

vale dos seus peitos e o desfiladeiro das suas pernas para mim. E também as abriu para o meu irmão mais velho. E para os amigos de meu irmão. Ficávamos toda a noite na cave, seis ou sete miúdos a jogar às cartas, esperando que chegasse a nossa vez. Foi fácil adivinhar a razão pela qual o marido de Matilde, sem que por isso lhe reconheçamos direito a fazê-lo, lhe chegava a roupa ao pelo. E lá fui eu para Paris, a salto, bordeando a fronteira de La Jonquera, no Alto Ampurdão, mas com o meu passaporte legítimo no bolso, partilhando fraternalmente o corpo da incansável Matilde. “Aquilo até parece um colchão de molas”, dizia João Postiço. Eu era um burguesinho tonto que brincava, durante umas semanas, a ser proletário. E com as mamas enormes da Matilde. Nunca voltei a encontrar uma mulher que gostasse tanto de sexo. E que tivesse uma noção tão indiferenciada e simpática do que ele é. Acabei num quarto acanhado de um velho prédio de Porte de la Villette. Era um estado de coisas deplorável. Dormíamos cinco num cubículo, dois na cama e três no chão. Devíamos tomar banho, de vez em quando, mas não me lembro bem nem onde nem como. Quase todos trabalhavam em Ballard, na Citroën, ou em Boulogne-Billancourt, na Renault. Eu, depois de um sumário *entretien d'embauche*, ainda trabalhei uns dias na Citroën. Chegava-me, num elevador, a carcaça de um carro, e eu tinha de aparafusar uma peça. Depois, para que o elevador descesse, tinha de carregar numa série de botões. Descobri que, dando um pontapé no elevador, o fazia descer mais rapidamente. O capataz preveniu-me três ou quatro vezes. Eu persistia na solução mais fácil. Acabaram por me pôr no olho da rua. Soube, então, que o meu destino como trabalhador fabril tinha os dias contados. Ocorreu um episódio curioso. Os patrícios tinham grande dificuldade em engatar mulheres francesas. Suponho que lhes parecíamos excessivamente toscos, pobres e provincianos. O Vítor Badalo, que era o que menos lábia e presença tinha, conseguiu que uma francesa reparasse nele. Via-a, todas manhãs, na estação do metro. E um dia, ela meteu conversa. Foi uma festa. O gajo estava a comer uma francesa. Foi sol de pouca dura. Ela, sem mais nem menos, foi-se com um cancro, em coisa de três meses. Ficámos todos consternados, sobretudo o Vítor, que nunca mais voltou a ter uma mulher em condições. A vida dá e tira. Às vezes eu ia ao *bidonville* de Noisy-le-Grand. Ali, rodeado de lama e de abjecção, fiz-me definitivamente com a desproporção existente entre a versão épica da história que nos bombardeava oficialmente e a realidade miserável da existência imediata e tangível. Nós éramos lixo implantado na sociedade francesa. No melhor dos casos, seríamos estrume. Por debaixo de nós só estavam os árabes. E, por cima, espanhóis e italianos.

Não simpatizei com França, embora a sua cultura me mereça, em muitos aspectos, um grande respeito. França, que dispõe de uns 650 quilómetros de costa mediterrânica e de mais

de 2.500 de costa atlântica, é uma nação híbrida, com uma costela nórdica e outra latina. É difícil indagar qual delas tem um desempenho predominante. É uma zona da Europa que naturalizou a convivência do azeite de oliveira com a banha de porco e a do vinho com a cerveja. Perante tantas opções, não é de admirar que o cidadão de um país tão farto seja bastante volúvel. Tem uma excessiva abertura de escolhas, o que o torna algo leviano. A Póvoa, em certos aspectos, desentendida da voluntariedade brutal e amorfa do castelhano, assumiu a volubilidade francesa, mas sem se apropriar da sua ingente cultura. O que provocou, na sociedade burguesa, a irrupção de uma série de caricaturas francófilas. Daí que o ponto fraco do povoense seja, como o é do francês, a frivolidade. *Frivola verba*. O francês diz mais do que faz. «La France a toujours cru qu'une chose dite était une chose faite», escreveu H. F. Amiel. Foi ali, em França, onde o celta, romanizado, se encontrou com o germânico. O celta, muito espirituoso, gosta mais de jogar à cultura do que à política. Funciona mais com a imaginação que com a razão. O celta nunca poderia levar a Newton. Mas pode levar a W. B. Yeats, que tinha sangue anglo-irlandesa. Sempre teve uma grande dificuldade em se constituir em Estado. O germano, embora menos fantasioso, é mais sólido e fiável, embora algo lerdo e lento. Mas é capaz de conceber e realizar, quer no campo do pensamento quer no da prática. Em oposição ao francês, o alemão, muito mais prático e agressivo que o seu vizinho, faz mais do que diz. Faz a *Crítica da Razão* e os *Mercedes*. E ainda por cima tem um subconsciente muito forte. O francês é um alemão italiano, muito celta, que ainda tem algo de espanhol. E até de suiço. Pensa sempre com uma seriedade lúdica. Nada tem da entrega vivencial do alemão. Diferentemente do inglês, interpõe muitas ideias à percepção imediata das coisas. Dispõe de uma realidade excessivamente culturalizada. Carece do contacto directo com as coisas que tem o americano, capaz de as transformar imediatamente com uma alta percentagem de lucro. Não conta com a vontade, a disciplina e a contundência germânicas, mas julga-se mais civilizado que o alemão. Ao contrário do germano, está mais vocacionado para a literatura que para a filosofia. Está convencido da universalidade da sua cultura. Muito afeito à estética e à procura do prazer, o francês não quer perder-se em perplexidades analíticas. Sobretudo a partir dos Bourbons, o francês sempre se deu bem com os hedonismos refinados. Nietzsche não se cansa de o dizer, muito ferido pela vulgaridade estólida do povo alemão, que pouco tem do *esprit de finesse* pascaliano e da vizinha *joie de vivre*. No entanto, a mulher alemã é mais directa e contundente que a francesa, sempre muito produzida. Está mais perto dos instintos primários. Tem algo do desgarramento da mulher andaluza. Os franceses são, na Idade Moderna, um dos povos que mais colheu da sua periferia. São mestres na transformação alquímica. Mantiveram sempre

uma constante osmose com Itália e com Alemanha. Não me lembro agora exactamente quantas vezes mudaram de mão Alsácia e Lorena. E é muito o que o Piemonte tem de francês. A grande vantagem dos franceses é que o seu processo intrínseco de miscigenação, ao sintetizar tantas variáveis, lhes permite a adequação rápida a qualquer sensibilidade. Vantagens de ter uma costela nórdica e outra latina.

Itália, dado o seu passado, o seu pendor artístico e a sua endémica criatividade, desempenha um papel fulcral em Europa, já que é a sua reserva estética. “A man who has not been in Italy is always conscious of an inferiority”, escreveu Samuel Johnson. Mas é um país que não está bem dotado para a acção organizada. Os italianos, muito criativos, podem chegar a ter o maior dos refinamentos, mas pouco têm da vontade e constância germânicas. Ainda não aprenderam a distinguir devidamente o trabalho do lazer. Muito dados ao *campanilismo* e à *bustarella*, têm imaginação e mobilidade mental a mais para poderem arcar com um enfadonho e sensato projecto de desenvolvimento à *american way*. Os italianos jogam às cartas em plena hora de ponto. Mas, dita seja a verdade, jogam bem às cartas. O povoense já nem hora de ponto tem. E nem sequer tem baralho de cartas para jogar. Até ao dominó e às damas lhe faltam já umas peças. O povoense não vive: sobrevive. Mas é preciso ter em conta que este sobreviver é uma vivência de muitos séculos. É natural, é parte da existência, ser-se pobre. Pobre e iletrado. Mais de noventa por cento da população sabe ler, mas é iletrada, muito agarrada a uma iliteracia estrutural. Sabe que Napoleão foi um homem que fez muito barulho, mas não sabe situá-lo minimamente num eixo diacrónico. E que dizer de Eneias, de César e de Trajano? A leitura não é garante de literacia. Sabe-se ler, mas continua-se a ser pobre e insignificante. E, sobretudo, ignorante. É feliz quem tem uns carapaus, umas azeitonas, umas batatas. E um fio de azeite! Ser povoense, quase sempre, é a demonstração de que se pode ser resignadamente feliz na pobreza. A pobreza povoense não é infeliz, porque é natural. Nunca se conheceu outra coisa por estas bandas. E sempre vai dando, de vez em vez, para um leitão assado ou uma sardinhada. Pertence à condição humana o facto incontestável de que é preciso passar a vida a trabalhar para permanecer pobre. E contentar-se com o que se tem porque, muito ou pouco, é assim a vida. Cada um de nós é um pesado camião de carga e não um carro desportivo. Um camião velho e gemebundo, muito falto de óleo, que carrega os haveres dos outros, numa empreitada vitalícia que nunca é devidamente remunerada. Assume-se o servilismo como parte das coisas, da maneira como as coisas estão inelutavelmente dispostas. É o fatalismo, destilado no alambique do fado. A iniquidade, na Póvoa, é parte da natureza das coisas. É um atentado contra o Direito Natural, que a legislação positiva encobre ou ignora. É desta indignidade endémica que os partidos, hoje em dia, condenando-nos à

nossa condição natural, se estão a servir. O povoense não precisa de muito para (sobre)viver. Está habituado a suportar carências e humilhações, a ser espezinhado. “Ai aguentam, aguentam!”.

Os países e as cidades são como as pessoas. Há quem te cai bem e quem te cai mal. Suponho que o meu desdém pela Gália talvez esteja enraizado no ressentimento provocado pelo nosso afrancesamento secular, mais pronunciado, naqueles anos, entre a burguesia, na Póvoa do que em Espanha. A avó Elsa, que falava sempre francês com as amigas, dizia que a língua povoense só servia para a rua. E sabia muito bem distinguir a identidade mercantil e prática do inglês da natureza artística do francês. Mas a mim França sempre me pareceu, até certo ponto, uma fraude. O francês olha-se muito no espelho, antes de se apresentar, sempre muito maquilhado e produzido. É um exibicionista. Falta-lhe naturalidade. Tem algo de pantomineiro refinado. Enquanto o castelhano é soberbo, o francês, sem deixar de ser soberbo, é sobretudo vaidoso. E é vivaz, impaciente e irritável. Quer impor sempre as suas soluções. Napoleão é um bom exemplo, embora fosse corso. O francês tem a mania de que o seu país é o umbigo do mundo, coisa que, se é que alguma vez o foi, já deixou definitivamente de ser. O francês encara a dedução como um jogo e a indução como um vexame. E está convencido de que a sua língua é a mais lógica e clara da Europa. “*Ce qui n’est pas clair n’est pas français*“. Na sua *Life of Johnson*, Boswell escreveu: “*A Frenchman must be always talking, whether he knows anything of the matter or not; an Englishman is content to say nothing when he has nothing to say* “. O inglês, mais sensato e comedido, faz seu, quando não está bêbedo, o *esprit de géométrie*. Inglaterra tem pensadores, mas não dá grande importância aos “intelectuais”. O inglês escenifica menos as suas aparições. É mais modesto. Mais recatado. É mais pudoroso e prudente, nas coisas do espírito, embora eu tenha encontrado em Londres a mesma assembleia de pedantes que se me deparou em Espanha ou na Póvoa. Mas o inglês é mais receoso e comedido no comunicar. Mais prudente e ponderado, muito agarrado ao *common sense*. O inglês não gosta de metafísica, a não ser quando a assume como poesia. Sempre teve mais em conta o *pub* que o café, o jornal que o *salon*, o rio que a sua reprodução em cores, em palavras ou em vagas sinestésias. Inglaterra escandaliza-se mais facilmente que França com os desmandos éticos, que colidem com as soluções práticas impostas. Coisas do puritanismo! Oscar Wilde teria sido, em Paris, membro da sociedade conservadora. E, em vez de ter sido oprimido, teria acumulado medalhas num *salon des refusés*. França, sobretudo a partir da Revolução, reviu-se em Roma, atribuindo a Inglaterra o papel de Cartago. Sendo a nação mais inteligente da Europa, França não é a mais séria. Há uma minoria selecta em Paris, muito afecta ao *esprit de finesse*, à qual de vez em quando lhe

dá por pensar, ou por sentir, mas a maior parte da população francesa, no seu materialismo ingénito, é muito *terre à terre*. O parisiense frequenta mais o *Moulin de la Gallette* que a *Bibliothèque Nationale*. Prefere um bom *rôti* a Aristóteles. E o *Gymnase* ou o *Atelier à Comédie Française* ou ao *Théâtre des Ambassadeurs*. Rimbaud, que era das Ardenas, é um francês atípico. O verdadeiro francês, em todo o caso, será Boileau, um promotor de arte ocorrente e engenhosamente estruturada, mas carente de verdadeira criatividade. Ou Victor Hugo, com a sua tremenda capacidade para poetizar retoricamente o lugar-comum. E depois é preciso lidar com a massa de pequenos burgueses e camponeses iletrados. Devidamente alfabetizados, mas iletrados. “*La France excelle dans l’exquis; elle est médiocre dans le commun*”, escreveu algures Renan. O francês é burguês por natureza, mas é um burguês pouco imaginativo, sobretudo no Norte. É muito agarrado aos sentidos, mas de uma maneira primária. E é muito presentista, porque se afoga em sensações. Isto, em si, não tem nada de mau, mas deixa por explicar por que razão, há em França (ou pelo menos havia) tantos artistas. O inglês é mais reservado. É, não poucas vezes, tímido. Vai-se a Euston para pegar no comboio que nos leva a Nottingham. Cai a tarde. No assento fronteiro senta-se uma loira atraente. Defronte dela senta-se um homem. São ambos jovens, repararam um no outro, mas ela não vai quebrar o silêncio. Corre o risco de passar duas horas no comboio sem abrir a boca. Terá que ser ele a meter conversa. Mas, uma vez abordada, ela abre-se, como uma flor. Em certos aspectos, enquanto Londres é uma senhora digna, mas cheia de vícios ocultos, Paris é uma *cocotte* célebre e cara, muito maquilhada, que exhibe abertamente as suas alegrias e as suas lacras, os seus excessos e as suas frustrações.

No último quartel do século transacto, em Europa, houve uma manifesta crise de criatividade. Depois, no século XXI, a criatividade, empenhada em projectos globais de alienação, transferiu-se massivamente para o mundo digital. A cultura, mercantilizada, começou a alcandorar nos pontos mais altos verdadeiros subprodutos. Estão aí, nas montras e nas redes, a invadir descaradamente a nossa intimidade. Como poderá brotar a criatividade da vulgaridade? Só há um caminho: a reacção. Uma reacção que acabe com a contrafacção. Diz-se que os franceses são muito mais imaginativamente criativos que os filhos de Albion, embora estes últimos sejam mais empiricamente produtivos. O problema é que Skakespeare, por si só, desmente tal afirmação. Grande parte da *campagne* francesa é alfobre de tédio. E de vulgaridade. O que, curiosamente, também ocorre na *immaginosa* Itália. Conheço alguns burgueses de Toscana que, no meio de tanta beleza, vivem uma vida monótona e enfasiada, completamente carente de imaginação. Não é de estranhar que apareça por paragens remotas de França, embora com menos frequência do que se pensa, uma Emma Bovary. Emma,

asfixiada num lugar normando chamado Yonville-L'Abbaye, é uma das primeiras mulheres a ensaiar a exploração dos interstícios, a dilatação dos espaços, aparentemente acanhados, que se abrem entre a repressão e a transgressão. É a mártir da inovação. Leva as suas dúvidas, desejos e recalcamientos ao campo da experiência. Tem espírito prático, quando se trata de desbobinar o prazer, mas passa por alto os riscos que está a correr. E se ela tivesse posto toda aquela energia recalcitrante ao serviço do capital, como fazem as executivas pós-modernas? Como teria sido a vida de Emma Rouault se se tivesse casado com o notário, com maître Guillaumin, e começasse a gerir os seus negócios? Se calhar tinha dado cabo daquele enxundioso património. Emma Bovary é uma excepção. Vítima de um casamento funcional e inumano, de muito deficiente realização sexual, Emma anda à procura do prazer. E da felicidade. Emma sexualiza o espírito, embora creia estar a espiritualizar o sexo. Quer a paixão servida em travessa romântica, à Margueritte Gautier, mas sonha com a verga de Dolmancé. É metade o anjo de Lamartine e metade uma Juliette de Sade. Quer coisas que façam sentir e chorar, presa a atenção na vizinha erecção circunstancial. Ainda não sabe separar o amor do sexo. Tem que se entregar à sensualidade carregando sempre o lastro de um suposto álibi espiritual, de acordo com um romantismo piegas de segunda mão. O problema de Emma Bovary é que ela é um animal muito mais virado para o sexo do que para o espírito. A francesa habitual, embaraçada numa teia de convenções, nada tem de Madame Bovary, embora viva, depressiva e estreitamente abraçada ao sexo. Alojada e criada na repressão, minada pela culpa, ainda trata de ensaiar a transgressão, em pleno século XXI. Madame Bovary é muito mais pós-modernista. E pós-moderna.

Do que verdadeiramente gosta o francês não é de sexo: é de comer. Se se quer verdadeiramente saber o que verdadeiramente é comer, há que passar um Natal com uma família normanda. Enquanto o inglês come para viver, o francês vive para comer. É o francês de Rabelais. O homem tem a obsessão de *la bouffe*. Está a engolir um prato suculento e já está a projectar, com a colaboração de todos os eventuais comensais, o que vai comer no dia seguinte. O francês médio não é nada refinado, a não ser na cozinha. Tem um sentido do humor primário. Qualquer andaluz ou cubano é infinitamente mais sofisticado. Em certos aspectos, superioriza-se a qualquer nórdico. Tem mais espírito crítico, mais humor, mais jogo de cintura. E é capaz de se rir de si mesmo, e até da sua sombra, coisa que o povoense, que é uma espécie de castelhano descafeinado, já não sabe fazer. Na Póvoa há um evidente défice de humor. Não de sarcasmo, bem à maneira de Camilo, mas de verdadeiro humor. *Sarkáthein*, em grego, significa, entre outras coisas, dilacerar a carne com os dentes. O sarcasmo é sempre violento e agressivo, mas, na sua vocação imediata, presentista, não sabe constituir-se em

sistema, diferentemente da ironia. O sarcasmo é muito impulsivo e pouco premeditado. O povoense, sempre disposto a fazer troça dos outros, não sabe rir-se de si mesmo. Agora bem, no campo da prática e da iniciativa sensata, o andaluz, muito dado à ironia, encontra-se numa situação de franca inferioridade, embora, em muitos aspectos, seja mais refinado e criativo que o nórdico. Uma noite, uns conhecidos de minha mãe, com quem tinha estabelecido contacto em Ruão, convidaram-me para jantar. Era um casal da classe média, um engenheiro e uma contabilista. Havia uma sogra, uma tia e duas amigas. Tinham uma boa casa em Bois-Guillaume. Ao sentar-me à mesa, a almofada, armadilhada, exalou uma ventosidade, deixando-me sem jeito. Eles riam muito. Quando, depois, estiquei o braço para me fazer com um pedaço de queijo, que era servido como *hors d'oeuvre*, os meus dentes quase estalaram ao morder um pedaço de plástico. E depois as azeitonas, também plastificadas. Era um sentido do humor grosseiro que raiava na má educação. Estavam a chatear o convidado. Cataloguei tal recepção: Vulgaridade. VULGARIDADE, em maiúscula. E eles continuavam a rir. Todos aqueles imbecis, muito infantilizados, riam a bandeiras despregadas. Nem quando era puto me prestei eu a tais jogos! Em plena Normandia, à sombra de Flaubert, aqueles pequenos burgueses ainda prolongavam a superficialidade convencida de Monsieur Homais, carregada agora de estúpida agressividade e de uma boa dose de mau gosto. Em França Rimbaud alçar-se-á, na sua enorme solidão de iconoclasta assumido, fora do povo. Garcia Lorca, solidário, nascerá do *pueblo*, refinando a cultura popular que vicejava no chão que ele pisava. No chão e no solo. Eu, tão decadente, grande devoto de Rimbaud, estava agora no meio dos bárbaros. Lembro-me de ser conduzido, mais um amigo, na caixa de uma carrinha. O condutor acelerava bruscamente para que nós, desprevenidos e sem termos onde nos agarrar, déssemos tombos na traseira. E ria-se desmesuradamente. Obélix sempre é tão bruto como parece. Ao sair, muito moído pelos injustificados solavancos, tive que me conter para não lhe dar um par de estalos. As mulheres francesas são muito teatrais. Vem-me à memória uma tal Christianne, corsa pelos quatro costados, mas criada na *banlieue* de Paris. Encontrara-a em Sevilha, na Calle San Fernando, carregando uma mala. Peguei na mala, que pesava como chumbo, e levei-a a uma residencial e a uma viagem pela cidade, começando na canónica *Fuente del Tarta*. Depois passámos uma noite erótica de suor. Ela ficou-me (in)transcendentemente gravada nos sentidos. Trabalhara como assistente numa farmácia da Concorde e acabava de voltar da Austrália, onde estivera quatro anos. Na viagem de regresso, na piscina do barco, caíra-lhe em cima um americano obeso, vindo de Kansas City, Kansas, que a deixou algo maltratada da coluna. Agora estava a viver à conta da compensação que a companhia de

seguros lhe tinha dado. A idiota, pervertida pelas más leituras, vira-se para mim, a meio da noite, e diz-me, muito descaradamente:

— Gosto de ti porque não és como os outros homens. Queres estar comigo e não só com o meu corpo.

Estava completamente enganada, no seu folhetinesco processo de sublimação. Como em Descartes, nela a balança pendia para o lado de uma empobrecida *res cogitans*. O que é que ela tinha contra o corpo, o meu, o seu e o do outro? O que é que havia nela, para além do seu corpo? Que mal há em gozar de um corpo sem se ter que averiguar quem reside debaixo da carne, gostosa e tangível? “*Our bodies are our gardens, to which our wills are gardeners!*”, escreveu Shakespeare. É mais fácil conceber um jardim sem jardineiro que um jardineiro sem jardim. Eu não queria senão o seu corpo, com o que ele pudesse eventualmente ter de “espírito”. Os meus olhos, as minhas mãos, o meu olfato repousavam nela. No seu corpo tangível. Eu, porque qualquer corpo me impõe um grande respeito, tratava-a com tanta delicadeza que a levava a pensar que, na realidade, tinha espírito. Inscientemente, ela ainda alinhava no dualismo cartesiano. Eu limitava-me a militar do lado da *res extensa*. Uma tarde, já em Paris, combinou encontrar-se comigo em Butte-Montmartre, na Rue des Saulliers. Perto do *Lapin à Gilles* encontrou o recanto adequado para se teatralizar. Tinha assimilado Racine, que só conhecia de uns fragmentos impostos no liceu. “*Dissimulez. Votre rivale en pleurs / Vient à vos pieds sans doute apporter ses douleurs*”. Fazendo literatura, encostou-se a um muro e, assumindo uma pose muito melodramática, entrecerrou os olhos, franziu a testa e exalou um suspiro fundo:

— *Je suis triste!*

Caíra de bruços no detestável melodrama. Haveria que falar de amor, reeditando Emma Bovary. Creio que queria transformar-me em Armand Duval. Queria que eu lhe rendesse a identidade anacrónica de um romantismo de pacotilha. Agora eu tinha de me esmerar para encontrar a fonte oculta da sua simulada tristeza. A gaja não sabia com quem estava a lidar. Mas, muito puta, também queria ser violada em Montmartre, por um nigeriano muito bem *armado*. Eu não tinha energia para enfrentar aquela enxurrada de sentimentos, simulações e desejos. Não tinha paciência para desatar o nó górdio de todas as suas contradições. Muito cinicamente, preferia cortá-lo. Quando ela me sugava as entranhas, ficava inabilitado o discurso paralelo. A sua boca não podia ocupar-se em duas coisas ao mesmo tempo. Ela era uma confusão de desejos urgentes disfarçados de sentimentos. Não podia simplesmente andar ao lado de uma pessoa. Tinha de escenificar, de acordo com as orientações de um romantismo rançoso, o convívio. Queria que os seus interlocutores se

assumissem como personagens. Carecia, porém, da malícia e do engenho do andaluz. A sua *mise en intrigue* era primária, grosseira. A sua pretensa sublimação tinha um carácter batético. Mas, em abono da verdade, terei que reconhecer que o seu corpo de nórdica arabizada, proveniente de não sei que misturas que terão tido lugar nos tempos das Cruzadas, numa ilha do Mediterrâneo a que abordavam tantos barcos, servia como justificação plena. Com ou sem espírito, aquilo era um corpo em condições. Era uma terra sumamente arável e sumarenta. E muito efusiva. Aquela mulher tinha as hormonas descompensadas. Levantava-se cada manhã com uma disposição diferente. E queria, por força, que se seguissem permanentemente as suas sinuosidades “espirituais”. E não há paciência para as mulheres imprevisíveis, a não ser nos romances de qualidade, que são muito poucos. Também se encontrava a francesinha desleixada, produto das ruas e dos tempos. que havia de intervir, poucos anos mais tarde, no *joli mois de Mai*. Um dia, ao sair do meu *pied à terre* na Rue de Vaugirard, esbarrei com uma moça, de cabelo comprido e minissaia. Pousou os olhos em mim como se fôssemos velhos amigos. Eu acabava de me mudar e não tinha móveis no meu alojamento. Só havia uma cadeira. Levei-a para lá desolado e, ao abrir a porta, desculpei-me pela ausência de mobília.

— *Mais, bien sûr, il y a une chaise quand même!* — disse ela.

E realmente havia uma cadeira, da qual ela me ensinou a tirar o devido partido. Soavam as canções de Sacha Distel, de Yves Montand, de Antoine, de Charles Aznavour, de Gilbert Bécaud, de Édith Piaff, de Charles Brassens, de Jacques Brel, mas eu identifiquei-me sobretudo com “*Tous les enfants et les filles de mon âge / Se promènent dans la rue deux par deux*” de Françoise Hardy. Ainda era muito ingénuo e idiota.

Passados uns meses voltei a Sevilha. No Barrio de Santa Cruz estava-se a estabelecer, ao arpejo do conservantismo oficial, uma incipiente contracultura. Aquele ambiente, para nós, submetidos à uniformidade imposta, era uma fonte significativa de informação. E de costumes. Tínhamos sido invadidos por excêntricos, por inadaptados. Eram, quase todos, uns burguesinhos maquilhados de hippies, muito dados a encenações orientais. Brincava-se ao Budismo Mahayana, procurando a iluminação interior ao entoar o *mantra*. Om, Om, Om! E, no pior dos casos, sempre se dormia com todas aquelas senhoras transcendentais. De uma maneira geral, naquela colónia heterodoxa, as mulheres, muito livres, presas nas malhas dos femininismos, davam-se muito bem, sobretudo umas com as outras. Para elas, o homem era sempre o vilão. E era preciso deixá-lo agir como vilão, numa gratificação dos sentidos envolvida em desprezo e orgasmos. Na Calle de la Pimienta morava Bob Jenkins, um americano extravagante, casado com Marion, uma californiana de ascendência escandinava. Bob tinha o cabelo comprido e, muito teatralmente, usava um monóculo, que encaixava no

olho direito quando tratava de ler as listas de tapas dos bares da Ronda de Capuchinos. Criava-se dono de um humor pungente, que, a falar verdade, resultava tedioso e previsível. Andava sempre com uns chapéus e uns cachecóis esquisitos. Tinha a mania que era engraçado e ocorrente. Era um pantomineiro. Um *posturas*, como se diz em castelhano. Dizia-se teólogo e trabalhava, à luz de uma vela, num cubículo da açoteia que era o seu lugar de recolhimento, num livro interminável que tratava de dilucidar a verdadeira natureza de Deus. O homem era um Spinoza! Envergava, em tais ocasiões, um *sarong* javanês. Uma vez perguntei-lhe de que bibliografia se servia para tratar de um tema tão enrevesado. “De nenhuma!”, respondeu. Deixei-me então conta de que ele era um perfeito imbecil, porque com certeza não dava para ser um iluminado. Ou de que, pelo menos, se queria fazer passar por imbecil. Marion, sua mulher, embora carecesse completamente de *gracia* e de *salero*, aprendia a dançar flamenco numa academia da Macarena e, apesar de ser uma égua com pés que pareciam pranchas de surf, estava convencida de ser rival directa de La Chunga. Estava boazona, mas tinha uns braços inteiriçados que não afagavam o ar. E não sabia o que eram uma mãos andaluzas. Gostava de nos receber de *peineta* e *traje de faraaales*, porque ela era muito *flamenca*. Havia quem garantisse que, na realidade, tudo aquilo era um disfarce sob o qual Bob, que na realidade se chamava Enzo Gandolfo, nascido e criado no antigo *First Ward* de Newark, NJ, ocultava a sua verdadeira identidade, a de agente da CIA. Havia um toscano de Lucca bem metido nos sessenta, vergõntea “decadente” de uma família nobre, que se tinha desconchavado com a família devido à sua opção sexual. Nas noites sossegadas, acompanhado pelo múrmurio da fonte, recitava de cor versos de Horácio e de Ovídio na Plaza de Doña Elvira:

«*Qvis multa gracilis te puer in rosa
Perfusus liquidis urget odoribus
Grato, Pyrrha, sub antro?*»

Era um tipo muito amavelmente refinado. Não refinado no ter, mas sim na abstenção. “O melhor e o mais púrpura é o abdicar “. Uma manhã disseram-me que Cesare tinha morrido e que o seu legado se reduzia a meia dúzia de livros e um par de cadeiras. Não me admirei. Ele não tinha nada de seu, a não ser a si mesmo. Tinha vivido em si, por si e para si.

A seis ou sete quilómetros de Hispalis, está Itálica, ou melhor, as ruínas de Itálica, em tempos cidade de prazer, empório regional do teatro e do circo, onde nasceram Trajano e Adriano. fundada por Cipião Africano, há mais de dois milénios, creio que durante a segunda Guerra Púnica, destinada à reforma doirada dos soldados veteranos. Tinha o seus laivos de uma Las Vegas pré-cristã.

Pode-se imaginar o que seria a Europa se aquelas guerras as tivessem ganho os Cartagineses? Teríamos uma Europa ainda mais semítica, mas menos mística e mais material. Com Cartago, talvez tivéssemos atingido antes o capitalismo. À saída de Itálica, à porta da venda sobranceira, sentava-se com frequência um homem, numa cadeira de enea, que segundo o dicionário é uma planta tifácea — e que diabos será uma planta tifácea? —, agarrado à sua bengala, com um boné na cabeça e um copo de *manzanilla* na mão. O homem representava os seus oitenta e tal anos.

— Nós tínhamos uma leira que mediava com Itálica. Separava-nos um regato. No meio do córrego havia uma pedra branca, que nos servia de apoio, para passar ao outro lado, quando o caudal, com as chuvas, engrossava. Um dia chegaram uns arqueólogos e começaram a cavar. A pedra era o ombro de mármore da Vénus de Itálica, pisado pelos meus pais e pelos meus avós!

O camponês andaluz arroteia há milénios mármore e estátuas. De vez em quando, lá aparece a panela de denários e sestércios, acumulados e enterrados por um legionário malogrado para precaver o licenciamento definitivo. Em Justino de Neve, fazendo esquina com o Callejón del Agua, separado dos jardins do Alcázar por um muro que na primavera se dessangrava numa enxurrada de buganvílias, vivia Heileen Bernard, uma inglesa, ruiva e bonita, com uns ares de Maureen O’Hara, que era uma verdadeira ninfómana. Quando eu, de manhã, lhe batia à porta, encontrava-a na cama, com dois ou três acompanhantes. Ela levantava o lençol e dizia, muito gulosa:

— *There’s always room for you here. Get into in my bed, love!*

Certas noites de primavera, quando os sentidos são esporeados pela efusão do *azahar*, Heileen, com o cabelo vermelho a cair-lhe pelas espáduas, os olhos acesos como áscuas, irrompia na Plaza de Doña Elvira, envergando uma túnica branca que lhe chegava aos pés, e, muito decidida, com um desaforo de deusa, depois de relancear um olhar pelos circunstantes, agarrava dois ou três jovens pelo braço e arrastava-os para o seu apartamento, como quem puxa de uns machos pelo cabresto.

4

Eu nasci em Badajoz, a 30 de abril de 1945, umas horas antes de que Hitler pusesse fim à vida, no *Führerbunker*, mordendo uma cápsula de cianureto e desfechando depois na cabeça uma bala da sua *Walther 7.65*. Minha mãe, quando eu era pequeno, chamava-me

Príncipe da Paz. O que me levou mais tarde a interessar-me pela vida de *el Príncipe de la Paz*, Manuel Godoy (1767-1851), o favorito, na versão picante da história, que a torna pelo menos mais divertida, de Maria Luisa de Parma, a fecunda e depravada consorte de Carlos IV, uma verdadeira *mitrailleuse à gosses* que lhe deu catorze filhos, embora, segundo as más línguas, nenhum deles fosse de sangue real. Três dias antes do suicídio de Hitler, Benito Mussolini fora fuzilado, mais catorze fascistas, incluindo a sua amante Clara Petacci, em Giulino de Mezzegra, na margem noroeste do lago de Como, quando tratava de fugir para o Norte, disfarçado de oficial alemão. Os corpos foram levados a Milão e pendurados da viga-mestra de uma bomba da ESSO, na Piazzale Loreto, no meio de uma multidão enfevecida e agressiva que aventava nos cadáveres a sua frustração. O grande homem é pendurado no talho, como uma gigantesca morcela. Na história passa-se com facilidade da *magnificatio* à *dissolutio*, do tudo ao nada. Dá a impressão, ontem como hoje, de que Europa anda descompensada. E o pior é que, segundo todos os indícios, se trata de uma descompensação ingénita. A compacticidade geográfica e geológica nunca encarnou, em Europa, no entendimento político. E em verdadeiro e profundo contacto cultural, fruto da convivência. Há povos frios e efusivos, calmos e nervosos, indolentes e activos, pobres e ricos. Os países de Europa nunca se entenderam. Às vezes até parece que é uma questão de dissídio temperamental. E de egoísmo. A 7 de maio de 1945, em Berlim, Alemanha, protagonista de uma história catastrófica no século XX, apresentava a sua rendição incondicional, assinada pelo marechal Wilhelm Keitel. Tanto querer mandar sem restrições para acabar rendendo-se incondicionalmente! No meio de tanta contradição, até dava para ter Hegel, Marx e Nietzsche, para não falar de Hitler. Na Europa, a guerra tinha acabado. Custara, em França, mais de 620.000 vidas. No Reino Unido, à volta de 300.000. Em Alemanha morreram uns cinco milhões. A União Soviética, com os seus dezasseis milhões de mortos, era um gigantesco cemitério. Espanha, vinda de uma conflagração intestina que fora o laboratório da Grande Guerra, afundada na fome e na miséria, com o seu milhão de cadáveres, era regida por uma total uniformidade de informação. As sessenta e tal emissoras de onda média existentes no país conectavam obrigatoriamente com *Radio Nacional de España*, para transmitir, duas vezes por dia, o *parte* ou *Diario Hablado*, que terminava, triunfalmente, com o “Gloriosos caídos por Dios y por España. ¡Presentes!”, seguido pelo *Hino Nacional*, a velha *Marcha Real*, que remonta ao século XVIII, coroada agressivamente pelo estrondoso

¡España una!
¡España Grande!
¡España libre!

¡Arriba España!

“*Dejadla ahora caer*”, diziam alguns. As classes altas, quer o capitalismo industrial e financeiro, quer o latifundiário, aceitaram de bom grado o regime franquista, que lhes garantia mão-de-obra barata e desfazia a reforma agrária empreendida pela República. Francisco Franco, *Caudillo de España por la gracia de Dios*, foi um líder esperto e habilidoso, embora não fosse particularmente inteligente, que, muito imbuído da retranca galega, descabeçou a vocação revolucionária da Falange, partido que ele transformou, segundo as suas próprias palavras, numa claque que o seguia e aclamava nas suas incontáveis viagens pela *Piel de Toro*. O que ele fez foi diminuir e travar o conteúdo ideológico do pensamento de Primo de Rivera, com todo o seu socialismo de direitas. Eu, tendo residido na Póvoa até aos quinze anos, estava mais familiarizado com o autoritarismo cinzento do Estado Novo, que nada tinha da teatralidade do regime implantado no país vizinho. Salazar e Franco, diferentemente de Hitler e de Mussolini, careciam completamente de carisma. Salazar, tão aborrecidamente calmo e metucioso, tinha algo mais de presença, mas Franco era um indivíduo careca e baixinho, de barriga proeminente, que adorava, na sua insignificância, ser protagonista de eleição. Franco programava as suas intervenções. Queria ser um herói de banda desenhada. Para afirmar a sua presença, Franco escenificava-a. Baixinho e barrigudo, agora ele era o maior. Apoiado no Exército, vencedor de uma guerra civil, e na Igreja, sempre adicta ao autoritarismo monárquico — o homem entrava nas catedrais debaixo de pálio —, dispunha dos instrumentos convenientes. O espectáculo puxava pela sua insignificância. Entre cruces e canhões, o anão crescia, sem que isso levasse à ruína do circo. Assusta pensar onde teria chegado se tivesse disposto dos meios de difusão informativa hoje existentes. E se Deus lhe tivesse concedido os olhos e o sorriso de Kennedy ou a presença ríspida de Staline. Tinha construído o seu mundo partindo de um ror de circunstâncias favoráveis. Esperto, Franco contava, ainda por cima, com a estrelinha da sorte. E não tinha escrúpulos. É pena que fosse tão baixinho. Não deixa de ser verdade, porém, que, naquele tempo, se dizia em Espanha: “*Los españoles somos bajos porque nos pesan los huevos*”.

A educação e a “cultura” impostas pelo franquismo, alicerçadas num nacionalismo exacerbado aspergido de água benta, onde ainda imperava o *Blut und Boden* hitleriano, muito impregnado de incenso, não me servia. Era preciso carregar com o dever e com a culpa. Acreditava-se demasiado no sangue, na família, na virgindade (nem sempre casta), nos milagres, em Deus, na Macarena, no pecado, na Pátria, no Real Madrid. E na “democracia orgânica”. Havia umas garotas, muito virgens, que trabalhavam com a boca tudo o que não

trabalhavam com os rins. Assim se pervertia, sem ir mais longe, a merecedora e vocacionada prima, que, tão afeiçãoada ao clarinete, acabava por se contentar com o facto de ainda não ter perdido o seu hímen.

As classes médias, muito conservadoras, continuavam a consumir a *copla* e a *tonadilla* tradicionais. As crianças-prodígios, sobretudo Joselito e Marisol, competiam com Lola Flores, Carmen Sevilla, Manolo Caracol, Paquita Rico, Luis Mariano, Sarita Montiel, Perlita de Huelva, Marifé de Triana, Juanito Valderrama, Marujita Díaz, Manolo Escobar, o Duo Dinámico, José Guardiola, Lucho Gatica. O incombustível Antonio Machín, e sobretudo Raphael, também tinham o seu lugar de eleição. Paco Ibáñez e um ainda jovem Joan Manuel Serrat faziam, na medida do possível, música reivindicativa. Da Póvoa chegava-me o anacrónico “Maria da Luz, tu és para mim o sinal da cruz ...”, que, se me não engano, tinha o seu intérprete principal em Francisco José. Dada a esterilidade ambiente, eu tinha de me fazer a mim mesmo. E não precisamente com o sinal da cruz. Nem com Maria da Luz. Começava a soprar um vento de mudança vindo de Inglaterra e sobretudo, dos Estados Unidos. Enquanto se prolongava a interminável guerra de Vietnam, num delírio de sangue e de napalm, Scott McKenzie entoava o “*If you go to San Francisco, be sure to wear some flowers in your head*”. Valia a pena encetar uma peregrinação à Califórnia. Bob Dylan cantava *Blowin’ in the Wind*, *The Times They Are a-Changin*, *Masters of War* e *Tambourine Man*. Soavam as canções de Buzz Aldrin, Jimmy Hendricks, Leonard Cohen, Peter, Paul & Mary, The Mamas & the Papas, The Doors, Blood, Sweat & Tears, Jefferson Airplane, Grateful Dead, The Who, Santana, Simon & Garfunkel, Woody Guthrie, Creedence Clearwater, Revival, Janis Joplin, Otis Redding, Joan Baez. Chegava o amor livre, a revolução sexual fomentada pela assunção apressada de algumas ideias de Wilhelm Reich e de Herbert Marcuse e pelo súbito desmantelamento da repressão. Lutava-se contra a imposição da similaridade, da homogeneidade, da uniformização. Li com atenção as narrativas de Henry Miller, com a sua “pornografia” (seria melhor dizer pornofania) inocente, e fiz-me com um exemplar de *Lady Chatterley’s Lover*, de D. H. Lawrence. Perdido na rede de convenções falazes, era preciso afundar-se na abjecção, descascando a pele da civilização, como quem pela uma laranja. Havia que acordar da morte, numa ressurreição dos sentidos. Depois, uma versão mais refinada e artística de Miller, na decadente Alexandria de Kavafy, complementada pela lânguida Alexandria de Durrell. Entusiasmei-me com *On the Road*, de Jack Kerouak. Sonhava em atravessar os Estados Unidos, de costa a costa, pela *Route 6*, que vai de Cape Cod a Ely, Nevada, continuando depois até Los Angeles, fiel ao trajecto de Sal Paradise. Pararia em *diners*, cheios de labregos, com umas garotas, queimadas pelo sol e pelo ar dos

trigais, muito inclinadas a aceder à novidade, mas vigiadas pelos amantes e maridos, todos eles de quase dois metros de altura e mãos ameaçadoramente grandes, que despertavam visões de dentes partidos e costelas combalidas. E, em certas ocasiões, até de balas. Passaria antes por Pensilvânia, Ohio, Indiana e Illinois, e iria encontrar o grandioso Mississipi em Davenport, Iowa, Scott County. Depois atravessaria as *plains* de Nebraska, sob o olhar de *cowboys* taciturnos, de rostos refugiados debaixo dos seus *ten-gallon hats*, indolentemente encostados a paredes. E, tendo cruzado Nebraska, via-me em Denver, Colorado, a contemplar as estribeações orientais das Rockies, rodeado de miúdas loiras e acessíveis, muito dadas a contemplar as estrelas enquanto faziam amor na profundidade dos campos de trigo. E, depois de me assombrar com o Canhão de Colorado e de transpor o Deserto de Nevada, sentar-me-ia na doca da baía de S. Francisco, “*Watchin’ the tide roll away, ooh*”.

Na aula de filosofia, leccionada por um membro do Opus Dei, ouvi falar por primeira vez do Estoicismo, de Epicteto e de Marco Aurélio. Do escravo e do Imperador. Depois, por minha conta, cheguei aos Cirenaicos, aos Cínicos, aos Epicúreos. E aos Cépticos. Caiu-me nas mãos uma edição bilingue, feita em Inglaterra, da *Vida dos filósofos*, de Diógenes Laércio. Assumi, com uma certa contenção, a irreverência de Diógenes, que fazia em público quer os trabalhos de Vénus, quer os de Deméter. Como o filósofo de Sínope, alheando-me do nacionalismo exacerbado que nos oprimia, eu queria ser, à maneira dos hippies, um cosmopolita, um cidadão do mundo. Ter sempre a minha terra no sítio onde, eventualmente, calhasse eu estar. Tal sítio seria sempre a minha pátria contingente. É precisamente aquilo de que Europa precisa e não dispõe. Precisamos de políticos mais hippies, que prevenham o ecocídio sistemático, embora lhes seja assacado o pertinente ecoterrorismo. Nós, os cidadãos europeus, precisamos de um sentido global de extraterritorialidade. Que seja a mesma coisa estar em Londres que em Paris (ou em Aveiras de Baixo), assumida a babelização. E que o povoense não seja uma mera besta de carga que vem a casa passar as *vacances* e vestir a Santa, depois de trabalhar numa fábrica enfadonha ao longo de onze meses. O povoense, partilhando suficientemente o código local, há de se sentir bem em Letónia, sobretudo se lá lhe brindarem um emprego! Europa precisa dum sentido de identidade baseado numa personalidade diversamente comum, que há de partir, inevitavelmente, de um processo de aculturação identitária que ainda nem sequer foi iniciado. Temos de deixar de ser o que somos para ser outra coisa. Tal processo nem sequer chegou a arrancar. Não se deu a aculturação local em benefício de uma conseqüente transculturação. De uma transculturação que não ameace a diversidade cultural. De um paradoxo. Somos europeus sem o sermos, porque na realidade não nos conhecemos uns aos outros. Mas isso também acontece nos Estados-

Nações. Um andaluz não se identifica facilmente com um basco. Um siciliano não se revê num lombardo. Europa! Numa mesma mente, terão de caber 27 mentes. Numa só cultura, 27 culturas. E muitas outras subculturas locais. Ao longo de tantos séculos, Europa provara a sua incapacidade para constituir uma cultura continental. Tal integração obrigaria à dissolução da Nação-Estado tradicional. Os outros, ainda vá lá, mas Reino Unido, França e Alemanha, possuídos por um egotismo decadente, não se prestam a tais contorções. Desfeitos os velhos impérios continentais, as duas grandes guerras semearam o velho continente de construtos políticos, obedientes ao princípio da nacionalidade. É a receita americana. Quem fala a mesma língua e ocupa um território contínuo merece *ipso facto* uma mesma soberania política, neutralizando as diferenças que possa haver entre Tennessee e Oregon. Afinal de contas em ambos os Estados haverá sempre uma dúzia de Macdonalds, outra dúzia de KFCs e os mesmos *walmarts* e os mesmos cibercafés. Não é fácil desfazer-de da concepção étnica da nação, mesmo em tempos nos quais está a surgir o homem cósmico. Tradições, usos, costumes, uma língua comum, todos estes factores talvez não revelem envergadura suficiente para que uma comunidade, mais abstractamente, se constitua em nação. Suíça, onde se falam três línguas, mais alguns dialectos, é um milagre de compatibilização unitária heterolinguística. Algumas nações só participaram ocasionalmente da história de Europa. Os escandinavos, sem ir mais longe, desapareceram depois das invasões do século XI para só voltarem a emergir com Gustavo Adolfo e a Guerra dos Trinta Anos. Os russos, carentes de interesse devido ao seu atraso endémico, já que não se organizavam à maneira da Europa, só começaram a mercer atenção após Pedro o Grande, o promotor da ocidentalização. Poderá o transnacionalismo dar lugar a uma nova forma de nacionalismo diferente dos nacionalismos territoriais vigentes nos séculos XIX e XX, num mundo em que a globalização, dominada pela economia de mercado e não pelo Estado soberano, se tem que medir com a proliferação de reivindicações regionalistas que ameaçam a identidade do Estado-Nação, assente ainda no apelo a uma soberania esvaziada e a um patriotismo anacrónico? Será factível, em Europa, um verdadeiro nacionalismo internacional, de carácter transnacional, uma vez diminuído o protagonismo da Nação-Estado? Terá pedalada o cidadão europeu, tão assoberbado pelo trabalho (e sobretudo pelo desemprego), para se integrar numa multiplicidade excessiva de identidades que talvez não se preste a síntese? Poder-se-ão misturar *ad libitum* porções de Inglaterra e de Alemanha, veiculadas em caixinhas tipo McDonald, passadas por um bom vinho francês ou por uma boa cerveja checa? Será factível trocar o funeral do ti Avelino, em Águas Mortas, pelo *Finnegan's Wake*, sem saber sequer que identidade me convém invocar no seio de uma tão complicada família Earwicker, para não falar da complexidade inefável da

família Pereirinha? Poder-se-á, à maneira de Pessoa, ser tudo de todas as maneiras, coisa que Pessoa nunca chegou a ser? Ou haverá que reduzir tais identidades várias a um denominador comum? As nações permitem alianças circunstanciais. Todas as relações intereuropeias têm sido modeladas por tratados, entendendo por tratado um acto jurídico, sujeito ao Direito Internacional, lavrado entre Estados soberanos ou entre Organizações Internacionais. Poder-se-á atingir um sentido de identidade verdadeiramente pan-europeu, rebaixando ou extinguindo a soberania do Estado nacional? Poderão os Alemães, “soberbo gado”, entenderem-se com o “duro Inglês” e o “Galo indigno”, sobretudo quando já ninguém quer assumir decididamente “o nome Cristianíssimo”? Nem sequer o “raro Castelhana” se dá bem com o “sórdido Galego”. Essa coisa de se tornar europeu não é tarefa fácil. Peguemos em três países consistentemente cimeiros, pelo menos até há muito pouco tempo: França, Alemanha e Inglaterra. São países nos quais o que agora somos tem que se medir com um gigantesco *FUIMUS*. Não é brincadeira essa coisa de levar às costas o peso de Cromwell, de Richelieu, de Napoleão, de Nelson, de Bismarck, de Hitler. Inglaterra, com as suas raízes Tudor, tem uma identidade bem mais agressiva que o Reino Unido. Inglaterra está para Escócia e País de Gales como Castela está para Catalunha e *Euskal Herria*, embora ninguém se salve da *Union Jack*. Ou da *Rojigualda*. Estivemos séculos, insistentemente, a promover consciências nacionais. E, em alguns países, não se alcançou a meta desejada. Antes da primeira grande guerra, havia Estados multiétnicos. Depois a etnicidade começou a ser reconhecida como factor instrumental eficiente de nacionalidade. Os Georgianos não são os Russos; os Eslovacos distinguem-se claramente dos Checos. A URSS constituiu-se numa gigantesca manta de retalhos. Se os montenegrinos, tão desavindamente apegados à Sérvia, ganharam a independência, porque é que eu, basco ou catalão, não a hei de conseguir? Por outro lado, em intercâmbio dialéctico, dizem-me que não sou nada face ao Estado territorializado, face ao *pré carré* ou à *piel de toro*. Agora, tendo em conta o momento, e sem descurar o *milieu*, temos de desnacionalizar-nos. E, paradoxalmente, havemos de acompanhar tal desnacionalização com uma anacrónica renacionalização efectuada no seio da europeização. A Catalunha quer sair de Espanha para se integrar na Europa. Esta a independizar-se para aceder a uma nova dependência. Trocou o cannabis pela heroína. As redes sociais, em grande parte, encarregam-se de desempenhar tal missão. A de unir e dispersar, num mesmo movimento. Sem sair do meu assento, tanto posso estar em contacto com Roma ou Berlim como com Aveiras de Baixo. Se não nos conhecemos bem dentro de casa, como é que nos vamos conhecer fora dela? É a assimilação virtual. Estamos a atravessar um período de socialização descomedida, excessivamente unidireccional, diluída numa permanente virtualidade. A inteligência artificial

quer-nos artificializar. Não está longe o momento em que chegaremos a ser joguetes das máquinas. Tudo isto de um modo muito maquinal.

Trocaram-nos a vida pelos jogos. A vida é um jogo, mas é um jogo verdadeiramente sério. Vale a pena preenchê-la com os jogos dos computadores? Por que é que não vamos lá para fora, para o meio da rua, jogar ao pião? Ou aos botões? É a quadratura do círculo. E já não se pode assumir a máscara do herói romano ou medieval. Houve uma Europa gótica, uma Europa renascentista, uma Europa barroca, uma Europa neoclássica, uma Europa romântica, uma Europa positivista. E até uma Europa vanguardista. E outra existencialista. E depois uma pós-modernista. E agora vivemos na Europa pós-humanista. Cuida-se sobretudo a aparência, reforçada pelas tatuagens, que por vezes se revelam traumáticas. Estamos a um passo da Europa cibernética. Passamos a estar mais ligados às máquinas que às pessoas. Mas o que estava em jogo, nessas universalidades europeias de outrora, eram sentimentos, afectos, ideias, gostos, modas, e não verdadeiras estruturas. Ou melhor, eram peculiares estruturas estéticas. Hoje já não temos capacidade para forjar estruturas estéticas globais capazes de subsistir. A impressão estética esgota-se no consumo. Estamos em plena monetarização dos valores, transformados em preços. Somos uma gigantesca centopeia em que cada uma das suas pernas puxa para o seu lado. A acção, inconscientemente autotélica, pode prescindir da teoria. Derrida e a sua prole, dada a multiplicidade aleatória de teorias emergentes, que se cancelam umas às outras, proíbe impor a teoria à acção. O sentimento está longe de ser garante suficiente de integridade estrutural. Não é o patriotismo desmandado o que faz uma nação: é o civismo. Mais Cícero e menos Inquisição. E menos igrejas. E menos heróis. Como já queria Spinoza, com o seu *amor intellectualis Dei*, entregar-se sinceramente à vida, com a cabeça e os sentidos, já é rezar. Uma boa foda já é uma oração. É evidente que a mulher burguesa europeia teve fantasias eróticas à custa de Lord Byron, como hoje as tem à custa de Brad Pitt, que nem sequer é europeu. Ou à custa da bivalente Angelina Jolie, tão afrancesadamente americana, com ou sem mastectomia, a desfazer-se na promessa de um orgasmo contido. O sentir-se nação não quer dizer que se seja uma nação sólida. A Nação-Estado e o Estado-Nação não são a mesma coisa. O Estado tem um carácter político-legal; a Nação, uma identidade linguístico-cultural. França e Espanha foram primeiro Estados. Só depois se constituíram (segundo alguns muito problemáticamente) em Nações. Os movimentos independentistas de América e de África, limitados por fronteiras muito dadas a filtrações étnicas, assumiram a língua da classe dominante e privilegiaram o Estado face à Nação. Alemanha e Itália começaram por ser Nações e só depois passaram a ser Estados. Sem ir mais longe, a integridade nacional dos Estados Unidos, que não sei se é o tão badalado

melting pot ou um verdadeiro mosaico cultural, com tantas barras e estrelas penduradas nas casas, desperta-me sérias dúvidas. Há um excessivo e constante desejo de afirmação que revela uma certa insegurança identitária. As pessoas que são limitam-se a ser. Não a parecer. Nem a querer ser. Os suecos, por exemplo, que são mestres no existir, limpando o termo dos manejos de Ingmar Bergman e de todas as excrecências de Heidegger. As pessoas civilizadas dedicam-se, pacatamente, a ser o pouco que são, no sítio e no tempo em que o são, sem precisarem de inventar permanentes protagonismos, alguns deles terrivelmente sangrentos e inúteis. A identidade nacional dos Estados Unidos, muito mediatizada, repousa no consumo. Para ser posta à prova terá que passar, mais tarde ou mais cedo, por uma severa recessão, muito mais profunda que a do 29. Por um renovado *Black Thursday*. Poderá sobreviver, incólume, uma América verdadeiramente pobre? América é uma mansão podre, que se sustenta em colunas e vigas podres. O problema é que todos nos refugiamos na podridão americana. Se a mansão vier abaixo, todos seremos esmagados por tal *débaçle*. As cabeças, pendentes do marketing, têm um instinto consumista implantado a um nível subliminar. América, mais que no consumo, parece que se afiança no consumismo. Em 1987, nos Estados Unidos, já havia mais *shopping malls* (35.000) do que escolas secundárias. O dinheiro, traduzido em coisas e espaços de acção, numa sociedade onde a aristocracia tem um carácter plutocrático, tornou-se verdadeiro *Ersatz* do sonho, do poder, do ideal, da fé, do amor e da paixão. Por outro lado, o nacionalismo exacerbado revela, não poucas vezes, apesar da proliferação doméstica de bandeiras, uma grande insegurança identitária. Não é natural que uma sociedade bem assente se dê ao trabalho de gerar tanta gritaria. E de ter um desejo tão grande de se exibir. É uma actividade de quitanda de mercado rural, mas num mundo transnacional. Uma actividade desordenada que revela uma grande carência de sentido cívico. De solidariedade e eficiência social. O que não é de admirar, porque a nação, a *imagi-nação*, não é mais que uma configuração imaginária. A nação é, não poucas vezes, uma entidade imaginada. Ou uma série de *imagi-nações*, concorrentes ou paralelas, que tanto podem levar à união, se se torcer por Aljubarrota. como ao exílio, se se preferir a viagem do Gama. O pior é que a diversidade de *imagi-nações* chega a provocar sangrentas guerras civis. A Europa está cheia de nações frustradas. Roménia, Bulgária, Sérvia, Hungria, Croácia, Póvoa, Grécia, para não falar, por razões bem diferentes. de Bretanha, de Escócia, de Gales, de Catalunha, de Ulster, de Córcega, de Chipre, de Galiza, dos Açores ou de Euzcadi. Umas porque, apesar de terem uma cultura muito sua, nunca se realizaram devidamente como nação; outras porque não têm capacidade para empreender o exercício identitário de assumir formalmente a nação que (não) são. Há nações que se sobrevivem continuamente a si mesmas, como fósforos frios,

sem verdadeiramente se chegarem a definir e a realizar. A realização, na Póvoa, ocorreu há uns bons nove séculos. Depois a Póvoa limitou-se a vegetar. O espanhol é o touro, o flamenco, a guitarra; o francês é a garrafa de vinho, a boina, a bicicleta, a camisola às riscas e a *baguette* debaixo do braço. E que dizer da gabardina do inglês e do seu chapéu de chuva? E do italiano, sempre vestido de *gondoliere* e a ameaçar-nos com uma ária de Verdi. Há nações que, até certo ponto, se realizaram em épocas remotas, como Catalunha. A emigração, sobretudo nos grandes centros urbanos, veio descafeinar, quer em Euzcal Herria quer em Catalunha, os nacionalismos. Há séculos que castelhanos, andaluzes e galegos espanholizam tais culturas. Já D. Quixote, que não falava catalão, decidiu ir a Barcelona, creio que para ver o mar. Até que ponto é que Euzcadi e Catalunha não estão continentalizados, submetidos ao poder centrípeto de Castela? Têm realmente tais culturas a força suficiente para se constituírem em Nações-Estados? São assim tão diferentes, depois de séculos de exogamia, para se constituírem em entidades plenamente autónomas? A saída mais viável para o problema é uma federação, assente numa divisão de poderes e de competências, onde possam conviver dois tipos de patriotismo, um endereçado ao Estado, o outro à Nação. Bem vistas as coisas, é o que Europa também quer de nós. É preciso ser, ao mesmo tempo, catalão e europeu, mesmo tendo deixado de ser espanhol. Fugindo do pó, dei com o lodo. As línguas, como todas as línguas, são belas. Belas e desconhecidas. Tão belas, pelo menos, como qualquer outra língua. Não se pode, porém, andar à vontade pelo mundo a falar catalão ou *euskera*. Não se pode roubar às pessoas o direito a aprenderem o alemão ou o mandarim que não sabem, com todas as perspectivas práticas que oferecem, para ir cair nos braços dos líndissimos catalão e euskera, asentes em âmbitos geográficos restritos e alheios a qualquer tipo de projecção internacional. Não há saída prática nessas línguas. Tais povos, mesmo que cheguem a ser independentes, terão de continuar a servir-se do castelhano para se fazerem entender fora das suas fronteiras. Do castelhano que se empenham em negar. Virá o *aizkolari* a superar o jogador de futebol? Ou o *harri jasotzea* (levantamento de pedras) a competir com o ténis? Será que a *sardana* vai varrer o *flamenco* que há em Barcelona? Só a Póvoa, que é mais parecida com Castela do que a Catalunha, se conseguiu independizar. E é preciso retroceder à Idade Média para encontrar uma Catalunha pujante! Mas lá se vai puxando do passado, para ocultar o vazio do presente.

Em Europa também há nações decadentemente eufóricas. São nações que foram grandes, há un bons cento e cinquenta anos, mas que já o não são. Passaram a ser potências de segunda fila, mas, muito agarradas ao seu passado imperial, não querem aceitar tal despromoção. Houve um momento histórico em que a Póvoa se quis afirmar como potência

dominante. Foi um período breve. Breve mas suficiente para promover uma excessiva autoestima, política e economicamente nociva. De uma vivência temporária, a Póvoa fez uma marca permanente. Afirmar-nos, muito convencidos da nossa importância, na mediocridade convencida, submetida a um descabido processo de hiperbolização, não é solução suficiente. Endividados, tutelados, escarnecidos, continuamos, de portas para dentro, a ser os “maiores”. Estou a falar verdade. Não podemos viver, num estado permanente de crise identitária, sem saber ao certo o que devemos de pensar de nós mesmos. Há nações que fazem lembrar as famílias arruinadas que ainda não se deram bem conta das suas carências. O brasão não mata a fome. O refinamento não cancela a miséria. Bem vistas as coisas, a miséria impõe-se ao refinamento, sem sequer se atingir a graça do fidalgo arruinado de Vittorio di Sica. Tais nações nunca formularam estratégias reducionistas. Num momento de suma contracção, muito agarradas a um passado dubiamente “glorioso”, continuam a encher a boca com o tópico da expansão. Ainda se continua a estudar, nas nações ibéricas, a expansão imperial, sem ter em conta que se devia privilegiar, dada a sua actualidade, a nossa imperial contracção. Uma contracção que não tem fim. Como é que se pode passar do chatinar do feirante à complexidade dos SWAPs tóxicos? E continua-se a gastar o que não se tem, o que nos é emprestado, dentro da consabida lógica expansionista, o que nos obriga a submeter-nos a um inacabável processo de endividamento estrutural. E menos mal que temos a sorte de ter encontrado uma Europa paternalista. Podiam ter-nos abandonado à nossa insignificância. O que acontece ou deixa de acontecer na Póvoa não altera minimamente o ritmo da UE. Não afecta nem a economia, nem a política, nem a cultura. Toda a gente sabe que para vingar há que falar inglês, francês e alemão. Há já alguns séculos falava-se italiano. E algum espanhol. E continua-se a cantar em italiano e em espanhol. Nós, os povoenses, estamos no lugar, mas não estamos no momento. O mundo de hoje exige uma atitude diferente da que está enquistada na Póvoa. Para podermos sobreviver dignamente, precisamos de assumir o espírito capitalista *hard sell*. O ânimo agressivo e violento, que aceita o trabalho contumaz, a inovação tecnológica e a exploração salarial. Em primeiro lugar, há que activar um outro dinamismo económico. Hoje em dia domina o princípio da efectividade. E da rentabilidade. Matéria contável, números, iniciativas, alvos. E, entretanto, os povoenses continuam a atirar foguetes, que se desfazem em girândolas. Ouvi dizer que o Universo não pára de se expandir, mas ninguém me assegurou que o vazio se expanda. Será que o vazio se pode expandir? Teria de submeter tal questão a um físico. Os povoenses temos muito de vácuos, de irrealistas. O nosso persistente e exagerado nacionalismo proíbe a verdadeira transnacionalização. Nós tivemos uma identidade nacional tão desproporcionada, muito coloreada pelo eructo épico,

que, dando-nos a entender que já tudo estava feito, nos tornou irremessivelmente inactivos. Para que a integração possa resultar, Inglaterra, França e Alemanha hão de partilhar um mesmo código. Um código em cuja elaboração, nós, os povoenses, não participamos minimamente. Há muitos séculos que as nossas ideias são sempre as ideias dos outros, importadas e marteladas. Todos os povos europeus, pelo menos até certo ponto, terão de partilhar um código comum. E nós, no fundo da escada, teremos de depositar toda a fé no código-dos-outros, que (não) é o nosso código. Será que se pode acertar o *Notting Hill Carnival*, em grande parte importado das West Indies, onde o whisky corre a rodos, com a tão bávara *Oktober Fest* de Munique, afogada em cerveja? E que nos possamos continuar a divertir com as primárias Marchas Populares, as avózinhas do sambódromo?

É verdade que, não poucas vezes, como acontece na vizinha Espanha, o Estado não se adequa à Nação. Ou às nações. Na Península há um acentuado “narcisismo das diferenças”, não sei se pequenas ou grandes. Entre o Estado e a Nação alça-se sempre o governo, composto de intérpretes mais ou menos autoritários e autorizados da Nação que se conhecem como “homens de Estado”. Eles, exibindo uma cultura (uma enciclopédia) muito limitada, impõem uma versão dogmática de imagi-nação, imprescindível para justificar um modelo de acção. Espanhóis e povoenses, parafraçando o que Goethe, citado por Nietzsche em 1873, disse dos alemães, são de ontem. Como não encontraram um substituto adequado, decorridos cinco séculos, ainda têm de se servir do modelo antigo, devidamente canonizado. Dizem que são conquistadores e descobridores. Escondem o facto de serem descobridores e conquistadores esgotados, empobrecidos, arruinados. Já não descobrem nem conquistam nada. Nem sequer são capazes de se descobrirem a si mesmos. Já não são aqueles que conquistavam terra e não capitais, aqueles que descobriam continentes e não jazidas de diamantes, aqueles que iam à procura de pimenta mas não de petróleo. Com tantas proezas e tantas façanhas os nossos gloriosos antepassados. nunca se ajeitaram para sair da pobreza. Nunca souberam reinventar-se. Ou, pelo menos, reciclar-se. Está na cara que não foram excessivamente inteligentes. Continuam a apresentar, contudo, a sua *ima-ginação* como equivalente do conceito objectivo da inscrutável e intratável Nação unitária que, dizem eles, representam. E acabam por apresentá-la como inimaginada. É algo natural, como o nascer do sol. Estamos no meio de factos desconstruídos, mas limitados sempre pelo Gama e pelo Albuquerque, que nos sumem em voragens saudosistas, e não precisamos para nada de assumir uma consciência comum já inexistente, porque não pode ser convenientemente actualizada, embora já não haja na Póvoa nenhum indivíduo de boa fé que ainda se possa identificar com *Os Lusíadas*. Mas também não há nenhum que o possa superar. Não há

descrições alternativas. Nunca mais voltámos a ter um modelo. Um modelo meticulosamente construído no debate sobre carências e necessidades, por mais que se multipliquem os carentes. Os membros do governo, que da boca para fora se regem por tal pauta, prisioneiros de um suposto universalismo, atingem quase sempre um elevado estatuto social, vizinho da abundância. O “Grande Capitão” é agora ministro. Um ministro que, em vez da armadura, enverga agora um Bardelli milanês que lhe custou 5.000 euros. E que, tal como o Almirante negociava a pimenta e o cravo, negocia agora helicópteros, submarinos e fundos comunitários. Isso sim, a mourama continua a estar envolvida, porque há grandes negócios à vista no Golfo Pérsico, se lá se puder chegar outra vez, aproveitando para reconquistar Mascate! Seria desejável que se fizesse um inquérito aos políticos. Quanto é que senhor tinha quando foi nomeado deputado? Quanto é que tem agora, passadas duas legislaturas? Como explica esse ensurdecido *crescendo*? Há o equívoco estado privilegiado. Depois de se ter estado no Estado, o nosso estado de espírito é muito outro. E o estado das nossas contas também. Estar dá para muitas coisas. Dá, por exemplo, para, sendo dos poucos que sabe que em determinado sítio se vai construir uma ponte, que atravessa um conhecido rio, saber imediatamente que os terrenos de acesso a dita ponte se vão revalorizar. Compra por cinco: vende por quinhentos. É evidente que tais coisas não se fazem *motu proprio*. Não. Os políticos aprendem a intimar com o capital. O contubérnio da política com a economia e a finança, em praticamente todas as democracias ocidentais, está a criar uma nova oligarquia, uma oligarquia político-plutocrática que começa a assumir identidade autoritária, à maneira de Staline ou de Mussolini, mas sem gozar de estatuto iconográfico. É uma identidade assustadoramente invisível, de tentáculos solidamente monetarizados, saída de um filme de terror pós-modernista. Não há rostos, não há gestos a apontar. Não há derramar de sangue (é verdade que o há, embora com um carácter transversal), mas, pouco a pouco, vais ficando lívido e hirto, com a seiva sugada por um bando de vampiros. É uma rede invisível, fragmentada num excesso de visibilidade anónima, que se nos impõe, propiciando uma nova modalidade da guerra de classes. É uma rede de uma visibilidade que nos venda os olhos e nos tira as palavras da garganta, excepto aquelas que já estão devidamente impregnadas pelos (des)valores do sistema. E estar perto daqueles que manejam o capital e tomam as decisões ainda dá para mais. Os políticos monopolizam as fontes de informação. A informação, que hoje é o bem mais importante, está sempre casada com uma lógica partidária. E partidista. Sempre casada com determinados interesses, de carácter privado. O Estado (des)faz-se com o capital, em brincadeiras muito íntimas, em cerimónias oficiadas por *top models* — mais de 30.000 dólares pela manada — num andar luxuoso de Park Avenue, aproveitando uma visita a

Nova Iorque em representação do Estado. O político conduz o melhor carro do país e, ainda por cima, pagam-lhe a gasolina e os devaneios. E anda com umas gajas que não dá para acreditar. E, por outro lado, a etnicidade, quando não se manifesta como obstáculo, não se adequa necessariamente à nacionalidade. Hoje em dia, um segmento apreciável da população do Reino Unido nasceu na estranja. França não anda longe de tais números. Em Alemanha há dois milhões de turcos. Holanda não é muito diferente. Como quer Julia Kristeva, talvez a Nação seja um agregado psico-estético, no qual a política, a identidade e a vida social nascem de uma estética colectiva: o gosto nacional. Pode haver um gosto nacional numa comunidade multiétnica? O londrino frequenta restaurantes chineses, indús, gregos, turcos, vietnamitas, italianos, espanhóis, o que raramente lhe permite travar conversa com quem o serve. E continua a considerar como seu o *roast lamb*, o *steak and kidney pie*, o *roastbeef with Yorkshire Pudding*. E até o *pie and mash* com sotaque *cockney*. Tudo o mais responde à procura de um exotismo circunstancial. Os restaurantes étnicos estão em voga. O que é que acontece quando não há gosto nacional? Como é que pode haver gosto europeu se nem sequer há gosto nacional? O nosso gosto é o dos outros, de Messi a Jordan, da Nike à Adidas, da MacDonald ao KFC, do Channel ao Dior. Roubam-te a criatividade, aplanada pelo rolo de uma falsa globalização, indutora de previsíveis comportamentos exóticos devidamente programados. E, o que é mais, o que é que se pode esperar de uma situação onde o mau gosto tomou o lugar do bom gosto? Ofereço-te, como prenda de Natal, um disco de Marco Paulo. E depois vamos comer um *burrito*, muito saturado de *guacamole*, no restaurante mexicano da esquina. “E como é que o senhor pode afirmar dogmaticamente uma versão exclusivista do bom gosto, afogando os impulsos de democratização da sensibilidade, que superiorizam Marco Paulo a Plácido Domingo?”. A resposta é simples: Porque ainda tenho bom gosto! É uma questão de educação. E de classe, embora eu more na Reboleira.

*

Para realizar o projecto da UE será preciso adquirir uma identidade comum de que a Europa não dispõe. Trata-se, em última instância, de unificar diversidades, de adquirir um gosto transnacional que seja, paradoxalmente, nacional. Pode-se dizer, acudindo à terminologia de Jürgen Habermas, que Europa precisa de uma “comunidade de vontade” (*Willensgemeinschaft*), que, sobrepondo-se a uma superada *Volksgemeinschaft*, se avenha

com a densidade multicultural e multirracial da sociedade democrática dos nossos dias. Uma boa parte das nações europeias está ainda muito agarrada a um conceito nacionalista de soberania que impede a assunção de fidelidade a um modelo transnacional. Essa soberania, muito descompensada, traduz-se em *Volksgeist* — devo confessar que ignoro o alcance epistémico de tal conceito — que traduz a “personalidade” de um povo, permitindo identificar as marcas (im)pertinentes do seu comportamento e da sua visão do mundo. Há uma Europa! Ou não será que só há dúbias identidades locais, existencialmente quantificadas, embora feridas de uma problemática multietnicidade, sem que exista o abraço homogéneo de uma macroidentidade que as possa abranger. O que é que a Eslováquia tem de Europa? O que é que Europa tem de eslovaca? Não há quem confunda os *bryndzové halušky*, elaborados com queijo de ovelha *bryndza* e pedaços de toucinho frito, com os nossos tradicionais rissóis de leitão. Ao longo dos séculos, a nossa relativa compactidade geográfica não nos levou a compreender-nos. Tirando os focos da moda, sempre cravados em Paris, Londres, Berlim, cidade-*boudoir*, cidade-teatro e cidade-cabaret, o resto de Europa está às escuras. Não sabemos praticamente nada da Dinamarca. Consta que no porto de Copenhaga há uma sereia que é decapitada periodicamente, estragando a história de Hans Christian Andersen. E menos sabemos ainda da Finlândia ou da Letónia. Não se pode construir um conjunto sem contar com a aderência das partes. E em Europa há ressentimentos profundos. Entre Polónia e Ucrânia, entre Finlândia e Rússia, entre Dinamarca e Alemanha, entre Estónia e Lituânia, entre Holanda e Alemanha, entre Roménia e Hungria, entre Grécia e Turquia, entre Chéquia e Alemanha, entre Itália e a Sérvia, entre Sérvia e Albânia, entre Alemanha e todos os outros países. Europa, sendo, entre muitas outras coisas, um termo que carrega touros e raptos, é uma noção muito mais estética do que racional, de escassa rentabilidade pragmática. É uma noção concebível, e até factível, com o senão categórico de ainda não render um modelo fiável de integração. Não se podem integrar entidades diversas. Não se podem misturar, assim como assim, alhos com bugalhos. Não se podem antepor as palavras aos factos. Eu não falo nem alemão, nem checo, nem holandês. Nada sei da Polónia. Não perdi nada na Roménia. Bulgária, para mim, é um gigantesco ponto de interrogação. Façamos primeiro a Europa, ao nível cultural, político, linguístico, económico e administrativo, para que dela se possa falar com sentido. Há que fomentar um nacionalismo europeu. É preciso realizar o paradoxo. O argumento a favor da União Europeia peca de circularidade. Por um lado, constata-se a ausência de uma forte autoridade central capaz de unificar e homogeneizar os povos da Europa; pelo outro, a falta de tal autoridade centralizadora pode ser atribuída, em grande medida, à profundidade de umas evidentes, e talvez insalváveis, diferenças históricas, étnicas,

económicas e culturais. Durante muitos séculos fomos un continente constantemente minado pela guerra. O século XX foi um verdadeiro pesadelo. Rendeu sessenta milhões de mortos. Uma sociedade europeia de Estados exige um estado de espírito comum. Já de nada serve o consumido eurocentrismo europeu, fruto de um ultrapassado *Enlightenment* de vocação universalista. Kant já cedeu o seu lugar a Derrida. Da imposição global de tal universalismo passou-se à afirmação da diferença. A diferença (ou a *différance*) é hoje a característica fulcral da pós-modernidade. As nações periféricas da Europa, e entre elas a Póvoa, sempre definiram a sua identidade servindo-se de instrumentos importados. A cultura povoense é uma secreção das culturas europeias dominantes. Há muitos séculos que nos pensamos e concebemos em latim, em francês, em inglês ou em alemão, sem que para o fazer nem sequer precisemos de conhecer a fundo ditas línguas. Por vezes nem sequer as conhecemos superficialmente. Chegámos ao paradoxo de, sendo um país cultural e economicamente colonizado, termos criado um império colonial. E de termos importado um regime democrático, como tantas nações recentemente descolonizadas, que não brota de um verdadeiro desenvolvimento orgânico da nossa consciência política e social. Não é de admirar, pois, que vivendo formalmente em democracia, não tenhamos aptidão para a exercer. A afirmação do nosso nacionalismo, que na sua versão extrema se hiperbolizou num poema épico que abafou qualquer outra tentativa sensata de formalização identitária, nunca conseguiu libertar-se do discurso hegemónico eurocêntrico, apesar da nossa localização periférica. Dispomos de um poema épico que se propõe como texto no qual a sociedade povoense armazena o património cultural e ideológico da sua história, texto no qual a dita sociedade há de encontrar a sua própria identidade, mesmo tendo em conta que tal artefacto apenas reflecte uma formalização minoritária de carácter elitista inacessível, ontem como hoje, à maioria iletrada. Alfabetização e literacia são coisas bem diferentes. Há muita gente que, suficientemente instruída para ler o *Correio da Manhã*, é incapaz de se aventurar na leitura de Platão. Acresce que carecemos de uma cultura folclórica capaz de nos informar politicamente. E de uma cultura superior condigna. Onde é que está o nosso Shakespeare, o nosso Descartes, o nosso Newton, o nosso Locke, o nosso Rousseau, o nosso Beethoven, o nosso Faraday, o nosso Pasteur, o nosso Einstein, o nosso Fleming, o nosso Bohr, o nosso Stephen Jobs? Descontando os descobrimentos, que, decorridos cinco séculos, ainda nos servem de marca anacronicamente (im)pertinente de identificação, as nossas grandes contribuições para a cultura cifram-se no bacalhau cozido com batatas, na orelheira, na romaria, na “bica”, na feijoada à transmontana, na feira de Santa Ana e no carrascão. Toda a nossa “alta” cultura, que pelo menos nos rendeu já um prémio nobel e meio, é emprestada e só

serve para nos maquilhar. É uma variante “martelada” da cultura *highbrow* europeia. E, mais recentemente, da (in)cultura americana. Antes andava-se de chapéu, como em Londres; agora anda-se de gorro e *sweatshirt*, à maneira dos gangues de LA. No melhor dos casos, escrevemos apostilas à margem dos livros que nos são emprestados, pelo menos quando, além de saber ler e escrever, temos capacidade para os compreender. E para encontrar pessoas que os emprestem, porque já não temos dinheiro para os comprar. Ao longo de mil anos de história, afundados no miserabilismo, na desorganização e na indolência, não conseguimos forjar uma identidade capaz de se impor a nível transnacional. Temos uma cultura de trazer por casa. Os povos ultramarinos conquistados e colonizados (o Maia, o Azteca, o Bantu, o Hindu) eram senhores de culturas alternativas, afogadas pela pressão contundente da eventual (in)cultura colonizadora. Os *Estudos Subalternos* estão, hoje em dia, a permitir que tais culturas escondidas e reprimidas se revelem, mediante a libertação da suas próprias linguagens e das suas respectivas cosmovisões. Não estaremos, os Povoenses, numa situação de verdadeira subalternidade? Somos donos de uma visão do mundo própria que, prescindindo dos seculares empréstimos culturais que nos servem de maquilhagem, se possa impor além das nossa fronteiras? Se nos tirarem tudo o que fomos buscar a Grécia, a Roma, a França, a Espanha, a Inglaterra, a Alemanha, o que é que nos fica? Talvez o pessoano “Quem sou é quem me ignoro e vive / Através desta névoa que sou eu “.

*

Durante a minha juventude, fui várias vezes a Marrocos, à procura da diferença e de haxixe de qualidade. Em maio de 1983, um *play boy* venezuelano, dois aristocratas alemães, irmão e irmã, um toureiro colombiano, duas estudantes *quebecoises* e eu, fomos, numa carrinha Volkswagen, ao Tafilelt. Entrámos em Marrocos por Ceuta e dirigimo-nos a Chauen. Depois fomos a Fez. Impressionou-me a Medina, com as suas vielas que se podem identificar pelos odores. Cheirava a couro cru e, um pouco mais adiante, o nosso olfacto via-se assoberbado pela fragrância das especiarias. De repente, vinham os perfumes. Ao dobrar uma esquina, tive uma visão alucinante. Havia três homens, de torso nu. Um deles era vermelho como o sangue; outro, amarelo como a gema de um ovo; outro, de um azul saturado, que me queimava as retinas. Estavam a colorear lãs em barris de tintura. E a cor que resultava tinha algo de curto-circuito paralisado. Meus olhos nunca esquecerão aquelas cores. Depois partimos para o sul. Ia alta a noite e estávamos a atravessar as estribações do Atlas. Vimos

uma luz. A alemã e eu apeámos e fomos bater à porta. Havia um cão fero atado a uma estaca. Veio abrir um homem, que envergava a sua *djillaba*. Perguntei-lhe se podíamos armar a nossa tenda no terreiro. “Com certeza!”, respondeu ele. Montámos a tenda. Passados uns minutos a família veio dar-nos as boas-vindas. Traziam uma bandeja com um serviço fumegante de chá de menta (*at tay*). O homem, a mulher, a avó, os filhos. Olharam como bebíamos, muito satisfeitos, eles e nós. Dormimos profundamente. Ao romper da alva, enrolámos a tenda. Depois chegou a hora da despedida. Voltámos a bater à porta. Atendeu-nos o dono da casa. A alemã, com o vulgar desembaraço europeu, que já não conhece nem o valor ritual dos gestos nem a distribuição culta dos espaços, amagou a entrada. O homem deteve-a, barrando-lhe o caminho com o seu braço. Havia regras. Não se podia invadir, assim como assim, a intimidade da família. Era apenas uma questão de decoro. Lá dentro estavam a mulher e as filhas. Ainda não se tinha chegado ao “Faça o favor de entrar!” que ecoa no indeciso “Ai, eu não quero incomodar!” e que deixa normalmente quem bate espedado na porta ou no vestíbulo. As pessoas, em Marrocos, definiam claramente o seu espaço próprio e os espaços que as rodeavam, porque viviam imersas numa cultura operante. Poder-se-á ou não gostar da cultura islâmica, mas o que salta aos olhos é que, mesmo num país que procura manter o fundacionalismo a uma certa distância, ela funciona. Tem a firme convicção que nós, os europeus, tínhamos na Idade Média. E a energia de que fizémos gala na expansão ultramarina, da qual eu, sempre que quiser acreditar na memória cultural, “*pars magna fui*”. A cultura islâmica penetra a prática; não é um mero pretexto de meia dúzia de intelectuais urbanos desenganados, que só ensinam a desconfiar. A cultura islâmica, em certas vertentes, tem francas vantagens. Um europeu, em Marrocos, por vezes, apesar do evidente subdesenvolvimento, sente-se humilhado, ao esbarrar com um desempenho social integrado que não encontra no seu torrão natal, bem que, aos níveis político e administrativo, a corrupção no Magrebe também seja rampante. Na nossa viagem por Marrocos, acabámos por ir parar ao Tafilelt. Acampámos em Erfoud, na orla do deserto. Lá fizémo-nos com dois guias: Abdul e Hammed. Naquela noite convidaram-nos a uma festa, na qual se celebrava um casamento berebere. Havia, numa enorme sala rectangular, uns quarenta homens, sentados em cadeiras encostadas à parede e entretidos com um cachimbo de *kif* que ia passando de mão em mão. Não eram admitidas mulheres, mas a nossa amiga Grettel, que além de ser alemã era muito encorpada, foi objecto de um tratamento deferencial. A dada altura, quando já todos estavam bastante *puestos*, entraram na sala três músicos, duas baiadeiras e um dançarino, que a mim me pareceu um eunuco. Depressa se impôs o rasguear das três cordas do *guembri*, o bater sonoro do *tbilat* e o gemido atávico do *anay*. Quando de lá saímos, tínhamos uma moca

de respeito. Volvidos dois dias, partimos para Tinerhir. Dormimos num pequeno hotel, mesmo à entrada da *gorge* de Todrha. Eu levantei-me cedo, na manhã seguinte, e, sozinho, adentrei-me no oásis. E, dessa excursão solitária, ficou-me uma imagem indelével gravada na memória. Debaixo de uma palmeira, deparei-me com um homem, de idade avançada, que empunhava o seu cachimbo. Creio que nem sequer reparou em mim, tão metido estava com os seus botões. O seu rosto irradiava uma grande serenidade. Dava a impressão de ter passado toda a vida naquele lugar, tão enraizado no solo como a palmeira que o amparava. E sempre com o cachimbo de *kif* na mão. Com certeza que não sabia o que era uma depressão ou uma neurose. Era como se despedisse uma luz feita de paz interior. E de *kif*. Voltei para o hotel, levando comigo o peso de meu indigno desequilíbrio cosmopolita. Depois perdemo-nos no labirinto de pistas que sulcam o deserto. Estávamos a morrer de sede e com bastante fome. Tivemos a sorte de esbarrar com um pequeno *ksour*. Trouxeram-nos comida. Pedacos de pão, ovos cozidos, duas latas de atum, tomates, figos. Fiquei com a impressão que estavam a tirar comida da própria boca para nos alimentar. Espantou-me tal generosidade. A única coisa que eu fazia era agradecer: *Shokran! Shokran! Shokran!* E depois em berebere: *Barraklafik! Barraklafik!* Os meus conhecimentos linguísticos não davam para mais. Ainda hoje se me faz um nó na garganta ao pensar em tanta humanidade.

Já em Marrakesh, ocorreu um episódio curioso. Depois de deambular pela praça *Djemaa El Fna*, entrámos num café, muito afrancesado. Eu pedi uma coca-cola. De repente, ao levantar os olhos, dei com três moças muito bonitas e elegantes. Não pareciam marroquinas. O *garçon* disse-me que eram judias de Casablanca. Dirigi-me a elas, com o copo de coca na mão. Uma delas envergava um vestido branco como a neve. Ao aproximar-me, escorreguei e o copo foi-se incrustar naquele vestido imaculado. Fiquei embaçado, de queixo caído, com vontade morrer. Ela, muito educada e comedida, reagiu civilmente. Imagino que a procissão ia por dentro. Que vergonha passei naquele dia!

*

Na esteira dos Gregos, procurei divorciar a ética da religião. Adoptei, como norma fundamental de comportamento, uma versão, muito simplificada, do imperativo categórico de Kant. A razão, separada da experiência empírica e da fé, poderia determinar a moralidade das acções. É, afinal de contas, o que os gregos antigos trataram de fazer, ao divorciar a ética da

religião. Há uma norma, universal e necessária, que, dado o seu carácter *a priori*, se distingue claramente de qualquer orientação contingente. Teria de agir de maneira a adequar a minha acção a uma lei universal. E de considerar as pessoas como fins, e não como meios. Devo confessar que, dada a minha fraqueza, nem sempre respeitei tais princípios, embora nunca deixasse de os ter presentes. Uma coisa é a teoria e outra, bem diferente, a prática. Procurei, depois, distinguir o sexo do amor. “*Tu es diaboli ianua*”, dissera Tertuliano da mulher. Longe de ser a porta do inferno, a mim parecia-me que a mulher era a porta do paraíso. Do paraíso contingente. Do quotidiano paraíso pós-modernista. Desfiz-me completamente da noção semítica de pecado. O homem podia cair em erros, mas o pecado era uma noção humilhante e caduca. E, com mais razão, o saboroso pecado da carne! Quem pode negar a um ser humano que, quer aos dezanove anos quer aos cinquenta, goze do privilégio de depositar as suas mãos nas dezoito primaveras de uma garota apetecível, sempre que ela estiver de acordo? É aceitável que o seu assentimento repouse tanto na afectividade como na economia. Eu não precisava para nada do detergente da água benta. Assumi então a noção helénica de *hamartia*, despojando-a do seu fatalismo trágico. Na vida não se peca: erra-se. E o erro, que não deve suscitar pecaminosidade, pode-se corrigir, com o simples auxílio da razão. É uma questão de *trial and error*. Alérgico a relações prolongadas, enveredei pelo *carpe diem* horaciano, num hedonismo dos sentidos de ascendência cirenaica. As jovens turistas, que chegavam a Sevilha aos magotes e só permaneciam uns dias na cidade, facilitavam o meu posicionamento. Eram como raios, que, depois de atravessarem o céu, se extinguíam. Eram como aqueles filmes que se veem com muito interesse e, passados uns dias, já se apagaram completamente da memória. Elas eram objectos de consumo. Eram exactamente o que nós éramos para elas. Fala-se muito da mulher-objecto. E menos do homem-objecto. A beleza do *casco antiguo* da cidade, juntamente com a inclinação a deixar-se seduzir, por ambas as partes, facilitava a sedução. Eu seduzia-as e elas seduziam-me.

O processo é automático. Temos como sede uma determinada *cafetería*, com uma bonita esplanada, na Primo de Rivera, sobranceira a um costado do Correio, defronte da Lonja e da Catedral. Achegando cadeiras, sentamo-nos sete à mesma mesa. São três e meia da tarde. Acabamos de almoçar numa tasca e de dar uma volta indolente pelo *casco antiguo*. Um cubano bonitão, criado em Venezuela, um chileno de Antofagasta, um peruano de Chiclayo, um colombiano de Cali, dois irmãos de Larache de ascendência andaluza. E eu. A cidade prepara-se para dormir a sesta. Decorridos cinco minutos, três airosas suecas, muito descontraídas, com um ar de grande disponibilidade e com muita sede, sentam-se a uma mesa próxima. Sete e três. Não estamos em maré de sexo de grupo. Cinco de nós têm de ser

eliminados. A cara ou coroa, com um grande descaro. A abordagem obedece a um modelo que, segundo as nossas contas, tem um 75% de eficácia. Na vanguarda vai Pepe Izaguirre, o cubano-venezuelano, que é bonito, simpático e educado. Tem uns olhos grandes e um sorriso que inspiram confiança. Depois vão-se incorporando os dois sobreviventes. Àquele tempo o turismo ainda não estava massificado. Os visitantes andavam à deriva, empenhados numa tarefa de descobrimento, providos como muito de um mapa rudimentar de uma cidade que conservava o seu carácter popular e castiço. Hoje em dia, completamente massificados, estão submetidos à orientação de um cicerone profissional que os guia como se tratasse de um rebanho. Eram tempos nos que se praticava o engate de rua. E de esplanada. Klaus Funke, um velho *Lebemann* alemão que na sua juventude, no Berlim dos anos 30, fora muito mulherengo, expunha-nos, num bar de Mateos Gago, toda uma teoria do *ligue callejero*, partindo do seu paralelismo com a tauromaquia. Cuando o touro sai ao *ruedo*, cheio de força e de segurança, o toureiro está a observá-lo atentamente desde o *burladero*. Tem uns segundos para saber se ele é *bizco* (vesgo), *burriciego* (de vista defeituosa), coxo ou *lunanco* (derreado de uma anca). O diagnóstico deve ser feito, com toda a exactidão, antes que o espada saia ao *ruedo* para receber o *morlaco* com o capote. Ao recebê-lo com o capote, o espada está a tenteá-lo. Tem dedos sensíveis nas volutas coríntias do capote. Depois vem o *tercio de varas*. Com os seus *puyazos*, o picador debilita o touro e fica a saber se ele é *boyante* (enérgico) ou *abantón* (receoso). E cansa-o. O *tercio de varas* é uma agressão. É preciso rebaixar o touro ao nível do homem. Empunhando a muleta, o toureiro sai depois ao *albero* e, com os pés bem aparafusados no chão, calculando a altura e a distância da investida, cita e recebe a fera, empapando-a no *engaño*, e procura templar devidamente todos os passes. *Engaño!* Engano e domínio. O *morlaco*, enganado, tem que aprender a circular no caminho que tu lhe impões. Só depois da *faena*, enquadrado devidamente o touro, entrará o espada a matar. E matar é *la hora de la verdad*. As corridas são imagens da morte. São um elogio da morte num ambiente cheio de suor, de sangue e de vida. O paralelismo cogitado por Funke resultava sobremaneira evidente. Como o toureiro, a sedução, para ele, era simultaneamente uma técnica e uma arte, sem por isso deixar de ser uma luta. Imaginemos um *ligón* (engatão) que está sentado na esplanada de um café. Aparece, ao fundo da rua, uma turista. Primeiro, o homem, na segurança do *burladero*, aprecia o seu *trapio*, a galhardia e presença da mulher, os seus atributos físicos, o brio e a graça com que se move. E deve fazer também, muito rapidamente, uma avaliação de tipo psicológico. O que é que o seu corpo em movimento lhe revela? É ela ardente, fria, intelectual, refinada, grosseira, sociável, volúvel, despótica, vaidosa, cândida, simples, sofisticada, antipática, cruel, centrada, insegura, simpática, inteligente, aborrecida,

bondosa, estúpida? Convém, para evitar embaraços, pospor o momento da abordagem, não vá ela ter um marido ou namorado que se deixou ficar para trás, entretido com os *recuerdos* de uma montra. O facto de a mulher levar um mapa na mão torna-a mais acessível, pois, de certo modo, denuncia que ela anda perdida, desorientada. Por vezes, é um SOS. Preciso de companhia! Se ela consulta avidamente todos os detalhes, medindo exactamente um mosaico do Salón de los Leones, será preciso dar uma de erudição. Pedro I, o Cruel, põe a sua cabeça numa rua da cidade. De pedra, não de carne e osso. Está ali o busto do monarca, com o ceptro na mão esquerda e a direita apoiada na empunhadura da espada. Numa das suas excursões nocturnas, D. Pedro matou um desconhecido, segundo parece um filho do Duque de Niebla. Uma velha, que se assomou à janela com o seu mandil, reconheceu o homicida. O rei tinha prometido que poria a cabeça do assassino numa rua de Sevilha. E cumpriu a promessa. E lá está a cabeça do Rei na Calle Candilejo. Não tenho agora a certeza, mas suponho que será de mármore. Não fazem ideia da importância que tal episódio pode ter às doze e meia da noite, quando se vai agarrado a uma *guiri*. Voltando ao princípio, a primeira abordagem deve ser segura. O *ligón*, como o toureiro, tem que mandar. “*O mandas tú o manda el toro*”, dizia Domingo Ortega. A mulher, no entanto, a não ser que, desde o princípio, queira colaborar plenamente, não deve dar-se conta de que está a ser levada. O “*¿Quieres ir al Alcázar o al Hospital de La Caridad?*”, que lhe permite tomar decisões, deve-se resolver no “*Vamos al Alcázar*”. Ao “*Vamos al Alcázar*” vestido de sugestão, que, embora não ganhe um tom decididamente imperativo, é bem no fundo uma ordem. “*¡Vamos al Alcázar!*”. Antes de seduzir uma mulher, há que cativá-la. Há que apoderar-se, pouco a pouco, da sua vontade, habituando-a a obedecer. Todos os relacionamentos se prestam a manipulação. Se se juntar tal e tal produto, despoleta-se, como na química, uma reacção. Há quem controla a situação e quem se deixa controlar, quem se deixa “levar”, com ou sem consciência de que se está a deixar levar. Tudo isto sem que ela realmente se aperceba de que está a ser governada por umas rédeas invisíveis. As ordens devem apresentar-se como meras insinuações amáveis. É preciso fazê-las pensar que elas estão a colaborar na tomada de decisões. O sedutor deve *templar* devidamente a sua faena. O touro é levado, na medida em que se deixa que ele continue a ser o touro, apelando sempre à sua natureza de animal bravo. É preciso que não se dê conta de que está a ser levado. Ou que até se esteja a ser levado de uma maneira tão artística, bem à maneira de Curro Romero ou Rafael de Paula, que goze com o engodo, em inconsciência plena, empapado no *engaño*. Há que ajustar-se à natureza do animal. Ser inteligente com uma mulher estúpida ou estúpido com uma mulher inteligente são abordagens que não levam muito longe. É preciso ser estupidamente inteligente. Ou talvez

inteligentemente estúpido. Se ela cai na conta de que está a ser levada, torna-se imprevisível. A beleza masculina facilita o engate, mas não é indispensável. Um homem decidido que saiba o que está fazer poderá ter mais sucesso que um homem bonito e inábil. Tanto quanto sabemos, Giacomo Casanova não foi um homem particularmente formoso. Infelizmente, um homem verdadeiramente feio não tem qualquer espécie de chance neste mister. A fealdade radical é um obstáculo insalvável. Só os desmandos patológicos a poderão redimir. É uma desgraça como outra qualquer. O engate é um encontro de duas vontades, que poderão desempenhar funções quer de entrega, quer de repulsa. Não são poucos os engates falhados. Por vezes tudo se resolve numa inadequação evidente, que se impõe com o peso de uma rocha. Infelizmente, nem todo o Quasimodo tem a sorte de despertar o interesse (meramente afectivo) de uma Esmeralda, que, se fosse compreensiva, apesar do seu amor por Phoebus de Châteaupers, bem poderia ter feito um favor ao sineiro feio e contrafeito de Notre-Dame. Pelo menos uma breve punheta, debaixo de uma abóbada gótica. E uma *fellatio* de homenagem, porra! Teria sido preciso que o homem figurasse na fotografia, cingindo a cintura de Esmeralda, com as mãos afundadas nos seus peitos. Que bem o merecia, com tanta devoção! Todavia, se Quasimodo naufragasse com Esmeralda numa ilha deserta, quase necessariamente acabaria por a possuir. Se, na ilha deserta de Robinson Crusoe tivesse aparecido a Campbell em vez de Friday, com certeza que o seu naufrágio teria sido bastante mais prazenteiro! Há, por outro lado, mulheres tão belas que parecem inacessíveis. Não é bem assim, porque, como todos os homens as acham inabordáveis, poucas vezes são requeridas. Não se deve cair no “Quem sou eu para atingir a Perfeição?”. Como é que um mortal se há de dirigir a uma deusa? Vamos tomar um copo, Afrodite?! Tendo em conta que uma mulher atraente poderá ser solicitada múltiplas vezes ao longo do seu trajecto, o homem que a seduzir deve parecer-lhe especial, diferente. Circunstancialmente diferente. Deve romper a rotina de sucessivas abordagens. O *ligón* tem que proceder a um estranhamento da identidade. Há que provocar impressões invulgares, que chamem a atenção, mas sem sair do bom-gosto. É evidente que o gosto depende do ambiente. Convém, nestas lides, ter um gosto devidamente estruturado, flexivelmente estruturado para ser capaz de assimilar ou de divergir (d)os inevitáveis modelos culturais, produzidos por uma indústria especializada na escenificação. Há que deixar-se ficar, numa atitude de criatividade divorciada da voragem das modas. Já viram a abertura dos jogos de Sochi? E onde caralho é que estará Sochi? Tenho a impressão que no Cáucaso ocidental, em Krasnaya Polyana, à beira do Mar Negro. Despertada a atenção, apesar de um que outro desvio, é preciso fixá-la. A ela, à mulher. Ela deve chegar à conclusão de que aquela é a companhia adequada. Está-se diante de um touro. Há que governar o espaço e o tempo. A

nossa presença, porque vamos passar de minha a nossa, em simbiose circunstancial, deve-se impor como algo mais ou menos necessário. Ou, pelo menos, se não indispensável, pelo menos conveniente. Uma boa noite é algo que, decididamente, tem o seu peso específico. É uma boa vida condensada. Mesmo que não se queira passar de uma diferenciação imediata, circunstancial, carente de amanhã. É um contacto directo que não exige projectos. Se uma mulher acede ao primeiro homem que se lhe acerca, quando está a entregar-se ao sexo fora do alcance do negócio, é porque esse homem contradita os ignorados princípios da probabilidade ou porque ela está muito desesperada, já que quer afogar no corpo o seu último sismo psíquico. Ou porque está desmotivada. Vai de uma coisa a outra, placidamente, como uma borboleta ou uma mosca. Tanto se pousa no açúcar como nas fezes. Mas agora estamos a falar de açúcar. E de canela. Canela *en rama*. Há cidades, como Granada, Sevilha, Florença e Siena, que são verdadeiras categorias estéticas. No tocante a Sevilha, dou a palavra a Tirso de Molina:

“*Mas, llegándola a habitar,
Es, por lo mucho que alcanza
Corta, cualquier alabanza
Que a Sevilla queráis dar*”.

O sedutor avisado deve pôr a beleza da cidade ao serviço dos seus desígnios. A moça há de dormir tanto com a cidade como com ele. Há engatatóes que só se dão bem com o contexto local. Há *trianeros*, *ligones* muito ocorrentes e azougados na Calle Bétis, que, se são postos de repente em Chelsea ou em Manhattan, distanciados do seu biótopo, nem sequer são capazes de meter conversa com uma mulher. O limoeiro nem vinga nem dá os seus frutos em Cumberland. O sedutor ecuménico, muito raro, há de se fazer rapidamente com o *local knowledge*. Tem que ter algo de Clifford Geertz. Deve ler a parábola das lutas de galos balineses. Sangue, suor e pó. O momento ideal, no Barrio de Santa Cruz, é o anoitecer, quando a escuridão que se abate sobre a cidade ainda está tingida de luz. Imaginemos que o sedutor “levanta” uma *guiiri* (o termo é uma corrupção de *girl* e designa todas e todos os turistas) às nove da noite, no Paseo Catalina de Ribera. A 11 de julho de 1952, às três da tarde, quando a canícula despovoava as ruas da cidade, três indivíduos coseram a punhaladas duas mulheres que tinham um estanco na Menéndez y Pelayo, diante do olhar pasmado de dois cães vadios. Houve quem falasse de velhos rancores herdados da Guerra Civil. Identificados e presos, um deles, submetido a tortura, acabou por confessar. Os réus foram ajustiçados na cadeia de Ranilla, submetidos a *garrote vil*. Nunca se chegou a saber se eram

verdadeiramente culpados ou se apenas serviram como cabeças-de-turco. Um deles, conhecido como o Tarta, pela sua tartamudez, deu o seu nome a uma fonte que está encostada ao muro do Alcázar. É uma fonte bonita, triste e solitária. Alterando a história, para a tornar mais interessante, eu vendia às turistas, quando elas não eram muito impressionáveis, a versão de que, no aniversário do crime, todos os 11 de julho, a água cristalina da Fuente del Tarta, onde o assassino tinha ido lavar a sua navalha depois do crime, ganhava uma coloração sanguínea. Não sei se inventei tal enredo ou se alguém mo transmitiu. O que é certo é que a meio da noite, aquela alemã rotunda, no meio de uma queca, queria voltar, muito mórbida, à fonte do Tarta para ver se lá havia sangue. Fica explicado o síndrome de Auschwitz. E até o de Treblinka. Cheguei a pensar em comprar um colorante, para a satisfazer. Depois, muito alheio à verdade da lenda, compunha, extravasando a tradição, histórias *ad hoc* para a Calle Susona, para a Calle Pimienta e para a Calle de la Muerte, acentuando, segundo o carácter da minha acompanhante eventual, o seu carácter trágico ou melodramático. Era ali que começavam os apertões e *achuchones*, muito comedidos e clinicamente fortuitos e eficazes. Roçar-lhe um peito nos apertões da viela, sem fazer nada por isso, com uma grande cara-de-pau, enquanto a girândola da Giralda se manifestava em toda a sua presença incontestável. Santa Cruz, então, era um teatro de peças continuamente renovadas. Tanto chegava a francesa refinada, professora de matemática em Angers, disposta a sucumbir ao encanto dos instintos, recuperando-os da sua desgastada continuidade monótona, como a *hippie* desmazelada de San Francisco ou a advogada eficiente de Nova Iorque. Havia que descarregar estímulos que fecundassem comportamentos previstos. Havia que domesticar a surpresa. A lenda da Calle de la Pimienta, inventada por mim, em versão livre, era muito eficaz. A bela Raquel era filha de Abraão. Pela rua passava, todas as manhãs, um jovem cavaleiro cristão. Os seus olhos encontraram-se. Apercebeu-se do enredo o velho Abraão. Pegou num grão de pimenta e semeou-o num vaso, que pôs no peitoral do quarto da filha. O grão cresceu tanto e tão rapidamente que, no espaço de umas semanas, acabou por cobrir completamente o vão da janela. Raquel já não via seu airoso cristão, no fundo da rua, muito empertigado, com a mão direita a acariciar o punho da adaga. E a moça começou a definhar. E morreu de tristeza. A história mexia com a sensibilidade da minha eventual parceira. Na desbragada poesia dos tempos de Carlos II, na Inglaterra seiscentista, *to die* era sinónimo de vir-se. A mulher prática e pragmática, enleada no dia a dia dos cálculos e dos balanços, das receitas e das despesas, dos *meetings* e das consultas, deixava-se levar pelo romance quimérico; a culta e sensível complicava ainda mais a confusão dos seus circuitos frustrados, sumidos na desordem. De repente, encontravam uma imagem compacta. E era eu o produtor e encenador daquele

mecanismo de evasão. Ali ninguém se enamorava, porque tudo era irreal. “*I’ve always worked with lawyers*”, disse-me uma trintona de Chicago, muito bem parecida, resgatada da sua monotonia existencial. De repente, aquela mulher maquinal e meticulosa, prisioneira de um horário e de uma agenda, via-se transformada em protagonista de uma opereta. Deixava-se conduzir, de surpresa em surpresa, dado o seu completo desconhecimento do código. Podia-se afeiçoar como quem amassa farinha. Ela estava a realizar o estereótipo: a entrega incondicional ao *latin lover* debaixo da lua do Sul. Viviam-se amores virtuais. Deixava-se a realidade sólita do dia a dia para entrar em universos imaginários, muito esteticamente sensuais. Podia-se revelar às mais inteligentes, debaixo da estátua de don Juan Tenorio, depois de lhes ter contado a história do sedutor de Sevilha, citando Tirso de Molina, qual era a lógica irreversível da situação, transformando o sexo num jogo esteticamente sublimado. Com a lua a filtrar-se pela folhagem da laranjeira, à sombra da Giralda, na Plaza de Santa Marta, não se podiam estabelecer relações sérias. E quem é que queria relações sérias? Para isso já tínhamos a noiva formal, com a mamá e os consabidos acepipes. Quando, ao sair do Patio de Banderas, depois de atravessar a Judería, se nos deparava, muito a propósito, a sólida verticalidade etereamente fálica da Giralda, “molde en engaste azul, torre sin mella, / palma de arquitectura sin semilla”, a beleza da cidade já tinha coroado eficazmente o processo de sedução. Já podia pegar espontaneamente na turista pela cintura, roçar-me no calor de seus seios, acariciar com as mãos o seu corpo complacente. Da visão, com que se iniciou o processo, já se está a passar ao tacto. Só os *voyeurs* se deixam ficar no ver. Grande parte da beleza do sexo está nos seus preâmbulos. Depois é só deixar que elas tombassem, como fruta madura, no colchão de pétalas da cidade. Há um momento em que se começa a elaborar um *emplotment*. É preciso transformar a história em *récit*. Há um momento em que ela (estou a falar agora da mulher) cheira a jazmim e a tinto, a suor e a perfume, a limão e a aguardente. E, pouco a pouco, minhas mãos iam-lhe calibrando os sentidos. Algumas, aparentemente comedidas, abriam-se, de repente, como um botão de rosa; outras, muito espontâneas e extrovertidas, denunciavam abertamente o desejo. Outras tornavam-se problemas complicados, que se resolviam, numa entrega ardente, quando se sabia como desmontá-los morosamente. A cidade, com a sua beleza ambiente, encarregava-se de sentimentalizar o sexo. Não é que a sentimentalização resulte imprescindível, mas é com frequência conveniente convocá-la. Sevilha, bem utilizada, é um instrumento de sublimação estética da sexualidade. Há uma tendência, provavelmente infundamentada, para justificar a prática sexual com o sentimento. O sexo valerá mais se tiver um sustentáculo espiritual. Na vida quotidiana, entre outras coisas, trabalha-se na confiança. Tem que haver uma confiança mútua

nas relações. O *ligue*, diferentemente, parte da desconfiança. A mulher sabe que se está a envolver, circunstancialmente, com alguém de quem realmente pode e deve desconfiar. Com um desconhecido. Com alguém que acaba de (des)conhecer. Se se enganar na escolha, poderá até ficar sem carteira. É preferível a confiança sensata à desconfiança criativa? Elas, mesmo desconfiadas, queriam viver confiadamente o seu romance. E os romances são enredos promovidos, não poucas vezes, por pessoas das quais se deve desconfiar. Quando há confiança, deixa de haver romance, porque o romance é dúvida, aventura, atracção, suspeição e incerteza. Os enredos excessivamente românticos podem até chegar a perverter os costumes. Nós, diferentemente, procurávamos ilustrar o desenrolar penoso do dia a dia, fugindo da quotidianidade previsível, sublimada agora pela intervenção do idílio lascivo. Às vezes viviam-se romances pletóricos em três ou quatro dias. Noites intensas, cheias de comunicação, agarrados uns aos outros como a salva-vidas. Corpos que se ofereciam aos olhos e ao tacto, numa entrega incondicional, feita de agoras, que dispensava ilusões e promessas. Dias cheios de luz, de sorrisos, de Rioja. Era preciso dizer e fazer muito em muito pouco tempo, dada a fugacidade do contacto. Ou fazer muito e não dizer quase nada. O que havia a fazer, quase sempre, era beber. Por vezes, em momentos de energia pura, tinha-se a sensação de ter deixado o avião a meio da descolagem, em suicídio afectivo, abortado o *take off*. Tinha-se estrangulado a relação quando ela nascia, quando se preparava para levantar voo. Relações ascendentes, verticalmente projectadas e realizáveis, com o seu quê de desgarramento íntimo, ficavam abafadas, abortadas, como os ensaios frustrados de foguetes de Cape Canaveral, em Brevard County, Florida. Tínhamos que renunciar ao que nos apetecia prolongar. Aconteceu poucas vezes, mas em mais de uma ocasião tive que me livrar de uma apetecível âncora. Do desejo de ficar agarrado àquela mulher, como a lapa se agarra ao rochedo. E da mágoa de a ter na memória, sem saber onde pára, convocando-a uma e outra vez. Encontravas a mulher, fonte de desassossego, que tu, em pleno uso das tuas faculdades, devias evitar. Nenhum homem digno deve permitir-se o luxo de perder mais tempo com outro ser humano que consigo mesmo. As mulheres que exigem uma atenção excessiva são indesejáveis. Com a vantagem de que, naquelas circunstâncias, o destino das turistas móveis e calendarizadas já estava inexoravelmente traçado. Ainda podias livrar-te delas. E elas de ti.

As mulheres mais ardentes eram as alemãs. As americanas eram as que se davam mais facilmente. “*Boys and girls in America have such a sad time together; sophistication demands that they submit to sex immediately, without proper preliminary talk*”, escreveu, em 1947, Jack Kerouak. Era relativamente fácil meter uma americana na cama depois de quinze minutos de conversa fiada. Era uma saída que sempre tinha o seu quê de natural. O que é que

podiam fazer um homem e uma mulher jovens, ou duas mulheres ou dois homens nas mesmas circunstâncias, à parte de procurarem o calor um do outro? Não havia muitas alternativas. Uma delas era o álcool. E outra, a droga. Mas, como primeira opção, ninguém queria as americanas — não falo dos exemplares aristocráticos de Nova Inglaterra criados *in vitro*, das meninas de *Mount Holyoke*, *Barnard*, *Bryn Mawr* ou *Smith* —, porque eram muito estúpidas e tinham pernas da grossura de troncos e uns rabos enormes, do tamanho de ecrãs de televisão de vinte polegadas. Talvez, contraditando a opinião do escritor beatnik, o excesso de acessibilidade de que faziam gala encontrasse a sua razão de ser numa total falta de sofisticação. Como os americanos têm uma certa dificuldade em falar, optam pela fornicação, iniciativa que me parece suficientemente justificada e legítima. Os latino-americanos, mais joviais, falam, cantam e curtem. Os americanos, muito pragmáticos, são, de uma maneira geral, pouco imaginativos. Só estão orientados para a prática, que muito bem pode ser a prática sexual. Têm de estar sempre a fazer qualquer coisa. Coisas do pragmatismo. Daí os seus imaculados jardins suburbanos, sempre muito trabalhados, e a obsessão com o DIY. Nós só acudíamos às americanas quando não havia outra coisa. Algumas faziam uns *blow jobs* muito perfeitos, depois de os ter ensaiado com dúzias de cowboys numa tediosa cidade do Texas, já perto do Rio Grande. Eram o nosso *pañõ de lágrimas*. Pouca sofisticação e muito boa vontade. E aquela encenação judaico-mourisca, com a imponente afirmação anacronicamente cristã da Catedral, com todas as suas sugestões fálicas subliminais, deixava-as embasbacadas. Chegava o momento em que obedeciam com a entrega de um cinzeiro que se deixa levantar da mesa. E, durante umas horas, eram mais felizes que um polvo numa banheira cheia de água. As inglesas eram diferentes. Às inglesas era preciso dar-lhes conversa. Ou álcool. O álcool era sempre mais rápido. E mais eficiente. As filhas da mãe gostam mesmo do *booze*! O engate sofisticado, nas Ilhas Britânicas, requer muita verbalização. As inglesas e os ingleses gostam muito de jogar com palavras, numa língua infectada de nuances e de *puns*. Façam o favor de não serem mal intencionados! A mulher do Trópico também tem uma predisposição imediata para a actividade sexual. Mesmo quando não aceita a proposta que lhe acabas de fazer, acha-a plenamente natural. Não importa que tenhas oitenta anos. Tú sempre és um homem. A mulher do Trópico leva o sexo como chapéu e como *montera*. Pensa em ti como objecto sexual muito antes que tu o faças. E, muito diferente da mulher europeia defeitista, nada faz por salientar os teus defeitos. Ou *shortcomings*, como dizem os ingleses. Quando um homem e uma mulher jovens se encontram, em Chicago ou em *Tierra Caliente*, são muito poucas as maneiras de resolver a situação. As sul-americanas e *caribeñas* são sumamente acessíveis. Estão tropicalizadas. E o

Trópico é uma grande máquina de sensualização. E da conseguinte entrega. É um acelerador de sensações. Mas a *caribeña*, principalmente a *portorra*, é muito ordinária. Exige a vulgaridade. Convém usar uma certa dose de humor *macarra* com ela. É ao que está habituada. A cubana é muito mais fina e, dentro do seu explosivo sentido do humor, mais comedida. Pode atingir o nível de vulgaridade da *portorra*, mas normalmente é mais precavida e sofisticada. Lembro-me de assistir, em South Harlem, a um episódio curioso. Iam duas garotas do braço. À sua frente, um magote de rapazes vociferantes e agressivos, metidos nos copos, a dar pontapés em tudo o que viam. Um deles, de repente, dá um grande peido. Uma verdadeira obra de arte! Uma das garotas, volve a cabeça e grita: “¡Ya te cagaste!”. Há vulgaridade a mais nesta *portorra*, para o meu gosto. O andaluz teria dito, servindo-se de uma metáfora complicada: “*Chiquillo, ¿que se te han estropeado los muelles!*”. A merda tem uma presença excessiva. A gente civilizada não apresenta a merda, não enche a boca de merda. Insinua-a. A não ser, claro está, na excursão quotidiana à sanita, convenientemente desodorizada, no melhor dos casos.

As argentinas, que nos visitavam no inverno, que lá é o verão, eram umas mulheres magníficas, embora, sobretudo quando eram *porteñas*, fossem muito pedantes. Sabiam de tudo. Queriam-te explicar a Giralda em tua própria casa. Também vinham de Corrientes ou de Jujuy. Eram animais sãos, bem alimentados. Bom, as de Jujuy algo menos. Com tantos assados, com tanto *locro* e tantas *empanadas*, as que podiam comer melhor tinham casta e poderio. Eram prodígios de potência. E ainda por cima respiravam tango. Quando aparecia uma *mina* de Rosario, a cidade situada na margem ocidental do Paraná, a uns 300 kilómetros de Buenos Aires, a todos nos crescia água na boca. Diz-se que, juntamente com as colombianas de Cali e de Medellín, para não falar das americanas de ascendência germânica e escandinava de DesMoines, IA, são as mulheres mais bonitas do continente americano. Por vezes, passava-se um fim de semana com uma categoria estética. Nascida em Medellín, 23 anos, bisavôs bascos. Dois por cento de sangue negro e cinco por cento de sangue índio. A pele era de um moreno mediterrânico, mas mais acobreado. Despedia, ao longe, um fulgor de bronze pulido. Os olhos eram negros, grandes, minados pelo ardor e pela malícia. Eram momentos privilegiados, no quais se podia abraçar a beleza em toda a sua carnalidade. Depois havia uma que outra japonesa, sempre muito delicada, mas imprevisível. Mestre no *origami*, fazia delicados pássaros com papéis de rebuçados Sugus. E depois oferecia-os, como provas silenciosas de amor, que não precisavam de verbalização.

Uma tarde de primavera, na Plaza de Doña Elvira, meti conversa com uma magiar. A primeira coisa que me surpreendeu foi a sua beleza. Era uma mulher bonita dos pés à cabeça. Não havia nada nela que sobrasse. Nem que faltasse. Tanta beleza, em vez de espicaçar o desejo, levava à contemplação. À *theoria*. E ela tinha, no rosto graciosamente perfeito, uns olhos insidiosos, muito verdes e rasgados. Não havia nenhum ângulo que a desfavorecesse. E, no meio de tanta opulência, um sorriso ingénuo de criança, malicioso umas vezes, outras tímido e recatado. *Bocatta di cardinale*, sem sombra de dúvida. Digna de ser cultivada por um *connoisseur*. Era um modelo estético. Era a universalização do *concretum*. Uma categoria a colonizar. Com este tipo privilegiado de mulher chega-se a estabelecer um interesse verdadeiramente teórico. E caprichosamente estético. Mas como gozar de tal plenitude? Acontecia que, além da sua remota e impenetrável língua natal, ela só sabia falar russo. Apesar de ela andar com um dicionário de húngaro-espanhol, a comunicação tornava-se muito difícil, no meio de toda aquela confusão de sucessivas consoantes inesperadas. Mas, com compreensão ou sem ela, a mulher estava tão boa que até dava vertigem. O seu corpo fulgurava diante de mim como uma ideia platónica muito sensualizada, bem à maneira de Walter Pater. Iria eu, naquela noite, possuir a Verdade? “For art comes to you, proposing frankly to give nothing but the highest quality to your moments, as they pass, and simply for those moments’ sake”. Tinha de estetizar o momento, dando-lhe a qualidade mais alta, tratando de nele desfrutar da Ideia. Nada de projecções. O passado e o futuro são meros fantasmas.

Ela estava a pernoitar em casa de um amigo de seu pai que o homem tinha conhecido algures num congresso. Estava comprometida com ele para jantar. Combinámos, depois de dez minutos de difícil conversa, encontrar-nos no dia seguinte, depois do almoço, e partir então para Córdova. Ela acedeu logo à minha proposta, algo extemporânea, o que me fez cair no optimismo no que dizia respeito ao desenvolvimento e consumação do processo. Ao dia seguinte, depois do almoço, ela apareceu, muito atrasada, num *coche de caballos*. Queria-se despedir da cidade numa carruagem, como uma imperatriz austro-húngara. Eu, no Paseo Colón, muito submisso, sentado no coche jingão, admirava-a. Olhava para ela com quem contempla uma estátua canónica num museu. Eu queria gozar esteticamente da sua presença. Ao passar pela Torre del Oro tinha os olhos nela e não na torre. Olhava-a, dos pés à cabeça, pasmado. O seus tornozelos, os seus joelhos, as suas mãos. Interessava-me mais a ideia do seu corpo que o seu corpo real de carne e osso, que era excessivo. O comboio, cheio como um ovo, devolveu-me à realidade. Ela lá arranjou um assento, mas eu fiquei de pé, no corredor,

resguardado na distância. Ela não olhava particularmente para mim. Quando o fazia, fitava-me com o mesmo olhar neutro que depositava nas coisas. Chegados à cidade da Mesquita, ensaiei todos os recursos que me ocorreram para a atrair. Submeti-a a um tratamento intensivo de sangria. Depois, já que a sangria não resultava, passei a bebidas mais fortes. Eu estava a ficar zuco, mas ela, habituada à *palinka*, absorvia todo o álcool que lhe dessem como uma verdadeira esponja. Era, penso eu, coisa da sua carga genética. Devia ter o sangue diluído em *palinka*. E a beleza desconhecida da cidade, que eu não era capaz de controlar, não ajudava a criar laços de intimidade. Ela, embora caminhasse à minha beira, andava embrulhada na distância. Nenhum dos seus gestos se mostrava inclinado à comunicação. Tínhamos entabulado uma conversa de janela, numa rua estreita, por cima dos cabos dos telefones. O seu interlocutor estava longe, no outro lado da rua. Era a sua uma presença ausente. Havia nela uma activação de mecanismos de defesa que eu não entendia. Ou de indiferença. Ela não se revelava. Estava ali, diante de mim, como um belo muro de carne opaca que eu não era capaz de transpor. Nem de penetrar. E eu sabia lidar melhor com a rejeição que com a indiferença. Não era uma americana ingénua, com a sua generosidade imediata na entrega. Primeiro seria preciso ganhar a sua confiança. Ela não queria entregar-se a um relacionamento breve. Pelo menos breve no tempo abstracto marcado pelo relógio e pelo calendário, se não na intensidade. Essa era, pelo menos, a minha interpretação da sua atitude. Em meia dúzia de horas tinha de ser cortejada, em redução brutal de um processo demorado. E eu já não tinha tempo para a ganhar. Tecnicamente, sentia-me muito frustrado. Não tinha sabido resolver o problema. Era uma casa fechada a sete chaves, com as janelas protegidas por reixas. À volta das onze e meia da noite, começámos a procurar um hotel. Estavam todos lotados. Acabámos por encontrar um quarto no rés-do-chão do *Cuatro Naciones*. Tinha duas camas. Tomei um chuveiro e, completamente nu, meti-me num dos leitos. Uns minutos mais tarde, ela saiu da casa de banho, com um pijama meio transparente que deixava adivinhar todas as sinuosidades do seu corpo magnífico, e foi-se deitar na outra cama. Deixou-me prostrado. Apagámos a luz. Eu, na minha frustração, não era capaz de conciliar o sono. Aqueles olhos verdes tinham-se afastado de mim. Aquele corpo tinha fugido ao trajecto dos meus braços. Sentia-me enganado. E tantalizado. Ela estava ali, a uns metros de distância. Eu ouvia-a respirar. Tão perto e tão longe! O tiro tinha-me saído pela culatra. Pensei em levantar-me e abordá-la. Quem sabe se ela não se abria, como uma flor. Mas fiquei paralisado na minha cama. Ela tinha confiado num desconhecido, empreendendo com ele uma viagem depois de dez minutos de conversa. Eu, mesmo tendo a sensação, a certeza de que algo muito forte se tinha aberto entre nós, não queria defraudar a sua boa-fé, embora as garras do desejo me dilacerassem as

entranhas. E, no meio daquela indecisão conturbada, acabei por adormecer. Quando acordei, à volta das oito, ela, já vestida, compunha a sua mala. Saímos. Eu já não reparava na sua beleza. Andávamos, lado a lado, de mãos dadas, numa inocência própria de dois adolescentes.

Às quatro da tarde despedimo-nos na estação, antes de abordar comboios desencontrados. Ela agarrou-se a mim e beijou-me com um fervor inédito, carregado de desejo. Doroteia chorava como uma Madalena e eu tinha os olhos marejados de lágrimas. E entre soluços, disse-me: “Vem comigo para Madrid”. Disse-lhe que não podia, que tinha que trabalhar no dia seguinte. Éramos praticamente dois desconhecidos, mas tínhamos encaixado um no outro como a unha na carne. Creio que nem eu nem ela jamais havíamos sentido uma atracção tão forte. Pelo que me diz respeito, nunca voltei a experimentar algo tão intenso. Mas as circunstâncias e os nossos diferentes projectos de vida separavam-nos. Tinha-nos unido o azar, não o destino. E talvez o amor. Não sei. Já não me lembro. Tudo isto aconteceu há mais de quarenta anos. Quando nos despedimos, na estação de Córdova, antes de abordar dois comboios que iam em sentido contrário, estávamos despedaçados por dentro. Passados uns meses, chegou-me um postal escrito num castelhano perfeito, numa língua que ela tinha aprendido a marchas forçadas. Pedia-me que a fosse ver a Budapeste. Eu tive medo e não lhe respondi. Prolongar tal relação era uma aposta muito arriscada. Sempre tinha ouvido dizer que os húngaros estão enraizados na sua terra. E eu não me me imaginava a viver permanentemente na Hungria. Às vezes, impensadamente, quarenta anos depois do nosso breve encontro, vêm-me à cabeça aquelas horas de angustiante felicidade. Em 2015 fui a Budapeste pela primeira vez. Não a procurei. A moça que eu conhecera seria agora uma avózinha de quase setenta anos. Mas, ao caminhar pela imponente avenida Andrassy, tinha a impressão dolorida de que de repente iria esbarrar com ela, com a jovem que eu conhecera a meados dos 60. Lembro-me perfeitamente dela. Chamava-se Doroteia Zváros. Se alguma vez me apaixonei, dever ter sido quando a encontrei na sevilhana Plaza de Doña Elvira. E eu, que pouco tenho de sentimental, sinto uma navalha etérea a rasgar-me o peito quando a sua imagem, inopinadamente, me vem à cabeça. E sinto-me culpável e defraudado por ter deixado o verdadeiro amor passar à minha frente sem ter estendido a mão para o colher. E invade-me então a triste consciência da irreversibilidade do tempo.

*

Nada queria eu saber de relacionamentos afectivos prolongados. Nem de compromissos políticos. Nunca me passou pela cabeça militar num partido. Nem integrar-me

numa instituição. O Estado, mesmo quando tem pendor democrático, acaba sempre por tratar as pessoas como coisas. Na sociedade pós-humanista, a pessoa está completamente reificada. É um dado, um número, uma função. O comportamento da população vê-se condicionado pelos *mass media*, pelas indústrias do lazer, pelo consumismo. Por outro lado, o matrimónio, com a sua promessa de plenitude existencial — foram para sempre felizes e comeram muitas perdizes —, parecia-me uma convenção deplorável. Há certo tipo de dependências que são decididamente malsãs, ao transformarem os sentimentos em hábitos. O ser humano, a não ser que opte pelo suicídio, tem de viver sempre acompanhado pela sua própria estupidez, mas nada o obriga a conviver, “até que a morte nos separe”, com a estupidez alheia. Não poucas vezes, o matrimónio entorpece e amolece o homem. Afundado no conforto e na felicidade, torna-se molengão e previsível, acabando por tombar numa anestesia afectiva que o leva a antepor a plácida rotina quotidiana a qualquer outro objecto existencial, incluindo a sua mulher. A paixão, ao transformar-se num sentimento doméstico, descaracteriza-se. Tudo isto quando a paixão existe, porque, bem vistas as coisas, se só se casassem aqueles que verdadeiramente se enamoram a maior parte das pessoas permaneceriam solteiras. O casamento teria de repousar num contrato, com data de extinção, embora susceptível de renovação, sempre que as partes intervenientes estivessem de acordo. Caso-me por três anos, e depois, atendendo às circunstâncias, renovo ou deixo por renovar o convénio, que se extinguirá automaticamente se eu não optar pela prorrogação. As coisas vão mais ou menos. Vamos então prolongar, já que não o podemos verdadeiramente renovar, por mais três anos tal estado de coisas. As pessoas são opacas. Não nos conhecendo realmente a nós mesmos, como poderemos compreender as outras pessoas? E, não as conhecendo, como poderemos comprometer-nos com elas numa situação perdurável *in praesentia*. O *Verstehen* anda sobrevalorizado. “Repudiei sempre que me compreendessem. Ser compreendido é prostituir-se”, escreveu algures o pessoano Bernardo Soares. Um filho ou um pai são do nosso sangue, mas a mulher não nos é nada. É sempre um acidente. E, como todos os acidentes, é contingente. Só a força de vontade e a disciplina conseguem que perdure um relacionamento afectivo entre um homem e uma mulher. Ou entre um homem e outro homem. Ou entre uma mulher e outra mulher. Ou até entre uma mulher e um touro, como já quis Pasyphae. Todos somos estranhos uns aos outros. A novidade do outro dilui-se, com o decorrer do tempo, transformada em hábito. Em hábito prazenteiro, por vezes, mas em hábito. O hábito envolve a previsibilidade. E a previsibilidade confere uma certa segurança. Há alguém, uma pessoa que poderás amar ou deixar de amar, mas que, decididamente, te merece toda a confiança. Está à tua espera, firmemente plantada. Não vai fugir com a tua carteira depois de uma rapidinha

num motel. Bem vistas as coisas, todos os casamentos são uma consequência séria de um engate frívolo. Eu tratava de descobrir, mas não pretendia colonizar. Dava, sempre que assim o queria, uma cativante versão pessoal. Era com certeza o influxo do ADN de meu pai. Aborrecia a sedentariedade. Eu havia de ser sempre um egoísta, mas um egoísta inactivo. Vinha-me com frequência à memória o “Aplica-te, rapaz, que tens que vencer na vida!” de Augusto Meneses. Na vida não vence nem o Zé-dos-anzóis nem Napoleão. Napoleão ficará na história, mas quando o sol sobreaquecer, daqui a uns bons milhões de anos, a terra, calcinada, extinguir-se-á. E já não haverá ninguém que possa narrar a história de Napoleão. Tudo isto se, muito antes, não vier um asteroide caprichoso esbarrar outra vez com o nosso reles planeta. Eu tinha uma noção nítida da minha insignificância. E da insignificância dos outros. E da mesquinhez da vida, governada pelo azar objectivo e por convenções arbitrárias. “*On s’éveille, on se lève, on s’habille, et on sort; / On rentre, on dine, on soupe, on se couche, on dort*”, escreveu o *chevalier* De Piis. Não assumi, portanto, nem ambições nem propósitos. Eu queria ser mais espectador desinteressado que actor. Um dia vieram-me parar às mãos os escritos de Schopenhauer. Aquela coisa da Vontade (*Wille*) disteleológica, que governa energeticamente um mundo cego e irresponsável que não sabe aonde vai, pareceu-me uma explicação plausível. O ser humano, na sua precariedade, não se pode realizar. A nossa contingência impede qualquer tipo de realização válida. Mesmo sabendo que estava longe de ser um grande criador, refugiei-me então na arte, que afinal de contas era um dos mecanismos de evasão preconizados por Schopenhauer. Todas as noites, quando chegava a casa, fumava o meu charro e escrevia um poema. E eu era um poeta muito medíocre. Pelo menos tão medíocre como quase todos os outros. Não tinha nada da precisão sugestiva do cânone clássico. Tinha verborreia a mais. Fui-me tornando um leitor compulsivo. A literatura divertia-me mais que a realidade. Procurei, no entanto, desenvolver critérios qualitativos de selecção. Tendo-me negado a ler literatura de evasão, emaranhei-me nos universos de Cervantes, de Dostoievski, de Flaubert, de Faulkner, de Joyce, de Proust. Só me sentia bem com os *heavyweights*. O *boom* da narrativa latino-americana dos anos 60 revelou-me os escritos de Gabo García Márques, de Julio Cortázar, de Mario Benedetti, de Roberto Arlt, de Macedonio Fernández, de Leopoldo Marichal, de Adolfo Bioy Casares, de Ernesto Sabato, de Juan Rulfo, de Antonio Di Benedetto, de Mario Vargas Llosa, de Manuel Mujica, de Alejo Carpentier, de José Donoso, de Augusto Roa Bastos, de Carlos Fuentes, de José Lezama Lima, de Augusto Monterroso, de Demetrio Aguilera-Malta, de Cabrera Infante que iam muito além do que a Península estava então a render. Pasmava-me que alguns escritores mais que modestos, quer em Espanha, quer na Póvoa, tivessem assumido o estatuto de ídolos. Não

tinham nada que contar. E não eram modernos no contar, fiéis a receitas tradicionais obsoletas. “A falta de pan, buenas son tortas”, dizem os espanhóis. Quem não tem cão, caça com gato. Passávamos tardes intermináveis, defronte de uma sucessão de cervejas, a discutir os méritos relativos de cada um destes autores. Eu torcia decididamente por Cortázar. Outros eram adictos de García Márquez. Havia também muitos vargasllosistas. Vargas Llosa, quando era jovem, foi um grande escritor. Depois, quando começou a ganhar prémios e fama, degenerou. Saíamos, muito aquecidos pelo álcool, e íamos fumar o nosso inevitável *porro* na Plaza de Doña Elvira, onde o *surtidor* compunha a sua permanente sinfonia de água. Reuníamo-nos, outras vezes, no bar de Agapito, na Plaza de los Venerables, que era o nosso quartel-general. Ficávamos ali, horas a fio, a beber copos de *manzanilla* e a saborear tapas de presunto, de queijo e de *morcón*. O local era frequentado por alguns tipos curiosos. Por vezes aparecia o Hércules del Pumarejo. Era um tipo enorme, um verdadeiro armário, que se dedicara ao boxe na sua juventude e chegou a disputar o campeonato de Espanha dos pesos pesados. Andava quase sempre com o seu agente, Martín Carriazo, um indivíduo pequenino e insignificante que tinha muito dinheiro. Alguém, ao vê-los juntos, baptizou-os com o nome de *La una y media*, aludindo à disparidade existente entre o tamanho dos ponteiros do relógio. Bebia umas cervejas connosco e depois dizia:

— *Bueno, tengo que ir a ver a mis niñas.*

As *niñas* eram umas cróias que ele tinha a trabalhar na Alameda. Naquele tempo, em Sevilha, havia quem lhes chamasse *taxis*. Hércules voltava, passada uma hora, e sentava-se a contar um molho de notas. Depois convidava todos os circunstantes a uma *ronda*. Recordo uma cena que teve lugar numa tarde de primavera. Tínhamos metido conversa com umas francesinhas, muito bonitas e delicadas. Estávamos sentados numa *glorieta* dos Jardines de Murillo, a trocar impressões. Hércules apareceu e sentou-se connosco. A certa altura pegou numa das miúdas pela cintura e, levantando-a só com uma mão, como se fosse uma pena, depositou-a no outro lado do banco. Nunca esquecerei a expressão atónita que se abriu no rosto da garota. “Qual será o amor bastante / De ninfa, que sustente o dum Gigante?” Também me vem à memória outro episódio. Martín Carriazo, para dar as suas voltinhas na cidade, servia-se de um Citroën 2CV. Uma tarde, quando, acompanhado por Hércules, circulava na Avenida del Cid, foi surpreendido por uma manobra perigosa de um carro desportivo. Hércules estendeu o braço pela janela e, com os dedos, desenhou no ar a figura de uns cornos. O conductor do desportivo, muito chulo, acelerou, atravessou o bólido diante do dois cavalos e, muito lançado, aproximou-se. E então Hércules começou a sair do carro.

Primeiro uma perna, depois a outra, depois um braço, depois o outro, por fim o tronco. Ao ver diante de si aquela mole, o homem não sabia onde meter-se. E Hércules:

— *¿Y si ahora yo te diera una bofetada?*

O homem, muito encolhido, vinha-se abaixo:

— *¡Pues me la dabas!*

É preciso ter muito cuidado com essa coisa da *road rage*.

Havia outro tipo muito caricato, que conhecíamos como Isidoro *el Loco*. Tinha nascido na Calle Regina, detrás do mercado de La Encarnación. Contavam-se dele alguns episódios grotescos. Nos anos 50, nas longas noites de inverno, as famílias tradicionais, depois de jantar, rezavam o terço à volta da *camilla*. Isidoro andava então pelos doze anos. Uma noite, quando a mãe, o pai, as irmãs, a avó e uma tia viúva, que morava com eles, debitavam as suas ave-marias, ao calor do braseiro, a mesa começou a tremer, como num terramoto. De repente, o pai ergue-se e manda um grande estalo em Isidoro. O sacana estava, no meio das orações, a bater uma soberana punheta

Muitos dos meus amigos eram estrangeiros. Havia uma série de sul-americanos que estudavam na universidade, quase todos medicina. Vinham preferentemente da Colômbia, da Venezuela e do Peru. Comecei a dar-me com eles. Tinham a cabeça mais aberta que os espanhóis de então.

Conheci um tipo de Detroit, Rob Sledge, que me levou a uma colónia hippie que se tinha estabelecido numa aldeia remota da Sierra de Aracena, constituída por uns cinquenta elementos, com um predomínio manifesto de mulheres. Ajudavam os camponeses nos trabalhos do campo e tratavam de os alfabetizar. Os acasalamentos permanentes estavam proibidos. Os homens não podiam dormir mais de duas noites seguidas com a mesma mulher, para evitar que se estabelecessem laços afectivos “íntimos” e perduráveis. Ninguém tinha a “sua” mulher. Havia umas trinta damas que eram as mulheres (por uma ou duas noites a mulher) de todos. E uns vinte homens que eram os parceiros, acidentais e permanentes, de trinta mulheres. Quando nascia uma criança, não se podia saber ao certo quem a tinha gerado, mas todos os homens assumiam a paternidade. O que quer dizer que a criatura tinha mais de vinte pais. A ideia era bonita, mas socialmente inviável. Passávamos as noites, à volta de uma grande fogueira, entre garrações de vinho, grandes quantidades de cannabis e canções que falavam de liberdade e de espaços abertos. Queria-se voltar a uma simplicidade natural alheia a qualquer tipo de convenção. Mas, mesmo procedendo à evasão, ainda se estava à procura de uma disciplina, de uma ordem. Lá em cima, entre a fronda dos castanheiros, a lua, do tamanho de um queijo, resplandecia a sua luz emprestada. Às vezes penso nesses hippies, que

a sociedade de consumo se terá encarregado de assimilar. Provavelmente, muitos deles, devidamente reciclados, serão hoje executivos sórdidos, de fato e gravata, ao serviço de grandes bancos e de gigantescas corporações multinacionais. Mudam os tempos e mudam as vontades. E as situações. Na minha juventude os atletas tinham o cabelo curto e os hippies longas cabeleiras. Agora os atletas têm o cabelo comprido e os hippies são irremissivelmente carecas.

*

Uma tarde de fevereiro de 1966, quando eu dormitava indolentemente no sofá, o telefone tocou. Eu estava sozinho em casa. Levantei-me, estremunhado. Era da *gendarmérie* de Nice. Uma voz grave e impessoal comunicava-me que meu pai morrera num desastre de automóvel, quando ia de Antibes a Cannes. Tinha passado a noite no casino e, pelos vistos, levava uns copos a mais. O automóvel saiu da estrada, caiu por uma ribanceira e incendiou-se. Jack Garland ficou completamente calcinado. Emocionei-me. Era, contudo, uma emoção abstracta. Jack Garland sempre era meu pai, embora a sua ausência, quase permanente, não tivesse permitido que se desenvolvessem grandes laços afectivos. Eu estava-me a emocionar intelectualmente, vivenciando um princípio. Tinha de interiorizar a morte de um pai que quase não conhecia. Minha mãe recebeu a notícia com frialdade. Exaltou-se, contudo, quando soube das dívidas que o marido tinha acumulado. Era a bancarrota. Até a mansão de La Palmera estava hipotecada. Ela, amparada na generosidade de seu pai, Francisco de Arriaga Hernaiz, que já passava dos noventa, embora conservasse a lucidez, mudou-se para um espaçoso apartamento em Los Remedios. Veio a casar-se, uns meses mais tarde, com um notário, um viúvo que era militante de Fuerza Nueva e amigo do peito de Blas Piñar. Uma noite convidaram-me para jantar, no seu andar luxuoso da Plaza de Cuba. Com o seu ideário neofascista, Ramón Tejada era um indivíduo sinistro. Metia-se com a minha roupa, com o meu cabelo, com as minhas ideias. O tipo era insuportável. Parecia uma caricatura ressentida dos dogmatismos de direitas dos anos 30. Tive que deixar de me dar com minha mãe, o que também não nos custou muito, nem a mim nem a ela. Um dia, inesperadamente, chegou-me uma carta de Londres. Era de minha tia, Pearl Garland, cuja existência eu ignorava. Jack nunca me tinha falado dela. Pedia-me que fosse a Londres, para conhecer a família. Em maio meti-me num avião e fui até Inglaterra. Em Heathrow esperava-me meu primo Mark. Era um latagão, muito extrovertido, que andava perto dos quarenta. Falava muito do Arsenal. Levou-

-me a Wood Green, no nordeste da cidade, a uma casa de Woodside Road. Aquela zona era habitada sobretudo por imigrantes turcos e cipriotas. Era como uma prolongação de Chipre, antes da divisão. Havia pequenos restaurantes que, além do omnipresente *kebab*, serviam *sheftalia*, *soulakia* e *halloumi*. Pearl Garland era a viva imagem de seu irmão. Eram os mesmos olhos, o mesmo nariz, a mesma boca. Tinha, contudo, um temperamento muito diferente. Ao contrário de Jack, sempre tão expansivo, era sumamente reservada. Procurei arrancar-lhe informação sobre a avó Brenda, mas ela fechou-se em copas. Tinha uma filha, que se deixou ver uma tarde. Era bonita e mais loquaz que a mãe. Ficou contente ao descobrir um primo novo. De meu pai, Pearl não me disse nada de especial. Falava dele friamente, num tom que carecia de afectividade. E nada me disse da sua mãe. Brenda Garland seria sempre para mim um verdadeiro mistério. Voltei-me a dar logo bem com Londres. Ainda hoje continua a ser a minha cidade. Tenho Londres no meu ADN. Quem está cansado de Londres, é porque está cansado da vida, dizia o Dr. Samuel Johnson.

Em 1967, na Feira de Abril, conheci um garoto alemã. O rosto de Angela Shenke estava longe de ser bonito, mas o seu corpo era impressionante. Ignoro por que razão a natureza incorre em tais descompensações. A fins de maio meti-me num avião e fui até Colónia. Alojsei-me numa residência de estudantes, em Lindenthal, perto da Universidade. Passados uns dias eclodiu a Guerra dos Seis Dias. Israel media-se com Síria, com Jordânia e com a República Árabe Unida. Um dos estudantes tinha pendurado, na parede do seu quarto, um mapa do Oriente Médio onde, com pioneses e bandeiras, registava o decurso das operações. O seu quarto parecia um gabinete de estado-maior. Minado por um sentimento de culpa, torcia pelos judeus. Passados uns dias arranjei um emprego em Weidenpesch. Estava encarregado de cuidar uma senhora de idade, Frau Hanna, cuja família partira para umas férias em não sei que praia do Mar do Norte. Na realidade não fazia nada. Passava o dia no jardim, a fumar e a beber *Apfelwein*. Lembro-me de ter lido então a poesia completa de Antonio Machado, na edição da Austral que trouxera de Sevilha. Frau Hanna, uma mulher muito dinâmica apesar de passar dos oitenta, era uma católica fervente, bem à maneira da Renânia. Estava-me sempre a falar de Fátima. Aos domingos tinha de a escoltar à missa, na igreja vizinha. A minha relação com Angela esfriou. Não tínhamos nada em comum, à parte o seu corpo. Passados dois meses regressei a Espanha. A minha impressão do alemão é que é uma pessoa reservada que interioriza muito e demora a explodir. Há nele uma luta permanente entre razão e sentimento. É lento no raciocínio, mas inteligente, seguro, ordenado e persistente. Bem no fundo, é um completo individualista, compelido a procurar uma relação pessoal com o seu Deus, obrigado a criar uma multiplicidade de Estados e de seitas. Ao longo

da história, o génio alemão debateu-se entre o individualismo e a subordinação. O alemão tem uma grande capacidade de imitação e uma habilidade especial para se modificar e desenvolver na mudança (*Entwicklungsfähigkeit*), balançando-se entre racionalismo e irracionalismo. Tanto pode render um Kant como um Hitler. Nunca mais voltei à Alemanha, a não ser de passagem.

Uns meses mais tarde, em Sevilha, no bar da Faculdade, conheci uma moça sueca, Ingrid Simonsson, filha de um carpinteiro de Norköping, que estudava em Uppsala. Fizémo-nos amigos. Em junho apanhei um charter e fui até à Escandinávia. Desembarquei em Copenhague e, no mesmo dia, abordei um ferry que me levou a Malmo. Ainda não existia a ponte de Öresund. Muitos dos passageiros eram dinamarqueses ou suecos que faziam a viagem de ida e volta para se beneficiarem do baixo preço das bebidas, isentas de impostos. Lá andavam, no convés, aos tombos, com enormes canecas de cerveja na mão. Caía a noite quando abordei o comboio que havia de levar-me a Uppsala. Tinha como companheiro Enrique Arellano, filho de um farmacêutico de Utrera. Era um rapaz encorpado, de poucas palavras, que me lembrava um elefante solitário. O comboio ia quase vazio. Deitámo-nos nos assentos e adormecemos. Seriam as duas da madrugada quando ele me acordou, aos gritos:

— ¡*Ulises, Ulises, fíjate, pasa de la medianoche y aún es de día!*

Parecia uma criança a quem lhe acabam de dar um brinquedo novo. Creio que se deixou ficar em Suécia. Nos anos 80, quando fiz uma viagem de uns dias a Gotemburgo, procurei o seu nome na lista de telefones de Estocolmo. E lá figurava ele: Enrique Arellano, *student*. Com quase quarenta anos, continuava a ser o estudante de sempre. Em Uppsala, fomos parar a uma residência universitária. Eu sentia-me atraído por Ingrid, mas ela não me ligava nenhuma. Estou a vê-la, em biquíni, a jogar ao croquet, exibindo o seu corpo esplêndido. Eu, feito um novo Tântalo, sofria. Arranjei trabalho numa agência de limpezas. À volta das cinco horas da tarde começava a nossa jornada. Andávamos de bicicleta, com a esfregona debaixo do braço e o balde de plástico pendurado do guiador. Primeiro tínhamos que limpar uma série de escritórios. Quando não tínhamos muita vontade de trabalhar, escondíamos o lixo debaixo dos móveis. Aproveitávamos, na cozinha, para tomar um café e comer umas bolachas. Depois chegava a hora dos supermercados. Saíamos sempre com chocolates e bolachas no bolso. E com o telefone das caixas loiras. Quando acabávamos, à volta das onze, ainda era de dia. Íamos então para as discotecas, à procura de garotas finlandesas, que eram as mais acessíveis. Eu tinha o endereço de uma moça burgalesa, Yolanda Wassberg, que estava casada com um tipo a quem ela chamava o Urso. Telefonei-lhe.

— ¡*Un momentín, que paso ya a recogerte!*

Era uma espécie de *ama de llaves* de uma médica que era anestesista no hospital universitário de Uppsala. Gunilla Largaard tinha os seus trinta e tal anos. Era alta, de pernas compridas e esguias e uns grandes olhos azuis, mas não tinha praticamente peito. Era, como se dizia então, uma autêntica tábua-de-engomar. Fiquei para jantar. Serviram-me uma ceia lauta, banhada em bons vinhos. Acabado o jantar, Yolanda despediu-se. Desejou-nos boa noite e fechou, maliciosamente, a porta da sala. Havia um enorme *grand danois* que, sentado nas patas traseiras, nos fitava atentamente. De vez em quando exalava ventosidades pestíferas. Queixei-me da atmosfera inquinada. Gunilla sorriu, muito permissiva. Acabámos por fazer amor no chão, em cima do tapete. Ela disse:

— *You are only trying to be kind.*

Era verdade. Eu não tinha nenhum interesse especial nela. Só estava a tratar de corresponder à sua amabilidade. O que é que eu podia oferecer, com os meus vinte e poucos anos, a não ser a minha juventude? De manhã, ao levantar-me, encontrei na cozinha duas meninas, Lotta e Cia, de seis e quatro anos. Andavam a esburgar o frigorífico, à cata de comida. Fiz-lhes o pequeno almoço. A mãe, supostamente abalada por um recente divórcio, consumia grandes doses de somníferos. Às vezes, afundada no seu torpor, esquecia-se das crianças. A situação era cómoda e eu deixei-me ficar em casa de Gunilla uns dois meses, feito um pai improvisado. Nos fins-de-semana dávamos grandes passeios de carro pelas margens do lago Mälaren, cujas águas tinham a cor dos olhos de Ingrid Simonsson. Outras vezes visitávamos pequenas feiras na costa do Báltico, para que as crianças andassem nos carrosséis e nos carrinhos de choque. Cheguei a gostar verdadeiramente das meninas. Na hora da partida, portei-me como um covarde. Nem sequer me despedi. Saí, sigilosamente, na calada da noite, como um ladrão.

Tendo ficado praticamente sem dinheiro, fiz toda a viagem de volta à boleia. Naqueles tempos, era fácil conseguir um *lift*. Pus-me a pedir carona à saída de Uppsala. Um pastor luterano levou-me até Motala, em Östergötland, na margem leste do lago Vättern. Era um homem baixinho e atarracado, de olhos muito azuis. Devia ter cistite, porque de quarto em quarto de hora parava para urinar, à beira da estrada. Tentei enveredar por uma conversa neutra, fugindo a qualquer tipo de disquisição teológica. Tive sorte e em Motala arranjei logo uma boleia para Malmo. Eram dois estudantes, muito joviais, que vinham de Östersund. Um deles fazia-se entender em castelhano. Falava entusiasticamente de Espanha. Não havia nada como Ibiza. Acabaram por me convidar a pernoitar no seu apartamento de Malmo. Como chegámos à volta das nove, ainda tivémos tempo para fumar uns charros e tomar umas

cervejas num bar perto de Folkets Park. Conhecemos lá umas garotas. Metemos conversa. Aquela noite não dormi sozinho.

No dia seguinte apanhei o ferry para Copenhaga. Já em Aarhus, na Jutlândia, um médico, num Mercedes flamante, levou-me até Hamburgo. Era um indivíduo de meia idade, meticoloso e taciturno. Mas, vá lá, sempre me pagou um almoço em Flensburg. Depois de dar uma volta pela Mönckebergstrasse, decidi passar a noite na Hauptbahnhof. Havia lá uns tipos muito acabados. Lembro-me particularmente de um. Era muito jovem, mas estava arruinado pela droga e pelo álcool. Tratava de se sentar num banco, mas, logo que adormecia, tombava no chão, batendo com a cabeça nas lousas, com grande estrondo. Dava a impressão, a cada momento, que o crânio lhe ia rebentar, como uma granada. Depois levantava-se, muito atordoado, e, logo que conseguia conciliar o sono, voltava a cair. Ao longo da noite, tombou uma boa meia dúzia de vezes. Era um espectáculo deplorável. Havia uma série de *hobos*, a pedirem dinheiro e cigarros. E umas fulanas muito gastas e derreadas, empenhadas em negociar uma rapidinha para custear a sua dose.

Tive sorte e, logo de manhã cedo, arranjei uma boleia até Francoforte. E depois outra, de Francoforte a Metz, no carro de um *pied noir* que tinha uma profissão estranha. Trabalhava para a Guichet. Estava encarregado de abrir os cofres bancários que encravavam. Viajava, através de França, Bélgica e Alemanha, na sua carrinha, feito um nómada. Tinha um aparelho que parecia um estetoscópio e uma caixa cheia de ferramentas sofisticadas. O homem, que orçaria pelos trinta e cinco anos, tinha um dom. Contou-me que havia sido iniciado por um velho cego que, no bairro de Orão onde ele nascera, abria as portas às senhoras que tinham esquecido as chaves dentro das suas casas. Jean-Jacques era capaz de abrir todos os carros, só com um arame recurvo, em menos de dez segundos. Tinha nos dedos a sensibilidade de um pianista. Os carros que mais lhe custava abrir eram os Volkswagens, nos quais tinha de investir quase um minuto. Já em Metz, bem cerrada a noite, quis-me fazer uma demonstração prática. E abriu, desportivamente, em pouco mais de três minutos, uma dezena de automóveis.

No dia seguinte esperei umas horas, até ele desencravar um cofre do Crédit Lyonnais, e fui depois com ele até Paris. Alojé-me em casa de uns amigos, em Belleville, e dormi como um tronco mais de doze horas. Emprestaram-me umas coroas e meti-me outra vez à estrada. Desta vez era uma condutora, uma professora de liceu que tinha vivido, quando estava a fazer o seu doutoramento, o 68 na Sorbonne. Françoise Lemaire era uma loiraça da Provença, filha de um vinicultor de Saint-Rémy que produzia um rosé seco e afrutado. O homem tinha dinheiro e vivia num *château*. Era uma moça muito inteligente. E ainda por cima era bonitona. Dava uns longes de Brigitte Bardot, mas com uns óculos à John Lenon

encavalgados no nariz gracioso, algo arrebitado. Tinha um par de melões que eram uma verdadeira alegria. Envolvemo-nos em conversa animada sobre questões ético-ontológicas. A filha da mãe, que tinha uma memória de elefante, citava Kant e Husserl em alemão, deixando-me fora de jogo. Tinha, na mala do carro, uma caixa cheia de livros. Eu, no meio de toda aquela verborreia, olhava de esguelha as suas magníficas pernas e o seu decote pronunciado. Acabámos num motel, perto de Avignon, a fumar uma enfiada de cigarros e a comentar as passagens (im)pertinentes da *Kritik der reinen Vernunft*, com uma série de volumes e de apontamentos espalhados em cima da cama. Brindou-me, depois, acesso à sua coisa-em-si. *Quel giorno più non vi leggemmo avante*. Fiquei a saber que Kant, desmentindo a sua castidade atrabiliária, podia servir de afrodisíaco. Foi a noite de sexo mais erudita de que gozei na minha vida.

Em 1969 o Boeing 747 fez o seu primeiro voo e Richard M. Nixon sucedeu a Lyndon B. Johnson, enquanto Charles de Gaulle abandonava a presidência da Quinta República, dando lugar a Georges Pompidou. Em dezembro, o sangue correu no concerto organizado pelos *Rolling Stones*, em Altamont, Califórnia, que pretendia ser um *Woodstock West*. Vivíamos, então, a ressaca do 1968 francês. Curiosamente, a minha maneira de estar no mundo coincidia plenamente com os slogans e graffiti do *joli mois de Mai*. No seio da inumana sociedade de consumo, eu, tratando de me evadir do “homem unidimensional” marcusiano, procurava fugir à alienação imposta e defendia o idealismo utópico: “*Soyez realistes, demandez l'impossible*”. Ao mesmo tempo, queria reavivar a “morte de Deus” nietzschiana: “*Même si Dieu existait, il faudrait le supprimer*”. Também me esforçava por empreender uma “cruzada” contra a vacuidade e o tédio: “*Nous ne voulons pas un monde où la certitude de ne pas mourir de faim s'échange contre le risque de mourir d'ennui*”. E, aligeirando o tradicional *slogan* marxista, convertia o trabalho em deleite: “*Travailleurs de tous les pays, amusez vous!*”. E, transformando o lema de Trotsky, eu tratava de assumir a inadaptação como “revolução permanente”: “*Nous devons rester "inadaptés"*. Encontrava também no ideário do 68 a certeza, de estirpe cínica, de que a sociedade, tal como era, impervia a qualquer tentativa de restauração — “*Pas de replâtrage, la structure est pourri*” — devia ser obliterada: “*Dans une société qui a aboli toute aventure, la seule aventure qui reste est celle d'abolir la société*”. Seria também preciso acabar com a cultura (*Kultur*): “*La culture est la inversion de la vie*”. E com a autoridade: “*Ni Dieu ni maître*”. A religião convencional, que obstava ao exercício livre do pensamento, devia ser superada: “*Comment penser librement à l'ombre d'une chapelle?*”. Havia meios de evasão mais eficientes que o vinho, a cerveja e o whiskey: “*L'álcool tue. Prenez du L.S.D*”. O comunismo, depois de

Staline, já não convencia ninguém: “*Je suis marxiste tendance Groucho*”. As *Stonewall Riots*, em Greenwich, no Lower Manhattan, em junho de 1969, assinalavam o começo da luta dos *gays* pelos seus direitos. A 20-21 de agosto, as tropas do Pacto de Varsóvia invadiam Checoslováquia, tratando de esmagar as reformas liberalizadoras de Alexander Dubček, empenhado num processo de destalinização. Era a Primavera de Praga. Eu seguia os acontecimentos pela televisão. Meses mais tarde, a 16 de janeiro de 1969, Jan Palach imolara-se na Praça Venceslau. Sempre me repugnaram os mártires do patriotismo, mesmo quando lutam contra a opressão. Esta coisa de ser *prima donna* uma vez na vida é algo a que alguns não podem resistir, sempre obedientes ao eventual *libretto*. No meio de toda esta cadeia de sucessos, John Lennon e Yoko Ono casavam-se em Gibraltar. Toda a formação da minha personalidade teve como verdadeiro atrator dinâmico a desconvenção. Vivi, contudo, o paradoxo de ir à procura da desconvenção munido de operadores heterodoxamente convencionais.

5

Em Sevilha conheci uma professora da *City University* de Nova Iorque, filha de palestinos, que, tendo emigrado para as Honduras nos anos 40, vieram a amontoar muito dinheiro com negócios de supermercados. Ela começou por trabalhar, como simples caixeira, em San Pedro Sula, nos comércios do pai, que não atendia ao seu desejo de empreender estudos universitários. Finalmente, o homem lá se deixou persuadir e mandou-a para a Universidade de Pensilvânia, onde ela foi aluna do conhecido hispanista Otis H. Green. Era uma ruiva, sardenta e extrovertida, que andava perto dos cinquenta. Não era uma intelectual de por aí além, mas, extremamente aberta e sociável, tinha muita facilidade para as relações públicas. Estava encarregada de uma dúzia de estudantes que vinham a Sevilha para aperfeiçoar o seu castelhano. Havia sempre mais de meia dúzia de miúdas à nossa disposição. Ela morava na Calle Gloria, em pleno Barrio de Santa Cruz, num andar amplo a que nós chamávamos o armazém. Eu acabava de me formar, com umas notas razoáveis, tendo em conta que quase não estudava. Um dia Olga Siman perguntou-me se eu estava interessado em ir estudar para Nova Iorque. A *City University* punha à minha disposição uma bolsa. Disse logo que sim. Não podia perder a oportunidade. A 1 de setembro de 1969, precisamente no

dia em que o Coronel Muammar al-Gadaffi, na Líbia, destituiu o Rei Idriss e assumiu o poder, apanhei um avião para Londres. Bebi umas cervejas com meu primo Mark num *pub* local, alojei-me uma noite em casa de Pearl Garland, e, no dia seguinte, meti-me num Boeing 707 da Laker Airways com destino à *Big Apple*. Era um charter que transportava uns cento e quarenta estudantes, todos eles muito animados, com a cabeça cheia de projectos. E com uma vontade enorme de viver. Olga morava num prédio situado a dois passos de Washington Square, na esquina da 14th Street com a 5th Avenue. Tratou-me muito bem. Mostrou-me a cidade e levou-me a bons restaurantes. Fomos a Little Italy, à festa de San Gennaro. Havia lá, provavelmente, umas cento e cinquenta mil pessoas. Altifalantes, num grande estrépito, emitiam *Torna a Sorrento, Santa Lucia, Maruzzella, Funiculi, Funiculà*:

“Né, jamme la la terra a la montagna nc’è!

Se vede Francia, Proceta e la Spagna ...

Io veco a te!”

Comemos *rigatoni* e *zeppoli* em Mulberry Street. Bebemos uma garrafa de *Aglianico*. Sem para isso ter que sair de Nova Iorque, eu sentia-me de corpo inteiro em Itália. Olga, que era uma pessoa encantadora, pagava sempre as contas, porque sabia que eu era um pobre estudante. Tratava-me como um sobrinho ou um irmão mais novo. Fazia um calor danado em Manhattan. Havia muita humidade. Estava, como dizem por lá, muito *sticky*. A meados de setembro, em Union Square, meti-me no metro que me levou a *Brooklyn College*. Esperava-me o *dean* do Departamento de Línguas Romances. Chamava-se Peter Lowell. Era um homem alto, amável, bem apessoado, e homo assumido. Tinha a mania de falar de roupa e de sapatos, província do saber em que estava altamente especializado, provavelmente mais que no Ronsard que ensinava. Eu teria de dar, quatro vezes por semana, aulas de iniciação à língua castelhana. Os meus alunos pertenciam ao *Seek Program*, uma iniciativa da *City University* para tirar da rua jovens desocupados e, suponho eu, evitar assim que enveredassem pela delinquência. Ficou também combinado que eu assistisse a um curso de doutoramento ministrado por Charles Bierbaum, um velho professor *emeritus* especializado no romance naturalista americano. Ao apresentar-me na aula, decorridas umas semanas, deparei-me com um homem, já bem metido nos oitenta, muito trémulo e decrépito, afectado provavelmente pela doença de Parkinson, que se valia de uma jovem secretária para lhe passar as páginas do livro de que estava a falar. Babava-se todo, enquanto proferia o seu discurso, que a mim me resultava quase imperceptível, e a sua assistente enxugava-lhe então a boca com um lenço.

Pelo que pude ver, alheio aos recursos narratológicos implantados pelos franceses, ainda tinha uma abordagem psico-sociológica muito pragmaticamente antiquada. Estava a explicar *An American Tragedy* (1925), de Theodor Dreiser. Por que razão teria Clyde Griffiths assassinado Roberta Alden? Tudo aquilo poderia ser muito interessante, mas eu não voltei a pôr os pés nas aulas do velho professor. Era naturalismo e baba a mais para o meu corpo.

Alguém me disse que em Glenwood Road, a um quarteirão de *Brooklyn College*, havia uma senhora viúva que procurava um hóspede. Ao entrar no prédio, que tinha uma certa graça modernista, esbarrei com o *janitor*, um *gusano* chamado Arnaldo Cifuentes que fora, antes da revolução, chofer de Fulgencio Batista. O homem aproveitou a ocasião para me dizer umas lindezas sobre Fidel. Subi ao terceiro andar. Abigail Cohen, muito maquilhada, abriu-me a porta. Devia andar pelos noventa, mas, muito desempenada, respirava saúde. Era uma judia *askhenazi* que nascera na Polónia. Falava com sotaque de Nova Iorque e misturava o seu inglês com uma que outra palavra *yiddish*. Em vez de dizer “*He’s worthless* (Ele não vale a pena) dizia: “*He isn’t worth bupkis*”. “*He’s a pest*” (Ele é um chato) seria “*He’s a nudnik*”. Sua família chegara a Nova Iorque em 1882, fugindo do grande *pogrom* de Varsóvia. O pai estabeleceu-se no Lower East End e dedicou-se à venda ambulante de arenques, empurrando um carrinho. Volvidos uns anos, abriu uma loja de *delicatessen* em Canal Street. Depois fez-se com um talho *kosher* em Bushwick. Nunca foram ricos, mas eram remediados. Abigail veio a casar com um dentista de Borough Park. Não teve filhos. Enviuvou em 1934. Quase todos os membros da sua família haviam morrido. Quando eu a conheci, só tinha uma irmã que morava em Los Angeles e um sobrinho, um tipo gordo e desagradável, com o rosto cheio de borbulhas, que a visitava para lhe pedir pequenas quantidades de dinheiro que nunca devolvia. Ela vivia sozinha, naquele apartamento de Brooklyn, havia uns bons trinta anos. E, de repente, metia-se-lhe um homem em casa, e ainda por cima um *goy*, um gentil. A porta do apartamento dava ao corredor. À direita, a casa de banho; à esquerda, a cozinha. O corredor morria numa sala que dava a um quarto amplo, com uma grande cama de madeira escura, duas janelas, uma cómoda e um roupeiro. Mrs. Cohen cedeu-me o quarto e mudou-se para a sala. Passava grande parte do dia defronte da televisão. Àquele tempo estavam em voga os *talk shows*. O de Carol Burnett, o de Ed Sullivan, o de Johny Carson, o de Dick Cavett, o de Merv Griffin, o de Dick Clark. Uma tarde, ao sair do quarto, encontrei-a, muito bem arranjada, envolvida em conversa animada com Johny Carson, Dizia-lhe que adorava a sua gravata e o seu fato, que tinha bom aspecto, que tinha cara de ter dormido bem. A boa senhora levava muitos anos a falar com as imagens da televisão. Mrs. Cohen perseguia-me, com uma caixa de sapatos onde guardava as fotografias dos seus difuntos. “*This is my brother Sam. He*

died in Pearl Harbor. It was a Sunday”. Ou: “*This is my little sister, baby Hannnah, seventy years ago, in Conney Island. Wasn’t she a doll?*”. De vez em quando íamos ver um filme a um pequeno cinema em Flatbush Avenue. Depois comíamos qualquer coisa numa *luncheonette*. Apesar da sua idade avançada, Abigail tinha um espírito muito jovem. Eu, ao regressar a casa, costumava premir a campainha, antes de abrir a porta com a chave. Uma tarde, entretido com uns papéis, entrei sem avisar da minha chegada, exactamente no momento em que Mrs. Cohen saía da casa de banho, depois de ter tomado o seu chuveiro. Meus olhos esbarraram com o seu corpo, completamente nu. Os seios caíam-lhe sobre a barriga em catadupa e quase lhe chegavam aos joelhos; a pele, descolorida e engelhada, parecia desfazer-se, como o papel quebradiço de um livro velho. Eu fiquei mais assustado que ela. Foram só uns segundos. Ela cobriu-se rapidamente com a toalha que levava na mão e, repondo-se do desconcerto inicial, mudou a expressão do seu rosto e dedicou-me um olhar cúmplice. Afinal de contas, eu era um homem e ela era uma mulher! A partir de então comecei a ter pesadelos. Abigail Cohen entrava no meu quarto e, com um sorriso incitante, arregaçava os beiços, revelando os seus dentes acavalados, e metia-se-me na cama, à procura do calor do meu corpo. Vi-me obrigado a deixar a casa da boa senhora.

Em Brooklyn College havia um velho professor, François Villiers, que fora amigo, na sua juventude, de André Breton, Robert Desnos e René Crevel. Era um S. Francisco. Não precisava de invocar Cristo para exercer a caridade, à sua maneira. Um homem verdadeiramente bom, generoso e solidário. Era um homossexual assumido. Estava há mais de trinta anos em Nova Iorque e conhecia muita gente. Tinha um amigo que tratava de alugar um apartamento, em Empire Boulevard, a uns dez minutos a pé de Prospect Park, a cem metros da estação de Sterling Street. Telefonei ao dono do apartamento e combinei um encontro. David Segal era um judeu liberal que aparentava uns quarenta e muitos anos. Estava muito orgulhoso de se ter licenciado, não sei se em história ou em geografia, em Cornell. Não creio que frequentasse a sinagoga. Era um judeu moderno, que, como nós, os católicos de hoje, já não toma verdadeiramente a sério as velhas crenças. Trabalhava numa instituição que lidava com adolescentes problemáticos. Tinha uma pancada. Ignorante de Marx, de Keynes e de Galbraith, estava obcecado com Henry George (1839-97), o autor de *Progress and Poverty* (1879), um iluminado, situado entre a sociologia, a economia, o cristianismo e o misticismo, que pensava que todos os males da sociedade liberal e da economia de mercado provinham do facto de a propriedade da terra estar concentrada nas mãos de uma minoria dedicada a impedir o acesso da maioria aos recursos naturais. Era preciso inverter a situação e voltar ao slogan de “a terra para quem a trabalha”. Henry George talvez fosse já àquela data uma mera

curiosidade histórica, mas David Segal acreditava firmemente nas suas soluções. E, para discutir o *Georgism*, organizava, na sua residência de Lower Manhattan, uma espécie de seminários, que eram uma verdadeira estopada, nos quais participavam meros amadores carentes de qualquer formação económica rigorosa. Salvava-os o facto de acabarem com grandes jantaras num restaurante de China Town. Segal, que não era precisamente um poliglota, tinha memorizado o nome de alguns pratos e, muito cheio de si, pedia-os em mandarim. O homem era algo jactancioso e exibicionista, mas não era má pessoa. O apartamento que me alugou tinha pertencido a seu pai, que morrera havia uns meses, como consequência da sova que lhe teriam dado uns *niggers* em Prospect Park. Ele conservara-o para guardar um piano, um velho *Steinway* bastante desafinado, que ocupava grande parte da sala. Chegámos rapidamente a um acordo. O *sublet* estava condicionado. David, que acreditava plenamente na história da *mens sana in corpore sano*, reservava-se o direito de vir três vezes por semana, ao cair da tarde, depois de ter passado umas horas a transpirar no ginásio, para martelar impiedosamente as teclas.

Estava eu há dois dias no apartamento quando, uma manhã, bateram à porta. Olhei pelo óculo e vi um preto enorme, com cara de mau. Perguntei quem era. “*The exterminator!*”, respondeu-me o homem. Fiquei petrificado, arranjei uma desculpa esfarrapada e não abri a porta. Era o que faltava! Como é que eu ia franquear a entrada ao exterminador!? Passada uma semana, comecei a ver dezenas e dezenas de baratas a deambularem pelo soalho da cozinha. Tive que telefonar ao departamento de saúde da Câmara e implorar que me mandassem o desinfestizador.

Um dia, Pedro Alcobendas, um *full professor* simpático que tinha sido padre jesuíta e renunciara ao seu santo ministério para se casar com uma americana loira e rica, convidou-me para jantar no seu apartamento de Park Avenue. A sala era enorme, com canteiros cheios de flores e arbustos. Dir-se-ia que o andar tinha roubado uma fatia a Central Park. Alcobendas tinha duas filhas pequenas e loiras que, vestidas de branco e com lacinhos de cetim cor-de-rosa no cabelo, pareciam duas bonecas. Havia um convívio híbrido de cadeiras rococo e Rietveld, *marquises à oreilles* estilo Louis XVI, um *bureau à cylindre* dos tempos de Luís XIV, *causeuses* românticas, *bergères* dos tempos de Louis-Philippe, uma cadeira Certosina e mesas Biedermaier e Deco. Tanto sincretismo fez-me uma certa confusão. Mas era evidente que havia qualidade e dinheiro, num país onde dinheiro e qualidade nem sempre dormem na mesma cama. Identifiquei, nas paredes, um Miró e um Dali. Eu nunca tinha visto tanto luxo. Alguns dos convidados eram velhos republicanos espanhóis, fugidos do franquismo. Tinham perdido todo o contacto com a realidade e falavam de Espanha como se ainda estivessem nos

anos 30. Chegada a hora do jantar, Alcobendas, maliciosamente, sentou-me ao lado de uma senhora, bonita e elegante, já perto dos quarenta, com uma boca sensual e uns grandes olhos cor de avelã. Perguntei-lhe de que parte de Espanha era.

— *Soy una gata* — respondeu Carmen Cepeda.

Era de Madrid. Era uma mulher refinada, muito batida, mas de boa condição. Eu sabia que ela andava à procura de carne fresca, mas lá me deixei levar. Depois de jantar fomos dar uma volta pelo Lower Manhattan. As ruas fervilhavam de gente. A mulher espanhola, por muito que se mexa e viaje, guarda sempre um *resabio* castiço, muito atado às suas origens. Nunca conheci uma espanhola que fosse verdadeiramente cosmopolita. Nenhuma fala francês ou inglês sem exhibir o sotaque natal. E leva muita terra agarrada às mãos. E aos pés. A minha primeira visão de Nova Iorque foi-me dada através dos olhos de uma madrilenha. De uma madrilenha americanizada.

Em América, na viragem dos 60, ainda se vivia a ressaca de Woodstock. A juventude andava muito passada. A 20 de Janeiro de 1969, Richard. M. Nixon sucedera a Lyndon B. Johnson como Presidente dos Estados Unidos. A 20 de Junho, Georges Pompidou assumira o poder em França. Neil Armstrong, a 10 de Julho, pousa-se no solo da lua — Eu já tinha estado na lua. Quando era puto, D. Eufrásia, antes de me bater com a palmatória, dizia-me que eu andava sempre na lua, como o Professor Piccard.—, no *Sea of Tranquility*, e, fazendo literatura, pronuncia a frase que trazia preparada: “*That’s one small step for a man, one giant leap for mankind*”. Uma semana antes, Brian Jones, um dos fundadores dos Rolling Stones, afogara-se, na sua própria piscina, em Cotchord Farm, Sussex. Nos Estados Unidos só se falava da luta pelos direitos civis, do feminismo, da libertação *gay*, do amor livre, da Nova Esquerda, do ambientalismo. Martin Luther King, a 4 de abril de 1968, tinha sido abatido por um atirador anónimo quando se encontrava na varanda do segundo piso do Lorraine Motel, em Memphis. As mulheres negras, tinham deixado de alisar o cabelo e, muito empertigadas, orgulhosas da sua grenha e das suas capulanas, apregoavam o *Black is beautiful*. No Vietnam, numa guerra que se arrastava desde os anos 50, morriam, todas as semanas, trezentos jovens americanos. O LSD e a heroína invadiam as ruas de Nova Iorque. Toda aquela efervescência era uma novidade para mim que, bem vistas as coisas, vinha da repressão estólida do autoritarismo peninsular.

Lembro-me da minha primeira aula. Eu, preocupado com guardar as aparências, apresentei-me com fato e gravata. Entupindo a porta da sala, um negrão e uma mulatona, muito bem artilhada, entretinham-se num beijo prolongado. O gajo foçava com a língua na boca dela e apalpava-lhe o cu e as mamas. Tive que esperar uns longos segundos até que eles

resolveram desenlaçar-se, franqueando a entrada. Big Joe, que assim se chamava o rapaz, caminhou finalmente para o seu assento, bamboleando o corpo e estralejando os dedos. Sentei-me. Havia uns quarenta estudantes. Eram negros, gregos, judeus, irlandeses e italianos. Alguns tinham o rosto lanhado de cicatrizes. Alguém, no fundo da sala, deu um grande peido, perante a indiferença geral. Lembrei-me de meu primo Zé Egídio. Decorridos uns dias, já tinha travado amizade com alguns deles. Visitava-os, nas suas casas, e sentava-me à mesa com eles, consumindo a *Sweet Potato Casserole* ou um bom prato de *spaguetti al dente*, servido pela *mom* ou pela *mamma*, num esbanjamento de amabilidade. Bem vistas as coisas, tínhamos a mesma idade. E o mesmo apetite. Dois ou três deles eram bastante mais velhos. Às vezes, quando havia miúdas, jogávamos à *Bottle*. Formava-se um círculo e fazia-se girar uma garrafa, colocada no centro. A pessoa para quem apontava o gargalo levantava-se e dava um entusiástico e demorado beijo na boca a alguém que ele(a) elegia. Passados uns minutos, já toda a gente andava à molhada.

Havia uma quarentona neurótica, de ascendência grega, que vinha ao meu gabinete para desabafar os problemas que tinha com o marido, que não a compreendia. Eu ouvia-a pacientemente, como padre no confessional. Nunca cheguei a saber o que ela pretendia com aquela intimidade descabida. Estava à procura de sexo ou de compreensão? Ou de ambas as coisas? Lembro-me também de um negrão de North Carolina que pretendia que lhe fosse atribuída a nota mais alta dado o facto de ser um veterano do Vietnam. E mostrava-me, como razão determinante, uma enorme costura de metralha que tinha na perna. E eu, sem meias medidas, dei-lhe a nota mais alta. Quem é que se quer meter, a estas alturas, com um veterano do Vietnam? ¡*No faltaría más!* Os estudantes fizeram-me conhecer Brooklyn. Surpreendeu-me a pobreza de alguns bairros. Passava-se, com facilidade, do desafio, e até do luxo ostentoso, à extrema miséria. Uma coisa era viver em Brooklyn Heights, Park Slope ou Carroll Gardens, e outra, bem diferente, em Bushwick, Crown Heights ou Red Hook. Pontificavam então, no mundo do crime, as famílias Bonanno, Profaci, Colombo e Lucchese. Às vezes havia cenas de tiros que faziam lembrar o Chicago de Eliot Ness, com o qual nos tinha familiarizado, ainda na Península, a série *The Untouchables*, protagonizada por Robert Stack. Ouvia-se falar de gangues juvenis, dos *Savage Nomads*, dos *Black Spades*, dos *Bucanneers*, dos *Ghetto Brothers*, dos *Savage Skulls*, dos *Dirty Ones*, dos *Seven Immortals*, dos *Halsey Bops*, dos *Devil Rebels*, dos *Backstabbers*, dos *Imperial Headhunters*. Tudo aquilo era *deadlicious*. As ruas estavam cheias de *pushers*. Grande parte dos assaltos eram da autoria de drogadictos que procuravam uns dólares para custear as suas doses. Eram particularmente perigosos quando estavam com o síndrome de abstinência, com o *mono*, como se diz em

Espanha. Segundo umas estatísticas que me vieram parar às mãos, havia uns cem mil *junkies* em Nova Iorque, número que excedia a totalidade dos drogados existentes no Reino Unido. Sobretudo depois de anoitecer, havia que andar pela cidade com pézinhos de lã. À saída das aulas os estudantes metiam-me grandes *joints* trombeteiros na algibeira superior do casaco. Numa festa, a que fui algures em Jamaica, depois de uma boa hora a tentar localizar o teatro de operações, puseram-me nos braços, logo ao entrar, o corpo nu de uma cubana de uns dezassete anos, que me fitava com um olhar prazenteiro e parecia disposta a aceitar qualquer iniciativa por minha parte. Fiquei ali, de pé, estarrecido, agarrado à morena. Bateram de novo à porta e eu, perturbado por tão excessiva disponibilidade, depusitei-a nos braços do desconhecido recém-chegado. Fiquei com a impressão que aquela linda *cubiche* passou a noite a circular de mão em mão, sem que ninguém ousasse macular a sua esplêndida nudez. O sentido de identidade pessoal estava a desfazer-se. O contacto dos corpos, na sua fugacidade, não exigia o lastro do espírito. A nossa era uma espiritualidade prática, directa, muito alheia a preconceitos. O corpo, sem pessoa correspondente, procurava outro corpo. Os sentidos, muito prejudicados por séculos de razão e de culpa, ganhavam um lugar de relevo. Num mundo em que o espírito era mais instrumento lúdico que forjador de convicções, a sensação tinha o seu valor próprio e autónomo. Estávamos a viver pelo lado de fora, cansados da intimidade. Era chegado o momento de afirmar a exterioridade. O sexo vivia-se como libertação. E, no meio de tanta carne e de tanto suor, tinha algo de indesvendável cerimónia mística. Não havia nada de mau nisso, mas era preciso assumir o facto. A formalização social que nos vinha sendo imposta era excessiva. Os seus atractores eram obsoletos. As formalizações dogmáticas, omnicompreensivas, sistemáticas, já não convenciam ninguém. A convenção estava a ponto de rebentar pelas costuras. E, de algum modo, rebentou! É espantosa, porém, a capacidade de encaixe e de assimilação que tem o sistema. Todos aqueles excessos foram digeridos e assimilados. *Where have all the flowers gone?* Os programas antivírus *avant la lettre* funcionaram perfeitamente. Quando o que nós estamos a precisar é de vírus, de uma injeção enorme de peçonha capaz de comprometer a aparente saúde do sistema. Já não há quem possa aguentar o tipo de massificação social que se dá hoje em dia. E as mentiras convencionais, disfarçadas de verdades, que nos são impostas. É preciso que o sistema caia de podre. E que, no meio das ruínas, nasça outra coisa. Se não se pode renovar a sociedade, será preciso reinventá-la.

A não ser num ou noutra fim-de-semana, quando acudia às festas organizadas pelos estudantes, eu passava o dia no apartamento, entregue aos meus livros. Li Pío Baroja e Pérez Galdós na íntegra. Galdós nunca chegou a convencer-me. Tem os seus fogachos, mas é muito

maçudo. Já não há paciência para se submeter a todo aquele excesso de pormenores, por vezes irrelevantes. Sempre gostei de Baroja, com a sua rápida *nonchalance* e o seu pessimismo ironicamente controlado. E viajei com Steinbeck pela América, na companhia de Charley, mas tomando a iniciativa de visitar Walden Pond e de dar um abraço a Thoreau. Quando não tinha vontade de cozinhar, eu, que não ia além do *bacon and egg*, dos *TV dinners* e das sopinhas enlatadas da Campbell, almoçava no *Toomey's Diner*, um restaurante greco-cipriota situado na esquina de Empire Boulevard com Rogers Avenue, a dois passos de casa. Kostas Metaxas, o gerente, era um tipo simpático. Quando não havia movimento, convidava-me a uma garrafa de *tsipouro*. Ao fim da tarde, para espairecer, eu caminhava em direcção a Prospect Park. Havia então, logo depois de Washington Avenue, uma galeria húmida e escura onde, numa jaula estreita, vivia um solitário tigre de Bengala. Decidi dar-lhe um nome e, lembrando-me dos *Jungle Books* de Rudyard Kipling, chamei-o Shere Khan. A fera, à qual nunca chegavam os raios do sol, parecia afundada numa depressão permanente. Eu ia visitá-la quase todas as tardes, quando punha fim às minhas leituras. Ficávamos ali, estáticos, o tigre e eu, a olhar um para o outro. Eu sentia-me tão só como ele. Já então me tinha feito com as palavras de Cipião Africano, transcritas por Cícero: “*Minus solum, cum quam solus esset*”, às quais eu agregava o “*Tristis eris si solus eris*” ovidiano. Era preciso negociar ambas as opções. Preferia, contudo, a soledade e a tristeza ao convívio, quase sempre superficial. Reconheci em mim uma veia ascética que nunca me havia de abandonar ao longo da vida. Às vezes penso que, a ter nascido na Idade Média, em tempos em que ainda era possível entregar-se plenamente à Fé, ter-me-ia recolhido num convento para meditar incansavelmente no Mistério da Transubstanciação.

Por vezes metia-me no metro e ia deambular por Manhattan, deixando-me levar pelo acaso. Ali andava eu, ao deus dará, entre judeus ortodoxos, de *shtreimel* e barbicha, negros imponentes, hindus silenciosos, de rosto impenetrável e *pagri* enrolado na cabeça, americanos grosseiros, italianos vaidosos, chineses sorridentes, cubanos e *puertorriqueños* gárrulos. Era um microcosmos, um caldeirão onde se tinham depositado todas as línguas e todas as culturas. E eu, com os meus vinte e poucos anos, era uma gota de água no meio daquele oceano, ora calmo, ora encrespado. Não há, com certeza, outra cidade no mundo tão cosmopolita como Nova Iorque. Lembro-me que, na parede de quase todas as estações da *Flatbush Line* figurava a assinatura de dois indivíduos cujos nomes, não sei por que razão, me ficaram gravados na memória: *Friendly Freddy* e *Big Time Leroy*. Sempre se me afiguraram dois jovens afroamericanos, muito risonhos e joviais. Também poderiam ser irlandeses, mas o meu palpite é que se tratava de negros.

Ia, pelo menos uma vez por semana, à *Casa Moneo*, no 227 de West Fourteenth Street. Era uma mercearia, fundada por um casal asturiano nos anos vinte, que vendia produtos espanhóis. Podia-se comprar ali presunto pata negra, chouriço de Cantimpalos, queijo de Cabrales e da Mancha, pimento de *piquillo*, feijão de La Bañeza e de Tolosa, morcela de Burgos, sidra de La Felguera, *chistorra* de Navarra, *sobrasada* das Baleares. Travei ali conhecimento com Ángel del Valle, um santanderino que andava perto dos cinquenta. Pertencera à primeira promoção que a Faculdade de Filosofia e Letras da *Complutense* de Madrid rendeu depois da Guerra Civil. E, recém-licenciado, apadrinhado por Dámaso Alonso, tinha vindo parar aos Estados Unidos, onde acabou por casar e constituir família. A afeição ao álcool desfizera-lhe a vida. Abandonado pela mulher, perdeu também a *tenure* na universidade do Midwest onde leccionava. Soube destas coisas por vias travessas, porque ele não gostava de falar da sua vida. Sustentava-se, quando eu o conheci, com umas aulas de espanhol que ministrava em Hunter College. Gostava da boa vida. Quem o visse, sempre loquaz e bem disposto, não pensaria que as coisas lhe tinham corrido tão mal. Consumia o seu ordenado na primeira semana do mês, em bons restaurantes e bares dispendiosos, e depois telefonava-me, pedindo-me cinco *bucks* para uma garrafa de whisky. O resto do mês passava-o fechado em casa, a ler os poemas de Villamediana e de Quevedo, afundado num banho tépido de *bourbon*. Quando aluguei o apartamento de Empire Boulevard, ele tomou o meu lugar em casa de Mrs. Cohen. Era um bom cozinheiro. Mrs. Cohen andava muito contente, porque Ángel a cobria de mimos. Alguém me levou, numa sexta-feira, a um *single's bar* no Bronx onde homens e mulheres solitários procuravam solucionar o seu fim-de-semana. Havia ali raparigas lindíssimas, a quem, pelos vistos, ninguém prestava atenção. Só queriam encontrar, durante umas horas, um pouco de carinho e aconchego. A solidão, no formigueiro de Nova Iorque, no meio de tantos milhões de pessoas desencontradas, da *lonely crowd*, pode ser terrível. “*A whole city erected over a hollow pit of Nothing*”, escreveu o recalcitrante Henry Miller. Havia que sacrificar a disponibilidade ao afecto? Só se pode viver Nova Iorque sediando-se em grupúsculos. Os italianos, os gregos, os gangsters, os drogadictos, os intelectuais, os homos, os judeus, os políticos, os alcoólicos, os executivos, as putas, de mais ou menos luxo. Todo aquele mar de gente derramado nas ruas, sem saber bem aonde vai. E donde vem. Embora, de uma maneira invisível, todos se avenham, naquela monstruosa desagregação solidária. É uma cidade feita de cacos, que tem mais cacos que os que constituem o recipiente.

Uma noite, Ángel convidou-me para jantar, mais uns amigos, em casa de Mrs. Cohen. Quando entrei, a mesa já estava imaculadamente posta. De repente, Ángel del Valle, que

fisicamente dava uns ares de Hitler, entrou na sala, envergando uma casaca militar, na qual sobressaía uma svástica de plástico, com o cabelo muito alisado e um bigodinho à *Führer*, levantando a mão espalmada na saudação nazi. Mrs. Cohen não podia conter o riso. Recordo o meu amigo santanderino com saudade. Ensinou-me muito do que sei sobre a cultura americana. Fez que me perdesse nas planícies de Nebraska, no meio de nevões, com o corpo inteiriçado de frio, a debitar versículos da Bíblia depois de jantar, à luz de uma candeia, levando no corpo o incómodo de um puxado trabalho de doze horas. E, de um momento para ao outro torno-me rico. Compra-se uma mansão na costa de Califórnia, se possível em Carmel. A abundância inesperada esteada num único sustentáculo, a Bíblia, sujeita a um amplo círculo de interpretações, quase sempre repressivas. A Bíblia é um compêndio de imposições. E de restrições. O Deus hebreu é um ditador. E é vingativo. E insensivelmente irresponsável, como mostra o episódio de Abraão e Jacob. Mandar um pai matar o seu filho para saber se ele obedece mais do que sofre ou sofre mais do que obedece! Quem é que se lembra de sujeitar uma pobre criatura a tal experiência dilacerante?! O dinheiro mudou tudo. As mulheres, livrando-se da tutela paterna, tão comum na nossa Península, arranjaram trabalho. E, na medida do possível, desfizeram-se da culpa. E com o trabalho veio a autossuficiência económica. E com a autossuficiência económica veio a liberdade. Se não a liberdade, pelo menos a capacidade de iniciativa. Com vinte e três ou vinte e quatro anos, uma mulher podia ser independente, dona de si mesma. Podia tomar livremente as suas decisões consumistas. A não ser em determinados círculos, mandava-se a Bíblia às urtigas. Quais eram as nossas reservas mentais? Será que de verdade precisávamos de reservas mentais? Sempre se pode andar, com grande reserva, na reserva do Serengeti, a não ser que nos distraia a investida repentina de um búfalo.

Alguém me apresentou Antonia Caramillo, uma velha plácida e tola, de algum lugar de Castela de que agora não me lembro, com cara de parva e o cabelo recolhido num ridículo carrapito, que, Deus sabe como, conseguira a tenure em *** College. Tinha fundado um grupo de *Amigos de España*. Era a Espanha de “*Charanga e pandereta /Cerrado y sacristía*” de que fala Machado, mas a boa senhora não conhecia outra. Um dia convidaram-me para dar uma charla sobre o *boom* do romance hispano-americano dos anos 60. Aceitei o convite e lá fui eu dizer umas larachas sobre o tempo e o espaço na novelística da América Latina

Esbarrei ali com uma judia de ascendência russa, muito ruiva. Insinuei-me e propus-lhe um encontro em Manhattan, para tomar uns copos. As coisas ficaram em suspenso. Uma semana mais tarde telefonou-me para me convidar a jantar na sua casa, na companhia dos pais. Eu senti-me ofendido. Eu não queria encontrar seus pais. Só estava interessado nela, e

queria-me parecer que por pouco tempo. Primeiro um encontro breve, para ver se a relação tem algum interesse. E só depois, se for caso disso, se poderá meter a família. Por que diabos havia eu de partilhar um jantar com pessoas que não conhecia? A intimidade e a compreensão não se constroem a martelo. A maior parte dos encontros morrem de um bocejo repentino. A judia ruiva estava a começar a casa pelo telhado. Deixei-a especada, à espera do convidado de pedra. Foi um prodígio de mau gosto, segundo a categorização dominante, mas não estou nem deixo de estar apreensivo perante a impressão ‘negativa’ transmitida pelo meu *counterpart*, em plena crise dos *mores* tradicionais. Este foi um não-acontecimento de pouca importância para mim.

*

Conheci uma colombiana lindíssima. Nascida em Medellín, era uma *antioqueña* cuja pele emitia reflexos de cobre brunido. Essa coisa de ser *paisa* é, para uma mulher, uma prenda envenenada dos deuses. Em Antioquia a beleza e a violência têm de conviver. Ismelda tinha pouco mais de vinte anos. Posso, afirmar, sem arriscar muito, que o seu corpo era indescritível. Era uma prova viva da inadequação da palavra ao referente. O seu corpo era inefável. Tinha uma pletora de inidentificáveis qualidades que se harmonizavam num estranho regime de compensações invisíveis. Não se prestava a nenhum tipo de descrição. Havia coisas nela que habitavam espaços vazios e eram, no entanto, intervalos ponderáveis. Não se podia explicar o modo como seus olhos jogavam com seus cabelos, seus pés com seus seios, seus joelhos com seus braços, numa articulação convincente de correspondências. Todo o seu corpo vivia num regime pleno de adequações. E de oposições. Ismelda era belíssima, mas, sobre ser bela, mais do que bela, resultava interessante. Ismelda era o universal-concreto de que falava Hegel. E deixava de ser ‘mulher’ para ser Ismelda. Com Ismelda perdíamos-nos na generosidade do *concretum*, que vinha incidir, e coincidir, numa certa versão abstracta. Ismelda era poesia. Era-o, sem saber que o era. Era a poesia inconsciente do bosque, do mar ou da fraga. Era a ideia de Platão, realizada no espaço e no tempo. Tinha uma maneira de andar, de se mexer, que, como um íman, solicitava a atenção, aniilando os objectos que a rodeavam. Gozava de uma intimidade especial com o espaço que a envolvia. Ela aparecia sempre desenhada num *écran de néant*, extinguindo os objectos circundantes. Ficava bem em todos os sítios e em todas as posições. Tinha algo de furacão envergonhado, envolvido na sua brutal timidez americana. O furacão é uma força agressiva que depressa se extingue, dando

lugar à presença da primavera harmoniosa. Na Tornado Alley maio é o mês mais azafamado. Também havia uma Ismelda primaveril, que, possuída pelo desmando latino, não deixava de ter o seu não sei quê de tornado. Era como se ela, ela só, preenchesse absolutamente todas as reviravoltas do espaço, expulsando de lá todos os seus habitantes, sem lhe haver sido preciso solicitar o testemunho dos espelhos. Os seus olhos de azeviche eram do tamanho de pratos. Era uma mulher incómoda, porque despertava excessivamente a atenção. Ela, para neutralizar o assédio, tratando de passar despercebida, vestia roupas folgadas, usava óculos escuros, toucava-se com um grande chapéu. Ao princípio a sua beleza, quase irreal, intimidou-me. É o problema das mulheres que se impõem pela sua mera presença, infligindo a contundente aparência (*Erscheinung*) à mais que improvável coisa-em-si. provocando angústia e desconcerto. Uma angústia e desconcerto de que elas, bem vistas as coisas, só são responsáveis até um certo ponto. Acabei por a abordar, como quem não quer a coisa, no campus de Brooklyn College, sob um pretexto fútil. A tarde de outubro caía. Dalgum recanto chegavam os harpejos de uma guitarra. E uma voz cálida e distante, a insinuar uns *blues*. Sentia-me algo intimidado, mas fiz das tripas coração. Ela estava sentada na relva. E eu via os seus joelhos e as suas coxas. Ela deixou-se ficar, a sorrir, os olhos no meu rosto, muito descarados e acolhedores. E os seus joelhos e as suas coxas também me sorriam. Sentei-me a seu lado. Todos os meus sentidos estavam cravados nela, como farpas. Depois começámos a sair juntos. Percorriámos alfarrabistas e lojas de velharias. Íamos ao Madison Square Garden, aos jogos dos Knicks. No team de Nova Iorque, que àquela data estava no seu auge, pontificavam Willie Reed, Walt Frazier e Dave DeBusschere, treinados por Red Holzman. E lá estávamos nós, com o nosso boné e o nosso cachecol, a aplaudir com entusiasmo os Knicks. Outras vexes acudíamos às intermináveis partidas de ténis de então, entre os protótipos australianos e os suecos emergentes. Depois comíamos uns mariscos num dos muitos restaurantes de *sea food* que havia na zona. Ela levou-me à ópera. Como não podia deixar de ser, a Lucie de Lammermour. A ferida de “*Il dolce suono ... Spargi d’amaro pianto*” de Maria Callas. Acabávamos num *tablaó* flamenco da Seventh Avenue onde eu conhecia um guitarrista, Diego de Morón. Voltávamos ensonados, no comboio solitário. Despedíamo-nos na estação do metro. Ela roçava-me a boca com os lábios e partia, deixando-me afundado num inefável desassossego. Eu não queria precipitar-me e tratava de cozinhar a relação a fogo lento. Uma tarde, estando eu imerso na leitura de *Zalacáin el aventurero*, de Pío Baroja, alguém bateu à porta. A montanha tinha vindo a mim. Eu não podia acreditar. Ismelda Torres estava ali, a sorrir, com aqueles olhos grandes muito abertos, negros como um jazida de carvão afável. Trazia uma garrafa de *Haut-Brion* na mão. Fiquei sem jeito, embasbacado. Ela

sabia o endereço, mas nunca tinha posto os pés no meu apartamento. No meu quarto havia três janelas de guilhotina, sem cortinas, que davam a um pátio interior que estava sempre deserto — nunca vi passar viva alma por aquele pátio —, mas que nunca me transmitiu inquietude. Era uma solidão compensada. A noite caía. Chegava-nos a luz pálida do pátio desolado. Falávamos de coisas intranscendentes. Ismelda, sentada na aresta do colchão, envolvida na sombra; eu, a uns metros de distância, numa cadeira, com os pés em cima da secretária. Já tínhamos fundido uma ou duas garrafas de vinho. Falávamos de tudo menos de nós. Havia um desacelerar qualitativo do tempo, como se todos os minutos se concentrassem naquele momento. Todo o meu corpo clamava por ela. E o que o meu corpo poderia ter de espírito também. Estávamos ali, no meio da grande cidade, perdidos em nós mesmos, alojados numa redoma de silêncio. Apercebi-me, de repente, do tiquetaque nervoso do despertador. Estava enganado. Era o coração que se me desmandava na arca do peito. O seu palpitar alvoroçado afogava o ritmo monocórdico do relógio. Ismelda, muito lentamente, desfez-se dos brinco. Começou a desabotoar a camisa. Eu, naquela penumbra, pressentia os cordeiros gémeos dos seus peitos. Envolvemo-nos num abraço apertado. Tombámos no leito. Minhas mãos, desfeitas em afagos, exploravam-lhe o corpo. Depressa nos vimos envolvidos numa geometria que desafiava a de Euclides. Terei que socorrer-me dos versos machistas do poeta homossexual para exprimir o que senti:

*«Aquella noche corrí
El mejor de los caminos,
Montado en potra de nácar
sin bridas y sin estribos.
No quiero decir, por hombre,
Las cosas que ella me dijo».*

Na manhã seguinte, quando acordei, ela tinha partido. Na matriz do lençol, ainda quente, desenhava-se o rasto do seu corpo. Tratei de recompor a noite, meticulosamente. Tinha sido longa. Longa e intensa. Ismelda entregara-se com ardor, com veemência, mas, ao mesmo tempo, ficava-me a impressão de uma certa lucidez e frialdade, como se ela tivesse, em determinados momentos, a cabeça noutra coisa. Andava preocupada. Não queria que eu lhe telefonasse, que marcasse encontros. Aparecia, caída do céu, quando bem entendia. Por vezes ausentava-se durante uns dias. Telefonava-me, inesperadamente, de Chicago, de Detroit, de Miami ou de Denver. Eram chamadas breves e fogosas. Uma tarde, antes de entrar no chuveiro, deixou, inadvertidamente, a sua agenda em cima da mesa, ao lado do telefone. Vencido pela curiosidade, folhee-i-a: 27 de novembro, 18:30, *Pierre*; 15 de dezembro, 20:30,

St. James; 28 de dezembro, 13:00, *Carlton Plaza*. No dia 15 de dezembro, às 20:00, sentei-me no hall do *St. James*, detrás de uma coluna. Esperei uns minutos. Ela saiu do elevador às 20:15. Estava esplendorosa, com um vestido preto, muito decotado, que acentuava as linhas do seu corpo. Era carvão em brasa. As coisas, na sua presença, humilhavam-se. Um homem de meia-idade, com aspecto de executivo, saiu-lhe ao encontro. Deu-lhe um beijo leve no rosto e cingiu-a delicadamente pela cintura. Depois saíram. Iam jantar, com certeza, a um bom restaurante. Voltei para casa. Sentei-me no quarto, com a luz apagada. A realidade caiu-me em cima como uma rocha. Talvez fosse melhor assim. Não se deve perder a cabeça por uma mulher. Decidi aceitar, muito cirenaica e pragmaticamente, o prazer intranscendente que Ismelda me oferecia. Não acalentava projectos, embebido no *carpe diem*. Um indivíduo come um bife, digere um bom bife, e não volta a casa para passar a vida a pensar naquele excelente bife que comeu. Quando tiver fome, será melhor que possa encontrar outro bife. Mesmo que seja o mesmo-outro bife, exigência da monogamia imperante. Eu nunca militei na saudade povoense. E a ela, a Ismelda, nunca lhe fiz perguntas sobre a sua vida, limitando-me a aceitar a dádiva gratuita da sua presença intermitente. Nem sempre a constância se há de impor à intermitência. Acresce que há intermitências constantes, como a lua, o sol e as marés. Só ter o privilégio de a ver a andar nua pelo apartamento, com a elegância e elasticidade do puma, justificava aqueles momentos. Eu ficava sem jeito, como Platão diante das Ideias, perdido em grandes punhetas teóricas. Pode a beleza encontrar uma manifestação contingente plena? “*Il n’y a que d’une sorte d’amour, mais il en a mille différentes copies*”, escrevera La Rochefoucauld. Eu vivi, ao longo de muitos meses, uma imitação do amor. Mas era uma cópia tão perfeita, na sua intermitência, que me satisfez completamente. E vinha-me à cabeça o *dictum* de Oscar Wilde: “*A man can be happy with any woman as long as he does not love her*”.

O ano de 1970 foi-se desenrolando, com o seu inacabável cortejo de vítimas. O massacre de My Lai tinha-se tornado público em 1969. O comandante do pelotão de infantaria responsável pela carnificina, o tenente William Calley Jr., formalmente indiciado pelo assassinio de 109 civis, foi condenado a prisão perpétua a 31 de Março de 1971, mas acabou por sair em liberdade, após três anos e meio de prisão domiciliária em Fort Benning, Georgia, sob o pretexto de que se teria limitado a cumprir ordens, contrariando assim, o tratamento a que foram submetidos nazis e japoneses depois da segunda Grande Guerra. Os Estados Unidos modelavam a lei segundo o seu critério, porque eram senhores da razão. Havia ali, no meio de tanta democracia, um fascismo embaçado. O solipsismo e o fascismo não andam muito longe um do outro. A América, sempre dona da razão e especializada em

contemplar o seu umbigo, acreditava na superioridade material dos seus argumentos e das suas soluções. Entre armas e dólares, lá ia impondo os seus critérios ao mundo. O conflito de Vietnam não parava de produzir cadáveres. Os soldadinhos mortos voltavam a casa para ser enterrados, cobertos pela bandeira americana, em cerimónias indecentes. Tinham morrido pela América, em defesa da pátria, da democracia e da liberdade, rezavam os estamentos oficiais. E a maior parte dos jornais. O *Pro Patria Mori* tem muito que se lhe diga. Tanto pode ser invocado por Hitler como por Churchill. “*You’ll never have a quiet world until you knock the patriotism out of the human race*”, escreveu George B. Shaw. Essa coisa de identificar os interesses do país com os do governo conjuntural ou com uma pretensa democracia excessivamente agressiva, onde grassa a desigualdade social e o abuso de poder, manifesto a nível internacional, parecia-me uma afronta procaz. Tinham morrido, isso sim, em defesa do capitalismo neoliberal e das multinacionais. Dos obscuros interesses conjunturais da *Cocacola*, da *Texaco*, da *General Electric*, da *3M*, da *General Motors*, do *Lehman Brothers*. E continuariam a morrer, no Afeganistão e no Iraque, vítimas das manobras do *establishment* militar e da avidez de corporações como *Halliburton*, *Dyncorp*, *MPRI*, *Blackwater*, *United Technologies*, *Vinnell*, *SAIC*, *Raytheon*, *Lockheed Martin*, *General Dynamics*, *Chevron*, *Brown & Root* e tantas outras. Tinham morrido em defesa dos ricos e dos seus enredos, que, com o decorrer do tempo, desregularizados bancos e corporações, haviam de desencadear processos medonhos. Caíam também muitos ícones *pop*, ceifados pela droga. A 18 de setembro, num hotel de Londres, foi-se Jimmy Hendrix, afogado no seu próprio vômito, depois de ter ingerido uma dose descomunal de barbitúricos. Três semanas depois, Janis Joplin foi encontrada morta no seu apartamento de Hollywood, vítima de uma sobredose de heroína.

Em junho convidei Mrs. Cohen a ver *Love Story*. A senhora fartou-se de chorar quando Ali MacGraw soltou aquela coisa de “*Love means never having to say you’re sorry*”. A mim o filme pareceu-me uma chachada. Os media falavam de tragédia, mas a mim aquilo pareceu-me um melodrama barato e piegas, uma *comédie larmoyante* de mau gosto.

6

Voltei a Espanha a 4 de julho de 1971, no dia em que Louis Armstrong foi enterrado, no meio de uma multidão de 25.000 pessoas que entoava, ao unísono, *When the Saints Go Marching In*, prelúdio do *jazz funeral* que havia de desfilar depois por Bourbon Street, em

New Orleans. Vindo de Nova Iorque, Madrid pareceu-me uma aldeia grande e desalinhada. Ao pisar a Península, tive a impressão de ter retrocedido no tempo. Europa, que não se conseguia livrar do padrão político centrado no protagonismo da Nação-Estado, estagnava. A Guerra Fria tinha-se enquistado. Éramos peões dos Estados Unidos, depois de, durante séculos, termos sido lacaios de França e de Inglaterra. Na Península, para afiançar uma segurança que não podíamos garantir só mediante a utilização dos nossos próprios recursos, metemo-nos na OTAN, que era a vanguarda ocidental da Guerra Fria. Por isso De Gaulle se quis desamericanizar. E desamericanizar a Europa, antes de ela ser invadida pela *Coca-Cola*, pela *MacDonald*, pelo *KFC*, pela *Nike* e pelos cibercafés. Em Espanha dava-se guarida aos submarinos nucleares americanos, enquanto prosseguia o *desarrollismo*, desencadeado pelo Plano Marshall, baseado agora no baixo preço da energia, na mão-de-obra barata e no caudal de divisas libertado por emigrantes e turistas. A Póvoa, desatenta à descolonização mais ou menos atempada pela qual se tinham visto forçadas a enveredar as grandes “potências” europeias, aferrava-se teimosa e insensatamente aos seus territórios ultramarinos, que agora eram chamados Províncias. Tão povoense seria, muito disparatadamente, um angolano de Lubango como um minhoto ou um algarvio. É que todos nós, na Póvoa, falávamos perfeitamente *kikongo* e *ombundo*. O Reino Unido ainda seguia a política dos “três círculos”, preconizada por Churchill, que defendia uma posição universalista, privilegiando uma relação especial com os Estados Unidos, sem renunciar ao papel de líder na Commonwealth e ao seu tradicional prestígio na Europa. Por duas vezes, em 1963 e em 1967, De Gaulle, muito agarrado ao conceito de soberania nacional, com a sua visão anacrónica de *l'Europe des patries*, vetara, receoso de que Inglaterra fosse “o cavalo de Tróia” dos Estados Unidos na Europa, o ingresso do Reino Unido na EEC, que só viria a ocorrer em 1973. O Reino Unido ia-se servindo, com pouco sucesso, do seu protagonismo na Commonwealth, para praticar a sua vocação pseudo-universalista. Só lhe ficava o gesto. O desempenho da Rainha, nesse campo, cada vez era menos solicitado. O Reino Unido estava a cingir-se à sua isolada identidade pré-Tudor, embora, levado pela inércia, ainda se julgasse a grande potência que fora até 1914. O mar já deixara de ser inglês há muitos anos, apesar do iminente ensaio das Falklands. O “*Rule, Britannia! Rule the waves*” já não tinha razão de ser. Há uma determinante fundamental, que o Reino Unido não quer tomar em consideração, a favor da União Europeia. Nenhum dos países do continente, entregue a si mesmo, poderá sobreviver dignamente, a médio prazo, face a potências demográficas como China, Brasil ou Índia, nas quais já entrou decididamente a tecnologia ocidental e se começou a assentar o processo de acumulação capitalista. Eles, como têm de passar de pobres a ricos, trabalham; nós, os

européus, que já fomos ricos e estamos envolvidos no processo de passar de ricos a pobres, vegetamos. Somos uns doentes da vontade. Falta-nos energia. Enquanto duraram os blocos, fazia-se, até certo ponto, uma política social, para fugir à ameaça da Revolução, em estratégia preemptiva. Tombada a Cortina de Ferro, em 1989-90, desapareceu o impulso socializante. O socialismo ficou sem argumentos plausíveis, num mundo dominado exclusivamente pelo neoliberalismo. Dá a impressão, por vezes, de que estamos a retroceder ao capitalismo victoriano, egoísta, cruel e desregrado, do liberalismo de W. E. Gladstone. Margaret Thatcher identificou-se, mais de uma vez, com tal directriz. O Estado, ao serviço de interesses mais altos, está a desinteressar-se do cidadão. O operário pós-industrial, empregado no sector terciário, mora agora no seu *slum* pós-moderno. A diferença é que agora tem um *lap top* e um telefone portátil. Vivemos um posfácio. Falta-nos energia. Estamos esgotados. A União não é uma mera opção: é um imperativo ditado pela sobrevivência. Um imperativo que ninguém tem energia para realizar. Acontece que, ao longo dos séculos, França e Inglaterra andaram sempre à pancada. Prússia, e depois Alemanha, nunca se entenderam bem com França. Nem com Rússia. De Grécia e de Turquia nem vale a pena falar. A história da menesterosa Polónia, moeda de câmbio no equilíbrio europeu, dividida umas cinco vezes entre 1772 e 1945, é o que se sabe. Viver ensanduichado entre a Rússia e a Alemanha não é coisa fácil. Os países periféricos, como a Póvoa, obedeciam às orientações das grandes potências. A Póvoa era uma espécie de pupilo. O tabuleiro era deles; nós éramos os peões do jogo. Póvoa faz isto, Póvoa faz aquilo. E, apesar do nosso servilismo, invocávamos constantemente o orgulho nacional e uma pretensa soberania que nunca nos deixavam exercer plenamente. A nossa soberania, o pouco que dela tínhamos, era exercida por uma camada de privilegiados e exploradores, que se entendiam perfeitamente com as elites financeiras forâneas. Ao faltar-nos iniciativa sólida estávamos destinados a tombar no campo dos oprimidos. Sempre me pasmou a excessiva importância épica que o povoense se atribui a si mesmo, sobretudo tendo em conta que na estranha ninguém o leva a sério. E que passou a vida a obedecer. Talvez a atitude sobranceira da Póvoa se explique como compensação de um endémico complexo de inferioridade, tal como o define Alfred Adler. Mesmo tendo que reconhecer que essa coisa dos complexos já passou de moda. Daí que agora apareçam os *indignados*. É preciso ter em conta que da indignação à ira só há um passo. E que a ira queima cidades e corta cabeças. Éramos o Velho Continente. Estávamos velhos e escleróticos, agarrados ao passado e incapazes de forjar sensata e praticamente o presente.

Em Europa levanta-se uma questão, que ainda hoje não encontrou resposta: será viável uma verdadeira integração que não passe pela união política? E pode realizar-se tal união? Eu

sou, por natureza, um eurocéptico. A balcanização linguística e cultural da Europa nunca permitirá uma verdadeira união. Nem política nem cultural. Metternich disse uma vez que Itália não era mais que uma expressão geográfica. O que é que ele não diria da Europa! Apesar da sua aparente compressão espacial, em Europa medra a diversidade, quer étnica, quer linguística. E não há canais que vinculem suficientemente tal unidade diversa. Põe-se uma mulheraça nórdica, muito alta e desempenada, ao lado de um jovem sardo, baixinho como Gramsci. Ele é muito mais inteligente, mas ela é capaz de parir quatro gramscisinhos escandinavizados. É quase a mesma diferença que há entre o conquistador ibérico e o índio. Mas já não é permitida a assimilação. Europa, submetida aos ditados de Alemanha, não é uma comunidade. É um império embuçado. Para fecundar a inter-assimilação, partindo do princípio que tão importante há de ser a identidade letónia como a inglesa, haveria que fundar, nas universidades, pequenos departamentos que abrangessem todas e cada uma das diversas culturas europeias. Para falar com eles temos de conhecer as suas línguas. O problema é que todas as culturas europeias foram tradicionalmente fecundadas por França e por Inglaterra. É natural que estas nações ainda queiram desempenhar um papel cimeiro. Inglaterra, convencida da sua superioridade, recusa situar-se num plano de perfeita igualdade com a Letónia. Nem todos podem ter os mesmos direitos. É uma questão de personalidade. A Inglaterra ensina, porque parte do princípio de que já não precisa de aprender com os outros. Tem os seus métodos e os seus trajectos evolutivos. Joga um solitário que tem as suas próprias regras. É, até certo ponto, uma cultura superior. A desigualdade é o peso da história e da realidade imediata. De conhecimento e de recursos. Já devia haver, há bastante tempo, nas universidades povoenses, um Departamento de Estudos Holandeses; na Universidade da Póvoa de Cima uma Licenciatura em Estudos Dinamarqueses, variante oferecida também pela Universidade da Póvoa do Meio. Ou de Estudos Finlandeses, na Universidade da Póvoa de Baixo. Haveria então um pequeno número de especialistas que poderiam conhecer suficientemente estes países, permitindo que se estabelecessem contactos com suficiente conhecimento de causa. Tal como a Europa estava distribuída, as características de um país resultavam incomunicáveis, a não ser que se acudisse à indispensável tradução. E a tradução leva sempre ao abastardamento. A não ser que a criatividade da tradução supere a identidade original, embora o Homero de Pope não chegue aos calcanhares do verdadeiro Homero, seja ele quem for. A tradução cultural, que afinal de contas é o verdadeiro fundamento da etnografia europeia, nunca poderá assimilar completamente a diferença. Convoque-se um congresso de proletários e de trabalhadores rurais europeus. O finlandês fala ao espanhol, o espanhol ao checo, o irlandês ao húngaro. É evidente que não podem entender-se. Enveredam

então, à falta de outro canal de comunicação, pela aguardente, que tem o seu equivalente, seja ele de uva ou de batata, em todos os países europeus. E, na esperança de com a bebedeira chegarem à compreensão, apanham uma grande cardina, perdidos em discursos ininteligíveis, que acabam por se realizar em monólogos. Ou em solilóquios que nem sequer querem ser ouvidos. Cada cultura vive arreigada na sua *Weltanschauung*, que, assente numa certa tradição, não pode renunciar ao passado. Há a memória histórica, que bem vistas as coisas, não é nossa. Eu só posso recordar o que vivi. E eu não abracei Robespierre, não estive em Wagram, não conheci Lady Hamilton, não naveguei nas naus de Vasco da Gama. Espanhóis e franceses convivem há séculos, mas é relativamente raro encontrar um espanhol que fale decentemente francês e que tenha um conhecimento suficiente de França. Ou vice-versa. E não é mais fácil encontrar um espanhol que leia Corneille que um francês (ou mesmo um espanhol) que leia Lope de Vega. Os europeus não se conhecem. No melhor dos casos, traduzem-se. Não sei até que ponto o tradutor conhece a fundo a entidade traduzida. Uma identidade traduzida é algo muito frágil. É um sujeito-objecto traduzido, submetido aos dúbios operadores do eventual código de recepção. Um Dostoievski traduzido não é o verdadeiro Dostoievski. *Transductio*, em latim, implica movimento. É levar de um ponto a outro. É deslocar. O emissor impunha-se ao receptor, carente este último de capacidade para assimilar e responder.

A diversidade linguística na Europa é um factor operante de balcanização estrutural. Como primeiro passo será preciso assumir uma língua franca. Uma língua natural é uma consciência, particularmente organizada, que impõe uma determinada visão do mundo. Um sueco não pode conceber um *toro de lidia*. Lá os touros são uns quadrúpedes modestos que andam pelos campos a pastar e, de vez em quando, se põem numa vaca. Mas, como quer que seja, reeditado o *Edito de Caracalla*, já que todos voltamos a ser romanos, uns romanos europeus que já não sabem falar latim, temos de achar a língua comum. E a língua inglesa, por causas diversas e complexas, mesmo que se falar com sotaque americano, goza de prestígio suficiente para se impor, tal como se impôs a língua latina, com ou sem Igreja. A primeira medida a tomar será impor a língua inglesa aos meninos, logo que são desmamados. Pô-los a pensar e a falar em inglês. Torná-los ingleses, numa palavra. Afundado o francês, que já deixou de ser veículo universal de cultura, é a única entidade linguística de inclinação holística (é o *globish*) que hoje há em Europa. E até no mundo. Será preciso impô-la, dando-lhe prioridade face às línguas nativas. Mas como atingir uma unidade plural? Como realizar uma homogeneidade heterogénea? Como continuar a ser letónio, povoense ou grego depois de ter assumido o inglês como primeira língua? Mas o problema persiste. Como pôr um

polaco, assim sem mais nem menos, a falar com um andaluz, mesmo que ambos falem inglês? Ou um finlandês a pescar com um galego? Todos eles, isso sim, muito afundados na solidariedade do bagaço. Já não servia a imposição perpetrada por Roma, em nome de uma qualidade superior. Íberos e gauleses assumiam a sua inferioridade cultural, chamando a si uma cultura superior, em alienação quase voluntária. Era uma questão de densidade. Dava jeito ser romano. O problema é que, nos nossos tempos, já não se atribui superioridade a nenhuma cultura. No simples campo da locomoção, nada se tinha inventado na Póvoa depois do carro de bois e do arado, que nos viera de Roma. Quando o nível tecnológico subia um pouco, consumíamos, do ferro de engomar ao computador, objectos importados. A nossa indústria era primária. Nem sempre era uma questão de falta de meios. Por vezes era tão só uma deficiência de concepção. Pensar grande nunca foi fácil na Póvoa. Como nas universidades, na política também nos custava inovar. No campo da prática, nada tínhamos do universalismo assumido. Levávamos às costas um passado supostamente brilhante. Demo-nos ao trabalho de descobrir e colonizar outros povos sem nunca nos termos descoberto e colonizado a nós mesmos. No Brasil, até certo ponto, impusémos a nossa maneira de ser; em casa, não tínhamos verdadeiramente uma maneira de ser. Um comportamento sensato, pautado, atento, previsível, porque planificado. Éramos mestres nas soluções circunstanciais. Até tínhamos situado o nosso grande vate (um poeta que teve a sorte de que Gama rimasse com fama, o que nos leva a pensar no que teria acontecido se o homem se tivesse chamado Lacerda) na prateleira da Literatura Universal, uma categoria criada sem permitir que análise e síntese se encontrem, entendendo por encontro tanto o aperto de mão quanto o encontrão. A Póvoa peca de falta de civismo, entendendo por civismo os critérios e actos que definem a boa cidadania. Na Póvoa pratica-se o desrespeito, com muito abraço, caro amigo e Vossa Excelência. É o desrespeito untuoso. Os que podem, abusam, sempre muito formalmente. “Meu caro Senhor: Encarregam-me de pôr em seu conhecimento o facto do seu depósito, de doze milhões de dólares, que como é do conhecimento comum o senhor adquiriu com o tráfico de drogas e com a trata de brancas, não ter sofrido um beliscão de 25%, apesar das necessidades imperiosas do Estado”. Ou o reverso da moeda: “Meu Caro Senhor: Cabe-me informá-lo do fato (*factum* ou o fato de Ermenegildo Zegna que não tenho pendurado no roupeiro) da sua miserável pensão de 350 euros se ver reduzida a uns tristes 320 euros. Com toda a estima e consideração e com muitos beijinhos para a sua mulher e para o seu Paulinho, despede-se amistosamente o ESTADO”. Os que podiam, muito sabiamente, fugiam aos impostos locais e voavam para as Baamas ou para as Ilhas Caimão. E os que não podiam, muito analmente, cruelmente recortadas as suas pensões de sobrevivência, ofereciam-se aos

todo-poderosos. Indignamente. Com as calças nos tornozelos e o cu ao ar. Estamos, e não só metaforicamente, a ser fodidos. Ou enrabados, como as matronas de Lameiros. Mais: estamos a ser violados. Para tais práticas, dispensa-se o afecto e a compreensão? E até a vaselina. Um cu sempre é um cu. Uma grande parte dos políticos ibéricos propõe, bem à maneira do neoliberalismo americano, que cada um entenda da sua vida. “*Oye, ¿tú entiendes?*”. O respeito pela iniciativa privada, pela *free enterprise*, é a doutrina do liberalismo. E, tristemente, incide sobre os proletários que por eles se deixam mimetizar, acabando por ser esmagados placidamente pelo *Juggernaut* capitalista.

E a comunidade cultural? Falta-me talento e criatividade para exprimir a maneira indecorosa como somos explorados. Deram-nos um quarto de brinquedos, um parque de diversões doméstico. Fecharam-nos lá dentro, numa profusão de luzes fátuas, e agora não nos deixam sair. O quarto de brinquedos-parque de diversões está rodeado de muros e ninguém tem a chave da sua única porta. Não há como sair, mas temos toda a liberdade para brincar. Para brincar ao jogo que eles propõem. Já não criamos os meios de que nos servimos, porque são eles que nos criam a nós. Há uma sinfonia de *bytes* a reger as nossas cabeças. Andamos pela rua atados a protótipos, sempre fiéis à corrente de uma moda, quase sempre de mau gosto, que nos é imposta. Enquanto andarmos entretidos não teremos tempo para maquinar revoluções. Nem, simplesmente, para pensar por conta própria.

Algun estudante de literatura, na nossa Península, me sabe dizer quem é Harry Martinson ou Tomas Tranströmer? Quem conhece o magnífico J. C. Bloem? Quem ouviu falar de Ivan Krasko? Alguém pode situar a poesia de Paavo Haavikko? Que cidade banha o rio Fyris? Que contrada ganhou o *Palio di Provenzano*, em Siena, no ano passado? Quem é capaz de situar as cidades de Oulu, Suomussalmi e Kemijärvi? Em que cidade francesa está a *Rue du Gros Horloge*? Como é que se cozinha a *Urta a la roteña*? O que é uma *pringá*? Onde são as melhores laranjas de Grécia? Os europeus, apesar da sua contiguidade geográfica, desconhecem-se. A sua concepção do *outro* europeu obedece a estereótipos (quando os há) sumamente discutíveis. O inglês, numa nação de *shopkeepers*, que para o francês é o *Nouveau Carthage*, sobressai pelo seu sentido prático, governado pelo *common sense* mercantilista, conquanto a sua poesia seja, provavelmente, a mais importante da Europa, como demonstra Shakespeare, sozinho; o alemão é constante e inteligente, transcendental e metafísico, embora tenha uma das mais importantes indústrias pesadas do mundo e, em certas ocasiões, se revele algo lento y lerdo. É um povo muito vulgar, trabalhador, organizado e presuntuoso que, a partir do século XVIII, aprende a criar e fecundar bolsas de qualidade. Mas, tirem o cavalinho da chuva, que em Alemanha só há um

Kant! E só há um Hitler! Ao alemão tanto lhe dá por conceber *Fausto* como a *Mercedes*. Ou até Auschwitz. Passa-se com extrema facilidade de Goethe ao *Deutschland über alles* (escrito por August Heintich Hoffmann von Fellersleben, partindo de uma melodia composta, em 1797, por Joseph Haydn). Para isto serve a cultura da internet! Alemanha, quando pensa, pensa grande. E, na cama, não há mulher como a alemã. É um animal impressionante, cheio de ardor inconsciente. Na redistribuição colonial do último quartel do século XIX, Alemanha saiu a perder. Tal frustração, avivando a sua agressividade endémica, acelerou as suas tendências hegemónicas. É um povo estranho que permite o convívio perturbador de frialdade lógica e de violento inconsciente colectivo, se é que tal coisa existe; o francês é um esteticista amaneirado, apesar de ser o paradigma do *homme moyen sensuel*, uma mistura de Alain Delon, Théophile Gautier — “*Il n’y a de vraiment beau que ce qui ne peut servir à rien*” —, François Mitterrand e Jean Paul Belmondo. O italiano é criativo e refinado, mas o seu *lumpenproletariat* não deixa por isso de ser dos mais grosseiros da Europa. O refinamento de Petrarca tem que se entender com a vulgaridade de Alberto Sordi. O espanhol, tanto ou mais vulgar que o italiano, canta e sua, mas o italiano ainda sua e canta mais efusivamente do que ele. Mas, muito mais refinado e *dilettante*, não é tão vertebrado quanto o grosseiro castelhano. O *carcamano*, sobretudo o do Sul, tem mais coisas em comum com a Andaluzia que com o resto de Espanha. Rússia, que desconheço, dá-me a impressão de ser um país ardentemente deprimido, que funciona a *vodka* e consome ainda mais sopa do que a Póvoa, embora a beterraba, ingrediente fundamental do *borsch*, não tenha grande saída na Península. Rússia tem muito de uma Ásia que Europa já esqueceu. Não deixa de ser um mistério como, num espaço tão acanhado como o europeu, se definiram intransigentemente tantas e tão diferentes variáveis culturais. Entre Noruega e Espanha há um abismo de diferenças. Até num Estado unitário se alberga, por vezes, uma multiplicidade de nações. Neste sentido, Espanha, oscilando periodicamente entre filipização e desfilipização, entre um impulso centrípeta e um movimento centrífugo, apresenta-se como caso paradigmático. Póvoa foi a única região da Península que conseguiu escapar à atracção centrípeta de Castela, embora, geopoliticamente, seja difícil justificar a sua independência. Os grandes rios peninsulares, com a excepção do Ebro, nascem no hinterland castelhano e vão desembocar no Atlântico ocidental. O Duero-Douro e Tajo-Tejo são rios peninsulares. O Duero-Douro banha Espanha ao longo de 572 quilómetros e percorre 213 de território português. O Tajo-Tejo banha 816 quilómetros de Espanha e 145 de Portugal. O Tejo pertence tanto a Garcilaso quanto a Camões. Há o Douro de Teixeira de Pascoais, o “rio que vem de longe, solitário”, o “caudal sagrado” de Miguel Torga, sem que se possa passar por alto o “niño Duero” de Gerardo Diego, que acaba de

nascer no pico de Urbión, o “*padre Duero*” de Antonio Machado e o “ *río de mi tierra, tú, río Duradero*” do zamorano Claudio Rodríguez. E há tantos outros *Tajos-Tejos* como pessoas que nele(s) pensam. Para Paco, que mora em Talavera de la Reina, é uma coisa; para Chico, habitante de Abrantes, é muito outra. Para não falar de Camões e de El Greco. O Tajo talhado na pedra e na água de Toledo, ou o Tejo cosmopolita, o rio de Lisboa, com as suas boas dezenas de galeões adormecidos debaixo do sol. O único rio verdadeiramente importante da Península que vai desembocar no Mediterrâneo é o Ebro. Tudo leva a crer que Catalunha se distingue mais de Castela que a Póvoa. Talvez as águas do Ebro sejam ainda menos castelhanas que as do Tejo. É inegável que em Hespânia sempre proliferou aquilo a que Freud chamou “o narcisismo das pequenas diferenças”. Se, a fins do século XV, a Guerra de Sucessão de Castela se tivesse decidido a favor de Afonso V e do partido que sustentava Juana la Beltraneja, talvez as coisas tivessem sido diferentes. Estaria então a capital em Madrid ou na Póvoa Grande? Em Madrid (que só começou a ser considerada capital em 1560), porque havia então cinco ou seis milhões de castelhanos e apenas um milhão de povoenses. Não era a identidade do povo o que estava em jogo: eram as conveniências da família real proprietária. Isabel a Católica assinava sempre: *La Reina Propietaria*. Tenho um amigo catalão que costuma dizer-me: “Ah, vocês os povoenses são castelhanos!”. Meu amigo catalão, com todo o seu independentismo, esquece que o seu país, pelo menos a partir do *Decreto de Nueva Planta* do dealbar do século XVIII, viveu sempre uma situação de osmose com a Espanha castelhanizada. Nós fugimos de Castela, como a mosca foge da aranha. E nós, os Povoenses, que já nos livrámos de Castela há muitos séculos, nunca teremos sido verdadeiramente castelhanos, mas certamente já fomos leoneses.

O Romano chegou a pensar, em certos estádios da sua história, que estava a desempenhar uma missão universal. De *Septimontium* a *Imperium*. Tal missão, caído o *Imperium*, continuou a ser desempenhada por Roma, mas muito unguida agora de água benta. A Igreja Católica, até certo ponto, processou uma primeira Comunidade Europeia. Antes de surgir a ideia de Europa vivia-se no seio da Cristandade. Da Cristandade unitária, sob a égide da Igreja de Roma, numa interpenetração procaz de poder espiritual e de poder temporal. A Igreja gozava, entre outros privilégios, do monopólio da educação. E, é preciso reconhecê-lo dos poucos cuidados que então se prestavam ao doente. Com o monopólio da educação fez-se com o comando uniforme da cultura. Estava mal vista a dissensão, elevada a heresia. Convinha estar de acordo com a formalização assumida. Roma, institucionalizado o seu poder em toda a Europa, voltava a ser a única dominante. A Reforma veio acabar com tal estado de coisas. Canterbury independizou-se. E Genebra também. Depois foi a época, sobretudo em

França, das guerras de religião, baseadas em interpretações desencontradas do texto da Bíblia, além de estarem esteadas em obscuros interesses económicos e políticos. Meus amigos, Paris bem vale uma missa! E até uma novena, onde, tal como em Lameiros, sempre haveria umas beatas que enbarbar, porque impunha-se abrir espaços à luxúria reprimida. Para se proceder a uma verdadeira integração europeia ter-se-ia de encontrar o equivalente contemporâneo da Romanização, com ou sem água benta, produto de uma hoje inviável conquista e/ou colonização, a que também poderemos chamar conversão, por parte de uma cultura tida por “superior”. Já não há culturas “superiores” nem “inferiores”: há apenas culturas. Se calhar, a dos pigmeus do Gabão é bem mais complexa do que a nossa. Culturas que se veem ameaçadas pelo impacto da globalização. A língua inglesa ainda vá lá, mas o Reino Unido já não nos merece a antiga veneração. A história do universalismo francês, que veio a ganhar relevância sobretudo depois de 1789, é, entre outras coisas, a história da dessacralização do sentimento religioso, num processo ininterrupto de laicização. *Liberté, fraternité, égalité*. Minado pelos relativismos deconstrutivos, o universalismo francês parece ter entrado em crise definitiva. Os franceses, a partir dos 1960, exportaram a universalidade da crise, fomentando um relativismo endémico com a sua teoria hipocondríaca. Há sempre alternativas para todas as decisões. Na Idade Média, o clero, com o seu protagonismo evangélico, equivalente teológico da romanização, tomou conta do mercado, impondo uma língua comum. A da Cruz, sem ir mais longe. Hoje já não adoramos o Crucificado de Velázquez e de Zurbarán. As línguas fazem o mundo, cada uma à sua maneira. E era aquele o mundo babelizado, perdido em relatividades inconsequentes, que tinha sido feito para nós. Era a nossa Europa. Nossa? De quem?

E que dizer dos regimes políticos? Nas ditaduras não deixam que te mexas. Estás como um cão, atado à perna da mesa ou à argola do quinteiro. Nas democracias, podes mexer-te tudo o que quiseres, mas sem poderes ir a nenhum lado, perdido no inócuo labirinto prefabricado. Continuas a estar atado, mas a corrente a que estás sujeito é mais comprida. És uma marioneta nas mãos do invisível titiriteiro. Nas democracias não andas: danças. Ou melhor, fazem-te dançar. E quem dança não vai a nenhum lado. A dança começa e acaba em si mesma. Tem vocação endotélica. No mundo prático, para compensar tal excessiva ausência de liberdade, vais da casa ao carro, do carro à boutique, da boutique à discoteca, da discoteca à mulher do Onofre, que está muito boa. E ainda por cima o Onofre, que é político, passa a vida a viajar, acentuando com a sua ausência a disponibilidade da sua cara metade. Tu, cidadão ibérico, devoras petiscos e jantares em restaurantes mais ou menos caros, se é que tens posses para o fazer. E, quando chega o momento, votas num partido que não te merece

nem consideração nem respeito. O sistema não está disposto a brindar-te alternativas sérias. Uns, por inércia, vivem atados a alternativas transactas. Têm a mania de conservar, acudindo à restauração quando a realidade se revela desgastada e carcomida, embora as restaurações quase nunca resultem. Outros tratam de desencadear revoluções, para que tudo fique na mesma. E no meio de tudo isto, por aí anda, ao deus dará, o cidadão obscuro, anónimo, que nada tem a ver com a peculiar formalização das cúpulas e só trata de sobreviver. A crítica política, na Póvoa e em Espanha, ainda é maledicência descarada de mau vizinho. Poucas vezes, debaixo dos nomes, avultam suficientemente os factos. Para não falar das pessoas. Dos agentes, neste caso. O político ibérico especializa-se em falar muito e em não dizer nada. Invocam-se termos insignificantes, dada a sua desmesurada extensão, como igualdade, equidade, justiça, liberdade, democracia, solidariedade. Até os direitos estão a dar para o torto. Invocam-se o respeito e a honestidade. E de vez em quando, em grande apego à *Weltanschauung* medieval, o termo honra. Juro pela minha honra de homem evidentemente desonrado, mas muito honrosamente rico. E assim vai brincando com todos nós o “homem honrado”, metido a político. E, que é pior, a “homem de Estado”. A plutocracia entende-se com os políticos, numa conjunção de destinos. “*Enrichissez-vous!*”, dizia Guizot. Quanto mais dinheiro fizeres, mais caís na alienação. E mais cocaina contrabandeada poderás recolher no cais, sem que isso te impeça de te ires elevando como cidadão exemplar, num organizado consenso social. Quando se é parte privilegiada do sistema e se lucra com o sistema, defende-se o sistema. Grande parte da população sujeita a regimes democrático-liberais pertence ao que Hegel chamava *Pöbel* (plebe, canalha, escumalha), um sector não-integrado da população que não participa devidamente dos benefícios sociais e, além do mero acto de votar, quando é caso disso, não assume qualquer tipo de capacidade decisória face à sociedade que o limita e determina. O que é que fariam todos os políticos profissionais ibéricos se, de repente, na nossa Península eclodisse uma verdadeira revolução? Uma revolução de sangue e não de flores. Quanta gente no desemprego, sem saber fazer nada, a não ser manipular o telemóvel! Há exploração tanto na ditadura quanto na democracia. Qualquer uma delas cria oligópolios. Só que agora, em vez do caudilho carismático e clerical ou do ditador entusiasticamente agnóstico, rodeado pelos pertinentes capitães de indústria, há Estados de Direito, regidos por contituições democráticas. São duas formas, uma mais elementar e a outra mais sofisticada, de levar à obediência e à disciplina. E de nos regimentar. São duas formas de nos explorar. É evidente que estou a falar, sem sequer lhe pedir licença para a fazer funcionar como argumento, da maioria silenciosa. Silenciosa, porque não dispõe de meios para se exprimir. Roubaram-lhe a voz. Os meios de comunicação são dos outros.

São da oligarquia. Poder e comunicação vão de braço dado. É um poder democraticamente autorizado que carece de autoridade, de *auctoritas*. A autoridade moral, nas democracias deliberativas, é naturalizada como convenção, como justificação vácuca do exercício do poder. Mas nós queremos ser governados por pessoas que tenham verdadeira autoridade, uma autoridade moral que não deve confundir-se com a simples *potestas*, e não por meros escribas e pantomineiros. Queremos uma democracia que se comprometa com os programas apresentados nas campanhas eleitorais, uma democracia capaz de punir os candidatos que se desviem das suas promessas. Os políticos são amantes simulados, afundados no fingimento e na infidelidade. Não queremos que a nós se oponham os outros, os outros que nos governam e que, democraticamente, deviam ser os mesmos, mas que só apresentam as suas soluções, embora afirmem que nos representam, e só defendem os seus próprios interesses, interesses que hoje em dia coincidem com os do capitalismo global. Não me revejo neles nem nas medidas que tomam. Objectivamente, em apreciação descarnada, não me parece bem que, enquanto um determinado cidadão tem, em paraísos fiscais, a bonita quantia de 93 milhões de dólares, muitas vezes sacados do erário público, outro só conte com uma pensão mensal de 240 euros. Os artilúgios para açambarcar são descarados. Há qualquer coisa no esquema que não funciona bem. Os outros, os maus, são os que se situam e situam quem bem lhes parece nos lugares relevantes das suas redes, nos sítios onde se tomam as decisões. Há uma minoria que conta a nossa história como se nós fôssemos parte integrante dela. Como se nós fôssemos parte integrante da sua história, não o sendo e nunca o tendo sido. Como poderá o camponês analfabeto e indigente da Beira interior, agarrado ao longo da sua vida à rabiça do arado, ter participado na epopeia imperialista, a não ser como carne para canhão? E como poderá ter lucrado com ela? Há níveis de luxo inimagináveis para o cidadão médio. Xeques árabes que alugam pisos inteiros de hotéis, para alojar os seus séquitos. E o seu harém de tigresas da Circásia. Mafiosos russos que se deixam ver com umas loiras espampanantes, de olhos verdes e rasgados e pernas do comprimento do Volga. E com uma *kalashnikov* sempre por perto, para dissuadir os mais arrojados. A democracia, em vez de distribuir equitativamente a riqueza, concede o privilégio de uma vida aristocrática a muito boa gente, projectando-a aos patamares mais elevados do consumo. É uma máquina que não se cansa de produzir novos-ricos, condenando a maioria silenciosa a uma indigência obscena. Citando Galbraith, pode dizer-se que tal democracia produz «private affluence and public squalor». É óbvio que a riqueza privada só incide sobre uma minoria qualificada. Havendo critério suficiente, poder-se-á viver no seio da qualidade. Mas eu, em vez de me recolher sobranceiramente no meu *château* de Provença, terei de optar, no melhor dos casos, pelo *package tour* a Tenerife, para

comer sopa de letras. E fico todo contente, porque me posso dar a luxos de burguês. Será que me estão a manipular? Ou não será que sou um *eu* que se está a manipular a si mesmo? Os que decidem dão-nos a realidade virtual, ao alcance de um botão de uma máquina que eles manejam muito sabiamente. Eles passam um fim de semana em Tahiti, a Tahiti de carne e de areia; eu, passo um fim de semana, sentado defronte do meu PC, a processar fotografias descarnadas das praias de Rangiroa, aquelas de que se diz que são de carne e areia, embora a carne e a areia não se deem muito bem. Que desagradável encontrar a lixa da areia numa hamburger! É evidente que a democracia vigente é uma forma, mais refinada que as que a antecederam, de coarctar a liberdade. E, monopólio de uma minoria, com o pretexto de que se está a servir a maioria, de ir enriquecendo. É a maneira de nos teledirigir. E de aumentar as diferenças de classes, apesar de uma professa (e pretensa) afirmação da igualdades de direitos e de oportunidades. Para que serve a liberdade de expressão, e a de voto, se não há verdadeira liberdade de acção e de iniciativa? É-nos concedido o suposto livre arbítrio, mas não temos nem meios nem objectos para o exercitar. Esbarramos com o desejado fim-de-semana, no qual, dada a nossa pobreza, nos limitamos a ficar em casa; vemos ao longe a mansão que gostaríamos de ter e não podemos comprar. Admiramos o flamante Bentley alheio, ao volante do nosso derrengado utilitário de terceira mão, quando é caso disso. Somos um cúmulo de desejos insatisfeitos que pendem da nossa pele como farpas. Passamos a vida a interiorizar tais frustrações. E lá vamos votando, prolongando a sujeição. É o direito de voto garantia de verdadeira liberdade? Vivemos no seio da inacção. E da futilidade. Poderei, ao votar, tomar uma decisão séria? Ou só estou, quase sempre, a contemporar? *A falta de pan, buenas son tortas*. Está-se a dar um cheque em branco a um desconhecido, que só conheces de uma campanha elaborada e que te pode sair um Staline ou um Hitler em miniatura. Nas democracias mais avançadas, o comportamento do candidato, que desempenha uma função retórica, é persuadir o votante de que ele se preocupa sobretudo com o bem-comum, quando, em boa verdade, está apenas a cuspir mentiras e simulações aleivosas. Em Lonely Stone, no estado do Texas, toda a gente anda com um gigantesco Stetson na cabeça; quando eu, o candidato, lá for, com certeza que envergarei um mesmo Stetson, que na nossa Península se transforma numa simples boina. É preciso criar empatias, porque simpático já sou eu. Nas democracias formais podemos assobiar, bater com os pés no chão, vaiar os políticos, amolgar alguns carros, mas ai de quem se atreva a tentar agredir frontalmente o sistema! Quem agride o sistema estabelecido é *ipso facto* um terrorista. A tradição naturalizada é intocável. A partir de agora, qualquer revolução, por mais justificadas que sejam as suas pretensões, é imediatamente identificada com o terrorismo. Os irlandeses do IRA, os palestinianos da PLO

e da PFLP, os *macheteros* de Puerto Rico, os bascos da ETA, os extremistas do GRAPO, os independistas da Chechénia, os islamistas da Al-Qaida, do Estado Islâmico e do Boko Haram, todos eles são timbrados de terroristas, sem que se trate de averiguar as razões que os levam a recorrer à violência. Não é aconselhável, a não ser que haja grandes interesses económicos interpostos, fomentar a luta contra a opressão. A opressão, agora invisível, é a mola fundamental do sistema. Para que uns tenham muito, outros hão de ter muito pouco. E se te excedes na reivindicação passas a ser um terrorista. Ai do terrorista! Pouco se fala, contudo, do terrorismo de Estado. A brincadeira de mau gosto de Guantanamo ainda não acabou. Eu vivi a sua versão africana, porque também fui Mau Mau por procuração, e agora ainda tenho de arcar com o neoterrorismo do pós-1/11. Deixam-nos ladrar à vontade, mas é-nos proibido morder. A democracia descobriu que a vaia, mesmo quando ganha vocação estrutural, não ameaça o sistema político. A todos nos é imposto o açaimo. Terei que perguntar a um especialista até que ponto é que se pode ladrar tendo o açaimo no focinho, porque é sobremaneira evidente que não se pode morder. E, para nos manter entretidos, não vamos conceber ideias excessivamente reivindicativas e exibir atitudes revolucionárias, deixam-nos enveredar placidamente pelo consumo massificado. Não pelo consumo de eleição, reservado só aos privilegiados. Se não dá para comprar um *Rolex*, contentar-me-ei com um *Swatch* de plástico. Afinal de contas, um relógio sempre é um relógio. Os sujeitos democráticos estão assim sujeitos a um ordinário autoritarismo consumista que os faz tombar num espaço de satisfação de “necessidades” que eles confundem com o verdadeiro exercício da liberdade, sem se darem conta de que os seus comportamentos estão condicionados. Na eleição residem o sujeito e o objecto, envolvidos num contexto. Quando o objecto desmerece, o sujeito está muito em baixo e o contexto é repugnante, que raio de eleição é que há de resultar? Se não tiver um bom carro não sou ninguém. O carro, a televisão, a casa na praia, a pasta de dentes, o *aftershave*, a mulher do Onofre, transformam-se em substitutos da paixão, da entrega, da fé, da solidariedade, da revelação. Invisto com força, pelo lado do “espírito”, na marca e qualidade do meu automóvel, da minha pasta de dentes, dos meus sapatos, da minha *sweat shirt*. E nas jóias de quinquilharia que deixo cair no colo marmóreo da preciosa mulher do Onofre, que ainda por cima se chama Preciosa. E não vou falar da sua boca, porque não vos quero desinquietar. O consumo é a degeneração do pleno exercício da vontade. A sociedade de consumo está vazia de conteúdo moral. E até se poderá considerar abertamente niilística. O que é verdadeiramente triste é que começo a suspeitar que o mundo de hoje não precisa para nada de qualquer orientação moral. Pode-se perfeitamente consumir a mulher do próximo como quem ingere uma tosta mista. Já falta pouco para que o cidadão, ao não solicitar

periodicamente a mulher do próximo, se veja sujeito a uma coima. Na amplitude referencial do abstracto ‘a mulher do próximo’, onde a extensão afoga a informação, cabe uma série indeterminada de variáveis. Há uma crise axiológica tipo *basso impero*. Depois de Constantino, tão aberto e sofisticado, vieram os bárbaros. Os nossos bárbaros vêm de dentro. Todos nós somos bárbaros. E os que não são bárbaros são filisteus. Na nossa sociedade os valores são sempre acrescentados às coisas. Não é que as coisas emanem dos valores. Os valores é que emanam das coisas. Até ao ponto de se esquecer, ou pelo menos de se passar por alto, a diferença entre valor e preço. Depois da neutralização da moral, qual é o nosso objectivo? A anarquia comportamental? Teremos de tombar irremissivelmente no “quem tem força manda” de sempre, ausentes a *pietas*, a *dignitas* e a *gravitas*. Para não falar da *civitas*. O capitalismo, ao pragmatizar excessivamente a moralidade, roubou-lhe os tradicionais alicerces teóricos. E afectivos. A instrumentalização estrutural mina os caboucos da teoria. E da sensibilidade. Onde está a igualdade num universo em que cada um dispõe de recursos diferentes, carecendo a maioria de quase todos os recursos? Torna-se difícil distinguir o bem do mal. Será que há mesmo bem e mal? Há carros bonitos, mulheres belas, casas esplêndidas. Mas já não há ‘beleza’. As coisas só valem em função do agrado imediato que nos dão. Tudo é beleza aderente. Estamos mais agarrados à sensação que à sensibilidade. Já se perdeu a *pulcritudo vaga*, de que falava Kant. Já não há lugar para a desinteressada “finalidade sem fim” da fruição estética. A contemplação estética, completamente desinteressada, diluiu-se no instinto capitalista que fecunda a aquisição e a propriedade. O desejo, a *cupiditas*, entremete-se continuamente na desinteressada fruição da beleza. Não queremos contemplar as coisas: queremos tê-las, abusar delas, possuí-las, violentá-las. Afundados na percepção, já não ligamos nenhuma à apercepção, à percepção plenamente consciente. Não será que, como queria Proudhon, “*la propriété, c’est le vol*”? Para consumir é preciso ter. Com a pobreza andamos todos muito consumidos, mas não consumimos nada que valha a pena. O consumo, no seu delírio prático, não dá bem com a teoria. O carro, a mulher e a casa, na sua descarada individuação massiva, não de ser meus. É a obsessão capitalista, elevada pelos Estados Unidos a um preocupante nível de ideal de existência, cimentado no instinto de propriedade privada, submetido agora a globalização. O motor dos comportamentos é a ganância. Adora-se de novo o Bezerro de Ouro. Anda por aí solta uma alcateia de Midas. Não importa o que é o ‘carro’, a ‘mulher’, a ‘casa’. Confunde-se o quem é com o que é. Tudo se coisifica. Vive-se a exterioridade. Vive-se fenoménica e fenomenalmente. Todas essas coisas me não de pertencer. O capitalismo fecunda e venera o instinto de propriedade. Ter! Ter mais que os outros, os outros-mesmos, que, se nós temos de mais, não de ter menos que nós. Ter à

custa dos outros, os outros-mesmos. Para que há de servir uma mulher bonita se ela não me presta atenção e eu não posso dispor dela? Quero-a subjugada ao meu poder, a arrastar-se pelo chão como um verme, a lambar o rasto dos meus passos. E, se protestar, ferida na sua dignidade, afogo-lhe a respiração com notas de mil dólares. E, impensavelmente, ela, mortinha por uma pingue conta corrente, acaba por ficar muito satisfeita.

E querem que nós, os europeus, desbancada a prática pela teoria hipocondríaca, vivendo há tantos séculos alojados na desconfiança, nos unamos, nos integremos para construir(-nos), nos tempos descentrados e deconstrutivos de Foucault, Barthes, Lyotard, Deleuze, Derrida e Baudrillard! A construção da Europa na era da desconstrução! A crítica francesa ensina-nos a desconfiar do vizinho. E até de nós mesmos. Falta-nos fé, depositada no carro e na casa da praia. Que atitude tomar, dada a aparente dificuldade de síntese, face ao informalizável europeu, tão rico em perspectivas analíticas, muitas vezes contraditórias? A cultura islâmica, com todos os seus excessos e anacronismos, é positiva, dinâmica; a nossa cultura, muito céptica, só se encontra a si mesma na crítica. Não nos sentimos bem. Temos regimes de “liberdade”, de uma liberdade que não sabemos utilizar, e vivemos em pretensos Estados de Direito, não poucas vezes saqueados pelos seus próprios representantes. Podemos votar por determinados partidos. Os eleitos, que foram indigitados pelos partidos, realmente não nos representam imediatamente. Eles estão nos parlamentos não em representação do povo, mas sim dos partidos. E os partidos, em vez de representarem o povo, representam-se a si mesmos e também representam os bancos, as corporações e as indústrias, quer privadas, quer estatais, sobre as quais o seu poder se sustenta. São instituições (in)dependentes, que, sob o pretexto de veicular a vontade do “povo”, têm acesso ao poder e ao capital. Só representam os interesses que merecem o interesse dos seus membros, de acordo com o vigente *crony capitalism*, que rege as relações entre os homens de negócios e os funcionários do governo. Nos Estados Unidos, segundo nos diz Chomsky, Democratas e Republicanos, cada vez mais parecidos, configuram um Estado de um só Partido: o *Business Party*. Os políticos governam, aparentemente, em nome do cidadão, mas acabam por governar-se a si mesmos. Constituem-se numa partidocracia. A política alia-se à plutocracia. De vez em quando um ministro, apanhado em flagrante numa orgia, nu como no momento em que veio ao mundo, vê-se obrigado a deixar o país disfarçado de cura. E o partido, se ele tiver peso lá dentro, não deixará de o ajudar. E até de o reintegrar. A corrupção só tem importância quando atrapalha o funcionamento da máquina partidista. Podes extorquir à vontade, entregar-te à vontade a práticas pedofílicas, cobrar comissões injustificadas, desviar dinheiro para o depositar em paraísos fiscais, sabendo de antemão que os teus correligionários farão vista grossa, sempre

que não fores descoberto e denunciado pelos *media*, muitas vezes domesticados. Agora é quando entra em jogo a esperteza saloia que o político, falto de alicerces culturais sólidos, leva para o Parlamento. E isto depende, em grande parte, dos meios de comunicação, que poderão ou não vir a ser bem compensados para passar por alto os desvios e os abusos, fazendo parte de uma folha de pagamento permanente. O enriquecimento ilícito é assumido como prática comum. É uma das razões que leva a enveredar pela política. Duas legislaturas bem trabalhadas poderão permitir que a vida de um deputado fique devidamente organizada. Os partidos são estruturas fechadas, de escasso conteúdo doutrinário, arruinadas já as justificações ideológicas, que se definem pela ânsia desmedida de lucro e de poder, esquecendo as mais das vezes o bem público que se comprometeram a proteger e a fecundar. Nas democracias formais vigentes salta aos olhos uma evidente assimetria de poder. A democracia deve possibilitar ao cidadão “subalterno” a contestação eficiente das decisões do Estado que o prejudicam. A partidocracia nada tem a ver com a democracia directa, que devia outorgar ao cidadão capacidade para intervir na promulgação das leis, tarefa que, nas democracias deliberativas, é desempenhada pelos detentores de cargos públicos, cujas decisões entram, não poucas vezes, em colisão com as aspirações legítimas do votante. O neoliberalismo e o conservantismo, como é sobremaneira evidente nos Estados Unidos, propiciam a desvalorização da plena liberdade política, da cidadania substantiva, sobrepondo a governação, concebida de acordo com os ditados do mercado e os interesses da minoria capitalista, às necessidades do cidadão, e comprometendo assim a cultura e as instituições da democracia constitucional. Na maior parte das democracias o cidadão comum, se é que não está submerso na ignorância, exhibe pelo menos uma grande falta de informação respeito à política pública. Desde este ponto de vista, pode-se dizer que o exercício da prática democrática, não poucas vezes dirigida por funcionários desleixados e incompetentes, equivale a deixar que as crianças brinquem com uma caixa de fósforos. É inegável que o povo sente, mas nem sempre compreende, enquanto o político compreende, pelo menos quando tem a devida formação, mas nem sempre sente. Aconteceu-me ouvir dizer a uma senhora que tinha votado por um determinado candidato porque ele era muito charmoso. E outro votará porque o candidato em questão é seu conterrâneo. Ou porque, como ele, é adepto ferrenho do Sport Lisboa e Benfica ou do Real Madrid. O que o político quer, não poucas vezes, é alcandorar-se no poleiro. O cidadão comum, sumido hoje num estado de apatia que o desinteressa dos manejos dos políticos, estratégia de passividade fecundada por um sistema que se baseia na delegação de poderes, terá que intervir muito mais na gestão da *res publica*. Tem que se tornar o verdadeiro protagonista do sistema. Terá que deixar de ser sujeito de

sujeição para se transformar em sujeito de decisão. Será preciso, como primeiro passo, afirmar a cultura cívica, que compreende o afecto positivo pelo sistema político e a convicção, hoje comprometida, de que os nossos concidadãos, principalmente os que assumem funções públicas, são basicamente fiáveis e estão dispostos a trabalhar em prol do bem comum. Estamos perante uma tarefa de correcção. Poder-se-á proceder à correcção do político abastardado ou será preciso criar um *homo novus*? Há que encontrar uma teoria confluyente do civismo. Do respeito. Da integridade. E fazer que todo e qualquer cidadão assimile e tenha sempre presente a cultura da seriedade. A cultura de pessoas sérias, do pedreiro ao catedrático, do escrivão ao Primeiro Ministro. Tal missão torna-se inviável, no seio de um neoliberalismo desenfreado, onde proliferam os egoísmos e os interesses privados. Não creio que na maior parte das democracias formais se deem, nem de perto nem de longe, os requisitos necessários para o exercício de uma equidade suficiente. Há que encontrar um modelo operante de democracia directa, substituindo a democracia parlamentar por uma verdadeira democracia deliberativa, onde todos tenham capacidade de acção e de discriminação, podendo assim participar na elaboração de projectos e na tomada de decisões. O sistema eleitoral do Reino Unido, o *First past the post* (metáfora que tem a ver com o cavalo que atinge primeiro a meta), faz que, em cada uma das 650 *constituencies* ou distritos, só o candidato que reúne a maioria dos votos seja eleito para a *House of Commons*. Se o dito candidato tiver, digamos, 35% dos votos, o 65% dos restantes votos alternativos serão ignorados. O que quer dizer que 65% dos cidadãos não estão representados no Parlamento. Nalgumas democracias do sul da Europa, perante a proliferação de facções minoritárias que ameaçam o bipartidismo, há quem queira, em nome da governabilidade, adoptar o sistema britânico, apesar de dito sistema, alheio a uma distribuição proporcional dos votos, estar a ser cada vez mais contestado no Reino Unido

Como quer que seja, devem acabar os políticos profissionais, muito imbuídos nos seus próprios interesses, que açambarcam a ubre e só nela deixam de mamar quando são cerceados pela morte, exibindo indecorosamente a sua senilidade. Mamaram infantes, quando não tinham dentes, e mamam agora, velhos desdentados. Na Península, todos os políticos têm um desempenho vitalício. Quando se é filho de um político, nasce-se político. E bem vale a pena chegar ao topo, porque na Póvoa, passa-se quase automaticamente da Presidência do Governo à Presidência da República. A carreira fica assegurada. Meter-se a político é o melhor negócio que hoje oferece o mercado, tanto mais que para o fazer não se exige grande preparação. Depois de terem ganho o (des)respeito do votante, guindam-se à magistratura suprema da nação, através de sórdidas e aleivasas campanhas eleitorais que fazem a cabeça do cidadão

desprevenido, que, estupidamente, concede o seu voto a um candidato que, depois de o enganar com promessas vãs, o irá inevitavelmente explorar. Nem sequer é preciso ter uma grande cabeça para chegar ao topo, embora por vezes se tenha uma cachola de respeito. A decrépita Europa, carecente de ideias e de ideais, acabou por esbarrar, no campo da prática, com uma endémica incompetência política. Quem não serve para outra coisa, na Europa de hoje, chega a político. E o político é, sobretudo, um gestor. É um tecnocrata, muitas vezes de dúbia competência, no melhor dos casos. Resolve problemas concretos, mas não sabe conceber e desenhar projectos. É impressionante a sua pobreza doutrinária, a falta de formação sólida, a carência de imaginação e de criatividade. A sua incultura, possivelmente consequência da presente crise das humanidades, é patente. E vai sempre acompanhada por uma inclinação à prevaricação, ao peculato, à corrupção, autorizada pela permissividade, nesses aspectos, da Igreja de Roma. S. Pedro e Europa já trocam e encobrem há longos tempos os seus pecados.

A agressão “terrorista” do 9/11, que tanto comoveu o Ocidente, e que tanta alegria provocou no Terceiro Mundo, foi um triste episódio do qual o Estado neoliberal tirou pingues dividendos, aproveitando a ocasião, ao fecundar e explorar convenientemente a paranóia colectiva, para exacerbar a tensão, dando-lhe um carácter prático, situado entre o (des)respeito pelo direitos individuais e o imperativo de uma pretensa segurança nacional. Para impor as suas soluções, os políticos, fecundando o medo, criaram um excessivo clima de insegurança que lhes permitiu anestesiar a opinião pública e tomar iniciativas arriscadas. Em qualquer parvónia de Idaho ou de Nebraska, o cidadão passou a recear, assumindo-se absurdamente como alvo preferencial, que lhe caísse uma bomba em cima. O muçulmano radical não tinha pedalada para submeter os U. S. a tal pesadelo. O 9/11 não era o primeiro episódio de uma série. Era um acto isolado. Optou-se, no entanto, para fecundar a solidariedade agressiva, por um novo espírito de cruzada, assumido desta vez pelos puritanos. O cidadão civilizado, manipulado por uns meios de comunicação postos ao serviço da “ideologia” oficial, tremia de medo, na sua obscura e ignorada cidadezinha, sem ter consciência de que já avultava no horizonte, graças à sua temerosa passividade, o perigo de uma excessiva concentração de poder nas mãos do Estado. Charles Tilly, em 1985, esboçou uma analogia entre o poder estatal e o crime organizado. Al Capone, Frank Costello, Carlo Gambino, Jim Colosimo, Vincent “Mad Dog” Coll, Eddie “The Butcher” Commiskey, John “Red” Shea vestiam-se agora de políticos. Acudindo à protecção, apagavam-se os adversários da clientela estatal. E, mediante a extracção e a extorsão, angariavam-se os meios para implantar devidamente os políticos (os gangsters oficiais) capazes de implementar tais medidas. Dentro do Estado,

suprimiam-se os rivais internos. Sem ir mais longe, a morte de John F. Kennedy, que com certeza não foi iniciativa de um tresloucado, nunca chegou a ser bem esclarecida. E a do mano Bobby também não. Para eliminar os rivais externos, desencadeavam-se guerras, empreendidas agora em nome da democracia, quando na realidade o que se estava a defender era a expansão ilimitada do globalizado capitalismo neoliberal. A guerra, hoje em dia, é o negócio de eleição. Atentemos apenas numa dezena de grandes corporações que se especializam na produção de armamento, de barcos, de munição, de sistemas electrónicos, de aviões, de sistemas de radar, de mísseis. A *L-3 Communications* emprega 61.000 pessoas; a *Finmeccanica*, 70.440; A *EADS*, mais de 133.000, A *Northrop Grunmar*, 72.550; a *Raytheon*, 71.000; a *General Dynamics*, 95.100; a *BAE Systems*, 93.500; a *Boeing*, 171.700; a *Lockheed Martin*, 123.000. Imaginem o que aconteceria se toda esta gente, sem contar com a que preenche as indústrias satélites, fosse parar ao desemprego! Nada se progrediu dos tempos de Xerxes aos de George W. Bush. Embora a *War Powers Resolution*, de 1973, obrigue o Presidente a enviar tropas com o assentimento prévio do Congresso, na prática as coisas nem sempre obedecem a tal exigência. Os membros do Congresso, em muitos casos, afundados no egoísmo de miras curtas das suas políticas locais, não têm porque se meter em assuntos que não afectam directamente os estados que os elegeram. Se o Presidente quer empreender uma aventura militar, será melhor que o membro do Congresso se desentenda de tal iniciativa. Se a aventura militar correr bem, tanto melhor, já que o *Congressman* verá reflectida na sua pele a glória alcançada. Se der para o torto, sempre se poderá culpar o Presidente. Está-se a assistir à transnacionalização do gangsterismo económico e financeiro, dissimulado debaixo das roupagens dos valores (anti)democráticos. Os interesses económicos transnacionais e a suposta defesa da democracia, que se trata de impor, não poucas vezes em países indemocratizáveis, confundem-se indissolúvelmente. A implantação da democracia no Iraque ou no Afeganistão não é mais que uma estúpida miragem. Os políticos ocidentais nunca se deram ao trabalho de ler o (Al)Corão.

O cidadão devém vítima, devidamente manipulada, dos interesses do mercado global. Os miúdos, ao adquirirem o “revolucionário” disco da última estrela *pop*, ignoram, crendo-se muito “modernos” e inovadores, que a sua opção peregrina e “revolucionária”, fiel aos ditados da moda, já foi devidamente prevista e monetarizada. Os miúdos inovadores são o produto de laboriosos e pormenorizados estudos de mercado desempenhados por indivíduos de meia-idade, perversamente conservadores. No capitalismo avançado, de acordo com o eventual posicionamento socioeconómico, vive-se, como relação humana mais profunda, a relação de compra e venda. Eu tenho um “amigo” adinheirado que aposta periodicamente por uma

agência de S. Petersburgo. De dois em dois meses, para relaxar, manda vir do Báltico uma redoma animada de Chanel russo, com umas pernas esguias e quilométricas e um saborzinho ténue a vodka preso do hálito. É o produto de uma investigação minuciosa num amplo catálogo. A beleza e o amor entram-lhe em casa, durante três dias, por cinco mil dólares. O menu inclui museus, palácios ducais, árias de ópera, refinados restaurantes, passeios melódiosos no rio. E, no que diz respeito aos discos consumidos pelos miúdos, há sempre um judeu anafado, que também tem contactos na consabida S. Petersburgo, que agora se veste, por vezes, de *yuppie*, sendo com uma certa frequência um *hippie* reciclado, um judeu de lentes grossas que foi, na infância, vizinho de Robert Zimmermann, em Hibbing, Minnesota, a administrar convenientemente, no seu gabinete de Nova Iorque, de LA ou de Londres, a última “novidade” iconoclástica. É um dos reitores de um multiculturalismo corporativo que resulta muito compensador, pelo menos para os seus patrocinadores. Houve uma altura em que os grupos sociais marginalizados se empenharam na transformação dos símbolos do *status quo*. Assim, as mulheres queimaram os seus sutiãs e envergaram calças, os estudantes começaram a usar os *jeans* das classes trabalhadoras, os negros recuperaram as suas carapinhas em vez de alisar a grenha, as raparigas começaram a tingir o cabelo de verde ou de violeta. Depois vieram os *piercings* e os *tattoos*. A indústria, atenta, não tardou a comercializar tais transformações. Instaurou-se uma relação constante entre ruptura e comercialização, depois da ruptura ser decidida e devidamente assimilada pelo *establishment*. Somos vítimas inconscientes da automatização da iniciativa, de acordo com as opções contidas, não poucas vezes, num nicho construído antes de que se possa esboçar o acto de escolher. As nossas escolhas obedecem a atratores mecânicos. Optar por uma saída numa disjunção não garante necessariamente que se tenha realizado uma escolha, sobretudo quando a bifurcação não oferece mais alternativas. A escolhas estão cheias de escolhos. Quantos milhões de dólares, porque assim o decidiram, não terão acumulado as editoras discográficas que patrocinaram a *protest song* de Bob Dylan?! Nós pensamos estar a expandir o nosso espírito, ajudados pelos ácidos e pelo LSD — “*Tambourine Man, Take me on a trip upon your magic swirlin’ship*” —, e eles, muito mais práticos e sabidos, multiplicam, muito senhores de si, os seus benefícios, fecundando a contracção da nossa consciência. A nossa “libertação”, economicamente induzida, traduz-se no aumento exponencial da sua segurança. E das suas contas correntes. Quanto mais ocupados estejamos em consumir produtos “inovadores”, mais seguros eles se sentem. Quando os putos pensam que estão a ser eles mesmos, já são outros. São simples construtos. Já são os eles-mesmos que os outros moldaram. E, como marionetas, já são manipulados por outros, pelos gestores de centros de

decisão que lhes são completamente alheios, quer os gestores quer as decisões. A iconoclastia vigiada tornou-se parte do sistema. Não precisamos já de procurar experiências peregrinas: são-nos oferecidas nas amplas prateleiras do hipermercado global. O exotismo está comercializado. Já tens os temperos orientais ao alcance da mão, embora, a falar verdade, nunca tenhamos chegado a compreender bem o *Bhagavad Gita*, para não falar do *Ananga Ranga*. E nós, os adultos, poderemos, fugindo à alienação das oito horas de trabalho quotidiano, muitas vezes automatizado, que nos são impostas, entregar-nos no fim de semana ao budismo *zen*, ao sexo em grupo, à cocaína, à mescalina, à teosofia, formas de protesto (in)transcendentes assimiladas pelo *status quo*, se é que não são formas permissivas do seu regime de “saúde”. Umás fodas e umas mocas a mais nunca fizeram mal a ninguém! Don Juan e Casanova nunca chegaram a comprometer a monogamia estabelecida. A infracção periférica é parte do sistema. Consume-se a droga proibida, que, em estratégia transversal, não deixa de beneficiar o processo de acumulação capitalista, engrossando as contas-correntes dos políticos. Está-se a proceder impunemente, no capitalismo neoliberal, à socialização da burla. Na Póvoa, muito rudimentarmente, o abuso nem sequer se maquilha. Aparece ali, no meio do terreiro, sobranceiro e impávido. Não de balde se escrevera na Póvoa, em tempos que já lá vão, mas que ainda estão, uma *Arte de Furtar*.

São modos aparentes de resistir à alienação. Como não nos sentimos bem em casa, tendo renunciado à pedante “Casa do Ser” (*Hause des Seins*) heideggeriana, activamos mecanismos de fuga. Mas, bem no fundo, entregamo-nos a formas sofisticadas de alienação colectiva ou, por vezes, aristocrática. São âmbitos de alienação positiva, embora heterodoxa, que, dada a sua ainda relativamente pouco significativa marginalidade, podem ser perfeitamente assimilados e digeridos pelo sistema. A libertação da linguagem dos laços da gramática, com vistas a uma articulação plena, poderá ser consentida numa minoria, mas, a ser assumida pela maioria, poderá impedir a leitura do sistema implantado, ascendendo então ao patamar de actividade terrorista. A *sintassi in libertà* é coisa de poucos. Imaginem a anarquia que se teria implantado em Europa, no primeiro quartel do século XX, se a todos lhes tivesse dado por ser futuristas! As revoluções culturais minoritárias poucas vezes afectam decididamente a consciência burguesa. Entretanto, a nossa competência proairética de cidadãos educados no civismo, com ou sem pistolas no bolso e caçadeiras no alpendre, dissolve-se no acto de escolher aquilo que já foi escolhido para nós. Eles escolheram; nós elegemos, encostados a um Partido. Só se pode tomar partido pelo Partido estabelecido, que nada tem a ver com as inquietações das minorias recalcitrantes. Nesta sociedade consume-se muito o que é proibido, embora o sistema fiscal, inimigo figadal da pujante economia

paralela, nos diga que só se pode consumir o que está no mercado, sujeito aos pertinentes impostos e gabelas. Quase tudo, no entanto, é *hors marché*, graças à economia paralela. Estamos a reeditar a primeira desobediência: a de Adão. O consumo, devidamente fiscalizado, em toda a sua alienação procaz, é o meio mais acessível de afirmação social. É o *keeping up with the Joneses* que, se não for convenientemente praticado, há de revelar uma indiscutível inferioridade socioeconómica e “cultural”. É a viga mestra da tal democracia. E do capitalismo neoliberal que a acompanha. A noção de “alta cultura” entrou em crise definitiva. A cultura elitista está a desaparecer. A noção canónica de excelência, embora se mantenha por inércia no âmbito universitário, começa a difuminar-se, transformando-se numa relíquia do passado. O pós-modernismo veio rejeitar a secular distinção ente alta (*high*) e baixa (*low*) cultura, mediante a imposição de um “populismo” que legitima e sanciona a validade de formas como a música pop, os *grafitti*, os desportos de massa, as telenovelas e os *reality shows*. A cultura *network* proporciona plataformas discursivas a toda a gente, sem exigir qualquer tipo de bagagem cultural ou de preparação científica especializada, numa gigantesca *Vanity Fair*, onde todos, até os mais ineptos, são admitidos como protagonistas. Trata-se de consumir, nesta feira global, produtos que possam ser facilmente assimilados e digeridos. A apreensão artística rejeita frontalmente a dificuldade e a complexidade. Segundo umas estatísticas que me vieram parar às mãos, na Alemanha, em 1907, quase todos os discos editados pertenciam à categoria de “música séria”. Em 1929, as vendas de música clássica reduziam-se a 29%. Em 1964, a 20,4%. Em 1968, deixavam-se ficar em 13,6%. E hoje em dia? É de crer que agora só precisemos de um dígito. Para quê ouvir Mozart se dispomos de Madonna? Poderá competir a Vénus de Botticelli com os melões de Boyancé? Já não se poderá falar de excelência artística e antropológica, porque a iliteracia do povo, ignorante dos códigos pertinentes, proibe a assimilação da arte sofisticada, de filiação aristocrática, mas há que reconhecer a existência de uma superioridade político-económica. O mercado dita os critérios de qualidade. A arte monetarizou-se. Esqueceu-se que grande parte do prazer proporcionado pela fruição estética provém da superação da dificuldade da sua apreensão. Nada de *ornatus difficilis* na expressão artística. Hoje impõe-se a “arte” fácil, pretensamente democratizada, que aponta para o consumo massificado. Tudo, dos copos e dos pratos aos discos e aos livros, se tornou descartável. Entrámos na era do *disposable book*, que, depois de nos entreter durante umas horas, não deixa rasto na memória e na sensibilidade. Há determinados povos, organizados em Estados, que não têm importância no tabuleiro internacional, nem a nível político nem a nível criativo. Até as nações secularmente criativas correm o risco de sucumbir a tal epidemia. A Póvoa, fiel a uma tradição secular, salvo raras

excepções, continua a importar os seus modelos. E, arruinados os critérios de selecção, confunde a lebre com o gato e o ouro com o ouropel. A nossa pobreza é tanto económica quanto mental. Tudo serve, desbaratados os critérios de excelência. Na noite fechada em que vivemos, todos os gatos são pardos. A coruja de Minerva já não empreende o seu voo quando a noite se abate sobre o mundo.

O livro, antes venerável, já não se deixa descobrir no recanto escuro de uma livraria. As livrarias, em grande parte, são depósitos de papel impresso. Os escritos poderão carecer de qualidade, mas, sujeitos às leis do mercado, hão de ser produtos comerciais. E o que é a qualidade? A qualidade, longe de ser uma categoria, como queria Aristóteles, reside agora, substituída pela quantidade, em massificação indiferenciada, naquilo de que toda a gente gosta, naquilo a que toda a gente é “levada” a gostar. A “qualidade” é uma secreção do capitalismo democrático criado pelo neoliberalismo. A qualidade é o (des)valor, e sobretudo o preço, que um determinado produto pode assumir no mercado. Não se investiga e teoriza a qualidade: simplesmente se impõe. É o resultado de uma iniciativa prática. Qualquer coisa serve, desde que se venda. Pode-se ir de J. K. Rowling a Dan Brown, passando por Elton John y Madonna. Pode-se ir da consola da Nintendo à TV 3D LED ULTRA HD842 84LM960V, que inclui *Magic Remote*. O valor confunde-se totalmente no preço. Ou melhor: o valor deixou-se devorar pelo preço. A indústria da (in)cultura, sempre à procura de oportunidades para a realização de capital, integra o consumidor partindo de instruções e iniciativas, lavradas pela cúpula, que transformam o produto artístico, perdida a sua *aura*, em simples mercadoria. A ânsia de lucro veste-se de cultura. O livro vendeu cem mil exemplares. *Ergo*, o livro é bom. Isto é uma inferência necessária. O que quer dizer que o livro que vende um milhão de exemplares ainda será muito melhor. O uso do sufrágio universal no âmbito da avaliação artística estética faz que o verdadeiro criador, situado perante um júri constituído por professores carentes de capacidade de apreensão estética, de verdadeiros filisteus, tenha que ceder o seu lugar a pseudo-artistas frívolos e amadores, acabando por ser irremessivelmente suplantado. A qualidade mercantilizou-se. O grande poeta contemporâneo é o vendedor, o *salesman*. Harry Potter superioriza-se a Hamlet; Dan Brown, a Cervantes. Quem diabos é Shakespeare comparado com Nicholas Sparks? Compremos imediatamente *Safe Heaven!* E concedamos um lugar de eleição a *The Da Vinci Code*, já que não dispomos nem de tempo nem de competência para nos embrenharmos na leitura de *Ulysses*. Um veemente viva ao livro, com todas as suas vulgaridades! Aparece agora, muito desavergonhado e diminuído, privado da sua *aura*, em posters, em placards, envolvido em luzes fátuas. Uma autora, muito impudentemente, conta a história de um adultério estúpido, em Milwaukee, Wisconsin, na

margem sudoeste do lago Michigan, sem, dada a sua ignorância, sentir a *anxiety of influence* de *Madame Bovary*. Sem ter lido *Ana Karenina*, *Effi Briest* e *La Regenta*. E sem nem sequer ter conhecido a Luisinha do *Primo Basílio*. O que ela escreve é uma verdadeira chachada, que rende milhões de exemplares e muitos milhões de dólares. Tal como a autora, o leitor desconhece os modelos canónicos. Porquê? Porque a noção de cânone já não é pertinente. Consumem-se versões grosseiras de veneráveis arquétipos ignorados e infraformalizados. O “espírito”, e os seus sucedâneos, vendem-se, numa imediatidade procaz, como o detergente, o carro, o sexo ou o café. Agora, com o acesso automático ao *facebook*, podem-se travar relações de “amizade” com (des)conhecidos. Podem-se adquirir amigos e amigas como se adquirem relógios e consolas. “*I hate the prostitution of the name of friendship to signify modish and wordly alliances*”, escreveu Emerson. “Queres ser amigo de ...?”. Basta carregar no *enter* para se ter um novo amigo. “Já és amigo de ...”. A amizade está agora online, ao alcance de um clique. Confundem-se os amigos com os (des)conhecidos. Todos somos amigos de indivíduos que nunca tivémos o (des)prazer de encontrar. A vida é um comboio no qual, a cada dois minutos, é preciso parar numa estação virtual onde nos espera um feixe de amigos que nunca tivémos ocasião de conhecer. Eram preferíveis os comboios desengonçados do velho Oeste, coroados de fumo, que só paravam de vinte e quatro em vinte e quatro horas. Ser amigo é como matricular-se num clube ou numa academia. É-se o que o cartão diz que se é. Todos somos sócios da amizade, tal como, sem nos conhecermos uns aos outros, somos sócios do Benfica ou do Real Madrid, irmanados no alarido multitudinário da Luz ou do Santiago Bernabeu. É-se amigo de quem não se conhece. Talvez porque nesse quem não haja nada que conhecer. Nem que ser. Quando navegamos nas redes sociais prestamo-nos a uma virtual intimidade procaz. A uma identidade falsa que nos descentra. Distribuído em tantas solicitações, como poderá cada um de nós ser integralmente um *eu*? O *eu* é agora de todos. É o megaeu. E depois, muito possuídos de nós mesmos, passeamos pela avenida, cruzando-nos com milhares de desconhecidos, ou de conhecidos, de carne e osso, ou com conhecidos virtuais, nos quais nem sequer reparamos, com o som metido nas orelhas. A introspecção, na esteira do pragmatismo americano, torna-se um exercício supérfluo. Quase nunca estamos sozinhos, ao serviço de nós mesmos. “*Converso con el hombre que siempre va conmigo*”, dizia o poeta. Já não tenho ocasião de o encontrar. A pressão do imediato já não me deixa parar, repousar. A introspecção tornou-se *démodé*. O valor, esmagado pelo peso do poder económico, reside agora na produtividade. O espírito, definido como um valor (a)cultural sujeito a manipulação consumista, já não pode sobreviver, pelo menos como sujeito desinteressado da formalização teórico-estética, numa época em que prevalece a

exterioridade. A impotência intelectual das massas cresce em proporção directa à quantidade de “bens” que o mercado global lhes proporciona. Estamos tão afundados num mundo de coisas, que não sabemos já como as desenredar e como nos desenredarmos delas para nos podermos ver a nós mesmos com um algo de nitidez. A introspecção, inabilitada pelo pragmatismo, esbarra com o vazio. Ou com a confusão. Construem-se casais amorosos, numa electrónica osmose intangível que não sabe a carne. Nem a peixe. Tudo fica mais comprometido pelo facto, inegável, do eu mesmo ser uma noção móbil e relativa que só corresponde ao momento da emissão verbal. Já não há quem distinga o *eu* do enunciado do *eu* da enunciação. E a rede social imposta pela telemática é, sobretudo, um delírio de verbalização vácuca. Nela circulam, em miscigenação procaz, a estupidez e a inteligência da humanidade. Todos querem figurar no palco da “imbecelidade”. Chega-se ao momento em que não há argumentos fiáveis para distinguir o estúpido do inteligente, ou vice-versa. O (des)conhecido, na rede, passa, com um simples clique, a ser um amigo de peito. Onde é que foram parar, a simpatia, o altruísmo, a compaixão, a compreensão, a fé, o sacrifício, a solidariedade? A *amicitia* ciceroniana vulgarizou-se. O amor fabrica-se num jantar romântico à beira-mar, combinado num *site* que oferece o amor *à la carte*, e na conseguinte discoteca. É muito frequente, na Póvoa, que um tipo que só conheces de vista e com quem não tens a mínima confiança se dirija a ti, em estúpida sublimação retórica, com um veemente, detestável e despropositado “Meu caro amigo!”. O andaluz faz isso, mas é a gozar. O povoense, mesmo em plena crise do *eu*, toma o seu papel muito a sério. Saberá ele quem é? Tudo isto é um modo de manifestação da “dessublimação repressiva” de que falava Marcuse. Circulamos muito à vontade nas redes sociais, muito cheios de nós, apesar de tanta insegurança identitária.

No âmbito da política, as democracias são dissimuladas ditaduras insidiosas. O direito ao voto, ao voto a (des)favor de partidos devidamente territorializados, autênticos governos paralelos, é uma (in)actividade sabiamente conduzida por agentes de eleição, que trazem às eleições os ensinamentos das campanhas presidenciais americanas. Eu gosto muito do Obama que não conheço. E ainda gostava mais, em tempos que já lá vão, do charmoso J. F. Kennedy. Houve quem não pudesse conter as lágrimas ao saber da morte de uma Lady Di desconhecida. “Ai, fartei-me de chorar quando morreu Amália Rodrigues! Chorei tanto como quando faleceu a minha mãe”. Hoje em dia, a maior parte das democracias formais são ditaduras de dois partidos, que se vão alternando intermitentemente no exercício do poder, brindando ao eleitor a ilusão de que, ao votar, está a exercer a sua liberdade, quando, na realidade, só lhe perguntam: “Queres comer este queijo ou aquele?” Seia ou Niza? Chedhar ou Cheshire?

Cabrales ou Manchego? Camembert ou Brie? Não importa que te apeteça carne, peixe, salada ou compota. Só há queijo. Sempre o mesmo queijo diferente. Só há duas opções de voto, que se entendem amistosamente. Têm interesses comuns. A falsa escolha dada ao cidadão traduz-se na grande mentira da participação, na mentira da “democracia participativa”. É sobremaneira evidente que uns participam mais do que outros. Há os que criam e transformam o produto e os que se limitam a consumi-lo. Que são obrigados a consumi-lo, porque o mercado eleitoral não oferece qualquer outra alternativa. Há quem nem sequer participe, ou que só participe da miséria, além de participar na miserável votação. A verdadeira deliberação deve implicar capacidade de decisão. De uma decisão racionalmente orientada e não conduzida pela emoção, sabiamente manipulada. Nem sempre o que se deve escolher corresponde ao que realmente se escolhe. E, muito frequentemente, dada a limitação da informação que nos é dada, a nossa escolha traduz-se em aposta arriscada. Os verdadeiros protagonistas democráticos, embora eleitos pela “vontade popular”, são não poucas vezes ditadores embuçados que, em vez de envergarem a pesada farda, andam a correr em fato de treino, o que os faz parecer muito pós-modernos. No período eleitoral, rodeados pelas claques entusiásticas que se deram ao trabalho de organizar, numa grande profusão de hinos e bandeiras, juram e perjuram que vão respeitar um determinado programa que, uma vez eleitos, não tardam a desprogramar. Salazar a correr em fato de treino dá um político povoense de hoje em dia. E ainda por cima com tatuagens. Imagine-se Salazar, sempre tão pudoroso, com uma sereia capitosa tatuada na nádega e um *piercing* no nariz, a fazer o seu *jogging* matutino no Jamor! Desapareceu o voluntarismo ilustrado de Churchill e de De Gaulle. Na minha assumida ignorância, todos estes obstáculos me parecem insalváveis. No desgastado húmus da americanizada sociedade europeia já não medram políticos cultos e criativos. Tudo leva a crer que o homem europeu já não tem a fibra de antes. Perdeu energia. Consumiu-a em duas grandes guerras, apertadas em cinquenta anos. E no delírio imperialista. Habitados à expansão, não são capazes de conceber a contracção. Querem converter o frustrado suicida em paradigma de optimismo. E de ganância, porque a ganância desenfreada de uns poucos, que se reflecte no empobrecimento exponencial de muitos, é o motor do capitalismo neoliberal, no qual Washington (para não falar de Londres ou de Berlin) é um apêndice de Wall Street. O capitalismo desenfreado, já convenientemente desregularizado, cria uma enorme concentração de dinheiro e de propriedade nas mãos de uma estrita minoria, de uma *Power Elite* bem por debaixo do 1% da população global, que, esquecendo o bem-estar do cidadão corrente, só se preocupa em defender os seus próprios interesses, abrindo a porta a uma indigna e inusitada exploração do proletariado, vestida agora de democracia. Os

grandes ganhos sociais do pós-guerra, principalmente a expansão do Estado Social, já deixaram de ser o alvo prioritário da política. Está em jogo a dignidade do trabalhador. Face ao aumento da despesa do sector público, que cresce desmesuradamente, competindo com os interesses do sector privado, o neoliberalismo exige a privatização. A privatização estrutural. E a privatização, traz consigo uma progressiva desatenção ao bem-estar do proletariado. Aos ganhos sociais. E, como quer N. Chomsky, talvez a austeridade se traduza numa nova guerra de classes. Resta saber se o sector privado, preocupado pelos seus próprios interesses e dependente dos caprichos dos mercados, se mostra disposto a assumir a responsabilidade social que seria de esperar de um regime justo, e não de uma classe reitora empenhada agora pura e simplesmente na maximização dos seus benefícios, que já não dá prioridade aos direitos e às aspirações do povo. Nos países terceiro-mundistas, os novos convertidos às doutrinas neoliberais ganham, no melhor dos casos, um flamante aeroporto internacional, uma cadeia de McDonald's, dois ou três hotéis de luxo, com as suas prostitutas *high-end*, uma dúzia de ONGS, e até uma base militar dos Estados Unidos. Por outro lado, os europeus, que já gozam há muito tempo de tais mordomias, procuram empregos, mas, muito acomodados, não têm muita vontade de trabalhar. Inglaterra e França, sem terem bem consciência da sua relativa insignificância num mundo bipolar de superpotências, são reféns do passado. Os alemães, quase por inércia, olvidando a *Machtgier*, para não falar do *Wille zur Macht* nietzschiano, puseram, muito sensatamente, as indústrias pesadas a trabalhar. Outros países, presos ao passado, arrastam-se numa inércia indolente. Os países, como as pessoas, precisam de esquecer para poderem avançar.

*

Em julho de 1971, meu irmão Heitor e eu fomos passar um fim-de-semana a Granada. Não nos encontrávamos com muita frequência. Tivemos ocasião de falar. Ao regressar, na calma morna do crepúsculo, vimos que o portão de ferro forjado da mansão de *La Palmera*, que pesava mais de uma tonelada, estava no chão. Estava ali, à entrada do jardim, aquela enorme massa de ferro, da qual se desprendia um odor de desastre. Tive um mau pressentimento. O jardineiro saiu ao nosso encontro e contou-nos o sucedido. Tendo-se desprendido da coiceira, o portão tombara de raspão em cima de Aquiles, desfazendo-lhe as cervicais e deixando-o tetraplégico. Podia ter apanhado qualquer outra pessoa, mas calhou-lhe a ele. Um mês antes, com um grupo de amigos americanos, eu tinha passado umas

horas, encostado ao portão, a dar cabo de uma garrafa de whisky. Se o portão tivesse caído então, apanhando-nos desprevenidos, ter-nos-ia esmagado. A morte era caprichosa. Não havia nada a fazer. Meu irmão estava condenado, não sei se pelo destino ou se pelo acaso. Aquiles sobreviveu dois meses. Eu, muito covarde, nem sequer tive ânimo para o visitar. Acabou por morrer, a 23 de setembro. Um funcionário, muito sério, abriu uma gaveta no frigorífico da morgue e mostrou-nos o cadáver. Estava ali, muito bonito, com cara de menino, irremediavelmente morto. Só tinha vinte e quatro anos. Eu apanhei depois uma grande bebedeira, para escândalo de uma enfermeira guipuscoana, eventual companheira daquela noite, que não compreendia como, dadas as circunstâncias, eu me entregava a tais excessos. Sabendo-a agarrada ao comportamento convencional *comme il faut*, pausado e circunspecto, não valia a pena dizer-lhe que, diante da morte, cada um age e reage como pode. E que a vida merece muito mais respeito que a morte. E que a dor tem muitas maneiras de se manifestar. Devíamos preocupar-nos muito mais em brindar aos vivos o respeito e a consideração que prestamos aos mortos. Assim que, no enterro, ao dia seguinte, depois de vomitar caminho da campa, quase caio nela detrás do caixão. Era a minha maneira de revelar o meu angustiante desprezo por todo aquele doloroso e “natural” despropósito. E de cuspir no rosto da Parca, a quem nunca mais voltei a dar confiança. Vinha-me à cabeça o que a Morte, no *Sétimo Selo* de Ingmar Bergman, diz ao Cavaleiro: “Sou ignorante”.

Na manhã de 2 de dezembro de 1973, culminando a *Operación Ogro*, o almirante Carrero Blanco, Presidente do Governo e máximo representante do “franquismo puro” garante da pervivência do *Movimiento*, que acabava de assistir à sua missa quotidiana na igreja jesuíta de San Francisco de Borja, foi assassinado em Madrid. Os militantes da ETA, partindo do número 104 da Calle Claudio Coello, cavaram um túnel até ao centro da calçada, onde colocaram mais de cem kilos de explosivos. O carro do político, um *Dodge 3700 GT*, que nem sequer estava blindado, voou pelos ares como uma pena e foi cair no pátio da residência dos jesuítas. A 4 de dezembro de 1972, Franco fez oitenta anos. Minado pelo Parkinson e pela flebite, o ditador tinha um aspecto tremulamente decrépito. Aquele homem já estava mais morto que vivo.

A partir de 1974 Franco começou a manifestar sintomas claros de senilidade. Dentro do regime havia tremendas tensões entre os imobilistas (o chamado *Bunker*) e os aperturistas. Tinha-se a impressão que o desabamento do regime, na sua inaptidão para se adequar a novas exigências socioculturais, era iminente. Não se podia apostar intransigentemente no imobilismo passadista. A animadversão internacional a Franco cresceu com a insensata execução, empurrada pela ultradireita, de dois membros da ETA e três do FRAP (*Frente*

Revolucionario Antifascista y Patriota), a 27 de setembro de 1975. No dia 20 de novembro, às cinco e vinte e cinco da madrugada, morria “oficialmente” o ditador. Franco, tal como Deus, tivera o dom da ubiquidade. A pescar, a caçar, rodeado pelos netos, a inaugurar barragens (em Espanha chamavam-lhe *Paco rana*), ao leme do seu iate *Azor*, a entrar nas igrejas debaixo de pálio, invadia, quando lhe dava na real gana, o lar dos espanhóis, sem sequer se dar ao trabalho de bater à porta. Às oito horas da manhã do dia 22, o cadáver do ditador foi instalado, em capela ardente, no Salão das Colunas do Palacio de Oriente. Milhares e milhares de pessoas, levadas mais por uma curiosidade incrível que por outra coisa, desfilavam perante o féretro. Os altifalantes emitiam música sacra. De quinze em quinze minutos o canhão de ordenança atroava os ares, em honra do Caudillo. Começava a transição.

A 3 de agosto de 1968, no Forte de Santo António da Barra, António de Oliveira Salazar caíra de uma cadeira de lona, sob o olhar de D. Maria de Jesus, a governanta, do barbeiro Marques e do calista Hilário. A 27 de setembro de 1968, dado como incapaz para a gestão política, foi afastado do governo. Américo Tomás nomeia Marcelo Caetano para o suceder. O novo Presidente do Conselho, deixando-se levar pela inércia, não modifica, carente de imaginação e de iniciativa e limitado pelos interesses estabelecidos, as linhas mestras da política povoense. Em 1974 dá-se o 25 de Abril na Póvoa. Num abrir e fechar de olhos, passava-se do autoritarismo à democracia. Uma pessoa deitava-se sob uma ditadura e acordava, ao raiar da manhã, num regime de liberdade. Tal mutação repentina pareceu-me mais do que dúbia. Persistiam as contradições de sempre. Debaixo de aparentes compromissos doutrinários, que pretendiam nivelar as diferenças entre as classes sociais, num secularismo desenfreado, permanecia a latente legitimação religiosa, que ao longo dos séculos tinha imbecilizado o povo; por outro lado, o processo de industrialização, superado o capitalismo nacionalista do regime corporativo, colocava-nos numa situação completamente dependente do investimento estrangeiro e da tecnologia forânea. Voltávamos a ser o protectorado que sempre fôramos. E subsistia o domínio oligárquico, que excluía o protagonismo da arráia miúda, cuja acção se reduzia ao exercício do voto. Mesmo na Inglaterra, o direito ao sufrágio universal tardou muito a ser conquistado. Atente-se nas palavras que Rousseau, no *Contrato Social*, dedicou aos britânicos: “*Le peuple anglais pense être libre, il se trompe tort; il ne l’est que durant l’élection des membres du parlement. Sitôt qu’ils sont élus, il est esclave, il n’est rien*”. Antes da *Reform Bill* de 1832, no Reino Unido, numa população de 16.000.000, só 160.000 indivíduos tinham o privilégio de votar. Àquele tempo, a *House of Commons* albergava os membros de umas 76 famílias, que apenas representavam os interesses dos aristocratas latifundiários e dos emergentes capitães de

indústria. Só em 1928 todos os homens e mulheres, anulados os privilégios seculares, ganharam pleno direito de sufrágio. As coisas, agora, no último quartel do século XX, à parte do *welfare state* e de uma NHS periclitante, as coisas não eram muito diferentes. O dinheiro continuava a engodar os políticos. Contava mais que o poder e o prestígio. A mentalidade monetarizava-se. Na Póvoa, instituída uma democracia feita a martelo, o MFA, institucionalizado, não estava suficientemente ligado aos partidos que se iam constituindo. Havia muitos políticos de conversa de café, carentes de conhecimento teórico-prático. A única base teórica de que se dispunha era a do bota abaixo. Tratava-se, aparentemente, de arruinar os gestores de uma política de repressão com mais de quarenta anos. As elites moderadas, carentes de tradição igualitária, não tinham pedalada nem conhecimento, pondo já de parte a vocação, para dirigir decorosamente o processo de democratização. No fundo, o Presidente da República era um Rei embaçado e os ministros eram os seus validos. O povo, habituado a séculos de monarquia mais ou menos autoritária, em convulsões que a República não conseguiu aquietar, não tinha consciência de que os políticos não eram senão os seus legítimos representantes. Estavam ali como antes estavam os Reis. Tudo era parte da natureza das coisas. Sempre houve pobres e ricos. E quem manda e quem não manda. Os partidos de esquerda, que representavam os trabalhadores, careciam de força e de capacidade de decisão, debilitados pela dissolução progressiva da URSS e dos seus satélites. A colectivização era um conceito tresnoitado. Por outro lado, o contexto europeu não era favorável a qualquer tipo de radicalização política. O que se pretendia é que na Península se implantassem inócuas democracias “formais” que deixassem o cidadão ladrar à vontade. Morder? Nem pensar! Quem mordida era imediatamente promovido a terrorista. A guerra contra o terrorismo é, em grande parte, uma campanha contra o exercício da dialéctica. O terrorismo, entre outras coisas, é uma consequência da inabilidade diplomática, da ineficácia do diálogo e do debate. Eu detestava qualquer regime ditatorial, mas, por outro lado, a democracia formal vigente na Europa também não me convencia. A liberdade democrática era um sofisticado mecanismo de sujeição. A igualdade do direito ao voto encobria muitas desigualdades. Bastava atentar na distribuição da riqueza em qualquer democracia ocidental. Era, quando muito, um 1% da população quem tinha capacidade para participar realmente no *show*. Todos os outros eram meros espectadores. A questão, nas democracias europeias, era procurar que não houvesse *pobres de solenidad*. Era admitir uma pobreza *cum dignitate*. “A República Portuguesa é um Estado de Direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização

da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”, rezava o Artigo 2º da Constituição de 1975. Essa coisa da “interdependência” tem muito que se lhe diga. Muita parra e pouca uva. A falar verdade, toda aquela pretensa soberania popular se limitava ao direito a votar num determinado partido, em cuja composição nunca intervinha o eleitor. Se um Estado não toma em conta os interesses de todos os seus cidadãos, não pode ser considerado um Estado soberano. A “democracia participativa” resumia-se ao direito a votar em candidatos, cozinhados nos congressos dos Partidos, que não eram propostos directamente pelas massas populares. E sublinho o termo massas, porque cada vez há menos indivíduos. Apanhadas na enorme teia de aranha, como miseráveis e inermes insectos, as pessoas já não marcavam o seu próprio caminho. O caminho era-lhes marcado. Compravam, vendiam, reproduziam, viviam, morriam. Ou melhor, ficava-nos “o homem unidimensional”. A globalização fazia de nós ovelhas de um mesmo rebanho. Como quer Michel de Certeau, cada um de nós é hoje *Personne*, *Nemo*, Ninguém. O *Everyman* inglês tornava-se *Nobody*; o *Jedermann* alemão esvaía-se em *Niemand*. Entre os sacrificados eleitores e aqueles que, lá em cima, tomavam as decisões, havia um abismo. Os políticos, providos de Nomes Próprios, embora recrutados no anonimato estéril e rasteiro do *Nobody*, brilhavam, não poucas vezes, como era de esperar, pela sua incompetência. O Ninguém, ao empoleirar-se na tribuna ou na bancada parlamentar, assumia-se como Alguém. O Zé dos Anzóis tomava o lugar de Richelieu ou de Talleyrand. Ou, em democracia, o de Churchill ou Adenauer. Governar é interpretar factos. E transformar em acção tais interpretações. E as interpretações dos políticos, que nos representavam sem saber a quem representavam, porque (não) representavam Ninguém, eram as do Ninguém que eles eram e representavam e que todos nós somos e verdadeiramente representamos. Eu represento-me a mim mesmo. Não quero que ninguém me represente. Mas a minha autorrepresentação solipsista não facilita mimimamente o acesso ao poder. E à tomada de decisões. O político age continuamente, nas democracias formais, alegadamente em nome dos outros, ou em nome de um aleivoso todos nós. Há uns anos, numas eleições para o mais alto cargo da magistratura nacional, um político inundou as estradas de posters que exibiam o seu rosto, não excessivamente inteligente. E, debaixo, em letras grandes: “EM NOME DA PÓVOA”. De que Póvoa falava? Certamente da sua, que provavelmente nada teria a ver com a minha. O homem, tendo já assumido a identidade do país — ele sabia perfeitamente o que a Póvoa era —, queria, numa voraz abrangência, ser governo. E Estado. E queria que convergissem no seu rosto todas as complexidades da Póvoa, maravilhosamente integradas. Aquilo é que era um homem sábio e profundo! E ainda por cima, uma vez eleito, não viria a ver minimamente beliscada, quando abandonasse a prática

política, a sua “subvenção vitalícia”, que, dada a magnitude dos serviços prestados à Pátria, já que havia que defender “a manutenção da dignidade do Estado”, que curiosamente se identificava com a dignidade dos seus “representantes”, teria de resultar intocável, diferentemente da do cidadão comum, que ele não fazia outra coisa senão representar, permitindo-lhe assim manter a sua excelsa majestade, que pelos vistos excedia, sabe-se lá porquê, a (in)dignidade do honrado pai de família ou a do esforçado trabalhador da Carris. Tais benesses premiavam, não poucas vezes, a maneira “brilhante” como os políticos tinham ajudado a arruinar o país. Os povoenses não deixam de se vergar, contudo, ao rico, mas ele. Têm um grande orgulho, na sua petulância negativa, em pertencer a uma comunidade que os exclui, que os trata mal. Esquecem-se de que a pobreza solene não permite o exercício da liberdade. O país que maltrata os seus próprios cidadãos é um país que começa a duvidar de si próprio. E que começa a perder a sua razão de ser. A globalização veio perturbar a consciência nacional. Ao cidadão sucede o *netdão*. Já não se vai de Lameiros a Póvoa Grande; vai-se, em viagem virtual, de Póvoa Grande a Nova Iorque, a Hong-Kong, a Singapura. Se para algo nos serve a história, com tanta expansão, nós, dada a nossa experiência secular de viajantes, devíamos ser mestres em tais movimentações. Se íamos ao Malabar de barco, porque é que não havemos de ir agora de avião, em vez de só viajar virtualmente no computador?

A inacção é apolítica. A acção deve estear-se na interpretação capaz de, não só resolvendo problemas imediatos e assegurando assim as reeleições, desenhar objectivos a longo prazo. É preciso ter “visão do futuro”, embora, pela sua própria natureza, o futuro, que só até certo ponto podemos prever, seja invisível. A política não deve assucatar os seus construtos. No entanto, os partidos, apesar de tanta retórica democrática, só representavam os interesses imediatos dos mais poderosos, daqueles que tinham Nomes e representavam marcas, corporações e interesses financeiros. E os partidos, entregues a um reles presentismo, só tomavam em conta os interesses do momento, os interesses conjunturais. Trabalhavam sempre, carentes de projectos, dentro das coordenadas do *hinc et nunc*. Esquecia-se que a razão de ser de uma nação não é o ontem, o pretérito, mas sim a presença de um programa, de um projecto para o dia de amanhã. Mais do que verdadeira política, havia *crisis management*. Ou seja, faltava-nos uma visão do futuro. Iam-se tapando buracos, mas não se projectavam, não se abriam novos espaços. O mundo, muito combalido, andava cheio de emplastos e de adesivos. O povo deixava de ser o protagonista. Da ditadura corporativista começava-se a passar à ditadura financeira, vestida de democracia. Já não havia políticos, com mais ou menos carisma. Havia uns obscuros gestores, com muitos e bons fatos italianos e não poucos

vícios. E os votantes, os pretensos sujeitos de acção, pelo menos no acto pontual de depositar o voto na urna pertinente, transformavam-se, paradoxalmente, em sujeitos passivos, em sujeitos de sujeição. Esgotara-se o individualismo rebelde e iconoclasta dos anos 60 e a sua variável narcisista da década de 70. A partir dos 80, num processo irrefreável, devidamente anestesiados voltávamos a sumir-nos na passividade e na submissão. Não havia nada a fazer. Assumia-se a resignação. Diferentemente do que antes acontecia, agora já não se conseguia identificar o opressor. Já não havia nem causas nem ideais que defender. Nem ideologias pelas que lutar. Caía-se no desespero, na indiferença, no cepticismo, no vazio, no niilismo. A letargia e a violência misturavam-se estranhamente. As guerras, desumanizadas, transmitidas em directo pela televisão, confundiam-se com os jogos de computador. Alojados na distância, a fome e o genocídio ganhavam uma inócua identidade virtual. O que havia, tutelando as democracias formais, era grandes e frias instituições financeiras, desprovidas de rosto. E muitos tecnocratas que, insuficientemente fiscalizados, se aproveitavam, muito manhosos, das debilidades do sistema para o seu proveito pessoal, abraçado aos interesses globais das corporações. Dentro da passividade geral, eles eram os únicos individualistas dinâmicos, embora feridos de mediocridade. Lidava-se com medonhos inimigos invisíveis, tentacular e imperceptivelmente ligados ao mundo tangível. Os governos eram marionetas manipuladas por tais instituições. A política nacional começava a esbarrar com a globalização económica e financeira. O capital nada queria saber da ideal *patrie* de De Gaulle. O capital, devidamente transnacionalizado e especializado na especulação obscena, empenhava-se na exploração e ia para onde se dessem facilidades ao investimento, aliando a produtividade à mão-de obra barata. E abraçava-se a si mesmo, em espaços virtuais, em delíquios espasmódicos.

Passados uns tempos, começou a dizer-se na Póvoa: “A merda é a mesma. O que mudou foram as moscas”. Estávamos outra vez a braços com a democracia formal que levava ao 28 de Maio e à Guerra Civil espanhola. Uma pessoa, contudo, não vai para cama à noite com uma mentalidade fascista, mais ou menos assumida, que mais não seja pelo imperativo do hábito, para acordar, ao romper da manhã, com uma identidade democrática. As democracias nórdicas são o produto de uma evolução secular. Da ditadura à democracia não se dá só uma mutação de regime. Tal transição exige uma alteração das mentalidades. É preciso que o homem mude para ser capaz de interpretar e protagonizar devidamente a implícita transformação. Tem que aparecer o *homo novus* capaz de assumir um espírito cívico que não se dá bem na Península. Vinha-me à memória uma cena a que assistira, numa tarde de chuva, quando aguardava, em Dover, o *ferry* que havia de levar-me a Calais. Os passageiros faziam fila. Apareceu um *bobby* imponente. Havia uma senhora, de idade

avançada, vestida de verde e com um chapéu antiquado, coberto de florzinhas de plástico. O polícia, tratando de ordenar a fila, tocou-lhe levemente no braço. A senhora voltou-se para ele e, com voz firme, disse:

— *We, English people, like to be led but we don't like to be pushed!*

Provavelmente a boa senhora não saberia dar uma definição teórica da democracia (que no caso de Inglaterra, regida sobretudo pela *common law* e pelo direito consuetudinário, nem sequer precisa de assentar numa constituição escrita), mas conhecia, quase instintivamente, os seus direitos. E queria guardar a distância adequada face aos aparelhos ideológicos do Estado, sobretudo face aos que se assumem como repressivos. Não sei quanto tempo terá que passar para que tal estado de ânimo, produto de uma interiorização processada ao longo de muitos anos, se veja implantado na Póvoa e em Espanha.

Parti para Inglaterra em 1976, no ano em que o laborista James Callaghan foi eleito Primeiro Ministro. Fui parar a Coventry, em Warwickshire, onde tinha uns amigos. Era um casalinho, constituído por um búlgaro um gaditano. Eram boas pessoas, mas algo promíscuos. Tinham, debaixo da cama, uns grandes boiões de vaselina. Morei com eles, durante uns meses, em Gosford Green. A indústria do automóvel, que dera lustre à cidade, estava em plena crise. Grassava o desemprego. Tive ocasião de conhecer a verdadeira Inglaterra proletária. Em Inglaterra a mobilidade social, apesar de tanta “democracia”, deixa muito a desejar. O proletário constitui-se em verdadeira classe. Tem a identidade da fábrica, da mina, do trabalho colectivo. Reside algures numa curva da cadeia de produção. Será que o trabalho verdadeiramente nobilita? “O homem não está feito para trabalhar e a prova disso é que se cansa”, dizia o alfaiate Villar. Havia quem encontrasse na Bíblia a devida justificação. Ganharás o pão com o suor do teu rosto! Mas há gente que ganha o seu pão, juntando-lhe avidamente o pão dos outros, sem transpirar mimimamente. Eu, que nada tinha de proletário, passava grande parte do dia na biblioteca pública, onde havia aquecimento central. Lembrou-me de ler, quase na íntegra, a poesia de Wordsworth, e de aspirar a uma nunca realizada excursão a Windermere. Arranjei um *part time* num pub que me dava para sobreviver. Cheguei a perder dinheiro, porque, condicionado pela miopia e sempre com a cabeça no ar, enganava-me muito nas contas e nos trocos. Conheci uma série de bonecas louras, muito levianas e vazias. Será que faria muita diferença se estivessem cheias? Cheias de ar ou cheias de ideias? Como quer que fosse, muito cheias de curvas, não se advertiam nelas sérias carências hormonais. Acabei por me mudar para Villiers Street, a uns escassos minutos de Highfield Road, o velho estádio dos *Sky Blues*. A casa, num bairro operário de centenas de humildes vivendas de tijolo geminadas, todas inquietantemente idênticas na sua pobreza

igualitária, era gélida. Eu andava por ela de sobretudo e cachecol. Quando saía, deparavam-se-me os operários desempregados, cheios de tatuagens, como os *Picti* no tempo da ocupação romana, com as cabeças rapadas e as suas latas de cerveja na mão, a proferir impropérios e a roer o seu *steak and kidney pie*. Aos sábados, quando passeava pela rua a falar espanhol com um amigo, ouvia o ameaçador “*Speak bloody English!*”. Viva a convergência cultural! A sorte estava do teu lado se conseguisses sair de lá sem antes te darem um enxerto de porrada. Fui a Stratford-on-Avon, que não me disse nada. Impressionou-me o castelo normando de Warwick. Ainda hoje o tenho na retina, com uma claridade pasmosa. Coventry foi uma das cidades inglesas mais bombardeada durante a guerra. Até a catedral botaram abaixo. Construíram uma nova. A *Phoenix*, porque renasceu das suas próprias cinzas. De vez em quando vinham excursões de alemães, que batiam com a mão no peito num *mea culpa* contrito, enquanto, ao badalar das horas, Lady Godiva saía radiantemente nua, montada num cavalo branco, ao divertido carrossel do relógio de Broadgate, muito vigiada por Peeping Tom. Fartei-me de tudo aquilo e, volvidos uns meses, meti-me no comboio e parti para Londres. Durante a viagem, fiz contas à vida. Andava já nos trinta anos e não tinha nem futuro nem presente. Das três saídas que se me deparavam, nomeadamente revolução, contestação e adaptação, nenhuma delas me convencia. Faltava-me energia e fé para me assumir como revolucionário. Por outro lado, a contestação parecia-me inútil. Restava-me, pois, como única solução, enveredar por uma adaptação recalcitrante. Tinha de assentar um pé no sistema, mesmo que o resto do meu corpo ficasse de fora. Do que eu gostava era de ler e de escrever. Queria um trabalho que para mim fosse um prazer. Decidi fazer um doutoramento. Fui aceite, no *** College, da Universidade de Londres.

Pearl Garland herdara uma casa no East End, em Cedar’s Close, um *cul de sac* que embeaçava com Portway, estrada paralela a West Ham Park, na confluência de Plaistow, Stratford e Forest Gate. Cedeu-ma, a troco de um aluguer meramente simbólico. Nem sequer passou para o meu nome as contas de electricidade e de gás. A zona era eminentemente proletária. Na *District Line* só viajavam modestas secretárias, mangas-de-alpaca, e operários abrutalhados que, quando o faziam, folheavam o *News of the World* ou cravavam os olhos mórbidos na página três do *Sun*. Eram de uma ingenuidade fantástica. Uma tarde sentei-me ao lado de uma secretária. Era uma loirinha bonita, com cara de camponesa e um sotaque de Yorkshire. Andaria pelos vinte e poucos. Era muito sumarenta. Meti conversa. No fim perguntei-lhe se queria tomar um copo comigo. “Ai, não sei o que pensaria disto o meu marido!”. Não me vinha com uma negativa firme. Só expunha um inconveniente. Ao sair, virei-lhe as costas. Ela veio ter comigo, a correr, com o rosto muito afogueado:

— Eu pensava que estas coisas só aconteciam nos filmes — disse.

Os filmes que ela via deviam ser soberanamente aborrecidos. Ainda mais aborrecidos que a sua própria vida privada. Eu fiquei com pena dela. E com pena de mim mesmo. Ali andava eu, a abordar secretárias incautas na *District Line*. No *Edgware Branch* da *Northern Line*, que vai a Hampstead, viam-se profissionais liberais e executivos, muito engravatados, que liam atentamente o *Times* ou o *Guardian*. Naquela linha, as profissionais liberais, muito sofisticadas e seguras de si, é que tinham pena de mim, um insignificante “intelectual” marginalizado. Era aquela uma maneira aceitável de vestir! E de *manners* como é que andávamos? Quem sabe que garfo utilizar num jantar solene oferecido pelo rei da Noruega? As coisas não melhoraram com o decorrer do tempo. Uma criança nascida e criada em Peckham, Croydon, Streatham, Brixton, New Ham ou Tottenham tem forçosamente um enquadramento socioeconómico muito diferente da que nasce e cresce em Mayfair, Knightsbridge, Kensington, Chelsea, Belgravia ou Hampstead. Ainda estavam bem vivas as “duas nações” de que, na esteira de Platão, falava Disraeli, em 1845: “*The Rich and the Poor*”. Os mais pobres da sociedade inglesa, que perfazem um bom 50% da população, só desfrutam de 5% da riqueza do país, enquanto o 10% mais rico recebe 50% dos salários e detém 65% da propriedade imobiliária e 65% do cabedal financeiro. Em França, sem ir mais longe, 15% dos pensionistas recebe 1/3 de todos os desembolsos. O 25% dos reformados menos abastados recebe outro 1/3, enquanto ao 60% dos aposentados menos adinheirados só lhe corresponde a restante terça parte das pensões. Os factos falam por si mesmos. Sobram os comentários. A democracia está ao serviço do capitalismo selvagem. A política entrega-se à economia. A justiça, sobretudo a distributiva, está num estado de hibernação permanente. Já querem fazer passar a injustiça por justiça. A de agora já não é cega, porque representa o partido que tem o monopólio de todo o sector da óptica. Já nada tem a ver com a estátua que eu vira na *Gerechtigkeitsbrunner*, em Berna, antes de ser vandalizada em 1986 (alguém me chama a atenção para o facto de já ter sido reconstruída). As democracias formais são dominadas por uma plutocracia, empenhada em prolongar indefinidamente o *status quo*. O corporatismo, governado por interesses monopolistas, nada tem a ver com o pluralismo. Teoricamente, o cidadão comum, num regime democrático, deve ter capacidade para vigiar e controlar as iniciativas dos políticos profissionais. Será que realmente a tem? À pretensa igualdade de direitos opõe-se uma evidente desigualdade de haveres. E de oportunidades. E de capacidade de decisão. Qual é a probabilidade que tem um indivíduo nascido em Brixton de estudar em Oxford? Na esteira do século XIX, Oxbridge continua a ser alfofre de eleitos. Os eleitos eram antes os filhos dos *landowners* que, ao mesmo tempo, eram nobres. Agora são

os rebentos dos capitalistas, dos aristocratas adinheirados, dos profissionais liberais e dos altos funcionários. E de um que outro arrivista, como é o caso de Maggie Thatcher.

No que diz respeito à política, estamos numa época de total desaforo. O caso italiano, nos últimos anos, é escandaloso. Havendo dinheiro, associado ao peso político, pode-se atentar orgiástica e impunemente contra a lei, sobretudo quando se dominam os media. Parece que o poder legislativo não rejeita os estímulos do poder político-financeiro. Há que encontrar uma maneira sensata, que já não se pode declarar revolucionária, perante o fracasso de todas as revoluções e o esvaziamento de todas as ideologias, de alterar tal estado de coisas. A transformação tem de vir de dentro. De dentro, mas sem ideias, porque, extintas as ideologias, já ninguém acredita na possibilidade de formalizações globais aceitáveis. Nunca o pensar não-instrumental, o pensamento teórico, foi tão alheio ao homem ocidental. Acontece que o pensamento instrumental é alérgico a qualquer abordagem axiológica. Nunca foi mais urgente a necessidade de nos agarrarmos desesperadamente à reflexão que o *Juggernaut* do neoliberalismo nos quer tirar, reificando-nos. Agora é que estamos a ser vítimas da hegemonia, no sentido gramsciano, entendendo por hegemonia uma aliança, muitas vezes circunstancial, de grupos determinados capazes de exercer uma autoridade social abrangente, sem para isso se terem que servir de mecanismos coercitivos ou de deitar mão à violência. Trata-se só de que as classes dominantes, em descarada lavagem de cérebro, sejam capazes de impor as suas definições, de modo a torná-las aparentemente “naturais” e permanentes, como se tivessem uma estrutura aistórica, alheia a qualquer tipo de interesses particulares e mesquinhos. A burguesia tratará então de inculcar aleivosamente, mas com toda a naturalidade, um sistema de hábitos e (des)valores que justifica a sua dominação, permitindo que uma minoria de privilegiados exerça o seu poder despótico sobre uma massa de homens e mulheres reduzidos a uma condição servil. A religião, importante paradigma hegemónico, sempre colaborou com a política, numa relação tão íntima entre o trono e o altar que a bandeira da Igreja poucas vezes se hasteou do lado do povo. Acreditam todos os cardeais da Igreja Católica, alguns deles muito cultos, no Mistério da Transubstanciação? E no da Santíssima Trindade? Ou não será que, na qualidade de meros gestores, escondem sentimentos ateus debaixo do traje sacerdotal?!

“Afirmações como o marechal Pétain era um verdadeiro patriota, a imprensa soviética é a mais livre do mundo, a Igreja Católica opõe-se à perseguição, são quase sempre feitas com a intenção de enganar”, escreveu George Orwell em 1946. Agora os métodos são mais sofisticados. Trata-se de ocupar a mente do povo, para o não deixar pensar por conta própria. Enche-se-lhe a cabeça de entulho, para que nela não caibam as ideias e as reivindicações.

Entra-se em contacto epidérmico com a realidade virtual, comércio que nos leva a descurar a nossa vida de carne e osso. O Ocidente proclama valores inexistentes, simples emissões verbais carentes de conteúdo. Para justificar o genocídio invocam-se a democracia e a liberdade, noções tão latas que nelas até cabe o mencionado entulho. Há alguma pessoa sensata que possa acreditar que o (AI)Corão é compatível com a democracia formal? Ou que a democracia pode ser imposta mediante a violência sistemática? Governa-nos um sistema de uma simplicidade atroz. Simples significa puro, sem mistura, recto, natural, sincero, desartificial. Simples também é insignificante, papalvo, tolo, pouco esperto. Um regime simples para a simpleza cândida do cidadão europeu. E americano. Não falo to Terceiro Mundo, porque nele ainda não há cidadãos. Mensagens simples para cidadãos simplórios. Nem todos, com mais ou menos simplicidade, poderão ter uma mansão de luxo na *milla de oro* de Marbella ou em Juan-les-Pins, na *commune* de Antibes, mas será preciso lutar por um apartamento de duas assoalhadas em Massamá ou na *banlieu* de Paris. Tanto se pode ser proprietário de um Ferrari quanto de um utilitário italiano de segunda mão. Afinal de contas, o direito de propriedade é universal, embora algumas democracias modernas atentem contra ele. Há quem tenha pingues contas nos paraísos fiscais enquanto outros só têm dívidas. Leio, no jornal, que um atleta muito popular ganha dois mil euros por hora. Com uma hora das dele, eu resolvia um mês da minha vida. A questão é ter. O ser ficou abandonado numa volta do caminho. Mas, mesmo assim, eu não sou e ele é, porque ele tem e eu não tenho. Terei que me arranjar com os trocos que levo no bolso, sempre que sobreviver até à próxima esquina sem ser objecto de um assalto. As “verdades” que nos são dadas nem sequer nos poderão servir de papel higiénico, porque já nos chegam impregnadas de fezes.

Os políticos, todavia, confrontam visíveis desafios domésticos. Promover a igualdade social, por exemplo, quando o que estão a fazer é a acentuar a desigualdade, embora da boca para fora digam o contrário. Infelizmente, dominados por atractores financeiros, num regime em que os bancos governam as corporações e as corporações comandam os Estados, o que fazem é avolumá-la. A boa vida é privilégio das camadas cimeiras, as que põem o dinheiro e tomam as decisões, as que dispõem do capital e dos meios de produção, as que estão integradas no sistema dominante, no mundo da finança, da moda, da política, da indústria, da “cultura”, do contrabando, do desporto mercantilizado e do mais ou menos aristocrático *jet set*. Os nossos políticos vão para o governo para se governarem. Aparentemente, quando lá chegam, com uma mão detrás e outra diante, não têm nada, mas entram logo em contacto com quem tem. As decisões políticas guardam uma estreita intimidade com os centros de decisão económico-financeiros. Os nossos políticos, que tratam de se adaptar à globalização, são

trading partners e a sua religião é o *free trade*. Ao serviço da plutocracia — parece que agora, mais que outra coisa, o Estado está encarregado de defender os ricos dos pobres. —, encarregados de resguardar os interesses de menos de 1% da população (não da população da Nação-Estado, mas da nova entidade global), que depois nos vendem como se fossem os nossos próprios interesses, os políticos estão mais preocupados com os réditos de um determinado banco ou de uma determinada corporação que com o bem-estar dos seus concidadãos. Os políticos e o Estado que eles “representam” tornaram-se *partners* fiéis da empresa privada. Os nossos (des)interesses são projectados, criados e definidos por eles. Eles é que sabem, embora nem sempre saibam. Os nossos políticos cada vez exibem mais as suas deficiências manifestas. Maquiavel acusá-los-ia de nunca terem lido Tito Lívio. Não conhecem o valor do *exemplum*, num rebaixamento contínuo da consciência histórica. Não têm a formação teórica imprescindível para se lançarem ao terreiro da política. É a democracia, mas a democracia de menos de 1% da população. O resto são ilotas e metecos. E, por vezes, verdadeiros escravos. Há estradas, há comboios, há barragens, há estádios, há pontes a fazer. E há aviões, submarinos, tanques, helicópteros, fragatas e munições a comprar. E os proletários, instrumentos animados, prestam-se a colaborar, na sua luta pela sobrevivência, ilusoriamente convencidos de que o acto de votar, elevado ao grau de “dever cívico”, numa sociedade caracterizada pela ausência de civismo, é panaceia definitiva para todos os males que nos afligem. Podemos escolhê-los, a eles, que esperam já com o garfo e a faca na mão e o guardanapo enrolado à volta do pescoço, ávidos, famintos. Os rebuçados que nos dão estão carregados de veneno. E, entretanto, lá em cima, numa descarada simulação democrática, negociam-se, em grandes jantaradas, empréstimos e investimentos que, alegando os interesses da comunidade, só hão de beneficiar a consabida minoria. Quem é que nos garante que, depois de participarem em tais negociatas, nem o facto de os políticos lavarem as mãos com lexívia, sem sequer se desfazerem das “luvas”, sirva para apagar a sujidade indelével que nelas se incrustou? Eu desato a tremer quando penso nos concursos que se abrem para construir barragens, estádios e autoestradas. Quantas promessas trocadas! Quantos interesseiros beijos de amor estalados debaixo do dossel das estrelas! Ainda por cima, o empresário, muito profissional, dos Estados Unidos e da Europa avançada, veste-se na Póvoa de “chico esperto”, incapaz de lidar com a complexidade dos *swaps* tóxicos. E o político também. E com a esperteza saloia, num mundo tão complexo e sofisticado, não se vai muito longe. A retórica barata dos políticos ibéricos é abaixo de cão. São terrivelmente provincianos. E manifestamente incompetentes. Falam pelos cotovelos e não dizem praticamente nada. Há meia dúzia de tópicos a circular. A austeridade afecta o investimento e,

por conseguinte, a produtividade. E cria desemprego. O remédio é menos austeridade e mais inversão, com a conseqüente descenso da taxa de desemprego. O problema é que não há dinheiro para investir. E que nem sequer há um tecido produtivo relevante. Solução: aumentar e prolongar a austeridade, sob a vigilância dos que têm e podem, tirando aos que pouco têm para dar aos que já têm. Há que dar lá fora a imagem de “bom aluno”, obediente e cumpridor, empenhado em fazer devida e pontualmente os trabalhos de casa, não se vá levar com a palmatória. É o que repetem *ad nauseam* os comentadores políticos, que, na sua ignorância, vivem agarrados a análises primárias, cimentadas em meia dúzia de ideias carentes de qualquer sofisticação. Como é que poderá um velho, com quase mil anos, que nunca libertou do estatuto de aluno, aspirar a ser professor?! Pendurados ainda de glórias passadas, trabalhadas em diapasão épico, temos de cair agora na consciência da nossa insignificância de cidadãos precários. É que, mesmo trabalhando como um mouro, arriskas-te a levar para casa pouco mais de uns ridículos 400 euros, ordenado mínimo inaudito na Europa mais avançada. Quando o Presidente dos Estados Unidos recebe, na Casa Branca, ou numa remota ilha do Atlântico, o primeiro ministro de uma minúscula nação africana (ou o da Póvoa), tudo se esvai no gesto. Vê-se-lhe na cara que o homem está a fazer um frete. A minúscula nação africana não tem lugar de destaque como objectivo, a não ser que nela jorre o petróleo ou que esconda ricas jazidas de ouro ou de diamantes. O Presidente está apenas a cumprir uma formalidade. Todos os Estados do mundo, independentemente da sua dimensão, têm assento cativo na Assembleia Geral da *ONU*. O que não quer dizer nada. As grandes potências conhecem de gingeira os insignificantes ilotas dos bairros baixos. Agora, na Europa, estão a puni-los, porque não se portaram bem. Caiu-lhes em cima um aluvião de euros, que delapidaram. Construíram uma rede de estradas para transportar o nada que há a transportar. Fizeram as estradas antes de levantarem a casa e a fábrica. Vias de circulação para um país que não tem nada a circular, a não ser os proletários domingueiros que vão para as Caparicas, com as mãos besuntadas de frango assado, num utilitário de segunda mão, de radiador muito gripado. E, à moda antiga, ainda levam o seu farnel e o seu garrafão de tintol, porque os restaurantes estão muito caros. É a vida! Noutras praias, mais fiéis aos ditados da moda, aparecem senhores muito bem vestidos, com roupa italiana, que levam, penduradas do braço, mulheres garbosas, de amplos e vertiginosos decotes e pernas longas com as quais se hão de entreter, com ou sem Viagra, em luxuosos hotéis de cinco estrelas, não poucas vezes pagos pelo contribuinte, porque para isso há complementos salariais e subvenções de deslocação. É a boa vida! O povoense, cujo pai, há uns bons cinquenta anos, só tinha uma motorizada, com um atrelado onde cabiam mãe, avó, filha e neto, mais a sogra, quando era caso disso, pode

hoje, sempre que for político-empresário, banqueiro ou “chico esperto”, transformado em “personalidade”, deixar-se enguiçar por um surpreendente e sofisticado Mercedes. E, nalguns casos, até por um radiante Ferrari. Não falo de coisas mais sofisticadas porque, na minha ignorância de funcionário remediado, careço de suportes referenciais. Imagino que se entreterão com uma que outra orgia. Na Península, endemicamente, não são os indivíduos mais preparados os que chegam a assumir funções no governo e no consumo *smart*. São os mais práticos e decididos. Os mais lançados. E, não poucas vezes, os mais brutos, os que mais empurram e os que mais asneiras dizem, num universo mesquinho no qual se confunde o faladrear com o fazer.

A Póvoa é o país das promessas incumpridas. É um país cheio de estatutos e regulamentos que ninguém cumpre. E o povo, amante masoquista, continua a votar num sistema estruturalmente minado pela atonia e pela corrupção. O discurso que os políticos peninsulares nos oferecem é lamentável. Quanto mais paleio, melhor! “Ele fala tão bem!”. Falar bem, na Península, é poluir o ar com palavras e imagens despropositadas, carentes de substância. Na Póvoa campeiam a ostentação e a frivolidade. E em Espanha também, mas com um tom de voz mais alto. O Conselheiro Acácio ainda está bem vivo na Póvoa. O político ibérico morre pela boca, como o peixe. Não há maneira de nos fazermos com o *common sense* nórdico. Falta-nos sensatez. E honestidade. E civismo. Não é que os políticos nórdicos sejam modelos de integridade, mas são, pelo menos, mais hábeis e cuidadosos nos seus abusos e, para realizar as suas manobras, procuram aproveitar os interstícios que as leis lhes oferecem. Exploram os pontos fracos da lei, mas não vão frontal e descaradamente contra ela. Carecemos de sentido prático, a não ser quando se trata de amealhar uma fortuna privada. No melhor dos casos, os nossos políticos, que raramente são inteligentes, são manhosos. O futuro da Póvoa, que de algum modo será sempre consequência do presente, é ignorado. Não há ninguém capaz de traçar políticas que vão além da solução de problemas imediatos. Ninguém, no mundo da política, assume responsabilidade face às gerações vindouras. Já viram o futuro Presidente a assestar uma perorata em sete peixeiras de Águas Mortas, salpicado o rosto de beijos desdentados? No meio de tanta voracidade imediata, realizada numa sardinhada *ad hoc*, em vez de se guindar o povo ao nível da política, rebaixa-se a política ao nível do povo iletrado do qual, por vezes, os nossos políticos são parte integrante. Porra, a velha desdentada que o candidato está a beijar é a sua avó! Já nem sequer há respeito pela família. Eles constituem-se em grupo, sempre fiel aos seus próprios interesses, em estratégia que aponta, sobretudo, para a perpetuação no poder, mediante o triunfo, contínuo ou intermitente, nas eleições “democráticas”. Um partido é um instrumento de poder dentro

de uma sociedade. É um tecido, alheio ao incauto povo votante e tributável, onde colaboram a finança, a indústria, o comércio. E o Partido, sempre *pane lucrando*, tem que se adequar à complexidade de tal padrão. A solução de problemas imediatos não lhe dá ocasião para conceber projectos. A meio e longo prazo não há um esquema, uma ideia, uma especulação, uma proposta. O Partido tem que se entender imediatamente com a finança, com a indústria, com a (in)cultura, com o turismo. Sem saber bem o que é a cultura, cria um Ministério com tal nome, quase sempre regido por um(a) fala-barato. É o produto do diletantismo habitual, muito frívolo e ostentoso, que, carecendo não só de talento mas também de engenho, para não falar de criatividade, nunca deixou de medrar na Península. Para se ser famoso, na Póvoa, há que ser medíocre, porque só a mediocridade assegura a compreensão. As megacorporações, muito interessadas em elevar o nível da “cultura”, já que tal iniciativa pode significar uma importante dedução dos impostos que hão de pagar, patrocinam museus e financiam departamentos de antropologia nas universidades. Carentes de critérios selectivos, confundem a mediocridade com a excelência, fiéis a meia dúzia de incompetentes que controlam, dotados de instrumentos publicamente reconhecidos, a “cultura”. Dado o estado crítico de prostração mental a que chegaram, o que fazem é debilitá-la. São tipos que conseguiram um bom emprego. Já não têm competência para distinguir o gato da lebre, o trigo do joio. Para sobreviver “dignamente”, com essa dignidade ingénita que é o assento dos “grandes vultos da cultura nacional”, para não falar da política, há que criar interesses comuns. Ou seja, nos tempos que correm o Partido tem que se integrar no neoliberalismo. E no seu entrudo cultural, os grandes pensadores, que na Península não abundam, dormem nos fundos reservados das bibliotecas, sem que ninguém tenha a peregrina ideia de os solicitar. Já não há quem distinga o ouro do ouropel. O neoliberalismo é a ideia de que todos os bens do mundo, incluindo a sua população activa, que agora se deu em chamar capital humano, hão de obedecer a cinco ou seis corporações financeiras de alcance global. Estas corporações alargam os seus tentáculos a todas as capitais. Já não são os políticos quem nos governam: os políticos são marionetas nas mãos do capital. O capital é capital. O Estado está sobejamente capitalizado. Os políticos não se cansam de falar do “Estado de Direito”, que torcem e retorcem a seu bel-prazer. Abusam da excessiva generalidade do texto constitucional. Durante o período eleitoral saem da sua concha e derramam-se por um país carente de critério a abraçar e beijar velhinhas desdentadas e a afagar crianças sorridentes. Até parecem humanos. Depois, atingido o poder, são calculadoras lúcidas e frias, que, com a sua diarreia verbal, brincam connosco como se fôssemos peças inertes de um jogo. As fichas não sofrem, que se saiba.

No Ocidente, hoje em dia, começa a haver uma divisão, na sociedade, entre os que sabem e os que não sabem. E a sabedoria não tem a ver com a tradição. Nem com o estudo aturado e a *scholarship*. A cultura, neste momento, já perdeu contacto com a terra e com o sangue: é cultura digital. Nas grandes bibliotecas, repartições e arquivos, já tudo anda montado no intangível lombo da informática. Como nunca deixámos de persistir no empenho, acabámos por criar o nosso próprio Frankenstein. As linguagens electrónicas já começam a contar mais que as línguas naturais. A uma hiperprogramação virtual corresponde a progressiva desprogramação antropológica. Vivemos envisgados no imediato. As coisas vêm substituir as ideias. Trata-se, de certo modo, de deslocalizar a indústria, a favor de impostos mais baixos e mão-de-obra mais em conta. E de desvalorizar as energias limpas num sistema dominado pelo petróleo, satisfazendo assim os interesses das megacorporações pertinentes, que, quando é caso disso, desencadeiam guerras em nome da expansão da democracia, entendendo por democracia o regime político que não põe obstáculos ao exercício do *free trade*.

*

A casa de Cedar's Close estivera alugada a uns indianos do Malabar. Tinha umas alcatifas detestáveis. Elefantes coroados por cachos de macacos. No ar pairava uma engrenagem difusa de sândalo, açafão e suor. Tudo aquilo se empenhava em desdizer a consabida espiritualidade do Oriente. Havia sete casas de cada lado, com sebes vivas de *ligustrum ovalifolium*, e uns terraços minúsculos salpicados de rosas. Todas as casas eram de uma detestável arquitectura *mock Tudor*. As vigas eram de material sintético, repintado de negro; o colmo dos telhados, de palha artificial, tombava em cima das paredes como chapéu deformado pelo uso. Nas traseiras havia um gramado mais amplo, debruado de canteiros. A relva estava descuidada. Ao fundo, um pequeno ivernáculo, uma dessas estufas de alumínio que se podem armar apenas com um martelo e uma chave de fendas. Era baixo e estreito. Apoiados contra a parede o encincho, a pá, a tesoura de podar, um pedaço de mangueira enrolado sobre si mesmo, como uma serpente calcificada. À esquerda, no terreno contíguo, um soberbo castanheiro das índias, que invadia o jardim, inclinando reverente a copa frondosa sobre a grama. O terreno onde estava plantado tinha pertencido, havia muitos anos, a uma vicaria anglicana. Tinham-na deitado abaixo, a não ser que tivesse tombado pelo seu próprio peso, abatida pela passagem do tempo ou pela intempérie, para erguer no seu lugar uma

residência para a terceira idade. As ambulâncias entravam com frequência no *cul de sac*, para levar os velhos às curas no hospital ou, em viagem sem retorno, ao cemitério. Entretanto, com a cor muito quebrada, passavam, trôpegos e sigilosos, a caminho do parque.

Passei o fim-de-semana a desencardir o soalho. Na segunda-feira fui às compras. Encomendei alcatifas novas, muito mais discretas, e, para entreter a espera, dei uma demão de pintura às paredes. Quando os homens acabaram de instalar as alcatifas, a casa já parecia outra. Recheei-a com móveis de segunda mão, adquiridos numa loja de velharias de Plashett Road. Trouxe uma secretária vetusta de carvalho, muito castigada pelo canivete de gerações de amanuenses, que seria pelo menos dos tempos de Dickens. Comprei uma cadeira de rodas antiquada, com o espaldar de cabedal. E uma estante, para ter os livros à mão.

Estava a trabalhar sobre a ontologia da ficção. Qual é a maneira de existir de Hamlet ou de Emma Bovary, se é que realmente eles existem? E, se não existem, não será que, pelo menos in-existem, embora não possam ser sujeitos a quantificação existencial? Submetia-me a uma disciplina rígida. Levantava-me, fazia a barba, bebia uma chávena de café. E depois sentava-me, como um forçado, diante da secretária. Interrompia o trabalho, a espaços, para fumar um cigarro e espreitar pela janela. Na casa fronteira, no 13, morava uma velha. Era gorda, usava óculos de cu-de-garrafa, e tinha um sotaque *cockney* cerrado. Estava sempre sentada ao outro lado da sua janela, a registar tudo o que acontecia. Os filhos trabalhavam na fábrica da Ford, em Dagenham. O 11 era de uma quarentona divorciada que tinha um filho de dez anos. Tinha um amante, que a visitava duas ou três vezes por semana. No 5 morava uma família numerosa. A filha mais velha andaria pelos dezassete. Saía, todas as manhãs, na companhia dos seus progenitores, envergando o uniforme escolar que lhe dava um ar de menina inocente, incapaz de partir um prato. As meias azuis que lhe chegavam aos joelhos, a blusa abotoada até ao pescoço, a saia cinzenta de algodão. Eles partiam para o trabalho; ela para a *high school*. Mas à volta das onze regressava. Ao meio-dia em ponto, três vezes por semana, detinha-se, na esquina de Cedar's Close com Portway, um Jaguar flamante, conduzido por um senhor impecavelmente vestido. Era difícil reconhecer, na mulher que abandonava agora a casa, a menina que eu tinha visto a primeiras horas da manhã. Ia muito arrebitada, a boca ensanguentada pelo batom, as pestanas dilatadas pelo rimel, encarrapitada nas andas de uns saltos excessivos, que realçavam o volume das suas belas pernas. As ancas, dissimuladas antes pelo desafogo do uniforme, espriavam-se agora. O decote generoso denunciava a esplendidez dos peitos. Regressava por volta das cinco, antecipando-se ao momento em que os pais voltavam do emprego.

A última casa que conseguia divisar correspondia ao número 3. Dois contabilistas: um inglês *geordie* e uma escocesa. Audrey e Bill. Bill e Audrey. Por vezes andavam à bulha. Choviam então gritos e impropérios. Outras passavam acaramelados, como dois amantes jovens, embora já passassem dos cinquenta. Fui-me dando conta dos outros habitantes de Cedar's Close. Casais proletários, com dois ou três miúdos. Duas velhas reformadas. Uma barulhenta família napolitana que tinha uma pizzeria em Stratford. Paredes meias comigo, morava uma professora galesa de pernas longas e rosto simpático coberto de sardas. Chamava-se Meg e gostava de mulheres. Às vezes, quando me adivinhava na cozinha, batia no vidro da janela para me convidar a uma chávena de chá. Eu abria a porta, saía ao jardim e deixava-me ficar uns minutos falando de política, de livros, de direitos humanos. Um sábado convidou-me para jantar. Havia mais duas amigas. Uma delas passou todo o tempo a meter-se comigo. Não comigo, Ulisses Garland, mas com o género masculino. Se as mulheres pudessem governar o mundo, tudo seria diferente. Para melhor, com certeza. Procurei conservar a urbanidade. Na hora da despedida, Meg disculpou-se.

Depois do jantar eu embocava Upton Lane e ia até ao *Spotted Dog*. Acabei por conhecer uma secretária que trabalhava numa companhia de seguros, na City. Falámos do tempo. Sentámo-nos no jardim, a beber uma *läger*. O atardecer de julho lançava entre nós pontes de intimidade convencional. Bebemos bastante. Quando o pub fechou despedimo-nos, com um aperto de mão. Eu insinuei-me, demorando o contacto e procurando-lhe os olhos. Fui para casa, embrenhei-me na leitura e esqueci-me dela. Uma noite ela apresentou-se em casa com uma garrafa de borgonha. Sabia perfeitamente o que queria. Era alta, esbelta, simpática. Não lhe faltava sentido do humor. Depois do trabalho pesado do dia, era bom que alguém me pudesse recordar que ainda tinha sentidos. Chamava-se Nancy. Tinha uma grande capacidade para se entregar ao imediato. Nunca falava do ontem nem do amanhã. Durante uns meses, nos interstícios concedidos pelo estudo, a minha vida foi decorrendo entre Meg e Nancy, com visitas quinzenais ao Professor Horowitz, que morava em St. Albans, numa verdadeira imitação de uma casa Tudor. Era um judeu russo, proveniente de São Petersburgo, que tinha arribado à Inglaterra, fugido da queima, trazendo consigo as sementes do formalismo e os alvares da semiótica. Estava reformado havia uns anos, mas continuava a interessar-se pela literatura e pela teoria da informação. A sua mulher, Dora, fazia uns *scones* muito saborosos.

Um domingo, Nancy levou-me a Southend-on-Sea, para comer camarões. Andámos depois pelo cais, comprometendo a pontaria nas barracas de tiro e sacrificando moedas ao apetite devorador das *slotmachines*. Entrámos na casota de uma *fortune-teller* cigana que levava um lenço abigarrado na cabeça e uma maranha de colares à volta do pescoço.

Vaticinou-nos um futuro feliz. Não faltavam os inevitáveis rebentos. Na viagem de regresso, inopinadamente, Nancy enveredou pela espiritualidade. O comboio furava o sossego desconsolado do crepúsculo. Havia magotes de tordos que esvoaçavam por entre nuvens baixas. Ela apoiou a cabeça no meu ombro. Começava a perder a frieza de antes, a moderação que, rejeitando a intervenção lacrimosa da vida íntima, lhe permitia dar ao prazer uma inteireza meramente material. Agora falava-me ao ouvido, compondo procacidades emotivas, confissões arrancadas dos estratos mais fundos do espírito, simbioses afectivas inoportunas. Era o amor. Tenho de pô-la a andar, pensei.

Eu acabava de fazer trinta e dois anos. “*Nel mezzo del cammin di nostra vita*”. Sempre que não chegasse a viver tanto como o Professor Horowitz, o que era sumamente improvável. Havia já tempo que eu tinha deixado de me fazer perguntas. As ânsias, os afãs da juventude, já tinham passado. Com o tempo tinha-me tornado amavelmente céptico. Talvez o cepticismo não seja mais que o refúgio dos idealistas desenganados. Reconhecia em mim uma total incapacidade para o melodrama ou para a tragédia. A vida nem sequer me brindava ocasiões que me permitissem afundar-me na surpresa. Que teria acontecido com o *thaumasein* de que falavam Platão e Aristóteles? Tinha aprendido a medir as pessoas à primeira vista. Estavam ali, diante dos meus olhos, como livros abertos. Umas, dilatando o ego; outras, encolhidas detrás das suas dúvidas. E outras, a maioria, vegetando placidamente, como couves enterradas no sossego da horta. Eram as mais felizes. Tinha-me sentido atraído por Nancy, porque ela me parecia capaz de aceder ao prazer pelo prazer. Queria fundir-me na couve animada que ela era. Queria enveredar pela couvicidade. Um bom orgasmo era algo autotélico, natural como uma couve, independente da *partenaire* ocasional. Mas agora Nancy trazia-me a lava do sentimento, da dependência, do tu és meu que me acabaria por exigir, mais tarde ou mais cedo, o eu sou teu, a rendição, a entrega. Todo o mundo acabava por interiorizar. E por possuir. A vida era tão bela na sua alheia plenitude fenoménica! Dois corpos deviam encontrar-se com a alegria espontânea com que se encontram duas ondas, sem a necessidade de se terem que identificar previamente. — *My name is Rose, I come from Brighton — Qué tal, yo soy Simón, soy costeño, barranquillero por más señas* —, sem que fosse preciso transitar pelo corredor estreito das convenções, tudo para justificar o *vamos a hacer el amor*, *Rose*, que não precisa de nenhuma justificação, à parte do facto de que, num determinado momento, se tenha vontade de fazer amor. As coisas, com Nancy, começavam a assumir uma seriedade excessiva. Eu já não tinha paciência para esse tipo de histórias. Eu gostava mais da situação quando ela chegava à volta das oito, interrompendo o “*en revanche on peut se demander si l’absence de de toute considération syntagmatique dans l’inventaire des rôles ne*

prive pas le rôle de son caractère proprement narratif”, abandonava a garrafa de vinho e as hamburgers congeladas na mesa da cozinha, e subia apressada ao estúdio. Caía-me então em cima, feita uma maré incontida de carne. Espetava-me beijos na cara e brincava, nervosa, com os botões da minha camisa. Com a outra mão, enquanto me contava as incidências desinteressantes do dia, ia-me correndo o fecho das calças. Quando deixava de falar, a sua boca mostrava-se capaz de se esmerar em labores mais prazenteiros. Tinha uma maneira peculiar de sentar-se em cima dos meus joelhos, agitando as nádegas com a impetuosidade de uma máquina de lavar empenhada na centrifugação final. Quando atingia o orgasmo tornava-se escandalosa. Fazia então muita literatura, inçada de palavrões.

Em agosto de 1981, vivi um episódio curioso. Recebera a visita de um casal de Morón de la Frontera, amigos de longa data. Esgotados os passeios por Londres, decidi levá-los a Oxford. Ao chegar, embaucado pelo meu vício de bibliófilo, disse-lhes que percorressem a cidade, munidos do mapa pertinente, enquanto eu visitava as livrarias. Acabei na *Blackwell*, em Broad Street. Fui esgaravatar na secção dedicada à filosofia. Os preços eram inacessíveis, sobretudo para um pobre estudante como eu. Acabei por esbarrar com um livro de segunda mão, que custava pouco mais de duas libras. Era uma edição americana da Bobbs-Merrill, muito maltratada, da *Inquiry* de David Hume. Estava coalhado de riscos e de comentários despropositados, pergenhados por um estudante qualquer de uma qualquer universidade do Midwest. Sempre me fez muita espécie como se pode estudar Platão entre uma visita ao *Walmart* e uma excursão ao *Mcdonald's*. Eu tinha decidido pagar, porque o preço me resultava comportável, mas, quase sem dar-me conta, encontrei-me ao pé da porta de saída antes de esbarrar com uma caixa. E, num impulso, decidi sair, com o livro debaixo do braço. Tinha dado apenas uns passos, já na rua, quando senti uma mão em cima do ombro. Era uma senhora, baixinha e anafada, que me dizia:

— *Sir, you are carrying something that doesn't belong to you.*

— *You're absolutely right* — respondi.

Entrámos na livraria. Depois teve lugar o *show* habitual. Saí da *Blackwell* escoltado por uma parilha de polícias. Tratava-se de humilhar publicamente o suposto transgressor. Carregaram-me com a mão na cabeça para me meterem no carro. A única coisa que eu queria assumir, tropeçando ou não com a propriedade privada, era aquela coisa de “*Man is a reasonable being*”. Eu, embora decididamente razoável, era um incompreendido. Era um criminoso. Tinha atentado contra as regras do jogo. Tinha roubado um pedaço de espírito impresso. Acabei na esquadra, onde fui parar a uma cela. No cubículo contíguo, um jovem, aparentemente muito pedrado, dava murros e cabeçadas na porta, soltando uns gritos

estentóreos. Deitei-me no catre e adormeci. Teriam passado duas horas quando me vieram acordar. Na cela contígua, o rapaz tinha-se calado. Levaram-me a um escritório. Um dos policias disse-me que, tendo averiguado que eu não tinha cadastro, se eu acesse a pagar o livro, que custava exactamente £2.40, a *Blackwell* não se daria ao trabalho de me demandar judicialmente. O que mais me feriu foi um discurso que uma agente, convenientemente endoutrinada, me endereçou.

— *What you've done is theft in this country. You can't get away with this sort of thing in England.*

— *In this country and in any other country. But it's enlightened theft* — respondi.

A ela, com certeza, não lhe tinha caído nas mãos o *Steal this Book* (1971) de Abbie Hoffman. *Fuck Chicago, fuck Los Angeles, fuck San Francisco. Survive! Fight! Liberate!* Não há nenhuma imoralidade em roubar no *Pig Empire!* Eu não estava a roubar jóias nem dinheiro. Estava a subtrair um livro de filosofia, ainda por cima de segunda mão, todo riscado por um estudante anónimo, que praticamente não interessava a ninguém. Era um roubo “ilustrado”. E, de certo modo, estava a compensar o roubo sistemático de luva branca promovido pelas editoras, que cobravam 50 *quid* por meio milhar de páginas de papel impresso. O próprio Abbie Hoffman via o reverso da medalha: “*It's embarrassing when you try to overthrow the government and you wind up on the Best Seller's List*”. O sistema avinha-se com certo grau de autofagia, sempre que não chegasse a ameaçar o desejado equilíbrio homeostático. Não valia a pena explicar tudo isto àquela ignara aprendiz de polícia. O episódio não me provocou quaisquer remorsos. Ao escrever estas linhas, tenho diante dos olhos o tal exemplar da *Inquiry* de Hume, ainda mais riscado que quando me veio parar às mãos. Nunca o folheio sem que me venha à memória a maneira como chegou a encontrar lugar na minha estante, ao lado de Bacon, de Locke, de Berkeley, de Spencer e de Stuart Mill.

Em 1976, após a repentina demissão de Harold Wilson, James Callaghan fora nomeado primeiro ministro. Sobreveio o corte de relações com os sindicatos e o *Winter of Discontent*. Até os coveiros de Merseyside entraram em greve. Em 1979 Margaret Thatcher assumiu o poder. A filha de um tendeiro de Grantham, Lincolnshire, chegava a Primeiro Ministro do Reino Unido. Para que digam que não há mobilidade social! Empenhada em reverter o declínio económico do *UK*, comprometida numa política estritamente monetária, Thatcher tratou de reduzir o papel do Estado na economia, de diminuir a inflação e de dismantelar, ou pelo menos de debilitar, as *trade unions*. Estava-se a travar a função que o povo, os agricultores, tendeiros e mercadores desempenharam na Reforma inglesa, opondo-se aos Stuarts, função assumida mais tarde pelo proletariado, uma vez desencadeada a revolução

industrial, em duas ocasiões em que Inglaterra esteve à beira da guerra civil. Perante o anúncio do encerramento da maior parte das minas de Yorkshire, o que condenaria mais de 20.000 trabalhadores ao desemprego, o sindicato dos mineiros, a *NUM*, que já provocara a queda de Edward Heath em 1974, viria a entrar, em 1984, em greve selvagem, que se havia de prolongar ao longo de um ano. A destruição de uma indústria era a destruição de uma cultura, de uma forma de vida diferenciada. Thatcher, então no seu segundo mandato, manter-se-ia firme, acabando por sair vitoriosa do confronto. Seria o golpe de graça na eficácia do movimento sindicalista. E talvez do *ferret legging*, um “desporto” de Yorkshire que obriga a introduzir um furão dentro das calças e ver quem é o valente que aguenta mais tempo a mordente presença do mustelídeo. Li algures que o recorde mundial de tal actividade está em cinco horas e trinta minutos. O que é certo é que Thatcher conseguiu uma grande vitória para o neoliberalismo. E acabou com o *ferret legging*. O povo, propriamente dito, que era o estrato social de que ela provinha, estava a perder capacidade de acção. E, idiotizado pelo sorriso imediato da Net e das nascentes redes sociais, de reflexão. As grandes nações democráticas são hoje em dia, sob vários aspectos, exemplos flagrantes de desdemocratização. Nas nossas democracias começam a medrar ervas daninhas. O povo perdia cada vez mais a sua voz. Atolado, e atomizado, nos seus egoísmos reles, era mais fácil manipulá-lo. O esplendor do *United Kingdom* alimentava-se do sacrifício dos mineiros. A classe média contentava-se com um utilitário de segunda mão e com um *package tour* às Canárias. Um whisky barato depois do almoço e o Barcelona-Madrid ou o Chelsea-Arsenal, na televisão, ao atardecer. Ao outro lado do Atlântico, Ronald Reagan, que protagonizara os *westerns* da Série B que eu via quando criança, seguia políticas afins. A crise das humanidades, então já latente, precipitava-se. Muitos dos primeiros-ministros britânicos (W.E. Gladstone, A. J. Balfour, Stanley Baldwin, Clement Attlee, Anthony Eden, Harold Macmillan, Harold Wilson, Edward Heath) formaram-se em Letras. O estudo da história e dos clássicos servia então para fortalecer o carácter. Não havia nada que impusesse mais respeito que um *Double First*. Só uns poucos podiam ser políticos, porque só uns poucos tinham *manners* e conhecimento. E esses poucos, esquecidas as humanidades, eram agora porta-vozes dos partidos estabelecidos, para cujo afaçamento trabalhavam os interesses que eles representavam. Não precisavam para nada de um *Double First*. Agora, num mundo onde os iletrados políticos estão completamente descaracterizados, já não vale a pena investir em benefícios invisíveis e imediatamente inquantificáveis. O que conta são as ciências “fortes”, as que produzem um *output* tangível. Estamos numa época em que a ciência se confunde com a cultura. No trânsito das humanidades à química, Plutarco e Cícero ficaram esquecidos. “O que é que se diz a uma

licenciada em Letras?” Resposta: “Uma Big Mac com batatas fritas”. Margaret Thatcher, formada em Química, pergunta a uma estudante, ao visitar não sei que universidade:

— *What do you study, dear?*

A moça responde:

— *English.*

A Dama de Ferro alvitra:

— *What a luxury!*

A cultura ocidental desespirtualiza-se. De um conjunto de gestos codificados, adaptados a todas as situações e cimentados em valores estabelecidos, passa-se a um pragmatismo intranscendente. O objectivismo científico, desligado de um suporte ético, devém simples objectismo. Reinam os objectos palpáveis, contundentes. Capitalismo e cultura andam desencontrados. O capitalismo só se interessa realmente pela “arte” quando ela assume um carácter estritamente decorativo, uma auréola de beleza *adhærens* capaz de dignificar aparentemente os objectos. Uma procissão inacábavel de cifrões na parede de um banco. Ate o genial Dali se entendeu muito bem com o dinheiro. Ainda me lembro dele a anunciar camisas, com o seu discurso surreal, nos intervalos comerciais da televisão franquista. A actividade intelectual criativa (ler, escrever, pensar, filosofar) iguala-se à ociosidade. Eu acho que Dali sempre se interessou mais pelo capital que pela arte. O cientista, perante uma obra literária, reage como o geometra que, ao escutar um trecho de *Athalie*, a obra-prima de Racine, terá dito: “*Qu’est-ce que cela prouve? À quoi cela sert-il?*”. Num mundo de certezas imediatas, tangíveis, proscree-se a teorização. E a problematização. Estamos rodeados de objectos, mas fugimos à teoria desinteressada e à contemplação estética. Vivemos no seio do pós-modernismo. E do pós-humanismo. Não paramos de discursar, embora cada vez duvidemos mais da validade do discurso. A arte e as *Geisteswissenschaften* (Ciências do Espírito) já não merecem o interesse e a devoção de outrora, a não ser como elementos decorativos. A sociologia, muito dada à estatística, desantropologiza o indivíduo. Os *mass media* impõem os seus chavões. O homem ocidental começa a desespirtualizar-se. A noção de intimidade entra em crise. As humanidades, cujo estudo se mantém por inércia, vão-se tornando irrelevantes. A filosofia, nos países de expressão inglesa, assume uma identidade analítica, abominando das construções metafísicas. A tradicional separação entre a academia e o mercado começa a perder a sua razão de ser. Entramos na era do capitalismo académico. O conhecimento só se justifica quando brinda um *output* palpável. A teoria tomba em pleno descrédito, já que, enquanto as “ciências fortes” só tratam de rever os seus critérios epistemológicos para reforçar a sua interacção com os mercados, as humanidades não se

prestam a tal estratégia. Ou melhor, tal estratégia depende completamente de processos e mecanismos económicos. E economicistas. O estudo de Platão, de Cícero, de Shakespeare, de Kant ou de Hegel não oferece rentabilidade alguma. Em todo o caso, procuram-se mais os romances de Nora Roberts, acessíveis até nos grandes espaços comerciais, que as tragédias de Sófocles, que só se encontram, quando é caso disso, em livrarias especializadas. Fiéis a uma tradição que se mantém por inércia, os mais velhos, com a nossa imposição de modelos esgotados, ignoramos as inclinações dos jovens discentes, agarrados a uma desespiritualizada tangibilidade imediata.

Eu tinha plena consciência do anacronismo da minha opção profissional. Estava a nadar contra a corrente. Por que razão é que um homem sensato há de passar meses a pensar no primeiro adultério de Emma Bovary, podendo mimetizá-lo no corpo airoso da mulher do vizinho? A concepção tradicional de cultura, a *cultura animi* ciceroniana e a *high culture* de Matthew Arnold, cuja ausência descambaria em anarquia comportamental, tinha caído nas mãos da ralé e dos filisteus e já não era instrumento de humanização. O multiculturalismo impunha-se ao antiquado paradigma clássico, pilar do atávico e suplantado eurocentrismo, considerado como portador quintessencial do elitismo, encarregado de custodiar a superada tradição ocidental. Mas será que os estudos clássicos e o multiculturalismo andam realmente às avessas? Habitamos hoje um mundo no qual se estuda residualmente grego e latim, se consome comida chinesa ou mexicana, se ouvem árias de Verdi entoadas por uma *diva* maori que enverga roupagens japonesas, se dão conferências sobre Fernando Pessoa ou Kafka em Toronto ou em Xangai, se calçam sapatos americanos feitos em Tailândia e *Levy jeans* fabricados no Brasil. Quer-me parecer, contudo, que o *orbis* (*oikouménē*) greco-romano, com os seus gregos, itálicos, macedónios, sírios, egípcios, líbios, cilícios, judeus, etíopes, germanos, árabes, bactrianos, persas, escitas, trácios, hispanos, gauleses, dácios, bretões, etc., era um caldeirão de culturas múltiplas que, prolongando-se no tempo, permitiram e fecundaram uma multiplicidade de nacionalismos ainda hoje vigentes. É de crer que a Roma de Marcial fosse uma cidade tão cosmopolita e multicultural como Londres ou Nova Iorque. “*Romanae spatium est urbis et orbis idem*”, escreveu Ovídio. O multiculturalismo é mais antigo do que por vezes se pensa.

Como quer que fosse, o que eu advertia era uma carência visível de classe, quer na esfera académica quer na política. As iniciativas culturais podiam ser protagonizadas, e eram-no com uma certa frequência, por indivíduos sumidos na incultura e na imbecilidade moral. Já iam longe os tempos nos quais Matthew Arnold, estrito contemporâneo de William E. Gladstone, identificava a política com a cultura, e a cultura, que para ele era o estudo de uma

reconhecida “perfeição”, com a moralidade. Ficava por saber, de acordo com as imperantes estratégias deconstrutivas imperantes, onde diabos assentava e a que critérios sólidos obedecia a perfeição invocada! E a conivente moralidade. A minha geração fora a última a crescer num ambiente onde as humanidades ainda tinham um certo relevo. Face a um mundo dominado por um fenomenismo intranscendente, para o qual só contava a aparência, pois já não havia lugar para a análise e a contemplação desinteressadas, procurei fazer-me por “dentro”, embora eu soubesse perfeitamente que não havia nem dentro nem fora. Com dentro ou sem dentro, antes de me dar com os outros, eu tinha de me dar bem comigo mesmo, embora não conseguisse determinar com precisão os contornos do meu esquivo e cambiante *self*. “*Certes, c’est un sujet merveilleusement vain, divers, et ondoyant, que l’homme. Il est malaisé d’y fonder jugement certain et uniforme*”. Era o que Montaigne me tinha ensinado. Mas eu, sem realmente nela acreditar, tratava de viver a subjectividade. Metaforicamente, decerto, porque já há muito tempo que não tomava a sério a intimidade. Não havia de alinhar nunca em partidos, em religiões, em patriotismos, em clubes, em ideologias, em agremiações. Não queria nada com as modelizações colectivas da consciência, sempre contingentes e artificiais. Não queria, na esteira de Nietzsche, pertencer a rebanhos. Eu, na minha aversão à institucionalização, tratando de me refugiar numa anomia positiva, só me representaria a mim mesmo, na medida do possível, dada a inexequibilidade de me evadir completamente de um determinado contexto. Bem à maneira de D. Quixote, eu teria de criar o meu próprio mundo.

Em 1983 veio-me parar às mãos um livro: *L’homme neuronal*, de Jean-Pierre Changeux. Aquilo que conhecemos por espírito não seria mais que o produto da actividade de milhões e milhões de neurónios, agrupados em assembleias que comunicam entre si mediante sinapses. Somos, basicamente, química e electricidade. O dualismo cartesiano caía em pleno descrédito, minado pelos achados das neurociências. A *res cogitans* não era mais que o produto do metabolismo da *res extensa*. A sensação, como já quisera Taine, só seria capaz de render uma “alucinação verdadeira”. O “espírito” não era mais que química e electricidade. Ao morrer o corpo morria a “alma”. Como já sustentava o velho Protágoras, a alma não é nada à parte dos sentidos. Comecei a acreditar firmemente na imortalidade da morte. Tenho fé na matéria como outros têm fé em Deus. A ideia de um Deus pessoal que nos amava parecia-me ridícula. E improcedente. O amor é uma carência. Projectamo-nos nos outros para criar algo que não temos, quando entregues só a nos mesmos. E Deus, sendo absoluto, não se pode sujeitar a qualquer tipo de carência. Nem pode submeter-se a êxtases. Deus não pode amar, porque não é uma pessoa. Não é uma entidade carente. Deus é como o vento ou a electricidade. É o que é, e não quem é. E, mesmo que assim não fosse, por que é que Deus

havia de amar particularmente o insignificante ser humano? Por que é que não se revelou às baratas, às moscas, aos grilos e às centopeias? O que é que nós tínhamos de especial para merecer uma atenção preferente por parte de Deus? Tudo isto era um acto de *hýbris* por parte do ser humano, sobre o qual cairia, mais tarde ou mais cedo, o castigo impiedoso da *némesis*. E, ainda por cima, o Deus hebreu tinha absurdas características antropomórficas. Se Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, Deus deve ser uma entidade miserável! Que estúpida soberba, a do mísero ser humano! E, ainda por cima, o Deus bíblico era cruel e inclemente. O episódio de Abrão e Isaac deixava-me estupefacto. E indignado. Como é que Deus, que tanto nos amava, podia ser tão brutal e insensível?! Nem sequer me ficava o refúgio apofático da teologia negativa, na tradição de Gregório de Nisa, do Pseudo-Dionísio, de John Scotus Erigena, de Meister Erkhart, de Jan Van Ruysbroeck, de San Juan de la Cruz. Tal via, para mim, era intransitável, porque nunca fui minimamente dado ao misticismo. Não quer dizer que eu tenha sido ateu. Aceitava perfeitamente a ideia de que havia uma força cósmica dominante, mas não alinhava nessa coisa de um Deus antropomórfico que tinha um filho parido por uma mulher que não conhecera homem. Confortava-me a ideia de que acabaria por repousar no seio do Nada, de que ao dissolver-me no Nada (ou no Tudo) encontraria finalmente a redenção. Era um consolo pensar que a morte seria a libertação definitiva, que ao morrer me livraria definitivamente deste mundo de despropósitos.

Quanto ao meu desempenho na vida, decidi refugiar-me, na medida do possível, na inacção, na apraxia. Nunca tive ambições. Nunca acreditei que me poderia realizar. Nunca persegui o poder. O mundo exterior não me despertava grande atenção. Só podia confiar em mi mesmo, por mim mesmo e para mim mesmo. Provavelmente era um egoísta inveterado, ou até um solipsista, mas nunca seria um egotista. Exibo-me a mim mesmo, para mim mesmo, mas não me exibo perante os outros. O que é que me importam a mim os outros, se estou obrigado a viver comigo mesmo, decidido a explorar esse mim tão indeterminado? Eu estou em mim, e não nos outros. A opinião alheia sempre me foi indiferente. O aplauso sempre me foi incómodo. A censura sempre me serviu de acicate para me reafirmar nas minhas convicções. De que é que serve espernear na vida, perseguir a fama, o poder, o dinheiro e a glória, se tudo acaba num abrir e fechar de olhos? A vida é um ir à tasca da esquina beber um tinto. E trocar dois dedos de conversa com o contingente comensal, para depois desaparecer para sempre. Eu preferia dar-me conta da situação a vivê-la materialmente. Teria de encontrar, isso sim, uma margem mínima de conforto que me permitisse ir sobrevivendo apacivelmente. Um canto onde me pudesse refugiar, sossegado. E só. O estudo da literatura e da filosofia, no qual o trabalho se fundia com o prazer, brindou-me a saída desejada. Quando

lia Platão, Virgílio, Montaigne, Cervantes, Spinoza ou Shakespeare sentia-me bem acompanhado na minha soledade, afundado num solipsismo hedonista. Gozava, então, da companhia de “espíritos” selectos. Com eles entendia melhor tudo o que me rodeava. Eram amigos profundos que estavam sempre disponíveis. Vinha-me não poucas vezes à cabeça um soneto de Quevedo cujo primeiro quarteto diz assim:

«Retirado en la paz de estos desiertos,
Con pocos, pero doctos libros juntos,
Vivo en conversación con los difuntos,
Y escucho con mis ojos a los muertos».

Quando pousava um livro, cansado de ler, ninguém me vinha com reconvenções. Não me ligas nenhuma, és um egoísta, qualquer dia ponho-me a andar! *A enemigo que huye, puente de plata*, dizem os espanhóis. Os livros estavam sempre à minha disposição, em cima da mesa, como amantes fiéis. E consideradas. Eram companhias fiáveis que não se impunham, que só se apresentavam quando eu as solicitava.

Nunca procurei certezas. Sempre gostei dos grandes cépticos inteligentes, equânimes e bem-dispostos como Montaigne e Cervantes. Tornar-me-ia impérvio à opinião dos outros, sobretudo quando se revestisse de um carácter dogmático. Sempre que me encontrasse bem comigo mesmo eu sentir-me-ia decididamente bem. Dada a consciência da minha insignificância, na qual se espelhava a insignificância alheia, os outros nunca conseguiram intimidar-me. A fama e a glória sempre me pareceram miragens intranscendentes próprias de uma *Weltanschauung* épica caduca. E de espíritos vulgares e grosseiros, que, carecendo de sofisticação, acreditavam ainda na distinção estabelecida entre restaurante de luxo e tasca sertaneja. O presente teremos de encará-lo, mas por que é que havemos de nos preocupar com a posteridade? O que é que a posteridade fez por nós? Como é que, indefectivelmente mortos e enterrados, poderemos gozar da posteridade? “Não tenho preferências para quando não puder ter preferências”, dizia F. Pessoa. Preferia ter na mão um copo de bom vinho, sempre cheio, que ser dono de uma garrafeira. Só se pode beber um copo de cada vez. A questão é fazer que o copo nunca esteja vazio. A dúvida satisfazia-me. “*Non men che saver, dubbiar m’agratta*”, dissera o poeta. Assumi a dúvida como modo de vida. Tratava-se, porém, de uma dúvida limpa, teórica, que não levava à depressão. Psicologicamente, traduzia-se em desconfiança. Eu admitia todas as variáveis, mas eram muito poucas as que realmente me despertavam verdadeiro interesse. Havia muitas opções nas quais não me compensava investir. O luxo, por exemplo. Sempre gostei mais de uma residencial asseada, com a sua

porteira tonta e tagarela, que do hotel de cinco estrelas, com o assustador recepcionista disposto a empunhar a *Uzi* que esconde numa gaveta do balcão. Uma vez pernoitei num hotel que tinha as torneiras banhadas em ouro. Senti-me incómodo quando me meti debaixo da “chuva dourada” do duche. Eu não queria afincar-me em nenhuma daquelas variáveis, dando-a por única. Quase todas as misérias da humanidade provêm da imposição de dogmas, de soluções indiscutíveis e irrevogáveis. Da intransigência. De pensar que se encontraram âncoras permanentes. E receitas definitivas. Só Hitler, Franco, Staline, Pinochet, o Vaticano, Kim Il-sung e Torquemada têm a verdade dentro do bolso. Para se ser feliz e deixar que os outros sejam felizes há que fecundar a permissividade. Que cada um faça o que bem entender, sempre que não incomode. Que cada um largue a âncora onde lhe apetecer, contanto que não venha bulir com o casco do meu barco. A vida é um jogo. É um jogo sério, mas não por isso deixa de ser um jogo. Eu nunca cairia no desencanto, porque nunca me deixaria encantar. Nem na desilusão, porque nunca me deixaria iludir. A frustração só chega a quem acalenta expectativas irrazoáveis.

*

No dia 23 de fevereiro de 1981, quando a noite caía, voltei a casa depois de um dia passado na biblioteca do Museu Britânico. Preparei uma chávena de chá, sentei-me na sala e liguei a televisão. Era a hora das notícias. Prescindiram da introdução habitual. Apareceu imediatamente no ecrã a imagem de um oficial da *Guardia Civil*, com o seu tricórnio e o seu bigode, que, no meio de uma assembleia parlamentar, empunhando uma pistola, gritava: “¡*Quieto todo el mundo!*”, ordenando que todos os deputados se lançassem ao chão. E depois desfechou uns tiros no ar, que foram alojar-se no tecto do anfiteatro. O homem parecia uma caricatura. Pensei que estava a ver um filme. Tardei uns segundos em dar-me conta de que tudo aquilo era real. O *Palacio de las Cortes*, situado na Carrera de San Jerónimo, tinha sido assaltado por duzentos golpistas uniformados de ultradireita, encabeçados por Antonio Tejero, um tenente-coronel da *Guardia Civil*, apoiado por um sector saudosista do exército que estava a favor da operação Duque de Ahumada. O capitão da Terceira Região militar, o general Jaime Milans del Bosch, chegou a pôr os tanques na rua em Valência. Espanha refreava a respiração. Eram os últimos estertores do franquismo. À 1:14 da madrugada do dia 24, Juan

Carlos, envergando o uniforme de *Capitán General*, apareceu na televisão, opondo-se radicalmente ao golpe. Teve um desempenho convincente. O pronunciamento fracassara.

De abril a maio de 1982 desenrolou-se a Guerra das Falklands. Das Malvinas, na versão argentina. Eram poucos os ingleses que sabiam exactamente onde estava o discutido arquipélago. Os *mass media* demonstraram a sua temível eficácia. De repente, galvanizados, milhares de britânicos, empunhando a *Union Jack*, despediam, vociferantes, no cais de Portsmouth, os navios que partiam para o Sul. Surpreendeu-me a facilidade com que se podia mobilizar o rebanho. A 2 de maio foi afundado o *General Belgrano*, o primeiro navio a ser atingido por um submarino nuclear, deixando a frota argentina muito tocada. A 25 de maio, contudo, os *Skyhawks* argentinos, ao norte de Pebble Island, conseguiram afundar um dos mais modernos destroyers da Royal Navy: o *HMS Coventry*. As grandes potências, muito atentas, tinham ocasião de apreciar o desempenho do armamento de ponta. Eu via em directo, na televisão, como se se tratasse de um *reality show*, os combates travados entre os *Harriers* britânicos e os *Mirages* da *Fuerza Aérea Argentina*. E a brutalidade dos *gurkas*, face aos recrutas bisonhos do bando contrário. Era uma experiência nova. O desenlace da guerra veio reforçar a posição dos conservadores e dos saudosistas. O Reino Unido recuperava o seu ilusório e anacrónico protagonismo imperial.

7

Uma tarde de julho de 1982, estando eu no meu estúdio, abismado na leitura, bateram à porta. Era Ismelda Torres. Nunca tínhamos perdido o contacto. Trocávamos, duas ou três vezes por ano, postais ou cartas breves. Agora estava ali, com o seu sorriso de sempre, os seus olhos grandes e uma mala na mão. Tinham passado mais de dez anos. Ficámos sem jeito, a olhar um para o outro. De repente, tudo se resolveu num grande abraço. Ela agora parecia mais séria, mais comedida, mais madura. Trabalhara uns anos, como recepcionista, num hotel de Miami. Tinha poupado uns milhares de dólares e decidira empreender o seu *Wanderjahr*. Seus pais tinham morrido num acidente. Agora estava sozinha. Fomos jantar a um restaurante espanhol, em Holborn. Não parámos de falar, esporeados por um bom Rioja. Era uma noite tépida de verão, uma daquelas noites estivais em que Londres ganha uma atmosfera mediterrânica. As ruas fervilhavam de gente. Dos pubs saíam trechos de música embrulhados

em gargalhadas. E, dentro de nós, soava uma orquestra silenciosa. Recordávamos os tempos passados. “*Meminerunt omnia amantes*”.

Ismelda foi-se deixando ficar.

— *¿Y tu viaje?* — perguntei-lhe um dia.

— *Estoy bien aquí. Estoy bien contigo* — respondeu.

E não disse mais nada. Era a sua maneira de ser efusiva. Éramos felizes, até nas minudências, aparentemente insignificantes, do dia a dia. Dávamos passeios morosos por West Ham Park, atentos às flores que vicejavam nos canteiros e aos pássaros que se pousavam nas ramagens. Discerníamos volumes inadvertidos nas nuvens que toldavam o céu. Íamos ao West End, ao teatro ou ao cinema. Comíamos pratos *Yue* num restaurante cantonês de China Town. Eu, estando com ela, reparava mais nas coisas. Uma tarde, quando bebíamos uma chavena de café na sala, ela quis contar-me a sua vida, que eu praticamente ignorava, porque a Ismelda de antes sempre resguardara muito a sua intimidade. Seu pai, Ricardo Torres Vellón Gascoiz, fora advogado. Tinha escritório em Bogotá e uma sucursal em Antioquia. Quando eu conheci Ismelda, em 1970, seu pai começara a gerir certas transacções financeiras, remotamente ligadas à “lavagem” de dólares do então incipiente narcotráfico colombiano. Ismelda, sem ter perfeita consciência do facto, estava a “branquear” capital. Eram os tempos de Jaime Cardona, Mario Cacharrero e Ramón Cachaco, antes da constituição dos carteles. Ismelda não lidava com delinquentes ferozes e agressivos, muito taimados. Lidava com executivos de plástico, com óptimos fatos, muito eficientes, frios e lúcidos. Ela, obedecendo a orientações paternas, que lhe chegavam da Colômbia, servia de enlace em Nova Iorque, sem saber bem ao certo o que verdadeiramente estava a fazer. Eram movimentos de divisas e verificações de liquidez. O seu desempenho tinha um carácter meramente administrativo. Ignorava a procedência do dinheiro que lhe ia passando pelas mãos. Talvez abrigasse certas suspicácias, mas não as havia interiorizado. Não trato de exculpá-la. Simplesmente estou a dizer a verdade. Ela teria ouvido mencionar os nomes de Matta-Ballesteros e Carlos Lehder, mas não tinha prestado atenção a tais solicitações. Das vedetas friamente maliciosas dos filmes, Ismelda só herdara a sua porção, completamente desproporcionada, de beleza, dádiva que ela, com a sua personalidade, ou com a sua mera presença, chegou a ampliar. Não exagero ao afirmar que Ismelda acrescentava sempre algo notável ao mundo. Ao princípio, limitava-se a receber cheques e a depositá-los em determinadas contas bancárias. Pouco a pouco, foram-lhe sendo atribuídas mais responsabilidades. Em 1978 seus pais morreram, não num acidente de automóvel, como ela me tinha dito dias antes, mas varados por uma saraivada de balas, provenientes da Uzi de um

sicario, ao regressarem a casa uma noite, em Bogotá, muito risonhos, depois de um jantar em que teriam celebrado o aniversário do seu casamento. Tinham sido vítimas de obscuras lutas travadas entre os capos da droga pelos mercados dos Estados Unidos. Ismelda, embora não estivesse verdadeiramente comprometida no enredo, decidiu desaparecer da cena. Não sabia até que ponto perigava a sua vida. Provavelmente, sendo uma peça diminuta na enorme engrenagem, ninguém teria reparado nela. Mas, no entanto, não podia evitar que a invadisse uma certa inquietude. Tinha vindo para a Europa com a intenção de se afastar do teatro das operações. Dei-me conta, então, de que eu tinha interpretado mal as suas visitas aos hotéis de luxo de Nova Iorque. As revelações de Ismelda não alteraram minimamente o nosso relacionamento. De certo modo, até o afiançaram. Embora nos sentíssemos bem juntos, nunca fazíamos projectos. Não queríamos compromissos com o incerto futuro.

Ismelda, uma noite, depois de fazermos amor, contou-me um incidente que lhe ensombrecia o passado. Ricardo Torres, do lado dos Vellón Gascoiz, tinha uma tía a quem chamavam Mamá Estercita. Era uma mulher encorpada, jovial e empreendedora. Explorava uma hacienda nos Llanos, no departamento de Casanare, não longe de San Luis de Palenque. uns duzentos quilómetros a sudoeste de Villavicencio. Mamá Estercita pegava nas sobrinhas e, quando remitiam as chuvas, levava-as num jipe cheio de pó e de lodo ressequido, para *El Pedernal*. Tinha mais de mil cabeças de *ganado criollo*. Ismelda teria então os seus dez anos; Cláudia, sua prima, uns dezassete. Havia um rio verde, um *caño* no qual uma cachoeira, que caía violentamente das brenhas, se espalhava em remanso preguiçoso. À noite, debaixo de lua enorme pendurada no alto da fraga, as garotas iam tomar banho ao rio. Do outro lado, o capataz, um llanero reconcentrado e melancólico, bem metido nos trinta, contemplava-as, enquanto ia desbastando um troço de madeira com a sua faca de mato. Aquela era uma pele nova e macia, afeita a sedas e a carícias, tão diferente da pele das *llaneras* locais, áspera como a das cabras. Era ele quem, ao romper a manhã, levava as meninas a cabestrear pelos cerros. Quando a ajudava a desmontar, muito solícito, Cláudia, banhada em suor, sentia o ferro quente das suas mãos na cintura, numa sublevação envergonhada de carne. O coração batia-lhe com mais força. O seu olhar perseguia-a. Quando volteava a cabeça, via-o, amadrinhando uma res, as pupilas poisadas no seu corpo, abraçadas às suas pernas, aos seus peitos, a uma ânsia nova que lhe florescia no púbis. Estavam no *llano* bravo, onde se respira um calor insolente e a morte cavalga à garupa dos *cuartagos*. E depois levou-as à selva. Já não iam encontrar os piapocos, os guahibos, os banivas, os barés, os cuivas, os carijonas. Nem sequer os huitotos. Mas sempre era a selva. Já não havia índias a ralar o *cazabe* nem a requeantar o *bidare*. Foram para um hotel, como gente civilizada. E no hotel havia um corredor, com onze

portas de cada lado. Era muito provável que uma pessoa não acertasse no número. Uma noite, bem, carregado de *caña*, Fidel enganou-se na porta. E no número. Fidel leu três onde devia ter lido sete. E tirou os três a Cláudia, em três tempos, sete vezes. Ela, sem quase opor resistência, deixou-se invadir pela terra, sentiu-se invadida pela terra, como se as palmeiras dos *llanos* a estivessem a penetrar à canzana. Cláudia perdeu o tino, pegada a Fidel como se fosse a sua sombra. Era a sua uma dependência insana, de fêmea possuída pelo macho dominante. Uma noite, quando Mamá Estercita registava, em enormes livros de assento, o balanço das reses a comprar e a vender, um tiro escaquejou o silêncio da madrugada, fazendo emudecer por momentos o coro recalcitrante das cigarras. Mamá Estercita, surpreendida, emergiu receosa do escritório e saiu ao eirado. A uns metros dela, Fidel Gamarra, o capataz, com a cabeça baixa e a pistola na mão, fitava o corpo ensanguentado de Cláudia. “*Jugué mi corazón al azar y me lo ganó la Violencia*”. Ismelda acordou, debruçou-se à janela. Ainda conseguiu lobrigar o cadáver da prima. Mamá Estercita foi-se trancar no escritório. Ouviu um tinir de copos e garrafas. Depois o silêncio acocorou-se. Eram 5:35 da manhã quando outro tiro veio desgarrar a placidez do crepúsculo. O corpo de Fidel jazia ao lado do de Cláudia, com o crânio desfeito por uma bala, espalhados os miolos no *albero*. É a solução habitual dos amores impossíveis. Pelo menos na tragédia *llanera*. Só em América, com a colaboração do Trópico, pode ainda a paixão apoderar-se da razão. E podem os sentidos superá-la. E acabar tudo num delírio de sangue.

Em 1983 fiz as provas de doutoramento. Nem sequer estava nervoso. Assumi-me como protagonista de uma novela estúpida. Era um rito iniciático que poderia fazer-me crescer em importância. Era um papel que ampliava a minha identidade oficial. Sempre tive consciência da minha ignorância, que sempre foi e será um poço sem fundo, mas nunca deixei de ter presente a certeza da insciência alheia. Uma pessoa não se deve deixar intimidar com facilidade. A realidade, não poucas vezes, está feita de cartão-pedra. Muitas vezes aqueles tipos solenes, encimados nas suas cúpulas, não valiam um caracol. Só tinham competência oficial. Por vezes põe-se, nalgumas pessoas, mais do que elas têm. A perseguição metódica e astuta da carreira impõe-se à vocação. O conhecimento vai-se tornando um fato (o que é que faço agora com o acordo ortográfico que se tira e se põe, conforme as circunstâncias?). O arguente, na sua mediocridade discreta, não levantou problemas de maior. Nem sequer se interessou por saber o que eu entendia por Ontologia, quando eu passava a vida a falar de ontologia, de ontologia de trazer por casa, sem realmente estar a saber do que estava a falar. Seria a farpa cruel à qual eu não poderia ter dado resposta. Sei lá o que é o ser! Sei lá o que eu sou! Passei meia hora a explicar como as coisas são sem nem sequer saber o que é ser. Para

quê fantia filosofia, se eu tenho a Sofia. A Loren, nos seus bons tempos, por exemplo. Se tivesse tempo para o fazer, pensaria nessas coisas. E eu fingi resolver com facilidade os poucos problemas que suscitou. Umas considerações sobre Meinong e W. V. O. Quine e umas achegas ao realismo modal de David K. Lewis. O professor Horowitz, muito ensonado, descabeçava a sua sesta. *Words, words, words!* O que é que as putas palavras têm a ver com a realidade?!

*

Um dia, inopinadamente, chegou-me um convite para leccionar numa universidade povoense. Nunca tinha estado nos meus planos um eventual regresso à Póvoa. Tive em conta o facto de as universidades inglesas estarem superlotadas. Na Póvoa havia, àquele tempo, grande escassez de doutores. A proposta emanava da EPAE (Escola Povoense de Altos Estudos), que, embora fosse uma universidade pública, dependia em grande parte de uma enxundiosa doação de um mecenas madeirense que tinha feito grossa fortuna na África do Sul, à conta do ouro, do trabalho forçado e dos diamantes. Afastado da Póvoa desde a minha infância, eu não sabia bem o que poderia encontrar. O IX Governo Constitucional tinha tomado posse a 9 de Julho de 1983, depois de um acordo entre o PS e o PCD, passando a ser conhecido como o Bloco Central. A Póvoa, com um défice da balança de transacções de 13% do PIB, acabava de recorrer ao FMI, submetendo-se a uma terapia de choque. O escudo desvalorizara-se em 12%. A inflação superava o 29%. Havia umas senhoras burguesas, donas de casa educadas e muito esmeradas, que compravam andares nas aforas da cidade, em bairros prolétarios. para, passados seis meses, os venderem com pingues benefícios. No rés-do-chão o desemprego grassava. Havia milhares e milhares de “retornados”, a tratarem de reconstruir uma vida desfeita por uma descolonização apressada e insensata. A actividade política era confusa, ferida de anarquia. O Estado passara por alto a obrigação de velar pelos interesses dos povoenses estabelecidos em África. Com o prédio de quatro andares que o Sr. Engenheiro tinha comprado, depois de tantos sacrifícios, em Miramar! Eu, estupidamente, não prestei a devida atenção a tantos indícios negativos. Uma manhã, aterrei na Portela. Fui parar a uma residencial da Defensores de Chaves. Nas esquinas, ao cair da noite, a avenida coalhava-se de meninas, empinadas nos seus sapatos de salto alto, a fazerem pela vida. Deixei lá as malas e dei uma volta pela Baixa. Pouco tinha mudado a cidade desde a minha remota infância. As velhas bancas de fruta a interromper os passeios, a anarquia da circulação, as

mulheres, vestidas de preto, a escovar à janela a longa cabeleira, as pessoas, desocupadas, a deambularem pelas ruas, os gatos matreiros, postados nas esquinas como sentinelas, as pastelarias e cafés de sempre, os mesmos eléctricos a rangerem a sua respiração de ferro. Estava na velha Ibéria, onde as pessoas saem para não ir a nenhum sítio, atitude muito adversa à acumulação de capital.

A EPAE tinha-se instalado nas aforas de Póvoa Grande, perto de Loures. No campus cheirava a eucalipto. Tudo era novinho em folha. Os prédios, muito envidraçados, faiscavam debaixo do sol. A Piscina Olímpica impava de satisfação debaixo do cristal versátil da sua cúpula. Havia jardins amplos, com praças escondidas debruadas de laranjeiras, onde os estudantes cochichavam segredos. O corpo docente, em grande parte, estava constituído por indivíduos formados no exterior. Tinham sido contratados atendendo simplesmente aos seus diplomas, sem que houvesse previamente uma averiguação cuidada da sua competência. A Doutora Flausina Alegre da Conceição, rebento de emigrantes povoenses em Maine, era a mulher indicada. Ficava por saber, no meio nacional, quem teria capacidade e critérios para a avaliar. Vinha da Universidade de Tennessee, onde tinha sido agraciada com um doutoramento. Desde a nossa enfunilada perspectiva não temos uma ideia exacta do que pode separar Tennessee de Harvard. Talvez o consumo de whisky. Vinham de Bélgica, de França, de Alemanha, de Holanda, de Inglaterra, dos Estados Unidos. Tratavam de renovar certas disciplinas, tais como a sociologia e a antropologia, que ainda não tinham a devida relevância nas universidades nacionais. Impunha-se a modernização. Tinha lugar um processo rápido, um processo dirigido que, ao não se desenvolver organicamente, contestava as tradicionais tendências do povo, religioso e conservador, triturando-as rapidamente na vertigem da inovação precipitada, sempre vinda de fora. O povo mimetizava todos aqueles movimentos, sem verdadeiramente os assumir. Era como o camaleão que vemos no pinhal e que, apesar de mudar de cor, nunca deixa de ser o camaleão que é. Aplicava-se a receita concebida para um diferente estado de coisas. Implantava-se a democracia, como quem atira uma pedra, num país que carecia de hábitos democráticos, num país que só estava habituado a obedecer, lucrando por vezes com a obediência. Mudavam os currículos, ou se quisessem os *curricula* (*curriculum*, no latim *démodé*, significava corrida, velocidade, batalha), mas não mudavam as mentalidades. Toda a gente a correr para conseguir um currículo, um CV. Vivia-se uma aceleração induzida, que não emanava organicamente da prática local. Três gerações de picheleiros detrás da flamante identidade do Sr. Ministro. Os avôs picheleiros eram gente mais séria. Vivia-se em estado permanente de simulação. Na Póvoa sempre foi preciso

aparentar. E no aparentar entra o emparentar, porque um bom casamento é o euromilhões de carne e osso. Herdeiras ricas, entregai-vos!

Importávamos paradigmas aos quais, dadas as nossas limitações, não podíamos conceder o pertinente sustentáculo empírico. Compro uma televisão de 47 polegadas, mas a mesinha que a suporta não está feita para arcar com tanto peso. E uma noite, com grande estrondo, parte-se a mesa e estapora-se a merda da televisão. Éramos um povo que, convencido da importância da sua falta de importância, estava edificado sobre maus cimentos. E não tínhamos, pelo menos, a densidade folclórica da Espanha vizinha. Tínhamos, isso sim, umas baladas tristonhas, lacrimajantes, que ainda enlagueciam mais a costumeira desídia vocacional. Comprávamos os fatos sem nos darmos ao trabalho de tirar as medidas. E muito camonianamente: “Tá bom, eu sou o Deleuze povoense! Pode-me tratar por Gilles ...”. Arranjava-se depois, conforme as inclinações pessoais, um positivismo, um idealismo, um estruturalismo, uma desconstrução de trazer por casa. Nunca dizíamos nada que já não tivesse sido melhor dito na estrangeira. Está claro que ninguém nos explicava como era possível que, num país em que quase tudo estava por construir, se pudesse dar largas à desconstrução. Deconstruídos já estávamos nós.

A letra e o espírito são coisas muito diferentes. As pessoas tinham ido para a cama sob uma ditadura e tinham acordado numa democracia. Assim, de repente. E não tardou a chegar uma constituição. Passados uns anos já se falava de “democracia consolidada”. Estás a tratar de enfiar as calças, para ir ao trabalho, e de repente há uma revolução nas ruas. Revolução?! Por que é que o povo, armado em *sans culotte*, de acordo com o velho ideário francês, não saiu à rua antes dos militares? As classes reitoras mais progressistas nutriam-se de códigos importados, numa nação incapaz de os cultivar domesticamente. Alguns docentes, não estrangeirados, eram nados e criados no país. Houve coisas que me surpreenderam. Todos os trabalhadores da instituição eram funcionários públicos, mas nem todos tinham os mesmos direitos e as mesmas obrigações. O pessoal administrativo tinha de marcar ponto de entrada e de saída. Se um funcionário faltasse uma tarde, sem justificação suficiente, era-lhe descontada a parte proporcional do ordenado. Nada disso acontecia com os docentes, que também eram funcionários públicos. Via-se logo que o sistema de castas funcionava. Os ilustres académicos não tinham consciência da questão. Eles, embora por vezes brutos como portas, eram inteligências superiores, inteligências devidamente legitimadas pelos estratos “culturais” (in)competentes, que para isso eram oficialmente professores universitários, ou não fosse o Professor Universitário depósito de uma inteligência de eleição. Professor Universitário =

Inteligência Superior. Uma relação de equivalência plena. Bastava fazer um telefonema à secretária do departamento:

— Está boa, D. Serafina? Olhe, vou estar ausente uma semana. Tenho de participar num congresso, em Salamanca. Faça o favor de comunicar aos estudantes que, até segunda-feira, não têm aulas.

D. Serafina aceita, embora nem sempre a identifique, placidamente a agressão. O gajo está a viajar e a divertir-se e eu estou aqui, amarrada ao duro banco da galé! Somos os pisados-plácidos. Pisados e repisados. Há povoenses tão boçais que nem sequer têm consciência de estar a ser pisados. Parece-lhes natural que o Sr. Professor Doutor Marcolino Pé Chato tenha regalias que eles não têm e viaje ao Brasil para discutir um ponto duvidoso do impagável acordo ortográfico, embora não saiba exactamente o que é um alofone, enquanto eles esperam pacientemente, no meio de cotoveladas, empurrões e eflúvios axilares, o multitudinário comboio da Linha de Sintra. Que essa coisa de chegar a Professor Doutor deve ser muito difícil e empinada! E o docente, enquanto espera por um “tacho” político ou cultural, justifica assim a sua ausência, que bem pode estar preenchida por uma visita à sogra, que faz anos em Lamego, por uma viagem a Londres, para ver o Benfica, que joga em White Hart Lane, ou por uma excursão ao Algarve com a mulher ou o/a amante. É preciso ter em conta que a maior parte dos políticos provêm das universidades, embora alguns deles só tenham licenciaturas “marteladas”. Os “intelectuais” sempre se entenderam bem com os políticos. Por isso, na Póvoa, se está sempre a bulir com o Ensino Secundário, que sai muito caro e está mais que necessitado de uma remodelação, sem que nunca se ouse tocar no Ensino Superior, que raia na perfeição. O Superior está por cima da crítica. O Superior tem autoridade crítica irrefutável, mas não se presta a crítica. Não se presta a crítica porque, ná Póvoa, não há ninguém capaz de o criticar. Embora, periodicamente, nos meta em crises muito críticas. Não há ninguém, superior ao superior, para o qualificar. O superior é um absoluto. Está lá em cima, no topo, sozinho, resguardado numa indiferença olímpica. Os seus olhos só divisam constelações de inferiores. Não há nada nem ninguém que se lhe sobreponha, mesmo quando é de qualidade inferior, porque senão não seria superior. Só ele pode puxar todos os cordéis. É o dono do *show*. Pode dar-se ao luxo de se acomodar. Há nações em Europa que estruturaram meticulosamente a sua alta (in)cultura, fruto do ensino superior. Mas, ao criar o ensino superior, cria-se, *ipso facto*, o ensino inferior. Só se pode conceber a superioridade face à inferioridade. A uma inferioridade que por vezes se abraça apaixonadamente à superioridade, numa paradoxal inferioridade superior. Criam-se corredores luxuosos, ricamente guarnecidos, que não desembocam em nenhum quarto. É um

passar sem meta e sem destino. O desfile impõe-se à investigação; a frivolidade, ao trabalho sério e aturado. Alguns docentes, depois de servirem politicamente a Pátria, ou de dela se terem servido, regressam ao meio académico, passados quinze ou vinte anos, tendo garantido, pelo menos, uma reforma em condições, que para isso foram conselheiros ou deputados. Imaginem a vontade de estudar que terão, depois de terem passado tanto tempo envolvidos no *trápicheo* da política! Na Universidade já se adivinha o deboche dos políticos. Alguns docentes, ao cheiro do dinheiro e do poder, enveredam por militâncias. Por umas militâncias brandas, alojadas em partidos, que nada alteram, a não ser o estado das suas contas correntes. Ou não representassem eles o Estado! Ou uma porção do Estado! E ainda por cima dão um prestígio do caraças à Faculdade.

A Universidade kantiana nasceu do conflito (*Streit*) entre as suas próprias Faculdades e os poderes externos que com elas competiam. Poderes que, legitimando-as, poderiam acabar por as dominar. De acordo com Kant, a “mais baixa” Faculdade de Filosofia seria a única agência capaz de compreender e de neutralizar tais conflitos. Kant, dando amplo espaço à teoria, queria que a razão orientasse a prática. A autonomia da razão, como poder autolegisador ao serviço da verdade, devia predominar, sempre que a verdade, em oposição à obediência, fosse posta em entredito. Mas Kant, em certos aspectos, faliu. A liberdade, num sistema que prevê todas as opções, é hoje obediência. Perdido tal anseio teórico, porque não foi possível ajustar a política à razão, agora as coisas complicam-se, porque o capital humano, em corrida desenfreada, circula incansavelmente entre a Universidade e o Estado, entre a razão e o poder. A Universidade deixou de ser o centro de alta cultura e transformou-se em fábrica de títulos académicos, em oficina do Estado. Os professores são fonógrafos carregados de lições que só têm corda para uma hora. Chegam então os arrivistas. É preciso acabar, de uma vez por todas, com a ficção de que todo o catedrático é competente. Os professores são, quando muito, tipos espertos, que, não poucas vezes, nada têm de inteligentes. E ainda menos de cultos e eruditos. O que não obsta a que, muito ambiciosamente, munidos das pertinentes enciclopédias, se armem em inteligentes, sensíveis, cultos e eruditos. As Faculdades, absorvidas pela política, obedecem ao Estado. Não à Nação, mas ao Estado.

Em 2004, G. W. Bush brindar-nos-ia a seguinte preciosidade: “*I earned political capital in (this) campaign and now I intend to spend it*”. Representante da autocracia burguesa, num país onde os 400 homens mais ricos dispõem de um capital que supera os 2 triliões de dólares, montante equivalente ao PIB da Rússia, Bush não falava como um funcionário eleito pelo povo, mas sim como o dono de uma empresa. Ele era o gerente de uma poderosa multinacional. A cultura reside agora na rentabilidade económica do Estado. Na

Póvoa, onde não há capital relevante, nem político nem financeiro, nem sequer cultural, a situação, como não podia deixar de ser, ainda é pior. O presentismo dos políticos impede-os de fitar os olhos no horizonte, com a farpa de uma fome atrasada, cravada no cachaço, a ligá-los ao inesperadamente abundante tacho de feijoada, onde todos eles podem meter a colher, já que, muito provincianos, ainda não se dão bem com a cozinha mais sofisticada. São muito primários, com as botas ainda enfarinhadas de lodo, mas têm bem presentes as suas soluções. Estão ao serviço de interesses conjunturais, que impedem uma planificação ajustada a médio e a longo prazo. O alvo é tirar partido, convenientemente situado dentro do Partido, do momento. É o *carpe diem* brutalmente materializado. A política, já completamente desculturalizada, transformou-se em *crisis management*. Os políticos peninsulares subtraem com a ânsia de quem nunca teve nada. E roubam, descaradamente, com a sofreguidão de uma fome atrasada, empenhados em ressarcir a minguia de seus avós. Passou-se do naco de broa e da cabeça de sardinha à langosta suada e ao caviar. E do espumante gasificado ao *Laurent-Perrier Grand Siècle*. No mundo da política, agora fundida na economia, continua-se a transitar, pendularmente, da gerência do Banco ao Ministério e do Ministério à gerência do Banco. E, entre uma coisa e outra, pode-se passar pela Universidade. Os interesses privados, políticos, culturais e financeiros confundem-se numa maranha indestrinçável. Há depois, para os colegas desempregados, uma multidão de câmaras municipais. Há que encontrar “tachos” para os *boys*. Todos, embora por vezes de convicções aparentemente diversas, cultivam o mesmo campo de interesses, que não poucas vezes atentam contra o interesse público. Os gestores, guindados a políticos, vão governar ao serviço dos interesses das corporações às que estão ligados. E ao povo, à falta de uma ideologia e de uma identidade na qual se possam reconhecer, é-lhe oferecido o consumo. Tudo se paga em muitos anos, sem juros, em crescimento exponencial do endividamento privado. Não é assim com o consumo de qualidade, muito selecto, que está reservado às camadas cimeiras. Ali paga-se com dinheiro à vista, extraído da invisibilidade remota do paraíso fiscal pertinente. Quem vai à República Dominicana num charter, desconhece completamente o turismo *smart*. Queres tomar um copo em Macumba Lounge, Seven Mile Beach, na Great Caiman? Pagas tu, que aquilo é bué caro!

Estamos a ser pisados. Com a inconsciência das uvas quando são pisadas no lagar. Até se pode dançar um corridinho em cima de nós. D. Serafina está habituada a levar porrada. A bisavó levou porrada; a avó levou porrada; a mãe, porrada levou. A porrada está-lhe no sangue. O povoense esgotou-se no século XVI. A partir de então só teve energia para sobreviver, superado o “passado glorioso” do discurso oficial. A suposta abundância (sempre minoritária, no melhor dos casos) de ontem não mata a fome de hoje. O sobreviver, elevado à

categoria de fim, não permite excessivas oscilações. Nem qualquer tipo de ambição. A ambição é para aqueles que, tendo excedido as imposições da sobrevivência, dispõem de um superavit de energia e de cabedal. Quem vive só para chegar ao fim do mês não pode acalantar grandes projectos. Uma grande parte do povo nem sequer reage contra a manipulação e os abusos de que é objecto. Subiram ao topo quatro ou cinco *cowboys*, que nem sequer sabem distinguir uma pistola de um revólver. E que agora dirigem o *show*. Muitos deles são simples burocratas, disfarçados de tecnocratas, que carecem de cultura política, histórica, literária, jurídica, científica. Outras vezes são bandoleiros vestidos de *sheriffs*. O problema é que os burocratas e os tecnocratas, especializados na extorsão, estão longe de ser necessariamente políticos.

A biblioteca da EPAE deixava muito a desejar. Organizada a pertinente burocracia, com a razão do feirante, queria-se devoção ao conhecimento. Da boca para fora, porque quase ninguém se preocupava e ocupava em conhecer. E em estudar. O livro, mesmo que venha a ganhar identidade electrónica, é, para o universitário, o epicentro do seu trabalho. É lá que reside o conhecimento. O livro é, para o universitário, a sua plaina, o seu martelo, a sua serra, a sua cavilha, o seu escopro, a sua broca, a sua lixa. E, para quem pode custeá-lo, o seu Black & Decker. E é, sobretudo, a sua madeira. A biblioteca é a sua oficina. O fundo bibliográfico da EPAE, alheio a qualquer tipo de planificação razoável, atendia aos interesses contingentes dos “investigadores”. O seu tecido não permitia um trabalho de investigação minimamente sério. Havia amostras de tudo, mas não havia nada de nada. Não era uma biblioteca universitária: era o amontoado de livros de uma burguesinha tonta e estafalária. Não tinha sido concebido sistematicamente, fiel ao cânone, mais ou menos ortodoxo, com as suas estrelas e os seus satélites. Havia três exemplares da obra de D. Filismina das Neves na biblioteca da EPAE. E um único exemplar de Cervantes, numa edição barata. E havia até quem dissesse. “Não sabe Vossa Senhoria que D. Filismina das Neves é capaz de pedir meças a Cervantes!”. Os “estudiosos”, que também não morriam de amor pelo que faziam, não podiam, mesmo que quisessem, investigar. Ali só se adquiria o saber de segunda mão do diletante. Tanto montava Cervantes quanto o admirável estro de D. Filismina das Neves, a ilustre poeta de Lameiros, sobre quem se escreviam eruditas dissertações. Em conversa com a autoridade competente, a proposta de adquirir os *Moralia* de Plutarco, foi acolhida com um “E quem é que vai ler isso?!”. Vou lá eu deixar a minha D. Filismina das Neves por Plutarco! Estava a perder-se toda e qualquer noção dos valores. O parecer era mais importante que o ser. Se não há respeito pelo conhecimento, apele-se, pelo menos, a uma certa contenção, evitando dar fé de ignorância ingénita. Ou apele-se, pelo menos, à humildade. E ao bom-tom.

A ignorância é sempre respeitável, e até admirável, sempre que seja reconhecida pelo seu portador. Eh pá, sou ignorante mas vou fazendo pela vida, já que a vida não faz nada por mim! Mas o que é inadmissível é o ignorante-sábio, divulgador de ideias recebidas, que nem sequer pede um recibo ao vendedor. Quando o ignorante não (se) reconhece (n)a sua ignorância, torna-se insuportável. Chega a despertar recalçados instintos homicidas. Anda por ali a apregoar o peixe que não tem, a confundir o carapau com o linguado. É o medíocre que, tendo consciência plena da sua mediocridade, ainda se esforça em vendê-la fazendo-a passar por excelência. É um ser abjecto. É um verme. Um verme que se dá muito bem na Península, onde tem o seu biótopo. Ter-se-ia de apelar a un entomólogo para classificar e ordenar todos esses vermes da Póvoa. O que não pode acontecer é que os ignorantes andem por aí, à solta, subsidiados pelo ainda mais ignorante contribuinte, a armarem-se em sábios, em parvos sábios muito bem-falantes e muito bem pagos. E muito “intelectuais”. Vivemos plenamente, no seu âmago, a Cultura dos Pantomineiros. Há países, em Europa, nos quais se estabeleceram pseudoculturas, feitas de lugares-comuns e de despropositados chavões. Nas universidades da Póvoa não se lia Nietzsche, porque, no melhor dos casos, já se tinha lido o Nietzsche contado por Dolezel. Haveria, quando muito, uns 80.000 livros na biblioteca da EPAE. D. Telma da Anunciação, eminente catedrática de *Estudos Indeterminados*, que tem nome de freira mas é uma diaba, afirma publicamente: “Esta biblioteca é perfeitamente adequada para uma universidade!”. Quase todos, na sua ingénita ignorância, neutralizada pela leitura de meia dúzia de manuais, ficavam convencidos e satisfeitos. É evidente que a tese de doutoramento de D. Telma da Anunciação, que partindo desse trabalho seminal chegou a ilustre Professora Catedrática, foi um “ensaio”, e não uma investigação cuidada, que exige uma biblioteca em condições. Queriam-nos carpinteiros, mas nem sequer nos davam madeira que trabalhar. Queriam que da palha fizéssemos estátuas. *Le Penseur*, de Rodin, un *penseur* de palha menos angustiado e menos roído por uma enxurrada de dúvidas, sem ir mais longe. No Reino Unido, uma biblioteca de uma pequena universidade *red brick* de província contém quase sempre mais de 500.000 volumes. A maior biblioteca universitária da Póvoa, a da Póvoa do Meio, tem, segundo consta, uns dois milhões de exemplares, a maior parte deles acumulados em tempos transactos, porque hoje não há dinheiro nem critérios para aquisições sérias. As bibliotecas das universidades da *Ivy League*, nos Estados Unidos, andam sempre entre os seis e os onze ou doze milhões. A de Harvard supera os quinze. E não tenho em conta os muitos milhões de mapas e de microfilmes. Muitas das universidades públicas, para não falar das privadas, não lhes ficam atrás. O mesmo acontece em Oxbridge. A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos contém mais de 32 milhões de livros. Lembro-me da primeira

vez que fui à biblioteca central da Universidade de Londres, em Senate House, em Russell Square, no coração de Bloomsbury. Arrisquei-me, toda uma manhã, numa incipiente viagem de exploração. Entrei, quase por acaso, numa sala, de uns cem metros quadrados, dedicada por inteiro a Kant. Havia ali dezenas de edições da *Crítica da Razão Pura*, vertidas em diferentes línguas, mais um enorme acervo de estudos sobre a terminologia kantiana, de estatísticas, de glosas e de trabalhos críticos. Não havia nenhuma versão povoense de Kant naqueles quinze ou vinte mil volumes. Veja-se o que há sobre Kant nas bibliotecas povoenses. No campo da investigação, na Póvoa trabalhava-se pouco e mal, embora qualquer idiota, sem ter consciência das suas evidentes limitações, invocasse desavergonhadamente o “rigor científico” dos seus trabalhos, atitude que todos os outros idiotas aplaudiam com fervor. A democracia da Póvoa estabeleceu-se sobre uma idiotocracia. Ao Povoense, ao longo da sua história, sempre lhe custou distinguir o ser do figurar. Uma “intectual” bem produzida, por mais vazia que seja, não pode deixar de resultar atraente, com tanta maquilhagem retórica. E, em determinados casos, até persuasiva, embora poucas vezes resulte convincente. Quero lá saber se és ignorante, se fazes uns broches que são um primor! Sair das pernas de Etelvina para ir parar aos braços de Kant não é empresa fácil. Falava-se de Derrida, de Arendt, de Chomsky, de Blanchot, de Lacan, de Rorty, reduzidos a fórmulas breves, como se fossem amigos de casa. Há muitos séculos que o Povoense vive a intimidade frouxa desta (in)cultura. A ignorância ambiente faz das carências virtudes. É uma sociedade afundada na indignidade relativa do sobreviver. De ter o sobreviver como meta e como ideal. É o “Vai-se andando”. Correr, para quê? Correr é coisa de cobardes. Exibem-se entusiasticamente quantidades negativas.

Imagine-se que o conhecimento é um prédio de vinte pisos, que sempre pode ser acrescentado à medida que a pesquisa for produzindo resultados satisfatórios. É uma realidade-projecto. O seu motor é a investigação. No rés-do-chão e no primeiro andar, numa grande barafunda, convivem alunos, secretárias, contínuos, assistentes, professores auxiliares, visitantes ocasionais, professores associados, funcionários, empregados de mesa, curiosos, mulheres da limpeza e catedráticos. E de vez em quando, não sei por que razão, cruza o espaço uma modelo airosa, que deixa um rasto estonteante de colónia francesa de marca. Muitos dos docentes só se metem no elevador para subir ao segundo ou terceiro piso, onde se acumulam os dados proporcionados por enciclopédias e manuais e se realizam as reuniões periódicas do Conselho Científico. E deixam-se ficar por ali, muito sensíveis à vertigem das alturas. Ensinam-se e estudam-se generalidades, num tipo de conhecimento baseado em elementos transmitidos pela vulgarização científica. Vai-se das enciclopédias aos manuais e

dos manuais às enciclopédias. Nem sempre se leem os textos. Fala-se de Cícero sem ter lido Cícero. Invoca-se Aristóteles sem nunca ter poisado os olhos na obra do Estagirita. E investiga-se partindo dos manuais e das enciclopédias. É o saber da divulgação. Não é o começar a ler a Kant e dizer: “Kant, tú és um génio, mas eu, na minha assumida insignificância, quero medir-me contigo, à força de trabalho e de dedicação”. Não. Isto é Kant; isto é Hegel. Dá-se a definição, muito redonda, e acabavam-se os problemas. Já todo o mundo sabe quem é Kant. E quem é Hegel. “Hegel é um dos filósofos mais profundos do século XIX!”. A Filosofia, na Póvoa, traindo-se a si mesma, termina onde começa a problematização. A problematização que é o ponto de partida da Filosofia. É o tipo de conhecimento simplificado, adequado à capacidade dos leigos. Lê-se só o que é obrigatório, de acordo com o(s) cânone(s) vigente(s), que não convém dar lugar à contestação, em plena adaptação às precárias exigências domésticas. Em vez de elevar as pessoas ao nível do conhecimento, rebaixa-se o conhecimento ao medíocre nível das pessoas. A massificação urbana, os delírios espasmodicamente organizados da comunicação, despoletam a vulgaridade. Todos os nossos movimentos estão organizados de acordo com padrões tacanhos. É preciso contar com o *placet* da censura solapada, de uma censura entranhada que a “democracia” não conseguiu desterrar. Somos democratas, mas não temos hábitos democráticos. Para grande parte do povo, o Presidente da República continua a ser o Rei. E o patrão, ou o morgado, com morgadinha dos canaviais ou sem ela. Os chamados “especialistas” não são mais que hipócritas e pretensiosos amadores. O “especialista” quase nunca é um verdadeiro profissional. A difusão cultural trata de fornecer versões, mais ou menos acabadas, sem nunca questionar a natureza polívoca dos factos. O cidadão da problemática Póvoa não é muito dado a problematizar. Perdido o Império, o grande poema da Póvoa continua a ser uma *Laudatio Imperii*. Somos uma nação anacrónica. Na vizinhança da fome, continuamos a cantar o bacalhau com batatas que comíamos antes de ontem. Isso sim, muito carregado de azeite, pelo menos quando há dinheiro para o comprar. E da memória da pimenta. Pelo menos no âmbito das humanidades, a inovação, embora ocupe um lugar de destaque nos conteúdos programáticos dos estabelecimentos de ensino e de “investigação”, é, bem no fundo, malvista. Passa-se a vida a falar de um Plano de Desenvolvimento Científico permanentemente adiado *sine die*. Para o abordar, ter-se-ia de partir de uma metodologia inexistente. Não pode haver ciência sem método. A investigação exige, como primeiro passo, a definição do seu objecto, a formalização de uma hipótese de trabalho. Depois virá a planificação. À pertinente análise sucederá a elaboração e a interpretação dos dados angariados, frequentemente traduzida numa tese que há de culminar um processo de

sistematização de alcance científico, embora fique por saber até que ponto as humanidades, tão proclives à “falseação”, se avêm com a cientificidade própria das “ciências fortes”. Acresce que o “método” do ensaio, sobretudo do ensaio barato predominante na Póvoa, não tem, as mais das vezes, um mínimo alcance epistémico. Na Póvoa nunca se aprendeu a distinguir, no âmbito das Humanidades, o trabalho científico do jornalismo leviano. Nós, que já nem sequer temos jornalistas interessantes, não temos filósofos. Para falar de filosofia povoense, já que os chatos dos escolásticos já deixaram de merecer atenção, é preciso acudir à espiritualidade viscosa e antiquada de Leonardo Coimbra. A erudição, quase sempre ausente no ensaio, da qual se alimenta a verdadeira cultura, é um prédio que precisa de bases sólidas. O ensaio procura mais a persuasão retórica do que a convicção epistémica. A Universidade não transmite conhecimento sedimentado e definitivo; procura, afirma, nega e falseia o conhecimento. O intelectual está obrigado a ampliar a sua herança imediata. E, para a ampliar, vê-se constrangido, não poucas vezes, a botá-la abaixo, a substituí-la. Ou, pelo menos, a corrigi-la, quando não a tem que contraditar. Todos os momentos históricos veiculam uma tensão dialéctica. Às vezes acaba-se em revoluções, com ou sem guilhotina; outras, tudo se resolve no deletério e inócuo debate. Por que é que nos devemos centrar nas complexidades de Shakespeare, de Arthur Rimbaud, de Friedrich Nietzsche, de Fernando Pessoa, de Joyce, de Kafka? Talvez para eliminar a nossa complacência, para acrescentar a nossa insegurança, para que nos possamos desligar dos imperativos materiais imediatos do aqui e do agora. A crítica está feita de desgarramento íntimo. E de indecisão. De indecisão decidida. Poder-se-á dizer que estamos envolvidos numa angustiosa empresa subversiva. É verdade, mas o que se trata de subverter é a bazófia, a estupidez, a vulgaridade, a obstinação, o fechamento face à intrincada diversidade da experiência e à multidão eventual de soluções. A Universidade, com a sua função crítica e inovadora, fecunda a dúvida e desconfia das soluções definitivas, incontestadas, que nunca se devem assumir como incontestáveis. A Universidade que ensina a descrer é mais útil que a que ensina a crer. Terá que ser o espaço dialógico onde viceja a discussão, o conflito, a dissensão. O âmbito universitário deve fomentar, ou pelo menos consentir, transformações que, indo contra a “natureza” (sempre suposta) das coisas, interrompam o processo de normalização, mesmo correndo o risco de ofender o conhecimento adquirido, ao desafiar o princípio arbitrário, conquanto solidamente enraizado, da unidade e da coesão definitivas. O sábio sabe perfeitamente que edificou a sua vivenda no terreno da precariedade. De vez em quando, a casa vai-lhe abaixo. E, ele, pacientemente, tem que a reconstruir, algumas vezes partindo de um projecto diferente. Terá que gerar um consenso na necessidade de impor a dissensão, sem permitir, mediante um constante processo de

falseção, que tal dissensão se veja definitivamente institucionalizada. Terá que assumir o conflito, e não a certeza sedimentada. O problema é que o ataque frontal à normalização pode conduzir à dificuldade de categorizar. E de classificar. São os ares derrotistas, absolutizadores do relativismo, que, na segunda metade do século XX sopraram de França. Pensando muito, vamos destruir os instrumentos, os operadores que nos permitem pensar. E acabaremos por pensar desprovidos de operadores epistémicos. Já não é exequível o “Penser fait la grandeur de l’homme” de Pascal. Mas sempre poderemos fazer agora essências das qualidades contingentes, para chatear o velho Aristóteles. Não deixa de ser verdade que o conhecimento é sempre uma pretensão. Uma pretensão injustificada. Nunca se pode ver realizado. Quando crê ter atingido a realização plena, convencido de ter chegado à verdade, pode ser devorado por uma opinião discordante. É esta uma matéria que foi estudada sobejamente por Karl Popper, com os seus “falibilismo” e “conjecturalismo”. Se um ser humano, com todas as suas evidentes limitações, crê que sabe, que é dono do conhecimento, é porque se trata de um pobre idiota irrecuperável. E, na Póvoa, os idiotas irrecuperáveis são mais que as mães. E muitos deles militam no ensino universitário. Mas são idiotas conscientes. Sabem muito bem que estão a enganar. Que se estão a enganar e que nos estão a enganar. Mas, que podem eles fazer, se vivem numa floresta de enganos?! Encontraram o seu canto, estenderam a sua enxerga e, muito indolentes, por lá se deixaram ficar, impando de satisfação quando se reconhecem ministros, juízes, deputados ou catedráticos. O conhecimento exige uma vida de trabalho e devoção que ninguém está disposto a desprezar na Póvoa. O povoense não é muito dado ao sacrifício. Nem ao trabalho, a não ser quando tem que labutar para sobreviver. Prefere vender o peixe que não tem. E são pouquíssimas as honrosas exceções. A maior parte dos intelectuais e políticos ibéricos, deitando mão de uma expressão espanhola, vive *del cuento*. Aparecem uns tipos na televisão, envolvidos em auréolas fátuas, que só sabem dizer vulgaridades e asneiras, embora sejam depois aplaudidos como se fossem verdadeiros oráculos.

Os investigadores mais decididos e ambiciosos, que não poucas vezes frequentam as cadeias televisivas, chegavam, na Póvoa, no melhor dos casos, ao terceiro ou ao quarto andar do prédio do conhecimento. Havia, na EPAE, um génio tresloucado, se é que não era um imbecil irrecuperável, que se içava todas as manhãs, marinhandando por uma corda, à estrutura periclitante do seu gabinete. Era um mouro de trabalho. Passava a vida a preencher fichas que nunca viria a utilizar. Qualquer secretária mais ou menos atilada poderia ter desempenhado tal função. Quem tratava de atingir um patamar mais elevado que o de simples escriba, deixava de ser compreendido. Era uma falta de educação, ou pelo menos um atentado ao bom-tom,

impor a investigação de níveis excessivos de complexidade. Ou de mera dificuldade. O conhecimento era o artigo sedimentado que circulava nas aulas e nos salões. Era o conhecimento adquirido, de solidez incontrovertida. Não havia, contudo, grande diferença entre a conversa do dileitante e a do profissional, talvez porque o profissional era o dileitante. E porque o dileitante era o profissional. Quem não queria participar do lugar-comum, começava a ser malvisto. “A poesia de Camões é a melhor do mundo!”. E a comida, e o vinho, e as praias da Póvoa também eram os melhores do mundo. Quem não estava de acordo com tais critérios, quando não um indesejável, passava a ser um excêntrico, arreigado na periferia. Era preciso respirar *esprit de corps*. Havia que defender a vulgaridade e a atonia. Era preciso tratar como inimigos todos aqueles que não acertassem o passo ou saíssem da fila. Persistia o atávico espírito de censura. Havia que marcar passo, em ritmo monocorde, que essa coisa de se deixar possuir por um entusiasmo excessivo era algo que cansava muito, que nos deixava esfalfados. Proposta uma (a)metódica linha de investigação, ninguém podia afastar-se da orientação (in)existente nem sequer um milímetro. Era preciso respeitar a marcha conservadora, sempre tão rígida e monocórdica, que proibia tanto o salto repentino quanto o ligeiro desvio. Originalidade e criatividade eram sistematicamente perseguidas. Impunha-se, para o recalcitrante, militar na oposição. “A minha tarefa é tornar o indivíduo desagradável”, escreveu algures Nietzsche, sublevando-se contra os “filólogos” do seu tempo. Para ser sérios, temos de nos tornar desagradáveis. Quem é que tem direito a mandar-nos marchar contra os canhões, em nome de uma causa assumida dogmaticamente? Se na Póvoa surgisse, não sei bem como, mas muito razoavelmente só por geração espontânea, um equivalente contemporâneo de Wittgenstein, que foi um indivíduo verdadeiramente culto e criativo, com toda a certeza não haveria alguém capaz de reconhecer a sua valia, já que praticamente ninguém dispunha de critérios científicos suficientes, num mundo que, no melhor dos casos, confundia a erudição com a cultura. E a cultura com a popularidade. Na Póvoa o homem culto é o que, reconhecido pelo Estado e sancionado pelos meios de comunicação, acaba com o peitilho da camisa coberto de cruces e medalhas. E o condecorado, visto que a sua obra não fala, empenhar-se-á depois num grande discurso que agradecerá efusivamente a generosa dádiva que lhe foi gratuitamente concedida por um comité de “sábios” incultos. E degenerados. A utilização intensiva da razão saloia, da qual se esqueceram Kant e Sloterdijk, não deixa muito tempo para verdadeiramente pensar. Compro por 5, transformo por 7, vendo por 100. É o dia a dia do merceeiro, espécie em perigo de extinção. A questão complica-se porque já há muita gente que não tem uma noção unívoca e transcendente do que verdadeiramente significa pensar. Cultiva-se, até certo ponto, o *Verstand*, mas já não há lugar

para a *Vernunft*. Certos níveis de complexidade, considerados excessivos, demovem qualquer tentativa de abordagem. Impõe-se a banalização estrutural. Foge-se ao risco, no seio duma segurança cinzenta. E faz-se questão de não assumir vocacionalmente o estudo. Para ser, é suficiente (*a*)*parecer*. O “estudioso” tem que se apresentar em tudo o que é conferência, congresso, simpósio, homenagem, enterro, casamento. E até orgia. Se assim o fizer, numa profusão de abraços e de “Meus caros amigos”, independentemente da sua (in)competência, será devidamente recompensado. Não importa que se fuja sistematicamente ao estudo e à problematização. Tais empenhos, levados verdadeiramente a sério, dão muito trabalho. E dão cabo dos miolos. Não vale a pena comprometer-se com coisas complicadas, quando a mulher do Onofre me espera de braços abertos e dá o Benfica na televisão. Como sintetizar a superabundância de informação? Foge-se da complexidade. “Professor, por que é que complica tanto as coisas?”. Também o surfista complica o que sempre foi para nós a simples onda, vivendo-a do lado de dentro, sem precisar de filosofia para o fazer. A razão instrumental abafa a razão teórica, embora sem base teórica não haja verdadeira razão prática. Nem sequer estética. Numa época dominada pela produtividade material, a teoria não arroja resultados tangíveis. Qual é o *output* da teoria? A dúvida, o cepticismo, a desconstrução, de acordo com doutrinas francesas adoptadas, cuidadas e acrescidas nos Estados Unidos. Há que ver tudo sob o prisma da quantificação. Tudo serve, neste tremendo funcionalismo. As ciências fortes impõem-se, carecentes de uma teoria geral que as justifique. Progrediu-se muito desde o velho arcabuz ao míssil teleguiado e aos drones pós-modernistas. O docente da Póvoa, asumindo-se como funcionário, acomoda-se no seu emprego não criativo. É minimamente cansativo. Passa trinta ou quarenta anos a dizer as mesmas coisas, depositadas nas mesmas sebentas, a uns miúdos que, se não são os mesmos, pelo menos são sempre bastante parecidos. Coisas que servem para as aulas de licenciatura e depois para os seminários de mestrado e de doutoramento, sem sequer se dispor de uma caixa de mudanças. Coisas que já terão dito seus pais e seus avós. E o horizonte de expectativas do discente, que chega à Universidade muito corrompido pelas abordagens vulgares do ensino secundário, é muito baixo, em acordo perfeito com o padrão dos docentes. A cultura da Póvoa só dá para um diletantismo barato, mas muito cheio de si. Sem um permanente *aggiornamento*, o “intelectual” não tem nada que comunicar, a não ser desordenadas e antiquadas abordagens desinformadas, ilustradas por uma informação caduca. Ou levianas sínteses apressadas construídas com uma grande parquedade de elementos. O que faz é regurgitar enciclopédias e manuais. Encornam-se as ideias-mestras de um tema, em versão única que oculta quaisquer alternativas, e vomita-se depois nas aulas tal versão monológica. Não é preciso criticar tal

versão e opor-lhe as pertinentes versões alternativas. Somos um país de heróis, por exemplo. Está tudo dito! Alguém pode apresentar uma fotografia de família tão bonita? Vejam que bem fica Vasco da Gama ao pé da Giselle Lencastre! E Afonso de Albuquerque de braço dado com o Marco Paulo! E o Ronaldo abraçado a Duarte de Almeida! Ainda há alguém que consiga vivenciar carnalmente a sua (im)própria configuração icónica? Claro que o problema do docente estriba no facto de ele só conhecer uma única versão, alojada num cantinho do conhecimento, como um gato dócil. E sente-se cómodo, dentro de aquela versão única. Vegeta na (des)organização do seu correspondente Departamento. Primeiro uma secretária em condições. Faz-se um casting. Madalena, a das pernas longas e lânguidas, de olhos decididos e boca naturalmente carnuda, sem botox, que se traduz numa vagina polpuda e desbeijada, muito acessível, que se oferece em total abertura, enfeudada a todas as iniciativas que não bulam com a estabilidade da sua vida, porque tem marido, amante e dois filhos que sustentar. Essa coisa de fazer acrobacias erótico-festivas, ameaçando o equilíbrio precário da cadeira e confirmando a solidez da mesa, antes de botar a assinatura no papel. Se Madalena levasse o seu *pet* à rua, todo cheio de lacinhos e de mariquices, os bichanos malvados do bairro davam conta dele em três tempos. Circulam versões medíocres de um país medíocre. Algumas, as mais audazes, são versões aparentemente progressistas, que carecem quase sempre de um contexto devidamente estruturado, capaz de arcar com tanta complexidade ignorada. Ninguém se deu ao trabalho de pensar na identidade do país. De avaliar o que temos e o que não temos. Ninguém tem capacidade para calibrar o que somos ou deixamos de ser. Não há ninguém que identifique o que queremos, se é que queremos alguma coisa. Habitados aos desvios sentimentais, à mitificação a martelo, nem sequer sabemos como lidar com a razão instrumental, para não falar da teórica. Será preciso ter vontade e constância, num país abúlico, leviano, vaidoso e volúvel. Na Póvoa vive-se de informação adquirida. Importada. Só se inventou, na Póvoa, a farinheira, o caldo verde, que já nem sequer fumeja na panela, as pataniscas e o bacalhau à Gomes de Sá. Ah, esquecia-me: a sopa de pedra! Circula um tipo de informação, agora vulgarizada na Net, cuja sobreabundância proíbe a indispensável síntese. Cem receitas para cozinhar o atávico bacalhau.



Na Póvoa, como em qualquer outra parte do mundo, (res)sente-se o desempenho da Net como arma fundamental de globalização. Quando o capital já é global, existe e circula à velocidade instantânea de redes altamente computarizadas. A força produtiva, contudo, pouco dada à circulação, vive as mais das vezes no local de trabalho, em regime de (in)cultura regional. O tipo que monta o Nissan em Frossos nunca teve o caso de ir ao Japão. A globalização, para já, transformada em glocalização, pertence ao universo do PC. O surto da comunicação global permite a uma multiplicidade de etnias, ou até de grupúsculos, a escala universal, a mobilização de recursos comuns e a constituição de densas redes linguísticas e culturais, prestando-lhes visibilidade. O impulso de globalização, paradoxalmente, dada a sua entranhável violência epistémica, cria condições para produzir a fragmentação étnica e cultural, debilitando a tendência para a unificação e a coalescência. Globalização e regionalismo entram em confronto. Por um lado, a reviviscência nacionalista; pelo outro, a tendência a desterritorializar os espaços e a criar interações globais não condicionadas por identidades nacionais ou regionais. Fica-se com a impressão de que já não há pessoas capazes de meditar seriamente nas imprevisíveis consequências de tais mutações. A utilização exclusiva da razão instrumental não dá para tanto.

Nas últimas décadas multiplicaram-se exponencialmente as possibilidades de contacto. Houve uma compactação do tempo e do espaço. É verdade que hoje há mais gente a passar o dia diante do PC. Cada vez há mais pessoas a fraternizar amorosamente com o computador. Os heróis virtuais pedem meças a Aquiles e Eneias, que talvez já fossem heróis virtuais para Homero. Começa-se a viajar no comboio de uma informação vulgarizada. Sabe-se um pouco de tudo, sem que se chegue a saber nada de nada. Num quarto de hora, ao sabor do caprichoso clique, passamos por seis disciplinas. Estamos a atingir um estado de fragmentação intelectual provocado por um infundado excesso de interpenetração. Se morreram as ideologias, como é que nos podemos orientar? Se não temos ideologias, tenhamos pelo menos ideários. Esgotadas as metanarrativas, aviva-se o interesse pelas subculturas. Criam-se disciplinas novas, em parte porque já não há capacidade, conhecimento e constância para trabalhar as velhas. O conhecimento baseado em abordagens estatísticas — dada a desigual distribuição da riqueza, o que é que nos revela o facto de a renda per capita na Póvoa ser de 22.000 dólares americanos? — pertence aos processos que tratam de “normalizar” a sociedade, sem ter em conta a situação precária do cidadão marginalizado, que se constitui em maioria silenciosa e indefesa. Para que as democracias formais tenham um verdadeiro valor democrático, será preciso enveredar por uma recategorização dos centros de poder. E por uma redistribuição da riqueza. Digamos que quem tem quatro mil milhões de euros, se veja reduzido a ficar com

quinhentos, que já está muito bem servido. E, para activar tais medidas, não é preciso desencadear revoluções. A única medida que há a tomar é organizar uma fiscalidade justa e eficiente, evitando que os ricos sejam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Aí é que residiria o verdadeiro capitalismo de Estado, que deveria estar ao serviço do cidadão indiferenciado e não da plutocracia dominante. .

As elites “intelectuais”, encarregadas de representar as nações e de narrá-las aos outros, aquém e além-fronteiras, devem estar encarregadas de definir, produzir e legitimar a (in)consciência social, já que são (ou pelo menos deviam ser) donas de uma habilidade especial, que nem sempre se reflecte numa adequada competência, para manipular símbolos, criar esquemas culturais e (des)regular o conhecimento. Resta saber em que medida tais construções respondem à realidade. A cultura não serve só para construir estratégias de acção: desempenha também uma função normativa. Uma função normativa que, hoje em dia, terá que esforçar-se por desconstruir toda a normatividade ultrapassada que se reproduz por inércia. Estamos a atravessar uma época multicultural na qual já não existem orientações únicas e incontestadas. A ideia de uma cultura central, à maneira de Matthew Arnold, é suplantada pela emergência de uma multiplicidade de grupos (as mulheres, as minorias étnicas, os jovens, os homossexuais, os *animal lovers*, os anarquistas, os surfistas, os artistas, os drogadictos, os gangues, os *body-builders*), como se a cultura fosse a carcaça de um veado a ser atassalhada pelos colmilhos de uma alcateia faminta. Trata-se de uma sociedade onde a normalização carece de normatividade. O indivíduo, perante a *débauche* das crenças colectivas, apesar de tanta globalização, vê-se obrigado a encontrar a salvação em si mesmo. O neoliberalismo impõe o salve-se quem puder. A competitividade é um desfile procaz de rasteiras e de empurrões. E, não poucas vezes, de homicídios aleivosamente premeditados. Já não existe uma normatividade abrangente. No âmbito das humanidades, a estabilidade perene da obra clássica foi substituída pelo impacto fugaz do artefacto pós-modernista. Já não há nada que tenha um valor permanente. A arte, sempre cancelável e substituível, cansa, enfastia. De seis em seis anos tens que trocar o quadro que está pendurado na tua sala, tal como tens que trocar de mulher, de carro e de mobília. O que conta é a ditadura efémera do hábito e da moda, paradoxalmente consanguíneos, sabiamente manipulada pela indústria cultural, devidamente monetarizada, que repousa nas mãos de minorias incultas e omnivoramente sôfregas, mas convenientemente adinheiradas. O hábito, muito flexível, dissolve-se agora numa profusão de hábitos sucessivos, solidamente passageiros. O hábito não deve perdurar. Deve durar o tempo conducente à sua planificada exploração. Depois o hábito deve ser substituído por outro hábito. Há acumulação a mais e síntese a menos. A multiplicação de

experiências não permite a sua digestão repousada. Estamos a ser sujeitos a uma avalanche de artefactos que nos vêm de fora, que nos são impostos. O valor confunde-se no preço. A Rowling vende mais que Shakespeare. Confundimos bancos de areia com ilhas. E o chegar a bom porto com o encalhar. Já nem sequer sabemos o que é um continente. Cada indivíduo, perante a crise terminal das instituições tradicionais, que se mantêm por inércia, só pode encontrar a “verdade” dentro de si, numa sociedade que, paradoxalmente, ao reificá-lo, compromete a sua intimidade. Já não há dentro nem fora. A noção de intimidade, provinda sobretudo da obsessão introspectiva do Cristianismo — “In interiore hominis habitat veritas”, dizia Santo Agostinho —, entrou em crise definitiva. Todos andamos desnorteados. E desespiritualizados. E alienados. A crise não se resolve com uma injeção de espiritualidade. Ou de espiritismo. Que se foda Allan Kardek! E também Madame Blavatsky! Para nos encontrarmos a nós mesmos teríamos que nos encontrar antes na sociedade que nos limita e determina, configurada pelas ideologias pertinentes. Uma ideologia, falsa ou verdadeira, é uma redução sintética da realidade. Estamos a assistir à *débauche* das ideologias. O movimento carece de suporte musical. Os supostos pensadores parecem galinhas sem cabeça. Entretidos numa hiperabundância analítica, carentes de critérios de selecção, já não poderemos chegar à síntese. É esta uma das caras mais ameaçadoras do pós-humanismo.

Na Póvoa não criamos nada que valha a pena, a não ser quando partimos jovens para a estrangeira e lá nos formamos, imposta uma disciplina orientada que não encontramos no torrão natal. E, mesmo na estrangeira, as coisas já não são o que eram. A globalização económico-financeira é acompanhada pela globalização da estupidez. A falta de disciplina e de método, ou a presença de disciplina e métodos tacanhos, transforma as universidades num agregado anárquico de agrupações não menos anárquicas. Não se constituem em conjunto. A orquestra anda desafinada. Já há pouca gente capaz de fazer música com talento e convicção. O que não impede que, ao ligar a televisão, nos apareça um Ministro de Educação que, com um sorriso postiço, diz: “As Universidades da Póvoa Grande são absolutamente extraordinárias!”. Estúpido ou aldrabão? Talvez ambas as coisas, embora as suas estupidez e aldrabice deem para ele ter uma conta choruda num banco. Só espero que seja no BES.



Na Póvoa vê-se a escrita como meio de comunicação estável, onde a palavra, na sua univocidade funcional, perde o seu protagonismo simbólico. Esqueceram-se completamente os esforços despendidos pelos antigos para aprender a falar e a escrever. Escrevem-se romances sobre o adultério sem atender às instruções de Flaubert. E algo semelhante acontece nas Faculdades de Letras, onde se invoca em vão os nomes de Aristóteles, Cícero e Quintiliano, autores que quase ninguém se dá ao trabalho de ler e menos de estudar na íntegra. Aristóteles provém, no melhor dos casos, da leitura de meia dúzia de ensaios sobre Aristóteles. É difícil distinguir o “ensaio” de um docente do “ensaio” de outro docente, porque todos têm um estilo neutro, ou seja, todos eles exibem a mesma ausência de estilo, provinda de uma correspondente ausência de personalidade. Quase ninguém tem sensibilidade para ascender ao nível estético, que não se atinge só por (não) se terem conquistado os pisos mais altos do edifício. Estuda-se Letras como se estuda culinária, carpintaria ou jardinagem. Quem não serve para outra coisa, matricula-se na Faculdade de Letras. Os romancistas em voga, que se servem da língua povoense mas não a servem, denunciam logo tal fragilidade, embora a estupidez geral os considere modelos. Já há muito que não se trabalha a escrita com convicção. Vive-se uma crise criativa. Compare-se a elegância malandra e sarcástica das *Farpas* com o jornalismo actual da Póvoa Grande. As metáforas ao uso são de muito fraca qualidade. Já ninguém lê Ovídio e Horácio com a devida profundidade. Um dia caiu-nos em cima um prémio de alcance universal. Vender é a palavra. O ganhador era um homem que vendia. Como um que há em Madrid que, literariamente muito pobre, com as suas novelas de capa e espada, supera em proveitos os grandes artistas, se é que ainda os há, pois, nesta idade de indolência, já lá vão alguns anos desde que a Europa produziu um escritor de verdadeiro génio. Está tudo dito. O homem escreve para o cinema e para a televisão. Escreve para todos. Fica tudo explicado. Era a nossa vez. Era o resultado da comercialização ecuménica da “cultura”. E da sua fortíssima adstrição ao consumo, que, ao declínio do génio, agrega a corrupção do gosto. Se o prémio tivesse sido atribuído a D. Filismina das Neves, ilustre poeta de Lameiros, a insigne D. Filismina ver-se-ia traduzida numa profusão de línguas. Principalmente aquela coisa que diz: “Meu amor, quando te vi, nas águas do rio Louçã, eu não sei o que senti...”. Que sensibilidade! Alguns filólogos, servindo-se de argumentos inconcussos, tratam de provar que ela o viu nu, levantando-se da água como Proteu. Outros, arreigados na oposição, afirmam que ele apenas terá escorregado e caído ao rio Louçã, e foi assim, encharcado, mas decorosamente vestido dos pés à cabeça, que ela o enxergou, porque a ilustre escritora, tão amiga do Sr. Reitor, nunca ousaria atentar contra o pudor, reconhecendo tê-lo visto descascado, tal como veio ao mundo. E, outros, ainda, muito mais profundos,

afirmam que D. Filismina das Neves não terá visto um homem, mas uma enorme perca, carregada de simbolismo genital. Um fotógrafo engenhoso publicou, num semanário, um retrato de D. Filismina agarrada à sua perca, que, quem sabe, talvez fosse a perca do Sr. Reitor. E lá anda a talentosa D. Filismina das Neves, com aquela cara de lua cheia que Deus lhe deu, a circular incansavelmente nos media. Que graça, que ternura, escorre das mãos de D. Filismina das Neves, agarrada à sua perca! Voltando à vaca fria, porque D. Felismina comeu toda a perca, o conhecimento, de acordo com os parâmetros nacionais, acaba, no melhor dos casos, no quarto ou quinto piso, que está unido ao rés-do-chão pelo conveniente elevador. Olha-se com suspeição para quem trata de ascender, por uma escada íngreme, em certos lanços órfã de degraus, aos níveis mais altos. Um comerciante empreendedor, tendo decidido abrir à porta do edifício uma pequena tenda de material de montanhismo, que oferecia arneses, pés de gato, pitões, cordas, carbonato de magnésio e mosquetões, depressa foi à falência. Outro, especializado em desportos radicais, pôs á venda, à porta da Faculdade, equipamentos de parapente e asa-delta. Um catedrático “ousado e não prudente”, feito um novo Ícaro, foi parar ao topo de um hotel de cinco estrelas, onde um político muito entrado em anos se entretinha com três jovens massagistas tailandesas. Voltou de lá muito contente, porque, diferentemente do que lhe teria acontecido se tivesse aterrado na biblioteca, foi premiado com um inesperado “bico”. A Dra. Eurídice Janeiro Frias, muito fornida, levada por uma rajada repentina de ar, foi tomar terra no relvado da Luz, momentos antes do começo de um decisivo Benfica-Boavista. Uma espectadora, muito míope, agarra-se nervosamente ao braço do marido e diz-lhe:

—Ai, Chiquinho, meu amor, a águia Vitória está tão gorda!

A Professora Doutora D. Felisberta Presumida Carqueja confidenciou:

— Ai, sabe, é que a mim as alturas dão-me muitas vertigens!

Aquilo dava um trabalho do caraças! Porra, aquilo devia mesmo cansar! Se tenho uma casinha em Sesimbra, uma amante bonita com quem dar uma facada aos rigores do matrimónio, vou lá eu pôr-me a estudar! E a escalar! Acham que eu sou estúpido?! Ando de um lado para outro, no tempo que me deixa livre o meu “encosto”, a receber palmadinhas nas costas, porque sou catedrático. Sendo catedrático, para é que eu preciso de saber? E de estudar? A etiqueta tem identidade referencial. Catedrático e sábio são sinónimos. Na Póvoa os “intelectuais” vivem, não do conhecimento que possuem, mas do conhecimento que os outros lhes pressupõem. E é tal conhecimento suposto o impulsor principal das suas promoções. O que é que tem a ver a promoção meramente administrativa com o cultivo da ciência? E com o conhecimento? E com a cultura? Então não há alguém que ousa perturbar a

calma podre do conhecimento definitivamente adquirido! Para atingir tais paragens haverá que despender muito esforço e suor. Os assistentes trabalham para conseguir o doutoramento, grau que, tornando-os automaticamente professores auxiliares, e depois associados, os há de “vincular” permanentemente à função pública, sempre *pane lucrando*, até ao momento da desejada reforma. E os catedráticos, como são a suprema autoridade numa determinada matéria, nunca poderão ser interpelados. Ou não será cada um deles uma burra de Baalão antes de lhe ter sido concedido o dom da fala, que é o único estado em que se pode encontrar uma burra no reino sensato e restrito da realidade factual? O tempo que sobra de ir à missa (ou, nalguns casos, ao prostíbulo), de brincar com os meninos, de levar a esposa (ou a/o amante) a jantar fora, de podar e regar os roseirais do jardim, destina-se ao “estudo”. Ou a organizar congressos, conferências e colóquios que, as mais das vezes, só dispõem de informação banal. Os académicos são mais apontados na organização de congressos e simpósios que no estudo e na investigação. Entendem por estudo a esporádica leitura desultória e não uma maneira organizada de traçar um caminho que leve a um destino previamente concebido. Para quê formalizar devidamente, com um certo rigor epistémico, uma hipótese de trabalho? Os “intelectuais” povoenses que verdadeiramente leem, leem à toa, sem ordem nem concerto. Leem o que lhes vem parar às mãos, que é quase sempre o que obedece aos ditados da moda. Poucos são os que se deixam possuir por exigências íntimas. E por critérios válidos de selecção. Numa efusão de gestos ociosos, praticam umas humanidades inumanas. As ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), minadas por abordagens physicalistas, apoiadas nos avanços da neurobiologia, andam desespiritualizadas. Os “investigadores” assimilam apenas um conhecimento fragmentário. Leem as novidades, mas desconhecem os textos canónicos. As comunicações, numa multidão de congressos, pagos pelo contribuinte iletrado, são quase sempre tiros isolados que nunca acertam no alvo, simplesmente porque não há alvo no qual acertar. Quase nunca provêm de um trabalho constante e metodicamente organizado. A questão é poder falar frivolamente do *dernier cri*, absorvido muitas vezes mediante a leitura de uma simples resenha, porque assim os “intelectuais” parecem muito modernos e actualizados. Já leram *Empire* (2000) de Negri e Hardt? Puxo logo da resenha pertinente: “An extraordinary book, with enormous intellectual depth and a keen sense of the history-making transformation that is beginning to take shape”. E o *2666* de Roberto Bolaño? Tantas mulheres assassinadas em Santa Teresa, que é Ciudad Juárez, entre 1993 e 1997! “Focada em uma insólita e ainda recorrente série de homicídios na Ciudad Juárez (Santa Teresa no romance), o apocalíptico *2666* mostra o horror do século XX através de um vasto número de personagens centrado na reclusa figura do escritor alemão

Benno von Archimbold ...”. “Une oasis d’horreur dans un désert d’ennui!”. E tenho opiniões sobre um livro sem me ter de me dar ao trabalho de ler o maldito livro. Uma vez, um catedrático inglês, muito sério e muito dado à bebida, disse-me, no seu gabinete da Universidade de Sheffield, que nunca se deveria citar uma passagem de um livro que não se tivesse lido na íntegra. Tal tarefa parece inexecutável, mas merece uma certa consideração. Os “intelectuais” da Póvoa não têm continuidade, constância, concentração, amor pelo estudo. Fingem que trabalham, mas não querem suar como cabouqueiros. Assumem pequenas bolsas de conhecimento que depois não sabem fusionar em teorias ou formalizações abrangentes, a não ser deitando mão das receitas que lhes chegam de fora, nem sempre bem compreendidas. Sujeitos a uma limitada ambição heurística, a informação de que dispõem é quase sempre muito deficiente. As obras canónicas (só umas poucas) amontoam-se nas bibliotecas, cobertas de pó, enquanto os manuais não param de circular. A enciclopédia dos docentes é muito reles. Os vigentes Centros de Investigação são, de vez em quando, submetidos a avaliação por parte de uma comissão estrangeira. Forma-se um painel de senhoras e senhores, muito sábios, que se fartam de passar frio na Universidade de Nebraska, de Ohio, de de Florida, de Maine ou de Illinois, já que os *scholars* da *Ivy League*, mais decorosos, não se prestam a tais manejos. Mas, mesmo assim, tais especialistas têm mais informação, melhor critério científico, mais constância, mais disciplina, mais espírito de sacrifício, mais meios, mais metodologia. Mais conhecimento, numa palavra. E, sobretudo, mais capacidade de trabalho. E muito mais profissionalismo. De uma maneira geral, as universidades nórdicas acabaram com os “curiosos”, que só sobrevivem endemicamente nos antros académicos dos países subdesenvolvidos. Não deixa de ser curiosa a quantidade de curiosos que pululam nas universidades da Península! Há uns anos um estudioso espanhol, que hoje é um distinto Catedrático, ofereceu-me um exemplar da sua tese de doutoramento. O homem metera-se no seu utilitário para percorrer, pacientemente, as vilas e aldeias de Córdoba: Pozoblanco, Cardeña, Montoro, Fuente Obejuna, Hinojosa del Duque, Hornachuelos, Baena, Cabra, Lucena, Rute, Almenidilla, Priego, El Viso, etc. O que fez foi estabelecer a *ratio* existente entre o número de alunos e o número de professores. O seu trabalho era simplesmente uma acumulação de listas e de estatísticas que não obedeciam a qualquer orientação teórica. Qualquer secretária atilada, com uma calculadora na mão, poderia ter realizado tal trabalho. E depois, muito pomposamente, o “estudioso” chamou ao seu trabalho *Sociología de la Educación en la Provincia de Córdoba*. Tal como se “martelam” as licenciaturas, “martelam-se” os especialistas. Cada um pode assumir, caprichosamente, a “especialidade” que lhe apetecer, porque não há ninguém disposto a vigiar a actualização das suas infundadas

pretensões. Os membros do comité de avaliação, tinham-se dado ao trabalho de fabricar um elevador portátil que os transportava, num abrir e fechar de olhos, aos pisos mais alcandorados do edifício do conhecimento. Tinham montes de fichas e microfimes. No seu país, até os poetas locais, de mera importância regional, tinham sido objecto de cuidadas edições críticas. Os professores visitantes manejavam bibliografias muito elaboradas, dependentes de uma informática que eu, muito agarrado ao cheiro da tinta e ao “vide papier que la blancheur défend”, desconhecia completamente. Quem dominar a informática, governará o mundo. E a cabeça e a sensibilidade das pessoas. Na terra dos membros do painel de avaliação, as bibliotecas punham a “cultura” ao alcance de todos. A cultura intitucionalizada, pelo menos. E, de repente, oferece-se aos membros do painel umas férias pagas ao sol, bons restaurantes e melhores hotéis. E um rancho ribatejano a dançar o fandango, depois de jantares opíparos. Um desafogo, depois de tanta informática. Terei eu ficado reduzido a uma ficha ou a um número, quando uma vez, por descuido, me deixei avaliar? É uma questão de educação. Tendo sido e estando a ser tão bem tratados, como é que eles, os membros do Painel de Avaliação Externa, poderão vir dizer mal de gente tão boa e generosa, e ainda por cima na sua própria casa? Todos os Centros de Investigação, não tendo em conta um pequeníssimo número de desastrosas excepções ofensivamente caricatas, são aprovados com mais ou menos distinção. Não sei o que se ganha com tal avaliação. O povoense sempre passou a vida mais preocupado com o reconhecimento que com o conhecimento. O que importa é o que os outros pensem de ti, embora tu não tenhas uma grande opinião de ti mesmo e não tenhas muitas ocasiões para pensar, sobretudo quando há tanta coisa a fazer, tantos congressos e simpósios a organizar. Que importa não gostares de ti mesmo se os outros te apreciam convenientemente! Ou fingem apreciar-te, pelo menos, num universo onde a mediocridade passa por excelência. Apesar de tantos séculos de confissão, o povoense não é muito dado a sondagens introspectivas. Encerrada a avaliação, o correspondente Ministério manda uma circular complacente que sublinha os imensos méritos dos nossos Centros de Investigação, reconhecidos pela flor e nata da *intelligentsia* americana. Atente-se, no campo das *litterae humaniores*, no verdadeiro resultado de tais investigações, de acordo com verdadeiros critérios científicos, pelo menos na medida em que o permite o relativo grau de cientificidade das ciências humanas. E, para celebrar a “excelência” da avaliação, convoca-se imediatamente um congresso, que resulta numa acta. Na Acta. Um catálogo de comunicações de 20 minutos, que não deixam nenhum resíduo na memória. Duzentas trinta e nove pessoas presentes. Um inglês, dois galegos, quatro italianos, dois alemães, três francesas, vinte espanhóis. Duas fufas ucranianas. Uma linfómana canadiana. E

um verdadeiro especialista americano que se faz pagar a peso de ouro. Duzentos trinta e nove aposentos em hotéis de luxo. Alguns destes aposentos, por vezes, são muito divertidos. Mas, meus senhores, se querem conhecer bem tal regabofe leiam os romances de David Lodge. E deve haver muitos outros mais actualizados, que eu nunca tive tempo de ler. E, em cada um dos três dias do Congresso, duzentos e trinta e nove almoços e outros tantos jantares. Sem contar com os comensais que vão à pendura. A professora Redneck trouxe o seu filhinho, que é amoroso. Todos aqueles senhores sisudos a brincarem com a adorável criança. E, não me canso de o dizer, é o contribuinte iletrado quem subvenciona tal acontecimento. Realmente, como dizem os jornais, foi uma verdadeira festa da Cultura Povoense. E estes acontecimentos estólios sucedem-se, roubados ao bolso do contribuinte ignorante, que nunca leu Camões ou Gil Vicente, embora tenha ouvido coisas atribuídas a Bocage, em versões clandestinas. E a pretensa cultura de uma minoria, por arte de birli e birloque, transforma-se na Cultura Nacional, cuja protecção depende do pertinente Ministério. Assim se protegem as enteléquias! E todos os componentes do centro avaliado, devidamente sancionados, ficam enormemente satisfeitos. A sua função é a de elevar o estatuto da Cultura Nacional. Temos de encontrar um lugar aceitável nas classificações internacionais, acrescentando assim a nossa (in)visibilidade. Temos de aumentar a nossa presença, esquecendo que, na vida quotidiana, as pessoas só olham para aquilo que lhes resulta interessante. E que lá fora ninguém olha para nós. Há muitas coisas visíveis que não despertam atenção. Infelizmente, desmentindo a prática nacional, a Cultura não pode ser martelada. E nós que éramos tão visíveis no século XVI! Então não é que agora temos Centros de Investigação de ponta, embora não tenham ponta por onde se lhes pegar! Alguém tem consciência de que somos tão pouco que precisamos que os outros nos venham avaliar, e dizer o que temos e o que não temos de fazer e como temos e não temos de o fazer? Estamos na minoridade política, cultural e social, para não dizer nacional, permanentemente situados na dependência externa estrutural, depois de quase dez séculos de história. Começa a cansar, porque é um trabalho de quase um milénio. Um trabalho malogrado. Tal história, para a maior parte dos cidadãos povoenses sempre foi, e continua a ser, uma trabalhadeira. Como sempre foi, é há de continuar a ser, enquanto não tivermos vergonha e aprendamos a trabalhar inteligentemente, devidamente organizados, deixando de ser os indivíduos rascas que somos. Não se trata de uma geração rasca. Trata-se de uma tradição rasca. E de uma sociedade rasca. Da tradição de um diletantismo barato. Somos tão pouco, que é preciso que outros venham avaliar o que fazemos, porque, provavelmente, não fazemos nada de jeito, com excepções de relativo mérito, para as quais, numa só mão, me sobram dedos para as contar, porque a Póvoa nunca rendeu um E. R. Curtius, um Northrop

Frye, um Georges Gusdorf ou um Ezio Raimondi. E nem sequer um Dámaso Alonso. Os nossos heróis são os Foucaults alheios. Digam-me quantos livros escritos nas universidades povoenses, com a excepção dos que têm como objecto a literatura, a história e a cultura locais, que quase não contam lá fora, se leem na estranha! A Póvoa está entregue a uma maralha que só se distingue da maralha miúda porque anda bem vestida, viaja muito de avião, e não pára de meter a mão onde pode. E até onde não pode. Os “investigadores” povoenses nunca se deram dado ao trabalho de estruturar devidamente os seus conhecimentos. Uma vez doutorados, os professores enveredam pelo carreirismo. Volvidos uns vinte ou trinta anos, todos eles, invariavelmente, chegam a catedráticos. Não se trata de saber, mas de atingir o estatuto de catedrático, mediante o cultivo das relações públicas e da bajulação. Se enveredar pela subserviência o candidato sabe que, chegado o momento, embora só tenha produzido os consabidos “ensaios”, contará com um benévolo júri *ad hoc*. Mais do que estudar, organiza estratégias promocionais, aproximando-se de quem tem poder e capacidade de decisão. E é tido por sábio, embora tenha interiorizado há muito as suas óbvias limitações. Para medrar, na Póvoa, há que ser simpático, comedido, prudente, com as mãos afundadas numa lata de graxa. O pecado nacional é a bajulação, tal como o dos espanhóis é a inveja. Muitos dos docentes não têm qualquer inclinação pelo pensamento estético ou filosófico. Poderiam ter sido excelentes enfermeiros ou vendedores. Poderiam ter dado uns tendeiros ou marchantes irrepreensíveis. E até uns magníficos cozinheiros. E, no melhor dos casos, uns advogados impecáveis. Ou até podiam ter-se metido a políticos. Conheci, no meio académico, senhoras professoras que teriam dado, e na realidade deram, preclaras donas de casa. Usavam na Universidade da mesma inteligência de curto alcance que punham no amanhã doméstico do lar. Pensar e premir o botão da máquina de lavar eram actividades afins. Mas eram donas de casa “intelectuais”. Falavam de Florbela Espanca e de Simone de Beauvoir nos cafés. E com as cunhadas, enquanto faziam tricot, tarefa em que eram muito apontadas. Numa livraria da Baixa, ouvi uma assistente dizer a outra:

— Olha, um livro sobre o Pessoa. Que giro!

E as tais senhoras têm a seu lado indivíduos encorpados, companheiros de ofício que poderiam ter dado magníficos seguranças. Uma vez atingido o patamar mais elevado já não é preciso estudar. Para quê, se já se é catedrático?! Os docentes vulgares aposentam-se; os catedráticos, seres superiores, jubilam-se. Nunca se falava do júbilo que, tantas vezes, invade os estudantes quando deles se livram. A aquisição de conhecimento, sempre limitada, só se dá ao longo do processo que levava ao doutoramento. Um assistente jovem, em maré de confissões imprudentes, elucidou-me:

— Na Póvoa há um pacto tácito de ignorância assumido entre o docente e o discente. O docente pouco ou nada ensina, mas passa os seus alunos; o discente pouco aprende, mas sabe de antemão que, se fizer a vontade ao docente, vai passar.

Surgiram então os pseudo-escaladores do Edifício do Conhecimento. Absorvendo uma percentagem mínima da informação contida nos primeiros três pisos, procederam a uma sintetização apressada. Davam, algumas vezes, pinceladas curiosas no conhecimento, mas faltava-lhes estabilidade e inteireza estrutural. No âmbito dos estudos literários, advertia-se em quase todos eles uma evidente carência de bagagem filológica. A Póvoa deve ser um dos países onde o “curioso” pode passar mais rapidamente a “competente” e até a “intelectual”. E não está livre de chegar a “especialista”. Se alguém tratar de atingir o décimo piso do edifício do conhecimento, começará a ser malvisto pela comunidade. Os seus escritos serão considerados “herméticos”. Só voltará a ser lido, no melhor dos casos, se a reactivação da sua leitura vier do estrangeiro. O nosso mérito reside na consideração que nos têm lá fora, porque nós somos incapazes de o averiguar. Faz-se uma ciência literário-filosofica elementar, para consumo doméstico, baseada em enciclopédias, coletâneas e manuais, feita de chavões e de lugares-comuns. Um livro da autoria do típico “intelectual” povoense desmerece face aos livros publicados pelos autores competentes lá de fora. O nosso mundo universitário nunca conseguiu exportar o nosso Spinoza, o nosso Aristóteles, o nosso Kant, sempre apre(e)ndidos nos outros. O nosso Hegel, no melhor dos casos, é o de Hyppolite ou de Kojève. O nosso Spinoza é o de Curley ou o de Klever. O nosso Aristóteles não é de ninguém, já que a maior parte dos docentes que o ensinam desconhece a língua grega. Os nossos “filólogos, que se autoproclamam “especialistas” no Renascimento, desconhecem os trabalhos de Hans Baron, de P. O. Kristeller, de Richard Waswo, de Michel Jeanneret, de Peter Burke, de Robert Black, de Franco Franceschi, de Andrea Zorzi, de John M. Najemy, de David Abulafia, de Daniel Javitch, de Ann Moss, de Salvatore Camporeale, de James Hankins, de Wesley Trimpi, de David Marsh, de Diana Robin, de John Monfasani, de Richard Parish, de David Quint, de Michael Moriarty, de Peter Mack, de Terence Cave, de Michael J. B. Allen, de Martin Elsky, de George Hoffman, de Marga Cottino-Jones, de George K. Hunter, de Timothy J. Reiss, de William J. Kennedy, de Colin Burrow e de tantos outros. E quem leu os trabalhos mais antigos de John A. Symonds, de J. Voigt, de K. Brandi, de J. Nordström, de H.W. Eppelsheimer, de M. E. Müntz, de E. Gothein, de H. Thode, de Douglas Bush, de K. Burdach, de K. Borinski, de W. Pater, de Italo Siciliano e de tantos outros? E as fontes? Onde param os estudos povoenses sobre Giovanni Villani, Petrarca, Leonardo Bruni, Flavio Biondo di Forli, Sabellicus, Cristoforo Landino, Filippo Villani, Matteo Palmieri, Angelo Guarino, Vespasiano

da Bisticci, Marsilio Ficino, Pietro Pomponazzi, Giannozzo Manetti, Lorenzo Valla, Giorgio Vasari, Maquiavel? Será que algum “especialista” povoense no Renascimento ouviu jamais falar em Sicco Polenton ou nos irmãos Decembrio (Pier Candido e Angelo)? Para quê, se o Professor Doutor Marcolino Asas Pandas, da Universidade da Póvoa do Meio, é epítome e enciclopédia para trazer por casa de todos os conhecimentos que dizem respeito ao Humanismo? E com essa ciência, que mal dá para leccionar as cadeiras de Licenciatura, os docentes pretendem preencher as exigências dos cursos de Mestrado e de Doutoramento, pelos quais se pagam ingentes e injustificadas propinas. A qualidade do produto não justifica o preço estabelecido. Não se está a pagar por um verdadeiro valor. Em revistas angloamericanas, italianas, francesas e alemãs publicam-se todos os anos milhares de artigos que na Póvoa nunca se leem. Os investigadores verdadeiramente profissionais dos países sérios esforçam-se por ler, na medida do possível, tudo o que se publicou sobre um determinado tema de investigação. Trabalham em equipe, com um grande sentido do conjunto, como fazem as esquadras do *calcio* italiano. Alguém, com um mínimo de seriedade, poderá elaborar um doutoramento válido, na Póvoa, que tenha Shakespeare como objecto? Os 60.000 volumes existentes na biblioteca da EPAE, dos quais só uma dúzia tem a ver com o poeta de Stratford, sucumbiriam sob o peso do milhão de escritos que estudam o Cisne de Avon. Pode-se estudar Dante ou Cervantes partindo da limitação da informação existente na Póvoa? Há uma Biblioteca Nacional, muito solene e emperrada, onde, dada as dificuldades de acesso ao fundo bibliográfico, porque se parte do princípio de que o eventual usuário tem sempre o seu quê de ladrão, se joga indecentemente com a paciência do leitor, sujeito a uma série de limitações. Eu lembro-me com saudade das bibliotecas inglesas, onde os livros mais correntes são de acesso imediato. Estão ali, nas estantes, ao alcance da mão. A do meu bairro proletário londinense, a Stanford Public Library, não tinha muito que invejar, em alguns aspectos, à da EPAE. Na Póvoa divulga-se, mal e superficialmente, o conhecimento adquirido. Ninguém tem ideias próprias. A mobília do cérebro é sempre importada. “A little knowledge is a dangerous thing”, escreveu Alexander Pope. O nosso “sábio”, o nosso “filólogo”, numa Universidade onde não há uma mínima preparação filológica, pouco se distingue do labrego que quer trabalhar a sua sua herdade sem ter a vontade e os instrumentos adequados para meter ombros a tal empreendimento. De que poderá servir a ciência, além de ser alheia à erudição, se nem sequer concede o seu lugar à cultura? Ainda perdura o filisteu cultivado. O fado local, de certo modo, chora toda esta carência e frustração. Frustração de muitos e consolo de poucos.

No âmbito da política, o Parlamento, em vez dos vultos veneráveis de membros de famílias distinguidas, passou, em parte, a abrigar hordas de descendentes dos pés-descalços. Isso seria bom e salutar, mas já não é nem bom nem salutar o espírito de *revanche* que traziam. Estou a referir-me à atmosfera que se criou, ao que se respirava no ar. Estava-se a assistir à proletarização da cultura, baseada sobretudo, de acordo com as regras do capitalismo liberal, na intensificação do leque de opções, em alguns casos “culturais”, oferecido ao eventual consumidor. Tudo o que tem saída comercial é bom! O bom é o que tem saída comercial! Se se oferece Von Karajan ao cidadão, isto é uma excursão aristocrática fora do enfadonho contexto habitual, sempre previsível, que impõe a dose permanente de Madona e de Marco Paulo, transformada pela alquimia do *marketing* em valioso produto de consumo, vulgarizado em milhões de discos que cantam carências. Há críticos de música, nos jornais, que não sabem ler uma partitura. Já não é preciso ler Flaubert, Dostoievski, Tolstoy, Proust ou Joyce. Os “artistas”, de Jackie Collins e Noah Gordon a Nora Roberts e Pérez-Reverte, são o epicentro de verdadeiras indústrias. Até em Oxford Noah Gordon começa a merecer mais interesse que George Eliot. Está-se a perder, a passos largos, a capacidade de apreciação estética provinda de Kant. O nosso incipiente capitalismo, sempre enfeudado aos investimentos vindos da estranja, está de costas voltadas à finalidade sem fim da fruição estética. Prepondera uma medíocre literatura de evasão. O modelo imperante até há poucos anos, que conciliava o cosmopolitismo da Ilustração com o nacionalismo linguístico do Romantismo, expressão do *Volksgeist*, medidos sempre pelo *standard* permanente da Grécia Clássica, caiu em desuso. “*For last year’s words belong to last year’s language / And next year’s words await another voice*”. Renunciando ao seu património literário, porque já quase ninguém lê Diderot, Goethe, Ibsen ou Hardy, a Europa consome os subproductos produzidos pela indústria editorial americana, sujeitos simplesmente às leis do mercado. Vender é a palavra de ordem. A invasão totalitária do produto (in)artístico, está a acabar com séculos de estética convencional, muito estudada, refinada e racionalizada. E, de repente, todos, incluindo os que se assumem como poetas, são possuídos pela ausência massiva de arte. E quando digo arte, voltando ao significado original do termo, digo, se não verdadeira criatividade, pelo menos aptidão técnica. O subproduto (in)artístico, agora devidamente entronizado, goza de autoridade indiscutível. Tudo o que tenha saída comercial será bom por natureza. Já estamos imersos no *Kitsch* totalitário, do *Poshlost* à (sub)cultura *hipster*. Quando se tenta, em Europa, produzir arte ou infra-arte que transcenda os limites nacionais, acaba-se sempre por deitar mão de receitas americanas. Os nossos paradigmas culturais já não são produto do génio europeu. Já há quase um século que nos está a ser imposta a americanização.

Hoje em dia, com tanta informática, onde estão o dinheiro e os conhecimentos electrónicos está, sem dúvida, a Verdade. Mesmo que a Verdade seja apenas uma verdade. O nosso património cultural autóctono, rico e variado, está a ser esquecido. E enxovalhado. Poucos são os que se rebelam perante a ausência de gosto e de delicadeza com que tal abandalhamento se está a processar. De um gosto e de uma delicadeza que se vão perdendo. Como a (in)cultura industrial está nas mãos do capitalismo neoliberal, que hoje em dia tem um alcance e uma identidade globais, nós, os velhos europeus, aceitamos acriticamente tudo o que é *made in USA*, ainda por cima preterindo William Faulkner para dar lugar a Nora Roberts. A cultura europeia, noutros tempos refinada e selectiva, deixa-se colonizar agora pela vulgaridade. Parece que democracia e cultura não se entendem. As lojas e as avenidas nunca estiveram tão bem iluminadas. “*Take care that your light be not darkness*”. Haverá que ter em conta que a paz social (talvez não a mental) americana é um epifenómeno do consumo (é obvio que eu estou a falar de quase tudo o que não tem a ver com as armas de fogo). Há que afogar os impulsos reivindicativos no consumismo e no *entertainment*.

Os objectos oferecidos, que passam por obras de arte, carecem de valor intrínseco. A globalização do consumo obriga a uma perda vertical de qualidade. Ao democratizar-se, a arte perde o seu tradicional carácter aristocrático. Há que fazer “arte” acessível ao zé-povinho. Há que rebaixar as letras ao nível dos iletrados. E promover a mediocridade, que se vende melhor que a “excelência”, porque é mais acessível ao *profanum vulgus*. Há que escrever uma *Antropologia da Mediocridade*, da qual somos os massificados protagonistas permanentes. Todos nós, no mundo “avançado”, somos uma multidão de medíocres hedonistas, com os olhos cravados na aparência, na vulgaridade, no fenómeno, nas esplêndidas mamas de Penélope Cruz, no traseiro da Kardashian, nos escritos de Paulo Coelho, no *Baby One More Time* de Britney Spears ou no último golo de Messi. O pensamento especulativo, que não rende um *output* tangível, entrou em crise definitiva. Está a agonizar. A filosofia mais em voga, também por influência da América, é a filosofia da lógica. A Ética é menosprezada. Pode-se perfeitamente fazer Política prescindindo da Ética. Isto sempre aconteceu, mas antes, pelo menos, procurava-se dar uma pretensão espiritual aos actos. A espada numa mão, mas a Cruz na outra. Em Europa, o percurso que vai de Kant a Husserl não encontrou saída, interrompido pelos existencialismos. Agora ganha mais relevo tudo o que nos vem do *nisus* deconstructivo de Nietzsche. Tudo isto se revela na identidade actual de França, na sua dificuldade em assumir simultaneamente a envergadura industrial e financeira da Alemanha e de a compaginar com o relativismo radical de Barthes e de Derrida, de Deleuze e de Foucault, de Lyotard e de Vattimo, porque já ninguém se interessa pelo cepticismo moderado de

Montaigne. Torna-se mais fácil impor a ditadura financeira numa Europa minada pela incerteza teórica. A *nouvelle critique* francesa evacuou todas as pretensões monologistas. Do relativismo, que teve o mérito de deconstruir o amplexo asfixiante do dogma, passou-se à mais desbragada das anarquias. Anda-se à deriva (*dérive*), à beira do descalabro “espiritual”, tendo que gerir simultaneamente o delicado, (im)preciso e inexorável sistema financeiro. Há que ter em conta que as derivas acabam frequentemente em naufrágios. A “alta” cultura europeia, a cultura *highbrow*, na sua dimensão descomunal e trabalhosa, é excessivamente exigente e pesada, entorpecendo, dado o relativismo imperante, o correspondente desempenho industrial e financeiro, baseado numa versão redutora do pragmatismo americano. A produtividade industrial não precisa para nada de um alicerce cultural. A prática rouba espaço à teoria. A *commodity* pode substituir o espírito. A formalização tendenciosa e deconstrutiva dos anos 60 e 70 acabou, contudo, por se injectar, embora subliminarmente, na mentalidade do iletrado cidadão comum europeu. Já não há certezas. Já nada vale decididamente a pena. Já não há pautas globais que orientem os comportamentos. O que é preciso é ir-se entretendo num hedonismo circunstancial e intranscendente. Salve-se quem puder. Este cepticismo estrutural, sob a máscara de uma permissividade que carece de fundamento teórico, rouba aos velhos povos europeus grande parte do agressivo élan do capitalismo, que os americanos, menos sensíveis à problematização filosófica, embora afundados, em grande parte, em fundamentalismos religiosos, ainda conservam. Os americanos creem ter certezas, embora as não tenham. “*The ultimate test for us of what a truth means is the conduct it dictates or inspires*”. As universidades, obedientes ao génio americano, invocam a sua “excelência”, que se define pelas condições dos parques de estacionamento, pela qualidade da comida servida nas cantinas, pelo número de computadores existentes nos gabinetes dos docentes, pela quantidade, muitas vezes falta de qualidade, dos trabalhos publicados. Apareceu um termo, Vossa excelência a *Excelência*, que não conta com uma âncora referencial, na sua inusitada e equívoca extensão. Estamos num país onde qualquer bruggesso é chamado Excelentíssimo Senhor. Tal excelência, de carácter estritamente técnico-burocrático, divorciada da procura de conhecimento, é completamente alheia a quaisquer critérios axiológicos. E epistémicos. Não é de admirar que, em 1996, Bill Readings tenha publicado um livro a que chamou *The University in Ruins*. Segundo Readings, a ruína da Universidade está intimamente relacionada com o declínio da Nação-Estado, que diminui o peso das culturas nacionais, e com a emergência da globalização. O impacto do capitalismo neoliberal globalizado, juntamente com o esgotamento das ideologias, provoca a anestesia geral, sumindo grande parte do mundo numa imbecilidade passiva. O conhecimento, bastas vezes banalizado, transforma-se

numa mercadoria, sujeita portanto a um processo de *commodification*. O director de uma Faculdade assemelha-se cada vez mais ao gestor de uma empresa comercial, tratando de chegar ao fim do mês com as contas equilibradas, de atrair os indispensáveis “clientes” (que já não são estudantes) e de oferecer uma gama satisfatória de produtos bem-soantes. As suas decisões, que nem sempre procedem de análises cuidadosas, procuram ascender, o mais depressa possível, nas pertinentes, e não poucas vezes aleatórias, listas de *rankings*. Os intelectuais íntegros correm o risco de tombar irremissivelmente no desespero. Qual é a alternativa? Talvez encarar a tarefa docente e o labor de investigação como um revulsivo, como uma actividade fundamentada na reivindicação e, sobretudo, na dissensão. Há que instaurar uma comunidade de dissensão e não de consenso. É preciso fugir à mediocridade consensual. Com a imposição de dúbios critérios de “excelência”, começa-se a gerir uma universidade como se se estivesse a gerir uma fábrica de cerveja. Ou de automóveis. Ao contratar um docente, dá-se mais importância à sua competência administrativa que à sua capacidade intelectual. Acresce que a qualidade de um “intelectual” poderá ver-se seriamente afectada pelas vezes em que o seu nome seja sido citado na estrangeira. Se algum académico puser os cornos a uma estrela do futebol, com certeza que será o campeão das citações. E, (in)consequentemente, um grande intelectual. A EPAE, em assunção imediata e acrítica dos ventos que sopram da estrangeira, é gerida como se se tratasse de uma fábrica de sapatos ou de sabão, sem ter em conta a sua especificidade de empresa intelectual. Pode-se viver sem valores, sem atribuir valor às coisas e aos estados de coisas? Pode dirigir-se uma faculdade como quem dirige uma fábrica de sapatos? Nas Faculdades de Letras da Póvoa, a maior parte dos docentes, mais do que profissionais verdadeiramente competentes, são “curiosos”. Sabem “umas coisas”. São quase sempre coisas dispersas, inconexas, espigadas nos manuais e nas enciclopédias. Na Póvoa não se faz outra coisa senão “assucatar”, “atamancar” o conhecimento importado. Especializados na recepção, raramente atingimos o patamar mais elevado da emissão. Os insignes catedráticos, quando muito, prefaciam traduções apressadas dos poetas canónicos ou, deixando aos assistentes o trabalho de os traduzir, redigem breves introduções, providas de todos os tópicos mais acessíveis, aos ensaios de Barthes, de Derrida e de Foucault, que estranhamente ainda estão em voga, embora todas as pessoas minimamente interessadas na leitura de tais autores sejam capazes de ler perfeitamente as versões francesas originais. Esta é a tradução inútil, que tanto prospera na Póvoa. Como nada de jeito se produz, passa-se a vida a traduzir, já que nem sempre se pode transduzir. As edições de tais coletâneas apresentam-se depois, nos currículos dos docentes, como grandes feitos de investigação. E de inovação. Não é que, sem para isso precisar de conhecer Platão e Aristóteles, e sem

verdadeiramente saber bem quem foi Leibniz, a Professora Doutora D. Miquelina dos Anjos Etéreos vai desencantar e traduzir, algo tardiamente, um conhecido prodígio da *École des Hautes Études*! A boa senhora entende-se com umas fundações, tem os seus contactos no Ministério da Cultura, e, além do *Jornal de Letras*, lê a página literária do *Figaro*. Não lê o *Times Literary Supplement*, porque o seu inglês não chega para tal proeza. E é devidamente premiada pelo ingente trabalho desenvolvido, recebendo a pertinente e inevitável homenagem. É evidente que há estudos baixos. Por isso, até há bem pouco tempo, havia na Póvoa um *Instituto de Alta Cultura*, entendendo por “alta” a cultura que alcança o metro e oitenta, o que não dá, nem de perto nem de longe, para jogar numa equipe da NBA. Mas nada disso importa. Bem vistas as coisas, tão poste é o poste do Queluz como o do *Boston Celtics*. E tão catedrático é o catedrático da Universidade da Póvoa do Meio como o de Harvard ou o de Cambridge. A fim de contas, alega-se como justificação, Voltaire, Kant, Stendhal e Gramsci, embora só um deles tivesse chegado a catedrático, eram muito baixinhos. Há cultura e há *Kultur*. Soube de um catedrático que, depois de compor uma dúzia de sábios prefácios a uma correspondente dúzia de traduções, que ele não fizera, estava a dirigir, em simultâneo, mais de duas dúzias de teses de doutoramento, sendo que só três delas tinham a ver com a sua “especialidade”, que era o “ensaio”. O ensaio incompetente, indiferenciado, de que as poucas revistas da Póvoa estão cheias, é uma coisa muito triste. O docente universitário, que praticamente não se distingue em valor intrínseco, do castigado professor do Ensino Secundário, é um ser aureolado por um enorme prestígio. Vai de congresso em congresso como uma abelha de flor em flor, embora nem sempre disponha das enzimas capazes de transformar o néctar em mel. Tudo isto com grandes almoçaradas, mergulhadas em vinhos capitosos, cheias de alusões constantes à esplendorosa cultura nacional. As provas de doutoramento são, frequentemente, espectáculos deploráveis. O produto final quase nunca corresponde ao tempo investido. A criatividade prima pela sua ausência. Sendo chamadas “teses”, tais trabalhos quase nunca sustentam uma tese. Estão cheios de ideias desengonçadas e improcedentes. Vai-se de alhos a bugalhos com uma facilidade pasmosa. Carecendo de enxúndia, desenrolam-se numa proliferação aguada de infundadas e supérfluas notas de rodapé, muitas delas improcedentes, que denunciam uma grande “erudição”. Os trabalhos estão coroados por exaustivas listas bibliográficas, compostas por centenas de obras que nem o candidato nem o arguente tiveram ocasião de ler. Faz-se uma utilização intensiva do *apud*, sem acudir, ignorando o rigor filológico, às fontes originais. O Dr. Tiago Bronco Azémola diz que o Dr. Etelvino Pintiparado da Silva diz que Kant disse, acudindo a uma citação do Dr. Engrácio dos Ovos Moles, ilustre catedrático da Universidade da Póvoa de Baixo, que colheu

dita citação num crítico francês pós-modernista e que nunca teve tempo (nem vontade) para ler Kant. Há ali muito pouco do trabalho aturado do *scholar*. O “intelectual” da Póvoa, que trabalha sempre em *part-time*, embora receba o ordenado correspondente ao regime de “dedicação exclusiva”, que não lhe impede encontrar outras fontes de receitas que não se dá ao trabalho de declarar, em vez de proceder a um labor de definição e de cotejo, logo que tem uma ideia só pensa em a exprimir. E em a espremer. Faz um ensaio de dez páginas servindo-se simplesmente de uma única e insignificante ideia. Foca a atenção numa folha da árvore, sem sequer a distinguir com nitidez, mas nunca consegue ver o bosque. Para não falar da árvore. Quase todos indivíduos que se dedicam ao ensino da literatura poderiam ser, pelo menos, mesmo carecendo de criatividade, filólogos competentes, sempre que trabalhassem seriamente. A ser assim, na Póvoa, todos os escritores de relevo teriam sido sujeitos a competentes edições críticas. Mas não é assim. Não há praticamente filólogos na Póvoa. Não é de estranhar, visto que não há tradição filológica. As torneiras do Estado esguicham jorros de dinheiro para que os doutorandos visitem as bibliotecas europeias de nomeada. Ou para que uma assistente bronca vá apresentar uma comunicação leviana na remota Universidad de San Marcos, em Lima, na República do Peru, gozando da experiência irrepetível de saborear um *chijaukay* em *El Condado de Miraflores*. Alguns, ao longo da carreira, chegam a realizar dezenas de viajatas. E todo este deboche sai do bolso do contribuinte iletrado. Nunca ninguém se deu ao trabalho de cotejar o dinheiro despendido pelo Estado em tais excursões estouvadas com o percurso científico dos académicos perambulantes favorecidos pelas doações oficiais. Tremo ao pensar no resultado de tal aferição. Depois de meia dúzia de excursões transoceânicas, como representante da Cultura Nacional, a boa senhora, tão promissora quando jovem, poderá acabar como escritã no Tribunal de Odivelas, sem nunca chegar a ser nomeada ilustre catedrática na Universidade da Póvoa de Dentro. Tudo depende da maneira, mais ou menos hábil, como conseguir costurar os seus “conhecimentos”, os seus conhecidos. Na Póvoa, quem tem conhecidos não precisa para nada de demonstrar o seu conhecimento. O que conta, na Póvoa, é o *conhecimiento*. O nepotismo, o amiguismo e o compadrio. Quanto mais conhecidos, melhor! Há que deixar ao medíocre, com grande hipocrisia, a impressão de que o medíocre que o interpela merece muito respeito. “*Mediocre et rampant, et l’on arrive à tout*”, escreveu Beaumarchais. O destino do(a) docente depende da sua capacidade para exercer as relações públicas adequadas. Ou inadequadas. Não se favorece o conhecimento, mas fecunda-se tenazmente o turismo cultural. Eu nunca vi, na mesma dimensão, tais mordomias em países mais ricos e avançados. Ninguém se dá ao trabalho de confrontar o resultado final de uma tese, em termos de inovação científica, com as despesas envolvidas na

sua confecção, quase sempre insignificante. Se o (in)competente estamento universitário afirma que ela é boa, a tese será essencial e definitivamente boa. É evidente que ninguém se ocupa em averiguar a competência do estamento universitário para emitir tais “pareceres”. Está-se a assistir ao progressivo abandalhamento da *intelligentsia* ibérica. E, extravasando as nossas fronteiras, ao enxovalhamento da consciência ocidental. O que mais assombra é a ausência de critérios metodológicos. Os assistentes, devidamente remunerados pelo contribuinte comum, que, dada a sua iliteracia, olha para a Universidade como boi para palácio, ficam em casa, ao longo de três anos, ocupados na preparação das suas teses (em muitos casos o único livro que chegarão a escrever) e/ou em mudar as fraldas dos seus bebés, vigiados por um orientador que, as mais das vezes, nem vigia nem orienta, se é que não desorienta. Depois de muito suor, lá conseguem redigir a sua sofrível dissertação, cortada num molde convencional alheio a qualquer assomo de criatividade, empenhados em passar a ferro os colarinhos da língua até os deixar hirtos como pedaços de cartão. Alguns, exauridos pelo esforço, acabam com um esgotamento nervoso. Num meio acanhado, onde os profissionais se cruzam e entrecruzam constantemente, convém, para sobreviver comodamente, que é preciso pagar as contas ao fim do mês, tarefa gravosa até para o mais alto magistrado do Estado, sobrepor a sociabilidade à procura da verdade. Todos nós fingimos ao procurá-la. A simulação passa a ser realização efectiva. Na Póvoa dão-nos quase sempre gato por lebre. Não há nada mais triste que a mediocridade intelectual que se apoderou de nós. Um escritor é um tipo que arrumou um mundo e produziu uma linguagem que, dentro de uma determinada língua natural, lhe pertence, como lhe pertencem os seus olhos e a sua boca. É um sujeito diferenciado que tem uma língua que lhe pertence. Já não interessa tanto a história que se conta quanto a linguagem em que se revela. Pode-se escrever perfeitamente sobre nada, como demonstrou Mallarmé. Pode-se escrever sobre a língua que se está a (in)utilizar. Envereda-se, normalmente, pelo “ensaio”, sem ter em conta que o verdadeiro ensaísta deve ser um tipo dotado de verdadeira criatividade, sobre ser senhor de uma enciclopédia séria e consistente, embora difusa. O ensaio é para Michel de Montaigne, para Samuel Johnson, para Walter Pater, para Oscar Wilde, para *don* Miguel de Unamuno, para Henri Bergson, para Paul Valéry, para o ludicamente pedante José Ortega y Gasset, para Albert Camus, para Walter Benjamin, para Raymond Barthes, para Emil Cioran, para Jacques Derrida, para Theodor Adorno, para Max Horkheimer, para Herbert Marcuse, e não para a ilustre Sra. Professora Doutora Felícia das Trutas Boavida, tão enaltecida pela cultura oficial, dado o seu irrepreensível estatuto de “vulto incontornável da Cultura Povoense”. Não deixa de ser verdade que, para contornar o avultado volume físico de dita senhora, que não o volume da

sua massa cinzenta, seria preciso realizar uma inusitada viagem de circum-navegação, pedindo meças a Fernão de Magalhães e a Juan Sebastián Elcano. A irresponsabilidade científica salta aos olhos. Um “especialista” em Wordsworth, que não sabe localizar exactamente Windermere, aceita, de bom grado, orientar uma tese sobre Chaucer, pois não se deu ao trabalho de visitar de balde a catedral de Canterbury, aproveitando um fim-de-semana que foi passar a Londres; um indivíduo que trabalha (ou finge trabalhar) na filosofia de Alberto Magno não encontra qualquer inconveniente em dirigir uma dissertação que tem como objecto o pensamento de David Hume. A mentalidade escolástica debruça-se sobre o engenho empiricista. Quando, num departamento de Literatura, fica uma cadeira por atribuir, pergunta o catedrático, eventual Presidente da Comissão Científica:

— Quem é que se quer encarregar de leccionar a disciplina de *Estudos Medievais*?

A Professora Doutora D. Ermelinda Derretida da Silva, “especialista” em Soares de Passos, levantando a mão, chama a si a disciplina, com o imediato assentimento de todos os circunstantes. A Professora Doutora Celestina Mendes das Trepas, que leu há já alguns anos *Le Deuxième sexe* (1949), de Simone de Beauvoir, sem nunca ter lido Adrienne Rich, Marilyn Frenan, Jean Baker Miller, Nancy Fraser, Elaine Showalter, Monique Wittig, Marie-Jo Bonnet, Kate Millet, Toril Moi, Bracha Ettinger, Donna Haraway, e só conhece de nome Julia Kristeva, Hélène Cixous e Luce Irigaray, propõe a abertura de um seminário de mestrado de *Estudos sobre as Mulheres*. A mulher em casa; a mulher na guerra; a mulher na fábrica; a mulher na rua; a mulher na praia; a mulher na Universidade; a mulher no prostíbulo; a mulher no *shopping center*; a mulher na mulher ... Anda algo às escuras no domínio da antropologia, da etnografia, da sociologia, mas a vontade de acertar é grande. Não importa que tenha algumas limitações, porque é Catedrática. É como se uma pessoa que não sabe nadar, tratando de emular as proezas do lendário Baptista Pereira, se dê ao trabalho de calçar as barbatanas que não tem para atravessar o Tejo num *crawl* decidido. O Conselho Científico, sem se dar ao trabalho de indagar a sua competência, carimba logo a inovadora proposta. Tudo isto revela uma grande irresponsabilidade. Ninguém gosta de entrar numa loja, sobre a qual está pendurada uma etiqueta descomunal, onde se lê *Ferragens*, para a encontrar vazia, cheia de pó e de teias de aranha. Ou de visitar uma joalheria de luxo para a encontrar cheia de quinquilharia. Pensa-se logo que a empresa faliu. Na Póvoa o letreiro impõe-se, sem que para isso tenha que corresponder ao conteúdo anunciado. Como é que não se pode ter consciência de tal vacuidade?! Depois a boa senhora vai para casa, pega num manual, e, nos minutos que lhe sobram do amanhã do lar, em que é muito apontada, prepara-se devidamente. A sua tese de doutoramento versou sobre a Marquesa de Alorna, que, bem vistas as coisas, também foi

uma mulher. E as mulheres são tão especiais. Quem sabe de uma, sabe de todas, embora quem saiba de todas não saiba de nenhuma. Afinal, tudo pertence à mesma “área”, que é a de *Estudos Literários*. Os *Estudos Sobre as Mulheres*, com tudo o que têm de antropologia, de etnografia, de psicologia, de economia, de direito, de filosofia, de sexologia, caem perfeitamente dentro da área de *Estudos Literários*. E sempre dá para fazer umas excursões brejeiras ao erotismo, sobretudo quando a docente tem os seus laivos de repressão. É uma “área” onde nunca há um árbitro disposto a assinalar uma grande penalidade. Nem sequer um livre indirecto. Para não falar de uma expulsão. A batota e a simulação, vestidas de cultura, estão institucionalizadas. O mau gosto está enraizado. O catedrático é, por natureza, omnisciente. E as suas propostas, no Conselho Científico, gozam sempre de assentimento geral, ou, pelo menos, de generoso consenso. O Sr. Professor Doutor Rogério Nubélio dos Ares Claros quer fundar um *Departamento de Estudos Coprológicos*, porque há um docente “especializado” em reparar no pujante traseiro das mulheres de limpeza, quando elas estão a assear os lavabos. Basta ter lido dois ou três artigos sobre o tema. E de ter apalpado o cu à empregada, muito empiricamente, para se assegurar da solidez do tema proposto. Não lhe falta razão, porque a *Cropologia* é uma ciência cuja presença, nos dias de hoje, se impõe na Península. Temos de identificar donde provêm as fezes, para delas nos podermos livrar, em vez de as empacotar e guardar nas estantes das bibliotecas universitárias, competindo com as livrarias de hoje, que são autênticos contentores de lixo. Não será que somos estruturalmente “enfezados”? Impõe-se a formação de um *Departamento de Limpeza* a escala (inter)nacional. De limpeza pública. Há que inventar um papel higiénico, de grande absorvência, capaz de escoimar as mentalidades. Muitos dos intervenientes na *res publica*, quer na vertente cultural quer na política, deviam ir parar aos contentores. Resta saber como se pode proceder ao saneamento das consciências. Assisti a provas nas quais tinha razão quem falava mais alto. Dizia o candidato:

— É assim.

Respondia o arguente:

— Não, é assado.

— Sr. Professor, quer-me parecer que é assiiiiim! — retorquia o candidato.

— Não, digo-lhe que não é assim. Posso-lhe garantir que é assadoooooo — atalhava o catedrático.

E, perante uma nova investida do candidato, o arguente, já muito exaltado, dando um murro na mesa, rematava a discussão:

— Já lhe disse que é assadoooooooooo!

Encerravam-se as provas, com toda a sua complexidade argumentativa, que provavam sobejamente a sabedoria quer do júri, quer do candidato a doutor. Depois de tão profunda troca de ideias, o candidato era aprovado por unanimidade e o catedrático, muito conseqüente, ia comer, para repor a energia consumida em tão penetrante argumentação, o seu bacalhauzinho assadoooooo na brasa, muito carregado de alho e azeite, a uma tasca do Bairro Alto. E ali, com o guardanapo enrolado à volta do pescoço e o azeite a escorrer-lhe da boca, entoava os louvores da comida tradicional povoense —, ai as favas à portuguesa, a feijoadá à transmontana e a dobrada (não sei se fria ou quente), e era à moda do Porto! —, que podia ombrear vantajosamente com a *haute cuisine* francesa. O candidato, repentinamente promovido a doutor, sem por isso se ter reposto da sua endémica *asinitas*, partia contente para casa, na esperança de que sua mulher lhe lançasse a pertinente ração de feno. Um outro assistente, que se encontrava a preparar a sua tese, dirigia-se assim ao ilustre “arguente”, à saída das provas, muito entusiasticamente:

— Caro Sr. Professor, a sua argumentação foi brilhante! Nunca presenciei uma argumentação assiiiiim, tão sábia e profunda.

— Já estou farto de dizer que não é assiiim: pode ter a certeza absoluta de que é assadoooooo! — retorquia o melindroso catedrático.

Uma senhora professora, muito culta, dava uma cotovelada ao membro do júri que se sentava a seu lado e murmurava-lhe assiiim ao ouvido, em confidência muito salivada:

— Eu não percebo nada disto, mas encontrei na tese uma série de imperdoáveis erros de ortografia.

Se a boa senhora não percebe nada daquilo, embora seja uma mestra nos meandros da periclitante ortografia da língua povoense, periodicamente revista mediante decretos disparatados, como é que pode assumir a responsabilidade de avaliar os conhecimentos do candidato, que poderão, muito improvavelmente, ir além da estúpida ortografia?! É inexplicável esta maldita mania de assumir (e exercer) uma responsabilidade política para com a Língua. Caros senhores, as línguas tomam conta de si mesmas! E é o povo, e não os eminentes catedráticos, quem as faz! *Si volet usus!* Na Póvoa, onde a forma sempre se impôs ao conteúdo, podem-se escrever todas as cretinices e vulgaridades possíveis, com a certeza de que serão muito aplaudidas, sempre que se exprimam de acordo com as imperantes e volúveis regras ortográficas e mediante um vocabulário o mais abstruso possível. O ingénuo povo iletrado, sem falar de não poucos pretensos “intelectuais”, tem por bom aquilo que não compreende. Ou o que custa muito compreender. A utilização de termos ociosos e altissonantes, sempre que estejam submetidos às pertinentes e caprichosas convenções ortográficas,

compensa a penosa ausência de ideias. Há uns anos houve uma enorme comoção, fecundada por uns media que pouco têm de contar, porque, à entrada de não sei que parvónia (*¡No se me ofendan, carajo!*), na inevitável tabuleta, em vez de Bem-vindo, figurava Benvindo. Que atentado contra a Língua Povoense! A ausência do (i)necessário hífen mereceu páginas inteiras nos jornais. Ninguém quis reparar no italiano *benvenuto*, no castelhano *bienvenido*, no francês *bienvenu*, que dissolvem tal questão. Depois veio um acordo ortográfico que, caprichosamente, ainda não resolveu o problema. Façam então as coisas até ao fim. O italiano, que vive mesmo em cima das ruínas de Roma, diz *uomo*. Acabou com o *h* mudo, que não corresponde à emissão verbal. Digamos, então, *omem*, deixando de martirizar as crianças que aprendem a escrever. É feio, porque não estamos habituados, embora os olhos se habituem com muito mais facilidade que a inteligência. Mas que se pode fazer? Resignação, meus amigos, resignação. No nosso país é assiiim. “É a vidaaaa!” “Está bom, Sr. Manel?” “Estou assiiim assiiim.” Ou “Lá se vai indo!” Para não chegar ao “Podia estar pior!” do Sr. Duarte, que, sendo tetraplégico, cardíaco, diabético, maneta e quase cego, passa a vida numa cadeira de rodas.

Os assistentes, se querem progredir na carreira, têm de adoptar uma atitude de servilismo bajulador, em permanente lausperene diante dos onnipotentes catedráticos. Se o não fizerem, se não dobrarem a espinha ao longo de muitos anos, sem apenas se precatarem da lesão vitalícia, da inevitável marreca causada pelo excesso de vénias, o seu percurso profissional poder-se-á ver caprichosamente cerceado. Por isso os intelectuais povoenses se queixam tanto das costas. É preciso ser lambe-botas e lambe-cus. Algumas intelectuais ambiciosas, preocupadas com a sua ascensão na carreira, até lambem outras coisas. Alguém me falou de um orientador que impunha regras à vida amorosa do candidato. Telefonava-lhe a meio da noite, com a ideia perversa de o encontrar com as mãos na massa. É evidente que me estou a referir à massa de uma garina em condições, se é que não se tratava de um mancebo muito jeitoso, e não à massa cinzenta. Há três ou quatro indivíduos aos quais se rende reverência e verdadeira adoração. O assistente que não acate as suas opiniões e não lhes preste homenagem pode ir parar, sem qualquer tipo de explicação, ao olho da rua. Venera-se a função e não o conhecimento. A “solução adoptada” não admite qualquer tipo de divergência. Tais senhores catedráticos, que já ninguém conhece quando vão comprar caramelos a Badajoz, são verdadeiros objectos de culto. Tomba sobre eles um permanente chuva de hipérboles, muito camonianas. Toda a gente sabe, desde que o ilustre vate assiiim o afirmou, que as águas do Tejo, apesar da sua crescente poluição, não hão de ter “enveja às de Hipocrene”, já que no rio pátrio “o licor de Aganipe corre e mana”. E que as ninfas do Tejo e

do Mondego, irmanadas numa mesma crise, não se cansam de trocar e-mails com as náiades e hidríades do Alfeu e do Anfriso. E não o fazem, certamente, para requisitar exemplares de Aristóteles e de Platão. O “intelectual” povoense, “especializado” em *Estudos Povófonos*, assumindo tal identidade “martelada”, é endemicamente frívolo e vaidoso. Não é capaz de distinguir a água de nascente engarrafada do “licor de Aganipe”. A água de nascente, que se vende nos supermercados, é o equivalente rigoroso do “licor de Aganipe”. O “intelectual” povoense não tem consciência da sua relativa insignificância. Chega a confundir a água da torneira da Companhia com o licor que mana da fonte de Hipocrene. Não é de admirar, porque, sendo um fala-barato, ignora os princípios fundamentais da química. Que ninguém se atreva a contraditar as suas opiniões, porque ganha um inimigo vitalício. Mas, bem no fundo, trata de fomentar, em excessos de autoestima, uma identidade da qual duvida. É o querer e não poder. Ou o não saber. Bem no fundo, ele tem consciência de que é um simples pantomineiro. Mas, com ou sem dúvidas, não pode renunciar ao exibicionismo, embora se trate de um exibicionismo de aldeia. Poderá ser feio, baixinho, corcunda, careca, cambaio e barrigudo, mas, como não assume as suas evidentes limitações, não tem pejo em desfilar, feito *top model*, na *passerelle* da cultura oficial. Há grandes vultos culturais de uma estupidez confrangedora. *Bulto*, em castelhano, chega a ter um sentido despectivo. É uma coisa que está aí, que é grande e não se mexe, que só serve para ocupar o espaço. É um armário. Se o “intelectual” estabelecer vínculos com os partidos políticos, a sua pervivência fica ainda mais solidamente esteada. Chegado à velhice, como compensação pelos serviços prestados à “cultura povoense”, o eminente “intelectual” será bafejado por um prémio oficial, concebido para premiar a emergência de novos talentos, que estranhamente recompensa a 15ª edição de um livro publicado já la vão uns bons quarenta anos. Será inevitavelmente esquecido dois ou três anos após a sua morte, mas até ao derradeiro momento terá uma vida mais ou menos larga e abastada, com abundantes excursões à estranja, subsidiadas pelo pobre contribuinte meio analfabeto, em representação da alarvajada “cultura povoense”. Todos os regimes têm o seu José María Pemán. É aquela coisa do “ganha fama, e deita-te na cama”. Os estatutos das universidades locais, mais empenhadas na reprodução que na invenção, defendem unanimemente, pelo menos da boca para fora, a “criação de conhecimento inovador”, num sistema que, de um modo geral, especializado em passar automaticamente uma série de ideias adquiridas do docente ao estudante, anda de candeias às avessas com a inovação. Há vulgatas a circular. As sebatas são sempre as mesmas. A inovação, a partir do último quartel do século passado, andou sempre muito ligada, e quase exclusivamente ligada, à informática. Começou a dar-se uma colisão entre racionalidade digital e consciência teórica tradicional.

Seria preciso conciliar Kant com a Microsoft. Já não há tempo para a reflexão desinteressada. Há prazos e objectivos a cumprir. Mas há que acabar com a natureza reprodutiva da Universidade, dando lugar à criatividade e recuperando o élan existencial. Mais que um lugar de reprodução, a Universidade deve ser o lugar da inovação, tratando de evitar a plaina da doutrinação unívoca e tratando de despertar a produtividade polívoca do discente. Mas como pode o limitado docente unívoco despoletar dal polivocidade? No âmbito da literatura, consultem-se os índices bibliográficos das obras publicadas na Póvoa, que nunca estão devidamente actualizados, a não ser quando se trata dos estudos povófonos, que, dadas as deficiências endémicas da investigação e da criatividade, quase carecem de acervo bibliográfico condigno. Impõe-se, pelo menos, já que não há força para demolir a estupidez generalizada, a desobediência passiva, que vai de Thoreau a Gandhi. Eu, pelo que me diz respeito, neguei-me, em toda a minha insignificância, a colaborar em tal alarvamento. No meu escritório doméstico, rodeado de livros, tendo renunciado a “progredir” na carreira, entregue a mim mesmo, procurei justificar o dinheiro que me pagavam, entregando-me ao estudo, sem que me chegasse nem sombra de estímulo. Digamos que, de dez em dez anos, se convoca na Póvoa um congresso sobre um determinado autor. É espantoso verificar que os intervenientes, quando sobem ao estrado para apresentar a sua comunicação, contam apenas com a informação que circulava há vinte ou trinta anos, precisamente a que adquiriram quando passaram pelo tirocínio do doutoramento, tirando todos os dados e ideias que, entretanto, foram pasto da desmemória. O que não impede que o rebanho de assistentes, tão primários como ele, os aplaudam com fervor. Todos colaboram, uns por ignorância e outros por má fé, nesta estratégia de acomodamento. E de atamancamento. A inovação é sobremaneira incómoda, porque extravasa o saber herdado e já adquirido. É melhor passar a vida a dizer as mesmas coisas, afincado no terreno das *idées reçues*, arroupando-as com diferentes palavras. Bouvard e Pécuchet ter-se-iam dado muito bem na Póvoa. Na Póvoa, o intelectual é o “curioso” e o bem-falante. É o Conselheiro Acácio redivivo. Atende-se mais à *pronunciatio*, à casquilharia da eloquência reles, que à *res* e ao pensamento subjacentes. Essa atitude deixa mais tempo livre. A inovação requer muita concentração, muito estudo, muita dedicação, muito trabalho e muita solidão. E exige interlocutores que a saibam identificar. O verdadeiro estudioso, o estudioso vocacional, despreza o aplauso da plateia. Ser popular nos meios intelectuais povoenses é, quase sempre, garantia de mediocridade. O país está cheio de poetas e ensaístas de trazer por casa, elevados pela (in)cultura oficial aos píncaros da lua. Os grandes criadores povoenses, como Cesário Verde e Fernando Pessoa, são constantemente incompreendidos, quando não são maltratados, pelos seus contemporâneos, o que os torna

necessariamente póstumos. Muito cruelmente, o pobre e carente Fernando Pessoa, quase ignorado pelos seus coevos, é hoje objecto de uma indústria pesada, cujos gestores nem sequer lhe chegam aos calcanhares.

*

A certa altura fui indigitado para desempenhar a função de coordenador no Conselho Científico da Faculdade, mais propriamente, de acordo com a solene e eufemística verborreia oficial, de *Presidente da Comissão Científica* do meu departamento. Fiquei intimidado. Pensei que teria de rebuscar na minha ignorância grandes conhecimentos metodológicos e de estar profundamente familiarizado com os grandes vectores da filosofia da investigação científica. Para minha surpresa, o tal Conselho Científico equivalia à reunião periódica dos sócios ocupados na administração de uma mercearia. Faziam-se contas, expunham-se as carências de cada departamento, faltava papel (nalguns casos papel higiénico), era preciso adquirir duas dúzias de cadeiras, a máquina de fotocopiar do Departamento de Estudos Povófonos ageniava, a fechadura da porta da sala 32 estava deteriorada, os computadores eram muito lentos, escasseava o sabonete nas casas de banho (em cujas paredes um estudante ressentido tinha escrito um libelo contra um determinado professor), havia goteiras no vestíbulo do Edifício Velho, o *Departamento de Estudos Indeterminados* (não) precisava de contratar uma assistente, era preciso encomendar calendários e marcadores. Não poucas vezes, para dilucidar uma destas transcendentais questões, por exemplo a cor que devia assumir o marcador, um catedrático, muito solene, convidava-nos a reflectir antes da tomada de decisão, cuja solução, dada a profundidade insondável do problema que se nos deparava, ficaria agendada para a próxima reunião. E, entretanto, constituir-se-ia uma comissão *ad hoc* para resolver quaisquer dissidências de carácter cromático. O objecto da profunda reflexão era averiguar a cor das boas grosas de marcadores que se iam encomendar. A Doutora Miquelina Gira Boazona estava muito preocupada com a possibilidade de a cor escolhida, uma vez depositada na brancura imaculada do quadro, não vir a condizer com o tom da sua blusa. Eu, que raramente bocejo, naquelas reuniões boqueava como um peixe fora da água. Tomavam-se, por vezes, iniciativas disparatadas, que, a ser propostas por um eminente catedrático, eram sempre sancionadas. Andava-se sempre, numa proliferação de alíneas e de incisos, a redigir regulamentos que depois ninguém cumpria. Uns regulamentos cheios de excepções e chamadas. E, de vez em quando, coreava-se unanimemente o elogio da instituição, que era,

indiscutivelmente, “uma faculdade de ponta”, muito respeitada a nível internacional. O elogio em boca própria, com os seus antecedentes camonianos, é um dos cancros da *intelligentsia* povoense, uma *intelligentsia* invertebrada que se limita a assumir um papel meramente decorativo.

*

Em 1986 a Póvoa entrou na União Europeia, de mão dada com Espanha. A nossa capital agora era Bruxelas. Caiu-nos em cima um chuveiro grosso de dinheiro para construir infraestruturas condignas. E para “reforçar a competitividade”. Fica por saber se havia competitividade que reforçar. E para atingir a “convergência”. Europa queria-nos pôr a trabalhar convenientemente. Que deixássemos os nossos velhos vícios e ingressássemos no capitalismo avançado. Impunha-se uma reconversão que nunca se chegou a realizar. Em vez de afiançar o *know how* e a criatividade, fizeram-se muitas coisas de cimento. Entrou-se no delírio das autoestradas, governado por obscuros interesses. Havia já estradas que, devidamente modernizadas, teriam exigido um dispêndio muito menor, num país da nossa dimensão. A impressão que dava é que políticos e construtores se avinham em negócios mais ou menos obscuros. A questão era: “O que é que a Europa nos vai dar?” e nunca o problemático “O que é que nos vamos dar a Europa?”, à parte o passado glorioso que deu (pretérito perfeito) novos mundos ao mundo. E parte do que dava Europa era avidamente açambarcado por uma minoria, Imperava “O que é que nós vamos tirar à Europa?”, que era o objectivo preferencial dos políticos. E continuava-se a cantar o *Heróis do mar, nobre povo, nação valente e imortal*. Se o povo é assim tão nobre e a nação tão imortal e com tantos egrégios avós é uma questão completamente diferente. Nenhum povo secularmente espezinhado pode ser nobre. O descomedido, e em grande medida imaginário, *fuiumus* justifica o vil *non sumus*. Ou melhor, há um *sumus* minoritário, que nem sempre se pode medir com os seus egrégios avós, composto por uns escassos milhares de sujeitos, que repousa numa multidão de *non sumus*. Uns anos mais tarde, intervieram os interesses futbolísticos. Políticos e construtores, muito agarrados do braço, empenharam-se na edificação de gigantescos estádios de futuro muito incerto. Investe-se num Mercedes topo de gama para só fazer nele duas ou três viagens. Depois o magnífico automóvel é posto de lado. E fica ali, no meio do terreiro, ao sol e à chuva, pasto da intempérie e da ferrugem.

Europa, a certa altura, decidiu adoptar a Póvoa, país que só conhecia de nele ter passado umas férias, com alguns problemas no hotel devido a uma mancha de humidade na parede, aproveitando a ocasião para se medir com uma sardinhada, muito regada de tinto, e banhar-se nas águas, mais ou menos tépidas, do seu mar. Brindou-lhe, generosamente, uma série de recursos financeiros destinados a reduzir a disparidade económica, cultural e social existente entre a Póvoa e os países europeus mais desenvolvidos. O receptor de tais dádivas não procedeu à reforma do Estado, das universidades, da administração, da justiça. Não soube (ou não quis) lutar contra os interesses instalados.

A democracia euro-americana depende muito da economia e dá-nos uma política que é economia vestida de política. Uma economia real, alicerçada na produtividade e no *know how*, e outra, financeira, de procedimentos mais refinados — e arriscados, pois não conhece fronteiras e mexe com capitais virtuais —, que depende dos incertos altibaixos de mercados e bolsas. Os avanços informáticos, que aceleraram a globalização, são, em grande parte, responsáveis pela crise financeira. A grande ameaça da crise repousa na sua universalidade. Pode haver um naufrágio global. Não são os países os sujeitos da crise: é o sistema. O sistema, desatento, permite que se brinque com coisas muito sérias. Não é que a Póvoa seja esbanjadora: esbanjadora é a gente que, na Assembleia Nacional, assumiu a sua representação. O que é que tem a ver o pobre povoense, o cidadão que, com sapatos de marca martelados, continua a ser o servo da gleba, com a gente que o representa? E quem sabe o que a Póvoa quer, se é que pode querer algo? A Póvoa é terra e água. A Póvoa é mar, árvores e rios. E a Póvoa — que só existe na medida em que há um Estado que a representa —, como o Filho Pródigo de S. Lucas (15: 11-32), esbanjou alegremente a herança paterna. Convidado a jogar na Allianz Arena, o Clube Atlético da Reboleira chegou à conclusão de que se podia medir perfeitamente com o Bayern de Munique. Para o fazer, investiu em três desconhecidos médios brasileiros, que encontrou a dar uns toques numa praia nordestina, e em dois pontas-de-lança argentinos, de pouca nomeada mas muito promissores, que ficaram por pagar. O nível de endividamento estrutural tornou-se insuportável. Quando já não podia aguentar mais, o filho pródigo, agora ilustre Presidente do Clube Atlético da Reboleira, voltou à casa paterna e, pondo-se de joelhos diante do seu progenitor, disse-lhe, com o rosto marejado de lágrimas:

— Pai, pequei contra o céu e perante ti, e já não sou digno de ser chamado teu filho.

E, divergindo da parábola de S. Lucas, o pai respondeu-lhe:

— Tens toda a razão, mas faz o favor de devolver todo o dinheiro que eu te dei e tu esbanjaste, meu sacana, vivendo dissolutamente. Quando muito, vou-te emprestar umas

coroas para que te possas repor. Mas, atenção, terás que devolver as quantias que agora te cedo, acrescentando-lhes os juros respectivos!

E lá ficou o filho pródigo, com uma mão diante e outra detrás, a maquinar planos para sair do atoleiro em que se tinha metido. Acabou por chegar à conclusão de que a única saída viável seria proceder à “refundação do Estado”. Que se saiba, o Estado Povoense foi fundado no século XII. E talvez se possa argumentar que foi refundado uma vez: em 1640. E voltou a ser retocado com a revolução republicana. Não será o Estado que agora se quer refundar outro Estado Novo? Agora, parece que o Estado se fundiu. Terá o Estado que ser refundado ou refundido? Fundir é passar de sólido a líquido. Se o Estado Povoense, segundo parece, entrou num processo de liquefacção, bastará depositá-lo na pertinente prateleira do frigorífico para que o Estado volte a solidificar-se, pelo menos a parte do Estado que entretanto não se evaporou. Se a maior parte do Estado se evaporou, já não haverá Estado que refundir. Nem que refundar. Aí, sim, haverá que voltar a fundá-lo. O problema, contrariando certas versões ambiciosas da História Povoense, é que nós inventámos o mundo sem antes, judiciosamente, ter tido o cuidado de nos inventarmos a nós mesmos. E de inventar a Póvoa. Uma Póvoa que nunca chegou a inventar-se inventou outras Póvoas. Depois de quase mil anos de história, ainda continuamos a viver num Estado que está por inventar. E sempre afundados no mesmo deplorável estado de coisas. Somos um grupo de pategos que sempre viveu num espírito de dispersão compacto. Temos uma consciência nacional estética, trabalhada em im procedente diapasão épico, mas carecemos completamente de senso comum, de *common sense*, além do que resulta imprescindível para os nossos cambalachos de feirantes. Mas, mesmo assim, o inocente emigrante, mesmo quando vive no seio da abundância, ainda recorda e tem vontade de voltar ao decrépito pardieiro das suas raízes telúricas.

8

Pelo fim de outubro, Ismelda veio ter comigo. Arranjámos casa numa localidade da Póvoa Grande, na Linha de Sintra. Ela não teve qualquer dificuldade em se adaptar. No bairro havia uma numerosa colónia africana, constituída sobretudo por cabo-verdianos. Quase todos provinham de Santo Antão ou de S. Vicente. Não sei porquê, mas apenas habia *badius*. Depressa fizemos amigos entre os *sampalhudos*. A Ismelda, a *morna* lembrava-lhe o *bambuco*; o *funaná* confundia-se no *mapalé* e no *vallenato*. Dançava as modas cabo-verdianas com ritmo *caribeño*. E à *cachupa* respondia com o *sancocho*. Minha mãe tinha

muitos primos em Póvoa Grande, todos eles “gente fina”. Uma tarde deu-me por telefonar a um deles, que eu recordava vagamente da infância.

— Então Zé, estás bom?

— Estou ótimo. E você, como está?

Outra vez levaram-me a uma mansão luxuosa. Queriam que eu me mostrasse admirado com tanta opulência. Levantei-me para ir ao banheiro e pisguei-me. Estava a ficar mal disposto. Esta coisa do *você* de meu primo, para mim, habituado ao uso intensivo do *tu* espanhol e à neutralidade britânica do *you*, deixou-me fora de jogo. O povoense, cheio de salamaleques, é muito desconfiado. Tem sempre na cabeça, ao conhecer alguém, o “O que é que este gajo quer de mim?”. O andaluz é diferente. Tem na cabeça, quase sempre o “¿Cómo lo voy a pasar bien con este tío?”. Aprendi rapidamente que, se me portasse como espanhol, entraria facilmente em rota de colisão com os povoenses. Custa-lhes compreender que haja actos desinteressados, espontâneos. Aproximar-se de uma pessoa é entrar, praticamente, num *complot*. Toda gente está montada em esquemas irrisórios que, dada a sua falta de interesse, seria mais prudente ignorar. E há menos marialvas do que se pensa. No convívio quotidiano, para não resultar ofensivo, tinha de me censurar. Ficava-me na cabeça um constante gemer de travões desgastados. Na Póvoa é preciso eternizar o tratamento de senhor. O povoense é muito *touchy*. É muito sensível. Uma manhã, quando me deslocava num autocarro municipal pela Estrada Velha de Benfica, assisti a uma cena impagável. Os assentos estavam todos ocupados. Havia meia dúzia de pessoas de pé. O autocarro parou diante da igreja de S. Domingos. Entrou uma mulher de meia idade, com dois ou três sacos de plástico cheios de couves e de batatas. Acabou por colidir com outra, que, com os seus sacos correspondentes, estava agarrada à barra do tecto.

— A senhora é cega? Não vê por onde vai?

— O que é que a senhora quer? Não foi de propósito.

O diálogo aqueceu. A certa altura já se ouvia o “A senhora o que é é uma cabra”. “E a senhora é uma filha da ...”, retorquia a outra. Quando se chega ao insulto desmandado, que necessidade há de utilizar o tratamento de senhora? É este um testemunho evidente do podre formalismo povoense. Até cobertos de merda até ao pescoço continuamos a ser muito senhores. Muito educados. Há uns anos, quando tomávamos assento num restaurante, éramos Vossa Excelência. Pode-se insultar à vontade, sempre que se utilize a forma adequada. Não se pode dizer, cara a cara, como faz o castelhano:

— ¡Cabrón!

Será preciso dizer:

— Peço desculpa, não me quero meter consigo, mas dá-me licença de lhe dizer que o Senhor, segundo todos os indícios, e sem o querer incomodar, e peço-lhe muita desculpa por ter que lho dizer, e conste que o não estou a insultar, é um ilustríssimo e reverendíssimo cabrão.

Na Póvoa, o cabrão bem alinhavado é menos cabrão.

Eu dava-me melhor com a brutalidade frontal do castelhano.

A pobreza endémica sempre obrigou a fingir. Na Póvoa a hipocrisia e a “educação” sempre foram assumidas como instrumentos de sobrevivência. O tipo trata-te bem, mas, se não fores educado, servil e comedido, faz que alguém te atire por uma ribanceira. E depois há a hipocrisia parva, do dia a dia. É corrente ver uma mulher, quando dá de rosto com outra na rua, espetar-lhe um grande beijo, e depois, logo que a larga, murmurar ao ouvido da “amiga” que a acompanha:

— Que grande parva!

*

Ismelda tinha de ir à Colômbia, para ver seu tio Mauricio, que tinha os dados que permitiriam o acesso às contas de seus pais. Mauricio queria falar com ela. Ismelda decidiu deitar mão do seu passaporte americano. Sempre impunha mais respeito. Eu acompanhei-a. Era a primeira vez que viajava à América do Sul. A primeira coisa que me surpreendeu foi o delicioso castelhano que se falava em Bogotá. Em vez de *usted*, diziam *Su Merced*. Derramar algo no chão era *regar*. As velas eram *espermas*. Em Colômbia, não poucas vezes, encontra-se mais a Espanha profunda que na própria Espanha. Há lá um quinhentismo ingénito que aqui já se perdeu, um casticismo tropicalizado que já não se encontra em Espanha. Ao atravessar a barreira burocrática do aeroporto, Ismelda estava nervosa. O funcionário passou os olhos mecanizados pelo seu passaporte sem lhe prestar atenção. Tio Mauricio tinha um magnífico apartamento em Los Rosales. Era o patriarca da família. Os Vellón Gazcoiz haviam emigrado no século XVII, quando um dos seus antepassados, procedente de Navarra, fora nomeado corregedor de Boyacá, com residência em Tunja. Ismelda e Mauricio embrenharam-se umas horas na leitura e ordenação de uma balbúrdia de papéis. “*No sé bien lo que me ha quedado*”, disse-me ela ao ouvido, quando se levantou da mesa. Abrimos depois uma garrafa de *Brillante*, uma aguardente de Manizales. A Mauricio deu-lhe por falar. Assumira, quando

jovem, dados angariados no “Registro de Personal” do vanguardista antioquenho León de Greiff (1895-1976), que rezavam assim:

Estado Civil: Casado, bígamo y aún trigémimo; Salud: Muy buena, gracias; Estudios que ha hecho: Filosofía y Letras – Un año de Ingeniería – Veinte años de tanteos sin rumbos; Escuela o colegio en que los hizo: Universidad de Antioquia – Escuela Nacional de Minas – Calle, alcobas, bibliotecas y cafetines.; Grado o título que posee: Opifex Verborum – Extractor de esencias – quintas – Musúrgico – Acontista, etc., – Relapso y contumaz hereje; Habilidad especial: Tergiversante, signista, navegador de nubes, tocador de fagot, contabilista y estadístico, domesticación de culebras; (para los empleados de manejo). Clase de fianza, hipoteca sobre sus minas de Condoto (platino) y Netupiroмба (peridotos y crisoprasas) y sus pesquerías de perlas en Beba-beba y sus destilerías de ginebra em idem; Número y fecha de la escritura; (no recuerdo); Notaría en que fue otorgada: usted notaría que no recuerdo ni el número ni la fecha: tampoco la notaría ...”.

O tipo estava completamente passado. Começava a trovejar em Bogotá. Os relâmpagos rasgavam a escuridão da noite. Foi então quando Mauricio Vellón Gazcoiz começou a desfiar a história do Tesoro de la Macarena.

“Estava eu uma noite numa cantina de Villavicencio, no departamento de Meta, nos Llanos Orientales, eis senão quando se me acercou um homem que representava uns bons quarenta anos.

— Don Mauricio, eu sei que o senhor está encarregado da construção de umas casernas para o Exército Nacional. Estou casado, tenho mulher e quatro filhos, e estou desempregado. Se don Mauricio me ajudasse a arranjar um trabalho em...”

Lá lhe consegui o trabalho. Ao termo de uns anos encontramos-nos de novo, desta vez numa pulpería de San Carlos de Guaroa.

— *Don Mauricio, no sé cómo podré pagarle. Yo no tengo dinero, pero ... ¡Tome usted!*

Era o mapa do Tesoro de la Macarena. Eu tinha apazado, para dali a uma semana, uma sessão espírita na quinta de um amigo achegado, um chileno chamado Rosales. Contávamos com a intervenção do índio Carlos, um médium muito reconhecido naquela região do Meta. A sessão começou. A certa altura o espírito do índio desprende-se do corpo.

— *¡Ay, qué a gustito voy, saliendo por el techo!*

Eu, num repente, dirijo-me assim ao índio:

— *Carlos, ¿qué me sabe usted decir del Tesoro de la Macarena?*

Carlos fecha os olhos. O seu espírito, desencarnado, começa a sobrevoar o leito acidentado do rio Guatiquia, um afluente do Meta. Eu, que tivera ocasião de percorrer as suas margens a cavalo, e por isso conhecia todos os seus acantilados, ravinas e algares, estava espantado perante a exactidão topográfica que o discurso revelava. A certa altura, Carlos guarda silêncio. E com voz surpreendida:

— Estou diante duma pedra, que emboça uma gruta. Na pedra está burilado um capacete.

Eu, excitado, atalho-o:

— *¡Tire de la piedra, Carlos!*

Ali, no meio da sala, com os músculos tensos, banhado em suor, Carlos puxa pela pedra. Fica desvendada uma boca escura. O índio vai entrando, receoso. De repente cobre o rosto com os braços:

— *¡Ay, qué asco, murciélagos!*

Continua, lentamente, a penetrar na gruta. Agora crava os olhos no solo.

— *¡Ay, qué horror, brazos decepados, piernas cortadas!*

Avança mais dois passos.

— Aqui há um baú.

— *¡Ábralo, Carlos, ábralo!* — grito-lhe eu.

O índio levanta a tampa com vagar. De repente, com os olhos desorbitados, precipita-se sobre o baú.

— *Monedas de oro, ametistas, gargantillas, pendientes, monedas de plata, de oro, anillos, esmeraldas ...*

Carlos, aquele índio analfabeto, afunda as mãos nos metais, removendo-os, como se estivesse a amassar pão numa artesa. Cala-se, de repente, e fica muito sério, com os olhos grudados num ponto indeterminado do espaço.

— Ali, no outro canto, há um senhor que não deixa de me fitar. Tem uns olhos negros e grandes, calça borceguins e tem uma grande cruz vermelha bordada no peitilho da camisa.

— Pergunte-lhe como se chama! — exclamei.

— Diz que seu nome é Pedro de Mendoza Caamaño y Sotomayor, irmão do Marquês de Villagarcía, vice-rei do Peru.

Carlos saiu do transe. Ficou ali, especado no meio da sala, feito um idiota, sem se aperceber de tudo o que o rodeava. Eu saí precipitadamente e, pegando no meu jipe, pus-me a caminho de Bogotá. Queria consultar os Códices de Guatiquia, uns escritos, lavrados a meados do século XVIII, por um membro da ordem, muito esclarecido, que contam a fundação e a história da região, confiada desde 1610 aos jesuítas. Eu era amigo do peito do director da biblioteca, parceiro nos jogos de cartas dos *cafetines* e colega de excursões frívolas a Santandercito e a Zipaquirá, onde havia uma *rumba* muito agarrada. Embrenhei-me na leitura. Quando entrei em matéria, vi, ao virar a página, que faltavam dois fólhos, brutalmente arrancados. Acudí a um funcionário:

— Pode-me dizer quem foi o último leitor deste incunábulo?

O funcionário retirou-se, para consultar os ficheiros pertinentes.

— Chama-se Juan Carriazo. Tem quarenta e seis anos e é jesuíta.

Já dispunha de elementos mais do que suficientes para reconstruir o enredo. Dirigi-me imediatamente à Macarena. Batí à porta do notário.

— Tem *su merced* notícia de que tenha passado por aqui um indivíduo que atende ao nome de Juan Carriazo?

O notário consultou, durante uns minutos, um molho de papéis. Depois abanou negativamente a cabeça.

— *Mire usted, por si acaso, en el sótano, entre los alacranes.*

O notário estava a sugerir que eu consultasse as certidões de óbito, pasto de lacraus, apinhadas numa estante húmida da cave. Meti mãos ao trabalho. Não tardei em encontrar a prova *fehaciente* de que Juan Carriazo morrera, afogado no rio Guatiquia, na companhia de um guia. Tinham-no encontrado estatelado na areia, já muito comido dos zopilotes.

Os impostos e coimas, regalías e gabelas concernentes aos anos que iam de 1736 a 1739, mais o tesouro cavado no Cerro Rico de Potosí, em Huancavalica, em Cajabamba ou na Mina del Socavón, tinham que viajar a Castela, para ser recebidos na *Casa de Contratación* de Cádiz. Um galeão, acabado de chegar de Valdivia, trazia más notícias da passagem do Sul. A Tierra del Fuego via-se acometida por tempestades contínuas. A cerração não deixava ver a um palmo do nariz. Decidiu-se então mandar o tesouro em expedição que percorreria o velho *Camino de los índios*, atravessando o continente em toda a sua largura, mas algo transversalmente. Ao chegarem à região do Ariari perdeu-se notícia deles. Era como se a terra os tivesse engolido. Desapareceram, sem deixar qualquer espécie de rasto. Segundo a máfia jesuíta, havia boas razões para pensar que o tesouro teria sido enterrado por aquelas bandas, opinião, transformada em certeza, da qual eu, Mauricio Vellón Azcoiz, participava

plenamente. Dedico então trinta anos da minha vida à procura do tesouro. Escalo penhascos, desço precipícios, percorro barrocais, gargantas e quebradas. Uma tarde, fugindo à grossa bátega que caía, vou refugiar-me debaixo de um rancho em ruínas. Eis senão que me cai em cima uma viga, apodrecida pelo sol e pela intempérie, deixando-me, no meio dos llanos, com duplo descolamento de retina. Estou, mais de uma vez, a pique de morrer afogado nos turbilhões do rio. Sobrevivo ao ataque dos pumas, à mordedura das serpentes e ao aguilhão dos escorpiões. Penetro em grutas, brenhas e cavernas. Não encontro nada, mas não perco a esperança. Agora que estou velho, quero que alguém me suceda na demanda. O tesouro, garanto, está algures nas margens do Guatiquia, sepultado na rocha ou na brenha”.

*

Ismelda e eu acalentámos durante uns tempos o projecto de partir em busca do tesouro. Do *Tesoro de La Macarena*. Sabíamos perfeitamente que não nos poderíamos transformar, *avant la lettre*, em Indiana Jones e Lara Croft. Mas mandei lá um meu *counterpart*. Já imaginei mais de um enredo sobre a suposta experiência. E nenhum deles acabava com a exumação do tesouro. Também eu ensaiei os meus “pasos perdidos”. Sabíamos que nos seria sobremaneira difícil resistir a todos os incómodos do *llano* e da selva. Don Mauricio estava disposto a ceder-nos mapas e roteiros. Acabámos por sucumbir ao senso comum. Fizémos uma viagem pela Colômbia, em *flotas* saídas dos escritos de García Márques. Em Girardot, em *Tierra Caliente*, junto ao Magdalena, subimos ao *bus* de Pereira. Era um enorme Setra que rugia como um leão. A cabine do condutor, cheia de imagens, de estatuetas e de luzes, parecia a capela de uma missa negra. Reparei que, ao entrar no veículo, havia um tráfego excessivo de pesos. Faziam-se apostas. Três autocarros competiam por ser o primeiro a chegar ao destino. Eu deitei-me no assento, agarrado a uma garrafa de aguardente. Nós fomos os primeiros a chegar. Vinha agoniado de tantas curvas e travagens bruscas, imaginando os abismos que não cheguei a ver. Pereira, no eje cafetero, é uma cidade curiosa. É a única cidade que conheço onde se pede a uma senhora que faça o favor de se sentar e ela imediatamente se deita. E não é uma atoarda injustificada: é algo que realmente acontece. Ver para crer.

Depois, em Pereira, abordámos uma avioneta que nos levou a Medellín. Ismelda, fazendo o possível por não dar nas vistas, quis visitar não sei que parentes. Medellín pareceu-me uma cidade bonita e perigosa. Respirava-se violência no ar. Em 2010, com níveis de

agressividade inferiores ao dos anos 80, ainda foram assassinadas, em Medellín e na sua comuna, mais de 2.000 pessoas. De Medellín partimos para a costa. Chegámos a Cartagena uma hora antes de amanhecer. Sentámo-nos, encostados à parede da estação rodoviária. Passavam as primeiras *jardineras*, cheias de negros ainda ensonados. Fomos à fortaleza de San Felipe, onde Ismelda tinha um primo que geria uma loja de bugigangas. Visitámos o Corralito de Piedra e fomos tomar banho à praia de Bocagrande, onde uma negra opulenta nos vendeu fatias sumarentas de piña. Volvidos dois dias, pegámos num avião para Bogotá.

Ismelda quis ficar uns tempos em Colômbia. Eu não levantei objecções à sua decisão. Só lhe disse que tivesse muito cuidado, que poderia ser reconhecida, que tinha um passado comprometedor. Ela sorriu e encolheu os ombros. Despedimo-nos no aeroporto de Eldorado. O avião ia meio vazio. Adormeci. Acordei minutos antes da escala em San Juan de Puerto Rico. Saí para desentorpecer as pernas. Ao voltar, sentou-se a meu lado uma *puertorra* jovem e bonita. Muito loquaz e excessivamente descontraída, dava a impressão de estar pedrada. A impressão, passados uns minutos, deveio certeza. Viajava a Roterdão, para se casar com um holandês que tinha um restaurante e uma certa idade. Mostrou-me, imprudentemente, um enorme feixe de dólares que seu futuro marido lhe tinha mandado. Eu ouvia-a e olhava pela janela. O céu das Caraíbas estava coberto de estrelas. Tinha ali, ao alcance da mão, a minha Emanuelle, mas a imagem de Ismelda não me saía da cabeça. Quando chegámos a Madrid, a minha companheira, cujo nome já não recordo, parecia ainda mais “metida na broa”. Não tinha feito de balde, ao longo da noite, as suas viagens ao banheiro. Quando chegámos a Madrid, ela meteu conversa com dois *guardias civiles*. Eles, muito latinos, mostravam-se satisfeitos perante a afabilidade de aquela gaja tão boazona. De repente, para meu espanto, ela tirou da cabeça de um deles o tricórnio. Eu fiquei suspenso. Aquilo ia dar para o torto. Mas não aconteceu nada. Como se diz em Espanha, “*Más pueden dos tetas que dos carretas*”. Metemo-nos na escada rolante, para descer ao piso inferior. Ao sair ela tropeçou e espalhou-se ao comprido. Ficou ali, de pernas para o ar, enquadrada por dezenas de notas de cem dólares com a efígie de Benjamin Franklin, exibindo umas pernas maciças e umas cuequinhas cor-de-rosa, muito delicadas. Apanhei o papel do chão e devolvi-lho. Despedi-me e virei-lhe as costas. O pobre holandês não sabia bem a prenda que o destino lhe tinha concedido.

A casa de Póvoa Grande pareceu-me vazia. Demorei uns tempos a habituar-me à ausência de Ismelda. Ao abrir o roupeiro, esbarrava com as suas blusas, com as suas saias, com o seu odor. Na casa de banho ainda estava a sua escova de dentes, o seu baton, os seus boiões de creme. Tudo, a meu redor, testemunhava a sua presença. Durante uns dias pensei em meter-me num avião e ir até Bogotá. Cheguei à conclusão de que não valia a pena. Fiz

uma limpeza geral e condenei ao espaço estreito de umas caixas de sapatos todos os perfumes e enfeites de Ismelda. Ela não me devia nada. Entre nós não havia nenhum compromisso. Uma tarde ganhei ânimo e telefonei para o número de Bogotá que Ismelda me tinha dado. Atendeu-me uma senhora, já entrada em anos, com a voz quebrada. Que ela já não morava ali, que ignorava onde poderia estar. Resolvi tirá-la da cabeça. Embrenhei-me na leitura e na escrita. De quando em vez, aos fins de semana, encontrava uma companhia fugaz, num bar ou numa discoteca. Sentia-me mal ao acordar, de manhã, com um joelho em cima do ventre e um rosto, a meu lado, na almofada, que quase não reconhecia. Os dias, as semanas, os meses foram caindo do calendário. Pouco a pouco, a imagem de Ismelda foi-se diluindo.

Em 1989 fui passar o mês de julho a Cuba. Tinha curiosidade por conhecer *in situ* o feudo de Fidel. Alojiei-me no hotel *Biocaribe*, no sossegado *barrio Playa*. Meti conversa no *lounge* com um granadino que viajava sozinho. Jacinto Ayllón era um homem sério, casado, monógamo. A mulher, a braços com uma mãe devorada por uma doença terminal, tinha-o mandado para Cuba, pois tinha de se centrar devidamente nos seus deveres filiais. O meu reconhecido aplauso a uma mulher tão generosa. Trocámos umas palavras. Pareceu-me um bom homem. Pendurado de um apêndice ao longo de mais de trinta anos, não sabia lidar com a liberdade. Gostava de automóveis e ficou fascinado com todos aqueles Chevrolets, Buicks, Fords e Dodges dos anos 50. Fartei-me de lhes tirar fotografias. Uma noite fomos parar ao jardimzinho que está aos pés do Meliá Cohiba. Passámos por duas mulheres, uma muito jovem e outra mais madura, que estavam sentadas num banco. O semblante da mais nova chamou-me a atenção. Repousei nela o olhar. Era uma *cubiche* fresca e bonita, muito sumarenta, com um ar de castelhana tropicalizada. Era uma espécie de Lolita tropical, à espera do seu Humbert Humbert. Meti conversa. As nífulas exercem uma atracção malsã. A mais velha, que se chamava Isabel, mostrou-se logo receptiva e loquaz. Confessaram-se tia e sobrinha, mas eu, desde o princípio, vi com clareza que se tratava de mãe e filha. Eram a cara uma da outra. Passados cinco minutos já tínhamos decidido ir à *Marina Hemingway*. Mandámos parar um carro. Era um *Yugo Zastava* dos anos 70, muito maltratado. Em La Habana quase todos os automobilistas, com o intuito de ganhar uns dólares, se mostram dispostos a acarretar turistas de um lado a outro da cidade. Gostei do tom de voz do condutor. Perguntei-lhe como se chamava. “*Mi nombre es Lucho, pero todo el mundo me conoce por El Chino*”, respondeu. Era filho de uma cubana e de um chinês. O pai, um *balseiro* que tinha conseguido refugiar-se nos Estados Unidos, atravessando o Estreito de Florida, tinha-se desentendido completamente dele, embora estivesse bem na vida, com dois restaurantes e uma lavandaria abertos em Chicago. Chegados à Marina, Jacinto Ayllón convidou-nos para jantar. Eu não tinha fome e

deixei-me ficar com Lucho. Não há nada mais fácil que o convívio entre um cubano e um andaluz. Partilhamos o mesmo código e temos um sentido do humor muito afim. Entre Cádiz e La Habana houve sempre um comércio de coisas, de ideias e de sentimentos. O *cante de ida y vuelta*, sem ir mais longe. A rumba provém de uma colaboração fraterna. A rumba, dançada por uma gaditana ou uma habanera, é a redução da mulher a tudo o que está abaixo da sua cintura. A rumba gira à volta dos movimentos das ancas. É uma prima direita do samba, mas muito menos africanizada. Em Cuba, eu sentia-me em casa. Lucho quis que eu conhecesse a sua família. Fui ao restaurante e despedi-me de Jacinto. Ele estava feliz, paparicado pelas duas mulheres. Metemo-nos no carro e partimos. Ele morava com a mãe e as tias, na Ampliación de Almendares, num apartamento diminuto. As senhoras dependiam completamente do dinheiro que ele conseguia no seu trapicheo com os turistas. Falaram-me de Cuba.

— *Aqui no hay hambre, pero hay necesidad* —, disse-me D. Virtudes, a mãe de Lucho, enquanto me servia um café, muito açucarado. Antes do 59, a vida, para a maior parte dos cubanos, ainda era mais difícil.

— *A Fidel le debemos, por lo menos, dos cosas: la salud y la educación* — agregou.

Tía Marta interveio:

— *Y los negros le deben aún más. Cuando llegó Fidel, eran animales: ahora son personas.*

Quando os Russos estavam em Cuba, tudo era mais fácil. Até chocolate havia. Só uma ou duas marcas, mas nunca faltava chocolate. O *bloqueo* americano era responsável pelo empobrecimento da ilha e pela erosão do nível de vida.

Lucho levou-me depois ao Cerro, para conhecer uma das suas mulheres. Em San Salvador tivémos um furo. No carro não havia um pneu sobresselente. Estávamos ali, bem alta a noite, naquele fim de mundo. Enquanto Lucho estacionava o carro na berma, começaram a acender-se luzes nas casas vizinhas. Passados uns escassos minutos, havia uma boa dúzia de pessoas à nossa volta. Na mala do automóvel, Lucho guardava dois pacotes de leite e uma T-shirt. Entregou-os a um negrão. O homem foi-se embora e não tardou a reaparecer, fazendo rolar um velho pneu.

— Tens um macaco? — perguntei.

— Macaco?! — exclamou ele.

Cinco homens estavam a levantar o carro, como se fosse uma pena. Descobri então que grande parte da economia cubana não está monetarizada. Os cubanos sobrevivem devido ao seu magnífico sentido de entreajuda. São muito dados, obrigados pelas circunstâncias, ao

bartering, ao cambalacho. Despedimo-nos depois, com muitos apertos de mão e não poucos abraços.

Odalís era uma mulata clara, de olhos verdes e grandes. Pareceu-me., logo à primeira vista, uma mulher com carácter. Morava numa casa inacabada. Ia-lhe agregando quartos, à medida que encontrava cimento e tijolos. Tinha uma filha, de uns quatro anos, que tinha uma pneumonia vírica. Segundo Lucho, a afecção era provocada pelo facto de a criança, fruto de uma relação anterior, estar sempre a respirar as partículas de cimento e areia que flutuavam no ar, entremeadas na humidade do Trópico. Agora acabava de entrar numa crise. Levámo-la ao Hospital Pediátrico del Cerro. Foi logo atendida e medicada. A outra mulher de Lucho, a legítima, morava em Víbora, na Calle Veiga. Era basicamente branca, com umas gotas de sangue africano quase imperceptíveis. Tinha um corpo esplêndido. Era dançarina no Tropicana, em Marianao. Tinham-se conhecido, ainda adolescentes, no *Campamento de Pioneros José Martí* — a OPJM está inspirada nas organizações juvenis do *Konsomol* soviético —, perto da praia de Santa María. Dois dias depois de se conhecerem, Lucho disse-lhe, terminantemente:

— ¡Flora, tú te vas a casar conmigo!

E assim foi. Tinham duas filhas de rosto achinado, Rosa e Olay, de seis e quatro anos. Creio que Flora não sabia da existência de Odalís. Lucho visitava-as duas ou três vezes por semana, para lhes deixar alguns dos dólares ganhos com os turistas. Vivia para a mãe, para as tias, para as filhas, para as suas “mulheres”. Morava com as velhas, que eram as pessoas que ele verdadeiramente amava. A mim tirou-me dos roteiros turísticos usuais, que o regime trata de impor, e fez-me conhecer a verdade de La Habana. Nunca lhe poderei agradecer suficientemente tal dádiva. Sentávamo-nos, ao anoitecer, no Malecón, entretidos com uma garrafa de verdadeiro Havana Club, que se deslizava pela garganta como música líquida, e metidos em conversas inacabáveis com os transeuntes ocasionais. Assombrou-me o nível cultural do cubano médio, muito superior ao do europeu ou ao do norte-americano.

9

Quase por acaso, encontrei um caszinho, pintado de azul e branco, num areal do Oeste. Estava na orla do bosque, que rescendia a pinheiro e eucalipto. As ondas rebentavam à minha porta. Tinha uma sala ampla, com quatro janelas que davam ao mar, uma cozinha, um quarto, e uma casa de banho com uma sanita, um lavatório e um chuveiro. As ondas

embalavam os sonhos que eu não tinha. Para mim era uma situação desencontrada. Gostava da solidão, mas nunca me tinha interessado particularmente pela Natureza. Nunca tinha encontrado nela essa espiritualidade de que tanto se fala. Também tinha chegado à conclusão antimimética wildeana de que a Natureza imita a Arte. Vemos sempre a realidade projectada num ecrã dominado por operadores de formalização convencionais. A realidade é uma variável do ponto de vista. Vivemos num mundo de factos. E os factos são equívocos. Está John a perseguir Mary ou estarão ambos, muito simplesmente, a caminhar na mesma direcção, ele mais depressa do que ela? O acaso determina a escolha. Não temos uma imagem prévia do que queremos? Não perseguimos a ideia, como suporte da istidade. Perdendo-nos a nós mesmos, andamos excessivamente embrulhados com outros seres e com outras coisas, tombando numa inegável procacidade antropológica. Com isto, com este ou com esta. Ou todos juntos, numa inefável cama redonda. O indivíduo não precisa de tantos roces, de tanta erosão comunicativa. Vivemos agora a euforia da comunicação, embora pouco ou nada tenhamos que comunicar. O *facebook* é um armazém de estupidezes. Os nossos conhecidos crescem exponencialmente. Ter um amigo da alma em Xangai já é uma vulgaridade. E a massa, ignorante e desprevenida, sucumbe à atracção da minhoca depositada no anzol global. Com uma simples minhoca, apanham-se cardumes de peixes. Conheço uma boazona, já bem metida nos trinta, que aparece no *facebook* sempre metida no seu biquiní. A sua oferecida nudez é testemunho claro de uma falta de intimidade, sem que eu me queira meter minimamente com a manifesta intimidade psíquica da nádega. sobretudo porque nunca tive ocasião de entabular com ela (com a nudez da sua nádega) um contacto íntimo.

Os corpos, na sua opacidade, são barreiras insuperáveis. Não se pode ver através deles. Todo o nosso relacionamento com o outro está, sobretudo, baseado em suposições. Dividimo-los, intuitivamente, em géneros e em espécies. Entrar em contacto com uma pessoa exige que possamos fazer uma convencionalização mais ou menos fiel do seu comportamento. O alcance de tal formalização depende da eventual idiossincracia do eventual receptor. Veste sempre cores garridas → É um indivíduo alegre. A não ser que o tal indivíduo trate de compensar uma depressão. Ficou subalternizado o encontro pessoal, de carne e osso. Vivemos no seio de indícios teóricos que promovem uma abstracção dos sentidos, uma racionalidade sensorial. Só o encontro quantificado, que tem lugar num determinado enquadramento espaciotemporal, dá largas à operatividade dos sentidos. O tacto tem que incidir sobre uma pele determinada. Não se pode beber um líquido abstracto. Os sentidos, diferentemente dos conceitos, não se podem exprimir abstractamente. Os sentidos exigem um permanente *hic et nunc*. Um *hic et nunc* que nunca se repete, embora se reitere. Eu

vou todos os dias tomar o pequeno-almoço no café que está defronte da minha casa. Não tomo todos os dias o mesmo pequeno-almoço com a mesma disposição, na mesma mesa, mas reconheço-me no abstracto ‘tomar o pequeno almoço’, tantas vezes reiterado. ‘Tomar o pequeno-almoço’, que não é o “Eu vou todos os dias tomar o pequeno almoço”, que ainda não é o “Eu vou todos os dias tomar o pequeno-almoço no café que está defronte”, que ainda não é o “Eu vou todos os dias tomar o pequeno-almoço no café que está defronte de minha casa”, sobretudo tendo em conta que eu não tenho casa a que possa chamar minha. Um ‘Tomar o pequeno-almoço’ que não me dá uns bons ovos com bacon, bem à maneira inglesa. Se vivemos num mundo onde campeiam tais despropósitos, então eu vou retirar-me na solidão de um casalinho, pintado de azul e branco. Eu, realmente, procurava a Natureza para ler e escrever. A Natureza, que também é opaca, por mais espiritualidade que lhe queiramos infundir, apenas era o receptáculo condizente da minha actividade. Os Românticos, em euforia teísta, esgotaram a espiritualização da Natureza. Com o século XXI entramos numa etapa de absoluta desespiritualização. Agora, mergulhados em pleno ecocídio, só lidamos com coisas. Sentei-me a observar os maçaricos que se pousavam na areia molhada, contemplei, absorto, um por de sol no ocidente, fitei os olhos nos peixes que emergiam dos vagalhões, espargindo nuvens de espuma. Volvidos cinco minutos estava cansado. Reconhecia-me na minha alergia ao sentimentalismo. E estava a pensar no repouso natural de meus livros. Por vezes dava longos passeios pela praia. Voltava a casa com os pés encharcados, o corpo coberto de areia e o salitre incrustado na pele. Metia-me debaixo do chuveiro, vestia roupa limpa e seca. Entrava depois na corte daqueles homens antigos, que me recebiam de braços abertos, e me confessavam os seus pensamentos. As horas passavam sem que eu me desse conta do decorrer do tempo. Alheio ao tédio e à rotina, não temia então nem a pobreza nem a doença. Esquecia-me da morte. Naqueles momentos, eu era neles e eles eram em mim. Sentia-me então completo, livre dos episódios grotescos da vida, bafejado, talvez enganosamente, pelo hálito de uma dúbia eternidade.

No verão, ao fim da tarde, subia até à vila de Águas Mortas. O sol, no horizonte, despedia-se em fulgores alaranjados. Do mar soprava uma brisa salgada. Eu falava com um monte de gente que não conhecia, enquanto eles falavam comigo, com um *ele* cuja identidade ignoravam. Todos nós cabemos perfeitamente dentro da função que nos é atribuída. De uma determinada identidade profissional. Aquele tinha três filhos, o outro andava desempregado, havia quem se metesse nos copos; um deles andava com muletas, porque tinha partido uma perna num desastre de mota. Médico, bombeiro, arquitecto, padeiro, professor, político,

pedreiro, proxeneta. Mais do que pessoas somos funções. Eu fui logo aceite quando me declarei professor.

— Está bom, senhor professor?

Todos conheciam a minha profissão, mas poucos sabiam o meu nome. Ocupados em lidar permanentemente com funções, não nos prestamos a lidar com as pessoas, esmagados sob o peso do tempo e das circunstâncias. Estava a atingir a idade em que, na Póvoa, em vez de te dizerem “Está bom?”, ao entrar no café para tomar o pequeno-almoço, te soltam o condescendente “Está bonzinho?”. Eu gostava daquele contacto superficial, mecanizado, feito de amabilidade intranscendente que não atenta contra a tua intimidade. Arranjei um amigo. Era um sem-abrigo, de rabo de cavalo e barba branca. Passava o dia sentado no chão, na avenida marginal, olhando com displicência para o chapéu, onde raramente caíam algumas moedas. De vez em quando tirava a harmónica da algibeira e tocava umas modinhas. A maior parte dos transeuntes olhava-nos com um trejeito de desprezo e comiseração gravado no rosto. Outros deixavam cair uns cêntimos. Havia quem soltasse o “Vá trabalhar, que tem bom corpo para o fazer!”. Ao cair da tarde, ele explorava as traseiras de um armazém de electrodomésticos à procura de caixas de cartão, com as que compunha o seu efémero apartamento. Preferia as japonesas, que eram as mais sólidas. Fazia com elas casas de cartão de três assoalhadas, casas que lhe duravam todo o verão. O inverno era outra coisa. Havia que procurar abrigo, Vivia resguardado numa indiferença estóica. Nunca falava do passado. Nem do futuro. Eu sentava-me com ele, partilhando a sua digna mendicidade e o ohar reprobatório dos transeuntes. Era um tipo inteligente. Tão inteligente que quase não precisava de falar. Sabia perfeitamente que já tudo tinha sido dito. Uma tarde, vendo que umas nuvens de chumbo ameaçavam chuva, convidei-o a ficar em casa. Rejeitou o meu convite. “Estou bem onde estou”, disse. E depois agregou: “Estamos tramados! “ Nem sequer fiquei surpreendido. Eram coisas do azar, do azar objectivo. Não lhe disse nada, mas reconheci o velho Gastão. Era o mesmo rabo de cavalo, já encanecido, potenciado agora por um brinco pós-modernista. Génio e figura até à sepultura.

Uma manhã, quando dava um passeio indolente por Águas Mortas, entrei numa boutique. Estava no limite da vila, aberta a uma estrada que ia para longe. Havia lá uma brasileira que orçava pelos trinta, toda ela carne e sorrisos. Tinha uns dentes riosamente brancos, uns olhos malévolos, umas pernas longas e uma boca carnuda, que revelava uma pontinha de africanidade. Entre as ancas, a cintura, o peito e as nádegas havia uma perversa aliança, muito agressiva. Era um animal bonito e jovial. Não precisava para nada de ser excessivamente inteligente. Tinha inteligência suficiente para se dar bem com a realidade. O

rir, nela, era sintoma de saúde. Ria como respirava, naturalmente, sem precisar de razões para se desatar em casquinadas joviais. O que havia mais de real nela era o seu corpo. Apetecia comê-lo, como quem come uma sanduíche, mas sabia-se de antemão que não ia deixar outro tipo de marcas. Sabia bem, como qualquer sanduíche de qualidade. Ninguém fica condicionado por uma sanduíche, a não ser que seja a sanduíche platónica. A sanduíche que não está à venda. Eu sentia-me como quem, num bom restaurante, espera impaciente que lhe depositem o formoso bife no prato. Depois de o devorar, satisfeito, esquecê-lo-ia. Quantos bifos, em restaurantes de maior ou menor qualidade, come uma pessoa ao longo da vida, sempre que gostar de carne! Eu não precisava de metafísica, mas sim de aspirina. Convidei-a para jantar. Um bom bife, não sei se *tártaro* se *au poivre*. Ia-lhe acendendo os instintos com palavras, umas vezes doces, outras agressivas, numa proliferação sábia de inuendos. Via como ela se ia rendendo, vergada sob o ritmo que eu lhe marcava. Muito sábia e malévola, ela ia carregando todos os momentos de amáveis premonições. Caminhámos depois, já noite fechada, pela orla da praia. Ela tirou os sapatos e arregaçou a saia para chapinhar nas poças de água. Era como uma gazela a tomar banho no rio. A roupa, molhada, cingia-se às sinuosidades do seu corpo, despoletando a contundência das coxas e o baluarte tépido dos peitos. Era, muito saudavelmente, mais carne que espírito. A brisa ramalhava nas copas das árvores. Ela agarrou-se ao meu braço, sem biocos de cerimónia. Já em casa, sentámo-nos um defronte do outro. Depois de um par de copos, propus-lhe um jogo inofensivo. Cada um de nós iria tirando uma peça de roupa ou um adorno. Ela começou por desfazer-se de um brinco. Eu tirei um sapato. Ela tirou o outro brinco. Eu, uma peúga. Ela, a pulseira. Eu, o relógio. Pouco a pouco, o seu corpo ia-se revelando. Era uma emoção parecida à do descobridor, quando avista finalmente terra. Ela, finalmente, despojou-se da blusa, libertando a enxurrada dos seios. De repente o seu corpo revelou-se, radiosamente nu. O corpo pelo corpo, num corpo a corpo. Pela janela entrava a lua, coada por entre os dosséis das trepadeiras. Havia uma brisa que brincava com os reposteiros. As ondas compunham a sua sinfonia. Acabámos na cama, muito entrelaçados, dando largas aos sentidos, sem para isso precisarmos de nos envolver em promiscuidades “espirituais”. Depois, muito satisfeitos, adormecemos de papo acima. Era uma relação muito profunda, arreigada na sua perfeita superficialidade, como todas as relações sensatas. Ela não se condoía dos meus desgostos e eu não tratava de me solidarizar com as suas frustrações. Letícia, por dá lá aquela palha, espirrava grandes gargalhadas. Nela, a alegria era o reflexo imediato da saúde. Era feliz, sem saber por quê nem para quê. Era feliz porque os seus sentidos eram felizes. Eram coisas do seu metabolismo. Ria. Ria simplesmente. O meu temperamento meditabundo e reservado precisava daquela

compensação. Decorreram alguns meses. Uma tarde Letícia, muito sorridente, apareceu em casa. Fitou os olhos no meu rosto, acariciou o ventre, e disse:

— Você tem a culpa do que eu levo aqui. Vai-se chamar Jacinto, como meu pai!

Tico veio ao mundo em junho de 1995, uns meses antes da tomada de posse do XIII Governo Constitucional. Era um rapagão bonito e simpático. Tinha um apetite devorador. Enquanto eu lia, sentado à minha mesa de trabalho, ele, placidamente deitado no berço, fitava os olhos no meu rosto e sorria. Pouco vocacionado para as angústias metafísicas, tinha o feitio bem-disposto e *terre à terre* da mãe. Eu ficava com ele ao longo do dia, enquanto Letícia trabalhava. Fui-me tornando experto em biberões e em mudanças de fraldas. Tico depressa começou a gatinhar. E, de um momento para o outro, pôs-se de pé e começou a andar. E não tardou a pronunciar umas palavras, com a sua língua de trapo. Tinha de estar continuamente de olho nele porque, sempre que encontrava uma aberta, fugia de casa. Voltava com conchas, algas, formigas, búzios, caruma, seixos, pinhas e gafanhotos. O seu mundo ia da orla do bosque à língua de areia onde as ondas rebentavam. Eu levava-o às cavalitas em longos passeios pela praia. Satisfazendo a sua constante curiosidade, ia-lhe ensinando o nome das coisas.

Três vezes por semana pegava no carro e ia até Loures, para dar as minhas aulas. Os estudantes, nascidos na era digital, tinham grande dificuldade em aceder ao estudo das humanidades. Num mundo dominado pela razão instrumental, ocupada em atingir um alvo sem se preocupar com o “valor” do empreendimento, que tanto pode chegar ao descobrimento da penicilina como ao da fissão nuclear, com a sua medonha reacção exotérmica, já quase não havia lugar para a teoria, para a contemplação desinteressada tão importante para Pitágoras, Aristóteles e Plotino. Mozart? *Delete*. Boyancé? *Save*. James Joyce? *Delete*. Dan Brown? *Save*. Os valores estéticos, morais e culturais eram descuidados. Enchia-se a cabeça dos estudantes de dados, mas já ninguém se ocupava da sua formação (*Bildung*). Já não havia *touchstones*. Quem queria escrever, na minha geração, queria ser um Faulkner, um Hemingway, um Joyce. Hoje em dia, o escritor incipiente não dispõe de modelos. Só poderá ser a entidade formatada que é. À formação sucedeu a formatação. Numa ilustre e secular universidade inglesa, um especialista em Paulo Coelho é beneficiado com uma *chair*, em desdouro de um competente estudioso da épica renascentista. Já não há capacidade de discriminação. Vergílio é suplantado por D. Filismina das Neves. Os critérios de qualidade caem por terra. A descanonização da cultura humanística ainda não rendeu um cânone alternativo. Como pensava a pomba de Kant, poderemos supostamente voar melhor no vazio, ao não encontrar a resistência do ar. “*Se equivocó la paloma, se equivocaba*”. As

democracias ocidentais eliminaram praticamente o analfabetismo, mas não conseguiram livrar o cidadão de uma endémica iliteracia cultural. Quando lê, o homem ocidental lê revistas e jornais. Os estudantes já não manifestam grande interesse pelos monumentos literários tradicionais que o sistema, levado pela inércia, ainda lhes impõe. Já não vibram com a leitura de Shakespeare, de Cervantes, de Horácio. A problemática que tais livros despertava parece-lhes supérflua, indigesta. A aquisição de uma suficiente enciclopédia cultural revelava-se muito trabalhosa. Agora a cultura da diferença, em nome de uma disforme originalidade, anula a da homogeneidade. O valor, antes estável e permanente, do abstracto, do geral, do universal é rejeitado em nome de tudo o que é concreto, específico, particular, provisório, contingente, mutável. E até inútil. A vida, agora, é outra coisa. Devém a vivência de uma multiplicidade de experiências que não precisa de ser sintetizada. A acumulação vem substituir a assimilação. Os estudantes têm mais interesse pelos documentos que pelos monumentos. Tratam de manobrar e consumir as coisas, em vez de encontrar razões para elas. Mostram-se arredios à desinteressada contemplação teórica. Absorvem, quando muito, técnicas “científicas” de análise. Assimilam, no melhor dos casos, uma filologia “restrita”. A multiplicidade de experiências que a realidade lhes oferece, real e virtualmente, numa multiplicidade desencontrada de estímulos, para eles qualitativamente indistinguíveis, dificulta a concentração persistente. E a selecção. Vivem presos ao imediato e ao efémero. Numa grande volatilidade, deixam-se tentar por tudo, sem realmente se concentrarem em nada. Perseguem mais a extensão que a intensão. Acumulam experiências, sem terem capacidade para explorar devidamente cada uma delas. E para as qualificar. A leitura, as mais das vezes, sobretudo quando tem como objecto a longa e indigesta obra canónica, não é para eles um prazer, mas sim uma tarefa imposta, indispensável para conseguir a licenciatura. Vítimas do excesso de dados que lhes são acessíveis, só com carregar num botão, fazem-se com ilhotes de informação que não sabem como integrar num arquipélago. E ainda menos num continente. Arreigados no *concretum*, têm uma grande dificuldade em lidar com a abstracção, em submeter o particular ao geral. Absorvem factos, mas não querem saber nada das ideias. Está-se a passar decididamente da modernidade à pós-modernidade, do humanismo ao pós-humanismo. Começa-se a chegar à conclusão de que as esferas da totalitarização estão eivadas de contradições. Cai-se na consciência da indeterminação linguística, no descentramento e fragmentação da noção de *self*, na atenuação da fé nas metanarrativas, no declínio da dependência no racionalismo. Tal crise não se reflecte nas universidades da Póvoa, cujos *curricula* se arrastam por inércia. Ninguém interroga o sistema estabelecido. Os estudantes andam desorientados. Os programas que lhes são impostos não

respondem às suas exigências existenciais. É como se os tirassem das suas casas suburbanas para os mandar viver num museu. Eu, que sempre pensei ter uma mentalidade aberta, não consigo compreendê-los. É o tal *generation gap* de que tanto se fala. Apesar do meu cepticismo, promotor de um relativismo que me é endémico, eu creio ter uma estratégia existencial esteada num núcleo de valores humanistas. Além de estar, eu procuro ser. Fico, talvez erroneamente, com a impressão de que os meus estudantes se contentam só com estar. Como se pode ensinar Crítica Literária a quem é radicalmente deficiente em espírito crítico?

— Professor, as coisas são o que são. Por que é que as torna tão difíceis?

Os especialistas falam da crise das Humanidades e da “Universidade em ruínas”. Está-se a entrar decididamente na era pós-humanista. Já não vale o tradicional “*The proper study of mankind is man*”. Tendo perdido o interesse em si mesmo, a confiança numa ilusória intimidade, o homem pós-humanista não deixa por isso de ser empreendedor. Tal posicionamento é, por um lado, saudável, porque acaba de uma vez com a mórbida tendência à instrospecção herdada do Cristianismo, mas, pelo outro, ao decapitar a “intimidade”, leva a uma “desespiritualização” excessiva. O humanismo só terá sido uma determinada convencionalização, historicamente superada. Superada por uma desconvenção que ainda não rendeu uma nova convenção. Estamos em terra de ninguém, num espaço sombriamente descampado. Já ninguém invoca Aristóteles, Cícero e Plutarco. O homem começa a construir-se à imagem e semelhança da Inteligência Artificial. E a medir-se com ela. A 11 de maio de 1997, Gary Kasparov, o campeão do mundo de xadrez, foi derrotado pelo computador Deep Blue, acabando por reconhecer no seu adversário uma certa “criatividade”. Não tardaríamos a enamorar-nos de um computador. A dependência cibernética começa a estar enraizada. À falta de parceiro, sempre se poderá adquirir um computador e tê-lo como interlocutor válido. Estamos a um passo de atravessar o limiar de um futuro pós-biológico, no qual as máquinas inteligentes bem poderão ser os nossos descendentes evolucionários. Não haverá então limites rígidos que separem o humano do não-humano. O antropocentrismo helénico, reforçado no Renascimento, está a ser desbancado por uma “religião” tecnocêntrica. A tecnologia é o nosso novo Deus. Estamos na era das bombas inteligentes, dos drones, do Viagra e do Prozac, da engenharia genética, do turismo smart e da TV satélite. A civilização e a tecnologia confundem-se. E é assustador pensar que ainda só estamos na Idade de Pedra da Era Digital. Hoje em dia o ciborgue ergue-se como figura icónica da cultura *pop*. Situada no limiar da era pós-humanista, a consciência humana já não é objecto de indagação filosófica, já que as questões tradicionalmente abrangidas pela ontologia e pela epistemologia foram deslocadas por uma abordagem meramente funcional. Os processos cognitivos tornaram-se

apenas operações similares às efectuadas pela inteligência artificial, começando a revelar-se como meros operadores sintácticos semelhantes aos que desenvolvem os computadores e devindo epifenómenos das operações desenvolvidas pelas máquinas. Os paradigmas culturais são, bem vistas as coisas, programas de *software* que nos limitam e determinam desde o nascimento até à morte. Por outra parte, seguindo os avanços das neurociências, os ideais elevados da humanidade (nobreza, virtude, espírito, confiança, fé, solidariedade, justiça) são agora explicados em termos de *feedback loops*, de assembleias neuronais, de reacções químicas, de estimulação do córtex pré-frontal. No meio de toda esta confusão, os Estudos Culturais (*Cultural Studies*), que abarcam mais do que podem abraçar, vêm substituir o tradicional estudo das humanidades, de estirpe filológica, que se vai arrastando por inércia. A nossa “cultura”, especializada na análise, perdeu toda e qualquer capacidade de síntese.

Nos anos 90, a promessa igualitária da democracia, que enfatizava a justiça social, começou a ver-se comprometida. Nos meios de comunicação apareciam, com frequência desusada, termos como corrupção, suborno, peculato, abuso de autoridade, prevaricação, burla, falsificação, evasão fiscal. O doutorzeco, filho de pé-descalço, agora metido a político, apanhava o rabo à empregada opulenta, e, deixando ficar a mão no agradável e cálido repouso das nádegas, dizia, muito convencido:

—Tudo isto é nosso!

Tendo detrás um partido, podia-se chegar a ser um tipo muito importante. E a ganhar uma certa impunidade. Ia-se às instituições, algumas delas geridas pelo Estado, arrebanhar crianças para orgias. Os negócios de submarinos davam grandes margens de lucro. Tínhamos um exército encarregado da Defesa Nacional, com quase mais oficiais que praças, sem ter em conta que os nossos vizinhos, Espanha (135.000 soldados) e Marrocos (175.000 soldados), que multiplicavam por quatro as nossas forças armadas, nos devorariam, se assim o quisessem, num abrir e fechar de olhos. Tudo o resto era mar e distância. De quem é que nos estávamos a defender? Dada a nossa insignificância, só poderíamos depender de alianças. Não poderíamos extinguir o exército, como, no dia 1 de Dezembro de 1948, que se celebra solenemente como *Dia de la Abolición del Ejército*, fez, em Costa Rica, depois de uma guerra civil, o Presidente José Figueres Ferrer, substituindo-o por uma guarda nacional, encarregada de manter a ordem? O orçamento que antes se dedicava às forças armadas é agora destinado à segurança, à saúde, à educação, à cultura. Simbolicamente, o Museo Nacional de Costa Rica foi instalado no Cuartel Bellavista. E Costa Rica não voltou a envolver-se numa guerra civil. E, afirmando constitucionalmente a sua permanente neutralidade, não por isso se viu embrulhada em quaisquer conflitos bélicos. Esta solução, na Póvoa, tinha uma resposta

imediatamente: Então não éramos, muito anacronicamente, a “guerreira gente”, herdeira de Duarte de Almeida, de Albuquerque “Terribil” e de Castro “forte”! Pobre do país que nunca aprendeu a esquecer!

Na Póvoa sucediam-se os escândalos. O poder e a corrupção andavam de braço dado. Bastava passar os olhos pelas gordas dos jornais. Seis polícias presos por corrupção; o Presidente da Câmara de Frossos indiciado por prevaricação; o gestor da empresa X acusado de evasão fiscal, foge para o Brasil. E, durante o seu exílio, continua a receber pontualmente o ordenado que lhe (não) corresponde. Sucediavam-se os apitos dourados, as faces ocultas, os sacos azuis, os furacões, as covas da Beira, os remédios santos, os labirintos. E agora, para a aristocracia política, os marqueses. Tudo levava a crer que, quando estavam envolvidas personalidades ou grupos cimeiros, os poderes legislativo, judicial e executivo, quase sempre instalados na mesma classe e pendurados dos mesmos interesses, se entendiam sub-repticiamente. Tratava-se de enriquecer. Os políticos governavam o país, não para o desenvolverem, mas para enriquecerem. A política era um meio de promoção pessoal. E de açambarcamento de bens. A democracia devinha uma cleptocracia. Havia dúbias contas chorudas nos paraísos fiscais. Continuava-se a praticar a endémica *Arte de Furtar*. Tinha-se a impressão de que as pessoas importantes, diferentemente do cidadão comum, não caíam sob a alçada da justiça. Inicialmente condenadas, andavam de recurso em recurso, até que, com a extinção dos apelos, esgotados os prazos, se extinguia também a sua responsabilidade. O indiciado, enquanto não concluía o processo, guindava-se a Presidente da Câmara. À aristocracia de sangue de outrora sucedia a oligarquia plutocrática, embora vestida por vezes de socialismo. De um pretense socialismo que tinha de transigir com uma economia transnacional que promovia o domínio do mercado. Nos partidos, sob a capa de uma ideologia de igualdade democrática, instalava-se a cleptocracia. Não era o roubo tipo passa pra cá a carteira das ruas da Póvoa Grande, que poderá dar uns anos de cadeia embora só renda, no melhor dos casos, cem ou duzentos euros. Era um roubo, de luva branca e gravata de seda, protagonizado por indivíduos que, em competição aberta com a Guimarães, calçavam sapatos de oitocentos dólares, um desvio que se traduzia em milhões, rapidamente depositados em paraísos fiscais, em contas *offshore*. O capitalismo industrial cedia o seu lugar ao capitalismo transnacional dos agiotas e dos especuladores. Proliferavam as operações financeiras, carentes de um sólido alicerce empírico. Entrava-se no âmbito desconhecido e arriscado da economia especulativa. Estávamos, num mundo persistentemente virtual, a actualizar a troca de bens virtuais, como se estivéssemos envolvidos num jogo de internet. O *internet game* confundia-

se com a realidade e tornava a realidade confusa. E por vezes substituía-a. Esquecíamos-nos de que a vida, sendo um jogo, é um jogo muito sério. Não temos outra coisa.

A nível colectivo, a internacionalização do capital comprometia o exercício da soberania por parte da Nação-Estado, que ganhava um carácter meramente putativo. Muitas das nações independentes tinham-se transformado em protectorados financeiros. As decisões estavam condicionadas por operadores económicos transnacionais, cujos centros de gravidade estavam sempre situados fora dos países mais débeis. As nossas decisões tomavam-se em Nova Iorque, em Berlim, em Bruxelas, em Estrasburgo, em Hong Kong e em Singapura. O capital financeiro tinha excedido largamente a “Europe des patries”. Era um poder paralelo, que agora se impunha descaradamente. A economia sobrepunha-se à política. O neoliberalismo imposto colidia frontalmente com as aspirações do Estado social. A UE, bem vistas as coisas, era uma primeira tentativa de globalização. De globalização regional, submetida a orientações neoliberais. A soberania da Nação-Estado, sobretudo a do Estado periférico, via-se comprometida. E agora, em Europa, quem de verdade manda é Alemanha. Uma Alemanha que, tendo aparentemente abandonado a sua obsessão com o poder (*Machtversessenheit*) para tombar aparentemente na omissão do poder (*Machtvergessenheit*), impõe respeito, embora, senhora de recursos muito mais sofisticados, já não precise de amedrontar a Europa com o estrondo das botas ferradas da sua *Wehrmacht*. Parece que Hitler, desmilitarizado, se disfarça agora de economista. Ou de gestor financeiro. Alemanha tem música, filosofia, arte. E, ainda por cima, é uma potência industrial de primeira ordem. E exhibe agora uma agressividade descomedida, embora solapada, que, sem para isso precisar de os conquistar, já condenou os países periféricos do continente à condição de territórios neocoloniais. Tudo leva a pensar que na Europa se está a desenhar um evidente intracolonialismo. E o gestor só poderá ser Alemanha, porque França revela muitas fragilidades. Os seis países fundadores passaram, em 1995, a 15. Em 2004, a vinte e cinco. Agora, com a adesão da Croácia, já são vinte e oito. Até se fala da adesão da Turquia, cuja população, na sua esmagadora maioria, é nominalmente muçulmana, apesar de vindicar um “Islamismo moderado”. Pode a Europa, cuja identidade está cimentada nos valores do Cristianismo, embora em grande parte laicizados, aceitar no seu seio, sobretudo depois da guerra civilizacional latente depois do 9/11, quase 80 milhões de muçulmanos? Pode a cultura islâmica integrar-se, sem mais nem menos, na cultura ocidental? É preciso ter em conta que, na Península, durante séculos, sempre nos mobilizámos ao grito de “*¡Que viene el Turco!*”. A Turquia nunca foi Europa, embora por lá andasse, numa secular ânsia de conquista.

A desigualdade, em Europa, é patente. Nos países nórdicos residem o *know how* e o capital. Quando, nos países periféricos, massa proletária a ser convenientemente explorada, os salários estiverem à altura dos das Filipinas ou da Indonésia, já se poderá ser plenamente europeu, sem ter que apelar à deslocalização. Somos, se o projecto vingar, o subúrbio proletário de Europa, o viveiro de mão-de-obra barata. Sobretudo nos países periféricos, o cidadão comum, não poucas vezes analfabeto funcional, que só tem como fonte de receitas a força dos seus braços, fica marginalizado. E diminuído. Enquanto o magnate floresce, o proletário limita-se a sobreviver, dispondo apenas dos recursos conducentes à reprodução da sua capacidade de trabalho. Nalguns países ocidentais o desemprego, que vai ganhando um carácter estrutural, chega a comprometer tal sobrevivência. E para o iludir, quando é caso disso, dão-lhe, fecundando imprudentemente o seu endividamento, telefones portáteis, carros utilitários de segunda ou terceira mão, subsídio de férias, apartamentos modestos, equipamentos de som mais ou menos sofisticados, fins de semana na praia, plasmas de 42 polegadas, roupinha de marca mais ou menos martelada. Por outro lado, há indivíduos, nos países periféricos, que ganham mais de cem ou mil vezes o irrisório e escandaloso salário mínimo. Esa coisa de rendimento *per capita*, dada a desigualdade das retribuições, não tem qualquer significado. Os quatro indivíduos mais adinheirados da Póvoa concentram em suas mãos mais de 10% da riqueza do país. É incrível a capacidade que o cidadão da Póvoa, sem se sublevar contra as suas carências endémicas, tem para tomar as coisas com paciência e resignação. Na Póvoa, o incauto e ignorante cidadão, afeito a séculos de exploração e passividade, resolve tudo com o “É a vida!” e o “Haja saúde!”, enquanto o magnate e o político, que quando têm problemas de saúde acudem à Clínica Mayo, com o seu atendimento personalizado, e não aos hospitais multitudinários cujos corredores estão entupidos por uma sucessão de macas, acumulam dinheiro nos paraísos fiscais e não param de adquirir mansões luxuosas em Londres, em Paris, em Miami, em Marbella, em St. Moritz, em Nova Iorque. É o “É a (boa) vida!” do magnate e do político, pronunciada à beira de uma piscina, orlada por magotes de modelos em *topless*, na qual flui o champanhe e vogam milhares de langostas. Há vidas e vidas! Não se pode confundir a vida com a boa vida. Há um velho executivo, rodeado por um rebanho de *starlettes*, e por não poucas *nynphettes*, de acordo com a receita de Nabukov e de Berlusconi, que o lambem por todos os lados e o banham em champanhe. E, enquanto uma massagista tailandesa lhes barra as costas de creme, lá vão aqueles seres privilegiados engrossando as suas contas nos paraísos fiscais, não poucas vezes com dinheiro subtraído das arcas públicas às que acedem com um simple clique no teclado dos seus computadores. *Enter*. E lá entra o dinheiro. Nas democracias nórdicas, tais excessos são mais

controlados, mas no Sul, curiosamente nos países tradicionalmente católicos, as extorsões e os atropelamentos são descomedidos. A corrupção está solidamente entranhada no tecido social. O cidadão comum não dispõe de canais pelos quais expressar a sua insatisfação. O próprio sistema democrático já caiu em pleno descrédito. Os cidadãos, quando o fazem, votam de má vontade. O político, que só trata de se “abotoar”, já não lhes merece qualquer confiança. Trata-se de escolher o menos mau. “*El hombre promete, hasta que la mete*”, dizem os espanhóis. E, no nosso caso, tudo resulta mais doloroso, porque nem sequer nos são dados os meios para adquirir a pertinente vaselina. É por isso que eu só me fio da minha piça, porque é a única que não me pode enrabar.

A entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em 1993, transformou a CEE na União Europeia. Em 1995 é criada a Eurozona, na qual circula uma moeda comum. Hoje em dia há catorze biliões de notas e noventa e três biliões de moedas de euro em circulação. A integração começa a revelar as desigualdades existentes entre os membros da UE, entre os ricos do Norte e os pobres do Sul, sujeitos estes últimos a um endividamento estrutural. No caso da Póvoa, a questão do endividamento, que a UE trata de limitar, agrava-se graças a uma improdutividade confrangedora. E a uma não menos confrangedora incompetência. Em certos aspectos, estamos mais perto do Terceiro Mundo que dos países desenvolvidos, situação que é encoberta pela retórica oficial, que invoca sistematicamente o passado, supostamente glorioso, para encapotar a indigna inópia do presente. As nossas inovações políticas não são o resultado de um desenvolvimento orgânico. Nunca fizemos uma revolução industrial. E, provavelmente, nem sequer passámos por uma verdadeira revolução burguesa. Importamos tecnologia, ideias e constituições, mas não temos capacidade para as criar *ab ovo*, sempre dependentes de patentes estrangeiras. Fala-se do “sector automobilístico” povoense, quando a única coisa que fazemos é montar automóveis que outros projectaram e construíram. Eles inventam o jogo. Nós aprendemos a jogá-lo, sempre com peças alheias, carentes de capacidade para inventar uma alternativa. Servem-nos os restos dos manjares digeridos pelos países ricos. Estamos no chão, a apanhar as migalhas, sempre à espera do investimento estrangeiro. Como na era pré-industrial, ainda vivemos agarrados às conservas, ao vinho, ao azeite, à cortiça, à sardinha, à pera Rocha. E, como inovação suprema, aos magníficos sapatos que fabricamos. Quase tudo o que nos põe no século XXI é importado. Os plasmas, os automóveis, os computadores, os telefones, as máquinas de lavar a roupa e a loiça. Até o bacalhau. A nossa especialidade industrial é a “montagem”, a ensamblagem, sempre de acordo com instruções forjadas na estranja. Mesmo assim, para alguns, a Póvoa, ainda há bem pouco tempo, era um “oásis”. A bem dizer, quando se fazia irresponsavelmente tal afirmação,

já estávamos a entrar numa medonha regressão. Agora temos de enveredar pela “austeridade”, durante uns tempos, para encurtar o défice, diminuir a dívida externa e equilibrar a balança de pagamentos, sem ter em conta que, para a maior parte da população da Póvoa, a austeridade e o desequilíbrio orçamental são vivências endémicas. Depois, equilibradas as contas e diminuída a dívida pública, para não falar da privada, assegura-se que virá o crescimento económico. Desde quando é que os anões podem crescer?! O PIB de Alemanha ronda os 3.139 biliões de euros, o de França, os 2.246, o do Reino Unido, os 2.290, o de Espanha, vai um pouco além dos 1.432. Nós ficamos nos 252, acima do nível de Irlanda (184), que tem metade dos habitantes da Póvoa. Só os países solenemente pobres da UE, como Bulgária (102), Eslovénia (59) e Letónia (35), ficam abaixo de nós. Somos um bairro baixo da Europa, um dos integrantes do seu cinturão de pobreza. Somos um país no qual 1,2% dos clientes da banca detêm 41,5 % do total das poupanças em forma de depósitos, sem ter em conta o que tais privilegiados poderão colocar, clandestinamente, a nome da sogra ou da cunhada ou nos tão badalados paraísos fiscais. Tais privilegiados tornaram-se inimigos reais do interesse comum. Indicar o lugar que tais seres excepcionais ocupam no tecido social é apontar, imediatamente, para o humor maligno que, no corpo de um enfermo, o mina e atormenta. Bem vistas as coisas, o que está a dar-se é o retorno à nossa inópia endémica, sem que nem sequer nos reste o recurso secular de apelarmos a uma entranhavelmente suposta grandeza imperial, que, tendo sido narrada em diapasão épico, sempre teve muito de imaginária. Temos de reaprender a ser pobres, mas corremos o risco de tombar na miséria. Na miséria sórdida, imunda, obscena.

Até certo ponto, poder-se-á dizer que, depois de 1640, a Póvoa viveu fora da história. Ou melhor, viveu dentro de uma História emprestada. Vivemos ao ritmo marcado pelos outros, como o urso dança ao compasso do pandeiro do feirante. Transcrevo um trecho de Oliveira Martins, escrito em 1894, que, *mutatis mutandis*, assenta que nem uma luva ao que hoje está a acontecer:

“Ao lado das ruínas da sociedade velha, derruídas pelos golpes dos legisladores, formavam as ruínas nascidas espontaneamente com o estalar sucessivo das molas sociais. Era o tesouro falido, a bancarota do papel moeda, os juros da dívida por pagar, os campos incultos, a propriedade sem valor, a mendicidade universal, e como comentário e consequência da agitação febril das revoltas, o comunismo burocrático substituindo o antigo comunismo monástico; o caldo das secretarias, distribuído pelos Governos, como o caldo das portarias o fora outrora pelas comunidades. [...] O utilitarismo substituíra-se à religiosidade e à pompa; mas no fundo, para a fisiologia social, era o mesmo: uma sociedade vivendo de recursos estranhos ou anormais e não do fruto do seu trabalho e economia.

Porque enquanto o cenário do fomento dava a Portugal a aparência de um país rico, o facto é que a balança económica, principalmente expressa pelos algarismos do comércio externo, acusava um défice sempre crescente e de alcance inverosímil quase. Como se sustentava, pois, o castelo português? De um modo simples: 1º suprimindo a escassez do trabalho interno pelos subsídios oficiais, salariando à

ociosidade e pagando-a com o produto dos empréstimos; 2º saldando anualmente a conta económica da Nação com a exportação de gado humano, exportação que não trazia a Portugal, em média, menos de três milhões esterlinos ao ano, senão mais.

A anormalidade destes meios com que se mantinha o aspecto de uma fortuna enganadora, não era segredo para ninguém mediocrementemente instruído; mas, como a grande maioria da gente dirigente vivia dessa própria anormalidade, muitas opiniões interessadamente equívocas faziam coro com a opinião obscura da maioria não-pensante. O S. Martinho convinha a todos, e os cépticos abordoavam-se ao rifão. Enquanto o pau vai e vem folgam as costas”.

10

Letícia começou a perder interesse por mim. Andava distraída. Era uma mulher que vivia pela boca, pelo tacto, pelos olhos, pelos ouvidos. Era uma máquina sensorial muito bem construída, que tinha a saúde suprema de não interiorizar. Ia onde os sentidos a levavam. Quando os sentidos se erguiam, interiorizava. Se os sentidos se acanhavam, ela deixava de ter interioridade. Afundava-se então na frouxidão e no desmazelo. Andava de chinelas pela casa, de roupão, como alma penada. A sua intimidade só se alimentava de sensações imediatas. Quando os seus sentidos esmoreciam, era como se o mar, agitado por uma tempestade, amainasse, numa calmaria podre. O vento, que antes soprava tempestuoso, encolhia-se, paralizava-se. Observei, ao longo de uns dias, as suas crises de alheamento, o seu rir forçado, de má actriz, a sua indiferença, a sua dessídia. Os sentidos não mentem. Isaura nem sabia fingir nem dissimular. Tinha-se, pura e simplesmente, desentendido. Já não me sentia. Já não me procurava. Tinha-se extinguido o *bolero*. Talvez quisesse reavivar o seu desejo. Mas não conseguia ressuscitá-lo, porque estava malhar em ferro frio. Quando eu a fitava nos rosto, ela desviava o olhar. Abria espaços, avisando-me. A conclusão era óbvia. Tinha encontrado outro estímulo. A sua opção veio ao encontro dos meus desejos. Queria livrar-me dela, mas sem sujar as mãos. Queria um desencontro pactuado, muito civilizado. Eu gostava de estar com ela duas ou três horas. De procurar no seu corpo o conhecimento que é anterior ao exercício da razão. Isaura era, permanentemente, o que eu só podia ser em momentos contados. Depois o convívio tornava-se difícil. Ela cantava e ria; eu refugiava-me num canto, a ler livros pesados, depois de me perder no seu suor e no seu sexo. Ao princípio, ela debateu-se entre o servilismo e a indiferença. Como tantas mulheres latino-americanas, precisava de um homem que fosse simultaneamente pai e amante. A maneira como ela arrumava as vivências na consciência era muito convencional. De uma convencionalidade primária. Tinha uma sensibilidade de telenovela da *Globo* ou da *Televisa* mexicana. Para ela, a vida devia desenrolar-se em ritmo de bolero. Ou de son.

*Mamá yo quiero saber
De donde son los cantantes
Que los encuentro galantes
Y los quiero conocer.
Son sus trovas fascinantes
Que me las quiero aprender.*

Acreditava nos sentimentos que os media difundem. O que me parecia enormemente divertido, desde que não se prolongasse indefinidamente. Ela acreditava não no amor, mas na paixão. O amor pode ser civilizado, domesticado; a paixão é efervescência contínua, a panela da velha Aida a borbulhar incansavelmente no fogo de lenha. Para ser ela, Letícia tinha de estar possuída permanentemente pelo desejo. O seu temperamento, quando os sentidos entravam na rotina quotidiana, acanhava-se. “*A enemigo que huye, puente de plata*”, dizem os espanhóis. Convinha facilitar-lhe a retirada. Ao acabar um relacionamento é conveniente ilibar de responsabilidade a mulher. Perde-se uma amante, mas ganha-se uma amiga. É muito estúpida essa tradição machista de ter sempre razão face à femina. O homem que sabe tratar bem as mulheres deve assumir uma certa dose de femineidade. E de condescendência. As mulheres precisam dos homens, porque estão feitas para a reprodução. Mas com quem estão bem, de verdade, é com as amigas. É muito provável que, as mais das vezes, se sintam melhor com as amigas que com os amantes, sobretudo tendo em conta que, não poucas vezes, as amigas também são amantes. O estímulo em questão, no caso de Letícia, era o talhante, sempre com o avental coberto de sangue, a carregar carcaças e pernis. E sempre com a faca (e o garfo) na mão. Tinha quarenta e dois anos e partilhava com Letícia um mesmo rir saudável, despropositado. E a mesma superficialidade sã, evidente, órfã de metafísica.

Uma semana comigo, uma semana com ela. Ficou assim programado o destino imediato de Tico. Na semana em que ficava sozinho, despertava em mim uma sensação de carência. Sentia-me como um verbo transitivo a quem tivessem retirado o seu complemento. Comer sem dispor de comida que mastigar. Beber um copo de vinho vazio. Precisava do Tico a dar voltas pela sala, a mexer em tudo, a exercitar o permanente “O que é isto?”. “É uma bola!” “Bolaaa...”. Tico estava a familiarizar-se com as coisas e a dar-lhes um nome. Não sei bem porquê, mas deu-me por pensar em La Habana e no Chino. Um dia, num impulso, decidi fazer uma surpresa a Lucho. Pedi a Letícia que ficasse quinze dias ao cuidado de Tico, comprei um bilhete de avião, apresentei-me em Cuba, no *José Martí*, em Boyeros. Marcial, um amigo de Lucho, esperava-me no aeroporto. A mãe do Chino não me queria ver. Estava mal dos nervos. Quando cheguei a casa, a tia Martina contou-me tudo, com um humor

amargo. Lucho tinha morrido. Estava numa bomba de gasolina, a encher o depósito da sua antiguidade jugoslava, quando um bêbedo o atropelou a alta velocidade. O transgressor não teve problemas. Era filho de uma personalidade cimeira. Lucho ficou com o cérebro muito afectado. Não resistiu. Eu gostava dele. Era um tipo porreiro. Passado o choque, lembrei-me da mulher e das filhas. Flora trabalhava na Calle Empedrado, num escritório onde não se fazia nada, porque não havia nada que fazer. Surpreendeu-me a sua beleza, embora algo desbotada. Vivia para as filhas.

— *Yo sólo me acerco a un hombre cuando veo que puede ayudarme.*

E deve ter decidido que eu a podia ajudar. Como se ter uma amante em La Habana fosse a mesma coisa que a ter em Torres Vedras! Resolveu seduzir-me, de maneira que da remota Europa lhe viesse parar à mão uma receita sólida. E, como moeda de troca, brindava a sua sensualidade sofisticada, feita de innuendos ou de meras sugestões. Tinha sido dançarina no Tropicana. Era uma dessas pessoas, tão infrequentes na vida, que a tomam como um jogo. Mas, no caso de Flora, tratava-se de um jogo interessado, no qual se apostava dinheiro. Ela fez-se valer. Não ia cair nos meus braços, assim sem mais nem menos, como uma *jinetera* qualquer. Bem se podia dizer que era uma *alcalina* (subcoloquial para *jinetera*), porque durava mais que as prostitutas correntes. Nunca chegara a dissolver a vocação em hábito. Gostava de sexo como só uma cubana pode gostar. Mas eu não podia comprá-la assim como assim. O *libretto* dizia que eu teria de a conquistar. Dei-lhe flores, blusas, sapatos, boa comida, discos, perfumes. Fomos a um *paladar*, perdido no Cerro, onde serviam o *trifiletón*, frango, porco e vaca. Marcial dizia, enquanto mastigava com fervor, com o suor a correr-lher da testa: “¡*Proteínas animales!*”. Sentei-me com ela, na *Coppelia*, a consumir gigantescos gelados de *piña* e de chocolate. Exibia descaradamente a sua beleza, distribuindo-a em princípios de promessas, embrulhadas em insinuações maliciosas. O sexo, com Flora, começava muito antes da sua consumação. Ela, antes de sucumbir, brindava-te orgasmos teóricos. Eu gostava da maneira sábia como ela brincava com o tempo. E com o espaço. Parecia que ia ceder mas, com uma *manoletina*, abria outra vez avenidas. Há tentações que requerem que reúnamos toda a nossa força para a elas podermos reistir. Ela deixava-se possuir pela tentação, vestida de tentação. Em latim *temptare* é sentir, tocar, manosear. E ela até, certo ponto, prestava-se a que as minhas mãos se deslizassem pelo seu corpo a seu bel-prazer. Ou que esvoaçassem no ar, como borboletas sensuais, à volta da sua cabeça e do seu peito. E, enquanto mexia as mãos, de dedos compridos e unhas trabalhadas, Flora traçava as pernas de modo a sugerir a profundidade metafísicas das coxas. O seu corpo justificava tal sugestão. Ela, ao longo do dia, exibiu-se como programa de viagem. Todas as surpresas da

excursão eram devidamente descritas. “Ascensão, a cavalo, aos magníficos seios de Flora”. “Excursão, a pé, pelo ventre tenso de uma cubana de eleição”, “Mergulho afocinhado na floresta espessa do púbis de uma *oriental*”. Outras vezes, deixava tombar sugestões distraídas. Flora, com a retórica do seu corpo, envolvia-te numa aventura persuasiva, se não convincente. Tinhas sempre a impressão que aquelas horas de expectativa valiam realmente a pena. Flora era uma artista. Eu não me cansava de apreciar o seu *savoir faire*. Ela dominava as situações. Deixei-me ir, consciente de que estava a participar num jogo. A encenação da nossa primeira noite merecia um oscar. Entrámos no quarto do Nacional, bem empapados de salsa e de *mojitos*. Na varanda havia três cadeiras. Eu sentei-me numa ponta, ela sentou-e na outra. Havia um desolado assento vazio entre nós. Ela estava a uns seis ou sete metros de distância. Eu só via dela o que a opaca cadeira vazia me deixava ver. O vestido branco rasgado num decote vertiginoso; as suas longas pernas, bem torneadas; o chamejar agressivo de seus olhos; o seu cabelo negro como asa de corvo. Passada uma hora, a sua cadeira já roçava a minha. A cadeira do meio tinha ido parar a um canto, de um pontapé. Eu esperava com ansiedade o modelo de projecto que ela ia activar para justificar a inevitável aproximação. Estávamos numa de dialéctica. Eu não queria cair em contradições. Ela, numa estratégia meticulosa e ponderada, tinha-se ido deixando enamorar ao longo do dia, num crescendo de entrega. Tudo era parte de uma estratégia. E de uma táctica. Depois do almoço, já me olhava com uma ternura nova intencionalmente pendurada dos olhos. E do sorriso. Depois passou ao tacto. Agarrava-me pela cintura, afagava-me o rosto, corria para mim e desfazia-se em breves beijos e abraços, num erótico jogo da apanhada. Roubava sequencialidade aos gestos, para avivar o desejo e fecundar a surpresa. Quando a meta parecia estar à vista, fazia marcha atrás, acumulando no teu corpo andaimes de desejos. Mas, curiosamente, ela existencializava todos os momentos. Flora virava uma sedutora integral, muito intimamente avinda com a papel que estava a representar. Tinha sensualidade a mais para não sucumbir à vivacidade do momento. Incapaz de conter os desmandos sensuais, ela deixava que o seu projecto teórico acabasse por ganhar uma contundência prática. À noite, depois de jantar, fomos a uma discoteca do Vedado. Ali, na penumbra, tratou de me despertar os sentidos. Roçava-se pelo meu corpo como uma cadela em cio, dando à sua voz inflexões promissoras. Quando regressámos ao Nacional, estávamos em ponto de caramelo. Aquilo foi sexo em condições, e não as imitações baratas que normalmente se consomem. Flora, muito rica e imaginativa, fazia amor com o corpo e com a sensibilidade. Submetia-se e criava, ao mesmo tempo. A sua submissão era uma forma sofisticada de domínio. Se eu não fosse um tipo prudente e avisado, provavelmente Flora ter-me-ia dado a volta à cabeça. Eu, fora de qualquer tipo de

envolvimento íntimo, jogava o jogo pelo prazer de jogar, tanto mais que se tratava de um jogo eminentemente refinado, na sua elaborada e lúcida ductilidade.

*

Vinha-me à memória o que me acontecera em Siena, algures nos setenta. Desculpem. A continuidade narrativa vai para um segundo plano, porque agora quem manda é a memória. Estou a escrever umas memórias e não uma história. Eu sou um homem de agora e de antes. O que faço mistura-se, absurdamente, com o que fiz. E por vezes o antes vem-se entremeter com o agora. Ou o agora vai-se abraçar ao antes. Creio que era no mês de julho, no princípio dos setenta. Meu amigo Virgilio Rabaza, de Tuluá, Valle, República de Colombia, era engenheiro mecânico e trabalhava na *Pegaso*, em Madrid. Era um apaixonado pelo *Bel canto*. A sua mulher, Chela, que acabava de se doutorar em história na Complutense, com abundantes visitas ao arquivo de Simancas, estava agora em Ferney Voltaire, a poucos quilómetros de Genebra, servindo de assistente a uma dama colombiana da classe alta, casada com um executivo suíço, meticuloso e aborrecido. Era uma mulher que tinha como alvo na vida a segurança. Dependia do marido, como a unha da carne. No fundo aborrecia-se, sem nada que fazer, tal como Emma Bovary. Quem sabe se não acabaria por encontrar o seu Louis Champion! Entretanto, Chela fazia-lhe as suas *arepas* e o seu *sancocho*, para matar saudades. Virgilio queria ver a sua mulher antes de encetar um percurso operático em Itália. Tinha um Seat 600, muito cansado. Visitámos o *château* onde Voltaire passou os últimos vinte anos da sua vida. Via-se que fora um homem de gosto. Depois partimos para Itália. Na Arena de Verona era a *Aida*. Deixei numa tasca, à conta de Verdi, uns amigos italianos com quem me tinha envolvido em conversa animada. Acendi a minha vela e assisti à abertura. Depois, para espanto de Virgilio, de cuja melanomania eu não participava, voltei à tasca, ainda no Primeiro Acto, quando a Caballé atacava o *Ritorna vincitor*. Devo confessar que nunca tive uma relação muito profunda com a música. E menos com a ópera. Só o jazz e a música étnica mexem um pouco comigo. Não tenho sensibilidade musical. Não ousa cantar nem no chuveiro, não vá cair-me o tecto em cima. Aquela conversa com os desconhecidos veroneses, na sua contingência inovadora, era única, irrepetível; *Aida* era uma obra que eu podia ver quando quisesse, na sua reiteração comercial de produto de consumo. Comprava-se um video e via-se *Aida*. Imagine-se a frustração de Walter Benjamin ao ver perdida a sua aura! A vida segue, não pára. A arte, na era da reprodução mecânica, sempre pode aguardar. Está à nossa

espera, nas lojas, numa manifestação massiva. Depois fomos parar a Florença. Virgílio era muito ordenado. Era um mestre na planificação. Listava todos os pontos interessantes do seu itinerário e visitava-os meticulosamente. Eu tinha uma maneira de viajar mais anárquica. Deixava que a coisas me fossem acontecendo. Por vezes parava numa cidade desconhecida e não via nada do que devia ser visto, em desacordo com as guias oficiais. Morei dez anos em Londres e nunca pus os pés na *Royal Opera House*, em Bow Street, embora desse frequentes passeios pelo mercado de Covent Garden. Depois de almoçar, já em Siena, separámo-nos. Eram três horas da tarde. Caía-nos em cima um sol inclemente. Havia pouca gente nas ruas. Eu fui parar à *Piazza del Duomo*. Encostei-me a um carro, com os olhos a oscilarem entre a luz crua de julho e o *Palazzo Reale*. De repente, ao volver a cabeça, via-a, detida no umbral de *Via del Capitano*. Vi um vestido branco e uma grande pâmela amarela, numa espécie de encenação victoriana. Veio-me à cabeça *The Woman in White*, de Wilkie Collins, já que ela participava da misteriosa beleza de Anne Catherick. Nos arquivos da minha memória, ela será sempre *The Woman in White*. Tive a premonição de que se tratava de algo diferente. Pus-me a andar em direcção a ela, levado simplesmente pela curiosidade. À medida que desfazia a distância, comecei a formalizar o meu alvo. Era de acesso difícil. Era uma pessoa que sabia jogar. Não admitia a vulgaridade. Ela não me devia confundir com o banal *latin lover*. Que desculpasse a minha abordagem, completamente despropositada, mas eu tinha gostado do seu vestido e queria comprar um igual para a minha mulher. Ela não ia ficar indiferente a uma ternura tão cândida. Se fosse esperta, adivinharia a minha mão, que não era precisamente um *full*. Já vencida, só faltaria persuadi-la, já que nunca conseguiria convencê-la. A Piazza estava deserta. Ela leva as mãos às costas, desfaz um laço num gesto brusco, e deixa tombar o vestido, que passa a emoldurar-lhe os pés. Está nua, despropositadamente nua diante dos meus olhos. Ela sabe perfeitamente o valor do impacto do seu corpo, que está agora radiosamente nu. Anacronicamente nu, num determinado dia de julho, sem roupa interior, no meio de uma praça de Siena, queimando-me os olhos. E não há outras testemunhas de aquela revelação. Depois de competir com a radiância do sol, inclina-se, e, com gestos pausados, recolhe o vestido, e volta a envergá-lo. Não sei se nua ou vestida, lança-me um desafio. Terá reconhecido em mim um jogador de eleição ou está somente, dando largas ao seu poder, a brincar comigo? E, despoticamente, sem soltar uma palavra, volta-me a costas e envereda pela Via do Capitano, vestida de indiferença. Eu teria sido uma pequena, uma diminuta incidência no leito do seu dia, um reflexo de luz vindo de um espelho. Eu era uma coisa qualquer, carente de importância, que lhe tinha acontecido, como o calor ou a chuva, o vento e o ladrido. Fiquei com a frustração de não ter encontrado a chave precisa para a progressão

dialéctica adequada. Não conseguia ponderar o seu comportamento. Não conseguia agir em função da sua maneira de estar. Ela tinha partido com vantagem. Eu corria detrás dela e tudo o que via era as suas costas. Eu tinha-lhe dado demasiados metros de avanço e agora já não conseguia apanhá-la. Horas mais tarde, quando já a tinha dado por perdida, encontrei-a enquanto visitava um claustro gótico. Há tantos claustros góticos em Siena que agora não me ocorre o seu nome. E não tenho nem paciência nem tempo para me fazer com a guia pertinente. A obsessão heurística da narrativa já foi superada. Agora já se pode falar de qualquer coisa de qualquer maneira, embora a aparente expansão seja uma contracção. Uma indeterminação. Virgilio Rabaza e eu tínhamos sido abordados, em Florença, por duas secretárias de Alessandria, em Piemonte, nas margens do Tanaro, que andavam à procura de companhia. O velho truque de pedir que lhe tirássemos uma fotografia para depois meter conversa. Estavam numa roulotte, em Fiesole. Vieram conosco para o camping Michelangelo, que estava cheio de gente jovem. Eram muito conservadoras. O que queriam, bem no fundo, era um marido e uma família. Havia um contraste estúpido entre a familiaridade irresponsável com que nos abordaram, com que se meteram na nossa tenda, e o que realmente eram capazes de produzir. Partilhámos o abrigo em anacrónica e rigorosa castidade, com todo aquele calor e a correspondente alteração etflica, muito frustrada. Depois vieram conosco até Siena. Eu vejo agora a dama de branco, com a sua pâmela amarela, do outro lado do claustro, encaixada num arco gótico, precisamente quando estou a acender um cigarro, que acabo de tirar da mala de Silvana.

— E, além do mais, és um chulo!

Eu era um *pimp*. Ela trabalhava na minha degradação. Mas, no meio da sua declarada indiferença, estava pendente de mim. Maltratava-me, mas eu preocupava-a, preenchia parte do seu horizonte imediato. Preocupava-a o que quer que fosse que ela julgara ver em mim. E passou, como um eflúvio, depois de me endereçar tais palavras. Era uma mulher difícil, porque marchava sempre à frente, fazendo-te correr detrás dela. Manobrei, acudindo ao mapa, de maneira a encontrá-la cara a cara. E, ao esbarrar com ela, na Via di Città, à altura do *Palazzo Chigi-Saracini*, postei-me de joelhos e beijei-lhe a mão. Eu tinha de participar no jogo que ela propunha. Há momentos, com as mulheres, em que te vês obrigado a enveredar pelo ridículo, para explorar a sua condescendência. O homem permanentemente sensato, inteligente, não desperta grande interesse, a não ser que mande a garina para um andar de luxo e lhe deposite todos os meses cinco mil euros na conta à ordem. Quem tem um *sugar daddy* rico e maduro, raramente pode prescindir de um amante pobre e jovem. É o equilíbrio das compensações. Mas tenho de voltar ao modo como obstaculizei o percurso de Veronica.

Ajoelhado, em homenagem feudal, expondo a minha inferioridade superior. E ela, com um sorriso, põe-me a mão direita no ombro e arma-me cavaleiro. Depois de promover tal elevação, concede-me o privilégio de caminhar a seu lado. Trato de adivinhar o que vai dentro dela, mas Verónica não abre o jogo. Tem olhos de poker. É inglesa, precisamente do Soho, e é atriz em Cinecittà. Tem um amigo, Gary, um americano que toca guitarra e é o melhor amante que jamais encontrou. Assim humilhava ela as minhas prováveis intenções. Conhecia Sevilla, pois há uns anos fora lá visitar um guru.

— Ouve, tenho a impressão que tu não me vais convidar esta noite ao melhor restaurante da cidade! Os teus pais talvez tenham dinheiro, mas tu não tens uma lira.

O que é que se poderia esperar de um pobre estudante, com barba de três dias, embutido em jeans e numa T-shirt?

— Talvez não te possa levar ao melhor restaurante de Siena, mas sempre te posso convidar ao melhor chá da cidade.

Sentámo-nos na esplanada do Giacomino, na Piazza del Campo, face à Torre Mangia. Falámos uma boa meia hora. De tudo e de nada. Paleio de circunstância. Esforçávamo-nos ambos em ser civilizadamente superficiais. Lembro-me de que, na mesa propínqua, havia uma velhinha sorridente, provavelmente americana, que nos sorria apacivelmente. De repente, ela despede-se, com gestos bruscos e sumários, e parte. Vejo a sua figura esbater-se no fundo da praça. Outra sinfonia inacabada, daquelas em que a vida é tão fértil. Vejo-a, na distância, quase do tamanho de uma *barbie*. Vejo uma história por acabar, uma história truncada. Inesperadamente, detém-se. Depois retrocede. Vejo como se acerca, num crescendo de branco e amarelo, como um ovo estrelado etereamente doce que tivesse ganho de repente uma inesperada mobilidade.

— Se não tens nada que fazer esta noite, vai ao *Hotel Italia*, na *Via Cavour*, e pergunta por Veronica Collins.

E volta a virar-me as costas, com a ligeireza graciosa de uma verónica, da Verónica que ela era.

Apresentei-me no hotel às onze da noite. O *concierge*, depois de me medir com o olhar, remeteu-me para o 102. Do quarto emanava música, não sei agora se Vivaldi ou Scarlatti. Lembro-me que era música barroca. Bato à porta e não recebo resposta. Volto a bater. Dou a volta à maçaneta. A primeira coisa que vejo é uma enorme cama, ameaçadora, com um colchão e uns travesseiros enormes que invocam o Kama Sutra. E depois, com as costas voltadas para mim, Verónica, que enverga um vestido vermelho, sentada numa cadeira. E, à sua ilharga, diante da varanda que se abre sobre a copa frondosa de uma árvore, uma

cadeira vazia. Sento-me, olhando de esguelha para a cama. Envolvemo-nos em complicados jogos retóricos. Nenhum de nós quer ser o agressor. O encontro, se o houver, há de ganhar um desenlace dialéctico. Perdemos-nos num universo de alusões, de insinuações, de sofismas. E as horas passam. E o desejo cresce. À sete e vinte e cinco da manhã, saí do Hotel Italia sem ter tocado Verónica com um dedo, embora aquela noite represente para mim a consumação mais totalmente erótica que teve lugar na minha vida. “*Follar es cosa de albañiles!*”, dizia um amigo meu em Sevilha. “*Las caricias soñadas son las mejores*”, cantavam então Lole y Manuel. Não é preciso viver, mas há que saber jogar. Nunca mais voltei a pôr os olhos em Verónica, mas tenho o seu rosto gravado na memória, com a nitidez de uma fotografia. É-me mais fácil recordar o seu rosto que o de Veronica Lake.

E continuo sem saber, diferentemente do que me acontecera com Doroteia, se tudo aquilo foi uma verdadeira história de amor.

*

Mas tenho de voltar a Flora, que deixei abandonada. Ela, num remanso da Marina Hemingway, vestiu-se de tragédia. A mãe do Chino ficou partida, quebrada. Fora ela, Flora, a encarregada de vestir o cadáver. Imaginei-a a manobrar os membros inteiriçados, que devem estalar para assumir a dignidade solene que o ridículo difunto exige. E o pior é que no funeral estava a outra. A outra era Olay, a mulata do Cerro, que tinha uns olhos grandes e verdes. Para quem estava fora do enredo, a situação até era bonita. Dois corações a palpitar pelo morto. Duas fontes de lágrimas. E de rancor. Depois de ter feito uso do seu reportório trágico, Flora quis montar o *baudeville* da sedução. Já disse antes que ela era uma artista. Mediu a sala com os olhos. Devia ter uns quarenta metros quadrados. Escolheu o lugar onde devia ajoelhar-se, à procura de uma revista, exibindo a promessa equívoca das pernas. Estou aqui, ajoelhada, a mostrar estas coxas que Deus me deu, mas ainda estou distante, embora possa ter a certeza que estas coxas já são tuas, se souberes esperar. Flora ia carregando o espaço de sugestões. Era uma mulher paciente, capaz de atear grandes fogueiras, com aquele método lento e sinuoso. Ia distribuindo a caruma debaixo do tronco, para alegrar o lume. Chegava o momento em que eu já era uma efervescência, a borbulhar na fogueira ateadada pelos seus gestos. E então, quando me sabia *touché*, vinha fazer-me uma pergunta súbita, inclinando-se sobre mim, tentando abafar-me com a turgidez dos seios, também eles alojados na distância. A linha sinuosa do decote, transformada em canal, perdia-se num corredor amplo de sombra.

Ao passar defronte de mim, fazia o seu número infantil e começava a dançar espontaneamente, num desbaratar ingénuo de quadris e de olhares de faca orvalhada, com a mão direita a deslizar-se insolentemente na nuca. O Plano A, algo utópico, era, dado o facto de eu ser solteiro, conseguir seduzir-me, levando-me ao sagrado sacramento do matrimónio. Ao tálamo nupcial. À queca institucionalizada. Não pretendia apresentar-se como virgem, mas não queria dar a impressão de pecadora renitente. Depressa viu que eu era impérvio a tal projecto. Era uma mulher sabida, mas honesta e fiel. Agora, tendo encontrado o homem da sua vida, estava disposta a redimir-se. E talvez fosse verdade que se queria redimir. A retirada pode bem servir de redenção. Ela, vocacionalmente, sempre fora mulher de um só homem, embora as malditas circunstâncias do seu percurso existencial tivessem vindo a desmentir tal afirmação. Num mundo de polígamos, não conseguiu vender a fórmula. Creio que, bem no fundo, nunca chegou a pensar que a poderia vender. Precisaria, para o fazer, de incidir num lerdo e incauto solteirão asturiano, facilmente manipulável, e não num *malaje* sevilhano. Passou então ao Plano B. Tratava-se de arranjar um *sugar daddy*. E por que razão havia eu de sustentar uma viúva bonita, na longínqua Cuba, com duas filhas que nem sequer eram minhas? O *baudeville* da sedução mostrava toda a sua ineficiência. Entristeceu. Amou e foi-se refugiar num canto, a fazer beicinho, transformada numa adolescente que agora, em trejeitos inocentes, se prestava à violação. “¿Oye, negro, a ti te gusta por detrás?”. Tinha-a ali, com quinze anos, anuindo ingenuamente à sodomização. Promovendo-a. E gozando-a. Não pretendia apresentar-se como virgem, mas não queria dar a impressão de pecadora contumaz. O seu *fambeco* era uma dádiva especial para uma pessoa especial. Queria gostar de mim utilizando-me. Servindo-se de mim. O seu jogo propunha duas possibilidades. A primeira era que eu a levasse ao altar. Tratava-se de ter a oportunidade de ser uma mulher respeitável, de abandonar a lida quotidiana pela sobrevivência. Cansada de ser *guerrillera*, agora queria ser senhora. E, ainda por cima, eu podia ter a certeza de que ela era muito apontada no amanho da casa. Fazia um arroz *a la cartagenera*, com muito coco, que estava “*para chuparse los dedos*”. Eu via-a chegar, em toda a sua contundência, como uma maré viva. Cercou-me de tudo o que há de bom numa mulher. Era uma mestra no âmbito da poliorcética. Tinha de te render. Ou melhor, tu tinhas que render-te a ela. O operador mais eficiente de tal assédio era o seu corpo. Talvez não fosse o seu corpo, mas a maneira como ela o manejava. Dava-se bem com o espaço. Sabia distribuir-se. Nada tinha da monotonia barulhenta, oca e alegre, de Letícia. E era o que agora deu em chamar-se uma mulher fotogénica. Entre ela e o ar havia uma relação procaz. Uma intimidade invulgar. O que ela tinha de mais bonito era o andar. Guardo na memória lembranças dela que são autênticas

fotografias. Intensidade móbil impregnada numa imagem estática. Por que é que a matéria, que só lida com a inteligência depois de ter imposto a sua contundência brutal, anilha o espírito e dá, contudo, largas à sensualidade? O que é que há de espiritual na sensualidade? Cuba é um dos pontos onde se realiza plenamente tal convergência, um dos pontos onde o espírito se dá bem com os sentidos. Flora tinha o seu quê de índia maltratada, de negra violentada na senzala. E também de mulher dominadora, roubado o chicote ao negreiro. E tudo isto sem nem sequer ser negra. Em certos países das Caraíbas, a negritude sobrepõe-se à pele mais branca. E por que não há de ter a sensualidade um lugar de eleição no templo do espírito? Já há tempos que a Europa, de acordo com o modelo americano, se está a despiritualizar. Olhas para dentro de ti e encontras o dólar. Tens a intimidade de uma caixa multibanco. O multibanco é o confessionário. O Plano A mostrava as suas limitações. Onde é que ela ia encontrar o pato bravo que arcasse com uma cubana bem metida nos trinta, com as suas duas filhas de outro, já crescidinhas, e com um passado muito vivido? E muito vívido. A minha lógica de saloio dava para opor a tal projecto um sólido muro de contenção. Claro, os objectos decorativos tinham seu peso. Ficava bem numa casa, aquela senhora esguia e elegante, que adquiria volume nos sítios pertinentes, a espantar e a seduzir quem calhasse bater à porta. Três meses na Amadora e já teria a SIC em cima dela. Desfilaria pela casa uma procissão ininterrupta de vendedores. “Já viste aquela cubana tão boa que mora no 47? Não será que lhe podemos vender um seguro de vida?”. Quantos planos como este, tão bem congeminados, teria concebido? Eu disse-lhe que a ideia era disparatada. Ela ficou triste. Amou. Arranjou outro canto remoto, para fazer beicinho. Sabia que estava bonita a fazer beicinho. Infantilizava-se, induzindo à pedofilia. Brindava outra vez a oportunidade de, transformada em virgem anacrónica, se deixar violar. Olhava-me, assustada, como se tivesse treze anos e fosse a primeira vez que a sodomizavam. E daí passava às sofisticações mais trabalhadas do repertório erótico. Fazia filigranas com a boca. Gorado o Plano A, passava ao Plano B. O Plano B era conseguir o tal *sugar daddy*. Fiz- -lhe algumas promessas, que nunca pensei cumprir. Cada um de nós, inevitavelmente, leva dentro de si a sua miséria. Mas não há que tratar de a impor aos outros, tornando-os ainda mais miseráveis. O encurtamento da distância leva à sociabilidade. O princípio fulcral da sociabilidade está en antepor, pelo menos aparentemente e por curtos momentos, o outro a ti mesmo. É preciso ter uma atitude extroversa. A sinceridade, fora da constatação sensata, perturbava-me. E a mentira vestida de sinceridade ainda me perturbava mais. Eu, que andava à procura de mim, não tinha nada que revelar, a não ser estados de “espírito” passageiros. Flora e eu éramos o contacto profundamente contingente e epidérmico ocasionado pela colisão circunstancial de Europa

com o Trópico. Éramos, quando muito, uma noite a dançar num cabaret tropical. E umas horas acolchoadas de desejo e suor. A noite numa praia debruada de palmeiras, com a lua a rutilar nas águas e uma garrafa de rum. Era este o nosso habitat circunstancial. Tudo o que significasse intimidade, razão comunicativa, estava condicionado pelo pertinente bolero. Mas nós, em vez de nos envolvermos num enredo lacrimajante, onde avulta a perda e a culpa, estávamos ali, a gozar do momento, eliminadas todas as projecções. Era preciso carregar de intensão a extensão daquele momento, sem o tratar de prolongar no tempo e no espaço. Havia que viver o bolero pelo lado de fora. Acabei por me cansar do jogo. Dei-lhe duzentos dólares e mandei-a para casa, embrulhada num monte de promessas que não pensava cumprir. Voltei-lhe as costas, deixando-a envolvida na sua frustração. Na dela e na minha. Na miséria da desordem que, neste mundo sublunar, é a única ordem possível.

11

A velhice, quando a saúde é boa e se dispõe de meios económicos suficientes, é a exploração do ócio. Ai de quem, carregado de anos, não sabe administrar o *far niente*! Eu, já bem metido nos sessenta, começava a lidar agora com a intranscendência do tempo. Tinha a meu favor o facto de nunca lher ter atribuído excessiva importância. Agora não tinha nem adondes nem dondes determinados. Era todo meu, sem que ninguém me prestasse atenção ou me exigisse responsabilidades. Apaguei do telefone os números dos simples conhecidos. Eu era um *flâneur* desmotivado, mas apreciava bem o meu tempo. Há um verbo grego, *planasthai*, que significa isso: andar de um lado para outro, sem sentido determinado. Deambular. Vaguear. A única coisa que me prendia à realidade era Tico. Começava a entrar na adolescência. Eu, na medida do possível e sem o intimidar, procurava comunicar com ele. Não era fácil. A sua cabeça andava por paragens às quais eu não tinha acesso.

De vez em quando ia a Sevilha. que, muito americanizada, se ia volvendo uma plantação de *Star Bucks*, que medravam nas avenidas como cogumelos. As pessoas andavam depressa, de A a B, sem admitir interrupções. A cidade da inacção, ou da acção lenta e resabiada, estava a adquirir, enfunadas as velas pelos ventos utilitários que sopravam do Oeste, uma identidade prática, muito capitalista. A tradicional personalidade hispalense, que eu ainda chegara a conhecer quando miúdo, ia-se diluindo na globalização incaracterística.

Adaptado à idiossincracia do turista, florescia o estereótipo. Já não se encontrava o *gracioso* nas ruas de Sevilha. Nem o indolente. Os *vagos* de outrora eram hoje mendigos. Já não havia bares indecisos, de *carteles* antigos e azulejos de Triana, onde o freguês se arrancava por *soleares*. O *cante jondo* estava monetarizado. Os grandes negócios faziam-se em Londres, Xangai ou Nova Iorque. O *vago* confundia-se agora indestricavelmente com o *maleante*. Tudo indicava que a massificação conduzia inelutavelmente à desumanização. É fácil dizê-lo, mas é muito mais difícil averiguar o que é ser homem, o que é verdadeiramente a problemática condição humana, assunto que não deve interessar a ninguém, porque é tema que não aquece nem arrefece. O homem massificado, tendo renunciado ao autoconhecimento (*self-awareness*), é tão homem como o homem desintegrado ou alienado, que se deixa moldar por determinados factos e estados de coisas. Estava-se a assistir, na viragem do século, à desintegração da cultura. Agora havia uma cultura oficial, normalizada e crematizada, imposta pela Nação-Estado. As (imagi)nações europeias estavam carregadas de lastre mítico, que tratavam de explicar o inexplicável. Sempre que podiam, procuravam uma genealogia que as vinculasse com a Grécia homérica. França e Inglaterra, através de Francus, entroncavam com Heitor. Até a Póvoa Grande se revia em Ulisses. E agora, na esteira de Nietzsche, a inteligência europeia, virando-se contra si mesma, numa incontida raiva crítica, destruía a possibilidade de proceder a verdadeiras formalizações culturais. Estava-se a assistir ao descentramento da cultura. “*Things fall apart; the centre cannot hold; / Mere anarchy is loosed upon the world*”, escrevera o poeta. Y que caralho é o centro? “*Acabo siempre aludiendo al centro sin la menor garantía de saber lo que digo, cedo a la trampa fácil de la geometría con que pretende ordenarse nuestra vida de occidentales. Eje, centro, razón de ser, Omphalos, nombres de la nostalgia indoeuropea*”, escrevera o meu dilecto Córdazar. Os impulsos culturais, calcificados, careciam de fogo interior. Deixávamo-nos governar por pautas globais, sem nos darmos já ao trabalho de nos entregarmos à reflexão. A reflexão só tinha como alvo objectos exógenos, e não a perda intimidade. A desconvenção excessiva dos comportamentos, na sua medonha relatividade, roubava-lhes toda e qualquer substância. Podiam-se neutralizar à vontade os tradicionais imperativos éticos, em nome de um utilitarismo vazio. *What you see, is what you get*. O eurocentrismo europeu, submetido a um processo de disseminação, numa era em que o centro andava à deriva, já não tinha razão de ser. «*Things fall apart; the centre cannot hold; / Mere anarchy is loosed upon the world*».

Eu assistira em directo, no dia 11 de novembro de 2001, à queda das *Twin Towers*. Estava no bar de um polígono industrial de Sevilha, a beber umas cervejas e a comer umas tapas com uns conhecidos. Um pequeno grupo terrorista, devidamente organizado, atingia

Nova Iorque e o Pentágono. O bombista suicida, servindo-se de recursos elementais, desafiava a potência nuclear. Diante do delírio electrónico das armas sofisticadas, uma boa pedrada, despedida por uma boa fisga, ainda tinha a sua eficácia imediata. Sequestra-se um avião e faz-se que ele vá colidir com um edifício simbolicamente importante. Dá-se um pontapé nos tomates à finança e à política. E ao imperialismo. É um esquema de uma simplicidade assustadora. E tudo nos era dado *live streaming*, na televisão. À frente do país, como acontece tantas vezes nos Estados Unidos, havia um presidente bronco, que, como primeira iniciativa, ignorando as noções mais elementares do Direito Internacional, declarou guerra aberta ao terrorismo. E, servindo-se de pretextos falsos, com a plena colaboração do Reino Unido, deu início, em março de 2003, à guerra do Iraque. A desculpa é que Saddam tinha um arsenal de armas de destruição massiva. O *casus belli* foi inventado. A democracia, representada nas grandes instituições internacionais, que tem grande dificuldade em se autocorrigir, ignorou tais recursos e não responsabilizou ninguém. A mentira instala-se comodamente, dado o peso específico do seu suporte. E antes, desatentos à frustrada experiência da URSS, os Estados Unidos já se tinham metido, em 2001, no Afeganistão. E depois, em 2003, veio o Iraque. E agora, quando escrevo, depois da Líbia, andam às voltas com a Síria. E com o Irão. Os políticos americanos nunca aprenderam a lição do Vietnam. A “guerra” contra o terrorismo, declarada por G. W. Bush, não tinha nem pés nem cabeça. A guerra, que se saiba, é coisa que requer Nações-Estados, com territórios delimitados por fronteiras, que poderão ser invadidos e bombardeados. E, bem vistas as coisas, Al-Qaeda era uma ONG, uma Organização Não-Governamental invisível e ilocalizável. Havia uma certa dose de ironia no facto de os Estados Unidos, paladinos de uma sociedade global emergente e da consequente transnacionalização, se mostrarem agora dispostos a assumirem-se de novo como Nação-Estado, impondo outra vez ineficazes barreiras de contenção territorial a uma crença, a um estado de espírito. O poder global por excelência revela-se agora muito cioso da sua segurança doméstica, da sua segurança nacional. O terrorismo é um estado de espírito. E os estados de espírito são intangíveis. A violência não é o meio mais adequado para reduzir um estado de espírito. Não se pode declarar guerra a um estado de espírito. Os estados de espírito só se deixam manobrar pela conversão ou pela censura. A tecnologia não pode levar de vencida a fé. A força bruta não pode levar de vencida o “espírito”. A democracia não se pode impôr facilmente à Sharia. Entre o (Al)Corão e a constituição americana há largo trecho. A visita a Hollywood não é precisamente o *hajj*. A compatibilidade do islamismo com a democracia ocidental desperta-me sérias dúvidas. A democratização a martelo do Islão não é viável. A frequência da Madrassa e a peregrinação a Meca não se deixam substituir facilmente

pela visita à MacDonalld ou pela viagem a Disneyland. O poder financeiro e o militar, simbolizados no World Trade Center e no Pentágono, foram atacados. O Islão opunha-se à aculturação. Opunha-se, transversalmente, à globalização. Queria continuar a ser o que era. E quem era. As mulheres tapam a cara e nunca exibem os seios. Nem sequer os braços. O Islão é uma crise crónica de decotes, a não ser em certas áreas de Beirut. E nas praias de Israel, onde estão algumas das gajas mais boas do mundo, o que explica a agressividade periódica do mundo árabe. Vale a pena fazer uma visita a Ajami Beach. E quem quiser sempre pode pisar o areal de Hiltom, que é mais permissivo. Lamentei a morte de todas aquelas pessoas incautas (inocente não é termo que já se possa utilizar responsabilmente), mas, ao mesmo tempo, fiquei contente de que a América tivesse levado um murro em pleno rosto. Sempre pode aparecer um John Wayne semita!

O tamanho do exército norteamericano implica a militarização da política nacional. América vive para o seu exército, que tem de dar saída a uma ingente indústria de armamentos. Todo o produto destinado ao consumo deve acabar por ser consumido. As armas também. Se não houver guerras, será preciso encontrá-las. E, não poucas vezes, inventá-las. O exército é, de longe, a instituição mais poderosa da Nação. Que poderia acontecer se um dia se enveredasse nos Estados Unidos por um *pronunciamiento*!? E este exército queria atacar a fé, a convicção, com bombas e canhões, com o intuito de impor universalmente a sua vontade. Pregava, cinicamente, uma religião, a panaceia democrática, enquanto, na realidade, só tratava de globalizar os seu interesses. Capital e democracia eram caras de uma mesma moeda. Será que o Islão e a democracia liberal são compatíveis? Será que se podem sintetizar? A Globalização, baseada no consumo, não garante a compreensão. Será preciso fecundar a “razão comunicativa”. A vocação bélica da América não se compadece com a verdadeira diplomacia. O pau tem sempre mais desempenho que a cenoura. Será porque o insaciável Bugs Bunny já a comeu. Não se pode apelar constantemente à força com tanta facilidade. A enorme riqueza dos Estados Unidos permite-lhes abusar impunemente de quem lhe vem na gana, sem exceptuar os seus próprios cidadãos. De acordo com os entendidos, prevê-se que em 2020 uma quinta parte dos assalariados americanos receberá 60% dos ordenados, enquanto que a quinta parte mais pobre só gozará de um miserável 2%. No que concerne às fortunas privadas, as de Bill Gates, Warren Buffett, Larry Ellison, Charles Koch, Jim Walton, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, David Duffield, Ned Evans, Charles E. Kaufman, Michael R. Bloomberg, George Soros e assim por diante, os 400 capitalistas americanos mais ricos dispõem de fortunas que excedem os 3 triliões de dólares. É preciso ter em conta que a economia de Texas é equivalente à de Rússia; a de Califórnia, à de Itália; a de Ohio, à de

Bélgica; a de New York, à de Austrália; a de Florida, à de Holanda; a de North Carolina, à de Suécia; a de Wisconsin, à de Finlândia. Entre os países europeus, só Alemanha não encontra um equivalente no mapa dos Estados Unidos. Perdão, a Póvoa também o encontra, porque o seu PNB supera o da minúscula Rhode Island, com os seus 3.440 km². E pouco mais de um milhão de habitantes. Mas o *Captain America*, apesar de tanta riqueza, não é mais que uma caricatura grosseira. A América, com o seu excepcionalismo de povo eleito, com a história do *Manifest Destiny*, é sempre dona da Razão. Da teórica e da prática. E até da estética. “*Quaerenda pecunia primum est; virtus post nummos!*”. É mais fácil, porém, deslocar-se com os bolsos vazios que levando às costas um saco cheio de ouro. Será preciso ter em conta que, como nos lembra Bacon, os Romanos chamavam à riqueza *impedimenta*.

A América, porém, terá que resolver um conflito íntimo: o embate entre puritanismo e liberalismo. Para os puritanos, a palavra de Deus lê-se na natureza e no decorrer histórico, que, patrocinado pelo Criador, é um desenvolvimento positivo. Como não pode deixar de ser, Deus está do lado da América. O neoliberalismo, que já não assenta na ética protestante, não quer saber nada de Deus, embora passe a vida a invocá-lo. Deus é uma supraestrutura decorativa, embora não se perca ocasião para invocar a sua substancialidade. Ainda não se pode conceber um indivíduo que assuma a presidência dos Estados Unidos sem que se veja obrigado a invocar permanentemente, pelo menos da boca para fora, o nome de Deus, e não precisamente de acordo com o deísmo dos *founding fathers*, alheio às noções de revelação e de autoridade. E tem que apresentar uma vida familiar afim à ética religiosa de inspiração cristã. Na prática medra a difidência e o adultério está institucionalizado. Qualquer Presidente atilado pode arranjar uma estagiária que lhe faça um *blow job* em condições. Quando é preciso, invoca-se o verdadeiro Deus da Bíblia, numa das suas versões autorizadas. O Deus pessoal e intransigente. Um presidente ateu será em América uma *contradictio in adjecto*. Terá, para atingir tal estatuto, que simular uma religiosidade convencional. A hipocrisia está solidamente implantada no tecido social. Ainda terá lugar, a nível global, o domínio secular do homem branco, entalado entre a Bíblia e a herança helénica, capaz de acumular capitais, bibliotecas e ogivas nucleares, fanático de uma razão que já não é prática nem estética, mas somente utilitária e instrumental? Os tempos de hoje, em plena crise da ética, trazem consigo a desmoralização da razão. Estamos a precisar de uma razão afectiva, como a de Spinoza. De uma razão mais ampla e maleável. Com ou sem Deus, o século XXI desenha-se como um século de fracasso e de frustração. E de violência. Tudo está ao serviço do(s) interesse(es). De interesses muito pouco interessantes. Já não serve o “*Spes sibi quisque*” virgiliano, de inspiração estóica. A esperança já não reside no sujeito. O Estado prepara-se

para alienar completamente o indivíduo. O indivíduo só existirá em função do Estado. A defesa do Estado (ou pelo menos dos interesses dos seus eventuais representantes) exigirá, quando for preciso (ou pelo menos conveniente), o sacrifício do indivíduo. O Estado aliado agora à Internet, posta aleivosamente ao seu serviço. A globalização exige que se abram vias de diversão, e de divertimento, ao proletariado. Assim as pessoas andam distraídas e não pensam noutras coisas. As nossas esperanças, contudo, só podem continuar a estar penduradas do desempenho das instituições. O indivíduo anónimo não dispõe de uma verdadeira margem de acção. E o Capitalismo Financeiro vai alienar completamente o Estado, que começa a despreocupar-se do indivíduo anónimo. Vai-se tornar difícil sobreviver como pessoa, no seio de tal implacável formatação genérica. Já não somos pessoas: somos funções. E, para entreter o cidadão incauto, proliferam indústrias postas ao serviço do exaltado, do frustrado, do ingénuo, do renitente. Da negatividade. Também, no pólo oposto, se celebra o casamento feliz, as crianças angelicais, o até que a morte nos separe. É espantoso verificar o número de pessoas que acede a um modelo tão *corny*. Todos os comportamentos estão previstos e formalizados. Todos estão à venda, nas lojas, numa profusão obscena de montras.

Em 1980 morrera a avó Elsa, com quase cem anos. Em 1999 chegou-me a triste notícia da morte de Olga Siman, ceifada por um linfoma. Alguns anos antes falecera meu avô, Francisco de Arriaga. Minha mãe, com mais de oitenta anos, definhava num lar. Agora, na velhice, desmentindo o seu percurso biográfico, agarrava-se ao rosário. O meu mundo estava-se a desmoronar. Eu vivia numa aldeia despovoada, cheia de obituários e de tabuletas com “Vende-se” penduradas das janelas. A minha vida era como uma cidade fantasma, onde só se escuta a passagem do vento, que faz ranger portas e janelas. Como não sou romântico, não convoco a pertinente coruja. Em 2004 foi-se minha mãe, deixando-nos, a mim e a meus irmãos, a fazenda *La Gloria*. E nós deixámo-la nas mãos dos filhos envelhecidos dos caseiros de antes, que a exploravam e nos davam uma fracção dos proveitos. Agora já podia viver mais ou menos comodamente dos rendimentos. Cansava-me levar a contabilidade das fanegas de trigo, dos bois e das vitelas que havia que abater, dos rebanhos de ovelhas perdidos nas fragas, das varas de porcos dispersos nos bolotais, dos quilolitros de aceite que saíam do moinho. Quase toda essa abundância estava hipotecada. Abandonei tudo nas mãos do velho feitor. Comprazia-me passar temporadas na casa de *La Gloria*, que, embora muito deteriorada, ainda conservava o seu carácter senhorial. Quando ele estava de férias, eu levava o Tico. Distanciando-se de mim, que nunca gostei de animais, aprendeu a montar a cavalo com facilidade. Ali andava ele, como um centauro. Se fosse o filho que eu nunca tive com Ismelda, teria de lhe reconhecer algo de *llanero*. E, voluntariamente, Tico trabalhava a terra

com os *braceros*, partilhando com eles pão, azeitonas, vinho e gazpacho, enquanto eu, no refúgio plácido da varanda, os contemplava, bebendo a minha insípida água mineral. A contemplação, que eu antes me tinha imposto como posicionamento existencial, constrangia-me agora, sem qualquer tipo de reverência ou amabilidade. Já não correspondia ao exercício da liberdade: era uma imposição. Faltava-me energia. E curiosidade. A velhice é a ausência de projectos, a não ser os imediatos. A velhice descrê dos enredos, porque já está desinteressada dos actores e dos programas de acção. Já não dispõe nem de alvos nem de meios para os atingir. É uma reiteração quotidiana de gestos calcificados. Se não há tempo, sucessão e variação, não há história. Eu, na velha Europa, envelhecia, em longos passeios estáticos pelo lado de fora do tempo.

Um dia, caído do céu, Virgilio Rabaza apareceu em Águas Mortas. Estava há muitos anos afincado em Nova Iorque. Movia-se, fiel a si mesmo, nos ambientes operáticos. Ainda acudia a aulas de *bel canto*. Virgilio declarava-se muito proficiente no brilhantismo dos agudos e dos sobreagudos. Já iam longe os tempos em que eu o conhecera, em Madrid, quando ele era engenheiro na Pegaso. Continuava com Chela, que lhe servia de prótese. Um dia voltou à Colômbia sem um tostão, só com Chela e com uma guitarra sem cordas. Um dia, em Bogotá, telefonei-lhe. Trabalhava para a companhia de Telefones, dizia ele, com um cargo de executivo. Vimo-nos, comemos um *sancocho*, recordámos o passado. O que é certo é que, de repente, ele deixou Bogotá e partiu para Nova Iorque. Na Colômbia, tinha a cabeça a preço. E acabou por se exilar em Flushing, numa zona plácida de Queens. Naquela noite, em Águas Mortas, recuperámos o tempo perdido, à volta de uma garrafa de tinto. Depois empreendemos um passeio pelo areal. A conversa, na sua espontaneidade anárquica, levou-nos aos Vellón Gazcoiz. Mauricio, o patriarca, já passava dos noventa anos. Vivia com a sua sobrinha, a quem chamavam *La Fea*, que tinha ficado com o rosto desfigurado, depois de receber, em plena Avenida Caracas, o impacto de um frasco de ácido sulfúrico, arrojado desde a motorizada de um *sicario*. Coisas do cartel de Cali. Virgilio nem sequer conhecia o seu nome. Volvidas umas horas, Virgilio despediu-se, com um grande abraço, deixando-me afundado num tumulto de pensamentos desencontrados. O que é que eu havia de fazer? Antes de entrar em mim, andei uns dias meio atordoado, Acabei por me decidir. Não tinha nenhuma noção do que poderia fazer uma vez chegado, mas, num impulso, meti-me num avião e fui até Bogotá. Não sabia bem o que poderia dizer a Ismelda, se ela aceitasse receber-me. Desconcertado, não sabia como ensaiar qualquer apresentação. Eu sentia muito por ela, mas não me sentia a mim mesmo na sua dor. Era a dor dela, não a minha. Não podia abordá-la enroupado numa atitude de participação. Como é que eu me ia meter numa dor que não sentia,

porque cada um de nós só pode apreender a sua própria dor. E até que ponto não é falsa (e verdadeiramente inexecutável) essa coisa de nos identificarmos com a dor alheia, quando nem sequer somos capazes de nos identificarmos com a nossa própria dor? Eu via tudo aquilo do lado de fora, sem conseguir entranhar-me emocionalmente nas circunstâncias. E ela era uma mulher orgulhosa, que não se dava bem com a comiseração. Acabei por pegar no telefone. Que a fosse ver, se quisesse. Meti-me num táxi e fui até Los Rosales. Tio Mauricio, muito acabado, brindou-me um sorriso idiota. Estava ali, sentado num cadeirão, diante da janela aberta, a babar-se no peito, socorrido por uma enfermeira cuarterona. Onde estava o homem que procurara tesouros nos confins do Meta? Creio que não chegou a reconhecer-me. A mucama levou-me a um quarto, no fundo do corredor. Ismelda estava no canto de uma sala escura, de janelas fechadas, envolvida na penumbra. Tinha o rosto coberto por uma espécie de *niqab*, que só deixava entrever o negrume dos seus olhos. Resignadamente, ela controlava a situação. O que não quer dizer que não pudesse romper a chorar quando eu me fosse embora. Ou que já tivesse chorado antes. *Prima facie*, não parecia estar disposta a romper em queixas e lamentações. Escudava-se numa indiferença muito trabalhada, mas cheguei a adivinhar-lhe um sorriso quando falei de meu filho. A mim assombrava-me, num desgarramento estético, que a beleza se tivesse transformado em fealdade. Numa fealdade tão feia que eu nem sequer a podia ver. Havia, naquela metamorfose, uma vertente, insidiosa, que me invadia o ânimo e eu não conseguia reprimir. Mesmo imaginado, o rosto deforme de Ismelda já me repugnava. O que seria se o visse em toda a sua fealdade tangível?! O que seria acordar todas as manhãs para encontrar, apenas abertos os olhos ao mundo renovado, na proximidade da outra almofada, a materialização da fealdade? Que pode acontecer quando o amor é invadido pela repugnância? O meu relacionamento com Ismelda sempre tinha sido governado pela convicção da sua presença. Pela consciência de que se podia olhar para uma mulher onde repousava a perfeição. E agora queriam-me dar uma Ismelda indecorosamente imperfeita! O episódio, desumanizado, estava a transformar-se num problema teórico-estético, num problema que eu não conseguia transportar à minha identidade, incapaz de o vivenciar devidamente. Ao mudarem as circunstâncias, mudavam os sentimentos. Como se pode transformar a beleza em fealdade? Beleza e fealdade são, ou deviam ser, atemporais. Como é que eu, completamente objectivado, exterior a mim mesmo, ia entrar na inalienável e plenamente subjectiva dor de Ismelda? Não me podia tornar plenamente solidário com o que Ismelda sentia, porque eu não sabia o que ela estava a sentir, embora soubesse que estava afundada em sentimentos desagradáveis, dolorosos. Ia eu cair na depressão por amor de Ismelda? Conteí oito minutos morosos de convívio. Ela, transformada em ruína, assumindo-se

como ruína realizada, viveria a existência de simples testemunha, de mero observador. A sua fealdade condenava-a à solidão. A sua fealdade implicava o desamor. E, ainda por cima, tal como eu havia previsto, Ismelda evadia qualquer tentativa de fecundação da piedade solidária. Quando, ao deixá-la, ensaiei o abraço, ela esquivou-o. Voltei ao hotel, numa grande inapetência, com uma estranha sensação de vazio interior. Deitei-me na cama, a olhar para o tecto. Tinha-a amado a ela, a Ismelda, ou apenas me havia deixado possuir pela sua beleza? No momento em que ela deixava de ser bela, eu deixava de a amar. A minha capacidade de entrega sempre fora muito limitada. Deixei-me ficar estendido no leito, a olhar para o tecto. *Où sont les neiges d'antan?* Eu não me sentia capaz de empurrar a cadeira de rodas da súbita monstruosidade de Ismelda. Sai-se à procura de Roma e só se encontram as ruínas de Roma. Eu preferiria ir para uma discoteca, à procura de *rumba*. Mas depressa caí em mim. Bebi meia garrafa de JB, muito frustrado.

*Nouveau venu, qui cherches Rome en Rome
Et rien de Rome en Rome n'aperçois,
Ces vieux palais, cez vieux arcs que tu vois,
Et ces vieux murs, c'est ce que Rome on Nomme.*

Roía-me outra vez o verme tenaz da contingência. Esta coisa terrível de a vida estar feita de trânsito, de passagem, da impossibilidade de nos agarrarmos permanentemente às coisas, que nos fogem entre os dedos, desfeitas em fumo. *“Tempus edax rerum”*. Voltei as costas a Ismelda e meti-me num avião. Já estava outra vez na Póvoa. Os réditos de La Gloria permitiam-me agora viajar, mas eu já não tinha vontade de me mexer. Bastava-me dar uma volta com a minha bicicleta e falar com as pessoas que ia encontrando. Já não andava à procura de Roma. Teria realmente valido a pena meter-me num avião para ir visitar as ruínas de Ismelda?

*

Eu bebia uma cerveja, sentado no alpendre, com os olhos cravados no horizonte, entretido com os meus pensamentos. Havia dois surfistas, cavalgando as ondas. Eu conhecia-os. Tinha trocado com eles, mais de uma vez, algumas palavras. Ela era noruega; ele, americano. Eram altos, jovens e bonitos. Respiravam saúde. Via-se que gostavam muito um do outro. Entrei em casa e fui buscar outra cerveja ao frigorífico. Ao regressar reparei que uma das pranchas flutuava caprichosamente ao sabor das ondas. A moça tinha desaparecido.

Ele, muito nervoso, mergulhava uma e outra vez, numa angústia frenética. Passaram uns minutos.

— *She's gone!*

Estava branco como um lençol. Sentei-o na sala e ofereci-lhe um café. Ele olhava-me, com uma mistura de dor e de incredulidade. A malvada e irresponsável contingência levantava mais uma vez a cabeça. Passados uns minutos, acumulou-se um magote de gente na orla da praia. A morte tinha-se imiscuido, caprichosamente, naquele recanto plácido.

— O mar merece muito respeito, porque tem as barbas brancas — disse um velho pescador.

12

Estou afundado no presente até ao pescoço. Afundado na crise. Trata-se de um termo polifacético que vem actualizar o mal-estar na civilização, denunciando a inoperância dos modelos imperantes de cultura, de economia, de política e de sociedade. Não é só um problema do sistema financeiro internacional: é uma modificação da maneira de estar. E da maneira de ser. Agora limitamos sobretudo com a contundência das coisas. O espaço ganhou terreno ao tempo. Com os ouvidos pendurados do som e os olhos no computador, no telefone celular, na casa, no carro, na mulher. Agora, contudo, há franco convívio electrónico, quando quase nunca tens ocasião, ou vontade, de dirigir a palavra ao teu vizinho, que mora na porta que dá à tua, além do inevitável e automatizado “Está bom?”. Entramos de chofre na identidade virtual. Defronte do computador, somos entidades virtuais empenhadas em relacionamentos virtuais, cansadas do suor e da halitose. Estamos ameaçados, mas não conseguimos identificar o agressor. Já não é preciso esperar pelos bárbaros, como queria C. P. Cavafi. Eles já estão entre nós. Talvez sejamos nós mesmos. E não creio, afastando-me de Cavafi, que os bárbaros talvez sejam a solução. Não quero enveredar por uma nova Idade Média. Dito isto, vou de um lado a outro, porque o meu corpo vivo ainda me permite uma certa mobilidade. Deito-me, levanto-me, faço a barba, como, evacuo. Dou passeios indolentes por Águas Mortas. Depois, sentado numa cadeira, no alpendre, diante do mar, vejo como as ondas rebentam timidamente na praia. Todas tão iguais e todas tão diferentes. Todas elas me bafejaram, nalgum cotovelo do caminho. E sinto que me vou desfazendo com elas. Agora

trata-se de saber quem vai morrer primeiro. A Europa ou eu? Ou não será que vamos partilhar uma agonia comum! Talvez a Europa seja um nado-morto. Após duas guerras suicidas, a minha geração assistiu ao nascimento da *UE* e não sei se vai assistir à sua morte. E ao seu funeral. Que vida tão breve! Eu sou apenas uma insignificante testemunha de tal processo. Fecho os olhos. Talvez já esteja morto. Abro-os de novo. Sou a geração do apagão. Do *blackout* definitivo. Hoje o céu está carregado de nuvens escuras, cor de cinza molhada. Ainda tenho energia para me levantar e beber um copo de água.

Tico, com a sua enorme vitalidade, vem despertar-me do meu letargo. É um rapaz bonito, atlético, extrovertido, com os braços tatuados e um piercing no nariz. Estuda engenharia na Póvoa Grande. Muito sociável, tem montes de amigos. Passa a vida pendurado do telefone, numa ânsia constante de comunicação. Fica contente ao ver-me, mas depressa encontra um pretexto para se ausentar. Tem sucesso com as garotas. Exibe sempre chupões renovados no pescoço. Herdou da mãe uma grande capacidade para travar relações imediatas com as sensações. É, contudo, muito mais inteligente que Letícia. Entrega-se à vida com confiança, alheio a dúvidas e recalcamientos. Já não defende causas. Já não acalenta ideais. Tem a tristeza afável e civilizada de quem se vai acomodando. Tem consciência plena de que está a ser manipulado pelo sistema, mas não sabe como se insurgir contra ele. E eu, perdido no meu exílio interior, nem sequer o posso aconselhar. A única coisa que posso fazer é desejar-lhe toda a sorte do mundo. Tenho a impressão de que estou a queimar as últimas etapas de uma existência que me é póstuma. Já não vivo. Apenas me sobrevivo a mim mesmo. O mundo que me rodeia já não me merece o menor interesse. Não quero ser um pós-humanista. Começo a advertir em mim uma atracção estranha pela morte. Talvez Freud não andasse muito desencaminhado ao afirmar o *Todestrieb*, o impulso que nos leva a perseguir a morte. É a atracção do abismo. Talvez em todos nós se albergue o desejo de regressar ao estado inorgânico. Às vezes entretenho-me a imaginar o que poderão sentir as minhas cinzas ao participarem na vida da flor que se há de erguer em cima da minha campa. Gostaria de morrer de repente, como se extingue um raio apenas se levanta. “*S’en aller tout d’une fois est un privilège; tu périras par morceaux*”, escreveu Amiel em 1874, sete anos antes de morrer. Pelo que me diz respeito, não quero espichar aos bocados, como a velha Europa.

Vou tomar uma chávena de chá. Depois vou dormir. A noite vai ser longa.